

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

CACHORREIROS E CÃES DA POLÍCIA E DOS BOMBEIROS: UM ESTUDO EM  
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS A PARTIR DAS RELAÇÕES HUMANO-CÃO

Autor: Edi Alves de Oliveira Neto

Brasília, 2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

CACHORREIROS E CÃES DA POLÍCIA E DOS BOMBEIROS: UM ESTUDO EM  
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS A PARTIR DAS RELAÇÕES HUMANO-CÃO

Autor: Edi Alves de Oliveira Neto

Tese apresentada ao Departamento de  
Sociologia da Universidade de  
Brasília/UnB como parte dos requisitos  
para a obtenção do título de Doutor.

Brasília, março de 2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**TESE DE DOUTORADO**

CACHORREIROS E CÃES DA POLÍCIA E DOS BOMBEIROS: UM ESTUDO EM  
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS A PARTIR DAS RELAÇÕES HUMANO-CÃO

Autor: Edi Alves de Oliveira Neto

Orientadora: Doutora Maria Stela Grossi Porto (UnB)

Banca: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Stela Grossi Porto (Presidente)  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Miriam Adelman (Membro Externo)  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Andrea Barbosa Osório Sarandy (Membro Externo)  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Haydée Glória Cruz Caruso (Membro Interno)  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Analia Sória Batista (Suplente)

## **Agradecimentos**

Escrever uma tese de doutorado em Sociologia não é um empreendimento que se faz sozinho, muito menos isolado da realidade social e da história de vida. Por isso este trabalho está marcado pelas contribuições de muitas pessoas. Deixo então minha gratidão por todos aqueles e aquelas que estiveram presentes durante toda minha trajetória no doutorado, mas farei alguns agradecimentos específicos.

Em primeiro lugar agradeço à minha família. Meus avós, minha mãe, minhas tias, minhas irmãs, minhas primas, muito obrigado pelo apoio prestado, que foi imprescindível para a conclusão deste trabalho. Obrigado, principalmente, à minha filha Athena, fonte inesgotável de motivação, e à minha companheira Amanda, que me proporcionou as condições físicas e afetivas necessárias nos momentos mais difíceis, principalmente durante a pandemia. Esta tese está regada do amor que sinto e recebo de vocês.

Agradeço enormemente por todo apoio e suporte prestados pela minha orientadora, agora há mais de uma década, Maria Stela Grossi Porto. Esta tese não seria o que é sem a rigidez do crivo teórico e metodológico e sem o amparo sociológico oriundos da orientação, como também pela compreensão, pela motivação e pela amizade que construímos. Sinto-me muito honrado em ter sido forjado sociólogo por suas mãos.

Agradeço ao Departamento de Sociologia da UnB, o amado SOL, por onde estudei também por mais de uma década, e onde construí e desfrutei das mais prazerosas relações que a academia pode fornecer. Aos professores Carlos Benedito Martins, Luís Gusmão, Sadi Dal Rosso, Fabrício Neves, Artur Trindade, Analia Batista, Haydée Caruso, obrigado por tudo que me ensinaram. Agradeço também a todo o corpo de servidores do Instituto de Ciências Sociais, em especial à Paula, Leo, Patrícia, Gabi e Michelle.

Agradeço também às amigas construídas durante a pós-graduação. Yacine Guellati, Jean Michel, Jean Camargo, Morgane Reina, Taynara Candida, Carol Bertanha, Diego Flores, Kamila Figueira, Thais Gawryszewsky, obrigado por terem feito parte desse momento. Não poderia deixar de fazer um agradecimento especial a Camila Galetti, João Lucas Moraes, Rafael de Brito e Juliana Galvão.

Agradeço às amigas que têm acompanhado minha vida fora da academia, e que nem por isso deixam de se fazer presentes nesta tese. Yuri, Thainá, Rodolfo, Mayne,

Murillo, Camilla, Vinícius, Laura, Pedro Lucas, Bárbara, Renato, Felipe, José Guilherme, João Marcelo, muitíssimo obrigado por tudo, e não posso deixar de dizer: fala que é *nois*.

Agradeço à PMDF e ao CBMDF pela autorização da realização da pesquisa. Agradeço a todos os policiais e bombeiros sem os quais não existiria nada desta tese. Obrigado pela recepção, pela confiança, e pela amizade desenvolvidas no decorrer de alguns meses de pesquisa. Desde o mestrado, todos aqueles cachorreiros que fizeram parte das coletas de dados integram a essência desta tese, e em grande parte, ela é para vocês e para seus cães.

Agradeço às integrantes da banca de defesa, pois todas contribuíram para a elaboração do material que vieram a avaliar. Às professoras Haydée Caruso e Analia Batista, obrigado pelas disciplinas ministradas, pelos conselhos informais e pelas críticas construtivas durante os seminários de pós-graduação. Às professoras Miriam Adelman e Andrea Osório, obrigado pelos apontamentos sobre os resultados parciais da tese que foram apresentados em GT do 44º Encontro Anual da ANPOCS, e pelo aceite em participar da defesa da tese.

Não poderia deixar de agradecer os cães que fazem parte da minha história. Esta tese também é para vocês, pelos quais possuo enorme paixão. Obrigado Haika e Jorge. Buma, a você meus agradecimentos e meu pedido de perdão. Você foi uma amiga inestimável para Athena, e nenhum outro cão no mundo teria cumprido melhor esse papel que você. Me desculpe por não ter feito mais e por não poder ter evitado sua partida.

Por fim, mas não menos importante, agradeço o apoio financeiro recebido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES) durante quatro anos do doutorado, e também o apoio financeiro recebido pelo SOL para a participação de eventos acadêmicos e para a transcrição das entrevistas.

## Resumo

Este trabalho tem como objeto de estudo a relação entre humanos e cães no contexto do trabalho de polícias e bombeiros militares do Distrito Federal. O objetivo geral é avançar na compreensão dessas instituições, de seus agentes e da relação entre eles e a sociedade, a partir da análise sociológica da relação humano-cão. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram observação e entrevistas semiestruturadas. A análise e a interpretação dos dados foram amparadas metodologicamente pela Teoria das Representações Sociais. Pelo discurso dos atores, denominados cachorreiros, localizo os núcleos de sentido que compõem suas representações sobre sua identidade, sobre seu trabalho, e, principalmente, sobre sua relação com os cães.

A análise dos dados revelou que a relação cachorro-cão coloca os cães em posições que extrapolam sua representação como ferramenta do trabalho policial, revelou, ainda, que essa relação é permeada por ambiguidades que expressam seu contexto social. O cão policial transita entre diferentes dicotomias - como objeto-sujeito, ferramenta-trabalhador, agente ativo-agente passivo, animal de trabalho-pet, dentre outras - produzindo e reproduzindo as ambiguidades que estruturam a realidade social compartilhada por eles e seus condutores humanos, revelando -se um achado significativo para o avanço da relações polícia- sociedade.

Além deste, apontaria como achados importantes: a) a constatação de que o cão tende a se destacar como um ator social pleno, servindo como lubrificante social na relação entre polícia, bombeiros e sociedade, integrando a identidade profissional individual e coletiva dos cachorreiros; b) a atuação do cão como mediador social das relações entre atores e entre instituições, permitindo a construção de redes de relações entre cachorreiros; c) o fato de que o trabalho desenvolvido pelos policiais cachorreiros parece caminhar para uma redução da violência resultante do uso da força, na contramão do que é verificado no restante da atividade policial.

**Palavras-Chave:** Policiamento com cães; cães policiais; relação humano-animal; relação polícia-sociedade; sociologia das relações interespécie

## **Abstract**

This doctoral thesis aims to study the relationship between humans and dogs in the military police and firefighters work context in Brazil's Federal District. The general objective is to advance in the understanding of these institutions, their agents and their relationship with society, based on human-dog relationship sociological analysis. The data collection instruments used were observation and semi-structured interviews. The data's analysis and interpretation of were methodologically supported by the Social Representations Theory. Through the discourse of the surveyed, called "cachorreiros", I locate the sense cores that are part of their social representations about their identity, about their work, and, mainly, about their relationship with dogs.

The analysis of the data about k-9 officer-dog relationship revealed that police dogs social place goes far beyond their representation as a police tool; also revealed that this relationship is full of ambiguities that express their social context. The police dog transit between different dichotomies - as object-subject, tool-worker, active agent-passive agent, work animal-pet, among others - producing and reproducing the ambiguities that structure the social reality shared by them and their K-9 officers, revealing a significant finding for the advancement of police-society relations.

In addition to this, I present as important results: a) the reveal of the dogs full social actor condition, acting as a social lubricant in the relationship between police, firefighters and society, part of the individual and collective professional identity of the K-9 officers; b) the performance of the dog as a social mediator of the relationships between actors and between institutions, allowing the construction of K-9 officers relationship networks; c) the fact that the work carried out by K-9 officers seems to be heading toward a reduction of violent use of force, in contradiction to what is verified in the general police work.

**Key-Words:** Police dog work; police dog; human-animal relationship; police-society relationship; interespecie relationship's sociology.

## Resumé

Ce travail a pour objet d'étude la relation entre les humains et les chiens dans le contexte du travail des polices et pompiers militaires du district fédéral. L'objectif général est de progresser dans la compréhension de ces institutions, de leurs agents et de la relation entre ceux-ci et la société, à partir de l'analyse sociologique de la relation humain-chien. Les instruments de collecte de données utilisés étaient l'observation et les entretiens semi-directifs. L'analyse et l'interprétation des données ont été portées méthodologiquement par la théorie des représentations sociales. À travers le discours des acteurs, appelés maîtres-chiens, je situe les noyaux de signification qui composent leurs représentations sur leur identité, leur travail et, particulièrement, sur leur relation avec les chiens.

L'analyse des données a révélé que la relation maître-chien - chien place les chiens dans des positions qui vont au-delà de leur représentation en tant qu'outils du travail de la police, et a également révélé que cette relation est imprégnée d'ambiguïtés qui expriment leur contexte social. Le chien policier transite entre différentes dichotomies – objet-sujet, outil-travailleur, agent actif-agent passif, animal de travail-animal domestique, entre autres – produisant et reproduisant les ambiguïtés qui structurent la réalité sociale partagée par lui et ses conducteurs humains, se révélant être une découverte significative pour l'avancée des relations police-société.

En outre, je soulignerais les résultats importants suivants: a) la constatation que le chien tend à se distinguer comme un acteur social à part entière, servant de lubrifiant social dans la relation entre la police, les pompiers et la société, intégrant l'identité professionnelle individuelle et collective des maîtres-chiens; b) la performance du chien comme médiateur social des relations entre les acteurs et les institutions, permettant la construction de réseaux de relations entre les maîtres-chiens; c) le fait que le travail développé par les policiers maîtres-chiens semble aller vers une réduction de la violence résultant de l'utilisation de la force, contrairement à ce qui est vérifié dans le reste de l'activité policière.

**Mots-Clés:** Maintien de l'ordre avec des chiens; chiens policiers; relation humain-animal; relation police-société; sociologie des relations inter-espèces.



## **Lista de Siglas**

CBKC – Confederação Brasileira de Cinofilia  
CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal  
CEBRESC -  
BBS – Batalhão de Busca e Salvamento  
BPCães – Batalhão de Policiamento com cães  
FAB – Força Aérea Brasileira  
FCI – Federação Internacional de Cinofilia  
GBS – Grupamento de Busca e Salvamento  
GOC – Grupo de Operação com Cães  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPB – Instituto Pet Brasil  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
PF – Polícia Federal  
PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal  
PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal  
PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro  
PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais  
PMSP – Polícia Militar do Estado de São Paulo  
PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
PRF – Polícia Rodoviária Federal  
SECAN – Serviço Central de Canil  
Sobraci – Sociedade Brasileira de Cinofilia  
UnB – Universidade de Brasília  
Vigiagro – Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional

## Lista de Imagens

<i>Figura 1 - Foto do Quartel do GBS quando de sua construção, em 1969. ....</i>	<i>133</i>
<i>Figura 2 - Cães de guerra transportando suprimentos médicos. ....</i>	<i>136</i>
<i>Figura 3 - Um dos cães antitanque russos, chamados de "hundminen". ....</i>	<i>137</i>
<i>Figura 4 - Foto do Cão Kalel, identificado como Policial K9. ....</i>	<i>146</i>
<i>Figura 5 - Montagem com brasões de canis policiais, postado com a seguinte legenda: "Matilha K9 do Brasil: Algumas unidades". Fonte: Instagram do BPCães. ....</i>	<i>147</i>
<i>Figura 6 - Brasão do BPCães. ....</i>	<i>148</i>
<i>Figura 7 - Brasão da Companhia de Busca e Salvamento com cães do BBC/CBMDF. Fonte: Instagram do canil do BBS. ....</i>	<i>151</i>
<i>Figura 8 - Escultura representando o binômio policial-cão, que fica no pátio do BPCães. ....</i>	<i>176</i>
<i>Figura 9 - Publicação apresentando algumas apreensões de drogas realizadas pelo BPCães/PMDF em 2018. Fonte: Instagram. ....</i>	<i>258</i>
<i>Figura 10 - Foto de apreensão de drogas acompanhada da seguinte legenda: "PMDF frustra plano de traficante que levava droga de São Paulo à Bahia". Fonte: Instagram. ....</i>	<i>263</i>

## **Sumário**

Agradecimentos .....	4
Resumo .....	6
Abstract.....	7
Resumé .....	8
Lista de Siglas.....	9
Lista de Imagens.....	10
Introdução.....	1
Parte I – Contexto Teórico-Metodológico.....	20
Capítulo 1 – Contexto Teórico .....	20
1.1 – Teoria Sociológica e a relação humano-animal.....	21
1.2 – Algumas abordagens sociológicas das relações interespécie .....	49
Capítulo 2 – O objeto de pesquisa .....	63
2.1 – A relação interespécie como objeto sociológico .....	64
2.2 – O policiamento com cães.....	69
2.3 – Algumas definições iniciais.....	72
Capítulo 3 – Contexto Metodológico .....	75
3.1 – As Representações Sociais – Um recurso metodológico.....	76
3.2 – A representação dos animais como máquinas .....	87
Parte II – Contexto Empírico.....	102
Capítulo 4 – A pesquisa de campo .....	102
4.1 – A entrada em campo .....	103
4.2 – A observação .....	115
4.3 – As Entrevistas .....	121
Capítulo 5 – Instituições e agentes pesquisados.....	125
5.1 – A polícia militar e o corpo de bombeiros no Brasil.....	126

5.2 – Cachorreiros e K9s.....	135
5.3 - O BPCães/PMDF .....	148
5.4 – A Companhia de Cães de Salvamento do BBS/CBMDF .....	151
Parte III – Análise dos dados .....	154
Capítulo 6 – Representações sobre cães policiais .....	154
6.1 - A representação do cão policial como ferramenta de trabalho. ....	155
6.2 - Cães policiais não são pets .....	164
Capítulo 7 – Representações sobre o trabalho com cães .....	174
7.1- O binômio Humano-Cão .....	175
7.2 – Gostar de cão é diferente de gostar de trabalhar com cão .....	190
7.3 – Dois momentos da carreira dos cães policiais .....	209
Capítulo 8 – Representações sobre <i>cachorreiros</i> .....	235
8.1 – Dimensões identitárias dos <i>cachorreiros</i> .....	236
8.2- Identidade profissional e reconhecimento social .....	241
8.3 – Identidade social e relação com a sociedade .....	252
8.4 - Violência em questão – Raças e funções .....	285
Considerações Finais .....	314
Bibliografia.....	324

## Introdução

Este trabalho tem como objeto de estudo a relação entre humanos e cães no contexto do trabalho de policiais e bombeiros militares do Distrito Federal. É um trabalho sobre representações sociais, sobre identidade profissional e sobre a construção de relações de afeto. A partir da compreensão sociológica da relação entre *cachorreiros* e seus cães, procuro avançar na compreensão do trabalho da polícia e dos bombeiros, de sua relação com a sociedade, e do contexto de trabalho com animais. Cabe adiantar que o recorte da pesquisa não inclui todo o trabalho com cães nas tarefas da segurança pública, nem todo o trabalho com cães pelas instituições policiais no Distrito Federal. Os dados que fundamentam as análises foram produzidos em pesquisa empírica com dois grupos específicos de atores sociais, os policiais do BPCães/PMDF e os bombeiros da Companhia de Cães do BBS/CBMDF. Estes dois grupos são tratados como *cachorreiros*, que, em síntese, designa aqueles que, nas instituições de segurança pública, empregam cães em suas atividades.

Os procedimentos de coleta de dados utilizados foram a observação e as entrevistas semi-estruturadas. O recurso metodológico escolhido para dar amparo à análise dos dados foi a Teoria das Representações Sociais. A partir da observação do cotidiano de trabalho dos *cachorreiros*, aponto elementos de suas práticas e como estas estão relacionadas, ou não, com as representações, partindo da ideia de que práticas e representações são duas faces da relação humano-animal. A partir do discurso dos entrevistados, localizo núcleos de sentido que compõem as representações sociais sobre os cães e sobre o trabalho com eles. As representações apreendidas são então instrumento para análise e compreensão das questões gerais que norteiam a tese. Estas questões são: (1) Os cães integram a identidade profissional dos *cachorreiros*? Se sim, como?(2) Como se constroem as relações de afeto entre os *cachorreiros* e seus cães? (3) Não sendo um objeto passivo, quais as dimensões do papel social dos *K9*<sup>1</sup> dentro do grupo dos *cachorreiros*?

O objetivo inicial do trabalho foi responder a questionamentos surgidos da dissertação de mestrado (OLIVEIRA NETO, 2016), acerca do modo como a abordagem

---

<sup>1</sup> Termo utilizado pelos interlocutores da pesquisa para denominar os cães das polícias, bombeiros e outras instituições de segurança pública.

sociológica da relação entre policiais militares (os bombeiros foram inseridos na pesquisa em momento posterior) e seus cães poderiam contribuir para uma maior compreensão da atividade policial, das instituições policiais e de seus agentes. Dessa forma, esta tese se apresenta, por um lado, como uma sociologia da polícia - buscando avançar na compreensão da atividade policial, das identidades profissionais de policiais e bombeiros militares e de sua relação com a sociedade -, e, por outro, como uma sociologia das relações interespecie – buscando analisar sociologicamente a relação *cachorro-cão*, a rede de sociabilidades que a cerca, e a relação afetiva entre humano e animal de trabalho.

Atualmente existe um campo consolidado de Estudos Policiais na Sociologia brasileira (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018). Nas últimas duas décadas, principalmente, diversos trabalhos acadêmicos contribuíram para a compreensão da atividade policial. São estudos sobre a identidade profissional dos agentes de segurança pública, sobre a seleção e treinamento dos novatos, sobre a cultura organizacional das corporações, sobre suas gramáticas militares ou belicistas, sobre os efeitos da atuação policial enviesada por marcadores de classe, gênero e raça, dentre outras temáticas.

Entendendo a relação humano-animal como um fenômeno social plural, que assume diversas formas em contextos distintos (BRYANT, 1979; COULTER, 2016), a proposta desta tese é construir conhecimento sociológico a partir da forma que este fenômeno assume dentro da atividade policial. Neste ponto se destaca o caráter inovador e interdisciplinar da pesquisa.

As relações humano-animal ainda não se estabeleceram como objeto legítimo da sociologia (ARLUKE, 2002; 2003; IRVINE, 2008; PEGSS, 2012). Não faz parte dos objetivos desta pesquisa a compreensão da relação entre humanos e cães, genericamente. Este esforço, no qual a sociologia tem muito a contribuir, necessita de um empreendimento multidisciplinar e de extensões que nem de longe cabem em uma tese de doutorado. Também não é objetivo teorizar sobre relações de trabalho interespecie, de maneira geral, já que estas assumem diversas formas e estruturas, e a relação de trabalho com cães policiais é apenas uma delas.

A relação humano-cão assume aqui um papel instrumental. É por meio dela que procuro avançar na compreensão do universo policial, especificamente dos grupos especializados que trabalham com cães. A abordagem destes grupos poderia ser feita a partir de outras categorias ou relações, como a partir das relações de gênero, da religião,

das relações raciais, das normas de conduta, da formação e qualificação profissional, etc. Porém, minha escolha foi abordar o trabalho de policiais e bombeiros a partir de uma relação interespecie.

Os caminhos teórico-metodológicos desta tese não foram simples: não apenas pelo ineditismo desta forma de abordar sociologicamente a polícia e os bombeiros, dentro dos Estudos Policiais, mas também pela ainda restrita produção sobre o tema na sociologia brasileira. Para aqueles que atuam no campo dos Estudos Animais em interface com as Ciências Sociais no Brasil, as dificuldades encontradas são conhecidas e semelhantes. Frequentemente a sociologia das relações interespecie é rotulada pelo campo tradicional da Sociologia enquanto uma sociologia de boutique (ARLUKE, 2002). Aqueles que a praticam se acostumaram a ouvir piadas sobre seus objetos e suas pesquisas, tratados como menores em relação aos temas tradicionais e consagrados (GAEDTKE, 2014).

No caso desta pesquisa não poderia ser diferente, e a resistência da Sociologia em tomar a relação humano-animal enquanto objeto de estudo esteve presente em sua elaboração. Esta resistência é apontada em grande parte dos textos da sociologia americana que tratam do assunto (ARLUKE, 2002; IRVINE 2008; SANDERS, 2007). Estes autores descrevem como essa resistência reflete disputas de poder dentro do campo da Sociologia, entre diversos subcampos que buscam se legitimar, mas que também refletem preconceitos e desconhecimentos típicos do senso comum. Por outro lado, a história e as características da Sociologia, suas delimitações teóricas e metodológicas, não apresentavam espaço para relações interespecie, diferentemente de outras ciências humanas, como a Antropologia. Estas relações não faziam parte das preocupações da disciplina durante seu surgimento e desenvolvimento, o que não significa que não pudessem vir a ser, mas sugerem que este processo ocorreria sem disputas e conflitos. É neste ‘vir a ser um campo legítimo’ que se encontra hoje o que chamo de sociologia das relações interespecie.

Sendo uma interface entre os Estudos Policiais e os Estudos Animais dentro da Sociologia, a tese busca avançar na compreensão sociológica da realidade social dos *cachorritos*, do seu trabalho - muitas vezes invisibilizado dentro dos quartéis ou nos bastidores de eventos e de aeroportos - e da sua relação com a sociedade. Cabe então destacar as questões que colocaram a relação humano-cão como eixo desta pesquisa.

São nítidas, talvez pela intensidade e velocidade em que ocorreram no último século, as mudanças e o surgimento de novos padrões objetivos e subjetivos das relações

entre humanos e outros animais (LIMA, 2016). Dentre elas, aquelas do tipo humano-cão estão entre as de maior destaque (FARACO, 2008), tanto pela representação do cão como melhor amigo do humano (MAZON, 2020), quanto pela maior presença deste animal nos domicílios, em relação a outros animais. As mudanças na forma de pensar e de agir com os cães, assim como a maneira de sentir as relações com estes animais, tanto no contexto de companhia quanto no contexto de trabalho, se refletem no discurso e comportamento dos indivíduos (LIMA, 2016). A relação entre humanos e animais toma hoje contornos diferentes daqueles construídos durante a história de coevolução entre estes, apresentando novos conflitos (BRYANT, 1979), novas sensibilidades (LIMA, 2016) e novas ambiguidades (SANDERS, 2006a; 2006b; 2007; SANDERS; GREENEBAUM, 2015).

O uso de cães por policiais e bombeiros, nas diversas formas em que ocorre, é uma prática já institucionalizada e com um longo histórico de desenvolvimento. Enquadra-se como uma relação de trabalho com animais (COULTER, 2016), na qual humanos e cães precisam atuar como uma unidade, um binômio.

Recentemente, diversos autores das ciências humanas têm dado cada vez mais atenção aos fenômenos relacionados ao mundo natural em sua interação com a sociedade (GAEDTKE, 2014; 2017; SEGATA, 2012). Apesar da relação humano-natureza ser fundante de nossa história, apenas no final do século XX a Sociologia começa a atentar para as especificidades e potencialidades deste objeto de pesquisa (IRVINE, 2012). No entanto, é importante ressaltar que os animais e sua relação com os humanos nas diversas sociedades têm tido destaque crescente dentro dos mais variados campos da ciência contemporânea (GAEDTKE, 2017).

É possível que o crescimento deste interesse esteja relacionado, em parte, com o fato de que cada vez mais os animais participam do cotidiano das pessoas, adentrando espaços físicos e afetivos antes negados a eles e recebendo o *status* de integrantes da família (BAPTISTELLA, 2015). Basta observar como os *pets* são cada vez mais comuns como companhias de pessoas solteiras e de casais sem filhos (KULICK, 2009), incorporando muitas vezes papéis típicos da estrutura familiar, como o de filhos ou de netos (GAEDTKE, 2017), mas também cada vez mais comuns integrando famílias que não possuam estas supostas lacunas (LIMA, 2016) Tradicionalmente tratados enquanto objeto integrante do ambiente sob o qual o humano age, os animais domésticos conquistaram posições afetivas relevantes dentro da vida das pessoas, construindo relações



intersubjetivas que não são passíveis de compreensão sociológica pelas perspectivas objetificantes tradicionais.

No Ocidente, a chamada cultura *pet* tomou grandes proporções, ocupando espaço de destaque nas representações sociais acerca dos animais de estimação. Este fenômeno, que se inicia em meados do século XVI (THOMAS, 2010), acaba por se disseminar pelo globo nos séculos seguintes. A partir de então, a criação de animais de estimação se torna a principal forma de contato entre humanos e animais no meio urbano, na medida em que um dos traços da Modernidade foi o distanciamento em relação à produção rural, aí incluídos a criação e o abate de animais de corte, afastando parte dos animais domésticos do convívio nas metrópoles. Ao mesmo tempo, os animais de trabalho passam a ser representados como símbolos do atraso, do pré-moderno, sendo substituídos pelas máquinas a vapor e veículos automotivos.

Paralelamente a este processo de distanciamento dos animais de criação e de trabalho do convívio urbano, o desenvolvimento de raças de pequeno porte permitiu a entrada de cães no ambiente domiciliar das classes mais abastadas, colocando-os como companhias para mulheres, normalmente também restritas ao ambiente doméstico (THOMAS, 2010). É a partir daí que começa a se desenvolver aquilo que hoje chamamos, no senso comum, de cultura *pet*.

Surgem novas configurações familiares que integram seres não humanos, as chamadas famílias multiespécie (LIMA, 2016). Nelas os animais passam a ocupar posições antes exclusivas aos humanos, o que não significa que ocorra uma substituição plena do papel social de filhos ou cônjuges pelos *pets*. Também não significa que animais estejam ocupando estes lugares sociais enquanto agentes ou atores em mesmo nível que os humanos. Mas indica que os animais estão ocupando cada vez mais espaços afetivos e de sociabilidades na vida dos indivíduos.

Cães ou gatos não podem substituir um cônjuge enquanto parceiro sexual (embora a zoofilia e os comportamentos dela derivados mereçam também maior atenção da sociologia e de outras ciências) ou amoroso, relevados os casos isolados em que isso ocorre. Mas, para algumas pessoas, e os números mostram que são muitas, podem ser consideradas companhias agradáveis para assistir um filme numa noite de sexta, ou para um passeio no parque aos finais de semana.

Além disso, estudos apontam que *pets* ocupam lacunas nas relações de cuidado (CHAVES, 2006; GAEDTKE, 2019; IRVINE, 2008; 2012). Por mais que não sejam, usualmente, parceiros de romance, podem ser aqueles que serão cuidados enquanto tal. Ao preparar diariamente uma alimentação especial para seu bichano, ou ao trazer presentes de viagens para seus cães, os indivíduos cuidam de seus *pets* como se fossem parentes (MAZON; MOURA, 2017). É neste caminho que o modelo de família multiespécie se apresenta como uma nova configuração familiar, cada vez mais recorrente na contemporaneidade (LIMA, 2016).

Em meio a estas mudanças na relação entre humanos e animais, o cão, por ser o animal de estimação por excelência (Thomas, 2010), ocupa posição privilegiada. Seu destaque enquanto *pet* elevou seu *status* social nas sociedades ocidentais. É a consagração da mais longa história de (co)domesticação de que se sabe. A representação do cão de companhia é aquela que, atualmente, mais se destaca dentre as diversas posições sociais que este animal assume na vida societária.

Assim como na sociedade em geral, os cães *pets* possuem lugar privilegiado dentro dos estudos acadêmicos, principalmente nas humanidades. Tratando das ciências sociais brasileiras, e mais especificamente da Antropologia, campo no qual o estudo das relações humano-animal está mais estabelecido do que na Sociologia, os *pets* (não apenas cães) são os objetos de pesquisa mais recorrentes. Ainda que os animais de laboratório tenham destaque nos estudos de Ciência e Tecnologia (SÁ, 2006), e alguns animais de trabalho tenham sido estudados pontualmente, como cães pastores (BARRETO, 2015) e cães-guia (SANDERS, 2000), são os animais de companhia que recebem maior atenção dos pesquisadores.

Esse local privilegiado dos animais de estimação na sociedade atual já foi, há pouco tempo, ocupado pelos animais de trabalho. Até meados do século XVII eram as relações de trabalho que prevaleciam dentre as relações humano-animal. Eram os cães de caça, os cavalos de corrida, os bois de tração, os galos de briga e, principalmente nos centros urbanos, os cães de guarda, os principais companheiros não humanos dos humanos (THOMAS, 2010). Na medida em que estas práticas perderam espaço, seja pelo processo civilizador elisiano (LIMA, 2016), seja como reflexo das inovações tecnológicas, os animais de trabalho perderam espaço, material e simbólico, nas sociedades. A maior parte do trabalho feito por animais é invisibilizado, ocorrendo distante dos olhares do público,

como, por exemplo, aquele realizado pelos cães da Vigilância Sanitária e da Receita Federal. Não fossem as ocasionais matérias jornalísticas sobre estes animais, o conhecimento sobre seu trabalho ficaria reduzido basicamente aos grupos que o realizam.

Como foi dito há pouco, o advento da Modernidade deslocou os animais de trabalho para longe dos centros urbanos. Paralelamente ocorreu a substituição do uso de animais de tração e transporte por máquinas e automóveis. Cavalos e carruagens foram substituídos por carros e caminhões. Em Londres, destaca Thomas (2010), estes animais foram proibidos de circular onde antes reinavam absolutos. Seu uso era representado como atrasado e deveria ser substituído pelo produto da tecnologia humana, seguindo o *ethos* moderno. Da mesma forma, bois de tração utilizados nos arados foram substituídos pelos tratores. Burros de carga foram substituídos por pequenos caminhões e, mais recentemente, cães de guarda foram substituídos por sistemas de segurança, compostos por câmeras, cercas elétricas, monitoramento à distância, etc.

A maior parte dos animais de trabalho e das atividades que os envolviam foi gradualmente substituída por tecnologias, e seu uso foi reduzido a poucas atividades, como o pastoreio e o policiamento com cães, reclusas em seus grupos. No Brasil, algumas atividades ficaram relegadas a rituais e eventos religiosos, como, por exemplo, as carreatas com carros de boi para a festa do Divino Pai Eterno, em Goiás, e as cavalhadas de Pirenópolis. Outras foram praticamente abandonadas e só existem enquanto *hobbys*, como o uso de pombos correio (GORRELL, 2003). De fato, nos séculos que se seguiram durante o período moderno, as atividades com uso de animais de trabalho perderam espaço e destaque num mundo de seguidas revoluções tecnológicas (THOMAS, 2010).

Ao final do século XX, terapias físicas e cognitivas com animais, como a equoterapia e a cinoterapia, ganham espaço dentro da psicologia e da medicina, revelando que longe de serem superadas ou abandonadas, as relações interespecie tomam novas formas em novos contextos<sup>2</sup>. Além disso, o desenvolvimento das técnicas de adestramento e da genética das raças de cães consolida uso deste animal como ferramenta imprescindível para diversas atividades, dentre elas aquelas relativas à segurança pública.

---

<sup>2</sup> Cabe destacar aqui que, ao que tudo indica, foi no ambiente militar, de polícias, bombeiros e forças armadas, que se desenvolveu parte significativa dos projetos de equoterapia e cinoterapia no Brasil.

No período que se seguiu ao término da Primeira Guerra Mundial, o trabalho com cães policiais se intensificou como uma prática recorrente nas polícias do mundo todo<sup>3</sup>. Já ao final do século XX, a expertise do uso de cães para atividades policiais estava consolidada na maior parte dos países, com destaque para Rússia, França, Inglaterra, EUA e Colômbia, dentre outros. Porém no Brasil, esta prática, assim como a maior parte das atividades policiais, não se encontrava no mesmo nível de desenvolvimento e institucionalização.

No cenário brasileiro, principalmente a partir da virada para o século XXI, ocorreu um aumento do número de instituições públicas, principalmente daquelas que compõem o sistema de segurança pública, que utilizam cães para tarefas relacionadas à suas competências. Este fato ficou evidente durante a etnografia que fiz para minha dissertação de mestrado, e foi confirmado pelos relatos coletados quando das entrevistas realizadas para o trabalho de doutorado. Recorri aos entrevistados para buscar conhecer e, se possível, listar e datar as instituições e órgãos públicos que fazem uso do trabalho com cães atualmente. Neste caso, dei maior atenção às falas daqueles que exerciam por mais tempo a atividade de *cachorro*. O discurso dos pesquisados apontou como esta prática ganhou espaço dentro das corporações policiais de todos os estados, se disseminando a partir de canis precursores, como os da PMMG, da PMSP e da PMERJ. Evidências dessa expansão aparecem também em trabalhos de conclusão de cursos de especialização em segurança pública, assim como em monografias de graduação de policiais. Como trabalhos orgânicos, feitos por integrantes das instituições, estes textos contribuíram para a elaboração de um esboço da expansão dos canis pelas instituições de segurança pública no Brasil, e para a apreensão de categorias utilizadas para falar de seu trabalho.

No Distrito Federal, até o início dos anos 2000, os canis existentes nas instituições de segurança pública eram os da PMDF, do CBMDF, da PF e da PRF. Além destes, havia também os canis da Seção de cães do Batalhão Presidencial da Polícia do Exército e do Grupamento de Fuzileiros Navais. Nas últimas duas décadas surgiram os canis da Aeronáutica, da Receita Federal e da Polícia Civil. Mais recentemente, em 2019, as Polícias Legislativas da Câmara e do Senado Federal iniciaram projeto piloto para o uso de cães de detecção de entorpecentes e de explosivos para auxiliar na segurança da casa.

---

<sup>3</sup> O histórico do uso de cães policiais será apresentado no capítulo 5.

Atualmente canis de todas as polícias do DF atuam no Congresso Nacional quando necessário, assim como nas embaixadas e em eventos diplomáticos.

Outro exemplo recente de sucesso é o já citado trabalho desenvolvido pela Vigiagro (Vigilância Agropecuária Internacional), iniciado em 2015, através da criação do Centro Nacional de Cães de Detecção, em 2018, sediado no aeroporto Juscelino Kubitschek, também em Brasília. De acordo com o site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

A globalização resultou no crescimento do comércio e trânsito internacionais de produtos de interesse agropecuário entre os diversos países do mundo. Em decorrência disso, aumentaram as possibilidades de introdução e disseminação de agentes causadores de doenças animais e pragas dos vegetais, que ameaçam a produção agropecuária, a saúde pública e o equilíbrio ambiental dos países.

Diante deste cenário, a utilização de cães farejadores treinados para a detecção de produtos de interesse agropecuário em portos, aeroportos e postos de fronteira, constitui uma ferramenta de alta eficiência, que confere agilidade e precisão à fiscalização.

Esta ferramenta é mundialmente adotada, por países que, assim como o Brasil, tem no agronegócio importância social, política e econômica. Chile, Nova Zelândia, Austrália, China, Coreia do Sul, México, Canadá e EUA, dentre outros países, já utilizam cães para detecção de produtos de interesse agropecuário, cujo ingresso em seus respectivos territórios esteja sujeito a controle oficial. (MAPA, 2017, s.p.)

Em 2015, quando iniciei meu trabalho de campo para a pesquisa de mestrado, eram perceptíveis as mudanças que ocorriam nos canis que pesquisei. Grande parte dessas mudanças resultava de investimentos feitos pelo Governo Federal na preparação para a realização dos jogos Pan-Americanos de 2007, da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e das Olimpíadas em 2016. Tanto as estruturas físicas dos canis, quanto seus recursos humanos e animais, passaram por melhorias consideráveis, que resultaram também em maior disseminação do trabalho com cães, principalmente para as atividades de detecção.

O investimento feito à época incluía cães comprados de outros países (EUA e Alemanha), algo que não era comum no Brasil. A partir desse momento, se desenvolveu o mercado de criação de cães, voltados às demandas de canis policiais, e as corporações policiais passaram, cada vez mais, a comprar cães e não apenas a reproduzi-los internamente ou a receber doações aleatórias. É nesse momento que a genética canina passa a ser percebida pela burocracia estatal enquanto qualificadora de um instrumento de trabalho, enquanto tecnologia que agrega eficiência ao cão.

No trabalho de etnografia do mestrado, junto aos canis da PRF, da PF e da PMDF, pude observar de perto as práticas de treinamento diário de cães e condutores, bem como os cursos de formação para policiais que pretendiam integrar o efetivo dos canis. O foco da dissertação foi no trabalho policial em si, nas suas rotinas, e na relação da atividade com as competências de cada instituição. Tendo em vista o pioneirismo deste tipo de pesquisa, pretendi fazer uma primeira abordagem sociológica deste policiamento cuja singularidade é a presença da relação humano-cão.

Finalizada a dissertação, algumas questões ficaram latentes e começaram a dar corpo ao empreendimento desta tese, em especial questões que surgiram no BPCães. Em primeiro lugar, estava clara a presença de um conflito sobre a doutrina em relação ao binômio: se cada *cachorro* devia trabalhar apenas com seu cão, ou com diversos cães do plantel. Em segundo lugar, noviços e noviças, ao ingressarem nos canis se, deparam com práticas conflituosas com suas representações sociais sobre animais de estimação – pois o cão de trabalho não é filho, é ferramenta de trabalho.

Outra questão que me chamou a atenção foi o discurso dos policiais de que algumas mudanças práticas no canil e no policiamento com cães eram adaptações que visavam minimizar a violência no contexto do trabalho policial com cães. Raças antes consagradas para este trabalho, como Dobermanns e Rottweilers, foram substituídas por raças que realizavam a mesma atividade, mas com menor violência. Pelos relatos dos policiais, não se tratava apenas de reduzir o dano causado pelas mordidas, mas também o impacto e o medo gerados pela presença de cães cujas raças são consideradas violentas. Estes cães foram gradualmente substituídos por outros que tanto são socialmente representados como mais amistosos, a exemplo dos labradores, quanto são considerados mais versáteis e eficientes para a atividade, como os Pastores Belga de Malinois.

Também ocorreram relatos de que os *cachorros* haviam ganhado maior destaque enquanto policiais, tanto dentro quanto fora das suas instituições. Desde a década de 1990 até os dias de hoje, o policiamento com cães ganhou cada vez maior destaque, tanto na mídia quanto na cultura popular. Filmes como K9 – Um policial bom pra cachorro (1989), K-9000 – Um policial mil vezes melhor (1991), K-9 – Um policial bom pra cachorro II (1999), Cop Dog: O cão policial (2008) e Show Dogs (2018), dentre outros, trouxeram certo glamour a este trabalho. Do clássico seriado Rin Tin Tin (1930), inicialmente apresentado no rádio e depois na TV, ao sucesso atual do desenho animado Patrulha

Canina (2013), no qual seis filhotes de cães e um garoto são heróis de resgate, nota-se um maior reconhecimento desta atividade fora dos quartéis, e a reprodução de crenças e imagens – conteúdos das representações sociais - acerca da mesma.

Este conjunto de questões, somadas a outras que serão mencionadas no decorrer do texto, consolidaram a percepção de que a relação entre os *cachorreiros* e os cães seria um objeto de estudo fértil e ainda pouco acessado. Estas questões iniciais não se consolidaram enquanto problemas de pesquisa, mas serviram para identificar a relação humano-animal como caminho para avançar na produção de conhecimento sociológico.

Para compreender melhor como a relação humano-cão se desenvolve nas práticas de policiais e bombeiros militares, tanto dentro de seus quartéis quanto em contato com a sociedade, optei pela Teoria das Representações Sociais enquanto instrumento metodológico principal.

As representações sociais, tomadas enquanto máximas orientadoras da conduta humana, tanto falam sobre a realidade quanto orientam as práticas sociais presentes nesta realidade (PORTO, 2010). Dada esta potencialidade das representações sociais em impactar nas escolhas que os indivíduos fazem em sua rotina social, em significá-las, se mostram então instrumento profícuo para a compreensão da atividade pesquisada. A apreensão destas representações contribui, por exemplo, para compreender como transformações no âmbito jurídico, as quais têm levado os animais ao status de sujeitos de direito (PERROTA, 2015), refletem crenças e valores que também impactam nas representações que envolvem o trabalho com cães. Esse aspecto da questão se relaciona tanto com mudanças na forma como se treina e conduz o animal, quanto com aquelas que dizem respeito ao reconhecimento desse trabalho.

Esta opção metodológica levou, conseqüentemente, à escolha da entrevista em profundidade como instrumento complementar da observação na produção de dados. Ouvir dos *cachorreiros* o que tinham a dizer sobre seu trabalho se apresentou como uma forma pertinente de acessar os símbolos por eles mobilizados para dar sentido ao que fazem, para construir suas identidades e para significar seus afetos com os cães. Através das entrevistas os pesquisados relatavam tanto o que pensavam sobre seu trabalho (sua face subjetiva), quanto como era a prática deste trabalho (sua face objetiva). A partir da observação e dos relatos obtidos nas entrevistas, as representações sociais dos *cachorreiros* analisadas por meio das categorias de identidade e de afetividade. As representações se apresentam tanto

como ponto de partida para a análise quanto como possibilidade para se chegar aos resultados da pesquisa.

A escolha de categorias identitárias e afetivas para analisar as representações sociais dos *cachorreiros* se deu em momentos distintos. E aqui cabe trazer algumas questões pessoais que resultaram em mudanças na minha trajetória acadêmica. O projeto de pesquisa que apresentei no processo seletivo em 2015, que foi qualificado em 2017, estava voltado à compreensão da identidade dos *cachorreiros* e propunha um estudo comparativo entre o trabalho de policiamento com cães do BPCães/PMDF e da Escola Nacional de Cães da Polícia Nacional da Colômbia, em Bogotá.

Pouco tempo depois da qualificação descobri que seria pai. Este fato levou imediatamente à decisão de não mais realizar o campo na Bolívia, pela opção de querer estar presente durante a gestação da minha companheira. Neste momento inicio uma árdua inflexão nos caminhos da pesquisa de doutorado. Muito do que estava consolidado no projeto qualificado foi excluído, ao mesmo tempo em que buscava construir e enquadrar a pesquisa em um novo caminho. Do que ficou, principalmente, o interesse em compreender melhor o universo dos *cachorreiros*. Não podendo me ausentar do país, minha orientadora sugere, então, a inclusão dos *cachorreiros* bombeiros enquanto interlocutores que me permitiriam aumentar o escopo de dados sobre o tema. É neste momento que ocorre uma virada nesta pesquisa.

Formulado dentro dos Estudos Policiais, essencialmente, campo no qual atuei desde minha graduação, o projeto inicial deste trabalho não colocava nem a relação humano-animal, nem os cães, enquanto elementos centrais da pesquisa. Esta foi uma escolha construída ao longo do ano de 2018, sob a pressão dos prazos para sua conclusão, e que só se consolidou após a coleta de dados. Durante a escrita da dissertação de mestrado realizei uma limitada pesquisa bibliográfica sobre abordagens sociológicas de relações interespecie e, sem muito sucesso, apontei essa relação como um elemento singular do policiamento com cães, porem marginal nos interesses daquela pesquisa.

Foi apenas em 2018 que, em pesquisa bibliográfica mais consistente, me deparei com o campo dos Estudos Animais e suas correntes dentro das Ciências Sociais. Apesar da pouca presença da Sociologia neste campo, optei pelo desafio de nele inserir minha pesquisa. Ao colocar a relação entre *cachorreiros* e cães como objeto de estudo, as categorias afetivas despontam enquanto instrumentos analíticos relevantes. Para



compreender as identidades dos humanos naquele contexto específico de trabalho com animais, a compreensão das relações de afeto ali estabelecidas se mostrou inevitável, principalmente após a realização das entrevistas. Mesmo que não fosse um dos objetivos iniciais, o discurso dos *cachorreiros* impôs a necessidade de compreender as relações de afeto ali construídas.

É nesse contexto que desenvolvo as perguntas iniciais que deram forma a esta tese, e que já foram citadas no início desta introdução, que são: (1) Os cães integram a identidade profissional dos *cachorreiros*? Se sim, como? E com qual *status* social? (2) Visto que ocorrem em um contexto específico de trabalho com animais, como se constroem as relações de afeto entre os *cachorreiros* e seus cães? (3) Não sendo um objeto passivo, quais as dimensões do papel social dos *K9* dentro do grupo dos *cachorreiros*?

A busca pelas respostas dessas questões consolidou o percurso teórico e metodológico aqui empreendido. Essa busca também trouxe novos questionamentos e novas perspectivas sociológicas que foram, na medida do cabível e do possível, incorporadas ao trabalho de análise dos dados.

Por fim, antes de passarmos para o detalhamento dos capítulos que compõem esta tese, e que constroem seus argumentos, cabe explicar outra escolha relativa ao trabalho de campo, referente aos canis selecionados para a realização da pesquisa. A opção pelos canis do BPCães/PMDF e do BBS/CBMDF se deu em grande parte por questões práticas que possuem relação com as semelhanças e diferenças existentes entre eles.

As principais semelhanças entre os dois canis - que impactaram em sua escolha - são o fato de serem instituições militares que respondem a um sistema de hierarquia e organização institucionais praticamente idênticas, com carreiras semelhantes, e por serem os canis que têm maior contato com a sociedade no exercício de suas atividades fim. Em contraste, e a título de exemplo, o trabalho realizado pelos canis da Receita Federal ocorre praticamente em total discrição, sem contato com a população em geral.

Quanto às diferenças cabe ressaltar que dados de pesquisas sobre essas corporações sugerem uma distinção em termos do reconhecimento do trabalho dos policiais e bombeiros militares por parte da sociedade civil, em benefício dos bombeiros. Isso contrasta com a previsão de suas competências institucionais (aspecto objetivo), uma vez que a ambos são atribuídas funções de atendimento direto da população. Contrasta também

com o fato de que, em muitos estados, como em São Paulo, ambos fazem parte de uma mesma corporação. Esse aspecto foi reiterado pelos dados coletados nas entrevistas.

Outra diferença diz respeito à estrutura dos canis, tanto no tamanho físico quanto no número de cães e de condutores. O canil do BBS pode ser considerado um canil de pequenas proporções, semelhante ao canil do GOC/PRF. Já o canil do BPCães está entre os maiores da capital federal.

Por fim, as formas de emprego dos cães não se repetem nos dois canis. Enquanto no BBS os cães são utilizados para detecção de pessoas vivas e mortas, busca de indivíduos perdidos e detecção de corpos submersos, o BPCães utiliza cães para detecção de explosivos e entorpecentes ilegais, busca e captura de suspeitos em áreas de mata, ronda e contenção de distúrbios.

Coletados os dados, um dos objetivos da análise foi compreender como a relação humano-cão impactava na identidade profissional e coletiva dos *cachorreiros*. Entendendo que os cães são mais que ferramentas utilizadas pelos policiais, descrevo como estes animais integram uma identidade profissional compartilhada, construída a partir de uma história de trabalho em conjunto, no qual a relação entre *cachorreiro* e cão é tomada como uma relação intersubjetiva.

Um segundo objetivo foi o de compreender a construção de afetos entre *cachorreiros* e cães em uma relação de trabalho. Aqui, as representações do cão de trabalho apresentam convergências e divergências, até mesmo conflitos, com outras representações sociais, sobre cães, principalmente as representações sociais sobre cães *pet* e a representação dos animais como sencientes.

Apresentados brevemente então os objetivos, objetos e sujeitos desta pesquisa, cabe aqui destacar alguns pontos. Esta é uma tese que trata das representações sociais de um grupo específico, localizado no tempo e no espaço, e que não pretende apresentá-las de maneira generalizante. Pelo contrário, os dados sugerem uma pluralidade nas formas de pensar e agir em relação aos cães de trabalho que variam nos diferentes canis e nas diferentes sociedades.

Por tratar de representações, não apenas as descrições textuais são fundamentais, como também a imagem surge como elemento relevante; tanto para familiarizar o leitor com a realidade social dos pesquisados, quanto para familiarizá-lo com elementos subjetivos e objetivos típicos não apenas da chamada cultura *pet* como também das

culturas de outros grupos centrados em relações interespecie. Por isso algumas fotos são utilizadas no decorrer do texto para trazer ao leitor a imagem de elementos sociais que podem passar despercebidos àqueles que não circulam entre os *cachorreiros*, entre criadores de animais e entre *pet lovers*<sup>4</sup>.

Dito isto, o conteúdo da tese ficou disposto da seguinte forma:

Na “Parte I”, composta por três capítulos, apresento o contexto teórico e metodológico da pesquisa.

No capítulo 1 trago o panorama geral sobre como a Sociologia tratou o tema da relação humano-animal até os dias de hoje. Visualizar este panorama contribui para localizar o momento atual do campo de estudos de relações interespecies dentro da Sociologia, como um campo jovem, que busca se legitimar em meios aos outros campos especializados e já consagrados, em sua luta por reconhecimento dentro da disciplina.

Ao mesmo tempo, essa tarefa é um primeiro passo para a construção do objeto de pesquisa, ao apresentar ao leitor o cenário acadêmico dentro do qual defendo a relação entre humanos e outros animais, no caso entre humanos e cães, como passível de ser construída como um objeto de estudos legítimo e relevante da Sociologia (ARLUKE, IRVINE, 2008; 2003; PEGGS, 2012; SANDERS, 2006a).

Para alguns leitores pode soar tautológico o empenho de explicar o porquê de algo escolhido como objeto de estudo de uma pesquisa sociológica ser, de fato, um objeto sociológico. Para outros, vinculados a correntes tradicionalistas, pode soar como mera tentativa de flexibilização dos limites da sociologia, agregando discussões de outras ciências, com os chamados objetos transdisciplinares. Ambas as reações pressupõem um contexto em que alguns objetos de estudo estão já consagrados, ao passo outros ainda precisam ser construídos enquanto tal, situação atual da relação humano-animal, a qual não faz parte, efetivamente, dos objetos consagrados da sociologia (GAEDTKE, 2014).

O capítulo foi organizado da seguinte maneira:

Inicialmente, apresento uma revisão bibliográfica acerca do campo multidisciplinar das ciências humanas que tem se dedicado ao estudo das relações entre humanos e outros animais, chamado de Estudos Animais. Em seguida, discuto como a Sociologia demorou mais que outras ciências, como a Antropologia e a História, a se dedicar a este campo.

---

<sup>4</sup> Termo em inglês cuja tradução literal é “amante de animal de estimação”, utilizado para denominar humanos que integram a cultura *pet*.

Faço isso a partir do artigo clássico de Clifton Bryant, no qual o autor clama aos sociólogos a inclusão do que ele chama de dimensão zoológica do social dentro de seus escopos de pesquisa.

No tópico seguinte apresento algumas das principais correntes teóricas dedicadas ao estudo das relações interespecie que se desenvolveram nas últimas cinco décadas, e que, em parte, fornecem elementos teóricos e analíticos para esta tese. Neste ponto, opto por um recorte mais focado na sociologia americana.

Os principais motivos que me levaram a optar pela produção da sociologia americana, além da escrita em inglês, idioma com o qual tenho maior familiaridade, foram a produção acadêmica avançada na área e a disponibilidade dessa produção em plataformas digitais. Assim, tomo como base alguns artigos de revisão bibliográfica da chamada “*animal sociology*” e dos “*Animal Studies*” para traçar alguns dos eixos em que a sociologia americana tem se dedicado ao estudo da relação entre humanos e animais.

No capítulo 2 trago a construção do objeto de pesquisa. Inicialmente destaco a importância, para a Sociologia, de atentar para este campo voltado à análise das relações interespecie. Aponto que, como fenômeno social, esta relação possui dimensões objetivas e subjetivas, e que, para as ciências sociais, compreendê-las é avançar na compreensão das sociedades.

Em seguida, abordo a relação entre *cachorritos* e seus cães pela Teoria das Representações Sociais. Parto da realidade objetiva da impossibilidade de acessar a linguagem animal com a precisão necessária para apreensão de símbolos, sentidos e significados. Tomo também como premissa metodológica que a linguagem humana é um recurso adequado para a compreensão da construção social dos animais, seja como sujeitos, seja como objetos.

No capítulo 3 apresento como o conceito de representação aparece nas teorias sociológicas clássicas, e como a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, desenvolvida na Psicologia Social, adentra o campo da Sociologia. Discorro então sobre a forma como me aproprio da TRS para o empreendimento sociológico, destacando como ela pode contribuir para a compreensão das questões tratadas na tese. Longe de querer trazer uma revisão bibliográfica sobre o tema, ou apresentar seu estado da arte, o objetivo aqui é apresentar o aporte metodológico que a TRS fornece para a elaboração e defesa dos argumentos.

A Parte II traz o contexto empírico da tese, em dois capítulos.

No capítulo 4 descrevo os caminhos da pesquisa de campo. Início com um retorno aos primeiros contatos com os grupos de *cachorreiros*, durante a pesquisa do mestrado, até o retorno ao campo para o doutorado. Faço também minha apresentação enquanto pesquisador.

Em seguida, apresento como se deu a observação do trabalho dos canis. Por se dar em instituições militares, faço uma pequena revisão bibliográfica de etnografias nessas instituições, salientando aproximações e divergências entre minha experiência em campo e os relatos trazidos nestes trabalhos. Tanto no campo dos Estudos Policiais quanto no dos Estudos Animais, a etnografia tem tido destaque como recurso metodológico para avançar na compreensão dos fenômenos típicos destes campos. Destaco os trabalhos etnográficos pela semelhança com esta pesquisa na medida em que minha observação foi *in loco*, durante a rotina normal de trabalho dos canis, e objetivava observar práticas corriqueiras, naturalizadas e automatizadas pelos *cachorreiros*. Porém, cabe ressaltar que este trabalho, apesar da grande semelhança, não é uma etnografia, principalmente se esta for tomada no formato tradicional que a antropologia utiliza.

No último tópico do capítulo descrevo como ocorreram as entrevistas. Apresento o contexto objetivo no qual elas foram realizadas, como foram selecionados os entrevistados, e como elas ocorreram de maneira geral. A escuta do discurso dos *cachorreiros* forneceu subsídios para a apreensão das representações sociais e para elaboração e análise dos dados, e forneceu também descrições sobre o trabalho com cães em si, sua história nos canis, as redes de relações sociais e institucionais formadas, etc.

No capítulo 5 trato dos locais onde desenvolvi a pesquisa desta tese, os canis da polícia militar e dos bombeiros no Distrito Federal. Para isso, inicio o capítulo trazendo um breve histórico das duas corporações no Brasil. Em seguida descrevo o trabalho realizado com cães dentro da área da segurança pública e, mais especificamente, dentro dos canis pesquisados. Apresento também algumas mudanças recentes ocorridas neste trabalho, como o surgimento de novas formas de utilizar os cães.

Os dois subcapítulos que se seguem apresentam a descrição dos canis, quando do meu trabalho de campo. Descrevo sua estrutura física, seus recursos humanos, materiais e caninos. Estas questões objetivas possuem significados relevantes para a discussão sobre as relações interespecie que ali ocorrem.

Na parte III estão as análises das representações sociais, divididas em três capítulos.

No capítulo 6 as análises se dão a partir das representações sociais sobre os cães policiais, sendo que a principal é a do cão como ferramenta de trabalho. Diretamente ligada à condição dos animais de trabalho, essa representação permeia todas as práticas dos *cachorreiros* em sua rotina de trabalho, entrando em contradição, em momentos específicos, com a condição de ser vivo do cão e de sua representação como senciente. Essa representação é construída, no discurso dos *cachorreiros*, a partir da oposição com representações sociais sobre os cães *pet*, revelando interditos afetivos e a disciplina corporal das manifestações afetivas.

No capítulo 7 as análises se dão a partir das representações sobre o trabalho dos *cachorreiros*. A principal delas é a representação do binômio *cachorreiro-cão*. As crenças e símbolos que compõem essa representação indicam para a condição ambígua do cão policial como uma ferramenta que possui individualidade, já que cada cão é considerado, pelos seus condutores, como diferentes uns dos outros e portadores de personalidades e preferências.

Também são analisadas as representações sobre *gostar de trabalhar com cães* e sobre *gostar de animais*, as quais entram em conflito na medida em que a segunda remete a crenças sobre animais de estimação e orientam condutas que são consideradas incompatíveis com o trabalho realizado nos canis pesquisados.

Por fim, dois momentos da carreira do cão são abordados, a nomeação e os processos de aposentadoria e luto dos cães. A análise das representações sociais mobilizadas nesses dois momentos revela o teor intersubjetivo da relação que *cachorreiros* e cães constroem, o qual se mistura com projeções humanas e processos de antropomorfização.

No capítulo 8 são as representações sobre os *cachorreiros* analisadas sob o crivo sociológico. Nele as identidades profissionais dos *cachorreiros* policiais e dos *cachorreiros* bombeiros apresentam divergências e convergências que revelam o papel do cão tanto na construção dessas identidades quanto intermediando relações interpessoais e institucionais. A relação entre polícia e sociedade ganha atenção, na medida em que os cães policiais são utilizados em diversas estratégias de relações públicas, com objetivo de aproximar a população e minimizar os efeitos negativos da identidade deteriorada da polícia.

As mudanças nas raças utilizadas pelos *cachorreiros*, e conseqüentemente na imagem dos binômios formados, sugerem uma mudança de sensibilidade que reduz a legitimidade do uso do cão como instrumento de violência. Essas mudanças nas raças utilizadas, junto às mudanças nas práticas utilizadas nas atividades fim do BPCães, sugerem também que o trabalho policial desse grupo específico caminha no sentido de uma diminuição do uso da força e das situações de violência, o que ocorre na contramão do trabalho policial como um todo.

A pesquisa demonstrou ser profícuo o estudo sociológico da relação humano-cão, permitindo avançar na compreensão sociológica da realidade social dos *cachorreiros*, da polícia, do corpo de bombeiros, e da relação entre estes e a sociedade em geral. A pesquisa avança também ao apresentar a relação interespécie como uma relação intersubjetiva que, longe de igualar humanos e cães enquanto atores sociais idênticos, permite analisar ambos enquanto atores sociais plenos, cada um a sua maneira. Assim, constroem juntos a realidade social na qual estão inseridos, produzindo e reproduzindo representações, crenças, valores, técnicas e práticas.

## **Parte I – Contexto Teórico-Metodológico**

### **Capítulo 1 – Contexto Teórico**

The time has come for sociologists to acknowledge the significant and extensive role that nonhuman animals play in the lives of humans. Beyond that, it is important that human treatment of animals be investigated not just for what it can teach us about human interaction, but because animals are moral beings whose lives have intrinsic worth, apart from our relationship to them. (FLYNN, 2001, p. 83)



## 1.1 – Teoria Sociológica e a relação humano-animal

O primeiro passo para a construção da relação entre *cachorritos* e cães como objeto sociológico é localizar esta temática dentro da Sociologia. Por diversos motivos a Sociologia está em descompasso em relação a outras ciências humanas, em especial a antropologia e a história. Sua entrada no campo dos Estudos Animais se dá principalmente após a virada do século XX para o século XXI. Para um campo de longa tradição dentro da ciência moderna, revisar e reavaliar questões metodológicas, como a inclusão de novos objetos de estudo, é um esforço difícil, porém necessário. A legitimidade que a Sociologia construiu durante sua história decorreu, dentre outras coisas, de sua capacidade de renovação e atualização, dedicando parte de seus esforços na manutenção ativa de uma sociologia da Sociologia (GAEDTKE, 2017).

Nessa sociologia da Sociologia, na medida em que as sociedades se transformam e os elementos objetivos e subjetivos dessas sociedades se alteram e se diversificam, a Sociologia avança em paralelo. A revisão do arcabouço teórico- metodológico acompanha também a expansão de seus objetos de estudo e das questões a qual se dedica. Não entendo que a Sociologia tenha errado ao não ter abordado antes a relação humano-animal. Este fenômeno não fazia parte das preocupações do campo. Porém, acredito que seja chegada a hora de a Sociologia avançar na compreensão da dimensão zoológica (BRYANT, 1979) que permeia todo o social.

Analisando o que tem sido produzido sobre a temática das relações interespecie nos últimos vinte anos, observa-se a existência de uma ainda pequena, esparsa e desprivilegiada produção sociológica. Em minha dissertação de mestrado (OLIVEIRA NETO, 2013) apontei para as dificuldades de encontrar embasamento teórico específico para lidar com a relação humano-animal como objeto de estudo. Apesar da presença constante dos animais na história humana, o pequeno interesse da Sociologia pela temática deixou passar despercebido o potencial das relações interespecie para a compreensão da sociedade. (BRYANT, 1979; IRVINE, 2008; KRUSE, 2002; SHAPIRO; DEMELLO, 2010).

Felizmente, um número cada vez maior de sociólogos entende que a inclusão desta relação no quadro de objetos sociológicos poderá contribuir para a produção de

conhecimento sobre o social e, paralelamente, para o próprio desenvolvimento teórico e metodológico da disciplina. É nesta direção que esta tese caminha.

Ao realizar a revisão bibliográfica para a tese, deparei-me com uma quantidade significativa de autores estrangeiros contemporâneos que trabalham com a temática, como Derrida, Bruno Latour, Clinton Sanders, Arnold Arluke, Leslie Irvine, Giorgio Agamben, dentre inúmeros outros. Além disso, encontrei diversos artigos, principalmente da sociologia americana, que buscam compreender as diversas formas e fenômenos da relação humano-animal. Isto chamou minha atenção para o fato de que, ainda que em fase inicial quando comparada a outros campos das ciências humanas, a Sociologia vem dado destaque ao estudo da relação do homem com o meio ambiente em geral, e com os animais em especial (KRUSE, 2002; SHAPIRO; DEMELLO, 2017).

As sociologias americana e francesa foram pioneiras na revisão da temática da relação humano-animal dentro de seu escopo teórico (GAEDTKE, 2017). Esta mudança ocorre quando muitos outros campos das humanidades já se destacavam pelo empenho em estender seu aparato teórico e metodológico para a inserção desta relação em seus estudos.

Nas Ciências Sociais brasileiras, após o início do século XXI, surgiram profícuos trabalhos acadêmicos sobre a relação entre humanos e animais, principalmente na Antropologia, mas também na Ciência Política e na Sociologia. É verdade que grande parte destas produções está voltada para a chamada cultura *pet*, como, por exemplo, o mercado de produtos para estes animais (BAPTISTELLA, 2016; MAZON; MOURA, 2017; OSORIO, 2019). Porém encontramos também temas como a relação com cavalos (ADELMAN, 2004; 2011; 2016; 2020), movimentos de proteção animal (OSORIO, 2016; 2017; 2018; PERROTA, 2016; 2017), alimentação animal (LEWGOY; SORDI, 2012; OSORIO, 2019), direitos dos animais (BEVILAQUA, 2013; 2019; PERROTA, 2019), para citar apenas alguns exemplos. A maior parte destes trabalhos é oriunda da Antropologia; na sociologia brasileira ainda são poucos os autores que se dispõem a estudar estas temáticas.

Para autores como Bryant (1979), Sanders (2007), Lestel (2001), Thomas (2010), dentre outros, um dos motivos para esta negligência foi a consagração da teoria de René Descartes<sup>5</sup>, a qual apresentava os animais enquanto autômatos, máquinas, seres não

---

<sup>5</sup> O chamado paradigma cartesiano sobre as sensações e emoções dos animais é mais bem discutido em capítulo posterior.

dotados de qualquer tipo de emoção, sentimento, ou mesmo dor física ou cognição. Descartes deixou como uma de suas principais heranças para a ciência moderna a centralidade da racionalidade e, para a cultura ocidental, a noção da superioridade humana por ser dotada de razão e alma (SINGER, 2004). Desta forma os animais foram excluídos dos potenciais focos para análise das Ciências Sociais. Este cenário só começa a mudar com avanços nas ciências naturais, principalmente após Darwin.

Em sua tese de 2017, Kenia Gaedtke descreve sete trabalhos<sup>6</sup>, entre dissertações e teses, oriundas de programas de pós-graduação de Sociologia, que tratam sobre o tema, dentre elas minha dissertação de mestrado. Repetindo o processo de busca no banco de dissertações e teses da CAPES que fez Gaedtke, não encontrei nenhum outro trabalho sociológico cujo objeto seja alguma forma de relação humano-animal, além destes já citados pela autora e de sua própria tese (GAEDTKE, 2017). Estes trabalhos, inevitavelmente, dialogam com a produção antropológica sobre o tema. Alguns mais que outros, como a tese de Ana Paula Perrota, fato que Gaedtke já havia pontuado. Apesar de representarem uma produção ainda pequena e esparsa, estes oito trabalhos apresentam discussões sociológicas consistentes, e servem como base para avançar teórica e metodologicamente na compreensão da relação humano-animal enquanto fenômeno social plural e relevante. Segundo a autora:

É possível observar que as teses e dissertações sobre animais ligadas a programas de pós-graduações em sociologia no Brasil, apesar de ainda serem poucas, têm alcançado uma qualidade analítica relevante, no sentido de compreender as relações interespecíficas conectadas com fenômenos sociais mais amplos. As bases teóricas das pesquisas revelam preocupações com o caráter ambivalente dessas relações, vinculadas às questões de modernidade, civilidade, identidade e saúde. Ao que tudo indica, esta é uma área de pesquisa em ascensão, mas que ainda está longe de ser consagrada em nossa disciplina, o que fica evidente especialmente quando se realizam buscas em outros espaços de divulgação de trabalhos, como revistas e eventos. (GAEDTKE, 2017 p. 59)

Dentre estes trabalhos, aqueles com os quais dialogo com maior frequência no decorrer da tese são as teses de Lima (2016) e Gaedtke (2017), e a dissertação de Oliveira (2006).

---

<sup>6</sup> Os trabalhos relacionados por Gaedtke (2017) são: Carvalho (1994), Lima (2002), Oliveira (2006), Lima (2016), Perrota (2015), Lima (2016) e Oliveira Neto (2016).

Dado então este contexto acadêmico, parto de uma pequena revisão sobre o campo multidisciplinar dos Estudos Animais para, em seguida, descrever a entrada da Sociologia neste campo.

### *Os Estudos Animais*

Atualmente o campo das ciências humanas que se dedica ao estudo das relações interespecie não possui nomenclatura consolidada, sendo composto por uma série de correntes com diferentes denominações, como, por exemplo, “Estudos Animais” (IRVINE, 2012), “*human-animal studies (HAS)*” (IRVINE, 2008; SHAPIRO; DEMELLO, 2010) e Antrozologia (IRVINE, 2012). Por se tratar de um campo multidisciplinar, a nomenclatura destas correntes parece variar de acordo com a proximidade com determinadas disciplinas.

Nesta tese adoto a nomenclatura Estudos Animais para a grande área das ciências humanas que atenta para a relação entre humanos e outros animais. História, Etologia, Economia, Antropologia e outras ciências adentraram este campo de pesquisa muito antes da Sociologia (BRYANT, 1979, IRVINE, 2008, SANDERS, 2006a), desenvolvendo subcampos dedicados à temática das relações interespecie. Segundo Baptistella: “*Os estudos animais são a união desses diferentes olhares, em uma tentativa de compreender o mundo com uma ótica que inclui milhões de criaturas com as quais construímos ou implodimos – percebendo ou não – pontes todos os dias.*” (BAPTISTELLA, 2015, p. 64).

Dentro deste campo multidisciplinar, algumas abordagens partem de perspectivas sociológicas, em uma convergência entre os dois campos, também ainda sob diversas denominações, como sociologia animal (Sanders, 2006a) e “*animais e sociedade*” (IRVINE, 2008). Arluke (2003) defende que este campo de convergência deveria ser chamado de etnozologia, e não de sociologia animal, para que a nomenclatura não traga em si barreiras à interdisciplinaridade, elemento que tem se mostrado essencial aos estudos sobre as relações interespecie. Já Irvine lembra que o termo “*animais e sociedade*” recebe críticas por supostamente reafirmar uma concepção dualista atualmente contestada por parte de alguns pesquisadores. Além disso, a autora afirma que alguns pesquisadores da área entendem que esta expressão sugere que as duas categorias são distintas e autônomas, quando a proposta central do campo é compreender os animais dentro da sociedade.

Além dos Estudos Animais, esta tese é um diálogo com outro campo multidisciplinar, o dos Estudos Policiais. O campo de estudo das instituições policiais dentro da Sociologia, atualmente, está plenamente estabelecido e legitimado, sem que exista ainda consenso sobre sua denominação. Sua consolidação se deu nos últimos vinte anos (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018) dentro de campos como a Sociologia da violência, Segurança pública e sociedade, Criminologia, dentre outros. Entendo que, provavelmente, assim ocorrerá com o estudo das relações entre humanos e animais, também com a presença de disputas e conflitos tanto internos quanto externos, típicos de um campo jovem que busca por legitimação científica e luta por seu reconhecimento.

Sem a intenção de dar nome a um campo específico dentro da Sociologia, me proponho a fazer aqui uma sociologia das relações interespecie, e é assim que denominarei este tipo de empreendimento sociológico no decorrer da tese. Se, por um lado, a sociologia possui o que talvez seja a menor parcela da produção sobre o tema em relação ao que produziram as outras ciências humanas, por outro, este contexto permite que nós, sociólogos, debruçemo-nos sobre este conhecimento já produzido. Neste sentido, uma breve revisão do conteúdo deste grande campo dos Estudos Animais e das suas vertentes, principalmente daquelas mais próximas da sociologia, contribui para o avanço desta pesquisa.

Shapiro e DeMello (2010), em artigo de revisão bibliográfica para o periódico *Society and Animals* sobre o panorama dos *Human-Animal Studies* na primeira década dos anos 2000, mostram que, mais do que um crescimento ocorreu uma explosão da produção acadêmica nesta área de conhecimento. Segundo estes autores, e também Bryant (1979) e Irvine (2008), a obra que possivelmente marca o início do HAS enquanto campo acadêmico é “Libertação Animal”, do filósofo Peter Singer, publicada em 1975, e citada nesta tese a partir de sua edição revista, de 2004.

Nesta obra, Singer refina o conceito de especismo, criado alguns anos antes pelo psicólogo Richard Ryder (IRVINE, 2008). Segundo Leslie Irvine:

When we began to think of animals as “others”, we also made them inferior, this is the belief know as speciesism. (...) The Oxford English Dictionary defines speciesism as “discrimination against or exploitation of certain animal species by human beings, based on an assumption of mankind’s superiority.” (...) The emergence of speciesism initiated debate about what distinguished humans from other animals. (IRVINE, 2008, p. 1957)

Para Bryant (1979), para além do meio acadêmico, o desenvolvimento do movimento de libertação animal dá corpo político às mudanças de perspectiva em relação aos animais, amparadas principalmente pela comprovação científica de sua senciência, que, em resumo, significa a capacidade de sentir, tanto física quanto emocionalmente, emoções, afetos e dor. Simboliza uma ruptura<sup>7</sup> com o paradigma vigente do cartesianismo, que defendia que animais eram como máquinas<sup>8</sup>. Dessa forma, o movimento de libertação animal traz à tona conflitos sobre práticas tradicionais e naturalizadas, como a própria produção de alimento.

Importante também destacar que, no século XIX, a publicação da teoria evolucionista de Darwin se mostra como um duro golpe no paradigma cartesiano, rompendo algumas premissas ideológicas que separavam, biologicamente, humanos e animais. É o que a psicanálise freudiana chama de segundo choque narcísico da sociedade Ocidental, no qual a humanidade perde seu *status quo* de não-animal. A representação de humanos como resultado do processo de evolução das espécies coloca em xeque, também, diversas ideologias sobre as diferenças entre raças humanas. Ao que interessa nesta tese, a teoria de Darwin, sem colocar um ponto final na discussão, contribui ao iniciar um processo de desenvolvimento das ciências naturais que, no decorrer dos séculos seguintes, vai mitigar cada vez mais os argumentos da inferioridade dos animais não-humanos em relação aos humanos.

A partir do texto de Bryant (1979), que será apresentado mais detalhadamente em seção posterior deste mesmo capítulo, fica ainda mais evidente o quão produtivo pode ser, não apenas para a Sociologia, mas também para as outras Ciências Sociais, se debruçar sobre as relações interespecíficas. O que se vê nos anos seguintes a sua publicação foi o crescimento, ainda que discreto, de produções sobre esta temática. Mas é a partir da virada do século XX par o século XXI que este crescimento toma maiores proporções (SHAPIRO; DEMELLO, 2010; YORK. LONGO, 2017), e surgem então disciplinas, centros de estudos e periódicos que se dedicam às relações interespecie.

---

<sup>7</sup> É importante destacar aqui que esta ruptura não significou a superação total da concepção cartesiana dos animais enquanto autômatos complexos, incapazes de qualquer tipo de sensação física ou emocional. Como destaca o próprio autor: “*In opposition to the Cartesian view of animals as machine a formidable social opposition arose and continues to gain momentum until this day. The neo-Cartesian perspective survives however*” (BRYANT, 1979, p. 407). Além disso, como será debatido nos últimos capítulos da tese, a representação social dos animais enquanto autômatos, segue presente na sociedade contemporânea, impactando na forma como se pensa, se sente e se age com animais não humanos.

<sup>8</sup> O paradigma cartesiano será abordado no capítulo 3.

Shapiro e DeMello (2010) descrevem um aumento no número de programas em universidades norte americanas e da Europa Ocidental, cuja temática principal gira em torno da relação humano-animal, e de grupos e associações de pesquisa relacionados com o tema. No mesmo sentido, os autores indicam o surgimento e desenvolvimento de três periódicos relevantes no campo científico, os quais absorveram a crescente produção interdisciplinar acadêmica da área. *Antozoos* foi o primeiro destes periódicos, criado em 1987, seguido então pelo *Society & Animals*, de 1992. Por fim os autores citam também o periódico *Humanimalia*, de 2009.

No mesmo artigo, Shapiro e DeMello (2010) defendem que, apesar de ter surgido no campo da filosofia com a obra de Singer, o desenvolvimento inicial da HAS foi no campo das ciências sociais, e isto seria comprovado pelo volume de publicações desta área nos periódicos destacados pelos autores:

Philosophy raised the question of the valuing and revaluing of nonhuman animals and was a major impetus to the raise of the contemporary animal protection movement. The harder social sciences provided empirical data identifying the amazing array of human-animal relationships, their benefits to humans, and the exploitation typically involved. In response to these developments, in turn, the more interpretative social sciences and humanities delved into the issues on which these relationships rest. Beneath the ethical issues is the “question of the animal”. Why do we think about animals in the ways that we do? These foundational issues call into questions basic categorical distinctions, such as animal/human, nature/culture, and individual/group. (SHAPIRO. DEMELLO, 2010, p. 310-311)

Em seguida, os autores apresentam algumas das principais tendências acadêmicas do HAS, como por exemplo, estudos sobre terapias assistidas que se utilizam de animais, como a equoterapia e a cinoterapia, e também os “Estudos Críticos Animais” (SHAPIRO. DEMELLO, 2010, p. 311), influenciados pelas abordagens da Escola de Frankfurt, da crítica social e do pensamento pós-humanista. Esta seria a tendência da HAS mais claramente sociológica dentre as listadas, mas que, como afirma Perrota (2020), possui objetivo declarado em atuar politicamente com os movimentos de abolição e libertação animal. Diante das mudanças de padrões de relação interespecie que ocorreram no decorrer da história, principalmente nos últimos dois séculos (THOMAS, 2010), Shapiro e DeMello (2010) destacam que, nas Ciências Sociais, o desenvolvimento da HAS tem levantado problemas epistemológicos e metodológicos sobre como acessar cientificamente os

animais<sup>9</sup>. Enquanto isso, as ciências naturais avançaram na compreensão biológica dos corpos animais, dos seus cérebros, da sua cognição e comportamento, quebrando paradigmas tradicionais da Modernidade, como a ideia de que animais possuem apenas formas rudimentares de linguagem ou de vinculação afetiva entre sua espécie ou com outras<sup>10</sup>.

Em contraposição às questões acerca dos limites e premissas da dualidade humano-animal, e como outras possíveis abordagens sociológicas, as correntes pós-humanistas defendem que esta dualidade não existe em nada fora daquilo que seria uma construção social (SHAPIRO; DEMELLO, 2010). Como avanço para a compreensão das dicotomias clássicas das Ciências Sociais o pós-humanismo apresenta categorias híbridas, como o conceito de ciborgue de Donna Haraway (2009). Para autores desta corrente a noção de animal em si é como uma quimera (ser mitológico que possui cabeça de leão, corpo de cabra e cauda de serpente), um misto de humano, animal e máquina. Dessa forma: “*Social construction, hybridity, and other somewhat arcane concepts (such as “becoming animal”)* developed in posthumanist literature are intended to replace traditional categorical distinctions, such as animal/human” (SHAPIRO; DEMELLO, 2010, p. 313).

Shapiro e DeMello (2010) afirmam que a característica multidisciplinar do HAS, produtiva e positiva para a produção acadêmica em si, também se apresenta como barreira para sua institucionalização, como, por exemplo, na criação de uma instituição que englobe todos os diferentes estudos da área. Além disso, tomando as disciplinas universitárias como o elemento primário das universidades, os autores salientam a forte tendência destas disciplinas em estarem centradas no homem (aqui a palavra homem não substitui humano, é utilizada também pela sua dimensão de gênero), em perspectivas utilitárias e antropocêntricas.

Os autores indicam então caminhos para o desenvolvimento acadêmico e institucional dos Estudos Animais, como empreender estudos que se conectam diretamente com campos consagrados das ciências humanas. Além disso, apontam para a importância de aproximação com profissionais que lidem com animais, a exemplo de funcionários de

---

<sup>9</sup> Questão que Weber já havia apontado, como será apresentado em capítulo posterior.

<sup>10</sup> We discover mirror neurons that, arguably, are the basis of that access (Rizzolatti & Craighero, 2004). We, human and nonhuman, are hardwired to be sympathetic – to feel with each other, species being no barrier. We are companions species not only through recent history but through our evolutionary history. We discover oxytocin, a hormone that allow us to connect emotionally when we (literally) touch other animals, as well as other humans (Olmert, 2009). (SHAPIRO; DEMELLO, 2010, p. 312)



zoológicos, de fazendas, de clínicas veterinárias, dentre outros. Neste ponto, convergem com Arluke (2003), que defende a realização de estudos com atores que trabalham com animais como uma forma de permitir que estes apontem as questões e categorias sociais relevantes para a compreensão sociológica.

Cabe destacar que a presente pesquisa converge com as propostas de Shapiro e DeMello (2010) e de Arluke (2003), ao buscar dados na prática e no discurso dos *cachorreiros*, dada sua posição privilegiada de contato e relação aos animais. Mais que isso, podemos dizer, e isso ficará mais claro com a leitura completa da tese, que os cães são sujeitos ativos e centrais na realidade social dos policiais e bombeiros.

### *O descompasso entre Sociologia e Antropologia nos Estudos Animais*

Já foi dito, talvez até repetidamente, que a sociologia se silenciou perante a relação entre humanos e outros animais (FLYNN, 2001). Alguns autores adotam um tom mais crítico em relação ao descompasso entre uma sociologia das relações interespecie em relação a este campo de estudos nas outras Ciências Sociais, como Arnold Arluke e Leslie Irvine. Apesar de defender que a Sociologia possa se beneficiar com a entrada no campo dos Estudos Animais, não entendo que este atual descompasso seja resultado de erros, ou que seja uma falha interna. Acompanho a posição de alguns autores (GAEDTKE, 2017; SANDERS, 2006a) que entendem este descompasso como decorrente das preocupações iniciais da história da Sociologia. Segundo Gaedtke:

Se pensarmos o contexto de surgimento da sociologia, o encantamento com a modernidade que impulsionava a produção intelectual e artística da época estava fortemente vinculado às noções de racionalidade, desenvolvimento científico tecnológico, e numa relação entre homem e natureza em que o primeiro carregava o direito e o dever de se utilizar da segunda em prol do avanço civilizatório. (GAEDTKE, 2017, p. 29)

Segundo a autora (2014), desde seu surgimento, a sociologia privilegiou as relações entre humanos, seja nos formatos humano-instituição, instituição-instituição, ou humano-sociedade. A relação humano-natureza teria ficado em segundo plano, em grande parte pela primazia dada ao homem. Esta primazia significava também que os humanos poderiam, legitimamente, se utilizar da natureza, em todas as suas formas, como recursos a

serem utilizados no empreendimento civilizatório (THOMAS, 2010). Assim, plantas, animais, minerais, rios e mares, e outros elementos da natureza, perdiam seus *status* de entes mitológicos que serviam com fonte de explicação epistemológica.

Além disso, ao focar centralmente nas diferenças entre humanos e outros animais, a sociologia teria deixado despercebidas as semelhanças entre ambos (PEGGS, 2012; SEGATA, 2012). Neste cenário de formação e consolidação da Sociologia, a relação humano-animal não fazia parte dos objetos de interesse daqueles autores considerados como seus pais fundadores, Durkheim, Weber e Marx. Em suas teorias, os seres não humanos figuravam enquanto parte do ambiente no qual os humanos vivem e agem. Nessa posição, os animais seriam objetos da ação humana, com passividade total em relação às ações sociais e individuais dos seres humanos racionais.

Porém, de maneira incontestável, a Antropologia Clássica, pelas suas próprias características, dava maior atenção a estes seres não humanos. Essa diferença entre a atenção dada aos animais pela Antropologia Clássica e pela Sociologia Clássica pode ser pensada como elemento explicativo relevante para a compreensão do descompasso entre essas duas ciências no que diz respeito ao estudo das relações interespecie:

Em trabalhos clássicos da disciplina como os Nuer, de Evans-Pritchard, e em Pureza e Perigo, de Mary Douglas, os animais possuem importância central para as reflexões, mas como se fizessem parte de uma natureza que existiria extrinsecamente às sociedades humanas, e sendo então discutidos como objetos dos quais símbolos são projetados, permitindo a compreensão de lógicas sociais dos grupos estudados. (PERROTA, 2020, p. 2)

A mesma proposição é defendida pelo antropólogo Tim Ingold. Segundo o antropólogo (INGOLD, 1995) a antropologia se fundou, enquanto disciplina científica, tendo a humanidade como seu tema central. Isso significa que o próprio debate sobre o que é a humanidade está enraizado nas origens do campo Antropológico, o que, segundo ele, não aconteceria no campo da Sociologia.

Ingold (1995) defende que o debate que envolveu a relação humano-animal esteve, por muito tempo, ancorada nas questões que definem a humanidade, suas características, limites e preceitos, e esta definição focava quase que exclusivamente nas diferenças entre os dois, passando ao largo da vastidão de suas semelhanças. O autor entende que a busca filosófica da essência humana centrada na diferenciação em relação aos animais invisibilizou, por grande parte do período moderno, a condição do humano enquanto

animal, o que teve implicações diretas na forma como esta busca se desenvolveu a partir da ideia de uma superioridade humana.

Para Ingold (2004), no caso da Antropologia, a centralidade da categoria cultura<sup>11</sup> e sua caracterização como par dicotômico oposto à natureza, indicam a centralidade do humano em detrimento das outras espécies, o antropocentrismo fundante das ciências humanas (e também das naturais, como a zoologia e a botânica (THOMAS, 2010)).

Outro reflexo deste antropocentrismo é a representação generalista do humano a partir da suposição de uma unidade psíquica da humanidade, ou seja, de que não existem diferenças cognitivas significativas entre as populações humanas. Sem esta ideia, a noção moderna de cultura não teria como se fundamentar, pois é a partir da unidade psíquica que as diferenças comportamentais se tornam passíveis de explicação pela cultura (INGOLD, 2004). Junto com a representação totalitária de humano, temos a representação totalitária de animal, e todas as problemáticas que derivam de categorizar milhares de espécies não humanas sob uma única categoria (LIMA, 2016).

Ingold (1995) lembra ainda que as discussões sobre humanidade-animalidade e relação humano-animal se desenvolveram juntas, o que teve reflexo significativo no desenvolvimento objetivo desta relação. Ao definir os animais como outros, como par dicotômico dos humanos, surge sua posição de inferioridade e subserviência, originando o antropocentrismo típico da cultura ocidental.

Porém, a segunda metade do século XX trouxe consigo o desenvolvimento de diversas áreas científicas que derrubaram, total ou parcialmente, cada um dos pressupostos clássicos que distinguiam os humanos em oposição aos animais (HARAWAY, 2009). Uma destas áreas científicas foi a primatologia:

Gradualmente, os primatólogos aprenderam que os chimpanzés vivem em unidades sociais (ou comunidades) em que estabelecem relações sociais que duram toda a vida (Nishida, 1968); utilizam diversas ferramentas cotidianamente (Goodall, 1964), incluindo, em algumas populações, martelos e bigornas para abrir frutos duros (Boesch & Boesch, 1981, 1984); caçam coletivamente (Boesch & Boesch, 1989); e talvez até mesmo ensinem ativamente os juvenis em certas circunstâncias (Boesch, 1991). (PAGNOTTA; RESENDE, 2013, p. 573)

---

<sup>11</sup> Para sintetizar, podemos afirmar que, em termos gerais, a palavra cultura evoca nos antropólogos socioculturais (1) a capacidade de criar, manipular e compartilhar símbolos – incluindo símbolos linguísticos –, que permitem e regulam (2) a existência de padrões compartilhados de comportamentos, significados e maneiras de atuar no ambiente, que (3) dependem de aprendizagem em contexto social para se desenvolver em cada pessoa e em sucessivas gerações. (PAGNOTTA; RESENDE, 2013, p. 572)

Cabe destacar que estas inovações científicas, atreladas à força da ciência como portadora de um discurso legítimo para falar sobre as coisas do mundo, mobilizaram as ciências humanas a reverem seus paradigmas acerca das fronteiras entre humanos e animais, algumas das quais hoje se encontram fragilizadas.

É neste período que surgem na Antropologia as contribuições de Roy Wagner e Claude-Lévi-Strauss. Sobre o primeiro, Perrota descreve como sua obra “A invenção da cultura”, de 1975, abre o caminho para os debates desenvolvidos pelo movimento teórico chamado de *virada ontológica* ou de *virada animal* (SEGATA, 2012), na medida em que inicia as críticas da dualidade natureza/cultura<sup>12</sup>.

Ao contrapor o viés utilitarista pelo qual Bronislaw Malinowski abordava os seres não humanos, Claude Lévi-Strauss aponta o caráter cultural/social das relações entre humanos e outros animais (PERROTA, 2020). Segundo a autora:

Os animais também possuem relevância nos trabalhos de Claude Lévi-Strauss, e o antropólogo poderia aparecer destacado em razão da importância que adquire nesse debate. Um argumento para justificar esse ponto poderia ser o de que o antropólogo elaborou a ideia fundamental de que animais não são bons para comer, mas são bons para pensar. A importância de Lévi-Strauss para o debate sobre a relação entre natureza e cultura é reconhecida por Phillipe Descola, que inclusive diz que não é tarefa fácil compreender essa dimensão em sua obra. (PERROTA, 2020, p. 2)

Este rompimento permitiu o desenvolvimento de teorias subseqüentes, no chamado pós-humanismo, nas quais a separação cultura-natureza se apresenta apenas como um produto cultural, e não enquanto produto da distinção biológica, como também como problemática para a compreensão social. Uma característica deste pós-humanismo é o desenvolvimento de categorias híbridas como forma de superar os limites impostos pelas categorias dicotômicas tradicionais, como já foi dito anteriormente. Segundo Buzato:

---

<sup>12</sup> O antropólogo Roy Wagner é um dos autores que lançaram as primeiras questões fundamentais sobre tal separação. O antropólogo debate em seu livro “A invenção da cultura” (2010) perspectivas indicativas de que a disciplina deveria ultrapassar os limites de suas próprias convenções, sendo eles justamente ligados à divisão entre natureza e cultura. Este livro traduzido, recentemente e, publicado originalmente em 1975, pode ser identificado com um trabalho pioneiro entre aqueles que realizam o esforço de questionar, em primeiro lugar, os “pressupostos sacrossantos” da ideia de uma natureza inata e autoevidente. E em segundo lugar, apontar como a Antropologia compartilharia dessa “fê na primazia e no caráter inato do “natural”. Em razão disso, Wagner aponta que os trabalhos etnográficos seriam responsáveis por transformar outros mundos em “meros símbolos” na medida em que os compreenderiam apenas outras classificações de uma realidade já dada. Conforme os “outros” mundos não sejam apenas a versão de uma realidade única e natural que “nós” conhecemos, mas se constituem como esquemas culturais e conceituais análogos aos “nossos”, deveríamos, enquanto antropólogos, pensar, para além da separação entre natureza e cultura, sujeito e objeto. (PERROTA, 2020, p. 3-4)

A literatura pós-humanista em geral, assim como este modesto dossiê, mostram que talvez seja mais correto considerar pós-humanismo um “verbo”, parafraseando a formulação de Street (1991) sobre a cultura. Isso porque o pós-humanismo não funciona como área ou disciplina, mas como uma frente heterogênea, por vezes contraditória, de debate filosófico, prática cultural, inovação tecnocientífica e militância política. Nele se enredam argumentos, objetos, teorias, métodos e, principalmente, indagações e provocações que emergem da ruptura de binários constitutivos do humanismo, como: sujeito vs. objeto, cultura vs. natureza, humano vs. não-humano (máquina, animal, objeto) ou mente vs. corpo etc. Entre esses, destaca-se a separação ontológica radical matéria vs. discurso/linguagem, já teorizada por Latour (1999), entre outros teóricos dos assim chamados “novos materialismos” e, em especial, nos textos aqui agregados, o de Karen Barad (2006) (BUZATO, M. E. K., 2019, p. 480)

Desta forma, percebemos que o estágio atual dos Estudos Animais dentro da Antropologia, possivelmente o mais avançado dentro das Ciências Sociais, é resultado direto da própria história da Antropologia. O desenvolvimento dos debates sobre humanidade levou ao questionamento das fronteiras entre humanos e outros animais. As teses antropocêntricas da superioridade humana logo foram colocadas em xeque pelo crivo antropológico, levando ao desenvolvimento dos animais enquanto “outros”, e não enquanto objetos inanimados e passivos do ambiente. Segundo Perrota (2020, p.2): *“O interesse pelo animal como o “outro” é confeccionado, portanto, a partir de um aparato teórico desenvolvido nas últimas décadas e que nos levou à possibilidade de pensá-los como agentes que nos acompanham na constituição do mundo social”*. Os reflexos desta nova forma de abordar seres não humanos, e suas consequências para um avanço teórico e metodológico nas ciências humanas, pressionam a Sociologia a entrar no debate sobre o qual silenciou durante parte de sua história.

### *O lugar dos animais na Sociologia*

Apesar de já ter sido dito, talvez até repetidamente, é importante lembrar que, diferente do que ocorre com os Estudos Policiais, que construíram sua história enquanto campo de estudo legítimo dentro da Sociologia (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018), os Estudos Animais ainda representam um campo em formação. Não existe uma Sociologia das relações interespécie estabelecida enquanto campo de estudos sociológico. Por isso, compreender como grandes autores da disciplina trataram o tema da relação humano-

animal e do lugar ocupado pelos não humanos em suas teorias, contribui para a compreensão dos caminhos que levaram ao descompasso citado na seção anterior.

No intuito de resgatar os primórdios da disciplina, Sanders (2006a) sugere que talvez a precursora na abordagem da relação entre humanos e animais seja Harriet Martineau, considerada hoje por alguns como a primeira mulher a fazer sociologia (MIGUEL, 2017). Martineau possui artigo de 1865 no qual trata da presença de cães no ambiente urbano, e das questões sociais que dela decorrem, a partir da observação das dinâmicas sociais da cidade (MARTINEAU, 2003, *apud SANDERS, 2006a*). Neste texto a autora aborda a relação humano-animal pela sua dimensão enquanto problema social, uma das características desta relação que reforça seu potencial enquanto objeto da sociologia, como também apontou Bryant (1979).

Dentre os autores clássicos, Durkheim<sup>13</sup> talvez seja aquele que mais próximo chegou de uma abordagem das relações entre humanos e animais, com o estudo do totemismo. Como afirma Renato Ortiz na apresentação da terceira edição de “As Formas Elementares da Vida Religiosa”, de 2008, “os estudos sobre religião representam uma fase mais madura do pensamento durkheimiano.” (DURKHEIM, 2008, p. 5), momento em que estes estudos se tornam o centro da produção do autor. Na sociologia das religiões de Durkheim, os entes da natureza ganham lugar de destaque, a partir da relação entre animismo e naturismo:

Não existe, por assim dizer, um sistema religioso, antigo ou recente, no qual, sob formas diversas, que, mesmo estando estreitamente unidas e mesmo interpretando-se mutuamente, não deixam, no entanto, de ser distintas. Uma está voltada às coisas da natureza, seja às grandes formações cósmicas, como os ventos, os rios, os astros, o céu, etc., seja aos objetos de toda espécie que povoam a superfície da terra, plantas, animais, rochas, etc.; dá-se-lhe, por essa razão, o nome naturismo. A outra tem por objeto os seres espirituais, os espíritos, as almas, gênios, demônios, divindades propriamente ditas, agentes animados e conscientes como o homem, [...]. A essa religião dos espíritos dá-se o nome de animismo. [...] Para alguns, o animismo seria a religião primitiva da qual o naturismo seria apenas forma secundária e derivada. Para outros, ao contrário, o culto da natureza é que teria sido o ponto de partida da evolução religiosa; o culto dos espíritos, seria apenas um caso particular. (DURKHEIM, 2008, p. 80-81)

---

<sup>13</sup> Aqui também cabe uma referência aos estudos de Marcel Mauss sobre o que era chamado de sociedades primitivas, dentro dos quais o valor simbólico dos animais surgia como objeto de estudo.

Durkheim categoriza os animais como objetos, ao lado de outros entes da natureza, alguns inanimados, como as rochas. Ao mesmo tempo, seres do mundo das ideias, como espíritos e almas, são tratados como “*agentes animados e conscientes como o homem*”. Porém, ao tratar do naturismo, o sociólogo francês destaca que o culto dos animais e das plantas sugere uma maior proximidade entre os humanos e estes entes da natureza do que de outros, como os derivados do clima e dos astros, que por si só trazem uma dimensão de independência e iniquidade com os animais humanos:

Aliás, se as coisas da natureza realmente se tornaram seres sagrados em razão de suas forças imponentes ou da força que manifestam, dever-se-ia constatar que o sol, a lua, o céu, as montanhas, o mar, os ventos, resumindo, as grandes forças cósmicas foram as primeiras a serem elevadas a essa dignidade; porque não existem outras que sejam mais aptas para ferir os sentidos e a imaginação. Ora, de fato, elas só foram divinizadas tardiamente. Os primeiros seres aos quais se dirigiu o culto – a prova disso será apresentada nos capítulos seguintes – são humildes vegetais ou animais diante dos quais o homem encontrava-se, no mínimo, em pé de igualdade: são patos, lebres, cangurus, emas, lagartos, lagartas, pererecas etc. Suas qualidades objetivas evidentemente não poderiam dar origem aos sentimentos religiosos que inspiram. (DURKHEIM, 2008, p. 123)

Durkheim antecipa uma questão sobre a qual diversos autores se dedicam atualmente, como, por exemplo, Tim Ingold e Philippe Descola, que é a semelhança entre humanos e animais e como estas semelhanças tencionam as dicotomias cultura-natureza e humano-não humano.

Weber, outro autor clássico da Sociologia, tratou de alguma forma a questão sem, no entanto, dela fazer objeto precípua do empreendimento sociológico. Em artigo recente, Sanders (2006a) traz um trecho da obra weberiana, interpretando que Weber esteve atento à possibilidade de incluir os animais na análise sociológica. Este trecho, na tradução brasileira, assim discorre:

Até que ponto pode ser-nos “compreensível” pelo sentido o comportamento de animais e vice-versa – ambas as coisas num sentido altamente inseguro e problemático em sua extensão -, e até que ponto, portanto, poderia haver uma sociologia das relações entre homens e animais (animais domésticos, animais de caça – muitos animais “compreendem” ordens, cólera, amor, intenções agressivas e reagem perante estas atitudes, evidentemente não apenas de maneira mecânica, instintivamente, mas muitas vezes de alguma forma na qual transparece a consciência de um sentido e a orientação pela experiência) é um problema do qual não trataremos aqui. (WEBER, 2009, p. 10)

Esta citação está presente no primeiro capítulo do volume um da obra *Sociedade e Estado*, intitulado *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Até o ponto desta citação, o texto apresenta a noção weberiana de compreensão, basilar de sua sociologia. Na sociologia compreensiva, o sentido que o indivíduo atribui a sua ação confere a ela seu caráter social, quando este sentido está orientado ao comportamento de outros. Weber deixa claro que entender o comportamento animal como mecânico é um erro. Ao mesmo tempo, quando se refere aos animais, os conceitos “*compreensível*” e “*compreendem*”, colocados entre aspas, deixam a impressão de que o autor entende que a possível compreensão de sentidos pelos animais não seria equivalente à humana, mas também pode significar que o tema era complexo e que não iria tratar dele naquele contexto de apresentação dos conceitos sociológicos fundamentais.

Neste sentido Weber também antecipa uma questão que, atualmente, permeia diversas áreas da ciência, a da possibilidade de os animais, ou alguns deles, possuírem consciência e algum nível de ação dotada de sentido. Pouco à frente da passagem citada acima, Weber destaca as dificuldades em tratar deste ponto: “*Mas, quanto aos métodos seguros de constatar a situação subjetiva do animal, estes em parte não existem, em parte são bastante insuficientes: como é sabido, os problemas da psicologia animal são tão interessantes quanto espinhosos.*” (WEBER, 2009 p. 10).

Sobre os animais se organizarem em sociedades, em grupos com diferenciação de funções e de hierarquia, como nas colmeias de abelhas e alcateias de lobos, Weber (2009) entende que este fato não pode ser examinado além de seu caráter funcional para a sobrevivência da espécie, como o fazem as áreas da biologia que se dedicam ao tema. O autor prossegue: “*Mas há um ponto em que os pesquisadores sérios estão completamente de acordo: essa limitação ao conhecimento funcional [sobre a consciência dos animais] é uma injunção que se considera ser apenas provisória*” (WEBER, 2009, p. 10). E Weber estava certo. Sabe-se hoje que os animais possuem certo nível de consciência<sup>14</sup> que possivelmente permite que estes possam conferir algum nível de sentido à parte de suas ações. Mas a impossibilidade de apreender estes sentidos e significados, de acessar o mundo das ideias dos animais, é um fato que Weber salienta.

Chegando à sociologia produzida na segunda metade do século XX, Sanders (2006a) destaca o papel de George Hebert Mead (1962, 1964 in SANDER, 2006a) na

---

<sup>14</sup> Este ponto será apresentado mais profundamente em capítulo posterior.



manutenção da marginalização dos animais em relação aos objetos da sociologia, apesar da grande presença deles nos escritos deste autor. Mead entendia que os animais ou não possuíam ou não se utilizavam de linguagem<sup>15</sup>, mas apenas de uma comunicação primitiva que lhes permitia exclusivamente um papel passivo na relação com humanos, que coordenariam unilateralmente tal comunicação<sup>16</sup>. Assim sendo, as ideias de que os animais possuíam *self*, emoções ou consciência, seriam apenas projeções antropomórficas<sup>17</sup>.

Fica evidente que Mead é herdeiro da tese cartesiana, que defendia que os animais reagiam mecanicamente a estímulos sensoriais e emocionais e não conseguiam fazer juízo sobre estes, por não serem dotados de razão e não conseguirem, conseqüentemente, elaborar através da linguagem o juízo sobre estas sensações e emoções (Idem). Mas antes que o paradigma cartesiano estivesse colocado em xeque dentro das ciências humanas, já no final do século XX, alguns autores começavam a externar seu incômodo, seu “mal-estar” (LESTEL, 2001), em relação ao silêncio da sociologia sobre as relações entre humanos e outros animais.

#### *A sociologia se atenta para a “conexão zoológica”*

O texto de Clifton Bryant intitulado “*The zoological connection: Animal-related Human Behavior*”, publicado em 1979 no periódico *Social Forces*, é seminal na abordagem sociológica das questões relacionadas à relação humano-animal. É um chamado, com tom de alerta, que dá início ao surgimento de sociólogos interessados em preencher a lacuna existente sobre esta temática. Neste artigo, Bryant defende que a sociologia tem muito a ganhar ao incorporar em seu léxico teórico elementos do que ele chama de “*zoological connection*”, conexão zoológica, que seria o conjunto de ligações e relações estreitas entre humanos e animais nas mais variadas formas de fenômenos e relações sociais, instituições, linguagem, dentre outros.

---

<sup>15</sup> “We, of course, tend to endow our domestic animals with personality, but as we get insight into their conditions we see there is no place for this sort of importation of the social process into the conduct of the individual. They do not have the mechanism for it—language.” (MEAD, 1962: 182 *apud* Sanders, 2006a)

<sup>16</sup> Mais à frente apresento como alguns sociólogos da corrente do interacionismo simbólico, herdeiros teóricos de Mead, contestam esta posição.

<sup>17</sup> “We put personalities into the animals, but they do not belong to them. And yet the common attitude is that of giving them just such personalities as our own. We talk to them and in our talking to them we act as if they had the sort of inner world that we have.” (MEAD, 1962: 182-183, *apud* Sanders, 2006a)

Apesar de ter sido escrito há mais de quarenta anos, o texto de Clifton Bryant segue atual, na medida em que sociologia pouco avançou na incorporação das conexões zoológicas no estudo dos fenômenos sociais, e também na medida em que estas conexões não deixaram de existir. Ao contrário, talvez possamos dizer que atualmente existam mais conexões zoológicas, tendo em vista a disseminação de práticas sociais voltadas a animais, como as terapias alternativas com a utilização de cães e cavalos, a biotecnologia, os mercados de caça e coleta, e, principalmente, no contexto desta pesquisa, o uso de cães de trabalho, dentre os quais podemos incluir não apenas os cães policiais, mas também os cães-guia e os cães pastores. Por fim, e talvez a conexão zoológica de maior destaque nas Ciências Sociais contemporâneas, a relação entre humanos e animais de estimação, a cultura *pet*, que da época de publicação do artigo de Bryant até os dias atuais, tomou proporções de grande escala, o que o sociólogo americano já previa.

Logo no início do texto, o autor descreve como diversas áreas das humanidades possuíam interesse em questões relacionadas à relação humano-animal, como, por exemplo, a história, a epidemiologia social, a economia, a psicanálise e, principalmente, a antropologia<sup>18</sup>. A seguir Bryant começa a indicar o que ele chama de dimensões zoológicas das esferas do social, como linguagem, cultura, economia, etc.

Detentora de destaque dentro das ciências humanas de todos os tipos, a linguagem está “*saturada de referências zoológicas*” (BRYANT, 1979, p. 401) tanto em seus elementos estruturais, como palavras e orações, quanto em seus elementos linguísticos, como metáforas e analogias. “Forte como um touro”, diz-se dos musculosos. “Hiberna como um urso”, diz-se daquele que dorme muito. Como diz o próprio autor, falta tempo e espaço para citar aqui todas as referências a animais na linguagem.

A linguagem, que como foi dito há pouco, era o elemento inexistente nos animais e impedia que as relações entre eles e os humanos fossem objeto de estudo da sociologia, é apresentada por Bryant por outra dimensão. Por mais que não possa ser cientificamente apreendida uma linguagem animal complexa o suficiente para uma interpretação simbólica, existe o animal dentro da linguagem humana. Próximo do que Lévi-Strauss

---

<sup>18</sup> Likewise, there is an extensive anthropological literature which treats a wide spectrum of animal involvements in human culture ranging from Levi-Strauss' (a) statement on totemism to Wissler's classic paper on the influence of the horse in the development of plains Indian culture in the United States, and from Williams comments on animal references and themes in the communication among members of a black Pentecostal church to Jordan's insightful analysis of the relationships of the dog and human in the rural South. (BRYANT, 1979, p. 400)

definia como “*bons para pensar*”, a presença dos animais como referências simbólicas indica a existência de uma dimensão social nas relações interespecie. E, segundo o autor, se existe uma dimensão zoológica da linguagem, existem então dimensões zoológicas das culturas, em seus diversos campos, como na literatura, com obras consagradas como “O patinho feio” e “Os três porquinhos”; no cinema, como filmes como “*King Kong*” e “*Orca*”; no teatro, com peças como “*Night os the Iguana*” e “*Equus*”; nos programas de televisão como “*Lassie*” e “*Rin tin tin*”; sem contar os inúmeros personagens de ficção infantil como o Pato Donald, o casal Mickey e Minnie Mouse, dentre outros.

No Brasil, alguns animais obtiveram fama enquanto personagens literários, como a cachorra Baleia, do livro “*Vidas Secas*”, de autoria de Graciliano Ramos, e publicado em 1938. É provável que, dentre os capítulos que compõem a obra, aquele que trata da morte de Baleia seja o mais famoso, o mais debatido quando se trata da obra. Tanto que a cachorra figura na capa de diversas edições do livro, tendo se tornado símbolo da obra. Além de Baleia, Ulisses, o cão narrador do livro “*Quase de Verdade*”, de Clarice Lispector, lançado em 1978, também se destaca.

Na televisão, é passado o tempo de sucesso da TV Colosso, programa que minha geração apreciou. A grandalhona Priscila e sua turma canina saíram de cena, mas entraram outros personagens, como a Patrulha Canina, já citada na introdução da tese, e que faz muito sucesso entre as crianças nos dias de hoje. Não apenas os cães, mas nos desenhos animados voltados à primeira infância, os animais de todas as espécies predominam. Da família de porcos da Peppa Pig, em sua sociedade multiespecie, até o urso amigo de Masha, são inúmeros personagens animais que fazem a alegria dos pequenos humanos. Enquanto os conterrâneos de Bryant criaram os Muppet Babys, os brasileiros criaram o Cocoricó. Assim como as referências na linguagem, apresentar todas as referências animais na TV, cinema e literatura demandaria centenas de páginas desnecessárias aos objetivos desta tese.

Mas outra dimensão zoológica da cultura analisada por Bryant merece ser ao menos citada é a presença dos animais nos esportes<sup>19</sup>. No Brasil os esportes com animais não são tão populares quanto em outros países, e aqui falo principalmente dos esportes equestres,

---

<sup>19</sup> Among our favorite recreational pursuits are horse and dog racing, cock-fighting, hunting and fishing, bird-watching, horseback riding, attending dog and other animal shows, visiting zoos, attending circuses and rodeos, tropical fish raising, practicing taxidermy, and leering at Playboy bunnies. Even some of our most celebrated athletic teams have animal names in totemic fashion. Consider the Chicago Bears, the Atlanta Falcons, the Detroit Lions, and the Miami Dolphins. (BRYANT, 1979, p. 403)

como o Polo e o Turfe. Ao mesmo tempo, outras práticas, como o rodeio, integram a cultura de diversas regiões do país. Outra prática muito comum, e que possui pouca visibilidade, é a caça com cães. Controversa, esta prática segue como uma das principais formas de caça ilegal (e também legal) no Brasil. Reflexo disso foi a criação da raça nacional chamada Veadeiro Pampeano, utilizado na caça de cervídeos. A pesca também desponta como um dos hobbies preferidos dos brasileiros.

No futebol, o mais famoso esporte no país, grande parte dos times possui animais como mascotes, oficiais ou não oficiais, como o porco e o papagaio do Palmeiras, o peixe do Santos, o urubu do Flamengo e o galo do Atlético mineiro, dentre outros.

Depois de descrever algumas das dimensões zoológicas da cultura, Bryant destaca a dimensão zoológica do comportamento humano. Segundo o autor:

Encyclopedic volumes might be written listing zoological elements and traits in our culture. But the animal influence in our social life goes beyond mere semantic novelty. There is virtually no area of social life that is untouched by animals. The particular configuration which our social behavior assumes results in many instances from a zoological consideration. The crowing rooster wakes us up in the morning and the last thing we do at night is walk the dog, or let the cat out. Animals and insects sometimes interfere with our picnics, and in institutionalized fashion, we eat fish on Friday. Taking home a doggie bag has become constituent to the ritual of restaurant behavior, and a mink coat may break up a marriage or save one, depending on whether it is given to the mistress or the wife. In some rural parts of the country, most work stops and schools let out on the opening (BRYANT, 1979, p. 403-404)

Neste debate é central a relação com os animais domésticos, tanto de estimação quanto de criação. O autor destaca como a vida cotidiana das pessoas é permeada por animais, como por exemplo, passear com o cão ao final da tarde marca o final do dia de muitas famílias, ou como a permissão para criar animais de estimação pode pesar no momento de escolher um apartamento para alugar. No mesmo sentido, Bryant (1979) aponta como um animal de estimação pode impactar na relação entre vizinhos, tanto negativamente, como em conflitos por latidos ou fezes na calçada, como positivamente, como unindo vizinhos para passear com seus cães.

Trazendo este debate para o contexto nacional, os dados sugerem que nos anos que se seguiram à virada do século XX para o século XXI, ocorreu aumento considerável do número de animais de companhia em várias partes do mundo e, em especial, no Brasil. Segundo o IBGE, em 2013, último ano em que o instituto contabilizou a população pet no Brasil, seu número chegava a 132,4 milhões. Para o Instituto Pet Brasil, que acompanha os

dados do mercado associado à criação de animais de estimação em todo o país e apresenta anualmente um censo pet, este número aumentou para 139,3 milhões em 2018.

Ainda segundo o instituto, tal população é composta por 54,2 milhões de cães, 39,8 milhões de aves, 23,9 milhões de gatos, 19,1 milhões de peixes e 2,3 milhões de répteis e pequenos mamíferos. Enquanto o cão segue sendo o preferido para compartilhar os lares brasileiros, os gatos se destacam pelo maior aumento percentual de sua população, de 8,1% desde 2013. A pesquisa ainda revela que os cães são maioria nas casas, enquanto os gatos predominam nos apartamentos. Além do crescimento numérico, a população de *pets* também ganhou em longevidade, tanto por causa do desenvolvimento tecnológico na veterinária, quanto pelas mudanças de concepção de saúde animal pelos seus donos (KULICK, 2009).

Em relação à distribuição regional desta população, a pesquisa revela que a região sudeste é aquela que possui o maior número de animais, concentrando 47,4% deles. Em seguida estão as regiões Nordeste (21,4%), Sul (17,6%), Centro Oeste (7,2%) e Norte (6,3%). Cabe aqui destacar que a região sudeste é a mais populosa e a mais rica (maior PIB e PIB *per capita*) do Brasil, o que dá uma dimensão da relevância das relações de mercado para a cultura *pet*.

Este cenário não é específico do Brasil, embora seja provável que existam peculiaridades. Em artigo do início do século XXI, Flynn (2001) indicava a presença dos animais de estimação em seis de cada dez domicílios norte-americanos. Ainda segundo o autor, no início dos anos 2000 os animais de estimação estavam presentes em 70% dos domicílios que possuíam crianças com menos de seis anos de idade, e em 78% dos domicílios com crianças acima desta idade. (Idem). Além disso, na maior parte destes lares, os animais de estimação são considerados membros da família (Idem).

O aumento do número de lares que possuem animais de estimação seguiu nos anos que se passaram ao artigo de Bryant. Aumentou também o plantel mundial de animais de criação. Mas a disputa por recursos que preocupava o autor não se desenvolveu, suprimida possivelmente pelas inovações tecnológicas, mas não sem apresentar conflitos e problemas, como no caso da doença da “vaca louca”. Dessa forma, Bryant estava certo em prever que o aumento da população de animais domésticos não ocorreria desacompanhado de problemas sociais relacionados a esse aumento.

Atualmente, por mais que não faltem recursos para alimentarmos nossos *pets*, a alimentação desses animais não deixa de ser um campo de disputas e conflitos. As diferentes dietas animais trazem consigo questões que podem nos ajudar a compreender elementos humanos da sociedade, como mostra o trabalho de Lewgoy e Sordi (2012).

Outro fato que Bryant provavelmente não vislumbrava era que a indústria de alimentos para animais fosse atingir o nível da produção atual. O mercado *pet* é, igualmente, um indicador da relevância social crescente destes animais. O Instituto Pet Brasil (IPB, 2019) calculou que, em 2017, o setor de varejo dessa área movimentou R\$32,9 bilhões. Já em 2018, este valor aumentou para R\$34,4 bilhões e, em 2019, a expectativa é que este mercado tenha atingido a marca de R\$36,2 bilhões. Os principais ramos que fomentam este mercado são o de alimentação, seguido pelo de cuidados veterinários, e, em terceiro lugar, o de cuidados estéticos.

Basta um passeio em algum ambiente *pet friendly*<sup>20</sup> para se ter uma ideia da abrangência e diversidade do mercado voltado às demandas dos que têm tais animais. De bolsas para carregar os pequenos, até laços e fitas para cabeças de todos os tamanhos. Óculos e perfumes adaptados podem compor os *looks* caninos, enquanto pingentes com joias e coleiras de pedras costumam adornar os felinos. Na hora de lanchar, os mais rústicos podem tomar cerveja com sabor de costela, enquanto os que preferem doces podem degustar pipocas e sorvetes feitos com carne ou vegetais. Mas não só de vida vive o mercado de *pets*. Não é difícil encontrar funerárias que fazem velórios, enterros e cremam os animais falecidos.

Tendo exposto como os animais estão amplamente presentes na vida social, Bryant (1979) parte para o diagnóstico de sua época acerca da atenção dada pela sociologia para o tema. Exceto por algumas pesquisas isoladas, o autor identifica que a sociologia tem deixado passar ao largo de sua compreensão elementos sociais profícuos da relação humano-animal:

Sociological research on animal-related human behavior might well yield additional valuable insights concerning the interactional process, social motivation, the influence of value systems on perception, socialization and

---

<sup>20</sup> O termo *pet friendly* tem sido utilizado para designar locais e eventos (comércios, áreas públicas, festas, etc) que permitem a presença de *pets*. A meu ver, este conceito surge diante de uma sociedade cada vez mais permeada por conformações familiares multiespécie, atendendo às demandas de mercado dessas pessoas. Não é apenas permitir que as pessoas levem seus animais a determinados locais, mas também atrair aqueles que querem compartilhar determinadas experiências sociais com seus *pets*.

personality development, human violence and its sublimation, and the social dynamics of anthropomorphism. (BRYANT, 1979, p. 404-405)

A partir deste diagnóstico, o autor apresenta direções possíveis para a Sociologia, a começar pela abordagem dos animais enquanto problemas sociais. Os conflitos entre humanos e animais estão presentes na história humana desde seu início, como será discutido mais a fundo em outro capítulo deste texto. Porém, os conflitos humano-animal são questões sociais que se apresentam como objeto para a sociologia, dado seu potencial de impacto na realidade social dos indivíduos. Aqui estão situações como a predação de humanos e de suas crias não humanas por grandes carnívoros nas regiões rurais, a destruição de plantações por pragas, cães de rua revirando e espalhando lixo nas áreas urbanas, até as doenças zoonóticas. Bryant destaca que conflitos entre humanos e outros animais estão presentes em toda nossa história, muitas vezes com papel de destaque<sup>21</sup>.

No presente momento em que escrevo esta tese, vivemos o momento singular da pandemia da Covid-19, causada pelo vírus SarsCov-2, o qual possivelmente migrou de outros animais para os humanos. Mesmo após inúmeras epidemias globais semelhantes, poucas pessoas no mundo, com exceção de alguns poucos grupos como os da microbiologia e da biossegurança, imaginavam o potencial de impacto social que a convivência com animais pudesse causar. Da mesma forma, os animais enquanto problemas sociais pouco foram tratados pela sociologia até o final do século XX (BRYANT, 1979).

Atualmente diversos trabalhos têm como objeto problemas sociais relacionados com a relação humano-animal. É o caso dos estudos sobre Leishmaniose visceral em cães e humanos (LEWGOY; MASTRANGELO; BECK, 2020), sobre disputas e conflitos com animais de rua (ARLUKE 2003), sobre “cães perigosos” (BEVILAQUA, 2014), cães que atacam animais de criação (TEIXEIRA, 2020), espécies invasoras (SORDI, 2020), para citar apenas alguns exemplos, e sobre um único animal. Como destaca Bryant: “*The dog is simply one animal that is an element in some of our potentially serious social problems*”

---

<sup>21</sup> Historically and cross-culturally animals have sometimes been social problems, or key elements in social problems. Man-eating tigers disrupt village life in rural India. Locusts destroy crops everywhere and precipitate famines. Contaminated oyster beds in Chesapeake Bay may put large numbers of watermen out of work. The infants of the poor in slum areas are sometimes attacked by rats. Discovery of an endangered species in a strategic location may halt a technological project that might have brought employment to thousands and progress to millions, and an insect like the boll weevil impoverished an entire region for decades. Human behavior and values are often inextricably interwoven with animal behavior in convoluted configurations that may assume dysfunctional dimensions for the social enterprise. (BRYANT, 1979, p. 405)

(BRYANT, 1979, p. 406). Este eixo de abordagem engloba vasto leque de fenômenos sociais frutíferos para a abordagem sociológica, e tem se firmado como um dos principais eixos de pesquisa do campo dos Estudos Animais no Brasil.

A segunda direção apresentada por Bryant é atentar para os fenômenos relacionados ao *status* senciente dos animais<sup>22</sup>. As preocupações de Bryant sobre o *status* de senciência dos animais, e dos movimentos políticos relacionados a esta nova forma de representar alguns dos seres não humanos, parecem estar centrados nos impactos econômicos que o autor vislumbrava. O autor cita uma série de exemplos de legislações em prol do bem-estar dos animais de criação que, segundo sua perspectiva, limitaram a produção, encareceram o processo de criação de animais, e tornaram alguns ramos de mercado menos eficientes economicamente.

Ao mesmo tempo em que Bryant parece mais preocupado com os efeitos objetivos que ele entende como negativos para o suposto avanço econômico e científico (por exemplo, o autor lamenta as demissões ocorridas com o fim da indústria de pesca de baleias, geradas por pressões dos movimentos ambientalistas), o sociólogo americano traz a relação entre a tese cartesiana da superioridade humana pela razão/alma, e a condição dos animais na sociedade Ocidental. E é nos conflitos que surgem com a nova representação dos animais, enquanto portadores de sensações e de sentimentos (e conseqüentemente de novos direitos), que Bryant enxerga um campo fértil para a sociologia:

Although sociologists have traditionally found social controversy of engaging scientific interest, they have apparently viewed animal related controversy, social movements, or collective behavior as possessing little sociological relevance. The emerging social dilemmas and conflicts in this regard would surely seem to offer sociological vistas of tantalizing dimensions. From the standpoint of national need and the cultural equilibrium, sociologists would almost seem to have an implicit mandate to become involved in this morass of convoluted social value conflicts. There is an inconsistency and lack of logic in much of our societal animal values that invites analysis. After all, as one author put it, "Beat a cat and go to prison. Chase and kill a fox and become conceivably Master of the Hunt" (Carson). (BRYANT, 1979, p. 408)

---

<sup>22</sup> Certain operative value systems in our society mandate conceptualizing the animal as a sentient creature, possessed of sensibilities and sensitive ties, and endowed with certain inalienable basic rights to be free from pain and suffering imposed through human tyranny and exploitation. Such value systems have recently crystallized into a concerted social movement bearing the name "animal liberation" (Singer). This movement is gathering considerable impetus and its recent momentum is increasingly bringing it into conflict with various value systems, of technological, economic, or social mode, with which it is unalterably incompatible. The collision of such value systems is not without significant social and economic implication. (BRYANT, 1979, p. 406)



Atualmente existe uma produção interessante sobre essas questões levantadas por Bryant. Diversos trabalhos buscam compreender as subjetividades presentes nos movimentos políticos das causas animais, como o artigo de Andrea Osório (2017) e a tese de Maria Helena Lima (2016), e o *status* jurídico dos animais sencientes, como a tese de Ana Paula Perrota (2015).

O terceiro campo ao qual Bryant sugere que a sociologia pode se debruçar é aquele que mais interessa a esta pesquisa, o campo do trabalho com animais. Por uma questão de narrativa, deixarei este tópico de discussão para o final desta seção. Passemos então ao quarto ponto, que o autor chama de “*animal enquanto substituto do humano*” (BRYANT, 1979, p. 410):

Animals serve numerous functions in human society, but perhaps sociologically, the most interesting function is filling statuses in social groups. Many animals in effect, are required to play the role of surrogate humans in many social contexts. Some animal trainers or keepers, like the elephant's mahout, may literally live with the beast. The gold miner's jenny often served as both sexual and social companion. Traditionally, in Indonesia, baby orangutans were sometimes reared in a human family almost in the fashion of a child. Almost every conceivable kind of creature from snake to cat, and from horse to chimpanzee has been made to play the role of companion to human. It is the dog, however, that has been the principal in this regard, in our society. Claude Levi-Strauss (b) has observed that: " ... dogs are relevant in connection ... with ... human society ... because, having no social life of their own, they form a part of ours." (Ibidem, p. 410-411)

O autor ressalta também a presença, cadê vez maior, dos animais domésticos no convívio familiar. Esta presença implica na participação do animal nos processos de socialização das crianças, na construção de redes de solidariedade entre indivíduos, e no aprendizado de questões afetivas e de cuidado. Por exemplo, cães *pets* idosos podem servir como referência de aprendizado sobre os cuidados específicos da velhice, como em relação à sua maior fragilidade física.

Nesta direção apresentada por Bryant podemos destacar, da produção acadêmica atual, aquela derivada do interacionismo simbólico. Os estudos desta corrente procuram avançar na compreensão das interações interespecie, da construção das identidades dos animais não humanos, de sua agência e personalidades.

Os últimos pontos apresentados por Bryant são oriundos de questões jurídicas. Crimes ecológicos, crimes ambientais, crimes contra animais, crueldade contra animais e animais enquanto propriedade são questões que remetem ao *status* jurídico dos diversos seres e elementos que englobam a categoria de natureza. As questões ambientais, hoje

pautas centrais da política internacional, já despontavam, na época de publicação do texto, como questões merecedoras da atenção da Sociologia. Nos anos que se seguiram, diversas mudanças jurídicas sobre questões referentes à forma como os humanos interagem com os animais. Também no campo das relações com animais de estimação ocorreram mudanças jurídicas significativas, grande parte fruto da mobilização política dos grupos de defensores dos direitos dos animais e dos grupos ambientalistas. Aqui, cabe destacar que as pautas referentes a animais de estimação, como a crueldade contra animais e o problema dos animais de rua, ascenderam no campo político. Tanto é que a chamada bancada *pet* avançou em número de cadeiras do congresso nacional, superando o número de cadeiras ocupadas por representantes da pauta ambiental (BAPTISTELLA, 2015).

As abordagens sociológicas sobre crime e crueldade contra animais serão abordadas em seção do próximo subcapítulo. Resta então retomar o terceiro ponto levantado por Bryant como potencial para análise sociológica, o trabalho com animais<sup>23</sup>. O autor destaca as categorias profissionais voltadas aos animais, que vão desde a veterinária à criação de galinhas. Nesse ponto, Bryant traz questões que trato nesta tese:

The animal oriented component of work does have implications for the dynamics of work performance and the development of occupational identity, and some of the studies of such occupations have revealed some interesting causal connections in this regard. (Ibidem, p. 409)

Ao tomar a relação *cachorro*-cão enquanto objeto de pesquisa, meu objetivo é compreender estas “implicações para as dinâmicas performáticas do trabalho e para o desenvolvimento de identidades profissionais” citadas pelo autor. Bryant cita também a possível contribuição (positiva, mas que também pode ser negativa) para o prestígio de algumas profissões. Ora, essa questão é exatamente a que trato quando abordo a representação dos *cachorritos* de que são mais bem vistos, mais bem recebidos e melhor

---

<sup>23</sup> Sociological students of work and occupation have found little to interest them in the human-animal interface attendant to work, even though the systemic linkages are not inconsiderable. The history of the social enterprise is, in large measure, a history of man and animal working together. In various societies we encounter horses, cattle, camels, water buffalo, llama, reindeer, elephants, or dogs, to name only a few species, as ubiquitous work animals. The resultant dyadic arrangement between man and beast is a most singular interactive relationship and could undoubtedly provide enlightening and significant insights concerning personal identity, dyadic behavior, and the interface of anthropomorphic processes and social linkages, if probed sufficiently. The cowboy and his horse, the farmer and his mule, the organ grinder and his monkey, the miner and his jackass, the mahout and his elephant, and the shepherd and his dog to mention some of the vagaries of man-animal work teams to be encountered, are classic examples of task-oriented social assemblages involving a human and one or more beasts. (BRYANT, 1979, p. 408)

tratados pela população em geral, quando estão com seus cães. Neste sentido, os animais seriam agentes provedores de reconhecimento e, conseqüentemente, de satisfação pessoal dos indivíduos envolvidos.

Podemos adiantar aqui que, no caso dos *cachorreiros* policiais militares, este ganho de reconhecimento social quando trabalham com cães é um elemento ainda mais significativo para suas experiências de trabalho do que para os *cachorreiros* bombeiros. E isso devido à diferença de reconhecimento social existente entre essas duas identidades, a de policial e a de bombeiro, estes últimos, recebendo melhor reconhecimento social, independentemente de trabalharem com cães.

Nas décadas que se seguiram ao artigo de Bryant, principalmente na sociologia americana e francesa (GAEDTKE, 2017), autores passaram a se dedicar ao estudo das relações entre humanos e animais como um elemento social fundamental para a compreensão da sociedade humana. Autores já citados, como Descola, Ingold, Sanders, Irvine, dentre outros, produziram trabalhos significativos que hoje são a base teórica para os atuais pesquisadores deste campo. Porém, de maneira geral, a sociologia ainda confere pouco destaque e revela preconceito com estes estudos<sup>24</sup>. Durante sua história, a sociologia nunca se absteve em fazer uma sociologia dela mesma, em revisar e visitar seus paradigmas, como por exemplo, seus objetos de estudo. Esta postura é elemento importante para sua legitimidade (GAEDTKE, 2017). Ao abrir espaço para o estudo das relações interespecie, obviamente muitas questões espinhosas aparecerão. Porém a sociologia tem muito mais a ganhar do que a perder, como as recentes produções da área demonstram<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Other social science disciplines, however, have run with the ball. Anthropology, for one, long ago labeled animal studies a “growth field” and accorded it space in an annual state-of-the-art review (Shanklin, 1985). By contrast, sociologists have not acknowledged the importance of animal studies; indeed, some have belittled it as mere “boutique” sociology. (ARLUKE, 2002, p. 370)

<sup>25</sup> Partindo da revisão bibliográfica, é possível fazer a defesa de que a sociologia expanda o olhar para a relação entre seres humanos e animais de estimação, justificando tal defesa a partir de, pelo menos, quatro pontos principais: em primeiro lugar, os processos de sociabilidade que envolvem indivíduos humanos com seus animais de estimação refletem importantes transformações ocorridas na sociedade moderna; segundo: as relações entre humanos e animais de estimação podem reafirmar ou representar material e/ou simbolicamente as desigualdades e a distinção entre os próprios seres humanos. Além disso, um terceiro aspecto é o de que, dado o impacto dessa intensificação da relação com animais de estimação nas sociedades contemporâneas, a sociologia já não tem mais a opção de desconsiderar as implicações culturais, econômicas, ambientais e políticas vinculadas às relações de humanos com os pets. O quarto ponto de defesa é que, por mais que a relação humanos/animais de estimação não seja um objeto consagrado da disciplina, é possível encontrar frentes de pesquisa promissoras nesta área e amparo teórico em várias correntes sociológicas clássicas [...]. (GAEDTKE, 2017, p. 33)

O estudo da relação humano-animal presente nas mais variadas formas de trabalho em que animais não humanos são empregados segue o mesmo caminho potencial do estudo dos *pets*, até porque, como discutirei mais adiante na tese, as representações sociais sobre cães *pet* se relacionam com as representações sociais sobre cães de trabalho. Mas antes de tratar do objeto específico da tese, cabe revisar algumas das principais abordagens sociológicas que se desenvolveram nas décadas que sucederam ao chamado de Clifton Bryant. O parágrafo final de seu artigo contribui para a transição ao próximo subcapítulo:

Our social enterprise is not composed of humans alone. Creatures of all variety are inextricably involved in many of our behavioral activities and play important interactive roles in society. The animal influence in our lives is enormous and our culture is richly infused with zoological components. The profusion of animal oriented or related human behavior in which we routinely engage is important in its consequences and significant in its import. It would seem to well justify the research attention of sociologists. As students of society and social behavior, we can no more appropriately ignore the zoological dimension, than an analysis of drama can ignore seminal actors in a play. To truly understand human social behavior in all its vagaries, and to be completely sensitive to the full array of its nuisances and subtleties, we must enhance our appreciation of its zoological dimension. Accordingly, we might all be well advised to add animals to the lexicon of our discipline. We may come to perceive whole new vistas of behavioral linkages by taking into account the "zoological connection." Our behavior, our lives and our destiny are directed in part by the shadow of the beast. Let us, therefore, turn our sociological attention to this neglected area of social causation. (BRYANT, 1979, p. 417)

## 1.2 – Algumas abordagens sociológicas das relações interespécie

O chamado de Clifton Bryant, em certa medida, foi eficiente. Nas décadas que se seguiram à publicação do artigo, a sociologia norte americana passou a atentar mais para as relações interespécie. Diversos autores começaram a publicar, já na década de 1990, trabalhos que formaram a base teórica para estudos sociológicos sobre as relações interespécie. Por ser um campo de estudos recentes e que ainda busca legitimação plena dentro da Sociologia, a maior parte dos autores que produziram nesta época destacaram os benefícios para as ciências sociais de estudar as relações interespécie:

Sociological analysis of human-animal interaction, of the role of animals in society, is important for several reasons. According to Arluke and Sanders (1996), “It will show us, among other things, how meaning is socially constructed through interaction; how we organize our social world; and how we see our connection (or lack of it) to other living things” (p. 4). (FLYNN, 2001, p. 72)

Em revisão bibliográfica sobre a temática no cenário norte americano, Leslie Irvine (2008) destacou três formas de abordagem da relação humano-animal como as principais dentro da Sociologia à época. A primeira seria pelo viés da dominação e da opressão, partindo da premissa de que a estrutura de dominação humano-animal integra e dialoga com o sistema de dominação imposto pelo capitalismo. Neste sentido, esta abordagem procura compreender as conexões entre a opressão presente na relação humano-animal com outras formas de opressão social, como o sexismo, o racismo e a dominação de classes, visto que são sistemas que dialogam entre si (IRVINE, 2008). Portanto, o especismo, como um sistema de opressão oriundo da cultura humana, teria lugar como objeto das sociologias da dominação e do poder:

[...] like racism and sexism, speciesism is deeply rooted in the structure of society, particularly in the economic practices around our use of animal as food. Just as we cannot end racism or sexism by simply stopping our individual prejudices, confronting speciesism will require more than just individual efforts. It requires challenging the institutionalized speciesism woven into all aspects of society. (Idem, p 1959)

A segunda abordagem é aquela que busca relacionar o fenômeno da violência contra animais com os fenômenos de violência entre humanos, em suas diversas formas, salientando que as conexões entre estes dois fenômenos sociais não são tão óbvias ou

evidentes quanto se pensava. Aqui estão incluídos também os trabalhos sobre crueldade e bem-estar animal, e sobre crimes relacionados a animais.

A terceira abordagem destacada por Irvine (2008), a partir da qual atua a autora, é a do Interacionismo Simbólico. A autora entende que esta contribui para um avanço metodológico da Sociologia na medida em que desenvolve estratégias de estudo do *self* e da construção das personalidades em agentes não dotados das formas tradicionais de expressão da linguagem, como a fala ou a comunicação por libras.

Estas abordagens, não sendo as únicas possíveis, longe disso, são, no entanto, consideradas dentre as mais relevantes atualmente para uma sociologia animal, merecendo, então, maior aprofundamento. Somo a elas a abordagem realista-materialista. Apresento, a seguir, algumas das questões mais relevantes em cada uma destas abordagens.

### *Especismo e as relações de dominação*

Como já foi dito, o conceito de especismo cunhado por Peter Singer (2004) inaugura uma linhagem de correntes teóricas que buscam dar luz às relações de dominação e poder que envolvem as relações interespecie e, para além delas, revelar relações entre estas formas de dominação e outras já consagradas como objeto das ciências sociais, como o patriarcado. Os efeitos para a questão da identidade, de se considerar algum grupo como *outro*, é amplamente conhecido da sociologia.

Nas diversas formas com a qual lidamos com os animais, desde animais de companhia até cobaias de laboratório, a relação de dominação humana prepondera<sup>26</sup>. Irvine (2008) destaca que colocamos os animais em relações de poder nas quais eles precisam seguir as regras humanas, como na convivência em casa, fazendo suas fezes nos locais determinados e evitando latir quando passam pessoas no portão. É o controle da animalidade de que trata Segata em sua tese (2012), a disciplina dos comportamentos animais indesejados, muitas vezes porque nos lembram de nossa condição animal. O mesmo vale para os cães policiais. Aqueles que não se enquadram nas diretrizes comportamentais que definem um bom cão policial, desde seu comportamento até seu

---

<sup>26</sup> [...] we readily exploit them by consuming their bodies, from their eggs, milk, and flesh, to their skin and fur. We profit tremendously from the “livestock industry”. We compete with them for the use of the land, air and water. We use them in scientific experiments. We exploit them for our amusement in bullfights, dog fights, cockfights, rodeos, races, and circuses. We use them for companionship and amusement.” (IRVINE, 2008, p. 1959)

porte físico, são destinados a outras funções, o que, em parte, podemos dizer que também ocorre com os policiais humanos.

A partir da teoria da dominação de David Nibert, Irvine (2008) apresenta a existência de um sistema ideológico que justifica a condição de inferioridade dos animais, e, conseqüentemente, as condições objetivas que envolvem seu uso. Esta ideologia de dominação dos animais entrou no rol dos objetos das ciências sociais a partir da apropriação e refinamento do conceito de especismo por Peter Singer (2004). É o especismo que naturaliza para os humanos a opressão sobre os outros animais, que invisibiliza os efeitos cruéis e objetificantes das relações às quais os submetemos (Idem).

Segundo Singer, especismo “*é o preconceito ou a atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros de sua própria espécie e contra os de outras.*” (SINGER, 2004, p. 8). Em seu livro, o filósofo discorre sobre a intersecção entre esta forma de dominação e outras, principalmente com o racismo e o sexismo<sup>27</sup>, e apresenta como o especismo se desenvolveu na história ocidental até o século XX.

Uma problemática sobre a questão de que trata Singer em seu livro, a dominação humana sobre os animais não humanos, paira sobre os interesses dos animais. A impossibilidade de apreender e interpretar a linguagem dos animais a ponto de captar seus interesses é um fato objetivo ainda não superado. Por isso, Singer centraliza seus argumentos em torno do sofrimento, partindo da ideia de que é um interesse comum a todos os seres vivos evitar o sofrimento, em todas as suas formas. Ao contrário do que ocorre com as vontades subjetivas, o sofrimento é passível de apreensão e mensuração, muitos casos de maneira simples, como ao observar que algo causa dor a algum animal. Mas também através da ciência, pela medição de níveis de stress ou pela observação de comportamentos patológicos. Singer destaca que “*quase todos os sinais externos que nos levam a inferir a existência de dor em outros seres humanos podem ser observados em outras espécies, sobretudo nas espécies mais intimamente relacionadas a nós: os mamíferos e as aves.*” (SINGER, 2004, p. 13).

A partir da década de 1990 assistimos ao crescimento de produções acadêmicas que entendem que a dominação humano-animal não apenas possui similaridades com outras

---

<sup>27</sup> Os racistas violam o princípio da igualdade ao conferirem peso aos interesses de membros de sua própria raça quando há um conflito entre seus interesses e os daqueles que pertencem a outras raças. Os sexistas violam o princípio da igualdade ao favorecem os interesses de seu próprio sexo. Analogamente, os especistas permitem que os interesses de sua própria espécie se sobreponham àqueles maiores de membros de outras espécies. O padrão é idêntico em todos os casos. (SINGER, 2004, p. 11)

formas de dominação, como dialoga com estas<sup>28</sup>. Nas palavras de Irvine: “*Studies in this area offer much to sociology by proposing that we stop compartmentalizing types of oppression and instead examine how its dynamics work, more generally.*” (2008, p. 1961)

Alguns sociólogos têm defendido que a violência contra animais não é um reflexo direto da desigualdade entre estes e os humanos, como um reflexo de sua suposta inferioridade. Dentre estes, alguns defendem que, assim como a violência contra mulheres e crianças, a violência contra animais possui relações com o patriarcado, da posição de poder que permite ao masculino a submissão dos outros, humanos e não humanos, e que evidências apontam para a coexistência destas formas de violência em famílias em situação de vulnerabilidade (FLYNN, 2001). Corroborando com este diagnóstico o fato de a maior parte dos agressores de animais serem do sexo masculino, assim como a maior parte das vítimas não humanas serem do sexo feminino (FLYNN, 2001). De maneira perversa, o *status* de vítimas de abuso familiar reafirma a posição dos *pets* como integrantes da estrutura familiar.

Esta abordagem abre espaço para a compreensão de elementos objetivos da realidade social, como a alimentação e a constituição familiar dos humanos, a objetificação animal no mercado, na indústria e na prática científica na alimentação, mas também para seus elementos subjetivos, para as representações sociais que têm como objeto a relação interespecie, por exemplo, representação dos animais como autômatos, o que permite sua instrumentalização livre de questões morais. Além disso, como destacam Shapiro e DeMello (2010), um dos caminhos para a institucionalização dos Estudos Animais nas ciências humanas é escolher áreas de estudo que tenham conexão com áreas de interesse previamente estabelecidas pelos humanos. Nas palavras dos autores, “*take advantage of the bias toward human-centered interests*” (SHAPIRO; DEMELLO, 2010, p. 315). Os estudos desta corrente têm feito isso, ampliando os horizontes teóricos e metodológicos para se pensar as questões de classe, raça e gênero, estabelecendo elos entre os Estudos Animais e a Sociologia.

---

<sup>28</sup> Autores como Carol J. Adams, Nancy Fraser, Melanie Joy, David Nibert, Bob Torres, dentre outros, abordam esta relação como parte do sistema de opressões do capitalismo, demonstrando as interfaces e relações entre as dominações de raça, gênero, classe e espécie.



## *Animais, crime e crueldade*

[...] human maltreatment of animals is a serious social problem simply because of the suffering and death it causes animals. It has become increasingly recognized in recent years that animals are worthy of moral consideration, and their abuse is a serious problem deserving of attention, irrespective of its relationship to human violence” (FLYNN, 2001, p. 73)

Durante a maior parte de suas histórias, a sociologia da violência e a criminologia, deu pouca atenção aos crimes contra animais (KRUSE, 2002). Um dos motivos para isso, talvez, seja o fato de que “*animal crime, including neglect, cruelty, fighting, and other forms of abuse, is often conceptualized as a form of psychopathology, and so offenders are classified as “sick” people, relegated to the province of psychological study*” (BURCHFIELD, 2016, p. 1). Shapiro e DeMello (2010) reforçam: “*the study of the relationship between human violence and animal abuse, for example, is a bridge to concern about domestic and street violence*” (SHAPIRO; DEMELLO, 2010, p. 315).

Cabe lembrar que este silenciamento ocorreu apesar da constante ocorrência de crimes contra animais e outros crimes ambientais<sup>29</sup>, e da presença constante destes crimes nos meios de comunicação (PEGGS, 2012).

Quando se fala de violência e relação humano-animal, duas questões se destacam: a crueldade contra animais, e os crimes que envolvem animais. As atitudes de violência consideradas crueldade contra animais são recorrentemente atreladas à ideia de que existe alguma relação direta, específica, entre esta crueldade com a crueldade com indivíduos humanos (FLYNN, 2001; IRVINE, 2008). Nas palavras de Leslie Irvine:

Child and animal welfare professionals have long recognized that animal cruelty can co-exist with other forms of violence. They have assumed not only a connection between the two types of violence, but also that the connection follows a particular path. The “graduation hypothesis” or “progression thesis” holds that violent behavior begins with abuse of animals during childhood” The abuser then allegedly moves on to other forms of violence, usually inflicted on people. Child and animal welfare agencies refer to this as “the link”, and they use its experience to advance their own ideological agendas. However,

---

<sup>29</sup> Clifton Flynn (2008) refered to three “a-words” when describing the difficulties in achieving a serious study of human-animal interaction: anthropocentrism, anthropomorphism, and anecdotes. He argues that scientists have been trained to assume the supremacy of humans, and to disregard theory and research that suggests human qualities may be present in non-human animals, particularly if the data are seen isolated, subjective stories. In terms of the study of animal crime, it seems prudent to add “arbitrary” and “apathy” in referring to the ways in which we define animals worthy of our concern from a criminological standpoint and the lack of attention we as citizens and scientists show them (BURCHFIELD, 2016, p. 2)

sociological research points out that “the link” may be more complex than it seems. (IRVINE, 2008, p. 1962)

Ao mesmo tempo em que os estudos sugerem que a “*graduation hypothesis*” não se confirma, ou seja, que não existe confirmação científica de que a violência contra animais na infância se desenvolva e expanda para outras formas de violência contra humanos, eles apontam também para relações entre fatores socioeconômicos e culturais e as violências contra não humanos. Irvine (2008) indica o olhar sociológico como um caminho possível para a compreensão deste *link* entre a crueldade contra humanos e aquela contra outros animais. Da mesma forma, Flynn (2001) defende que estudar a crueldade contra animais pode contribuir para a compreensão sobre desigualdade e sobre as dinâmicas de poder.

Assim como o estudo sociológico da violência familiar contribuiu para a compreensão destas formas de violência, a abordagem sociológica da violência contra animais pode ajudar a compreender melhor este fenômeno e suas relações com outras formas de violência (FLYNN, 2001)<sup>30</sup>. Algumas pesquisas da psicologia sugerem que quando as crianças usam de crueldade contra animais, muitas vezes isso ocorre na forma de uma brincadeira, sem que a criança represente como uma forma de violência.

É o caso do costume inglês do século XVII descrito por Thomas (2010) no qual as crianças apedrejavam um galo, enterrado até o pescoço, até sua morte. Esta “brincadeira” ocorria sempre nos carnavais, e todas as crianças participavam, sob a tutela de padres e outros sacerdotes. No Brasil, o costume de matar passarinhos, especialidade do garoto Pedrinho do Sítio do Pica-Pau Amarelo, segue comum entre as principais brincadeiras das crianças das zonas rurais. Mas não se pode aferir então que todas as crianças que cometeram este tipo de violência contra animais sejam potenciais agressores contra humanos (FLYNN, 2001).

Outro estudo trazido por Irvine (2008) apontou a existência de relações entre estes atos de crueldade com outros comportamentos antissociais, como brigas, *bullying* no ambiente escolar, e abusos e violências no ambiente familiar. Flynn (2001) afirma que, na maior parte das vezes, a crueldade contra animais resulta de relações entre humanos, seja quando um vizinho mata o cachorro do outro por algum conflito pessoal entre eles, seja quando crianças que sofrem alguma forma de violência replicam o abuso contra animais,

---

<sup>30</sup> [„] given the popularity of companion animals, attempts to understand animal cruelty can tell us much about the symbolic interaction of humans and nonhumans, both in and outside families” (FLYNN, 2001, p. 73)

se tornando então um fenômeno indissociável de seu contexto social (BURCHFIELD, 2016).

Dada a dimensão social da violência contra animais, sua observação revela vieses de gênero, idade, e outros fatores socioeconômicos (FLYNN, 2001). Segundo Flynn (2001), a maior parte dos agressores de animais são homens, e a forma como esta violência ocorre, tanto em métodos de agressão quanto no tipo de animal agredido, varia de acordo com a idade do agressor, refletindo os diferentes *status* das crianças e dos adultos na sociedade. Além disso, fatores como de vulnerabilidade familiar estão relacionadas com a violência interespecie<sup>31</sup>:

In sum, the sociological research on animal cruelty enriches our understanding of violence and can inform society's response to it. The research shows how we use animals to display patriarchal power within families or bureaucratic power within the criminal justice and social service systems. Further work on this topic can address the concerns of those facing the impact of violence. (IRVINE, 2008, p. 1963)

Também em relação aos crimes contra animais, o conceito de especismo foi crucial para uma virada na história. Como já foi dito, um dos reflexos do debate sobre este conceito foi sua utilização pela militância dos direitos dos animais, em suas diversas condições, seja enquanto cobaias de laboratório, criações para alimentação ou companhias vítimas de abuso. O desenvolvimento deste movimento político levou à nomeação de diversas formas de violência contra animais enquanto tal (BURCHFIELD, 2016), gerando também denúncias contra estas (FLYNN, 2001), e tornando expostas lacunas nos campos do direito, da criminologia e de outras ciências humanas em relação ao tema.

Cabe destacar que uma das principais frentes de militância política atualmente é a defesa dos direitos dos animais. São grupos que defendem desde baleias selvagens no Ártico a *pets* abandonados; compõem este eixo político, organizações não governamentais de atuação internacional, como o WWF, nacional e local. Suas pautas englobam as misérias da exploração animal em laboratórios e em fazendas, os crimes ambientais, e as práticas de abuso contra animais, principalmente. A presença e a relevância da atuação

---

<sup>31</sup> Clinical studies have found that brutal fathers often may have abused male children who have abused animals. In the first study that examined the relationship between family violence and pet abuse, DeViney, Dickert, and Lockwood (1983) found that of New Jersey families identified by authorities as being involved in various forms of child abuse, 88% with physical abuse also had animal abuse. Fathers were the abusers in two-thirds of the homes; in the remainder, children were the abusers. (FLYNN, 2001, p. 76)

destes grupos nas diversas esferas sociais, na economia e na política principalmente, são um dos fatores que pressionam a Sociologia e a Criminologia a entrarem no debate.

### *Interacionismo simbólico*

Na sociologia americana é vasta a produção acadêmica sobre relações humano-animal dentro da corrente do Interacionismo simbólico, a qual, segundo Irvine (2012), se consagrou como uma vertente teórica única, com seus próprios jargões, problemas, categorias e metodologia<sup>32</sup>. Uma característica de destaque desta corrente teórica é a centralidade da linguagem, base para a produção e negociação de significados nas interações entre os indivíduos:

[...] symbolic interactionism views meaning as negotiable, “arising in the process of interaction between people” (1969, p. 4). Language – a system of symbols – provides a means to negotiate meaning, to assign names, to engage in discourse, and to build systems of knowledge. This is the sense in which interaction is symbolic.(...) Once meanings are derived, we use them to guide subsequent interaction. When we engage with other people, we interpret their actions instead of merely responding to them as stimulus and response. A sense of self serves as both a basis for, and consequence of, this interpretation.” (IRVINE, 2012, p. 125)

Como já foi citado anteriormente neste capítulo, um dos autores clássicos do Interacionismo simbólico, George Mead defendia que, embora conseguissem se comunicar, os animais não o faziam no campo simbólico, mas através do instinto. Como condição biológica, aos moldes de um sistema impulso-resposta, o comportamento instintivo não seria passível de compreensão sociológica. E aqui estaria incluída a interação entre animais e humanos. A condição a-simbólica, carente de significado, da comunicação dos animais não humanos, seguindo a lógica de Mead, estaria em oposição à interação entre humanos (SANDERS, 2006a). Isso porque a comunicação dos animais seria resultado de condições biológicas, enquanto o comportamento humano seria construído pelo social e pela cultura, ou seja, pelo próprio simbólico.

O sociólogo Clinton Sanders tratou especificamente da relação humano-cão em uma série de produções acadêmicas (1991; 1993; 1999; 2000; 2003; 2006b; 2007). A partir

---

<sup>32</sup> Alguns dos principais autores desta linha que trabalham com a relação humano-animal são Leslie Irvine, Clinton Sanders e Arnold Arluke, cujos trabalhos figuram entre os mais citados nesta tese.

da observação minuciosa da interação entre animais e humanos e da escuta profunda do que os humanos diziam sobre estas interações, Sanders argumenta que os cães conseguem fazer projeções de resposta em suas ações de acordo com as situações e com os interlocutores envolvidos, captar e responder emoções e sensações humanas, como medo, alegria, tristeza. Conseguem também perceber e memorizar a personalidade dos humanos com quem interagem, regulando a interação com estes a partir deste conhecimento elaborado. Sanders conclui então que isso só é possível a partir de uma capacidade minimamente rudimentar dos cães de atribuir significado a suas ações (SANDERS, 1999).

Dogs modify their behavior in response to feedback from others, whether canine or human. Among humans, the symbolic interactionist tradition usually considers this an indication of taking the role of others. As being whose natural social group is the pack, canine interaction depends on dog's ability to read and respond to the emotional states of others, including their human caretakers. Because of dogs ability to interact with us at complex and intimate levels, we often come to know them as well as we know other people. We give them the social status of "persons". (IRVINE, 2008, p. 1963-1964)

Irvine desafia a premissa de Mead segundo a qual os animais não possuem *self* e nem não linguagem. Embora seja evidente que animais não possuem a capacidade de comunicação no mesmo nível de complexidade que os humanos possuem - em parte, isso ocorre porque a linguagem desenvolvida pelos humanos é bem mais complexa do que a dos animais - é evidente também que os animais possuem sua própria linguagem, que ocorre em outras formas que não pelo uso de palavras e, talvez, por isso, seja de menor complexidade que a humana. Por exemplo, Irvine (2008) cita algumas pesquisas sobre a comunicação humano-cavalo a partir da linguagem corporal:

Through ethnographic research and interviews, Brandt found that the women communicated with their horses through body language, especially through the legs, the hands, and the posture in the saddle known as the "seat". Horses, too, use their bodies to express their intentions and their emotional states. Horses and riders "read" each other through the body. (Idem, p. 1964)

Se existe então alguma forma de linguagem na interação humano-animal, o argumento de Mead para a exclusão desta interação como objeto de investigação se enfraquece. Segundo Irvine (2008), o estudo das interações entre humanos e seus *pets* desafia a ênfase que o interacionismo simbólico confere à linguagem (humana). A autora defende que a, partir da convivência e interação, os tutores dos *pets* constroem o que seria

o *self* e a personalidade dos animais. Para Irvine *self* e personalidade dos animais não são produzidas por estes através de sua linguagem, mas sim construídos pelos humanos, a partir de sua linguagem e de suas representações, e projetadas em seus *pets*. Porém, a autora destaca que memória, conhecimento e afetos não dependem necessariamente de linguagem. Apesar de nós, humanos, utilizarmos as palavras para significar estes três elementos sociais, os animais os possuem independentemente de um vocábulo. Isso abre margem para que, individualmente, os animais de estimação possam ser também agentes parcialmente ativos na elaboração do *self* e personalidade neles projetados.

Neste sentido, a abordagem interacionista das relações interespecie traz consigo desafios de se pensar o conceito de *self* fora do campo da linguagem, trazendo à tona elementos para uma compreensão sociológica das experiências de pessoas com limitações, totais ou parciais, de comunicação<sup>33</sup>, como autistas, pacientes de Alzheimer, surdos-mudos, bebês e pessoas portadoras de deficiência cognitiva, dentre outros (IRVINE, 2008).

Apesar da recusa de Mead em admitir que os animais possuam *self*, o interacionismo simbólico praticado por autores contemporâneos leva a essa possibilidade. Para os objetivos desta tese, a discussão sobre a possibilidade ou não de animais possuírem *self* não interessa, ou melhor, não é prioridade.

#### *Abordagem realista-materialista*

As três abordagens citadas até agora podem ser consideradas abordagens construtivistas, na medida em que tomam os seres da natureza como construções sociais humanas, nas quais o que lhes interessa é o valor simbólico e discursivo dos animais. Diferente das construtivistas, York e Longo (2017) propõem uma abordagem sobre os seres da natureza que, nas palavras dos autores, “*não os confunde com suas construções sociais*” (YORK; LONGO, 2017, p. 32 [tradução própria]). Sem querer fazer nenhuma

---

<sup>33</sup> This rethinking of the self is indeed a significant development, and it represents a valuable contribution of this body of research. Until this work broke ground in understanding the selves of animals, research on the self most often relied on people’s self-reports and narratives. However, these typically reveal a self moderated in consciousness and shaped by language. They reveal how people talk and think about the self, not how they experience it. Moreover, they obscure the point that we simply do not trust language first or foremost for information about selfhood. In short, language gives us only part of the information about selfhood. In short, language gives us only part of the information that we need to understand selfhood. The research on animal selves opens up possibilities for examining what else is involved. (IRVINE, 2008, p. 1965)

negativa à construção social que envolve os animais, os autores defendem que, ao integrá-los à compreensão sociológica, é possível, para além de admitir seu valor simbólico, avançar na compreensão do mundo e fornecer novas questões teóricas e metodológicas para a sociologia (Ibidem). Para os autores, a maior parte dos estudos sociológicos sobre animais não está interessada “*in animals per se*” (Ibidem, p. 34), mas sim em como elementos simbólicos dos animais integram o discurso sobre humanidade, sobre raça, classe, gênero, nacionalidade, emoções, dentre outros (Ibidem).

York e Longo questionam a forma como a sociologia tem tratado, ao longo do século XX, a questão ecológica. Contrastam então duas correntes. A primeira, mais tradicional e vigente na sociologia, é aquela que herda o dualismo cartesiano e, conseqüentemente, foca exclusivamente nas questões humanas, considerada antropocêntrica. Esta corrente é chamada de “*sociology of the environmental*”<sup>34</sup>.

A segunda, que seria uma forma de superar as limitações inerentes à primeira, chamada por Catton e Dunlop de “*environmental sociology*”, contrasta com a primeira na medida em que incorpora “*biophysical factors into analyses, assessing, for example, how humans affect the environment or how environmental conditions affect humans, where measures of the actual environment are analysed along with measures of human social factors.*” (YORK; LONGO, 2017, p. 34). Os autores ressaltam que a proposta de uma abordagem materialista não propõe uma divisão excludente entre o que chamam de “*animals in our head*” (Ibidem, p. 35), ou seja, as representações que temos dos animais e os significados que fazemos deles, e os “*animals in the world*” (Ibidem, p. 35), que seriam os animais com ontologia própria, despidos daquilo que pensamos deles.

The realist-materialist approach we present here starts with a clear delineation between animals as they exist in the world and cultural constructions of animals. In our realist approach we emphasize that how people view animals, what they think of them, and the meanings that are assigned to them, are not characteristics of the animals themselves, but characteristics of human culture, and what various people and cultures think about animals may be either factually valid or invalid in the scientific-realist sense. (...) Our central point is that if we do not grant ontological standing to animals as independent from cultural constructions of them, there can be no materialist animal studies in sociology, only a cultural studies of socially constructed animals (YORK; LONGO, 2017, p. 35)

---

<sup>34</sup> They (CATTON & DUNLOP, 1979) used the term “*sociology of the enviromental*” to refer to work that fits within standart anthropocentric sociological practice, which typically focuses solely on human social characteristics and neglects the biophysical environment, but which addresses socio-cultural aspects of environmental issues. (YORK; LONGO, 2017, p. 33)

A abordagem apresentada pelos autores se distancia daquelas oriundas do relativismo cultural. Estas abordagens, típicas da antropologia cultural, acabam por negar aos animais uma ontologia independente dos humanos. Apesar de ser frutífera para a antropologia cultural, a abordagem relativista não cabe dentro de uma abordagem realista-materialista (YORK; LONGO, 2017).

Para os autores, é na relação entre os animais como construção social com os animais em si que a sociologia consegue ampliar sua compreensão sobre o mundo. Eles destacam três pontos que mostram como estes “dois animais” interagem na sociedade. O primeiro ponto, que não poderia ser mais atual, é quando fenômenos naturais surgem, sem que existam crenças ou significados previamente produzidos sobre eles, como o surgimento de uma pandemia pelo contágio interespecie. A pandemia da Covid-19 chama a atenção para o fato de que elementos da natureza, no caso a fauna, podem impactar profundamente nas estruturas objetivas e subjetivas das sociedades, sem que existisse alguma construção social acerca deles.

O segundo ponto é como animais que só existem na cultura humana, como fadas, minotauros e lobisomens, através das narrativas construídas socialmente, integram, impactam na forma como as sociedades agem e se desenvolvem. Ou seja, animais que só existem na nossa cabeça impactam na realidade social concreta das sociedades.

O último ponto, que tem grande afinidade com esta tese, diz respeito às representações que temos dos animais que, na verdade, podem não corresponder ao que eles realmente são. O exemplo citado pelos autores é da representação do lobo como um animal agressivo e perigoso para os humanos, quando, na verdade, ocorrem poucos ataques de lobos a humanos e, na maior parte das vezes em que estes se encontram, os lobos se distanciam dos humanos sem oferecer perigo. Na verdade, a construção social do lobo como agressivo e perigoso está mais relacionado com as políticas de extermínio empregadas pelos humanos do que com suas características comportamentais reais (PASTOUREAU, 2015; THOMAS, 2010; YORK; LONGO, 2017). No caso da tese, a representação generalista de cães de raças específicas como agressivos ou perigosos, pode muitas vezes não corresponder ao comportamento individual de cada animal destas raças, já que o tratamento dado pelos tutores aos cães é mais definidor de sua agressividade do que sua raça (ARLUKE, 2002; GORRELL, 2003). Por exemplo, os *pit bulls* de gangues estudados por Arluke (2002), representados pela polícia como símbolo de violência e como



marca de suspeição, são os mesmos que, em contextos de relação *pet*, são considerados dóceis, carinhosos e adequados para interagir com crianças.

Expandindo a discussão apresentada pelos autores para o campo da história, podemos dizer que a proposta da abordagem materialista incluiu reconhecer que existe uma história que não está representada pela história humana, mas que se relaciona com ela intrinsecamente, que é a história da natureza (BARATAY, 2016). Para York e Longo:

Over long historical periods, human communities produced systems of food production based on the biological characteristics and behaviors of the species. Specific characteristics of bluefin tuna shaped significant aspects of community development, social practices, and beliefs. However, changing market objectives and socially constructed notions of seafood (e.g. sushi) radically transformed fishing systems. Methods of capture emerged that drastically altered the human interaction with the fish, affecting the material conditions of the species. These social changes had significant consequences for bluefin tuna spawning activities, potentially undermining the long-term viability of fishing activities and the species itself. (York. Longo, 2017, p. 38)

Fica claro que a maior diversidade de raças de cães e o maior tempo de contato com estes animais durante a evolução das duas espécies, humana e canina, foram elementos decisivos para que as principais técnicas de adestramento de cães para trabalho se desenvolvessem. Além disso, como a maior parte das raças caninas é dependente da relação humana para existir, já que não possuem lugar como animais silvestres<sup>35</sup>, a preferência humana por determinadas raças, seja por que motivo for, seja estético, seja prático (como no caso dos cães policiais), seja moral, impacta diretamente nas condições materiais daqueles animais. Por exemplo, nas décadas de 80 e 90, cães da raça Dobermann estavam entre alguns dos preferidos como cães de guarda de casas e como cães policiais. Porém a preferência humana mudou, e o Dobermann foi substituído por Pastores, Rotweilers e Pitbulls. Como efeito, grande parte dos criadores de Dobermanns mudou seus produtos, e, hoje em dia, são bem menos numerosos os canis que criam esta raça.

Em resumo, York e Longo (2017) defendem que incluir a abordagem realista-materialista junto à abordagem simbólica dos animais pode contribuir para a expansão da compreensão sociológica acerca da realidade, destacando como interagem fatores subjetivos e objetivos, sem dar a algum deles algum tipo de privilégio na construção do

---

<sup>35</sup> A invasão de áreas silvestres por matilhas de cães domésticos é um problema socioambiental que tem ganhado destaque na agenda das políticas desta área.

social. A abordagem pelas representações sociais, uma abordagem pelo simbólico, será apresentada no capítulo 3.

## **Capítulo 2 – O objeto de pesquisa**

Sociologists [...] have often been myopic in their observations of human behavior, cultural patterns, and social relationships, and unfortunately have not taken into account the permeating social influence of animals in our larger cultural fabric, and our more idiosyncratic individual modes of interaction and relationships, in their analyses of social life. (BRYANT, 1979, p. 399)

## 2.1 – A relação interespécie como objeto sociológico

Como já foi dito, colocar a relação humano-animal como foco de análise tem trazido contribuições positivas para as Ciências Sociais, principalmente nas áreas de estudos de gênero, de raça e de classe. Segundo Kruse (2002), estas contribuições são a chave para que os estudiosos desta relação possam ampliar seu campo de estudos dentro da sociologia. O autor entende que a relativa aceitação dos estudos sobre animais pode estar ligada à tendência de alguns movimentos acadêmicos em jogar luz sobre objetos marginalizados. Kruse destaca que estes estudos não tratam estritamente dos animais, mas sim das variadas atividades humanas que os envolvem, dentre as quais entendo ser possível incluir o trabalho de policiais e bombeiros com cães.

O desenvolvimento da Ciência a partir do século XIX (principalmente das áreas da biologia, da genética, da neurociência, da etologia e da arqueologia, dentre outras), trouxe à tona fragilidades dos argumentos tradicionais que sustentam os limites estabelecidos pela sociedade ocidental entre humanos e animais, entre natureza e cultura (LIMA, 2016; SEGATA, 2012).

Ao mesmo tempo, essas mudanças ocorreram também na forma de pensar das pessoas, nas crenças que os indivíduos possuem acerca da natureza, e, conseqüentemente, de como se relacionar com ela. Com a modernidade, muitas das representações que os humanos possuíam em relação às plantas e animais sofreram mudanças que se refletiram diretamente na forma como as pessoas agem em seu dia a dia no que tange à natureza, em suas diversas formas (THOMAS, 2010). Surgiram novas sensibilidades em relação aos seres com os quais os humanos se relacionam, com destaque para aqueles com os quais o convívio é doméstico (LIMA, 2016).

Uma pesquisa realizada pela Comissão de Animais de Companhia (Comac) do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (SINDAN), denominada Radar Pet 2013 mostrou que, com a verticalização das cidades e com o aumento do poder de compra das camadas menos privilegiadas economicamente, houve um aumento de 2% do número de apartamentos com gatos no país. Este número, que parece pequeno, representou um aumento de 43% na participação da população de felinos como animais de estimação no país. O aumento do número de gatos estaria relacionado ao fato de estes serem considerados mais independentes para viver em apartamentos do que cães, exigindo

menos tempo de passeios e outros cuidados. Atualmente estima-se que aproximadamente 44% dos domicílios brasileiros possuam pelo menos um animal de estimação (IPB, 2019).

A presença numérica, por si só é um indicador de que a relação destes animais com a sociedade é de grande relevância para a construção de uma compreensão mais precisa do social. Não há mais como desprezar a conexão zoológica de Bryant (1979), a dimensão zoológica presente em todas as esferas sociais, no campo subjetivo e objetivo da vida das pessoas. De uma perspectiva superficial, fica clara a necessidade de fazer uma sociologia das relações interespecie. Porém, para que isso seja realizado, é preciso que seja construído um embasamento teórico que vá além das representações do senso comum e sobre o qual a sociologia possa se sustentar.

Kenia Gaetdke (2014) elenca quatro motivos para que se direcione o olhar sociológico para esta relação:

[...] 1) os processos de sociabilidade que envolvem indivíduos humanos com seus animais de estimação refletem importantes transformações ocorridas na sociedade moderna; 2) as relações entre humanos e animais de estimação podem reafirmar material e/ou simbolicamente as desigualdades e a distinção entre os próprios seres humanos. Além disso, dado o impacto e intensificação da relação com animais de estimação, 3) a sociologia já não tem mais a opção de desconsiderar as implicações econômicas, ambientais e políticas vinculadas às relações de humanos com os pets. Por último 4) por mais que a relação humanos/animais de estimação não seja um objeto consagrado da disciplina, é possível encontrar amparo teórico para este olhar em várias correntes sociológicas. (GAEDTKE, 2014, p. 6)

Os quatro pontos levantados pela autora são consistentes, e merecem ser tomados um a um, mesmo que brevemente.

Acerca do primeiro ponto, a autora defende que as transformações na relação humano-animal são reflexos de transformações que ocorreram na sociedade humana como um todo, em suas mais diversas esferas. Estas transformações se refletem nas representações dos humanos em relação aos animais, domésticos ou não, como mostra Lima (2016) com seu conceito de *sensibilidade de empatia interespecie*. Da perspectiva que adoto na tese, estas representações e sensibilidades, estas formas de sentir e de pensar os animais, são a matéria constitutiva das representações sociais. Soma-se a isso o fato de que existem diversas relações entre as interações humano-humano e humano-animal, e entre as formas de dominação e de poder que as perpassam.

O argumento de Gaedtke está amparado na premissa de que a realidade social é produzida e reproduzida a partir da relação de suas duas faces, a objetiva e a subjetiva, sendo que através da socialização dos indivíduos suas crenças são modeladas e remodeladas, construindo a relação entre o mundo da matéria e o mundo das ideias, operando o sistema de estruturas-estruturadas-estruturantes de que falava Bourdieu. As representações sociais são parte desta relação e têm como uma de suas funções darem sentido à realidade vivida, tornando-a inteligível para os agentes.

Sobre o segundo ponto, Gaedtke (2014) defende que as obras de Foucault (1978), Thomas (2010), Maciel (2011), dentre outras, destacaram que estudar a forma como os humanos tratam os animais pode ser útil para compreender as formas como tratam se semelhantes humanos<sup>36</sup>. Diversos autores também corroboram este argumento (ARLUKE, 2003; IRVINE, 2008; KUSE, 2002; SANDERS, 2006a; SHAPIRO; DEMELO, 2010; SINGER, 2004; dentre outros). O processo de domesticação dos animais é um exemplo desta relação<sup>37</sup>. Segundo Thomas Keith, práticas de controle dos animais foram adaptadas para o controle de alguns grupos humanos, tais como os de jovens, mulheres, loucos, e escravizados (THOMAS, 2010).

Autoras do feminismo como Carol J. Adams (2012) e Nancy Fraser (2019) jogam luz sobre a interseccionalidade de estruturas e sistemas de dominação de gênero, de raça, e espécie, como reflexo de sua conexão mais ampla enquanto parte de um único sistema, o sistema de produção capitalista. Estes trabalhos juntam-se a outros e dão fôlego ao estudo da relação humano-animal nas ciências humanas, fornecendo também suporte teórico ao discurso de grupos militantes da causa animal (PERROTA, 2015).

Gaedtke (2014) destaca também que alguns estudos utilizam conceitos bourdieusianos, como os conceitos de campo e de distinção social, para pensar a relação humano-cão, como faz Oliveira (2006) ao observar encontros de cães com *pedigree*, revelando parte do conteúdo social das relações interespecie. Neste trabalho, Oliveira mostra como elementos agregados à condição de raça pura são capitalizados no campo dos criadores, principalmente distinguindo-os daqueles que criam cães fora dos padrões de *pedigree*. Gaedtke (2014) conclui então que todo este embasamento teórico significativo

---

<sup>36</sup> O ideal do predomínio humano também repercutia no relacionamento dos homens entre si, não apenas no modo de tratarem o mundo natural. (THOMAS, 2010, p.63)

<sup>37</sup> A domesticação tornou-se, assim, padrão arquetípico para outras formas de subordinação social. O modelo básico era o paternal, com o governante como o bom pastor, tal como o bispo com o seu rebanho. (THOMAS, 2010, p.62)

para a análise da relação humano-animal atesta em favor do seu segundo ponto, e a ele podemos acrescentar a revisão bibliográfica feita no tópico 1.2.

Sobre o terceiro ponto, Gaedtke (2014) ressalta que, ao tornar a relação humano-animal objeto legítimo da sociologia, deve-se levar em consideração não apenas seu valor enquanto uma relação produtora e reprodutora de signos e símbolos, mas também os efeitos sociais em larga escala gerados pela presença dos animais na sociedade, como discutido também por Bryant (1979). Para Gaedtke (2017), esta ampla influência revela o caráter macrosociológico desta relação enquanto objeto de pesquisa, enquanto que seu caráter microsociológico, ainda segundo a autora, é perceptível, por exemplo, nos reflexos que os animais domésticos possuem na vida íntima e privada das pessoas, famílias e instituições. Fechar os olhos para o impacto da relação humano-animal na vida em sociedade tem um preço elevado para o conhecimento sociológico acerca da vida social.

Sobre o impacto macrosociológico dos animais, já foram apresentados dados sobre a dimensão populacional dos animais de estimação e sobre sua dispersão pelas variadas regiões e classes sociais, além de dados sobre o mercado que gira em torno dos *pets*, aos quais podemos somar parte do mercado agropecuário, o que coloca os animais como personagens centrais da economia no Brasil. Também na política estão presentes, como podemos verificar no crescimento do número de políticos da chamada bancada *pet* (BAPTISTELLA, 2015).

Sobre o impacto microsociológico, percebemos a intensificação e crescimento das relações de afeto entre humanos e outros animais, principalmente na forma de *pets*. Oliveira (2006) mostra que as terminologias utilizadas pelos donos para se referirem aos seus animais enquanto filhos ou parentes em geral refletem a elevação de seu status de uma mera propriedade ao status de sujeitos sociais, seguindo o que afirmam outros autores (LIMA, 2016; SEGATA, 2012; THOMAS, 2010). Estudando a relação entre idosos e seus animais de estimação, Hara (2007) mostrou que possuir um animal, com todas as implicações de cuidado que isto traz, tem um significado de independência e mostra que os animais são, pois, importantes companhias. A autora afirma que estes animais acabam por cumprir papéis sociais afetivos relevantes, principalmente para indivíduos em situações de vulnerabilidade social, salientando o impacto microsociológico da relação humano-animal. Esses resultados de pesquisa são corroborados pelo trabalho de Chaves (2006) sobre a mesma temática no Brasil.

Tratando de seu quarto ponto, Gaedtke (2014) relembra que Norbert Elias defendia uma sociologia que atentasse para os processos sociais que implicassem em mudanças de comportamentos, sensibilidade e representações, o que envolve também a relação com os animais e com a natureza como um todo. Aponta também para Gabriel Tarde, o qual entende que o rompimento com dualidades como as de humano-não humano, cultura/natureza é importante para ampliar a aceitação de agentes na sociedade, dado o entendimento de Tarde de que o social não é apenas aquilo que envolve humanos, mas todo tipo de associação dentro da sociedade, o que incluiria os animais. Podemos acrescentar aqui as contribuições, mais recentes, de Bruno Latour (2005), conferindo agência aos não humanos e incluindo-os enquanto atores dentro da análise da Teoria do Ator-Rede, e de Donna Haraway (2009) apontando para a análise das relações interespecie dentro do quadro de relações de dominação social<sup>38</sup>.

É apoiado na argumentação teórica apresentada neste capítulo que estabeleço como objeto de pesquisa a relação entre *cachorreiros* e seus cães, apreendida pelas representações sociais dos *cachorreiros*. A compreensão destas representações contribui para a compreensão das mudanças de padrão nas relações interespecie presentes no uso de cães na atividade policial e dos bombeiros militares em seu trabalho, como uma forma de melhor compreender também a própria atividade policial.

---

<sup>38</sup> Certos dualismos têm sido persistentes nas tradições ocidentais; eles têm sido essenciais à lógica e à prática de dominação sobre as mulheres, as pessoas de cor, a natureza, os trabalhadores, os animais – em suma, a dominação de todos aqueles que foram constituídos como outros e cuja tarefa consiste em espelhar o eu. (HARAWAY, 2009, p.90)



## 2.2 – O policiamento com cães

O uso de cães pelas forças policiais e dos bombeiros em suas atividades é uma prática social que tem ganhado cada vez mais destaque dentro destas corporações. Os dados coletados em campo demonstram o desenvolvimento e a disseminação desta forma de policiamento especializado pelas diversas instituições de segurança pública no Brasil, desde guardas municipais até unidades da polícia federal, assim como ocorreu e ocorre em outros países do mundo.

O que está especificamente em questão quando se fala em trabalho policial com cães é o uso destes animais para diferentes atividades tais como o uso de cães de faro para detecção de entorpecentes e de explosivos, para busca de pessoas perdidas ou em situação de desastre e para a busca de corpos. Podemos incluir também o uso de cães de busca e captura, cães de ronda e contenção de distúrbios, e cães para apresentações. Estes trabalhos, extremamente especializados, formam o conjunto de práticas contidas no uso de cães por policiais e bombeiros analisados nesta pesquisa. O universo de formas de uso destes animais para fins de segurança pública é enorme, mas podemos dizer que estão aqui apontadas algumas das principais delas, justificando, em parte, sua seleção como objeto de pesquisa desta tese. O ponto de singularidade e destaque deste objeto é principalmente, a utilização de cães no trabalho policial, e o interesse de compreender, a partir daí, a relação humano-cão enquanto núcleo das representações sociais envolvidas.

Além de se configurar como parte de uma prática humana, recorrente na história de sociedades diversas, desde as tribais até as mais complexas, o uso de cães aqui estudado se configura também enquanto uma forma de policiamento, esta sim uma prática social consagrada como objeto da sociologia. Em torno desta forma de policiamento, se estabelecem redes de relações sociais, de relações institucionais e de relações de grupos sociais. Forma-se também um sistema de crenças e de valores, socialmente construído e compartilhado, que em parte serve para guiar a conduta dos atores em campo, em parte serve para significar a realidade da qual fazem parte. Este conjunto de elementos objetivos e subjetivos consolida o trabalho com cães como um campo de conhecimento fértil e que não pode ser ignorado. Entretanto, ainda são poucos os trabalhos das ciências humanas sobre cães policiais:

Despite the increased interest in human-animal interaction in general, and service animals in particular, the “serious” literature (i.e., produced by academic social

and behavioral scientists) on police dogs is rather limited. The literature that is available is of three types. First, there are a variety of practical guides for the training of dog-officer teams and administration of K-9 units [...]. In the same practical line, there are materials related to legal issues surrounding the use of dogs [...]. The third body of literature consists of popular narratives describing the heroic feats of K-9 officers and their dog partners [...]. (SANDERS, 2006a, p. 149)

Toda esta rede de relações citadas acima está marcada pela presença do cão, das suas necessidades, características e potencialidades instrumentais. E esta não é uma instrumentalização semelhante a outras, frequentes na atividade policial como o uso de armas, veículos ou blindados. É a instrumentalização de um animal, um ser não humano, animado, vivo, considerado senciente, e todos os efeitos disso derivados (SANDERS, 2006b, 2007). E aqui não podemos deixar de considerar a riqueza simbólica dos animais, em geral, para a cultura (DIGARD, 2012; PASTOUREAU, 2015), e do cão (FARACO, 2008; MAZON, 2020), em especial, o qual, junto ao gato (OSORIO, 2011), configura o par de animais de estimação por excelência dos lares humanos.

A versatilidade dos cães, adaptáveis às mais diversas condições geográficas e climáticas, permite sua presença em todos os lugares que o humano habita, acompanhando-o e sendo desenvolvido por ele como uma tecnologia, em conformidade com as demandas presentes em sociedade (SANDERS, 2007; THOMAS, 2010; VANDER VELDEN, 2018). Assim foram desenvolvidas, pela prática conhecida como canicultura, as diversas raças que encontramos hoje, cada qual com características físicas e comportamentais singulares, mas uma matriz genética e instintiva praticamente idêntica (THOMAS, 2010). Isto permitiu entender e trabalhar com o comportamento das diferentes raças por meio das mesmas bases teóricas e metodológicas, com resultados relativamente idênticos (FARACO, 2008, SANDERS, 2006b; 2007).

Com a globalização e o surgimento das questões mundiais como o tráfico de drogas, a violência urbana e as tragédias (naturais ou não), assistimos à consolidação do emprego dos cães enquanto animais de trabalho para o suporte das corporações policiais e dos bombeiros. De matérias jornalísticas a filmes e seriados infantis, as representações destes cães policiais foram tomando forma e se espalhando pelas sociedades juntamente com este tipo de policiamento.

Assim como todas as outras formas de emprego de animais de trabalho na sociedade, o uso de cães na atividade policial é uma das formas de relação entre humano-

animal e traz em si um vasto conteúdo social (ARLUKE, 2003; BRYANT, 1979; COULTER, 2016; IRVINE, 2012; PEGGS, 2012, SANDERS, 2000; 2006b; 2007). Construir esta prática enquanto objeto sociológico permitiu acessar também questões já consagradas no debate sobre segurança pública e sociedade, como sobre policiamento, identidade profissional, afetividade no trabalho e, principalmente, do papel do cão como elemento simbólico relevante dentro das representações sociais dos *cachorreiros*.

Além disso, o olhar sociológico permitiu jogar luz sobre o papel dos cães enquanto agentes sociais mediadores de relações interpessoais, como também enquanto agentes sociais produtores de solidariedade entre grupos e instituições, superando premissas do senso comum que os tomam meramente como instrumentos, ferramentas, objetos. Permitiu também compreender como estes animais integram as identidades dos *cachorreiros* consolidando uma relação intersubjetiva. O caminho metodológico para a construção destes argumentos passa pela análise das representações sociais dos *cachorreiros* sobre seu trabalho. Sobre isso, trato no próximo capítulo. Porém, antes de passarmos a ele, é relevante destacar algumas definições iniciais para uma melhor leitura do texto.

### 2.3 – Algumas definições iniciais

Neste tópico trago algumas definições que considero importantes para a melhor compreensão da tese, por dois motivos; o primeiro, a necessidade de apresentar aos leitores termos que utilizo por questões estéticas, visando a deixar o texto mais objetivo, menos rebuscado e com menos repetições. O segundo, a importância de definir termos, quase sempre desconhecidos, aos que não são familiares com a temática da relação interespecie.

Começo pelo conceito de *senciência*. Segundo o dicionário Houaiss (2001), *senciente* é um adjetivo que entrou na língua portuguesa em 1899 e que tem origem na fusão entre dois termos do latim, *sentiens* e *entis*. Significa aquele que sente, “*1 que percebe pelos sentidos 2 que recebe impressões,*” (HOUAISS, 2001, p. 2545). Ainda segundo o dicionário, *senciência* designa aquele capaz de “*perceber pelos sentidos, sentir, perceber os efeitos de qualquer coisa*” (HOUAISS, 2001, p. 2545). Enquanto característica biológica de alguns seres vivos, a *senciência* surge a partir das descobertas científicas que atestam certos níveis de consciência, como, por exemplo, a emocional: a capacidade de sentir emoções e construir relações de afeto.

Importante também trazer aqui uma distinção entre os sentidos em que uso os termos “*relação humano-animal*” e “*interação humano-animal*”. O primeiro termo refere-se a todas as formas de emprego dos animais dentro da sociedade, seja como animais de criação, seja como animais de companhia, ou seja, como animais de trabalho, enquanto o segundo termo refere-se a formas de comunicação entre humanos e animais.

Outra distinção a ser lembrada é entre condutor e tutor. O primeiro termo designa o policial ou bombeiro que conduz o cão em trabalho, aquele que forma a dupla de trabalho com o cão, e que não é, necessariamente, o proprietário do animal, nem aquele que dele cuida ou que o treina. Já tutor é o termo utilizado para designar os proprietários de *pets*, aqueles que os possuem e deles cuidam. Este é o termo mais recorrente dentro da cultura *pet*, como sugerem as pesquisas. Cabe também adiantar o termo *cachorroiro*, utilizado pelos policiais e bombeiros que trabalham com cães para se identificar enquanto grupo, em oposição aos policiais e bombeiros que não trabalham com estes animais. É neste sentido que o termo será utilizado

Por fim, defino três formas de relação entre humanos e animais domésticos, para melhor destacar as convergências e divergências, diálogos e conflitos entre as diversas possibilidades desta relação.

Trato como relação de companhia aquela que, muitas vezes, assume a forma da relação típica entre humanos e seus *pets*. É aquela na qual os animais integram a vida das pessoas dentro de suas casas, em suas relações familiares e sociais, na qual os animais são tratados singularmente por suas especificidades individuais, pela sua personalidade, desde seus nomes até suas roupas ou acessórios (LIMA, 2016). Mas também pode assumir uma forma menos intensa de relação, como no caso de criadores de pássaros e de peixes, ou de outros animais que, por suas próprias condições biológicas, principalmente, não servem para papéis em que a convivência e comunicação seja de maior complexidade<sup>39</sup> (BAPTISTELLA, 2015).

Já a relação de criação é aquela em que os animais integram o sistema industrial de produção de alimentos, tratados em sua coletividade como recursos necessários à manutenção da sociedade. Nesta relação, em muitos pontos oposta à relação humano-*pet*, personalidade, emoções, consciência ou senciência não são levados em conta nas questões que determinam seu contexto de vida. São as categorias da eficiência e da produtividade que cumprem este papel (LEWGOY, SORDI; 2012). Esta relação abarca também o uso de animais como cobaias em laboratórios<sup>40</sup> e, mais do que se imagina, a criação de cães e gatos de raça para o mercado *pet* (OLIVEIRA, 2006).

Já a relação entre cães e *cachorreiros* não é uma relação como a humano-*pet* (OLIVEIRA NETO, 2016), nem uma relação de criação como a pecuária ou a avicultura. É uma relação de trabalho (COULTER, 2016) – a terceira forma –, utilitarista (SANDERS, 2006b; 2007), na qual as próprias condições objetivas dos animais, suas capacidades biológicas, são empregadas em tarefas típicas do fazer humano, da cultura. De acordo com historiadores, arqueólogos e outros pesquisadores, provavelmente a relação de cooperação entre humanos e animais tenha sido a primeira forma do processo de domesticação. Como veremos mais à frente, é sólida a tese de que a cooperação entre humanos e cães ancestrais, tanto na caça de alimento quanto na proteção das áreas de vivência dos grupos, tenha sido

---

<sup>39</sup> Aqui não pretendo excluir casos em que animais que possuem menor capacidade de comunicação e convivência com humanos e em sociedade sejam tratados como *pets*. Mesmo em menor número, são comuns relatos de pessoas que estabelecem vínculos de *pets* com porcos, galinhas e outros animais.

<sup>40</sup> Os animais de criação estão no centro das pautas da militância dos direitos animais e do bem estar animal (ADAMS, 2012).

uma das primeiras formas harmônicas da relação humano-animal, e seria o arquétipo a ser utilizado com outros animais (THOMAS, 2010).

Alguns termos técnicos, típicos do trabalho com cães, serão definidos em notas de rodapé na medida em que surgirem no texto. São termos pouco recorrentes e cuja definição não precisa ser detalhada aqui. Por fim cabe lembrar que, quando falo de cães policiais ou de policiamento com cães, estou me referindo também ao trabalho dos bombeiros. Obviamente existem definições nativas para estes diferentes cães. Os cães dos bombeiros muitas vezes são chamados de cães de salvamento, enquanto os cães da polícia são chamados de cães farejadores, cães de ronda, etc. Mas para os propósitos desta tese, utilizar o termo cão policial para tratar de todos os cães que trabalham nas instituições de segurança evita a repetição de palavras.

## **Capítulo 3 – Contexto Metodológico**

[...] it's important to recognize that the animals in our heads may affect how we interact with the animals in the world, and the animals in the world may influence the animals in our heads. (YORK; LONGO, 2017, p. 35)

### 3.1 – As Representações Sociais – Um recurso metodológico

O objetivo deste capítulo é apresentar a perspectiva metodológica utilizada na tese, a Teoria das Representações Sociais (TRS). Tomar este caminho metodológico implica entender a realidade social como resultado da interação entre suas dimensões objetivas e subjetivas, na medida em que tal realidade não é apenas vivida em sua materialidade, mas a partir do que se pensa sobre ela. Iniciada com Durkheim na sociologia a TRS foi retomada e desenvolvida na Psicologia Social, apresentando diversas vertentes, autores e grupos distintos, a partir da tradição iniciada por Serge Moscovici, criador da teoria, e continuada por Denise Jodelet.

A proposta metodológica da TRS é precisamente esta: permitir analisar como os atores sociais buscam entender o mundo se entender neste mundo, jogando luz na rede de valores e crenças, os quais formam o conteúdo das representações sociais. Pela TRS, as portas de entrada para a compreensão de um dado fenômeno social, no caso a relação *cachorro-cão*, são os sentidos que os atores dão ao que fazem em sua rotina de trabalho, e no restante de seu cotidiano, o que aproxima tal abordagem daquela da sociologia compreensiva (PORTO, 2010).

Abordar a realidade social a partir das representações implica entender que a sociedade é formada pela sua parte, material, objetiva, e pela sua parte virtual, simbólica, subjetiva, que é tão real quanto a parte material. Esta parte simbólica, das representações, está presente nas imagens, na linguagem (JOVCHELOVITCH, 1998), e também nos discursos, nas palavras e nas mensagens midiáticas (JODELET, 2001). Dessa forma, a TRS é uma metodologia que privilegia a subjetividade das representações, mas sem perder de vista que estas representações *“só se constroem em relação a um dado contexto ou ambiente, objetivamente dado, já que sentidos não podem ser compreendidos independentemente do campo social no qual se inserem”* (PORTO, 2010, p. 219).

Neste ponto específico cabe destacar as singularidades do contexto de trabalho policial, contexto este no qual se constroem as relações entre humanos e cães, e no qual são produzidas e reproduzidas as representações sociais sobre eles. No caso da relação entre *cachorros* e cães, objeto desta tese, as condições objetivas desta relação estão em relação direta com seu conteúdo subjetivo, simbólico, social, e o trabalho do sociólogo é construí-lo como tal. O ambiente em que este fenômeno se materializa, os canis de



policiais e bombeiros, possui especificidades que o distanciam em muito do ambiente comum de convívio com cães, o ambiente doméstico e familiar.

Entender os valores e as crenças que compõem o conteúdo subjetivo da relação entre *cachorreiros* e cães é parte significativa deste trabalho, e a Teoria das Representações Sociais se mostra profícua para tal. Para Porto (2017):

[...] a Teoria das Representações Sociais [TRS] pode constituir-se de um caminho fértil de análise, na medida em que, por seu intermédio, crenças e valores são apreendidos em sua condição de princípios orientadores de conduta, tratamento que se aproxima daquele da sociologia compreensiva [...]. (PORTO, 2017, p. 64)

Abordar questões culturais, de caráter subjetivo, como o lugar do cão na sociedade, e emocionais, como as possibilidades de afeto entre humanos e cães, implica a análise e interpretação das representações sociais.

### *Sociologia e representação*

Apesar de ser Durkheim, dentre os autores da sociologia, aquele com quem Moscovici dialoga ao desenvolver sua teoria, a categoria das representações foi tratada também pelos outros dois pais fundadores, Weber e Marx, como mencionado a seguir, ainda que brevemente.

Nas obras de Karl Marx, principalmente em *A Ideologia Alemã*, a noção de representação aparece ao tratar o conceito de ideologia. Para o sociólogo alemão, as representações possuem sua gênese nas relações de produção, ou seja, são oriundas da realidade material das sociedades e possuem aspecto importante dentro do sistema de dominação de classes (Minayo, 1998). A categoria-chave para a compreensão da noção de representação em Marx é a noção de consciência (Idem), pois, para o autor, é nela que “*residem*” as ideias e os pensamentos. Minayo traz a seguinte citação de Marx para exemplificar:

Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência [...] A consciência é desde o início um produto social: ela é mera consciência do meio sensível mais próximo, é a conexão limitada com outras pessoas e coisas fora do indivíduo [...] A consciência jamais pode ser outra coisa

que o homem consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real. (MARX, 1984, p. 43-45, *apud* MINAYO, 1998)

Uma característica das representações em Marx é que elas, como toda forma de ideologia, não possuem autonomia, sendo limitadas pela dinâmica da infraestrutura social, ou seja, pelas relações de produção (Idem).

Já na obra de Max Weber podemos dizer que as representações são elementos importantes, pois, como destaca Porto (2017), Weber entende que “*a objetividade do conhecimento nas ciências sociais vincula-se ao fato de o empiricamente dado estar em permanente relação com “ideias” de valor, recolocando, assim, valores e crenças no interior da explicação sociológica*” (Ibidem, p. 64). É sabido que o viés de Durkheim, centrado na estrutura social e na coerção desta sobre os indivíduos, distancia sua metodologia daquela proposta por Weber. Ao contrário do sociólogo francês, Weber vê no indivíduo o ponto de partida metodológico para a compreensão sociológica.

A sociologia compreensiva de Weber privilegia o ator social enquanto portador do sentido ou como sustenta Porto “*enquanto único portador de sentido das máximas orientadoras das condutas que constituem a vida social*” (Porto, 2017, p. 72). É ainda Porto que afirma mais adiante, em sua reflexão:

Não seria incongruente argumentar-se que, da perspectiva weberiana, representações coletivas funcionariam como situação, condição e ambiente para as ações sociais, podendo facilitá-las, inviabilizá-las, ou ser apenas um dado que o sujeito precisa levar em consideração no agir social. Potencializam, também, a apreensão do caráter fragmentado do social, assim como conduzem a pensar a pluralidade e a relatividade dos conteúdos valorativos que demandam do ator escolha e seleção. (PORTO, 2017, p. 74)

Porém é a Durkheim que Moscovici atribui a “*invenção*” do conceito (PORTO, 2010, p. 69). Em, “*Da Divisão Social do Trabalho*”, Durkheim (1999a) discorre sobre as representações ao tratar da “*consciência coletiva*” como uma realidade que seja externa aos indivíduos:

O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; ela é, por definição, difusa em toda a extensão da sociedade, mas tem, ainda assim, características específicas que fazem dela uma realidade distinta. De fato, ela é independente das condições particulares em que os indivíduos se encontram: eles passam, ela permanece. [...] Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares, conquanto só seja realizada nos

indivíduos. Ela é o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento, do mesmo modo que os tipos individuais, muito embora de outra maneira. (DURKHEIM, 1999a, p. 50).

Para o sociólogo francês a consciência coletiva é o conjunto de ideias e crenças, que possui vida própria, externa aos indivíduos e, por isso, existe e circula independentemente destes no meio social. A principal função da consciência coletiva é criar solidariedade entre os indivíduos (DURKHEIM, 1999a). Em *As Regras do Método Sociológico* mais uma vez o conceito de representações aparece, agora indicando sua relação direta com os fenômenos empíricos aos quais se referem:

[...] ao admitir, como o faz nas “Regras do Método Sociológico”, que “a vida social é toda ela feita de representações” (Durkheim, 1971: XVII) e que “a ideia que fazemos das práticas coletivas, do que constituem, ou do que devem ser, representa um dos fatores do seu desenvolvimento”, (Durkheim, 1971: XXI), Durkheim aponta para o que, nos termos dos pressupostos delineados constitui o que se está chamando a solidariedade existente entre o fenômeno e sua representação.” (PORTO, 2017, p. 70-71)

Tomadas como um fato social, as representações coletivas apresentam como características principais a sua objetividade, exterioridade, generalidade e coercitividade, ou seja, são independentes dos indivíduos, são difusas na sociedade em geral e possuem capacidade de impor-se sobre as ações individuais, ou seja, coercitividade.

Como par dicotômico das representações coletivas, Durkheim define as “*representações individuais*”. Em sua obra *O Suicídio* (2000), o autor descreve: “*Apenas, as representações coletivas têm natureza diferente daquelas do indivíduo*” (DURKHEIM, 2000, p. 401) Mas é no texto “*Representações Individuais e Representações Coletivas*”, publicado, após as três obras já citadas, no tomo VI da *Revue de Métaphysique et de Morale*, em maio de 1898, que o sociólogo francês vai se aprofundar na diferença entre as duas formas de representação (OLIVEIRA, 2012). As representações individuais são apresentadas como fenômenos de caráter psíquico (Durkheim, 1994) e, segundo Porto (2010, p. 54) são “*vinculadas à experiência individual, são mais variáveis e incomunicáveis: são percepções, sensações e imagens localizadas na consciência de cada indivíduo.*”, enquanto que as representações coletivas “[...] não tendo como substrato as consciências individuais, são produto da consciência coletiva, mais impessoais e resistente à mudança [...]” (Idem).

Um dos objetivos principais de Durkheim neste texto é diferenciar o conteúdo social das representações coletivas do reducionismo das “*representações individuais*” enquanto reações e interações que ocorrem nas células nervosas (OLIVEIRA, 2012). Elas não possuem a capacidade de integrar de forma abrangente e compartilhada o tecido social do senso comum, como as representações coletivas. Porém, destaca o autor, é na relação entre estas representações individuais que são formadas e reproduzidas as representações coletivas<sup>41</sup>. Neste sentido, mais do que um somatório de representações individuais, Durkheim caracteriza as representações coletivas como ideias compartilhadas por um grupo, independentes das representações individuais e originárias da própria vida em sociedade:

As Representações Coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não dos indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com sua natureza.” (DURKHEIM, 1999, p. 36)

Na obra “As Formas Elementares da Vida Religiosa”, buscando as categorias básicas do pensamento religioso, Durkheim avança outra reflexão sobre as representações coletivas, lembrando que estas se mantêm nas sociedades modernas. É neste texto que o autor apresenta as relações entre a consciência coletiva e as práticas sociais, característica que viria a ser destacada por Moscovici (2003) nas representações sociais.

Segundo Guareschi (1998), ciente de que Durkheim escrevia para uma sociedade muito menos dinâmica e mais tradicional do que a sociedade contemporânea, Moscovici entendia que sua noção de representações sociais se adaptava melhor à realidade das sociedades complexas do que a de representações coletivas, cunhada por Durkheim. É também interessante considerar que, segundo Porto (2010):

Muitas das dificuldades com as quais se confrontou o sociólogo francês [Durkheim] tiveram origem na insistência nesta ideia da homogeneidade do conteúdo das representações coletivas, espécie de ênfase na noção de totalidade que persegue sua reflexão, sobretudo quando trata de consciência coletiva e representações coletivas. A ideia de perseguição não é aqui uma força de expressão: seria possível admitir que a quase obsessão com a qual Durkheim reifica, por assim dizer, o social, decorreria (paradoxalmente?) da percepção que

---

<sup>41</sup> Se se pode dizer, sob certos aspectos, que as representações coletivas são exteriores com relação às consciências individuais, é porque não derivam dos indivíduos considerados isoladamente, mas de sua cooperação, o que é bastante diferente. (DURKHEIM, 1970, p.39)

teve o autor do surgimento e do crescimento do fenômeno da individualidade e de seus desdobramentos em termos da prevalência do que ele definiu como individualismo egoísta nas sociedades modernas. (PORTO, 2010, p. 71)

A partir disto, Moscovici entende que “*A sociologia vê, ou melhor, viu as representações sociais como artifícios explanatórios, irreduzíveis a qualquer análise posterior. Sua função teórica era semelhante à do átomo na mecânica tradicional, ou dos genes na genética tradicional.*” (MOSCOVICI, 2003, p. 45). Sua perspectiva é diferente da proposta de Durkheim, pois propõe as representações sociais como fenômenos, e não como conceitos<sup>42</sup>. Cabe então apresentar a TRS como proposta por Moscovici.

### *A teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici*

Foi a partir da publicação de “*La Psychanalyse: Son image et son Public*”, em 1961, que Serge Moscovici inicia a sistematização da Teoria das Representações Sociais, no campo da psicologia social (FARR, 1998). O autor avança na concepção das representações dando destaque para dois aspectos que lhes seriam característicos. O primeiro destes aspectos é a condição de conhecimento socialmente compartilhado e elaborado pelos diferentes grupos sociais, como, no caso desta pesquisa, sobre o trabalho com cães na atividade policial. O segundo, também central para a tese, sua condição enquanto realidade afetiva vivida pelos indivíduos, através de emoções e sentimentos.

Outra característica da teoria de Moscovici é a apropriação de categorias da sociologia para avançar na compreensão das representações. Segundo Guareschi e Jovchelovitch (1998), pode ter sido com a preocupação de Durkheim com a coesão social e com a força coercitiva do coletivo, que Moscovici entendeu a “*força concreta da realidade social, o fato de que ela apresenta-se a sujeitos sociais como um dado, como algo que tem quase a mesma força das pedras que fazem o chão do mundo*” (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1998, p. 19).

---

<sup>42</sup> [...] se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo”. (MOSCOVICI, 2003, p. 49).

Ao partir do conceito de representações coletivas de Durkheim, Moscovici tinha consciência de que a sociedade de Durkheim, apesar de não tão distante temporalmente, possuía uma dinâmica muito diferente da apresentada em sua época. A sociedade de Durkheim era, em certa medida, menos dinâmica, mais apegada à tradição e às crenças coletivas, e na qual instituições como a religião e o Estado eram mais influentes sobre os indivíduos. A sociedade de Moscovici já apresentava a fluidez e instabilidade que vieram a se intensificar a partir da virada do século XX para o XXI, como efeito, dentre outros fatores, das inovações tecnológicas que inauguram a era digital (BAUMAN, 2001; 2017).

Além disso, com o conceito de representações coletivas, Durkheim busca compreender elementos da sociedade que pudessem manter sua coesão, como, por exemplo, a religião e a educação. Já Moscovici busca elaborar um conceito de representação relacionado ao conhecimento social produzido pelos indivíduos durante sua vida em sociedade, em relação com outros indivíduos. Assim, o coletivo de Durkheim se torna inadequado para a proposta de TRS de Moscovici, que o substitui pela noção de social.

Dentre as funções das representações sociais está sua capacidade dinâmica de tornar, em alguma medida, familiares, fatos “*não-familiares*” aos indivíduos. (MOSCOVICI, 2003). Identificar o que não era identificado. É através de representações sociais que os indivíduos tornam inteligíveis os contextos sociais nos quais estão inseridos. Esta função está relacionada com um dos processos de gênese das representações sociais descrito por Moscovici, chamado de ancoragem.

A ancoragem, junto com a objetivação, forma um conjunto de processos que se alternam, um procedendo ao outro, e do qual são criadas as representações sociais. O processo de ancoragem é aquele pelo qual os indivíduos nomeiam as coisas, pois, lembra Moscovici, “*Coisas que não são classificadas e não possuem nome são estranhas, não existentes e, ao mesmo tempo, assustadoras*” (MOSCOVICI, 2003, p. 61). Mais ainda que nomear coisas, a ancoragem ampara os indivíduos pelo já citado processo de tornar familiar o não familiar. Segundo Porto: “*Pela ancoragem, os atores sociais buscam tornar ideias estranhas, perturbadoras e ameaçadoras em algo familiar, ancorando-as em contextos familiares, dando-lhe raízes.*” (PORTO, 2017, p. 33). Ao ser ancorado, o objeto da representação social se torna um instrumento do qual os indivíduos agora podem dispor (ALCÂNTARA, 2017).

Já a objetivação é o processo pelo qual aquilo que se pensa é materializado em algo que faz parte da realidade física, tornando possível ser observado no mundo prático o que estava no mundo das ideias, o que era apenas símbolo, representação. Como lembra Porto, o processo de objetivação, “*não sendo neutro, vem acompanhado de julgamentos valorativos/morais condicionados que são pelas inserções sociais.*” (PORTO, 2017, p. 33).

É a partir da conjugação destes dois processos que as representações sociais passam a integrar a realidade social como parte de sua dimensão subjetiva, mas que não existe desvinculada da dimensão objetiva, da prática, da ação social dos indivíduos. É assim também que as representações sociais se mostram elementos essenciais para a vida em sociedade:

Frente a esse mundo de objetos, pessoas e acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos serve de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis por que as representações sociais são tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva. (JODELET, 2001, p.17)

Nas palavras de Moscovici: “*Concretamente, significa dizer que as representações sociais têm a capacidade de criar e de estipular uma realidade denominando, objetivando noções e imagens, dirigindo as práticas materiais e simbólicas para esta realidade que lhes corresponde*” (MOSCOVICI, 2003, p. 96).

Apresentado o conceito de representações sociais pela tradição de Moscovici, é importante destacar a relação destas com os agentes sociais, com os sujeitos. A TRS utiliza o lócus do pensamento para o estudo dos agentes sociais, entendendo que existe uma relação dialética entre o mundo das representações e o mundo material. Nesta relação, as representações interagem com o mundo material a partir das ações dos sujeitos, as quais podem ser orientadas pelas representações. Sobre esta relação sujeito-pensamento, Jodelet escreve:

Falar de sujeito, no campo de estudo das representações sociais, é falar de pensamento, ou seja, referir-se a processos que implicam dimensões físicas e cognitivas, a reflexividade por questionamento e posicionamento diante da experiência, dos conhecimentos e do saber, a abertura para o mundo e os outros. Processos que tomam uma forma concreta em conteúdos representacionais expressos nos atos e nas palavras, nas formas de viver, nos discursos, nas trocas

dialógicas, nas afiliações e nos conflitos. Esta especificidade da representação do sujeito como pensamento abre um espaço de pesquisa que ainda precisa ser balizado. (JODELET, 2009, p.705)

Neste sentido, a TRS demonstra potencial relevante como instrumento metodológico de compreensão sociológica, na medida em que as representações sociais integram a realidade vivida pelos indivíduos como espécie de ferramenta para conhecer e atuar no mundo. Por isso, principalmente, estas representações são essenciais para a vida em sociedade:

Que o vejamos [o status das representações] nos fenômenos representacionais das instancias de constituição ou transformação da sociedade, de estruturação da relação com o mundo social e natural, de reservas de competências que permitem a ação de agentes situados em contextos definidos; que se faça das representações a matriz das práticas pelas quais se constrói o mundo social ou mediações simbólicas entre práticas e afirmação ou atribuição identitária, pelas quais os grupos se diferenciam; que se traga a produção das representações aos jogos das interações em sistemas restritos de relações, ou que a situemos no nível da constituição de discursos globais, uma mesma constatação se impõe: as representações sociais e/ou coletivas aparecem como uma alavanca essencial na vida social. (JODELET, 2009, p.119)

A identidade profissional dos *cachorreiros*, assim como as emoções por estes vividas na relação de trabalho com seus cães, é permeada por sentidos, por elementos simbólicos que, através das representações sociais, tomam corpo para serem objeto do crivo sociológico. Para isso é necessário, por fim, detalhar as especificidades da apreensão que faço da TRS.

#### *A TRS enquanto caminho metodológico para a sociologia*

Depois de apresentar brevemente o conceito de representação em Durkheim, Marx e Weber, e igualmente a proposta teórico-metodológica de Serge Moscovici na Psicologia Social, resta detalhar a apreensão sociológica da TRS que utilizo nesta tese. O fato de ser originária da Psicologia Social, obviamente, não é fator impeditivo de sua apropriação enquanto recurso metodológico para a sociologia. Porém esta apropriação não ocorre sem ajustes e adaptações.

Em primeiro lugar, cabe destacar que alguns elementos da TRS de Moscovici não são aqui utilizados, como, por exemplo, a divisão do processo de objetivação em três



etapas, aqui tratado como um processo uno. A apropriação aqui feita da TRS segue a perspectiva adotada por Porto:

Por não possuir os elementos da formação discursiva própria à psicologia social, a apropriação que faço da Teoria das Representações Sociais, embora guarde uma grande proximidade com esta formação, é, em certo sentido, “utilitarista”. Em sua utilização, a argumentação não percorre passo a passo todo o caminho daqueles que, na psicologia social se dedicaram ao tema. Também não privilegia a parte da teoria que se dedica aos aspectos propriamente cognitivos da formação e da constituição das representações sociais e de seus mecanismos de difusão. Além do que, não há, nessa apropriação, preocupação em dissecar dada representação, ressaltando de que modo se constituíram seu núcleo central e suas periferias. Aliás, não distingue centro de periferia. Pelo contrário, trabalha a noção como um todo e sempre no plural, assumindo as representações sociais enquanto blocos de sentidos articulados, sintonizados ou em oposição e em competição a outros blocos de sentido, compondo uma teia ou rede de significações que permite ao analista avançar no conhecimento da sociedade por ele analisada. (PORTO, 2010, p. 66)

É o caso da representação do animal enquanto máquina, que possui relação íntima com a representação do cão policial enquanto arma/ferramenta. Não foi objetivo da tese traçar a gênese destas representações, muito menos mapear seus núcleos centrais e suas periferias. Antes, busquei mobilizar os núcleos de sentido, as crenças e valores que amparam essas representações, os conflitos que delas derivam, como matéria prima para a análise sociológica.

Cabe aqui também elencar premissas derivadas desta escolha metodológica, pois, analisar a sociedade pelo viés das representações sociais significa acessar o mundo objetivo por meio do que os indivíduos dizem sobre ele, ou seja, pelo senso comum. Por isso, segundo Porto (2010):

Interrogar a realidade a partir do que se diz sobre ela, utilizando-se da categoria das representações sociais significa assumir que estas:

- a) embora resultado da experiência individual são condicionadas pelo tipo de inserção social dos indivíduos que as produzem;
- b) expressam visões de mundo objetivando explicar e dar sentido aos fenômenos dos quais se ocupam, ao mesmo tempo em que;
- c) por sua condição de representação social, participam da constituição desses mesmos fenômenos;
- d) apresentam-se, em sua função prática, como máximas orientadoras de conduta;
- e) admitem a existência de uma conexão de sentido (solidariedade) entre elas e os fenômenos aos quais se referem, não sendo, portanto, nem falsas nem verdadeiras mas a matéria prima do fazer sociológico. (PORTO, 2010, p. 68)

A premissa “a” destaca a existência da relação entre as representações sociais sobre cães policiais e as sociabilidades específicas dos *cachorreiros*, não apenas nos cursos e instruções, mas também nas interações rotineiras com outros *cachorreiros*. Somam-se aqui as diferenças destas representações em relação às representações sociais sobre cães *pet*, produzidas e reproduzidas, principalmente, por atores diferentes dos *cachorreiros*, e em contextos também diferentes, o que nos leva à premissa “b”.

As premissas “c” e “d” apontam para a importância da compreensão dos elementos subjetivos do trabalho policial com cães, as representações sociais, para o esforço de compreender melhor a realidade social vivida pelos *cachorreiros*, de seu trabalho, de sua relação com a sociedade, de suas decisões naturalizadas na rotina laboral e de sua relação com os cães.

Por fim a premissa “e” nos lembra de que as representações sociais não servem para julgamentos de valor, para buscas sobre supostas verdades sobre os fenômenos. Além disso, por si só, elas não representam conhecimento sociológico objetivo (PORTO, 2010). Para isso, é necessário que sejam interpretadas em relação direta com a realidade objetiva sobre a qual falam (Idem), no caso da tese, a realidade social do trabalho com cães policiais nas unidades pesquisadas. Neste sentido, são fontes relevantes de material analítico que permitem melhor compreender fenômenos sociais diversos.

A representação dos animais enquanto máquinas, ou autônomos, preponderante nos primeiros séculos da Modernidade, por exemplo, persiste nos dias atuais. O discurso dos *cachorreiros* em apresentar seus cães enquanto ferramentas eficientes, enquanto armas, reflete a persistência desta representação. O que não impede que algumas crenças derivadas dela entrem em conflito com novas crenças, com novas sensibilidades em relação aos animais, especificamente em relação aos cães.

Para acessar as representações dos *cachorreiros*, analiso seus discursos, colhidos por meio de entrevistas semiestruturadas, e também a partir de dados coletados na observação da rotina dos canis. O objetivo foi localizar núcleos de sentido sobre determinadas questões, como, por exemplo, reprodução dos cães, formas de comunicação com os animais, emoções vividas em trabalho, reconhecimento social, dentre outras. A partir do que os *cachorreiros* dizem sobre si, analiso as representações sociais que são por eles elaboradas para dar sentido a suas ações, a sua identidade, e a seus afetos, como, por

exemplo, a já citada representação do cão K9 enquanto arma/ferramenta, que é construída, discursivamente, em oposição a representações sociais sobre cães *pets*.

### 3.2 – A representação dos animais como máquinas

Na abordagem da relação entre *cachorreiros* e cães pela via das representações sociais, aquela que se destaca é a de que os cães são ferramentas. Essa representação é relacionada com a condição objetiva do cão na posição de animal de trabalho, pois o que os define é a capacidade de realizar tarefas demandadas pelos humanos. Nas representações sociais sobre o cão policial, sobre o trabalho dos *cachorreiros* e sobre os *cachorreiros* analisadas no decorrer desta tese, a representação do cão como ferramenta aparece sob diferentes formas e com diferentes implicações para a relação humano-animal.

É importante destacar que não apenas os animais de trabalho são instrumentalizados; também os animais de produção, cujo trabalho seria a produção de alimentos, e os animais de estimação, que realizam, por exemplo, trabalho emocional para seus tutores (COULTER, 2016). O que diferencia, principalmente, o trabalho realizado pelos animais de trabalho daqueles realizados pelos outros animais é que o seu trabalho é reconhecido socialmente enquanto tal. O reconhecimento social de algumas tarefas desempenhadas por animais como trabalho marca o que Kendra Coulter chama de “*trabalho animal mandatário por humanos*” (Ibidem, p. 61).

This [work mandated by humans] involves formal work given to animals and includes a broad cross-section of tasks, assignments, and occupations. Animals are able to exercise different degrees of voluntary, self-initiated and/or self-controlled activity within these occupations, but the occupations overall are chosen by people. [...] In these cases, animals not only do work, but they can most clearly be considered workers. The identify of “worker” is contested and differently applied by/to human workers, thus warrants more discussion in an interspecies framework; [...]. (Idem)

De fato, em alguns momentos, os cães são tratados como companheiros de trabalho, assumindo a posição de trabalhador. A estrutura que organiza a carreira dos cães policiais, por exemplo, é semelhante à da carreira dos *cachorreiros*. Ambos passam por processos seletivos, na forma de cursos de formação, que separam humanos e animais aptos dos inaptos para o trabalho. Ambos precisam treinar constantemente como forma de manter a

eficiência nas atividades fim demandadas. Ambos se aposentam após determinado tempo de serviço.

Porém, os dados coletados em campo sugerem um predomínio da representação do cão como ferramenta de trabalho e de condutas humanas para com seus animais como se eles assim o fossem. Mesmo nos aspectos em que o cão é representado como trabalhador, como nas situações citadas acima, seu estatuto de ferramenta é presente. Por exemplo, por mais que humanos e cães sejam selecionados, os humanos não são comercializados, comprados por licitação, nem reproduzidos internamente como são os animais. Nesse contexto, os cães são uma mercadoria, objetos da ação humana (OLIVEIRA, 2006). A aposentadoria canina também difere da humana, marcada pela posição de ferramenta do animal. Enquanto a aposentadoria dos humanos vem acompanhada de remuneração e vínculo institucional até o fim de sua vida, a aposentadoria dos cães é apenas a baixa de sua inscrição enquanto patrimônio semovente das corporações. Segue-se a isso um processo de doação do animal, e o humano que se voluntaria para recebê-lo arca com seus custos durante o restante de sua vida. Ou seja, a aposentadoria do cão é como a dispensa de qualquer outro objeto que tenha perdido sua função.

O cão policial oscila entre o estatuto de ferramenta e o estatuto de trabalhador, com a predominância da primeira. Sua posição enquanto ferramenta está relacionada com o contexto específico que define sua condição de animal de trabalho, que é realizar alguma função desejada pelos humanos. Já sua posição enquanto trabalhador decorre de sua condição enquanto seres vivos e sencientes, dotados de sensações, emoções, memória e cognição. Essa é a principal ambiguidade que a análise da representação social dos cães policiais como ferramentas revela, e marca os diferentes aspectos da relação entre *cachorreiros* e seus cães que serão analisados nesta tese. Não obstante, é a ambiguidade mais presente nos estudos sobre relações humano-animal (IRVINE, 2008; SANDERS, 2000; 2006b; 2007; COULTER, 2016; para citar alguns exemplos).

Se a posição de animal de trabalho é uma construção social, assim como outras construções sociais, ela possui história. Como existem diversas formas de trabalho animal e diferentes categorias de animal de trabalho (COULTER, 2016), existem diferentes histórias de interação interespecífica. Essas histórias se integram no que comumente chamamos de história humana, mas que se revela uma história compartilhada entre

humanos e outros animais (BARATAY, 2016), algumas vezes em conflitos, outras em cooperação (FARACO, 2008), mas marcada pela relação entre eles.

Se pensarmos nos cães *pets*, e todos os comportamentos ditos humanizados que seus tutores possuem para com eles, percebemos a influência das representações sociais nessas formas de agir e de fazer. Os *pets* são muitas vezes representados enquanto parentes, enquanto eternas crianças e enquanto moralmente superiores aos humanos (LIMA, 2016; GAEDTKE, 2017; LEWGOY; PINTO; SORDI, 2015). Essas representações estão presentes não apenas nos discursos dos tutores, mas também nas práticas cotidianas de cuidado, nas interações, e no lugar ocupado pelos *pets* na rede de relações sociais dos humanos.

Se pensarmos nos cães policiais, as representações sociais que seus *cachorreiros* possuem sobre eles impactam na forma como agem, pensam e sentem seus cães. A representação dos cães como ferramentas figura entre as principais representações sociais apreendidas dos dados coletados em campo. Essa representação nos remete a outra, mais antiga e mais dispersa pela sociedade, que é a dos animais enquanto máquinas. Representar o cão policial como ferramenta é, antes de tudo, representá-lo como máquina. É essa a representação que surge das relações interespecíficas de caráter predominantemente utilitário, como é a relação *cachorro-cão*. Em outras palavras, *cachorreiros* e cães existem a partir da utilidade de seu trabalho para a sociedade. Se não fossem úteis, se não atendessem a demandas reais e objetivas dos humanos, não existiriam da forma como são.

É o caso dos animais cujo trabalho é produzir alimentos através de seus próprios corpos. Segundo Lewgoy e Sordi (2012) o discurso presente no campo dos animais de produção remete ao campo da *nutrição*, distanciando-se do campo da *alimentação* (Ibidem, p. 160). Esse deslocamento é relacionado com a representação, por exemplo, dos bovinos enquanto *zoomáquinas* (Idem), cuja função é a produção de alimento através da engorda ou da produção de leite<sup>43</sup>. Uma visão essencialista (DUBAR, 2009) da identidade de animal de trabalho tenderia a tomar essa condição como natural, derivada de uma vocação inata,

---

<sup>43</sup> Em uma palestra sobre nutrição animal ocorrida na última FEICORTE (Feira Internacional da Cadeia Produtiva da Carne), em São Paulo, um especialista da área resumiu o princípio orientador da nutrição bovina da seguinte forma: “a conta que interessa de conversão biológica é o quanto de matéria seca [pasto ou ração] tem de ser consumida para produzir tantas arrobas no gancho”. Unida a outras declarações recorrentemente ouvidas neste campo etnográfico, que simetizam as reses com “máquinas de produzir carne através de capim”, percebe-se que a nutrição animal é compreendida, neste setor, mais como uma espécie de matéria-prima do que como alimento, pois visa acima de tudo potencializar a funcionalidade das “máquinas animais” [...]. (LEWGOY; SORDI, 2012, p. 160-161)

como se sua própria essência fosse o motivo de sua instrumentalização por/pela ação humana. Nessa visão os cavalos existem para serem montados, os cães existem para nos fazer companhia e farejar, e as galinhas existem para nos fornecer carne e ovos. Mas essa visão de mundo deixa de lado a história da relação humano-animal, as mudanças que a marcaram, e as representações sociais então produzidas e reproduzidas – e assim participaram da construção dessa mesma história.

Não existem determinações biológicas que justifiquem a posição dos animais de trabalho enquanto tais, como aparece nas teses da sociobiologia, como por exemplo, as de Diamond (2010). São elementos sociais que os colocaram nessa posição.

A análise sobre a evolução interativa entre humanos e animais, em especial o cão, contribui para a desmistificação da visão essencialista, pertencente ao senso comum. A representação do cão como ferramenta de trabalho traz em si a aceitação da superioridade humana como justificativa para a instrumentalização do animal na realização de tarefas. Existem elementos simbólicos que legitimam o humano a tratar seres vivos como ferramentas de trabalho. São elementos presentes nos diversos regimes de verdades aos quais os humanos aderem.

#### *Domesticação e a legitimidade de usar o cão como ferramenta*

A identidade de cão policial não é apenas uma projeção subjetiva do seu tutor. Ela é resultado de uma série de ações e reações humanas, que selecionam dentre cães de diferentes raças aqueles indivíduos que possuem as características desejáveis para um cão policial. É resultado também da condição singular do cão, enquanto espécie, de conseguir produzir indivíduos que possuem características comportamentais bastante diversas. Essa versatilidade comportamental, por outro aspecto, também permite que os indivíduos tenham seus comportamentos modulados em uma diversidade de funções. É uma diferença clara entre o cão e outras espécies animais. Nenhum outro animal doméstico é colocado para realizar tantos tipos diferentes de *trabalho animal* (COULTER, 2016).

Ao representar os cães como ferramentas, os *cachorreiros* condicionam a vida daqueles animais a partir, não exclusivamente, de seu aspecto utilitário. Os animais *úteis* foram os primeiros a estabelecer relações com os humanos e se tornar domésticos (THOMAS, 2010). Mas foram os transformados em *inúteis*, os cães de estimação, as aves

de companhia, e até mesmo os gatos domésticos – esses que talvez em nenhuma relação possam ser considerados inúteis (GORRELL, 2003) – os que ganharam espaço na Modernidade, sendo considerados parte do universo urbano (THOMAS, 2010). Além disso, são os animais *inúteis* aqueles que vão assumir a posição de *pets*, aqueles que serão chamados e muitas vezes tratados como filhos, que receberão nomes tipicamente humanos, que adentrarão a vida íntima dos tutores da mesma forma que os espaços da casa e da estrutura familiar. Sobre eles não existe uma dominação humana aparente. À primeira vista, parece uma relação horizontal, afinal, o animal “*é tratado como gente*”. Mas muitos estudos sobre essa relação descrevem os elevados *custos* para o animal que assume a posição de *pet* (BAPTISTELLA, 2012; GAEDTKE, 2017; SEGATA, 2012,), a qual, geralmente, é uma relação marcada pela suposta superioridade humana<sup>44</sup>.

Mas o que nos interessa nesse ponto é que o cão policial é colocado em uma posição de submissão clara, pois toda instrumentalização é realizada de cima para baixo, de um controlador para um controlado. Para a ferramenta funcionar, algum humano precisa manuseá-la, utilizá-la, e isso implica em uma clara relação de sujeição. Não seria plausível que os *cachorreiros* realizassem seu trabalho como o fazem se representassem o trabalho animal dos cães como um trabalho forçado, alheio à vontade dos cães, causando-lhes, inevitavelmente sofrimento. A representação dos cães como ferramentas traz em si a legitimidade de colocá-lo para viver uma vida de cão policial, e não outras possíveis.

O discurso científico que se desenvolve na Modernidade tem a instrumentalidade da natureza como um de seus pilares (THOMAS, 2010). Nesse caminho, as categorias produzidas e reproduzidas para enquadrar todos os elementos que constituem a natureza tiveram como base sua utilidade para os humanos. Assim o fora, por exemplo, a história natural e a zoologia<sup>45</sup>.

---

<sup>44</sup> A dominação humana, no entanto, é patente [na relação entre tutores e pets]. Mesmo os animais mais amados, os pets, não escapam desse ser/estar inferior no mundo: o papel que assumem na relação afetiva é o de filhos. Poderiam ser irmãos, amigos, primos... Mas acabaram elencados justamente no lugar onde, de um modo ou de outro, ainda existe uma premissa de obediência e subserviência. Para piorar, nunca deixam de ser crianças, de forma que sua autonomia é limitada para sempre. (BAPTISTELLA, 2015, p. 146)

<sup>45</sup> A motivação inicial para o estudo da história natural foi de teor prático e utilitário. A botânica nasceu como uma tentativa de identificar os “usos e virtudes” das plantas, essencialmente para a medicina, mas também para a culinária e a manufatura. [...] Também eram de ordem prática as intenções da zoologia. A Sociedade Real estimulou o estudo dos animais com vistas a determinar “se eles podiam ser de alguma serventia ao gênero humano, como alimento ou remédio; e se esses ou quaisquer outros usos deles podiam ser ainda mais aprimorados.” (THOMAS, 2010 p. 35-36)

A representação que é formulada pelos *cachorreiros* é a do cão como animal doméstico e social – que vive em estrutura social com hierarquias e padrões de sociabilidade. Por serem domésticos, os cães não apenas gostam, mas precisam estar em convívio com a sociedade:

O cão ele foi lobo, mas agora é cão né. Ele domesticou... Domesticaram né, domesticaram o lobo e surgiu o cão, que não é mais selvagem. É doméstico, então ele gosta de estar com gente, ele aprendeu a viver com gente mesmo. Você vê aqui, numa seleção de ninhada, tem cão que não serve pra trabalho, mas serve pra guarda. Vai pra guarda, vai de doação. Tem o outro que vai servir de *pet* mesmo. Doa também ele pra ser *pet*. Tem o que fica pra apresentação né. Então assim, tem de tudo, só não tem cão que na serve pra ficar com gente. (*Cachorroiro* 04 - policial)<sup>46</sup>

O pessoal sempre pergunta como que é *pro* cão trabalhar, e a gente tenta mostrar que trabalho mesmo é o nosso, porque pro cão ali tudo é brincadeira, é diversão. Cachorro é um bicho que gosta de estar com o homem, de brincar, e brincando ele vai ajudando, vai fazendo o que o homem quer. Então pra ele é tudo uma brincadeira. Você não vê um cachorro sair da baia pra trabalhar de mau humor igual a gente mesmo né, tem um dia ou outro lá, que você não quer trabalhar. O cão não, ele tá sempre pronto, ele gosta disso. (*Cachorroiro* 13 - bombeiro)

Por serem representados como animais sociais, os cães são aptos a compreender a sociedade humana e seus padrões:

Quando você diz assim aquele ali é um macho alfa, esse é o cão que eu quero *pro* batalhão, isso já caiu por terra. Você sabe por quê? Porque o cão policial, o cão K9, ele não precisa ser o líder, ser o que disputa a liderança contigo o tempo todo, ali, naquele embate mesmo, no um a um. Não é isso. O cão policial ele precisa saber que existe uma hierarquia, e que a hierarquia é aquela e tal. Você apresenta a hierarquia pra ele, e ele aprende, ele entende onde ele está, o que ele deve fazer, com quem vai fazer, entende? É bobeira isso do macho alfa, da fêmea alfa. O cão vive em matilha, ele sabe, todos eles sabem desde que são nascidos, que eles vão viver em uma hierarquia. (*Cachorroiro* 21 - policial)

O cachorro se ele vive com outros, ele forma a matilha. Ele é matilheiro. Só pegar aí *esses* cachorros de rua, eles formam umas gangues [risada]. Tem isso ele, de juntar, de viver junto. E com o homem também, tanto que ele fica na cidade, evita ir pro mato. (*Cachorroiro* 11 - bombeiro)

Tem uma coisa que você nunca vai ver, que é cachorro sozinho. Cachorro enturma com tudo, enturma com gente, enturma com gato, enturma com tudo, é

---

<sup>46</sup> Para manter o sigilo sobre a identidade dos entrevistados, as entrevistas são apresentadas enumeradas. Apesar de uma pequena parte das entrevistas ser com policiais mulheres e com bombeiras, optei por identifica-las também como cachorreiros, tanto pra evitar a identificação delas, quanto porque o termo cachorreira não apareceu na coleta de dados.



só deixar conviver, ensinar. Ele já tem essa condição dele, de chegar e integrar o grupo, matilhar a gente fala né. (*Cachorro 16 - bombeiro*)

Se a condição de animal doméstico é trazida à tona como um dos elementos de legitimação do uso desses animais como ferramentas, é preciso entender o processo de domesticação e suas heranças para as representações sociais sobre os animais de hoje.

Segundo a historiografia tradicional, foi a domesticação de plantas e animais que permitiu ao humano a sedentarização, ponto de inflexão importante de seu desenvolvimento enquanto espécie (THOMAS, 2010). Em primeiro lugar, a domesticação é um empreendimento humano. Isso não significa que seja uma ação humana sobre outros animais, passivos, modelados à sua vontade. É um processo social, composto por ações sociais, por representações sociais, e de caráter relacional. Enquanto construção social, a domesticação constrói e é construída sob representações dicotômicas, principalmente a partir do par selvagem-doméstico.

Para Diamond (2010), a domesticação dos animais possui duas etapas pelas quais os animais são selecionados a partir de sua relação e interação com humanos, tanto por motivos materiais (alimento e outros recursos), quanto por motivos simbólicos (adereços e rituais). A primeira etapa seria o amansamento, que seleciona dentre os animais selvagens aqueles que podem ser amansados, acostumados à convivência humana das mais diversas maneiras. Porém, nesse estágio, o humano não possuiria o controle total sobre o ciclo de vida dessas espécies (Idem). É o caso, por exemplo, dos casuares que são raptados da vida selvagem quando filhotes e criados nos vilarejos da Nova Guiné para posterior consumo humano, como também dos elefantes de tração utilizados em alguns países asiáticos.

A segunda etapa que consolida o processo de domesticação é o domínio completo do ciclo de vida dos animais amansados, tomando o controle do desenvolvimento não apenas dos indivíduos, mas de toda a espécie, principalmente através do controle da reprodução (Idem). Para isso, é necessário que os animais atendam a seis critérios integralmente, pois, a falha em algum deles torna a espécie em questão inapta para a domesticação. Assim, para o autor: *“Um animal domesticado [...] é definido como um animal seletivamente criado em cativeiro e, por isso, diferente de seus antecessores selvagens, para ser usados por homens, que controlam sua procriação e sua alimentação.”*

(Ibidem, p. 159). O conceito de domesticação de Diamond (2010) é utilitarista, e associa esse processo à produção de recursos<sup>47</sup>.

Tomados enquanto fontes de recursos, os animais domésticos assumem a condição de componentes do ambiente no qual as sociedades se desenvolveram. Uma das teses de Diamond (2010) é de que o processo de extinção da megafauna pela predação humana tornou desigual a presença de animais domesticáveis, sendo que alguns continentes foram privilegiados com uma maior biodiversidade doméstica (DIGARD, 2012) do que outros.

Segundo Digard (2012): *“Uma primeira evidência se impôs ao Homem: não se encontram por toda parte, na natureza, os mesmos animais.”* (Ibidem, p. 206). Isso representa um fato relevante para a compreensão dos caminhos tomados por cada sociedade. Os animais compõem a realidade material na qual humanos constroem suas sociedades e estabelecem suas relações de produção, de afeto e de consumo (YORK; LONGO, 2017). Dessa forma, a biodiversidade, selvagem e doméstica, impacta nos caminhos tomados por cada sociedade:

A partir dos animais disponíveis para cada sociedade, ela é conduzida a efetuar escolhas estratégicas em função de várias alternativas, podendo se ater à polivalência de uma única espécie (como, por exemplo, o dromedário entre os beduínos, a rena entre os lapões, o boi entre os nilotas etc.), ou ainda à complementaridade entre espécies (cavalo + ovelha/ camelo + cavalo + ovelha/bovino + asno + cavalo + cabra etc.). Cada sociedade pode, além disso, privilegiar a utilização dos animais vivos (lã, leite, trabalho) ou dos animais mortos (carne, abate, couro, peliça). Sem cair nos excessos do determinismo ecológico, é necessário admitir que essas escolhas influenciam o modo de vida, a economia e mesmo a organização das sociedades humanas. (Ibidem, p. 206-207)

A concepção de Digard (2012) de domesticação é mais ampla que a de Diamond (2010), e contempla todos os animais que são criados pelos humanos. Isso porque, para Digard, a domesticação não é um processo de seleção que qualifica ou não animais como domésticos, em contraposição àqueles não selecionados, tidos como selvagens. Para o

---

<sup>47</sup> Muitas aves foram domesticadas por sua carne, seus ovos e penas: a galinha na China, várias espécies de patos e gansos em regiões da Eurásia, perus na Meso-América, galinhas d'angola na África e o pato-do-mato na América do Sul. Os lobos foram domesticados na Eurásia e na América do Norte para se tornarem nossos cães, usados como companheiros de caçadas, sentinelas, animais de estimação e, em algumas sociedades, alimento. Roedores e outros pequenos mamíferos domesticados para servir de alimento incluíam o coelho na Europa, o porquinho-da-índia nos Andes, um rato gigante na África Ocidental e possivelmente um roedor chamado hutia nas ilhas do Caribe. As doninhas foram domesticadas na Europa para caçar coelhos; e gatos foram domesticados no norte da África e no sudoeste da Ásia, para caçar roedores. Pequenos mamíferos domesticados recentemente, nos séculos XIX e XX, incluem raposas, visons e chinchilas criados por causa da pele, e os hamsters, mantidos como animais de estimação. Até mesmo alguns insetos foram domesticados, principalmente a abelha na Eurásia por causa do mel, e o bicho-da-seda na China (DIAMOND, 2010, p. 158)

autor a domesticação é um processo contínuo e constante da relação entre humanos e os animais sob o qual agem. Por isso “*a domesticação supõe necessariamente uma ação contínua, entretida dia após dia. Tanto que os animais podem se desdomesticar, se asselvajar, até retornarem à vida selvagem [...]*” (DIGARD, 2012, p. 208).

A definição antropológica de Digard se aproxima de outra, encontrada em matéria veiculada no Portal Revista Veterinária, segundo a qual animais domésticos são aqueles que “*tem convivência com o homem e estão acostumados com sua presença e não vivem especificamente em seu ambiente natural*”<sup>48</sup>. As duas definições levam em consideração a origem selvagem dos animais domésticos, ressaltando sua condição de empreendimento humano, social. Já algumas definições colocam essas duas categorias como pares identitários opostos. No site da WWF encontramos uma definição de animais domésticos como o oposto de animais silvestres:

Animal silvestre não é o doméstico. O doméstico já está acostumado a viver perto das pessoas, como os gatos, cachorros, galinhas e porcos, entre outros. Já o animal silvestre foi tirado da natureza e reage à presença do ser humano. Por essa razão, tem dificuldades para crescer e se reproduzir em cativeiro. O papagaio, a arara, o mico e o jabuti, ao contrário do que muitos pensam, são animais silvestres.<sup>49</sup>

Mas o fato é que domesticar animais envolve transformar animais selvagens em algo mais útil para a vida humana, nem que seja para uma companhia pacata, como um jabuti no quintal. Dessa forma, o processo de domesticação leva a uma diferenciação biológica entre os domesticados e seus ascendentes selvagens (DIAMOND, 2010, DIGARD, 2012). Essa diferenciação é resultado, principalmente, de dois processos: a seleção genética artificial feita por humanos – contraposta à seleção natural que ocorre na vida silvestre –, e a resposta evolutiva natural a essa mudança do habitat natural para o artificial (DIAMOND, 2010). Segundo Digard:

Os processos de domesticação animal tiveram como ponto de partida a diminuição anatômica, seguida de um aumento contínuo a partir da Idade Média, até à “mastodontização” contemporânea de certos animais de criação e seu paralelo, a miniaturização dos animais de companhia (Digard, 2005:46-50). As modificações afetam também sua pelagem, sua cor (por acumulação das

---

<sup>48</sup> Disponível em: <https://www.revistaveterinaria.com.br/diferenca-entre-os-animais-domesticos-e-os-animais-silvestres-e-nao-convencionais/>. Acesso em: 04/02/2020

<sup>49</sup> Disponível em: < [https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/questoes\\_ambientais/animais\\_silvestres/](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/animais_silvestres/)> Acesso em: 04/02/2020

mutações que são eliminadas na natureza, particularmente malhados ou claros, podendo ir até o albinismo), e seu comprimento e sua textura (lã de ovelha, de cabras e de coelhos angorás ou, inversamente, raças de ovelha sem pelos da África ou de cães “nus” da China, do México e do Peru). Afetam ainda o formato das caudas entre os canídeos (tornadas muito diversas; se enrolando ou se encurtando, por exemplo) – modificações que não encontram nenhum equivalente entre os animais selvagens. (DIGARD, 2012, p. 209)

Com as interações derivadas da *domesticação* – cuja definição utilizada daqui em diante é de Digard (2012) –, surgem novas formas de relação entre humanos e animais, nas quais os últimos passam a satisfazer demandas dos primeiros. Pela abordagem de Kendra Coulter (2016), surgem duas formas de trabalho animal, que são o *voluntário* e o *mandatário por humanos* (Ibidem, p. 60-61). O trabalho animal mandatário para humanos engloba aqueles trabalhos que são direcionados para satisfação de demandas exclusivamente dos humanos, como é o caso do policiamento com cães, enquanto o voluntário engloba as atividades que os animais realizam naturalmente, independentemente de sua posição, como o trabalho de proteção e cuidado em relação aos tutores.

É nas relações de trabalho animal, nas relações de utilidade para as necessidades humanas, que se produzem e reproduzem as representações sociais dos animais enquanto máquinas. São máquinas de produção, como bovinos e suínos, ou máquinas de trabalho, como cães ou cavalos. É o exemplo dos animais como máquinas de tração. A história do Ocidente, desde os Impérios da Antiguidade, até o início da modernidade, deixa clara a importância dos cavalos e de outros animais de tração (COULTER, 2016; DIAMOND, 2010<sup>50</sup>) e montaria, em suas diversas aplicações, mas principalmente na guerra<sup>51</sup>.

A história dos processos de domesticação pelos quais passaram os diferentes animais indica que a suposta utilidade de alguns deles para realizar algumas tarefas humanas é uma variável principalmente cultural, e não uma trajetória evolutiva natural daqueles animais, como um caminho que já está definido desde o surgimento da espécie. A

---

<sup>50</sup>Os animais usados como montaria eram os cavalos, os burros, os iaques, as renas e os camelos. Além desses animais, a lhama também era utilizada para carregar fardos. Vacas e cavalos eram atrelados a carroças, enquanto renas e cachorros puxavam trenós no Ártico. O cavalo tornou-se o principal meio de transporte de longa distância na maior parte da Eurásia. Os camelos desempenharam um papel semelhante no norte da África, na Arábia, na Ásia Central, enquanto as lhamas eram utilizadas nos Andes. (DIAMOND, 2010, p. 89)

<sup>51</sup>A contribuição mais direta da domesticação de animais e plantas para as guerras de conquista foi dada pelos cavalos da Eurásia, cuja utilização militar os transformou nos jipes e tanques das antigas guerras naquele continente. [...] eles permitiram que Cortéz e Pizarro, liderando pequenos grupos de aventureiros, derrubassem os impérios inca e asteca. [...] Somente com a introdução de caminhões e tanques, na Primeira Guerra Mundial, os cavalos foram finalmente superados como principal veículo de assalto e meio de transporte rápido em uma guerra. (DIAMOND, 2010, p. 89)

condição de doméstico implica na condução de uma espécie e seus indivíduos pelos humanos, em quase sua totalidade. Em outras palavras, os animais domésticos são legitimamente submissos aos humanos – aqui falando de uma maneira geral, mas não generalizante, pois não são recentes os grupos que se colocam contrários ao especismo (SINGER, 2004).

Para os *cachorreiros*, a legitimidade em decidir todos os contornos que a vida dos cães terá não é uma questão tida como problemática. Eles organizam cruzamentos entre os cães do plantel, selecionam os filhotes, decidem quais devem ser aposentados e com quem viverão seus últimos anos, dentre todas as outras decisões que implicam diretamente na vida dos animais. Como ferramentas, são objeto da vontade humana. Os *cachorreiros* não se questionam se possuem ou não legitimidade para tal, o que sugere que a representação da superioridade humana segue enraizada na cultura ocidental (THOMAS, 2010; SINGER, 2004).

#### *A representação dos animais como autômatos na Ciência Moderna*

No campo dos Estudos Animais, diversos autores fazem referência à tese cartesiana dos animais como autômatos (ARLUKE, 2002; BRYANT, 1979; COULTER, 2016; FLYNN, 2001; IRVINE, 2008; PEGGS, 2012; SANDERS, 2006a; SINGER, 2004) como elemento central para a compreensão de como se desenvolveram as diversas formas de relação humano-animal na Modernidade Ocidental. Alguns destacam seu impacto na forma como a sociologia tratou a relação entre humanos e animais, enquanto outros apontam para seus impactos para os contornos objetivos das formas de interação – principalmente de exploração dos corpos animais (SINGER, 2004). O que parece consensual é que a tese de Descartes contribuiu para a legitimação da sujeição dos animais pelos humanos<sup>52</sup>.

Para Lestel (2001), René Descartes, longe de criá-la, apenas institucionaliza e dissemina a ideia da superioridade humana pela razão. Porém, não é difícil encontrar referências à tese cartesiana enquanto uma das responsáveis pela mudança na forma como os humanos passaram a se relacionar com a natureza. Visto que é uma tese forte, acusada

---

<sup>52</sup> With the rise of the modern science, rationality gained the legitimacy that assured humans of their status. During the 17th century, René Descartes asserted that only humans possessed reason, which they expressed through language. Until Recently, science (including sociology) has upheld the Cartesian view, maintaining that because animals cannot speak, they also cannot think. (IRVINE, 2008, p. 1957)

de iniciar um período sombrio na relação entre homens e animais (SINGER, 2004), Rocha (2004) procura entender em que medida René Descartes está realmente comprometido com esta tese.

Ethel Rocha (2004) destaca, inicialmente, que a tese de Descartes representa uma contraposição à visão escolástica de que todos os seres vivos possuem alma. Para a autora, é a distinção entre corpo e alma feita pelo filósofo francês que traz as implicações denunciadas pelos ecólogos e defensores dos direitos dos animais. Segundo Singer, René Descartes “*também era cristão, e suas crenças sobre animais surgiram da combinação desses dois aspectos de seu pensamento [razão e religião]*” (SINGER, 2004, p. 226). Além disso, “*Descartes entende que todo pensamento tem sempre uma estrutura proposicional e, portanto, supõe a capacidade de expressão discursiva, o que implica que Descartes entenda sentir e ter uma ideia de que sente como equivalentes entre si*” (ROCHA, 2004, p. 352). Assim, tanto nos animais quanto nos humanos as respostas sensitivas poderiam ser meras respostas automáticas, já que as sensações podem sempre ser comunicadas por expressões faciais e corporais, sem a necessidade do uso da linguagem ou de alguma estrutura linguística específica.

Darwin (2000) em seu clássico “A expressão das emoções no homem e nos animais”, de 1872, já trazia vasta revisão bibliográfica de estudos que demonstravam que a expressão de emoções como amor, alegria, saudades, dentre outras, principalmente pelos músculos faciais, possuía enorme semelhança nas mais variadas espécies de animais, mesmo nos não mamíferos. Ou seja, a expressão dessas sensações é independente da necessidade de qualquer elaboração linguística ou racional acerca dela.

Rocha (2004) afirma que Descartes elenca três graus de resposta sensorial, que seriam: (1) Primeiro Grau: estímulos imediatos do corpo a interferências externas a ele; (2) Segundo Grau: resultado mental, racionalizações e pensamentos dos estímulos internos à matéria, ao corpo, como a percepção da dor resultada de um corte no músculo, a percepção da fome como resultado da ausência de alimentos no sistema digestivo ou a percepção de sede como resultado da desidratação do corpo; (3) Terceiro Grau: juízos feitos, elaborados racionalmente a partir da percepção corporal e da percepção da sensação. Este grau é estritamente presente na razão.

Dessa forma, segue a autora, Descartes nega aos animais os segundo e terceiro graus de resposta sensorial, sendo estes característicos da humanidade. Isso porque o

segundo grau está intimamente relacionado à consciência, com o vínculo estreito entre alma e corpo, enquanto o terceiro grau estaria relacionado à razão, o que seria a grande marca do humano enquanto superior aos demais seres vivos (Idem). Segundo Thomas:

Descartes negava almas aos animais por estes não exibirem qualquer comportamento que não pudesse ser atribuído ao mero impulso natural. Mas seus seguidores foram mais longe. Os animais, declaravam, não sentem dor; o gemido de um cão que apanha não constitui prova do sofrimento animal, assim como o som de um órgão não atesta que o instrumento sente dor quando tocado. Os uivos e contorções de um bicho seriam meros reflexos externos, sem relação com qualquer sensação interior. (Thomas, 2010 p. 44)

Se as teses cartesianas criaram ou não uma ideologia de que os animais são máquinas complexas, o fato é que, no século seguinte à publicação dessas teses, surgem na Europa movimentos de artistas empenhados em criar máquinas que simulassem organismos vivos, seus sistemas, órgãos e corpos, como autônomos (CASTRO, 2014).

Segundo Losano (1992) registros históricos do período medieval dão conta de diversas lendas sobre mecânicos criadores de autômatos dos mais diversos, desde a mosca do Bispo Virgílio que, por oito anos afugentou as moscas verdadeiras na cidade de Nápoles, até seres falantes de três cabeças. Mas é no período Renascentista, influenciados pelos mecânicos árabes e pelo desenvolvimento dos relógios, que a construção de autômatos migra da mitologia para a prática real (Idem).

Losano (1992) entende que foi a partir da ideia cartesiana da superioridade humana pela razão e da mecanização dos demais seres vivos que construtores como Jaquet-Droz, Von Kempelen e Jacques de Vaucanson buscaram reproduzir a vida a partir de suas obras artísticas. Uma das mais famosas de Vaucanson, o “pato digestor”, buscava simular o processo fisiológico da digestão.

Independentemente de ser um reflexo direto da teoria de Descartes, o fenômeno dos autômatos durante o Período Renascentista parece demonstrar um novo paradigma na relação humano-natureza, na qual a razão humana tem o poder de manipular a vida e os corpos dos animais, inclusive dos humanos, onde o desenvolvimento científico ocorre

atrelado à ideia da natureza enquanto recurso (THOMAS, 2010). Essa manipulação ocorreria à semelhança da manipulação de máquinas<sup>53</sup>.

Dessa forma, surgem dois tipos de animais a partir do advento da Modernidade. O animal humano, dotado de razão e, conseqüentemente, sentimentos, sensações, emoções, linguagem, consciência e personalidade, dentre outros atributos de diferenciação e o animal não humano, autômato, capaz apenas de reagir mecanicamente a estímulos diversos, mas nunca de sentir, seja emoção, seja sensação. Segundo Tim Ingold (1994) essa distinção faz com que a relação humano-natureza deixe de ser inclusiva, “*uma província dentro de um reino*” (INGOLD, 1994 p. 21) para se tornar exclusiva, “*um estado alternativo do ser*” (Idem).

Na prática, essa nova forma de pensar a natureza amparou a explicação para a dizimação de animais considerados pragas, assim como daqueles que ofereciam algum tipo de risco à ocupação humana, seja pela predação como tigres e onças, seja pela competição por recursos naturais, como búfalos e elefantes. Por outro lado, espécies consideradas úteis, como cães, bovinos, galinhas, cavalos, dentre outros, passaram a ser explorados como fontes de recursos e de força de trabalho, como se fossem máquinas, sem levar em conta as condições às quais os animais estariam expostos dentro de um sistema industrial de produção. Esses fatos evidenciam então a afinidade da representação dos animais como máquinas, consolidada na linguagem científica pela tese de Descartes, com o campo econômico e com as dinâmicas de produção e de mercado<sup>54</sup>.

Não que a Modernidade tenha criado a indiferença com os sentimentos e com a dor física, ou a crueldade em relação aos animais. Porém, é inegável que a forma como essa relação se desenvolveu dentro do modo de produção capitalista, na produção de alimentos, no empreendimento científico ou na criação doméstica, se apoiou nessa indiferença e também nessa crueldade, tomando uma dimensão nunca antes ocorrida na história ocidental (BAPTISTELLA, 2015). As principais demandas dos movimentos sociais em defesa dos animais demonstram como esses efeitos estão presentes na sociedade

---

<sup>53</sup> Um tempo acostumado a um grande número de maravilhas mecânicas – relógios de mesa e de bolso, bonecos automáticos e autômatos de todo gênero – estava bastante propenso a acreditar que os animais também eram máquinas, embora feitas por Deus e não pelo homem (THOMAS, 2010, p.44)

<sup>54</sup> [...] o mais forte argumento, em favor da posição cartesiana, era que ela constituía a melhor racionalização possível para o modo como o homem realmente tratava os animais. A visão alternativa deixava espaço para a culpa do homem, ao reconhecer que os animais podiam sofrer e efetivamente sofriram. (THOMAS, 2010, p. 45).



contemporânea, desde a criação e abate de animais de corte, até a criação de pássaros em gaiolas.

O que pode ser afirmado a partir da análise dos dados aqui coletados é que a representação social dos animais enquanto máquinas está presente, em diferentes medidas, nas representações sociais dos *cachorreiros* sobre seus cães e sobre seu trabalho, principalmente na representação desses animais como ferramentas. Por exemplo, as técnicas de treinamento são elaboradas em sistemas de *input/output*, nos quais comandos são direcionados aos cães na expectativa de reações específicas. Além disso, os cães de trabalho devem ser condicionados a serem ligados ou desligados, como um aparelho eletrônico. Em outras palavras, devem internalizar comandos que os ativem para o trabalho da mesma forma que os desative para situações fora do trabalho.

## **Parte II – Contexto Empírico**

### **Capítulo 4 – A pesquisa de campo**

Alguns anos se passaram. Pelo visto saímos, em alguma hora nesse período, da "geladeira" em que os pesquisadores brasileiros se encontravam há dez anos atrás. Podemos ir novamente à biblioteca militar, ou refazer todo o percurso de pesquisa. O mais incrível, nesta hora, é que meus alunos, ao indagarem de militares algo sobre mim ou sobre o passado de pesquisas na instituição, se deparam com o vazio - e no caso benéfico - do esquecimento. Hoje, "ninguém" ouviu falar daquelas etnografias feitas durante a década de 1990, relatam-me alunos que lá vão pesquisar. Às vezes, "um ou outro ouviu falar, mas não sabe bem o que é" - me contou uma orientanda. Nada pessoal, agora tenho certeza de que este é mais um dos "efeitos da cadeia de comando". Provavelmente, esse é um ciclo que se repetirá algumas vezes... provavelmente... pois, como me disseram, "a guerra é o campo da incerteza por excelência.(LEINER, 2009, p. 80)

#### 4.1 – A entrada em campo

Neste capítulo apresento o contexto empírico da pesquisa, começando pela entrada em campo nos canis policiais estudados. Em seguida apresento, em dois subcapítulos, a observação da rotina de trabalho dos *cachorreiros* e as entrevistas realizadas. O objetivo aqui é deixar clara a trajetória do campo de pesquisa, desde os primeiros contatos até os momentos finais da prática empírica da tese. Essa apresentação do contexto prático da coleta de dados busca conferir objetividade aos procedimentos metodológicos empregados.

A etnografia realizada durante o mestrado foi minha porta de entrada para o grupo dos *cachorreiros*. A partir dela estabeleci contato com pessoas que viriam a ser cruciais para o trabalho de campo do doutorado. Além disso, foi durante esta primeira observação da rotina dos canis que elaborei meus primeiros questionamentos acerca das possíveis relações entre a atividade policial e a relação humano-cão.

A partir do refinamento das primeiras questões levantadas, e já com trânsito efetivo dentro do grupo pesquisado, iniciei o trabalho de campo do doutorado com o retorno à observação do trabalho no BPCães e, posteriormente, com a elaboração do roteiro de entrevistas em profundidade com os atores selecionados. Inicialmente o foco era nas categorias identitárias dos *cachorreiros*. Porém, no decorrer das entrevistas, algumas outras categorias afetivas passaram a fazer parte do roteiro.

Por se tratar de um trabalho de campo dentro de instituições militares de segurança pública, estabeleço neste capítulo diálogos com questões empíricas discutidas nas produções sociológicas sobre esta temática. É vasto o conhecimento produzido a partir de pesquisas em instituições policiais e militares, e o diálogo com esse conhecimento permite maior compreensão sobre as idiosincrasias desse tipo de pesquisa.

Em recente revisão bibliográfica dos Estudos Policiais, Muniz, Caruso e Freitas (2018) analisam a produção acadêmica nacional entre os anos 2000 e 2017, organizando esses trabalhos em 19 categorias. Segundo as autoras a maior parte dos trabalhos deste campo “*gira em torno de questões relacionadas à cultura organizacional*” (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018, p. 165). Sob essa denominação, as autoras englobam “*trabalhos relacionados às visões de mundo, às práticas e saberes policiais, às*

*representações sociais e identidades profissionais, às moralidades, às lógicas de funcionamento, aos rituais e ao ethos policial.”* (idem).

Pois é sobre visões de mundo, representações sociais, identidade profissional, práticas e saberes policiais, rituais e moralidades, que esta tese trata. Dessa forma, integra também a categoria criada pelas autoras de trabalhos voltados à cultura organizacional, enquanto uma tradição de produção acadêmica. Nessa tradição, seguem as autoras, a empiria é central, com destaque para métodos qualitativos de coleta e produção de dados, principalmente a etnografia e a entrevista em profundidade (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018).

No caso desta tese, as entrevistas não foram realizadas fora do local de trabalho dos *cachorreiros*, mas nas próprias instalações dos canis. Não foi preciso realizar essas entrevistas fora das corporações como forma de driblar as “*resistências corporativas*” (Idem). Essa resistência existiu, obviamente, mas não na forma de negação total ao pedido de realização da pesquisa. No caso dos bombeiros, por exemplo, fui autorizado a realizar as entrevistas, mas não a acompanhar a rotina de trabalho do canil. No caso do BPCães a resistência se mostrou pela monitoração constante do meu trabalho de campo, e pela negação em me deixar acompanhar atividades fora do canil. Essas questões práticas serão tratadas mais detalhadamente no decorrer do capítulo.

Início o capítulo apresentando-me enquanto pesquisador, papel pelo qual era reconhecido pelos agentes pesquisados, apesar de ser chamado constantemente de professor.<sup>55</sup> Em seguida, apresento um panorama da entrada em campo nos dois canis pesquisados. Nos dois subcapítulos subsequentes descrevo as duas práticas empíricas utilizadas em campo: a observação e a entrevista.

### *Eu, pesquisador*

A escolha da relação interespecie como objeto de pesquisa traz, como uma de suas implicações, a necessidade de apresentar questões que me situem na condição de

---

<sup>55</sup> Em sua etnografia com policiais K9, Clinton Sanders (2006b; 2007) também relata ser chamado, pelos sujeitos de sua pesquisa, de “professor” ou “doc”, apesar de ter se apresentado enquanto pesquisador. É possível que a categoria professor, para esses grupos, represente um conjunto de atividades acadêmicas e científicas. Mais ainda, é provável que nomear os pesquisadores como professores seja uma forma de tentar tornar inteligível a presença de alguém que, bem da verdade, pouco compreende o que está ali fazendo.

pesquisador. Como já foi dito em seções anteriores, os estudos em ciências humanas sobre animais e sua relação com humanos seguem enfrentado resistência sob alegações de que, por exemplo, são motivados por fatores passionais, principalmente da militância nas questões ambientais e relacionadas ao bem-estar animal.

Não faço parte de grupos de militância dessas temáticas. Apesar de concordar com muitas de suas propostas, a militância política não faz parte das minhas atividades enquanto sociólogo. O que não implica a inexistência de paixão envolvida neste trabalho. Existe, e muita. Mas não é a paixão por animais que move este trabalho, e sim a paixão pelo fazer sociológico, embora deva reconhecer que aliar sociologia com animais torne ainda mais prazeroso o seu fazer.

Desde criança tenho familiaridade com animais domésticos, não apenas com cães. Em casa sempre tivemos cachorros, e, mais recentemente, gatos. Atualmente tenho duas cadelas que vivem comigo e com as quais compartilho momentos de muita satisfação e alegria. Não as vejo como seres humanos, e acho que minha relação com elas não se aproxima do padrão das relações que neste trabalho denomino como relações tutores-*pets*. Também não entendo que minha relação com elas se estabeleça no mesmo nível de complexidade e afeto que aquelas que ocorrem com humanos. Não é objetivo desta pesquisa defender que animais possuem *self* equivalente ao de humanos, ou que possuem linguagem de mesmo nível de complexidade que a nossa, ou, ainda, que sejam merecedores desses ou daqueles direitos.

Possuir cães de estimação e ter interesse em obter conhecimento sobre essa relação e sobre a melhor forma de cuidar do bem-estar deles são condições que levam, inevitavelmente, à relação com outras pessoas com os mesmos interesses e com coletivos humano-animais (SÁ, 2013). Na interação com esses coletivos, sejam grupos que se reúnem para colocar seus cães para interagir uns com os outros, seja com criadores de cães, veterinários e adestradores, meu olhar sociológico não deixava passar despercebidas nuances sociais das formas da relação interespecie.

Ao fim da minha graduação, minha área de interesse era a dos fenômenos de violência e de segurança pública. Durante o mestrado, a escolha pela etnografia em canis policiais decorreu, principalmente, do que entendia ser a lacuna da produção sociológica acerca de unidades de policiamento especializado (lacuna essa que tem sido consistentemente preenchida por trabalhos de excelência). Obviamente o gosto por cães

teve seu peso. Em parte, diante da insegurança envolvida na perspectiva de etnografar unidades policiais, a ideia de estar em um canil me permitia algum nível de conforto. Mas não foi o motivo central da escolha.

Ingressei no mestrado em sociologia no PPGS/UnB, em 2014, com um projeto para analisar representações sociais de violência urbana em folhetins populares impressos, daqueles distribuídos gratuitamente em pontos de ônibus e bancas pelas cidades, mas não tinha total convicção desse caminho. No decorrer do curso, buscando um objeto que me interessasse, deparei-me com uma literatura escassa, porém muito intrigante, sobre unidades de policiamento especializado. Foi aí que optei por fazer minha pesquisa em canis policiais e, dada a já citada pequena produção acadêmica na área, fiz da dissertação um estudo exploratório desses canis a partir de etnografia e, subsidiariamente, de entrevistas.

O foco da pesquisa de mestrado foi nas instituições policiais, especificamente no policiamento com cães e na atuação prática dos policiais encarregados desse trabalho. Embora a relação humano-cão não fosse o objeto da dissertação e, portanto, não tivesse papel central na metodologia e nas práticas de pesquisa que utilizei, ela esteve presente de maneira central no discurso dos interlocutores.

#### *A pesquisa de campo no BPCães*

Esta tese representa um avanço daquilo que fiz na dissertação de mestrado, principalmente nas questões metodológicas e empíricas. Considero que o início do levantamento dos dados que compõem as análises aqui realizadas se deu na pesquisa de campo do mestrado. Buscando objetividade e transparência na descrição da coleta dos dados, entendo como necessário iniciar essa seção com uma apresentação da etnografia realizada em 2015, para então apresentar o trabalho de campo realizado dentro do doutorado.

Os primeiros contatos com o BPCães ocorreram pouco antes da qualificação do projeto de mestrado. Inicialmente procurei pessoas que pudessem me apresentar a policiais que trabalhavam com cães para, por meio deles, entrar em contato com aqueles que chefiavam os canis. Entendia que seria importante, para um primeiro contato, optar por contatos informais antes do contato direto com os comandos gerais. Sabia da importância

de contar com a confiança dos interlocutores, como condição para acessar dados relevantes.

A aproximação com o canil da PMDF se estabeleceu a partir de um oficial que cursava pós-graduação no mesmo Departamento em que eu cursava mestrado, o SOL/UnB. Ele contribuiu para a realização da pesquisa colocando-me em contato com o Comandante do BPCães.

Ainda no trabalho de campo do mestrado, ficou acordado que eu acompanharia os treinamentos dentro e fora do batalhão e que só poderia acompanhar trabalhos de rua quando houvesse chamados para situações já controladas. Dada essa limitação, optei por acompanhar principalmente a equipe de treinamento, que é responsável pelos novos cães e pela manutenção dos cães já treinados, mas não abrindo mão do acompanhamento de rua, caso eu conseguisse autorização do responsável pela equipe para acompanhá-la. Assim, estive presente em quatro operações fora dos batalhões, além das instruções externas, o que me permitiu observar momentos de interação entre *cachorreiros* e policiais de outras unidades e corporações.

A confiança é um elemento essencial das pesquisas etnográficas, principalmente no que tange à credibilidade das informações coletadas. Nesse ponto, a origem do pesquisador impacta diretamente. A principal divisão que pode ser feita aqui é entre pesquisadores que são policiais e, integram as corporações policiais, e os civis, chamados pelos policiais de *paisanos*. Na revisão bibliográfica feita por Muniz, Caruso e Freitas (2018), as autoras identificaram 342 textos acadêmicos assinados por *não policiais*, 22 assinados por policiais e seis assinados em coautoria entre policiais e não policiais. Segundo as autoras: “*Olhar para essa dimensão permite colocar em relevo a presença cada vez maior de policiais produzindo trabalhos técnicos e acadêmicos em diálogo e no interior das ciências sociais brasileiras*” (Ibidem, p. 162).

Para aqueles que não são militares, a entrada em uma instituição militar, seja para pesquisa seja para algum outro tipo de diálogo externo, é notoriamente difícil, dado que esse diálogo se deteriorou historicamente (BITTNER, 2003; HOLLOWAY, 1997; MUNIZ, 2001) e que tal isolamento é característica comum da cultura policial (MONJARDET, 2012; REINER, 2004). Isso ajuda a compreender o grande número de autores que são policiais militares, por exemplo, Rodrigues (2009), Silva (2009) e Santana (2015). Não apenas pelas supostas facilidades no acesso e na permissão para realizar a

etnografia, como também pela confiança prévia derivada da identificação dos pesquisadores enquanto “*um dos nossos*” pelos pesquisados.

É por isso que, nos casos de pesquisadores civis, uma estratégia eficiente é a indicação por parte de algum militar<sup>56</sup>. Essa estratégia é recorrente em pesquisas (CASTRO, 2011; OLIVEIRA NETO, 2016) e normalmente é o primeiro passo para ingressar numa rede de contatos que apresenta ao pesquisador caminhos para buscar dados e interlocutores. Mas, como toda moeda possui duas faces, a facilidade no acesso ao campo dos pesquisadores- policiais tem suas contrapartidas. Podemos destacar que o pesquisador-membro do grupo e integrante da estrutura hierárquica de sua instituição, não escapa dos seus efeitos em nenhum momento de sua atuação, mesmo enquanto pesquisador, pois um pesquisador de farda não deixa de exercer a agência típica de sua posição.

Se o pesquisador for de alta patente, oficial, pode se deparar com situações influenciadas por sua posição, ou seja, constante subserviência e concordância: os seus interlocutores de patente inferior não hesitarão em apresentar um discurso ou comportamento que entendam como aquele que serve ao propósito investigativo do pesquisador, que o agrade, o que também pode ocorrer em situações diversas dessa. Mas, se o pesquisador for de baixa patente, provavelmente se deparará com situações hierárquicas inversas. Ao estudar noviços, Rodrigues (2009) mostra as dificuldades decorrentes de sua posição como oficial:

Em “campo”, optei por adotar estratégias cautelosas de abordagem a meus sujeitos observados, sobretudo os cadetes que, em virtude da preocupação e da desconfiança que, nesses momentos de iniciação, a maioria deles desenvolve com relação aos oficiais, poderiam prejudicar as entrevistas. Isto devido ao imbricado sistema de controle social construído naquele espaço, cuja estrutura muitas vezes opõe esses dois grupos, como veremos adiante. Dessa forma, preferi inicialmente observar e anotar suas rotinas, até que, com o tempo, quando percebi que já podia me aproximar e abordá-los com mais tranquilidade, passei a arriscar entrevistas, que só paravam quando as respostas já não acrescentavam mais nada de novo para o tema que eu me propunha explorar no momento. (RODRIGUES, 2009 : 3)

---

<sup>56</sup> A prática da indicação do pesquisador se faz valer especialmente por algumas características comuns aos meios militares, em regras gerais: a eterna desconfiança e descrença naqueles que os estudam, especialmente se tais pesquisas forem feitas por e para civis; a ideia fixa de que a lógica militar é compreensível única e exclusivamente por militares; o temor acerca da apropriação e destinação dos conhecimentos reunidos. Fatores que acabam por condicionar uma inserção, via de regra, facilitada por meio da indicação de um dos “membros”, o qual serve ao propósito de referência e “medalhão” na admissão ao campo. (CASTRO, 2011, p. 35)



Além disso, os pesquisadores membros da corporação possuem outro obstáculo para etnografar: o estranhamento, categoria chave dessa metodologia. O estranhamento é a base perceptiva pela qual o pesquisador atenta para elementos naturalizados pelos interlocutores e que lhes são típicos ou característicos, mas que, neste caso, podem passar imperceptíveis pelos atores pertencentes ao grupo estudado, aumentando- mas não inviabilizando- a dificuldade do trabalho. Dessa forma, os pesquisadores policiais devem se utilizar de recursos teórico- metodológicos para se atentarem ao risco do não estranhamento<sup>57</sup>.

Por não ser policial, não tenho naturalizado nenhuma de suas práticas. Porém, enquanto alguém que se relaciona constantemente com cães e com outros animais, não escapo do risco do não estranhamento com práticas desse campo, principalmente aquelas naturalizadas e amplamente aceitas. Entretanto, as práticas consideradas normais na relação com animais de estimação divergem em muitos pontos daquelas consideradas normais na relação com animais de trabalho.

É a partir da confiança dos interlocutores que o etnógrafo ganha acesso a áreas cada vez mais íntimas das interações estabelecidas naquele grupo. Principalmente no caso de pesquisadores civis, a diferença na relação com os interlocutores é notória quando a confiança é estabelecida, adquirida normalmente com o tempo e com a presença rotineira no cotidiano dos interlocutores<sup>58</sup>.

Não apenas nos grupos militares, mas em qualquer grupo etnografado, a relação com os interlocutores impacta diretamente no acesso aos dados pelo pesquisador, e a fala de Rui (2012) ilustra e complementa a importância metodológica desta relação:

---

<sup>57</sup>Ainda assim, mesmo vivendo o dilema da busca de uma certa neutralidade que persegue há tempos o campo científico das ciências humanas, estudar o universo policial militar enquanto nativo tem-se revelado objeto de muito trabalho e dedicação próprias de um pesquisador que usa da seriedade para estabelecer critérios científicos válidos.[...] Assim, as leituras antropológicas me permitiram compreender que não só era possível, mas fazia parte da legitimidade científica na conjuntura das disciplinas humanas fazer o caminho oposto ao preconizado pelos precursores da etnografia e assim, ao invés de treinar “o olhar e o ouvir” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998) para observar e analisar uma cultura estranha, eu poderia tornar “o familiar em exótico” (FRANÇA, 2013, p. 804)

<sup>58</sup>Não sei ao certo se progressiva e lentamente fui ganhando uma parcela de confiança dos meus interlocutores ou se simplesmente eles foram se acostumando com o fato que eu estaria ali ainda que alguns julgassem inadequado. Mas o fato é que os olhares carregados de desconfiança e dúvidas ao meu respeito e sobre o que efetivamente fazia ali foram amenizados com o passar do tempo, não que tenham deixado de se questionar sobre o que faria com a apropriação daqueles conhecimentos, mas creio que foram se acostumando ou aceitando. (CASTRO, 2011, p. 39)

Depois de duas semanas sem dinheiro para o transporte, a equipe se reorganizou com o intuito de cumprir o itinerário apenas dos campos passíveis de serem feitos a pé, localizados na região mais central da cidade. Diante desse novo cenário, e já mais próxima da equipe, fui convidada a ir a outros pontos de atuação. Tinha passado no teste. Contente por ter desenvolvido uma relação de empatia e confiança, comecei então a ir ao PRD todos os dias, já que não estava mais restrita em termos de horário e de espaço. (RUI, 2012, p.56)

Cabe destacar um fator que implicou a confiança que recebi dos interlocutores. Por possuir cães de estimação, muitas vezes conseguia dialogar com os *cachorreiros* sobre “assuntos de *cachorreiro*”. Em pouco tempo frequentando os canis, os interlocutores já me percebiam como um pesquisador que gostava de cães. Como constatado em outras pesquisas (BAPTISTELLA, 2015; LIMA, 2016; SEGATA, 2012), ser percebido como alguém que “*gosta de animais*” é um fator positivo para a relação com interlocutores que se incluem no grupo dos que gostam. Gostar ou não de animais é, para esse grupo, uma questão moral, que fala sobre o caráter da pessoa (LIMA, 2016) e que pode impactar na coleta de dados (SEGATA, 2012).

Durante a pesquisa de campo do mestrado, acompanhei, na maioria das vezes, turnos da manhã ou da tarde, sendo que em algumas ocasiões fiquei por mais tempo e pude acompanhar alguns treinamentos noturnos. Acompanhei o treinamento de filhotes, o treinamento de cães adultos, algumas buscas por entorpecentes e armamentos em residências de traficantes, como também revistas em escolas públicas, treinamentos do Curso de Busca e Captura, treinamentos e instruções em conjunto com o CPCães da PMGO e algumas situações de abordagem policial.

Acompanhar os cursos ministrados no canil foi relevante para avançar nos questionamentos sobre a subjetividade dos *cachorreiros*, principalmente em sua parte formada após a socialização secundária que ocorre nos cursos de formação e especialização. Existe substancial produção acadêmica voltada a compreender os processos e rituais da formação policial, a partir da observação nas academias (BATISTA DA SILVA, 2009; FRANÇA, 2013; MATTOS, 2012; RODRIGUES, 2009) e nos cursos de especialização (CASTRO 2011, OLIVEIRA NETO, 2016, STORANI, 2008). Mas qual o motivo desse interesse nos processos de formação dos policiais? Podemos supor que, inicialmente, pelo histórico desconhecimento que cerca a formação policial, como parte de

seus segredos.<sup>59</sup> Podemos supor também a influência de uma crença, recorrente no senso comum, de que parte dos problemas da atuação policial (como, por exemplo, o uso excessivo da violência, o abuso de autoridade, a corrupção e a alta letalidade de suas ações e incursões) está relacionada com elementos e características da formação profissional dos policiais enquanto tal.

Cabe pontuar que o modelo policial atualmente estabelecido no Brasil foi formado na virada do século XIX para o século XX e pode ser analisado como uma mistura entre o modelo burocrático-militar e o modelo de aplicação das leis. Desse modelo resulta a formação de um policial profissional, que tem por objetivo a aplicação das leis em vigor (BITTNER, 2003). A partir da consolidação das polícias como parte do Estado e o deslocamento do policiamento da esfera privada para a esfera pública, tornou-se necessário o desenvolvimento de formas profissionalizadas de policiamento que atendessem às demandas da sociedade dentro de seus regulamentos jurídicos.

Policiar uma sociedade livre, utilizando-se das palavras de Goldstein (2003), requer alto nível de profissionalização. De acordo com Bayley (2002) os principais indicadores da profissionalização do trabalho policial são os processos de seleção e recrutamento, o treinamento formal, a qualificação da remuneração e o controle e supervisão. Além disso, os processos de formação policial se destacam quando grande parte da população entende que são eles parcialmente responsáveis pelas práticas de brutalidade e de uso desproporcional da força, ao formarem policiais “*despreparados*” e “*desqualificados*” (MUNIZ, 1999).

O trabalho de policiamento com cães é uma especialidade que exige de seus quadros uma formação multidisciplinar, envolvendo saberes científicos de veterinária, cinotecnia, cinofilia, canicultura, comportamento animal, aliados a saberes policiais tradicionais. Por isso são desenvolvidas instruções específicas para *cachorreiros*, como salto de paraquedas com cães, escalada com cães, tiro com cães, etc. Mais do que instruir sobre procedimentos e técnicas, os cursos disciplinam as emoções dos *cachorreiros*, assim como seus corpos. Como uma forma de socialização secundária, impactam também na

---

<sup>59</sup> Cabe lembrar que na maioria dos casos, como diz Bittner (2003), o grande segredo da profissão policial é que não existem segredos, segredos estes fomentados pelo senso comum acerca desta profissão. Ainda para este autor, muito da áurea de mistério que envolve a profissão policial advém do fato de ser uma profissão que atua nos limites entre “o certo e o errado”, entre o “bem e o mal”.

subjetividade dos indivíduos (DUBAR, 2005), na forma como pensam e sentem seu trabalho e sua relação com esses animais.

Por esses motivos, principalmente, o primeiro momento de observação entre cães e *cachorreiros*, ocorrido durante o mestrado, foi fundamental para o desenvolvimento das questões iniciais que contribuíram para a formulação desta tese e, principalmente, para a criação de vínculos e de confiança com alguns policiais, o que facilitou a coleta de dados posterior.

Quando retornei ao BPCães para o trabalho de campo específico para o doutorado, já conhecia a maior parte do efetivo do batalhão. Novamente, optei por fazer um contato informal antes de encaminhar um ofício para o Comando Geral. Desta vez o canil possuía nova estrutura hierárquica, já que, por efeito de um decreto, todos os batalhões especializados estavam sob o comando de um mesmo comandante. Após o aceite do novo comando, oficializei o pedido através de ofício. O caminho burocrático desse documento foi mais curto que aquele da pesquisa de mestrado.

De posse da autorização, dirigi-me ao BPCães e, com a ajuda de um dos oficiais da parte administrativa do canil, organizamos as datas para visitas e para a realização das entrevistas, a maioria destas realizadas no período da tarde. No total realizei 36 visitas ao BPCães, tanto para entrevistas quanto para observar a rotina do canil.

Por fim, cabe destacar que o BPCães possui um perfil no Instagram, chamado @bpcaespmdf.official, desde 12 de janeiro de 2016. As publicações do perfil são bastante diversificadas, mostrando treinamentos, cursos, ações, operações, etc. Nas primeiras visitas para a pesquisa do doutorado, fui informado que já há algum tempo, o batalhão passou a contar com a presença de um fotógrafo da PMDF que cobria parte da rotina para a produção de material audiovisual. Até a última revisão deste capítulo, o perfil<sup>60</sup> do BPCães tinha vinte e quatro mil e novecentos seguidores, e um total de 996 publicações. Esse perfil serviu como fonte complementar de dados, de onde retirei imagens e textos que dão suporte tanto à descrição do objeto quanto à análise dos dados.

*A pesquisa de campo na Companhia de Cães de Busca e Salvamento do BBS*

---

<sup>60</sup> Disponível em: < <https://www.instagram.com/bpcaespmdf.official/>> Acesso em: 05/10/2020

A entrada em campo no CBMDF se deu a partir de dois contatos informais. O primeiro, com um dos bombeiros mais antigos no canil do BBS, ocorreu por intermédio de um policial do BPCães. Conversei com o bombeiro, me apresentei e falei do meu interesse enquanto pesquisador em incluir o trabalho com cães realizado por eles em minha pesquisa de doutorado. De pronto tive seu aceite. A partir daí, segui para os trâmites oficiais.

Apresentei minha proposta de pesquisa para o Comando Geral, que autorizou a submissão do pedido de autorização e indicou os próximos passos para a tramitação do ofício. Naquele momento, esperava uma resposta rápida, mas isso não ocorreu. Obstáculos burocráticos apareceram, como é comum nas pesquisas em instituições militares<sup>61</sup>. Neste percurso passaram-se alguns meses. O retorno positivo para meu pedido veio por meio do contato direto de dois bombeiros. Um deles, o então responsável pelo BBS, me ligou e disse que poderíamos organizar a realização do trabalho de campo. Porém, a autorização era apenas para que eu entrevistasse os bombeiros, sem permissão para acompanhar seu trabalho, como ocorreu no BPCães.

Percebi que havia desconfiança, por parte de um dos oficiais à frente do BBS, com relação à minha pesquisa, afinal, aquele era meu primeiro contato com os bombeiros. Restou-me observar o trabalho interno do canil, aceitando todos os convites dos bombeiros para dar uma olhada nos cães, o que muitas vezes terminava com alguns deles soltos.

As visitas ao canil do BBS ocorriam sempre pela manhã. A rotina era de que, em geral, houvesse três ou quatro bombeiros em trabalho, dos quais entrevistava um ou dois. Não acompanhei treinamentos dos cães junto aos bombeiros, apenas trabalhos de cuidado e de manutenção do canil. Quando chegava, direcionava-me à sala onde ocorriam as entrevistas e, ao final delas, conversava com os bombeiros enquanto cuidavam dos cães. No total, realizei 10 visitas a este canil. No geral, as entrevistas foram muito produtivas. Todos os bombeiros lotados no canil no período da minha pesquisa se mostraram dispostos a participar. De fato, a maior parte deles demonstrava grande interesse em falar sobre sua atividade, sobre as realizações do canil, sobre suas técnicas, etc.

À época em que realizei a pesquisa de campo, o canil não possuía perfil no Instagram. Uma das perguntas que fazia nas entrevistas era sobre o uso das redes sociais pelos canis. Os bombeiros entrevistados respondiam que era uma ferramenta interessante,

---

<sup>61</sup> Fazer trabalho de campo junto às polícias e, mais particularmente junto à polícia militar, depende, quase sempre, do cumprimento de algumas burocracias dentre as quais os processos múltiplos de autorização até se chegar ao comando maior. (PORTO, 2017, p. 14)

que já haviam criado um perfil no Facebook anteriormente, mas que não utilizavam regularmente. Pouco tempo depois do fim da pesquisa de campo, em 28 de outubro de 2019, foi criado um perfil para seu curso de formação, o CEBRESC (Curso de Busca, Resgate e Salvamento com Cães), que naquele ano foi realizado no último trimestre. O perfil tinha uma linha de publicações voltadas para o curso com o objetivo de informar sobre suas etapas e apresentar, de maneira geral, o que era ocorria durante sua realização.

No início de 2020, o perfil do CEBRESC no Instagram mudou seu nome para @canil\_cbmdf e passou a publicar fotos sobre o canil, sobre seus integrantes, suas atividades e a rotina de trabalho. Os cães ganharam ainda mais espaço no perfil renovado. Até a última revisão de escrita deste capítulo, o perfil<sup>62</sup> do canil tinha mil quinhentos e trinta e oito seguidores, e um total de 107 publicações. Ele serviu como fonte para imagens e textos que foram mobilizados no decorrer da tese para complementar as descrições, argumentos e reflexões.

Por fim, destaco que a inclusão dos cachorreiros bombeiros na pesquisa se deu, em parte, como forma de contrastar com os cachorreiros policiais nas questões discutidas na análise dos dados, como, por exemplo, a diferença entre a representação de reconhecimento dos dois grupos.

---

<sup>62</sup> Disponívem em: < [https://www.instagram.com/canil\\_cbmdf/](https://www.instagram.com/canil_cbmdf/)>. Acesso em: 05/10/2020

## 4.2 – A observação

Dentro das Ciências Humanas, parece prevalecer o uso de metodologias qualitativas para a compreensão dos fenômenos que circundam a relação entre humanos e outros animais (IRVINE, 2008). Dentre essas metodologias, as de observação, (dentre as quais a etnografia é das mais recorrentes), possuem lugar de destaque:

Sociologists have employed a variety of methods in their investigations of human-animal relationships and interactions. Surveys are used to measure people's perceptions of both domestic and wild animals. Photography has explored the impact of being in the company of animals on social and personal identity. Content analysis of advertisements, films, greeting cards, and other graphic depictions of animals have also been used to assess the cultural definitions of animals. However, the most common approaches employed within sociological human-animal studies have been ethnography and its variant, autoethnography (the systematic recording of the researcher's personal experience). Ethnographic techniques have provided the most rich, detailed, and theoretically sophisticated portrayals of human-animal interaction in both public and private social settings, and have set the foundation of human-animal interaction as a field in sociology. (SANDERS; GREENEBAUM, 2015, p. 2)

Essa tese busca, enquanto empreendimento sociológico, construir e descrever uma imagem teoricamente sofisticada, como dizem os autores do trecho citado acima, sobre a realidade social estudada. A construção desta imagem é indispensável à descrição de práticas e crenças que só podem ser apreendidas pela escuta e observação atentas dos agentes, como defendido tanto por sociólogos do campo dos Estudos Policiais (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018) quanto do campo dos Estudos Animais (ARLUKE, 2002; IRVINE, 2008; SANDERS, 2006a). O trabalho de Silva (2009) é um exemplo dos resultados que esse empenho empírico pode gerar. Acompanhando situações de abordagem policial, Silva pôde descrever minuciosamente o mecanismo de suspeição e sujeição criminal que opera através das práticas policiais cotidianas. Essa descrição só foi possível a partir da observação atenta, *in loco*, do trabalho policial.

Por isso a observação se mostrou um instrumento ideal para a coleta de dados desta pesquisa. Através dela pude acessar parte do conteúdo simbólico e prático do trabalho dos *cachorreiros*. Por mais que esteja presente na perspectiva etnográfica, o objetivo não foi produzir uma etnografia aos moldes consagrados pela Antropologia, elaborando ao seu fim algum sistema simbólico ou estrutural típico do grupo estudado. O objetivo foi sim o de observar as práticas policiais como forma de apreender, principalmente, os sentidos

produzidos pelos *cachorreiros* nos processos de interação com seus cães. Além disso, a observação permitiu identificar práticas naturalizadas, quase automatizadas, as quais muitas vezes caíam no campo do não dito (instrumento igualmente importante de análise, sobretudo quando utiliza as representações sociais) ou, até mesmo, práticas que se mostravam contraditórias em relação ao seu discurso. Ao mesmo tempo, pelo contexto objetivo da observação *in loco*, o diálogo com as etnografias produzidas nos Estudos Policiais é inevitável. Muitas das situações e questões com as quais me deparei no trabalho de campo encontravam ressonância nessas etnografias policiais.

O recente aumento dos trabalhos etnográficos em segurança pública (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018) demonstra, dentre outras coisas, um maior interesse em desvendar as instituições que a compõe. Contexto distinto do que ocorria até então, e não apenas no contexto brasileiro, visto que, historicamente, as instituições de segurança pública se desenvolveram, em grande parte, fechadas e isoladas da maior parte da sociedade civil na qual estão inseridas.

Também não podemos desconsiderar os processos de abertura política e democratização que se sucederam ao fim dos regimes autoritários instalados na maior parte dos países da América do Sul no final do século XX. Dessa forma, fica evidente que existe interesse de muitas áreas da academia em esmiuçar e compreender os detalhes e meandros de instituições, profissões, burocracias e processos por tanto tempo mantidas em sigilo, formal e informal. E a descrição ampla e detalhada é parte importante do processo etnográfico.

Os resultados de pesquisas nessa área têm demonstrado o sucesso da escolha desta técnica como forma de recolher os dados necessários para a compreensão de elementos até então cercados de mistérios e segredos, como os processos de formação dos policiais (BATISTA DA SILVA, 2009; MUNIZ, 1999); as suas representações sobre religião (ALBERNAZ, 2009); ou a análise de como se dão os processos de seleção e abordagem policial (SILVA, 2009); dentre outros.

Diferentemente do que ocorre com a relação entre humanos e *pets*, a relação entre humanos e animais de trabalho, no caso entre *cachorreiros* e cães, é um elemento da realidade social ainda pouco observado pelas lentes da sociologia (SANDERS, 2000; 2006b; 2007). Por ocorrer dentro de instituições militares, o trabalho dos *cachorreiros* é ainda mais cercado de sigilo e mistério.



### *A observação no BPCães*

Desde aproximadamente o início dos anos 2000, é perceptível, no cenário da produção acadêmica brasileira, um crescente aumento de trabalhos voltados ao campo dos Estudos Policiais (MUNIZ, CARUSO, FREITAS, 2018), englobando diversas de suas áreas, como a Sociologia, a Antropologia, a Criminologia, a Ciência Política, o Serviço Social e o Direito. Nesse contexto, os trabalhos etnográficos e de observação da atividade policial possuem lugar de destaque.

O acréscimo foi tanto quantitativo quanto qualitativo na produção de etnografias em segurança pública sobre os mais diversos temas, tais como: etnografias sobre o sistema carcerário (GAUDAD, 2015;); sobre delegacias de polícia civil (MONTEIRO, 2013), sobre favelas e comunidades “pacificadas” (MENEZES, 2015); sobre locais de consumo de drogas (RUI, 2012); sobre o tráfico de drogas e o crime organizado (BIONDI, 2014; GAUDAD, 2015); sobre instituições militares (ALBERNAZ, 2009; CASTRO, 2011; FRANÇA, 2013; OLIVEIRA NETO, 2016; RODRIGUES, 2009; SANTANA, 2015; SILVA, 2009); dentre outros (CARUSO, 2016; DURÃO, 2010).

Esses trabalhos têm em comum o fato de evidenciarem a contribuição da observação, enquanto ferramenta empírica, para o avanço da compreensão sociológica acerca das instituições e dos atores do sistema de segurança pública. Porém, no caso da presente tese, não apenas a atividade policial em si era alvo da observação, mas também a relação interespecie característica do policiamento especializado com cães.

No campo dos Estudos Animais, a observação e a etnografia também possuem destaque entre os instrumentos de coleta de dados (ARLUKE, 2003; IRVINE, 2008). Parte significativa dos trabalhos desse campo se utilizou dessas ferramentas para a coleta de dados sobre a relação humano-animal, como Baptistella (2015), Segata (2012), Pastori (2012), Oliveira (2006), Barreto (2015), Lima (2016), Gaedtke (2017), dentre outros. Observar as relações interespecie implica observar os animais quase na mesma medida em que se observam os humanos. Essa tarefa exige esforço:

A separação entre homem e natureza (citada no primeiro capítulo) nos coloca em um lugar imaginário dentro do planeta, um lugar mais elevado. Ao observar a cidade, percebi que os animais estão sempre fora da altura dos olhos humanos.

Para enxergá-los é preciso sempre uma mudança de eixo. Tirando os pássaros que dão rasantes e por acaso cruzam nosso olhar, ver um animal é sempre olhar para baixo, para cima ou por entre as coisas. (BAPTISTELLA, 2015, p. 67)

No caso de um canil, observar os animais é em grande parte esse “*olhar por entre as coisas*”, pelas frestas das baias, pelas estruturas de concreto e metal das áreas de treinamento, pelas pernas dos policiais. E, no momento da realização da pesquisa, com o canil em reforma, o trabalho dos *cachorreiros* ocorria em meio ao ranger de betoneiras e batidas de picareta.

Visitei o BPCães majoritariamente nos períodos da tarde, chegando ao canil pouco depois do meio dia. Em algumas ocasiões fui pela manhã, em horário próximo à troca de turno das equipes. Lembrava, pela experiência vivida na pesquisa de mestrado, que a troca de turnos era um momento rico para a observação, em que vários rituais e interações ocorriam (OLIVEIRA NETO, 2016). Diferentemente da primeira vez em que estive ali, meu foco de observação não era o trabalho policial em si, mas principalmente as interações entre os policiais e seus cães. Por isso, ao invés de acompanhar alguma equipe ou algum trabalho específico, optei por circular pelo canil e observar, com certa distância, as atividades realizadas. Evitava fazer anotações no caderno de campo na presença dos policiais. Tinha lembranças de que isso causava certo desconforto entre eles (OLIVEIRA NETO, 2016).

A escolha em voltar a observar a rotina dos canis teve como um de seus motivos dar centralidade aos atores pesquisados, fugindo do perigo de tratá-los como sujeitos passivos da pesquisa, reféns das minhas pré-noções e inclinações subjetivas. Assim, como na sugestão feita por Shapiro e DeMello (2010), a intenção é seguir as direções apontadas pelos atores como guias do campo que dominam:

Develop working relationships with Professional working in shelters, zoos, sanctuaries, veterinary, and animal-assisted practices. These animal workers are privy to the varied forms of human-animal relationships that are the grist of HAS studies. As they are both guides to and beneficiaries of policy innovation, they are important allies. (Idem, p. 315)

Os policiais que já me conheciam, frequentemente, me chamavam para acompanhar alguma atividade que estivessem realizando. Nas últimas visitas, encerrava a observação em torno de 13h, quando iniciava as entrevistas, e voltava à observação após o término delas no meio da tarde. Nesse horário, as equipes que estavam de plantão normalmente

cumpriam ordens de serviço ou realizavam treinamentos fora do canil. Com isso, restava o trabalho de cuidado, treinamento e manutenção dos cães para que eu observasse. O trabalho de cuidado era basicamente a alimentação dos cães, banhos, rasqueadas e limpeza dos canis. Durante estes momentos de observação, pude atentar também para as relações de afeto, tanto pela forma como os *cachorreiros* que ali estavam tratavam os animais, quanto pela forma como falavam deles em nossas conversas.

Próximo ao final da tarde, normalmente, as equipes de plantão retornavam dos serviços de rua. Alguns policiais desciam os cães das viaturas e iniciavam um momento de cuidado e recuperação dos animais que trabalharam mais. Os cães que trabalharam menos ou que ainda estavam em formação eram levados para treinamento e exercícios físicos. Era um momento em que, como em um final de expediente, os cães recebiam cuidado e afeto, cada qual com seu condutor. Alguns ficavam soltos circulando pela área interna do canil, como um cão de companhia no jardim de casa. Na maioria das vezes o retorno de alguma missão era acompanhado de momentos de lazer entre os policiais e os cães.

Através da observação percebi que a nova estrutura hierárquica do BPCães havia repercutido na rotina de trabalho. Principalmente, as equipes de plantão ficavam mais tempo fora do canil do que quando estive lá para a pesquisa do mestrado. Essa percepção encontrou respaldo nas entrevistas. Além disso, algumas formas de atuação estavam mais corriqueiras que antes, como operações nas rodoviárias, em postos rodoviários e outros locais de grande circulação de civis.

Outra questão que emergiu a partir da observação foi sobre a origem dos cães policiais. Durante a pesquisa de mestrado, apontei para a dificuldade dos canis em comprar cães por licitação, tanto por impedimentos burocráticos internos quanto pela insipiência do mercado de cães de trabalho (OLIVERA NETO, 2016). Por isso, havia um foco maior dos canis na reprodução como forma de obtenção de novos animais, os quais se juntavam àqueles recebidos por doação. Àquela época, os investimentos realizados devido aos eventos internacionais, como a Copa do Mundo de Futebol traziam uma inovação nessa questão com a compra de cães através de programa da Senasp.

Já durante a pesquisa do doutorado, ficou evidente a mudança na forma de adquirir os animais. Comprar cães por licitação já não era um problema. As burocracias internas das corporações pareciam ter se adaptado e resolvido essa questão. O mercado privado de cães de trabalho, por mais que não tivesse se consolidado, conseguia prover esses animais-

mercadoria a partir principalmente, de um canil de Pastores Belga de Malinois. Esse canil se desenvolveu em intenso diálogo com policiais e bombeiros de todo o Brasil e, naquele momento, vendia cães para corporações de todos os estados.

As observações da pesquisa de campo do doutorado, e as questões decorrentes delas, me levavam a retomar algumas das anotações do meu caderno de campo da dissertação para somá-las e contrastá-las às observações do caderno de campo do doutorado.

Os pesquisadores que observam a atividade policial não o fazem apenas para uma descrição simples do que encontram; além do que, a escolha de seu objeto não significa que o estudo seja limitado unicamente a questões internas e inerentes às corporações policiais militares. A atividade policial envolve um grande número de organizações e arranjos coletivos (MUNIZ; PAES-MACHADO, 2010). Dessa forma, seu estudo permite uma análise mais ampla da estrutura policial e de segurança pública. Cabe ainda ressaltar que práticas policiais não podem substituir ou representar modelos e políticas de segurança pública em sua totalidade, mas podem ajudar a revelar elementos como prioridades estabelecidas, demandas sociais e formas de controle social que sejam típicos da sociedade em questão (SOARES, 2007).

Por fim, ressalto que as etnografias policiais se tornaram um ponto de integração entre atores dos campos da segurança pública, da gestão pública e da academia, criando e intensificando diálogos entre instituições e atores antes distanciados por questões estruturais e políticas das mais diversas, fomentando um novo panorama de produção e troca de informações.

### 4.3 – As Entrevistas

O estudo das relações interespecie dentro das ciências sociais não desenvolveu métodos de pesquisa exclusivos e inovadores, mas conseguiu amparo nos métodos tradicionais e consagrados, o que não ocorreu sem alguns tensionamentos. Os métodos qualitativos de entrevista e observação participante ganham destaque dada a formação recente desse campo de estudos (IRVINE, 2008; 2012). Através das entrevistas, pude ouvir cuidadosamente o que os *cachorreiros* tinham a dizer sobre si, sobre seu trabalho e sobre seus cães. Essa escuta profunda é vital para o olhar sociológico, pois a partir dela a descrição do objeto é refinada e os núcleos de sentido que compõem as representações sociais se tornam acessíveis.

A escolha de entrevistas como principal instrumento de coleta de dados se deu em função da abordagem metodológica, que visou a acessar o conteúdo das representações sociais dos policiais e bombeiros por meio de seu discurso. Língua e linguagem são componentes da vida das pessoas, de seu modo de viver, carregadas de significados que se definem no dizer do dia a dia (BECKER, 2007). Por isso, o discurso dos *cachorreiros* sobre seu trabalho permite acessar a simbologia, as crenças, os valores e os sentidos por traz das práticas materiais. Além disso, a entrevista permitiu ouvir dos *cachorreiros* suas histórias de vida dentro dos canis e para além deles, e assim entender como o trabalho com cães impacta em outras esferas de suas vidas, até mesmo em suas relações mais íntimas. Também permitiu entender como os atores dão sentido e significado às ações da atividade que realizam no contato diário com cães.

Observar e ouvir os policiais e bombeiros contribuiu também para a desconstrução de crenças que possuía acerca deles e de seu trabalho. Crenças essas que eram fruto das minhas socializações e dos meus determinantes sociais, enquanto indivíduo, como classe, gênero, idade, formação profissional. Escutar o que tinham a dizer os interlocutores foi uma forma de desconstruir representações prévias como caminho para construir e refinar, cada vez mais, uma visão sociológica da relação *cachorreiro-cão*.

Por fim, cabe destacar que o principal fator qualificador para a seleção dos atores entrevistados, principalmente na PMDF, foi a disposição para conceder a entrevista. A experiência prévia com entrevistas me havia ensinado que entrevistados desmotivados e

desinteressados fornecem poucos dados importantes, quando não dados enviesados e de pouca confiabilidade.

Ao fim da coleta de dados havia entrevistado 13 policiais do BPCães e 10 bombeiros do GBS, totalizando pouco mais de 24 horas de material de áudio, que foi exaustivamente ouvido, decupado e transcrito.

#### *As entrevistas com cachorreiros bombeiros militares*

Na Companhia de Cães de Salvamento do BBS as entrevistas foram realizadas todas no mesmo local, na sala do administrativo do canil. Essa pequena sala, que fica entre as baias dos cães e o quarto de descanso dos bombeiros, possui um sofá, uma mesa para computador, uma TV e duas cadeiras, cada uma de um lado da mesa. Sua ampla janela, na parede oposta à da porta, permitia que estivesse sempre arejada. Por ela ouvíamos os sons da sirene e do autofalante chamando bombeiros para alguma atividade, alternados pelos barulhos dos cães em suas baias.

Mesmo com um número de cães bem menor que do BPCães, pela proximidade dessa sala com as baias, o som dos latidos adentrava com intensidade, principalmente quando alguém passava por perto. Apesar disso, na maior parte das entrevistas, os latidos pouco atrapalharam na qualidade do áudio.

A escala de trabalho no canil permitia entrevistar dois bombeiros por visita, à exceção de quando parte dos bombeiros estava fora do BBS, por motivo de trabalho ou de treinamento dos cães. Eu chegava às sete horas da manhã e, em poucos minutos, iniciava as entrevistas, que seguiam até próximo ao horário do almoço. Por duas vezes, fui ao canil, mas não pude realizar nenhuma entrevista, pois todos os bombeiros dali haviam saído para cumprir alguma ordem de serviço.

Ao final do trabalho de campo, de um total de 14 bombeiros lotados à época no canil, 10 foram entrevistados. Os demais estavam fora de serviço por motivo de férias ou licença, o que impossibilitou suas entrevistas. Em relação ao número total de bombeiros *cachorreiros*, existentes no canil, o número de entrevistados foi significativo. Das duas bombeiras lotadas no canil, uma foi entrevistada; também foram entrevistados os dois bombeiros com mais tempo de casa, e os dois com menos tempo.

O tempo das entrevistas variou bastante, sendo que dois bombeiros falaram bem menos que a média dos demais. Assim como no BPCães, já esperava por isso. Minha experiência prévia entrevistando policiais ensinara-me que, assim como na sociedade em geral, alguns eram menos extrovertidos, mais tímidos, beirando o laconismo. Mesmo assim, quando me deparava com um entrevistado desse perfil, seguia com o pré-roteiro e buscava dar corda para as perguntas que pareciam deixar o entrevistado mais confortável, sem pressioná-lo a falar mais do que queria.

Como exemplo, a menor entrevista no BBS durou 27 minutos, enquanto a maior totalizou 2 horas e 23 minutos. Mas seguindo o que ensinou Foucault, não apenas naquilo que é dito e proferido encontramos significado e conteúdo. Aquilo que não é dito também possui significado, atrelado ao desconforto ou à censura de forças externas à vontade do indivíduo. Assim, as entrevistas de menor duração também forneceram dados relevantes para a compreensão das questões colocadas.

#### *As entrevistas com cachorreiros policiais militares*

No BPCães o horário escolhido para a realização das entrevistas, sempre pela tarde, permitia que essas fossem realizadas na sala de veterinária, a qual estava desocupada naquele período devido à licença maternidade da veterinária<sup>63</sup>. A sala era muito organizada, higienizada, e as entrevistas foram realizadas com portas e janelas fechadas. Mesmo assim, também ali o som produzido pelos cães foi perceptível na maior parte dos áudios. Somados ao barulho dos latidos, estavam aqueles produzidos pela reforma do canil, que ocorria no mesmo período em que estive realizando o trabalho de campo, mas que não chegaram a inviabilizar nenhuma das entrevistas. Ao chegar ao BPCães, era recebido normalmente pelo oficial que estava responsável por acompanhar meu trabalho. Ele convocava os policiais que estavam interessados em conceder entrevista e me levava à sala de veterinária, onde eu os aguardava.

---

<sup>63</sup> Cabe ressaltar que o corpo veterinário do BPCães é integralmente composto por mulheres, convergindo para a representação do trabalho de cuidado como uma trabalho feminino (COULTER, 2016). Dentro de um grupo masculinizado como é o das polícias, esse fato se torna ainda mais relevante.

No total, treze *cachorreiros* do BPCães foram entrevistados, dos quais seis são oficiais e sete são praças<sup>64</sup>. Desses treze entrevistados, três são mulheres e dez são homens. À época estavam lotados no BPCães 131 policiais. Dois fatores indicaram que, após essas 13 entrevistas, havia chegado o momento de encerrar a coleta de dados: a repetição de informações e a percepção de que os interlocutores estavam perdendo interesse em participar da pesquisa. Já nas últimas entrevistas, percebia que não havia mais informações tão diferentes das que eu já havia coletado. Algumas vezes, tinha a sensação de que já sabia o que os policiais diriam em cada resposta. Em determinado momento, quando um entrevistado ficou procurando palavras para completar uma frase, me peguei respondendo em seu lugar algo que já havia ouvido em outras entrevistas, seguido da concordância do entrevistado. Senti que havia chegado a uma saturação da coleta de dados.

Além disso, nas últimas duas vezes em que estive no canil para realizar entrevistas, os policiais do dia demonstraram resistência em serem entrevistados, tendo que ser indicados pelos seus superiores. A ideia de que a entrevista fosse concedida como resultado de uma ordem interna não me deixava confortável e, na minha percepção, retirava parte da credibilidade dos dados fornecidos dessa maneira. Percebia que eram selecionados para me conceder as entrevistas, em maioria, policiais com menos tempo de serviço, nos níveis mais baixos da hierarquia das equipes. Como forma de contornar essa questão, quando encontrava policiais que já conhecia e que sabia que tinham mais tempo de serviço, pedia a eles para entrevistá-los ou para me indicarem *cachorreiros* experientes que aceitariam ser entrevistados.

Assim como ocorreu no BBS, houve oscilação no tamanho das entrevistas, mas duraram em média uma hora. A entrevista mais curta teve duração de 29 minutos, e a segunda mais curta durou 40 minutos. Já a entrevista mais longa teve duração de duas horas e 50 minutos, somadas duas sessões. Aqui cabe destacar que, das cinco entrevistas mais longas, quatro foram com policiais que eu já conhecia de quando da realização do trabalho de campo do mestrado.

---

<sup>64</sup> Como foi acertado formalmente, pude observar o trabalho do canil e entrevistar os policiais, mas não fui autorizado a coletar informações sobre o perfil socioeconômico dos entrevistados, bem como apresentá-las neste trabalho.



## Capítulo 5 – Instituições e agentes pesquisados

Eu tenho medo de polícia, de bandido, de cachorro e de dentista  
Porque polícia quando chega vai batendo em quem não tem nada com isso  
Porque bandido quase sempre quando atira não acerta no que mira  
Porque cachorro quando ataca pode às vezes atacar o seu amigo  
Porque dentista policia minha boca como se fosse bandido  
Porque bandido age sempre às escuras como se fosse cachorro  
Porque cachorro não distingue o inimigo como se fosse polícia  
Porque polícia bandideia minha boca como se fosse dentista  
(Polícia Bandido Cachorro Dentista <sup>65</sup>)

---

<sup>65</sup> (CÉSAR SAMPAIO. Polícia Bandido Cachorro Dentista. Sarava Discos: 2006. (2:04))

## 5.1 – A polícia militar e o corpo de bombeiros no Brasil

Neste subcapítulo apresento alguns aspectos da trajetória histórica das instituições policial e de bombeiros no Brasil, visando destacar características historicamente construídas na estrutura e na cultura dessas corporações.

### *A Polícia Militar*

Remontar a história das polícias no Brasil remete ao seu período colonial, especificamente ao ano de 1808, marcado pela chegada da família real portuguesa ao país e pela consequente transição de Principado do Brasil para Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815. Com o novo *status*, fez-se necessária a implementação de uma instituição policial, a qual foi organizada nos moldes da polícia de Portugal, centrada na figura dos intendentess, os quais conduziam as investigações e julgavam os suspeitos (SILVA, 2009). Em 1809 foi criada a Guarda Real da Polícia, responsável pelo patrulhamento das ruas e pela manutenção de tropas aquarteladas que pudessem ser acionadas nas situações de descontrole social. É dentro da Guarda Real de Polícia que localizamos a gênese da PMDF e da polícia militar brasileira em geral (Idem).

A transição do Brasil colônia para o Brasil Império significou, em um panorama geral, um momento de desenvolvimento e institucionalização da força policial espelhada no modelo de policiamento de Lisboa (HOLLOWAY, 1997). Neste momento de gênese das polícias brasileiras, a preocupação central do Estado foi consolidar instituições visando o controle/coerção social, tanto pelo contexto escravista (Idem), quanto para lidar com indivíduos que geravam preocupação social, como os bêbados e os vagabundos (SILVA, 2009). Dessa forma, tanto questões macrossociais, como a economia escravagista, quanto questões microssociais, como brigas de rua, estavam no âmbito de atuação das polícias. De acordo com Bretas e Rosemberg:

Uma tradicional historiografia da polícia no século XIX sugere o papel desta polícia como missionários domésticos, levando a presença do Estado a regiões distantes ou a públicos que percebiam pouco sua ação. O que se vê do policiamento mal disciplinado e em precárias condições deste Brasil do século XIX parece indicar uma imersão dos sistemas policiais no cotidiano das sociedades com pouco impacto transformador, fazendo com que a tensão entre

ação pública, poder local e normas tradicionais seja um tema de grande complexidade no interior brasileiro. (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 168)

Apesar das tensões estabelecidas com a população e com grupos locais, as polícias passam por importantes mudanças durante o período do Brasil Império. Bretas e Rosenberg (2013) indicam duas principais mudanças a serem destacadas: primeiro, a crescente burocratização das polícias, aos moldes do que ocorre com o Estado brasileiro à época; segundo, “*a ampliação do espaço de autonomia funcional que adquirem os aparatos policiais, principalmente em sua vertente militarizada*” (Ibidem, p. 170).

No decorrer do século XIX, outras instituições policiais foram criadas, como, por exemplo, o Corpo Militar da Corte, que se transformaria, já no início do século XX, na Força Policial do Distrito Federal, subordinada diretamente ao Ministério da Justiça (SILVA, 2009). Assim como as estruturas das instituições policiais nesse período, o número de policiais em serviço também variou<sup>66</sup>.

Durante a maior parte do século XX, no âmbito histórico, pouco se produziu sobre as polícias no Brasil, principalmente, a partir do fim da Primeira República e início da Era Vargas:

Infelizmente, o estudo da polícia após 1930 é ainda incipiente. A atividade de polícia política ganha enorme destaque num momento em que a historiografia como um todo passa a privilegiar as questões políticas. Isso repete um comentário de um chefe de Polícia do Rio de Janeiro nos anos 1920, que afirmava que a atividade de polícia política fazia com que a Polícia deixasse de lado as tarefas usuais. Pouco conhecemos sobre o policiamento no pós-1930. (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 172)

O papel de polícia política que começa a ganhar cada vez mais espaço durante os governos de Getúlio Vargas, principalmente durante o Estado Novo, se consolida com uma ruptura quase completa da relação universidade-polícia a partir do golpe militar de 1964 (SILVA, 2009). Com a Constituição Federal de 1988, temos um segundo momento histórico decisivo para a consolidação das polícias tal como as temos hoje, com a designação da segurança pública como um direito de todos os indivíduos que deve ser assegurado pelo Estado (MATTOS, 2012). Contudo, segundo Mattos:

---

<sup>66</sup> No início do período do Brasil republicano, havia um policial para cada 345 habitantes da cidade; em 1893, aumentou o efetivo policial, alterando a proporção para um policial para cada grupo de 227 habitantes. Em 1905, aumentou ainda mais, passando para um policial para 172 habitantes. Segundo Bretas (1997b), essas mudanças na quantidade do efetivo policial refletem a preocupação do governo de Campos Sales com o comportamento popular no quadro das reformas urbanas. (SILVA, 2009, p. 37)

De fato, buscou-se limitar os temas de controle e repressão, talvez para prevenir acessos ditatoriais, contudo não se discutiu a adequação das instituições relacionadas ao novo momento político-social. Dessa feita, manteve-se a lógica de interação entre as polícias e o restante do sistema criminal, ressalvada a figura do Ministério Público, cujas funções, atribuições e implicações foram amplamente projetadas. Além disso, os municípios tornaram-se entes federados, trazendo à tona a figura das Guardas Municipais, atores em evidência crescente no cenário de Segurança Pública. (MATTOS, 2012, p. 37)

Apesar dos avanços significativos trazidos pela CF/88 para a reestruturação da força policial dentro de um contexto democrático, uma série de problemas da atividade policial seguiu ocorrendo, como a alta letalidade das ações policiais, o emprego de violência inadequada ou desproporcional, a corrupção, etc. Isso porque, apesar dos avanços conferidos pela nova constituição, *“grandes reformas estruturais não ocorreram e a mudança em torno da ideia de ‘polícia cidadã’ vem ocorrendo lentamente e repleta de conflitos e crises identitárias.”* (ALCANTARA, 2017). Por outro lado, o período de redemocratização permitiu, não sem obstáculos, um maior acesso de pesquisadores e da academia às instituições militares. Aqui, cabe pontuar: *“No quadro da ditadura, a aproximação universidade/polícia era recusada de ambos os lados”* (BRETAS; ROSEMBERG, 2013). Assim, com o fim do governo militar, os Estudos Policiais ganham novo fôlego e diversos campos das ciências humanas se voltam para compreender os fenômenos que envolvem estas corporações.

É nesse contexto histórico de construção de uma polícia adequada a um Estado Democrático de Direito pós CF/88 que o trabalho de policiamento com cães passa por sua fase de crescimento, desenvolvimento técnico e propagação pelas polícias do Brasil.

### *A Polícia chega ao DF*

A história da PMDF extrapola o atual Distrito Federal em tempo e espaço. Enquanto instituição existe desde que Dom João VI cria a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro, que viria a ser o gérmen das polícias militares estaduais como as temos hoje, possuindo mais de dois séculos de existência. Essa Divisão Militar, no decorrer do século XIX, passou por diversas mudanças em sua estrutura, competências e denominações, como, por exemplo, “Regimento Policial da Capital Federal”, em 1890, e

“Polícia Militar do Distrito Federal”, em 1920. Com a transição da capital federal para a cidade de Brasília, a PMDF teve seu efetivo dividido entre aqueles que se mudaram para a nova capital para compor a corporação de lá e aqueles que ficaram para compor a Polícia Militar do Estado da Guanabara, que depois se torna a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (SILVA, 2009).

Oficialmente a primeira instituição sediada no Distrito Federal com poder de polícia foi a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), criada em 1956. Com a preocupação de gerir a crescente população de migrantes, em 1957, a NOVACAP cria a Divisão de Segurança Pública, que treinou 20 vigias da companhia para integrarem a Guarda de Polícia. Essa guarda ficou responsável pelo patrulhamento da área urbana durante a construção de Brasília (SILVA, 2009).

Sobre o trabalho da Guarda de Polícia, Silva (2009) escreve:

Os guardas trabalhavam no período noturno. Às dezoito horas, assistiam instruções de como realizar revistas, como realizar prisões, coletar dados, entrar em casa alheia, noções de legítima defesa, entre outras. Após o período de instruções, dez guardas faziam a vigilância do material e dez realizavam o patrulhamento local. Descansavam no período diurno. Os presos eram encaminhados à delegacia de Luziânia-GO ou à subdelegacia de Planaltina-GO, já que a Guarda de Polícia não tinha a função de polícia judiciária, ela apenas exercia o policiamento ostensivo. (Ibidem, p. 41)

A Divisão de Segurança Pública da NOVACAP criou, em seguida, a Guarda Rural, responsável principalmente pelo controle de imigração, atuando em postos montados nas principais vias pelas quais esses chegavam ao DF. Mais tarde, os integrantes das Guardas de Polícia e Rural foram convocados para compor a Guarda Especial de Brasília (SUSSUARANA, s.d.), criada em 1958 em caráter provisório junto ao Departamento Regional de Polícia de Brasília, sendo que essas instituições estavam subordinadas à Secretaria de Segurança do Estado de Goiás (SILVA, 2009), sob o governo de José Ludovico de Almeida, e não à NOVACAP.

A Guarda Especial de Brasília (GEB) também faz parte da gênese da atual PMDF. Segundo Silva (2009), sua estrutura “[...] era composta de três divisões (policiamento, de controle e de divisão técnica) e cinco seções (rural, de vigilância, de trânsito, de proteção contra fogo e de investigação).” (Ibidem, p. 42). A GEB existiu até 1961, quando foi substituída pela criação da Polícia Metropolitana do Distrito Federal, que agrupava as funções de policiamento ostensivo e de polícia judiciária. Nos anos que se seguiram, foram

criadas divisões especializadas, como a de radiopatrulha, e outros órgãos foram criados e extintos (SILVA, 2009) até que, após o golpe militar, é criada a Polícia do Distrito Federal, que viria a se transformar na Secretaria de Segurança do DF em 1967.

A extinção da GEB, já sob a forma de Polícia do Distrito Federal (PDF) ocorre em 1966, pelo Decreto-Lei nº 9, o qual permitiu que seus quadros ingressassem na PMDF, junto com os servidores do também extinto Departamento Federal de Segurança Pública. Fato é que, do Departamento Federal de Segurança Pública, nenhum servidor ingressou na PMDF, enquanto da PDF ingressaram 44 Oficiais, dos quais um acabou retornando à PDF pouco depois. Houve, igualmente, o ingresso de um Sargento (SUSSUARANA, s.d.).

Pouco antes disso, em fevereiro de 1966, chegou à Brasília o último regimento oriundo da Polícia da antiga capital, totalizando 600 policiais que fundaram o Primeiro Batalhão de Polícia Militar (ALCANTARA, 2017). Em 1968 é construído o 1º Batalhão de Polícia Militar na Asa Sul, onde fica atualmente o Setor Policial Sul, no qual está sediado o BPCães. Desde então, a PMDF passou por uma série de reestruturações organizacionais, além da construção de outros batalhões no Distrito Federal. Passou a aceitar mulheres em seus quadros em 1982.

A reestruturação mais recente ocorreu a partir dos Decretos nº 37.321, de seis de maio de 2016, e nº 38.072 de 20 de março de 2017, que organizaram a estrutura da corporação em um modelo baseado na organização funcional e departamental (Ibidem, 2017). Nela foi criado o Comando de Missões Especiais, ao qual está subordinado o BPCães.

A história da PMDF revela que essa instituição possui um mito de origem que lhe concede uma idade muito maior que do atual Distrito Federal. A partir desse mito a diferença de idade entre PMDF e DF extrapola um século, marcando a instituição como uma das mais antigas do país.

### *Os Bombeiros Militares*

A procura por dados históricos sobre o Corpo de Bombeiros no Brasil evidenciou um fato que merece iniciar este tópico: a pequena produção acadêmica sobre essa instituição nas ciências humanas brasileiras. Uma busca na plataforma Sucupira mostrou que são não mais do que poucas dezenas de dissertações e teses sobre o tema. Dentre elas,

a maior parte vem da psicologia e/ou da educação. Em certa medida, podemos dizer que os bombeiros têm sido pouco estudados pelos campos da Sociologia e dos Estudos Policiais em relação a outras instituições.

A história da atividade dos bombeiros remete à Grécia Antiga, quando escravos eram treinados para combater incêndios desde meados de 300 a.C.. A instituição, no entanto, é mais recente, e os primeiros registros datam de 27 a.C. em Roma, com os chamados “*cohortes vigilium*” (NATIVIDADE, 2009, p. 412). Existem poucos relatos sobre brigadas de bombeiros na Europa até o incêndio de grandes proporções que atingiu Londres em 1666, sendo que após esse episódio as empresas de seguro começaram a formar diversas brigadas particulares para vender o serviço de proteção contra incêndios (CHADUD, 2013). Segundo Reycilane Chadud, autora de um dos pouquíssimos trabalhos sociológicos sobre bombeiros:

Em geral, as primeiras organizações contra incêndios, surgiram pela necessidade de evitá-los, porque vinham juntos a perdas insuperáveis, já que a tentativa de controlar e esgotar as chamas de grandes proporções era uma ação praticamente impossível, devido aos precários recursos. Assim, a sua prevenção tornava-se a melhor solução contra o fogo. (CHADUD, 2013, p. 28)

A profissionalização da atividade dos bombeiros, como uma atividade formalmente especializada, ocorre apenas no século XX, com o surgimento das primeiras escolas de treinamento e formação (CHADUD, 2013). Esses bombeiros tiveram papel fundamental na manutenção das cidades e na própria gestão social durante o advento das guerras mundiais na Europa, o que impulsionou sua institucionalização (Ibidem, 2013).

No Brasil, o surgimento do Corpo de Bombeiros é anterior à chegada da família real, que trouxe consigo a estrutura que deu origem às polícias militares. Segundo Michelle Natividade: “[...] no Brasil, o primeiro registro se dá em 1763, onde, por ordem do Conde da Cunha, foi instituída a primeira Guarda de combate ao Fogo, atividade esta que era realizada pelo Arsenal de Marinha do Brasil” (NATIVIDADE, 2009, p. 412). Apesar disso, Chadud ressalta que:

[...] foi somente em agosto de 1797 que o órgão contou com a inserção de homens e instrumentos necessários para acudir, tanto na cidade do Rio de Janeiro como em embarcações, os incêndios, sendo essa, caracterizada como a verdadeira época do início do serviço de extinção de incêndios no Brasil, realizado por um órgão público. (CHADUD, 2013, p. 28)

No decorrer do século XIX, a Guarda se desenvolveu em sua estrutura e seus recursos humanos até que, em 1856, o decreto imperial de número 755 cria o “*Corpo de Bombeiros provisórios da corte*” (NATIVIDADE, 2009, p. 412), o primeiro Corpo de Bombeiros oficial do Estado brasileiro. A partir de então, outras instituições foram criadas pelo país, pouco a pouco se estabelecendo em todos os estados em um histórico diverso e complexo, que não cabe ser descrito para os propósitos desta tese.

Atualmente as corporações de bombeiros militares no Brasil possuem formas e estruturas diversas, a variar de acordo com as constituições estaduais e outras leis, já que o artigo 144 da CF/88 atribui ao Corpo de bombeiros a execução das atividades de defesa civil, além daquelas previstas em lei. O Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal tem origem no Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara, mas isso será apresentado em tópico mais a frente.

#### *O Corpo de Bombeiros chega ao Distrito Federal*

A história do Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal converge em diversos pontos com a história da PMDF. Uma primeira convergência consiste em sua história também se iniciar com o Brasil Império. Em 1856 Dom Pedro II assina o Decreto Imperial nº 1.775, o qual uniu os diversos Serviços de Extinção de Incêndios das Forças Armadas em uma única instituição, o Corpo de Bombeiros Provisório da Corte. Surge então a corporação que se tornaria o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, ainda antes da transição da capital para Brasília.

O Corpo de Bombeiros do Distrito Federal da nova capital foi fundado pela Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, que iniciou o processo de transição da corporação do Estado de Guanabara para a nova capital. Ao mesmo tempo, era criado o Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara, que depois se tornou o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Nessa transição, cabe destacar o “Contingente Comandante Moraes Antas”, um grupo de bombeiros que saíram da cidade do Rio de Janeiro em dois de junho de 1965 e marcharam a pé até a nova capital, chegando no dia 27 de junho de 1965.

Outra convergência com a história da PMDF é o fato de que atividade de combate e prevenção a incêndios ter sido iniciada oficialmente no Distrito Federal, primeiramente pela NOVACAP, e em seguida pela Seção de Proteção contra o Fogo da Guarda Especial



de Brasília (GEB). Isso porque o primeiro contingente de bombeiros da antiga capital só chega a Brasília em 1964, quatro anos depois do primeiro incêndio oficialmente registrado na nova capital.

O processo de transição termina em 16 de janeiro de 1967, com a chegada do último contingente de bombeiros oriundos da antiga capital. Nesse mesmo ano é inaugurado o primeiro Quartel do CBDF, na Asa Sul, e o CBDF passa a ser subordinado à Secretaria de Segurança Pública. Nos anos seguintes são construídos quartéis e postos em outras localidades, expandido a atuação da corporação para regiões fora do Plano Piloto, como Taguatinga.

Em 1969 é inaugurado o Quartel que abrigaria o Grupamento de Busca e Salvamento, localizado na Vila Planalto. O GBS é criado com as finalidades de atender aos casos de busca e salvamento em matas, rios e outras localidades de difícil acesso, além de realizar os serviços lacustres. É neste quartel que, no início dos anos 1990, a estrutura que abriga ainda hoje o canil do CBMDF é erguida.



**Figura 1- Foto do Quartel do GBS quando de sua construção, em 1969.  
Fonte: Site oficial do CBMDF67.**

No decorrer das décadas de 1960 e 1970, o CBDF expande seus quartéis para fora do Plano Piloto. A partir de 1971, é confirmada a condição militar da instituição, mas ela só passa a ser chamada Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal após a promulgação da CF88. Já sua estrutura organizacional foi definida em 1976 pela Lei nº 6.333.

Em 1980 é firmado o Projeto de Cooperação Japonesa, marco importante na história do CBMDF, junto à Agência de Cooperação Internacional Japonesa, que envia a

---

<sup>67</sup> Disponível em < <https://www.cbm.df.gov.br/institucional/historico> > Acesso em 21/08/2019

primeira missão de bombeiros japoneses em 17 de novembro daquele ano para auxiliar na construção da Academia de Bombeiro Militar (ABM). A segunda missão chega a Brasília em 1981 para tratar das questões de pesquisa e de treinamento a serem desenvolvidas na ABM. A terceira missão vem ao Brasil, no final do mesmo ano, para a finalização do projeto da ABM e para trazer equipamentos doados. Uma última missão japonesa volta ao CBMDF em 1985 para atualizar os instrutores da ABM com novas técnicas de combate e prevenção a incêndios.

Após as missões japonesas, em 1986 é realizado o primeiro Curso de Especialização em Salvamento e Extinção de Incêndios (CESEI), formalizando a importância do projeto de cooperação firmado para o desenvolvimento técnico do trabalho da corporação.

O CBMDF passou a aceitar mulheres em seus quadros a partir de 1993, mais de uma década depois da PMDF. Em 2001 é formada a primeira mulher mergulhadora de resgate do CBMDF. Depois disso, a reestruturação de grande impacto mais recente ocorreu em 2010, a partir do Decreto nº 7.163 de 29 de abril, e do Decreto nº 31.817 de 21 de junho, que deram os contornos que a corporação tem atualmente. O CBMDF possui 54 unidades operacionais espalhadas pelo Distrito Federal, dentre elas o Batalhão de Busca e Salvamento, onde fica o canil da Companhia de Busca e Salvamento com Cães.

## 5.2 – Cachorros e K9s

Este subitem do capítulo está dedicado a apresentar o trabalho realizado com cães em instituições de segurança pública, em suas diversas formas e o trabalho realizado pelos canis da PMDF e do CBMDF. Início com um pouco da história dos cães de guerra, aqueles que deram início ao trabalho policial com cães como é hoje, e de como foi seu uso nas duas principais guerras na história humana. Em seguida apresento um histórico do uso de cães por forças policiais no Brasil, o qual, em seu início, esteve atrelado ao trabalho com cães realizado pelo Exército Brasileiro.

### *Os cães de guerra*

Se assumirmos que os primeiros contatos dos ancestrais caninos com os ancestrais humanos ocorreram dentro da relação de predação, na qual os proto-humanos eram as presas dos antigos lobos, não é difícil de imaginar que, depois de domesticados, estes animais fossem instrumentalizados também enquanto armas. Na História Antiga encontramos referências sobre o uso de cães como armas de guerra em diversas sociedades (COSTA, 2008; GORRELL, 2003), desde o Império Romano até o Império Egípcio (FIORONI, 1970; GORRELL, 2003). Na Ásia, os hunos de Átila utilizavam cães em seus assaltos (ROSA, 2009). Segundo Gorrell:

One dog especially valued was the Molossus, who could weight more than 250 pounds (110 kg), and was strong enough and fast enough to knock an enemy off his horse and rip him to pieces. Whole battalions of these dogs were trained by the army, and sent into battles wearing collars with long, sharp spikes to slash the legs of enemy horses, and sometimes padded armor as well. (Early war dogs were often turned into killing machines. Some had lances mounted on their backs, to spear any horses and soldiers who got in their way. Other had firepots of smoke and flame strapped to their backs, to panic the enemy's horses and scorch their bellies). A Roman military writer named Blondus said that such a dog should be so ferocious that "he will not allow himself to be stroked even by those he knows best, but threatens everybody alike with the fulminations of his teeth, and always looks at everybody as though he is burning with anger" (GORRELL, 2003, p. 16)

Os descendentes desses cães molossóides romanos foram utilizados pelos colonizadores europeus como armas de guerra, como ferramentas de tortura, e para as funções tradicionais de guarda e escolta (VANDER VELDEN, 2018). Mastins ingleses,

mastins espanhóis e cães de fila luso-brasileiros são introduzidos nas colônias como ferramenta de sujeição das populações nativas, e o sucesso de seu uso como estratégia militar ficou historicamente registrado (Idem).

Os cães, assim pensados como “armas” ou “instrumentos de guerra e conquista”, figuram, nos relatos, como uma tecnologia absolutamente eficiente e mortífera que, ao lado de cavalos, armaduras, armas de fogo e espadas de metal (além de micro-organismos), selaram o destino de grande número de sociedades nativas do continente americano e de uma enorme população, perdas cuja magnitude em termos humanos, demográficos, linguísticos e socioculturais ainda mal podemos avaliar. (VANDER VELDEN, 2018, p. 3)

Nos séculos XVII, XVIII e XIX, as técnicas de adestramento de cães de trabalho já estavam bastante desenvolvidas na Europa (THOMAS, 2010). Este acúmulo de conhecimento certamente contribuiu para o surgimento dos primeiros cães de faro policial. No início da Primeira Guerra Mundial a maior parte dos países não utilizava cães de guerra, com exceção da Alemanha, que já os utilizava desde a década de 1880 (GORRELL, 2003; ROSA, 2009). No decorrer da guerra o cão passou a ser utilizado também por outros exércitos, para serviços como transporte e guarda de acampamentos (GORRELL, 2003; LOIOLA, 2010). Segundo Rosa (2009), aproximadamente 75 mil cães foram utilizados pelos participantes da Primeira Guerra. Ao fim do conflito, alguns poucos retornaram para seus países de origem. A maior parte deles foi considerada inapropriada para o convívio civilizado, e foram então mortos ou abandonados (GORRELL, 2003).



**Figura 2 - Cães de guerra transportando suprimentos médicos.**  
Fonte: Blog Francisco Miranda<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> Disponível em: < <https://chicomiranda.wordpress.com/2012/01/05/o-caes-da-segunda-guerra/>> Acesso em 08/05/2020.

Mas foi na Segunda Guerra Mundial que o uso destes animais como instrumentos estratégicos nos campos de batalha teve maior destaque, como, por exemplo, os cães antitanques russos. Em 1929, quando aprovado o uso de cães pelo exército vermelho, uma escola de treinamento foi montada em Moscou, convocando domadores de circo, caçadores e policiais para desenvolver cães de guerra (ROSA, 2009). Ou seja, a polícia russa já fazia uso de cães treinados para trabalho policial antes deste período.



**Figura 3 - Um dos cães antitanque russos, chamados de "hundminen".  
Fonte: GIZMODO Brasil<sup>69</sup>**

Estes cães eram treinados para procurar comida embaixo de tanques. Neles era acoplado material explosivo que seria ativado quando se aproximassem dos tanques alemães. Relatórios russos apontam que mais de 300 blindados alemães teriam sido destruídos com o auxílio destes cães, porém o mais provável é que este número tenha sido bem menor, visto que, na maior parte das batalhas em que estes cães foram usados, os relatos apontaram pouca eficiência (ROSA, 2009).

Estima-se que durante a Segunda Guerra mais de 200 mil cães foram utilizados (ROSA, 2009). O exército americano, que treinou a maior parte de seus cães<sup>70</sup> no decorrer da guerra, fez uso de aproximadamente 15 mil cães (SAKATA, 2015). Após o fim da guerra em 1945, estes animais continuaram a ser utilizados em larga escala nos conflitos de independência das colônias europeias (FIORONE, 1970; GORRELL, 2003), como, por

---

<sup>69</sup> Disponível em: < <https://gizmodo.uol.com.br/cachorros-explosivos-foram-usados-para-combater-tanques-na-segunda-guerra-mundial/>> Acesso em: 08/05/2020.

<sup>70</sup> In the Second World War, the most famous American canine was Chips, a mixed-breed who traveled with General Patton's army, guarding tanks as Allied troops fought their way through Africa and Europe. In Sicily, when four enemy soldiers began firing a machine gun, Chips leapt into their concrete pillbox (fort) and took them prisoner. Later that day, Chips and his handler captured another ten enemy soldiers. Chips was awarded a Silver Star for his feats, and a Purple Heart as well, since he was wounded during his heroics. He survived his injuries and went back home to his family when the war ended in 1945. (GORRELL, 2003, p. 114)

exemplo, na Guerra da Indochina, aonde o exército francês chegou a lançar cães em paraquedas (ROSA, 2009). Assim, a apropriação dos cães como instrumento de violência seguia sua história de mutação e adaptação ao contexto sociopolítico.

### *O surgimento dos k9*

Não existe ainda comprovação científica que aponte para algum evento específico que fosse a gênese do cão policial, ou seja, não existe consenso sobre onde e quando exatamente a prática de utilizar cães no trabalho policial surgiu (FIORONE, 1970; GORRELL, 2003). Os primeiros registros do uso de cães por forças policiais remetem ao século XIV, na França (MACIEL, 1999; ROSA, 2009), com o estabelecimento de um sistema de policiamento com cães na cidade de Saint Malo (SAKATA, 2015). Mais adiante, no final do século XIX, pastores alemães começaram a ser utilizados pela polícia alemã, oficialmente, em 1896. Com os bons resultados do uso destes animais no trabalho policial, a prática se disseminou por outros países, como Holanda, Bélgica e Inglaterra<sup>71</sup>, já no início do século XX (NOGUEIRA, 2015; SAKATA, 2015).

Também datam desse período os primeiros registros do uso de cães policiais nos Estados Unidos. Ali, oficialmente, o primeiro canil policial é criado na cidade de Berkeley, em 1931, mas, segundo Sakata (2015), existem registros não oficiais do policiamento com cães datados de uma década antes. Mas foi com o fim da Segunda Guerra Mundial que este tipo de trabalho se espalhou pelo território estadunidense. O retorno dos soldados humanos, dessa vez, foi acompanhado do retorno dos soldados caninos, aos milhares (GORRELL, 2003). Como estes cães já eram treinados e adaptados ao serviço militar, grande parte deles foi distribuída entre as forças policiais dos diversos estados.

---

<sup>71</sup> Na Inglaterra, por determinação do comitê do Ministério do Governo, que foi nomeado em 1935, realizaram estudos com a finalidade de adestrar um pequeno número de cães às polícias dos Estados. Os cães foram devidamente adestrados e enviados a Polícia Metropolitana, sendo utilizados pela “Brigada Contra o Crime”, na região do sul de Londres, de 1938 até o início da 2ª Guerra Mundial. (SAKATA, 2015, p. 180)

### *Os primeiros k9 no Brasil*

O mais antigo registro oficial do uso de cães pela polícia brasileira data de 1950, com a criação do canil da Polícia Militar de São Paulo (NOGUEIRA, 2015). A partir da experiência paulista, outras polícias se interessaram pelo uso de cães em suas atividades, resultando, por exemplo, na criação dos canis da Polícia Militar do Rio de Janeiro, em 1955 (VALLE, 2009), da Polícia Militar de Minas Gerais, em 1957 (ALEXANDRE, 2015) e da Polícia Militar de Pernambuco (NOGUEIRA, 2015). O canil da Polícia Militar do Distrito Federal foi criado em 1971 como um pelotão integrante da Companhia de Operações Especiais (COE).

O marco referencial do emprego de cães por forças de segurança é a portaria nº 176 do Estado Maior das Forças Armadas que, em 1974, regulamentou as atividades da Seção de Cães de Guerra das FA brasileira. Esta portaria trouxe a regulamentação e a normatização sobre o manejo dos animais, seus treinamentos, adestramentos, cuidados, desde seu recebimento, reprodução até o afastamento dos serviços (SAKATA, 2015). Esta normatização oficial, junto com a experiência dos canis policiais que já existiam, contribuiu para a reprodução desta prática em outros estados, como em Santa Catarina, que teve seu primeiro canil de polícia militar inaugurado em 1980 (ROSA, 2009) e, mais recentemente, no Mato Grosso, com a criação do canil da Polícia Militar do Mato Grosso, em 1997 (SAKATA, 2015). Atualmente, todas as polícias militares do Brasil, em todos os seus estados, possuem unidades de policiamento com cães.

### *As formas de uso dos cães pelas polícias e bombeiros*

As formas de emprego do cão no trabalho da polícia e dos bombeiros são bastante diversas. Segundo Almeida (2004), as atividades policiais nas quais cães podem ser empregados como instrumento são o controle de distúrbios civis, o controle de rebelião e fuga de presos, a detecção de entorpecentes, as demonstrações de caráter educativo e/ou lúdico, a participação em eventos como formaturas e desfiles cívico-militares, as ações de enfrentamento à guerrilha urbana e rural, o policiamento ostensivo, o policiamento de praças desportivas, as provas oficiais de trabalho e estrutura e as operações de busca, localização e resgate de pessoas perdidas (ALMEIDA, 2004, p. 21).

O trabalho de Almeida é sobre o início do século XXI, momento em que, no Brasil, o trabalho com cães policiais ainda é incipiente se comparado ao realizado em outros países. Também é um momento que marca o início de uma maior atenção a esta atividade pelo Estado e pelas corporações. Principalmente a partir da realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, em 2007, os canis receberam maior volume de investimentos em estrutura, recursos humanos e cães. Para a segurança dos eventos internacionais, o trabalho de detecção de substâncias ganha destaque. Por isso podemos incluir nesta lista as atividades de detecção de material explosivo, armamentos e munições, a busca e captura (caça) de suspeitos em áreas de difícil acesso, além da busca por cadáveres submersos, enterrados e soterrados.

Notadamente, o discurso da eficiência do cão na realização das tarefas é a base da argumentação a favor do seu uso nas atividades de segurança pública. Tanto nas entrevistas e nas postagens dos perfis de instagram, quanto na produção acadêmica insipiente, nas corporações e nos cursos de segurança pública, a eficiência dos cães em relação aos humanos, seu melhor custo-benefício, representa a parte mais substancial da defesa e propaganda do trabalho dos *cachorreiros*:

O tempo que o cão levou para realizar a busca em veículo foi em média 70% menor que o tempo gasto em uma revista realizada por um policial, além do que a guarnição auxiliada pelo cão farejador, apresentou resultado 50% melhor na localização de itens escondidos de drogas que a guarnição sem o auxílio do cão. (SIQUEIRA, 2010, p. 149)

Por gozar de um aparelho olfativo privilegiado, o cão de faro, devidamente adestrado, confere às operações policiais em que é empregado uma maior agilidade, tornando-as mais eficientes e eficazes, assim proporcionando que sejam realizadas em menor tempo e com menor efetivo policial. Devido a esse faro superdotado, o cão obtém êxito em buscas minuciosas, encontrando drogas em locais que os policiais nem se quer imaginariam que fosse possível dissimulá-las, como por exemplo, no interior de estofados e do volante. (ROSA, 2009, p. 17)

Nos canis estudados os cães são utilizados para grande parte das atividades já listadas, porém, as principais atividades realizadas pelo BPCães são a detecção de entorpecentes, a detecção de explosivos e a busca e captura<sup>72</sup>. Além destas, são realizadas

---

<sup>72</sup> (...) os cães de busca e captura são animais especializados na busca de pessoas homiziadas. Através de seu olfato, realiza a busca tanto pelos pontos de odores liberados pela pessoa quanto por odores trazidos pelo ar. Segundo Escobar (2015) é comum que este cão, ao encontrar a pessoa procurada, a ataque, pois é



também as atividades tradicionais de ronda, policiamento ostensivo, policiamento de eventos culturais, políticos e esportivos, e de apresentação lúdico-educativa.

No contexto destas atividades, os dados da pesquisa convergem para um maior destaque àquelas ligadas ao faro dos cães, principalmente as atividades de detecção<sup>73</sup>. Aqui está o faro de drogas, talvez o mais emblemático serviço dos K9<sup>74</sup>:

O emprego de cães na localização de entorpecentes coloca-se hoje como uma das principais atividades dos canis policiais de todo o mundo. A localização de entorpecentes pelo cão oferece vantagens para a proteção da guarnição que atua nesse tipo de ocorrência policial. No combate às drogas é imprescindível aplicar formas alternativas e eficientes que aperfeiçoem e que completem o trabalho policial, o que envolve a utilização de cães treinados para localizar substâncias entorpecentes ilícitas. (NOGUEIRA, 2015, p. 23)

Na mesma linha, a detecção de material explosivo ganhou destaque nas últimas duas décadas no Brasil, em parte, como já foi dito, pelo acontecimento, no decorrer deste período, de grandes eventos, mas também pelo aumento do número de atividades criminosas que fazem uso de explosivos, como nas explosões de caixas eletrônicas<sup>75</sup>. Cabe destacar que na segurança dos grandes eventos esportivos, os cães também eram utilizados para ronda e policiamento.

No CBMDF o trabalho dos cães consiste na busca por pessoas vivas ou mortas, em situações diversas. Estes animais são chamados de cães de salvamento. Seu trabalho consiste em auxiliar os bombeiros na busca por pessoas perdidas e na busca por corpos de pessoas afogadas, enterradas ou soterradas. Diferente dos cães do BPCães, estes animais não são treinados para realizar rondas, participar de policiamento ostensivo ou do controle de distúrbios civis. Seu único papel é farejar e encontrar humanos.

---

característica do cão de busca e captura a agressividade espontânea agindo com autonomia plena. (NOGUEIRA, 2015, p. 26)

<sup>73</sup> O cão de detecção de substâncias é o animal especializado, através de treinamentos apropriados, para perceber a partir do seu olfato determinadas substâncias, indicando tanto a sua percepção como apontando com certa precisão o local onde se encontra o objeto de procura. (NOGUEIRA, 2015, p. 26)

<sup>74</sup> Podemos destacar aqui o fato de a maior parte do plantel de cães, assim como grande parte do plantel de policiais, do BPCães ser dedicado à atividade de detecção de entorpecentes e explosivos. Em seguida, em relação ao número de cães e policiais, está a busca e captura, também uma tarefa ligada ao faro canino.

<sup>75</sup> Outro problema que as forças policiais vêm enfrentando é a ameaça criada pela utilização de dispositivos explosivos improvisados que, na maioria das vezes, são utilizados para o arrombamento de caixas eletrônicas. O acionamento policial para essa modalidade de crime vem se tornando cada vez mais comum. (NOGUEIRA, 2015, p. 24)

## *Os Cachorreiros*

Quando trato como grupo social o grupo dos *cachorreiros*, creio ser importante pontuar que não o faço segundo critérios rígidos de definição amparados por teorias sobre o que são e o que não são grupos sociais. Parto de uma definição que talvez possa ser dita flexível, mas que, no empreendimento proposto nesta tese, se mostra solidamente funcional. No caminho apresentado por Becker (2007), considero os *cachorreiros* como um grupo social tanto porque eles se definem como um grupo específico e separado de outros, quanto por serem considerados distintos por outros grupos. Cabe destacar que não fez parte da pesquisa de campo entrevistas com policiais e bombeiros que não atuam no canil e que não trabalham com cães. Porém, nas entrevistas, quando relatavam como viam o canil e o trabalho feito nele antes de ingressarem, os *cachorreiros* demonstravam como os demais policiais e bombeiros os viam como diferentes.

Ainda segundo a perspectiva de Becker (2007), cabe então estudar a rede de grupos e atores que estão em relação com os *cachorreiros*, como suas corporações, outros batalhões, clínicas veterinárias, escolas, canis particulares, etc.

De acordo com o dicionário Houaiss (2001) *cachorreiro* é um substantivo masculino que significa “1 criador ou treinador de cães de caça; 2 aquele que, nas caçadas, conduz os cães que farejam a trilha; matilheiro” (HOUAISS, 2001, p. 553). Tanto nas entrevistas quanto nas observações *in loco*, notei que o termo *cachorreiros* era utilizado por policiais e bombeiros de duas maneiras.

A primeira, e mais presente delas, era para definir o grupo de atores do campo da segurança pública e privada que trabalha com cães. São os policiais, bombeiros, adestradores, militares, guardas civis, seguranças privados, que utilizam os cães em suas atividades. O que os coloca como *cachorreiros* é a vivência compartilhada das situações vinculadas a estas práticas, como em cursos, em treinos em conjunto e em reproduções compartilhadas. Compartilham saberes e compartilham experiências objetivas. Compartilham também dificuldades e preconceitos. Neste sentido, o termo *cachorreiro* é empregado como identidade de um grupo específico, centrado na prática laboral com cães de segurança. Aqui, os não *cachorreiros* seriam os demais atores da segurança pública e privada, que não trabalham com cães.

A segunda forma que o termo *cachorreiros* aparece no discurso dos entrevistados, ainda que com menor recorrência, é em um sentido mais amplo, no qual *cachorreiro* é qualquer pessoa que cria cães. É um sentido mais próximo daquele do dicionário apresentado acima. Basicamente, o recorte diferencial entre as duas formas de uso do termo é o pertencimento aos campos da segurança pública e privada, em contraste com as demais ocupações que envolvem cães. Nesta tese o termo *cachorreiro* corresponde ao primeiro sentido citado, mas está empregado para se referir especificamente aos policiais e bombeiros que entrevistei e observei.

O termo que os *cachorreiros* utilizam para se nomear na relação com seus cães, dentro do binômio, é condutor/a. O uso específico deste termo tem relevância epistemológica para a compreensão da relação entre cães e *cachorreiros*. Conduzir remete a uma verticalidade na relação, em que um dos atores conduz enquanto o outro é conduzido. Assim, o binômio é composto por condutor e cão (que seria o conduzido).

Na gramática dos animais de estimação, o termo mais recorrentemente utilizado para nomear o humano na relação com seus animais é *dono*, ao mesmo tempo em que, no discurso dos integrantes de grupos que lutam pelos direitos e bem-estar dos animais, o termo mais utilizado é *tutor* (TOMA, 2017). Em seu trabalho, Toma (2017) destaca que o termo *dono* revela características importantes da relação entre humanos e *pets*, na qual afetos estão relacionados com a posse material dos animais.

No trabalho de Samantha Oliveira (2006), que trabalha com o viés teórico da distinção social e dos afetos, os sujeitos da pesquisa se identificam de duas maneiras, como *criadores de cães* e como *proprietários de cães*. Estes criadores e proprietários estudados por Oliveira são pertencentes à elite econômica carioca e, segundo a autora, o elevado valor de seus cães os diferencia do que eles chamam de *cachorreiros*, que seriam criadores de cães que não circulam pelos Kennel Clubs e outros clubes de criadores.

Oliveira (2006) entende que, neste caso, o termo *cachorreiro* emerge como uma categoria de acusação, sendo recorrente no discurso de seus interlocutores e relevante para a identidade de seus grupos. Segundo a autora, os criadores enfatizam que sua atividade é mais um hobby, uma forma de arte e uma ciência, um estilo de vida, do que uma profissão. Por isso esta atividade não deve ser a única fonte de renda, permitindo que a façam motivados pela paixão, e não pela necessidade de renda. Aqui os criadores de cães se colocam em oposição aos que eles chamam de *cachorreiros*, que são aqueles criadores que

vislumbram a atividade como principal fonte de renda, e que então a conduzem de acordo com as normas e demandas de mercado.

No campo estudado por Oliveira (2006), *cachorreiros* são, especificamente, criadores de cães que atendem ao mercado *pet*. Nas grandes cidades brasileiras é comum encontrar feiras de filhotes, onde estes criadores expõem filhotes para a venda. Em Goiânia, por exemplo, estes criadores são presença constante em uma avenida ao lado do Shopping Flamboyant, e a população já reconhece este como um dos principais pontos de venda de filhotes, principalmente de raças pequenas. Em Brasília, é principalmente nos *pet shops* que ficam expostos os produtos destes criadores. Novamente, não são os *cachorreiros* pesquisados por Oliveira (2006) os que são considerados neste trabalho, embora os *cachorreiros* daqui também tenham conflitos com criadores de cães de *pedigree*, clubes de criadores e *Kennel Clubs*.

Este conflito é centrado na raça Pastor Alemão. Quando indaguei a um dos membros da equipe de treinamento sobre a relação com canis e criadores desta raça, ele me respondeu que esta relação havia se rompido há bastante tempo. Lembrou que um policial precursor do trabalho com cães na Polícia Federal era quem tinha maior contato com os criadores membros do Clube Brasileiro do Pastor Alemão e do Brasil Kennel Club. Porém nesta relação surgiram controvérsias sobre a seleção reprodutiva da raça. Enquanto os criadores voltados para o *pedigree* direcionavam a reprodução seletiva para atender padrões estéticos estabelecidos para a raça, os *cachorreiros* buscavam uma reprodução voltada para aspectos funcionais dos cães.

Nesta controvérsia, uma condição morfológica ganha destaque: a displasia coxofemural, condição comum entre os cães da raça Pastor Alemão, principalmente naqueles com *pedigree*, pois a avaliação da pureza desta raça tem como um de seus quesitos um desnivelamento que vai dos ombros até quadril, colocando este último em uma altura menor que a dos ombros. Esta condição morfológica é causada por má formação e consequente desgaste da articulação do quadril e dos tecidos moles adjacentes, levando a inflamação da região, dor e dificuldade de locomoção.

Segundo Oliveira (2006), “*a dimensão estética é a principal dimensão organizadora das classificações dos padrões das raças caninas estabelecidas pelo grupo (dos criadores de cães de pedigree)*” (OLIVEIRA, 2006, p. 13). Neste caso o elemento estético supera a questão da funcionalidade biológica do animal, e uma característica que

acarreta um problema de saúde para os animais é reproduzida para que sejam atendidos os padrões estéticos estabelecidos<sup>76</sup>.

Em cães voltados para reprodução, exposição e apresentação, ou seja, situações nas quais pesa a estética dos animais, esta condição pode não ser muito limitante para a criação dos pastores alemães, ao contrário. Mas, para a condição de cães de trabalho, na qual a funcionalidade de seu corpo será o principal elemento, a ocorrência da displasia é um grande problema. Durante a o trabalho de campo observei cães que possuíam diferentes graus de displasia, acarretando encurtamento do tempo de carreira desses animais e redução de sua eficiência.

O *cachorroiro* com quem conversava relatou então que os policiais não obtiveram bons resultados com filhotes vindos de trocas e cruzas com cães criados pelos membros do clube de criadores e do *Kennel Club*. Entendiam que estes cães não possuíam uma genética favorável para a condição de animais de trabalho e que *cachorroiros* e criadores trabalhavam com parâmetros diferentes de seleção e reprodução.

### *Os K9*

Na perspectiva metodológica adotada na tese os cães possuem papel central. Não é uma questão de substituir o humano pelo canino nesta posição, mas de integrar o animal não humano à abordagem, enquanto agente ativo da realidade social. Dentro da atividade policial, o discurso remete ao cão enquanto ferramenta eficaz, destacando seu valor de uso. Objetivamente, este fato não deixa de ser verdade. Embora outros animais sejam utilizados em atividades de faro, como, por exemplo, porcos que farejam fungos e cogumelos, e ratos que farejam explosivos enterrados, é pela instrumentalização do faro e do corpo do cão que este animal foi escolhido para atuar no policiamento.

Porém a objetividade da eficiência canina decorrente de suas características biológicas não exclui também sua dimensão simbólica, cultural, socialmente construída. Enquanto animais bons para pensar<sup>77</sup>, os cães são objeto de representações sociais diversas.

---

<sup>76</sup> Os padrões das raças são tipos ideais que na realidade não existem, mas que fazem a estrutura que organiza o sistema classificatório do grupo funcionar. O que ocorre é a busca incessante em se ter um cão “perfeito” que seria o símbolo máximo de diferenciação e de poder dentro do grupo. (OLIVEIRA, 2006, p. 14)

<sup>77</sup> O valor dos bens depende mais do seu valor cultural (de signo) do que do seu valor de uso ou de troca (Sahlins, 2003). O que vale também para os cães. Quando se escolhe determinada raça em detrimento de

O termo *K9* surge como um signo para cães e *cachorreiros*, porém seu uso mais recorrente é para se referir aos cães. Essa denominação é utilizada, principalmente, na comunicação com a sociedade civil. É muito presente nas publicações de redes sociais, tanto nos textos quanto nas montagens audiovisuais.



**Figura 4 - Foto do Cão Kalel, identificado como Policia K9.**  
Fonte: Instagram<sup>78</sup>

As postagens do perfil do BPCães no Instagram trazem, como elemento final de seus textos, a frase “*BPCães 52 anos de tradição! K9*”<sup>79</sup>. No BPCães, são chamados de policiais *K9* e no canil do BBS são chamados bombeiros *K9*. A adoção do termo derivado da língua inglesa sugere sua disseminação na atividade fora do Brasil, de onde foi absorvida. Cabe destacar também a presença do termo em filmes como “*K-9 – Um Policial Bom pra Cachorro*”, de 1989, sua sequência “*K-9 – Um Policial Bom pra Cachorro 2*”, de 1999, e t “*K-9000*”, de 1991. Além dos filmes, é comum o uso do termo em matérias jornalísticas sobre esta atividade:

Cachorro policial *K9* dorme durante cerimônia de juramento à corporação  
(Site Amo meu pet<sup>80</sup>, 26/04/2020)

---

outras, o consumidor está, além de definir a utilidade desse cão (caça, companhia, guarda/ proteção), em busca de um signo que o satisfaça/represente socialmente, mesmo que na maioria das vezes este ato seja realizado de forma inconsciente (Bourdieu, 2001). Tudo porque, na realidade, a simbolização e o uso dos cães como bens materiais são estrategicamente “comunicadores, ou seja, mediadores simbólicos e sociais e não apenas utilidades” [...]. (OLIVEIRA, 2006, p. 11)

<sup>78</sup> Disponível em <<https://www.instagram.com/p/Br5Jz0RhhRn/>> Acesso em: 21/09/2020

<sup>79</sup> Após o termo *K9* segue um emoji de raio, o qual não pode ser reproduzido textualmente no Word.

<sup>80</sup> Disponível em <<https://www.amomeupet.org/noticias/1968/k9-policial-dorme-durante-cerimonia-de-juramento-a-corporacao-veja-o-video>> Acesso em: 01/10/2020

K9 Mara da polícia de Três Lagoas localiza drogas em cidade da região de Três Lagoas. (Site Radio Caçula<sup>81</sup>, 22/07/2020)

O termo *K9* também é mobilizado para a identidade coletiva dos *cachorreiros* como um todo, pois, por ser recorrente no senso comum, se torna elemento relevante para uma forma de identificação *para outrem* (DUBAR, 2009). É o símbolo que identifica os diversos canis policiais, muitas vezes presente nos brasões, lemas, uniformes humanos e caninos, canções, etc.



Figura 5 - Montagem com brasões de canis policiais, postado com a seguinte legenda: "Matilha K9 do Brasil: Algumas unidades". Fonte: Instagram do BPCães<sup>82</sup>

Cães *K9* são, acima de tudo, animais de trabalho. Essa condição lhes confere um estatuto diferente daquele dos animais de estimação. O discurso dos *cachorreiros* define as características dos cães de trabalho, quase sempre, em oposição aos cães *pet*, como se fossem pares dicotômicos opostos.

---

<sup>81</sup> Disponível em <<https://www.radiocacula.com.br/noticias/policial/titulo-principal-22-07-2020-20>> Acesso em: 01/10/2020

<sup>82</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CEMudgpDYnz/>> Acesso em: 01/10/2020

### 5.3 - O BPCães/PMDF



Figura 6 - Brasão do BPCães  
Fonte: Twitter<sup>83</sup>

"Junto a nós vive o cão fiel amigo!" Lema do BPCães

A Polícia Militar do Distrito Federal, fundada<sup>84</sup> em 25 de junho de 1966, utiliza de cães em suas atividades desde 1968. Este trabalho insipiente resultou na criação do Pelotão de Policiamento com Cães (PPCães) em 10 de março de 1971, como parte da Companhia de Operações especiais (COE). Com o desenvolvimento destas modalidades de policiamento, e também pela expansão estrutural da própria PMDF, o pelotão foi desmembrado do COE, formando então a Companhia de Policiamento com Cães (CPCães), então parte do Batalhão de Operações Especiais (BOPE). Em 2011 esta companhia torna-se independente do BOPE e passa a ser nomeada como Batalhão de Policiamento com Cães (BPCães).

O BPCães foi o primeiro canil policial a ganhar o status de batalhão entre as polícias militares do Brasil (NOGUEIRA, 2015). Este fato foi comemorado pelos policiais do BPCães como uma conquista, refletida em maior autonomia de seu trabalho e, também, em reconhecimento por este mesmo trabalho (OLIVEIRA NETO, 2016). Segundo relato do pesquisados, ao se tornar batalhão, o canil da PMDF aumentou seu quantitativo de recursos humanos e materiais, como equipamentos de treino, viaturas adaptadas, e recursos para cursos e treinamentos.

---

<sup>83</sup> Disponível em: <<https://twitter.com/bpcaespmdf>> Acesso em: 15/11/2019

<sup>84</sup> Um breve histórico da formação da PMDF está no tópico 3.1



Durante as entrevistas ficou claro que o desenvolvimento do canil caminhou paralelamente ao desenvolvimento técnico que ocorreu em seu quadro de pessoal. Na década de 1990, policiais do BPCães foram enviados para outros estados e outros países em busca de inovações das técnicas de treinamento, condução e uso dos cães. Após realizar curso na Polícia Militar de Minas Gerais, alguns policiais trouxeram a técnica de uso dos cães na busca e captura de suspeitos foragidos em áreas de difícil acesso, como regiões de mata. Outros policiais, que foram para o Chile e Colômbia, trouxeram também as técnicas de uso de cães em detecção, a partir do faro. Segundo Nogueira (2015) policiais do BPCães já realizaram cursos no Canadá, Alemanha, Chile, Colômbia, Equador e Israel, como também no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

Atualmente o BPCães fica sediado no Setor Policial Sul. Suas instalações fazem parte do complexo que, antes de 2011, era chamado de Bopão. A estrutura do canil pode ser apresentada a partir da imagem de um quadrilátero. Uma de suas faces é composta por dois vestiários, uma área administrativa, um depósito de armas e equipamentos e um depósito de rações. Em uma das faces perpendiculares a esta estão algumas baias nas quais os cães ficam alojados, um ao lado de outro, com sua frente voltada para o centro do quadrilátero. Na outra face perpendicular fica o refeitório/sala de descanso, o consultório veterinário e mais algumas baias. A face do fundo é a cerca que dá acesso à área de *besoin*<sup>85</sup>, treinamento e socialização dos cães. No centro do quadrilátero, em chão de terra, ficam algumas árvores, uma delas uma enorme jaqueira, e, sob elas, mesas de concreto sobre as quais os policiais dão banho e rasqueiam seus cães.

No período em que realizei as entrevistas de campo, nos anos de 2018 e 2019, ocorria uma grande reforma no canil. As instalações da parte administrativa passaram por reforma no acabamento, melhorando principalmente sua dimensão estética. Já a parte funcional, principalmente as baias dos cães, estava sendo demolida para ser reconstruída em um novo modelo. Esta reforma complementava outra que ocorreu enquanto fiz a etnografia da minha dissertação de mestrado, em 2015, momento em que foi construído um vestiário e banheiros femininos.

---

<sup>85</sup> O vocabulário técnico dos cachorreiros possui muitos termos em outras línguas, resultado principalmente da realização de cursos fora do Brasil. O termo *besoin*, do francês, significa necessidade, e é utilizado pelos cachorreiros para nominar o momento de levar o cão para fazer suas necessidades fisiológicas, o que é feito no campo de treinamento aos fundos do canil.

Sobre o efetivo canino, quando da realização do trabalho de campo, o BPCães contava com um contingente de 48 cães, sendo 26 Pastores Belga de Malinois, 14 pastores mestiços de Alemão com Belga de Malinois, 4 labradores, 1 Rotweiller e 1 Pastor Alemão.

O trabalho de policiamento e operação do Batalhão é dividido entre quatro equipes, que trabalham em turnos de 24/72 horas, que se iniciam às 7 horas da manhã, e são comandadas, cada uma, por um oficial. A rotina destas equipes se inicia, para a maior parte dos policiais, com cada um levando seu cão para o *besoin*, seguido de exercícios físicos. Na parte da manhã as equipes fazem treinos com seus cães dentro e fora do batalhão, por ser o momento com menor intensidade do sol. As demandas de policiamento chegam através de ordens de serviço, seja com antecedência, seja de urgência. Quando isso ocorre, a equipe interrompe o treinamento que estiver fazendo, se reúne, decide quais cães levar, se equipa e parte para atender à demanda.

Já o trabalho de treinamento e manutenção dos cães é feito pela equipe de treinamento. Esta equipe trabalha na escala 12/24, exceto seu comandante, que trabalha de segunda a sexta nos turnos da manhã. A escala diferenciada deste policial se deve principalmente ao trabalho com os filhotes, que deve ser diário.

Existe também a equipe de veterinárias e auxiliares, sendo estes últimos os responsáveis pelo trabalho básico com os cães, como alimentação, limpeza diária das baias e dos recipientes de alimentação, manutenção dos equipamentos de treino, e outros serviços como passar a vassoura de fogo<sup>86</sup>. No BPCaes observei uma presença constante das veterinárias na rotina de treinos e trabalho dos policiais.

---

<sup>86</sup> Processo de higienização das baias para controle de pulgas e carrapatos no qual se utiliza um maçarico para lançar fogo nas paredes, teto e chão dos recintos.

## 5.4 – A Companhia de Cães de Salvamento do BBS/CBMDF



Figura 7 - Brasão da Companhia de Busca e Salvamento com cães do BBS/CBMDF. Fonte: Instagram do canil do BBS

BBS, BBS, és o orgulho da nossa corporação,  
Com sua equipe adestrada para enfrentar  
O inimigo em ação.  
Seja na terra, seja na água, seja no ar,  
O BBS está pronto pra salvar.  
Combater é a nossa missão, o perigo iminente  
Contra a população.  
Dia e noite sempre alerta,  
O BBS com a sua guarnição  
Para atender com presteza  
Com muito amor, muito carinho no coração.  
Seja na terra, seja na água, seja no ar,  
O BBS está pronto pra salvar.  
Combater é a nossa missão, o perigo iminente  
Contra a população.  
Hino do BBS<sup>87</sup>

O trabalho com cães no CBMDF<sup>88</sup> é feito pela Companhia de Busca e Salvamento com Cães, que integra o Batalhão de Busca e Salvamento<sup>89</sup>. Tem proporções pequenas se comparado ao canil da PMDF. É composto por uma estrutura única, localizada na parte lateral direita do complexo do BBS, na Vila Planalto. Sua estrutura contém dez baias, cinco de cada lado, uma virada para a outra, ao lado da sala administrativa e do vestiário. Existe também um pequeno quarto com beliches e um banheiro, além de um depósito.

---

<sup>87</sup>Disponível em <<https://www.cbm.df.gov.br/16-perguntas-frequentes-sobre-atendimento-na-area-de-saude/16-cancao-do-1-batalhao-de-busca-e-salvamento>> Acesso em 08/10/2019

<sup>88</sup> Inicialmente chamado de Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (1960), apenas em 1971 passa a se chamar Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal, por decreto presidencial.

<sup>89</sup> Em 1992 o GBS passa a ser Batalhão de Busca e Salvamento (BBS), porém ainda hoje as indicações de placas e prédios constam como GBS e, tanto entre os bombeiros quanto nas mídias, é comum ainda utilizar a denominação GBS para este quartel.



Figura 8 - Imagem aérea do BBS na qual aparece parte do canil, no canto superior direito da imagem. Fonte: Perfil do canil no Instagram<sup>90</sup>

O contingente que trabalhava neste canil à época da pesquisa de campo, era composto por 14 bombeiros, que se dividem em escalas de 24/72 horas, e um bombeiro que cumpre a escala de 8 horas por dia, responsável pelas demandas burocráticas do canil. Todos foram formados no ‘Curso de Busca, Resgate e Salvamento com Cães’ (CBRESC), oferecido pelos próprios *cachorreiros* do canil. Este curso tem duração de aproximadamente três meses, um dos mais longos do CBMDF. Mas parte dos bombeiros que lá trabalham já possuem cursos em outros canis, como no canil do exército. Além disso, é recorrente a realização de treinos em conjunto com outras unidades de trabalho com cães, como com o GOC da PRF. Cabe destacar que o curso (CBRESC) não é requisito para ingressar no canil, mas para conduzir os cães nas atividades. Alguns dos *cachorreiros* que entrevistei fizeram cursos depois de já estarem lotados no canil.

Quando realizei as entrevistas, o canil contava com nove cães em seu plantel. Destes, cinco são Labradores, dois são Pastores Alemães e os outros dois são Pastores Belga de Malinois. Durante as entrevistas, com o colapso da barragem em Brumadinho/MG, quatro deles foram levados para trabalhar na busca pelos corpos no lamaçal.

---

<sup>90</sup> Disponível em <<https://www.instagram.com/p/B9RSZt-HInR/>> Acesso em: 19/09/2020

Neste canil os cães são utilizados nas tarefas de busca de pessoas perdidas, principalmente nas regiões de mata, e para a busca de corpos, sejam soterrados, enterrados, ou submersos. Por isso seus cães são chamados de cães de salvamento. Além da tragédia em Brumadinho, o canil atuou em outras situações de desastres ambientais e catástrofes, como na queda do Voo 1907 da Gol, em 2006, e nos deslizamentos de terra no Rio de Janeiro em 2015.

Segundo os bombeiros entrevistados, a demanda que atendem com maior frequência é a de pessoas perdidas, principalmente no Parque Nacional de Brasília e em outros locais frequentados por ciclistas e trilheiros. Além disso, os serviços do canil são regularmente requisitados para colaborar com a Polícia Civil<sup>91</sup> na busca de corpos perdidos, com destaque para corpos enterrados, tarefa difícil sem a ajuda do faro dos cães.

Outro trabalho realizado, que possui grande destaque entre os *cachorreiros*, mas que ocorre com menor frequência, é o de busca por corpos submersos, em casos de afogamento ou de desova de corpos no lago Paranoá. Os entrevistados ressaltaram que tanto a técnica de treinamento dos cães para esta atividade, quanto os equipamentos utilizados nestes treinamentos, foram desenvolvidas por eles mesmos, a partir da adaptação de práticas e técnicas que aprenderam em cursos fora do canil.

Em 2020 teve início a construção das novas instalações para o canil do BBS, que era uma demanda antiga dos *cachorreiros*. Frequentemente o discurso dos entrevistados associa a precariedade de estruturas do canil à falta de reconhecimento de seu trabalho. Neste sentido, a recíproca se mostra verdadeira, e a aprovação do projeto de construção me foi relatado nas entrevistas como resultado do sucesso do trabalho e do seu reconhecimento pelo Comando Geral.

---

<sup>91</sup> Atualmente a Polícia Civil do DF possui canil e equipe própria para o trabalho com cães.

## Parte III – Análise dos dados

### Capítulo 6 – Representações sobre cães policiais

Eu gosto muito de cachorro vagabundo  
Que anda sozinho no mundo  
Sem coleira e sem patrão  
Gosto de cachorro de sarjeta  
Que quando escuta a corneta  
Sai atrás do batalhão  
E até mesmo entre os caninos  
Diferentes os destinos  
Costumam ser  
Uns têm jantar e almoço  
E outros nem sequer um osso  
De lambuja pra roer  
E quando passa a carrocinha  
A gente logo adivinha a conclusão  
O vira-lata, coitado  
Que não foi matriculado  
Desta vez "virou"... sabão  
(Cachorro Vira-Lata<sup>92</sup>)

---

<sup>92</sup> (ALBERTO RIBEIRO. Cachorro Vira-Lata. Odeon: 1937. (2:51))

## 6.1 - A representação do cão policial como ferramenta de trabalho.

Dentre as representações sociais sobre os cães policiais, uma das principais é a representação do cão enquanto ferramenta. O discurso dos *cachorreiros*, tanto nas entrevistas quanto nas conversas informais, é repleto de elementos dessa representação. O que mais me foi dito é que os cães podem ser ferramentas de alta eficiência caso treinados e utilizados corretamente. Nesse caso, ocupam a posição de objetos, algumas vezes como (mais) uma arma do policial. Normalmente esse era o discurso dos que atuavam com busca e captura, com rondas ostensivas e controle de distúrbios civis. Já os que trabalhavam com faro normalmente utilizavam o termo ferramenta para se referir aos cães.

Cabe lembrar que os cães de trabalho não são os únicos a serem representados como ferramentas. Como já foi dito, essa representação é a mais patente nos animais de trabalho em geral. Em estudo sobre a relação entre humanos e cães pastores, Barreto afirma:

Novamente temos o destaque do auxílio dado pelos cães, que podem realizar sozinhos e com rapidez tarefas que ocupariam bastante as pessoas, como conduzir um rebanho de ovelhas. Nosso interlocutor ressalta que com o cão não é necessário ir até o rebanho nem ficar perambulando a cavalo, pois ele o traz e sem machucar, apenas dando uma mordida de alerta se necessário. [...] Seu Dinarte utiliza o termo “ferramenta” para designar o cão. [...] As pessoas aqui retratadas veem seu cão pastor como uma poderosíssima ferramenta e lhe estimam como a um bom peão campeiro. (BARRETO, 2015, p. 48-49)

De acordo com Sanders: *“The patrol dog is, most basically, a law enforcement tool that like the gun or nightstick, symbolizes police authority (...), is employed to threaten or do violence to unruly civilians, and offers protection in the face off danger (...).”* (SANDERS, 2007, p. 28). Nos canis estudados os cães são representados como ferramentas para três funções: detecção de substância, uso da força e relações públicas. Na função de detecção, o faro é instrumentalizado; no emprego da força, como ato ou potência, é principalmente a mordida que é instrumentalizada. Já na função de relações públicas o cão é uma ferramenta de comunicação e interação.

Hoje eu digo que o cão, dentro da atividade policial, é uma ferramenta essencial. Talvez ela seja a mais completa, dentro da atividade policial para a busca de entorpecentes, explosivos, e até encontrar infratores homiziados em locais ermos, em locais de edificações. (*Cachorreiro* 11- policial)

Recebemos muitos acionamentos quando existem fugas *né*, de indivíduos que estão sob a custódia da polícia civil, ou até depois de praticar algum delito. Então eles se evadem, seja dentro de um mato, seja dentro de alguma outra região. Então você usa o cão *pra* auxiliar a encontrá-lo. E a detecção são pontos de drogas específicos, às vezes escondidos, não são vistos pelo policial a olho nu. Então o cão é uma ferramenta essencial *pra* encontrar esse tipo de substância. (Cachorro 10 - policial)

Eu acho que a ferramenta, o cão a gente fala assim que é uma ferramenta pra atividade policial, de alto desempenho. Então quanto mais *aprimoração* dessa ferramenta que nós temos, mais lapidada ela é, mais nós conseguimos proporcionar um trabalho de excelência para o desempenho na área de segurança pública. (Cachorro 11 - policial)

É igual o revólver. Eu gosto muito de comparar o cão com o revólver *né*. O policial quando tá armado, ele não fica aí com a arma na mão, exibindo, e a pessoa, *ah*, deixa eu tirar uma foto com a sua arma, deixa eu pegar na sua arma, deixa eu alisar sua arma, não. O cão aqui na polícia é uma arma. É um ser vivo, por isso ele exige muito mais cuidado, muito mais responsabilidade, porque não dá pra trocar peça. Você tem que cuidar porque se a peça estragar vai ser de difícil reposição. Mas ele é uma arma, e a gente não fica mostrando armas *né*. A gente cuida muito bem dessa arma e, usou, guardou. Não tem que ficar mostrando. (Cachorro 20 - policial)

Nos trabalhos de ronda, controle de distúrbios e, principalmente, de busca e captura, os cães são instrumentalizados como armas, num sentido próximo daquilo que Arluke chamou “*weaponized*” (ARLUKE, 2003, p. 35) ao tratar dos *pit bulls* de gangues norte-americanas. Segundo o autor, esses animais são instrumentalizados como armas por seus tutores para compor o sistema de segurança das gangues, para amedrontar curiosos, para carregar as drogas escondidas em suas coleiras ou mesmo para engoli-las no caso de batidas policiais.

Já no trabalho de detecção os cães não são especificamente armas, mas detectores, como os magnéticos utilizados para identificar objetos de metal, mas que detectam substâncias específicas através de seu odor. Como me disse um policial rodoviário durante pesquisa de campo do mestrado, ter um cão de detecção de drogas é como *ter óculos de raio-X*, pois permite *enxergar dentro das coisas*. Se os bovinos criados para produção de carne são como máquinas que produzem proteína (LEWGOY; SORDI, 2012), os cães detectores são máquinas que detectam odores<sup>93</sup>.

---

<sup>93</sup> The patrol dog, in essence, is a tool (or weapon) used by the police officer. For the most part, the dog’s [...] behavior is determined by the officer’s evaluation of the immediate situation and his or her tactical decisions. Like a hammer driving a nail or a knife slicing an apple, the dog is expected to perform the task determined by the sentient/thoughtful/calculating actor employing the dog/tool. (SANDERS, 2007, p. 29)



### *Cães como armas*

A representação do cão policial como arma está relacionada com funções da atividade policial em que o cão é instrumento de uso da força. Apesar do uso de cães por policiais remeter ao século XIX, foram os cães de guerra que sobreviveram à Segunda Guerra que preencheram, em sua maioria, os canis policiais de seus países de origem, impulsionando as formas de policiamento com cães a partir de recursos técnicos e animais. Nesse sentido, a representação dos cães como ferramenta do trabalho policial é herança das representações sobre os cães de guerra. Aqui cabe destacar que os cães utilizados pelo exército brasileiro ainda são chamados de cães de guerra.

O canil do Batalhão da Polícia do Exército, já citado anteriormente, é uma Seção de Cães de Guerra. Os cães desse canil realizam funções semelhantes às dos cães policiais, principalmente as de detecção de substâncias. Muitos *cachorreiros* das instituições de segurança pública que conheci mantinham contato com os *cachorreiros* do exército, alguns tendo realizado cursos de formação na Seção de Cães de Guerra. As semelhanças entre os cães de guerra e os cães policiais são evidentes: ambos integram estruturas organizações militares e culturas militares, ambos atuam em situações de risco e ambos são instrumentalizados, entre outras formas, como armas.

Mas existe também outro evento histórico, anterior às guerras modernas, no qual os cães foram empregados como ferramentas militares, que foi o uso dos cães ferozes nos processos de colonização. A eficiência destes cães se destacou a tal ponto que alguns deles obtiveram fama entre os colonizadores, recebendo condecorações oficiais<sup>94</sup> e portando armaduras e adereços que os diferenciavam dos demais. Muitos desses eram conhecidos pelos próprios nomes (VANDER VELDEN, 2018)<sup>95</sup>.

Os cães usados pelos colonizadores espanhóis, chamados de *perros de sangre* (GORRELL, 2003), marcam o início da instrumentalização desses animais para a sujeição das populações indígenas. Embora tenha sido empregado de forma mais sistemática pelos

---

<sup>94</sup> Receber condecorações, participar de rituais militares e ser reconhecidos por sua eficiência enquanto máquinas de guerra são situações pelas quais os cães policiais dos cachorreiros estudados também passam.

<sup>95</sup> Alguns cães alcançaram grande fama, ganharam nomes (que os fizeram e fazem ser lembrados), patentes e aposentadoria e foram celebrados por seus bons serviços militares, por sua força e por sua fama como devoradores da carne humana dos nativos – *perros carniceros cebados en los indios [...]* ou *perros de presa [...]*. Esse foi o caso dos mastins espanhóis Becerrillo, Bruto e Leoncico, partícipes ativos da expansão colonial ibérica em terras americanas. Leoncico, por exemplo, acompanhou o adelantado Vasco Nuñez de Balboa na conquista do Panamá, no século XVI. (VANDER VELDEN, 2018, p. 1-2)

espanhóis que pelos portugueses, o uso desses animais perdurou como uma prática recorrente até o século XX<sup>96</sup>.

Apesar do medo e do terror causado pelos cães dos colonizadores, a espécie foi rapidamente absorvida pelas populações nativas, muitas vezes também enquanto ferramentas, ou para a caça de outros animais como fonte de alimento (VANDER VELDEN, 2018). Ou seja, os cães representados como armas – como os cães policiais utilizados nas funções de busca e captura, ronda e controle de distúrbios – estão presentes na história do Brasil seja para o combate, seja para a caça.

### *Cães como ferramentas-máquinas*

A representação dos cães como ferramentas traz ambiguidades que, sob o olhar sociológico, contribuem para a compreensão do estatuto do cão policial, assim como da atividade policial e da relação entre *cachorritos* e seus animais. Talvez a ambiguidade de maior destaque, tanto nos dados coletados no trabalho de campo quanto na revisão da bibliografia sobre a relação humano-animal, seja a o fato de que o animal de trabalho é, ao mesmo tempo, uma ferramenta, um objeto e um ser senciente (COULTER, 2016, SANDERS, 2000; 2006b; 2007). De acordo com Sanders (2006b), “*Dogs [...] and other service animals are regarded both as “objects” that serve, protect, and assist and as individual companions with whom one interacts and develops a shared emotional bond*” (p. 13).

A posição de ferramenta tem implicações práticas na realidade dos *cachorritos* e dos cães policiais. Por exemplo, “*Patrol dogs are regarded overtly as occupational tools – useful in a variety of situations but, ultimately, expendable and replaceable*” (SANDERS, 2007, p. 31). Os cães são ferramentas com alto custo de investimento e de manutenção. Comprar cães de criadores do setor privado é burocraticamente complicado, principalmente por causa dos valores desses animais, e o custo de manutenção deles –

---

<sup>96</sup> Tais usos perversos de cachorros de caça contra grupos indígenas, por fim, teriam continuado século XX adentro, e até bem recentemente. O uso violento de cães nas relações com povos nativos foi registrada, por exemplo, entre os Suruí-Aikewara no Pará, nos anos 70 [...], e nas dramáticas experiências dos Avá-Canoeiro ainda sem contato, perseguidos, na região do Araguaia, por homens a cavalo e seus cachorros de caça até o início da década de 1970 [...]. (VANDER VELDEN, 2018, p. 2)

alimentação, cuidados veterinários, estruturas e moradia e treinamento – também é elevado.

O principal fator que direciona a relação dos humanos com os animais de produção e com os animais de trabalho é a relação custo-benefício, normalmente medida em termos financeiros. No caso do trabalho com cães policiais, não apenas os custos de investimento e manutenção são levados em consideração, como também o tempo e a força de trabalho despendidos no treinamento dos humanos e dos animais. Como me disseram alguns *cachorritos*, “*o cão tem que valer a ração que ele come*”. Segundo Digard:

[...] o animal de trabalho perde a possibilidade de se nutrir sozinho; ele deve, pois, não somente ser alimentado, como também ser alimentado de maneira proporcional à energia que ele gasta trabalhando. Seu alimento deve ser recolhido, por vezes cultivado, condicionado e estocado pelo Homem. Por conseguinte, para ser rentável, “o animal de trabalho deve produzir mais trabalho que sua forragem consome do trabalho humano”. (DIGARD, 2012, p. 207)

Aqui percebemos uma diferença entre a relação com cães de trabalho e a relação com cães *pet*. Obviamente os custos que envolvem a criação de um animal de estimação são elementos que impactam na relação entre ele e seu tutor humano, pois, como lembram Segata (2012) e Gaedte (2017), a disponibilidade de recursos financeiros condiciona as possibilidades de ação dos humanos para com seus animais. Porém, para os cães de trabalho, se a relação custo-benefício for negativa, isso normalmente representa a dispensa daquele cão do trabalho, enquanto que, para os cães *pets*, são elaboradas outras estratégias para resolver essa questão (GAEDTKE, 2017).

O principal motivo para a diferença entre a forma de pensar os custos do animal de trabalho e do animal de estimação possivelmente está relacionado com a representação dos cães de trabalho como ferramentas. Isso porque essa representação modifica o processo de individualização dos cães policiais em relação aos cães de estimação. Segundo Segata: “*ver o animal como um ser singular, dotados de qualidades particulares, diga-se subjetivas, experienciais, era uma dar chaves que acionava vários investimentos, e que trazia, igualmente, diversos custos.*” (SEGATA, 2012, p. 113).

Diversos estudos têm tratado das relações de consumo para/de *pets* (BAPTISTELLA, 2016; MAZON; MOURA, 2017; OLIVEIRA, 2006; OSÓRIO, 2019; TOMA, 2017, dentre outros), abordando temas como a alimentação, os cuidados médicos e o comércio de filhotes. Esses trabalhos convergem ao indicar a representação dos animais

de estimação como indivíduos, tanto no papel de familiares ou de amigos/companheiros, como elemento mobilizado pelo mercado para agregar valor simbólico a produtos e serviços.

No caso dos cães de trabalho, é sua condição enquanto objeto que direciona as relações de consumo. A alimentação é pensada a partir do valor nutricional, e independe das preferências individuais que os cães possam ter. A estrutura de moradia também é pensada para condicionar os animais para o trabalho. Assim, as baias devem ser espaçosas o suficiente para que os cães consigam descansar, mas pequenas o suficiente para evitar que, enquanto enclausurados, os cães gastem energia se movimentando.

Além dos custos de manutenção o trabalho policial com cães demanda equipamentos, como viaturas adaptadas para seu transporte e equipamentos de treinamento que vão desde mordedores até caixas de odor. Novamente o consumo está voltado para a condição de ferramenta dos cães, e não de sua condição enquanto ser senciente.

A outra característica dos cães enquanto ferramenta de trabalho apontada por Sanders (2006b) é serem substituíveis. Quando um cão perde sua eficiência e torna-se inapto para a condição de cão policial, precisa ser substituído rapidamente para que sua falta não afete a capacidade operacional do canil. Desse fato decorrem algumas implicações importantes.

Em primeiro lugar, os *cachorreiros* precisam de estratégias para a obtenção de cães com potencial aptidão para o trabalho. Como foi citado há pouco, o custo desses animais no setor privado é elevado, o que limita essa forma de obtenção de cães. Restam então duas outras formas, a reprodução interna e o recebimento de doações. A reprodução interna é uma estratégia que se mantém nos dois canis pesquisados. Apesar de ser uma forma de produzir novos cães que não acarrete grandes gastos, ela é limitada pelas exigências biológicas e comportamentais que orientam a seleção dos filhotes com potencial para o trabalho. O mesmo fator que torna elevado o custo dos cães de canis privados é o que limita a produção interna dos canis.

A última forma de obtenção de novos cães é o recebimento de animais doados. Os dados coletados sugerem que os motivos que levam à doação desses animais por seus tutores é a manifestação de agressividade e a impossibilidade de prever o comportamento dos cães. São, em sua maioria, cães representados como perigosos por algum episódio de violência. Embora integre o conjunto de requisitos que define quais cães possuem

potencial para o trabalho e quais não, a agressividade por si só, ainda mais desmedida ou descontrolada, não é indicadora de aptidão. Muitos dos animais recebidos por doação, possivelmente a maior parte deles, não se mostram aptos para trabalhar e são dispensados.

O fato de os canis ainda receberem cães de doação, apesar do baixo aproveitamento dos animais obtidos por essa forma, reflete, por um lado, o contexto de escassez de recursos para obtenção de novos animais e, por outro, a escassez de oferta de cães de trabalho como mercadoria.

Outra ambiguidade presente na representação do cão como ferramenta é a necessidade de manutenção de sua funcionalidade. Os cães precisam estar em constante treinamento e aprendizado para que mantenham suas aptidões profissionais. Isso implica uma rotina quase diária de treinamentos, que, enquanto atividade geral, são chamados pelos *cachorreiros* de atividades de manutenção. Por serem sencientes, os cães podem tanto aprender quanto desaprender, o que significa que o risco de que algum acontecimento os torne inaptos para o trabalho seja uma constante em sua carreira.

As atividades de manutenção servem então para manter a previsibilidade do comportamento dos cães<sup>97</sup>, o que nos leva a um dispositivo específico que integra o treino dos animais. Os cães policiais precisam ser ativáveis e *desativáveis*, como se possuíssem um botão de liga e desliga (SANDERS, 2006b; 2007). Esse dispositivo comportamental é necessário para que o cão diferencie os momentos de trabalho dos momentos de não trabalho, pois a esses momentos distintos incidem expectativas distintas sobre os cães. Para as funções que incluem o morder, a confiança do *cachorreiro* de que o cão só vai trabalhar quando ordenado é ainda mais importante. Segundo Sanders: “*For patrol dogs, the ideal is that the training process produce a ‘push button dog’ [...] who will always, and unhesitatingly, obey the handler’s commands.*” (SANDERS, 2007, p. 29).

Observei que, antes de *ligar/ativar* os cães, ou seja, de dar o comando efetivo para iniciar o trabalho, os *cachorreiros* excitavam os animais sinalizando a eles que iriam trabalhar – nesse caso, ou treinar ou atender ocorrências reais. Segundo me foi relatado, os cães deveriam ser estimulados desde o momento da saída das baias, o que o deixaria com mais vontade, com mais energia, ou, segundo o discurso dos interlocutores, “*com o drive lá*

---

<sup>97</sup>As objects, dogs are subjected to behavioristically modeled training processes intended to mold their behavior so that they will “behave” in acceptable and predictable ways. As sentient individuals, on the other hand, dogs are primarily taught in the context of a developing relationship in which the animals learn expectations and roles so that they act in “appropriate” ways.” (SANDERS, 2006b, p. 12)

*no alto*". Esse primeiro estímulo era tanto vocal quanto corporal: os *cachorreiros* retiravam seus cães das baias repetindo frases como "*vamos trabalhar campeão, bora, bora*", ou "*quem quer trabalhar? Vamos trabalhar? Vamos morder bandido, vamos?*", ao mesmo tempo em que batiam palmas, ou davam leves palmadas no lombo dos animais ou nos próprios corpos.

Os efeitos desse estímulo inicial eram notórios. Os cães demonstravam um grande aumento da excitação, movimentando-se cada vez mais intensamente em volta de seus condutores, algumas vezes indo sozinhos para o estacionamento das viaturas ou para as pistas de treino. Esse é um momento considerado de risco, pois, pela excitação de querer trabalhar, mais ainda sem um direcionamento específico, os cães ficam menos previsíveis, podendo morder um condutor descuidado ou pouco experiente.

A ativação efetiva do cão ocorre quando, nos termos dos *cachorreiros*, o cão é "*lançado*". Lançar o cão então é ativá-lo para o trabalho, para "*fazer a busca*". Nas atividades de detecção e de busca e captura que pude observar, o lançamento do cão é feito pelo comando vocal "*busca*", seguido da condução do animal pela guia, no caso de animais que trabalham presos – conduzidos com guia durante as buscas – ou de sua soltura da guia no caso dos que trabalham soltos – livres das guias e apenas acompanhados de perto pelos condutores. A partir desses sinais, os cães iniciam o trabalho.

As demandas de previsibilidade e infalibilidade presentes na representação dos cães como ferramentas remetem, novamente, à representação social dos animais enquanto máquinas, e entram em conflito com a inconstância e fluidez de sua condição senciente. Seres sencientes não possuem a regularidade performática de máquinas. Por serem ferramentas vivas, pensá-las exclusivamente como máquinas a serviço do humano não ampara uma compreensão sociológica de todo o conteúdo social que as envolvem. Em seu trabalho, Barreto também se depara com essa (um tanto óbvia) questão:

Já na zona pastoril de pecuária extensiva o cão é um ator fundamental no manejo dos animais de produção. Seu trabalho arrebanhando bois e ovelhas possibilita, em um primeiro momento, vê-lo como uma ferramenta a serviço dos homens. Um olhar mais atento percebe que o conceito de ferramenta é limitado, já que sua ação no pastoreio é demasiado autônoma, ainda que sob a vigilância humana. Não caberia reduzi-lo a uma mera função, contudo o âmbito prático envolvido é sobremaneira importante, estando a companhia em segundo plano. (BARRETO, 2015, p. 38)

O trabalho com animais coloca os humanos em contextos de interação interespecie contínua e íntima, o que abre espaço para a percepção individual de que aqueles animais tratados como ferramentas possuem características que não são de objetos. Thomas (2010) relata como os criadores de cavalos acreditavam que estes animais possuam “memória, imaginação e juízo.” (THOMAS, 2010 p. 179). Pastoureau (2015) afirma que mesmo nos contextos históricos em que os animais eram vistos como máquinas pela maior parte da sociedade, já existiam aqueles que estabeleciam vínculos afetivos e comunicação elaborada com os que mantinham em casa.

Os dados coletados atestam: cães policiais são ferramentas, mas tal definição não é suficiente para que se avance na compreensão sociológica proposta nesta tese. E se podemos assumir que é consensual entre os *cachorreiros* a condição instrumental de seus animais, podemos dizer que também admitem de modo consensual que seus cães não são *pets*.

## 6.2 - Cães policiais não são pets

Toda identidade exige alteridade (BECKER, 2008; DUBAR, 2009; PORTO, 2010). Ou seja, indivíduos ou grupos necessitam de outros para confirmar ou reafirmar a própria identidade. Algo semelhante também ocorre com as categorias que o ser humano utiliza para representar os animais. Em certo sentido, poder-se-ia dizer que os animais selvagens são como o *alter* dos animais domésticos, e, pelo discurso dos entrevistados, os cães de trabalho não são caos *pet*.

Nos subcapítulos acima, tratamos de representações sobre o que os cães são. Vimos que, enquanto animais, eles são domésticos. Vimos também que, pelo discurso científico moderno, são inferiores aos humanos, por diversos motivos. Por fim, apesar de serem seres vivos, são representados como máquinas. Neste subcapítulo a análise recai sobre o que, para os *cachorreiros*, o cão policial não é – ou não deveria ser – que é um cão *pet*.

Ao definir características que diferenciam os cães de trabalho dos de companhia, os *cachorreiros* utilizam representações sociais diferentes, mas que, em suma, tratam de um mesmo objeto, que é o cão. Essa é uma característica das representações sociais. Em contextos sociais diferentes podem ser produzidas e reproduzidas diferentes representações sobre um mesmo objeto, e o contexto dos cães de trabalho em muito se diferencia daquele dos cães de estimação.

Enquanto representações, as categorias animal de trabalho e animal de estimação são construtos sociais. Ou seja, não são definições intrínsecas aos animais, não compõem uma suposta essência deles. Pelo contrário, são estatutos nos quais os animais são colocados pelos humanos<sup>98</sup>, e que passam a conduzir as formas de agir, de pensar e de sentir para com eles.

Analisar a representação de que os cães de trabalho não são *pets* permite trazer à tona como os entrevistados definem o que é – ou o que deveria ser – o cão policial:

---

<sup>98</sup> Nenhum animal é, por essência, um pet. [...] No entanto, pelo menos duas espécies parecem mais fortemente associadas a essa categoria: cães e gatos são aqueles que entraram de forma mais inequívoca na esfera de afeto humana. Conforme [...] estes dois espécimes vem passando por um processo de antropomorfização que, embora questionável, mudou a qualidade da relação entre homens e animais. Outrora, o pouso comum de cães e gatos era a rua para uns, o telhado para outros; atualmente houve um notável aburguesamento das espécies caninas e felinas, a partir do momento que passaram a “animais de companhia”. Os que não usufruem de um tal estatuto social são marginalizados: não passam de vadios, rafeiros, vagabundos, vira-latas. Os “afortunados” – atribuição abusiva por não levar em linha de conta a “vontade” dos que julgamos que o sejam – compartilham com os donos de confortos e bonomias inimagináveis [...]. (BAPTISTELLA, 2015 p. 98)



São dois universos. Eu considero quase que cem por cento de diferença, porque no cão na minha casa eu faço carinho a hora que eu quero, eu beijo, abraço, passeio, dou comida, como se fosse quase que uma pessoa da família, não tem restrição. Aqui o cão ele precisa entender que ele precisa trabalhar. Apesar dele gostar muito do que ele faz, a forma de pagamento pode ser um carinho, pode ser uma comida, pode ser uma água, pode ser um brinquedo. Então a gente precisa deixar isso claro na cabeça dele, porque senão bagunça. Ele tem que saber que o prazer vem depois do trabalho. Então a gente não chega passando a mão, não chega fazendo festa, brincando. É todo um protocolo *pra* tentar preservar ao máximo o cão pra atividade que ele exerce aqui. Então é bem diferente. (*Cachorro 4 - policial*)

Eu tinha cachorro, mas assim, o cachorro doméstico, assim, de *pet né*, é diferente de cão de trabalho *né*. Existe toda uma diferença de treinamento, de trato com o cachorro, assim, coisa assim que você chega assim querendo tudo passar a mão, brincar, e não é assim *né*. Existe um *time*, um tempo pra cada coisa que você faz dentro do treinamento. E aí assim, eu gostei muito, mas eu me achei um pouco distante da realidade que eu conhecia de cachorro. (*Cachorro 7 - bombeiro*)

A construção da condição do cão de trabalho, em oposição aos cães de estimação, estabelece uma normativa: os cães policiais não devem ser tratados como *pets*. Essa normativa revela que, em algum momento, isso ocorre, e essa ocorrência gera efeitos considerados negativos para o desempenho do animal, como, por exemplo, torná-lo dependente de alguma prática específica de seu condutor para o trabalho, ou também a redução do *drive*, da vontade de trabalhar.

Quando pensamos nas representações genéricas sobre o cão, aquela que talvez seja a primordial é a dele como *melhor amigo do humano*. Possivelmente podemos dar ao cão o título de animal de estimação por excelência. Os cães correspondem à maior parcela dos animais de estimação no Brasil, o que corrobora com sua condição de preferido<sup>99</sup>.

Mas nem sempre foi assim. Vilá (2005) afirma que, provavelmente, a domesticação do cão consolidou os parâmetros para a domesticação dos outros animais, dando forma às técnicas utilizadas para tal. Entretanto, desde a Roma Antiga até os primeiros séculos da Idade Média, os cães eram vistos como animais traiçoeiros, violentos, e não como leais companheiros (THOMAS, 2010). Os primeiros pregadores cristãos também o tratavam como representantes da inferioridade animal, pois faziam suas necessidades biológicas sem

---

<sup>99</sup> Mas o cão era o preferido de todos os animais. Havia cães por toda a parte da Inglaterra do início dos tempos modernos: Fynes Moryson considerava que o país tinha proporcionalmente mais desses animais que qualquer outra nação. Com meio de proteger a propriedade privada, o mastim doméstico era muito mais importante do que o guarda da aldeia ou o Juiz de Paz, e mesmo a lei florestal, hostil a cães de propriedade particular, admiti a possibilidade de “vira-latas [...] que ladrassem em volta das casas a noite.” (Thomas, 2010, p.143)

nenhuma vergonha, assim como copulavam em qualquer lugar, à vista de todos (PASTOUREAU, 2015). Porém, no decorrer do medievo, os cães e outros animais domésticos começam a aparecer no imaginário religioso como companheiros de santos, ou como seus protegidos. De acordo com Thomas: “*O cão fora encarado como vil e desprezível, concordava Timothy Nourse em 1686, mas “a um exame justo”, seria visto como “o maior símbolo de virtude heroica”, notável por sua “fidelidade, gratidão e coragem”.*” (THOMAS, 2010, p.152). Ainda segundo o autor:

Mas foi no princípio dos tempos modernos que foram lançados os alicerces dessa obsessão pelos cães. No século XVIII o cão já era geralmente conhecido como “o mais inteligente de todos os quadrúpedes conhecidos”, e louvado como o “servo mais fidedigno e a companhia mais humilde do homem”. [...] A publicação de obras sentimentais sobre os cães só começou no século XIX [...]. Esse foi o período que presenciou a ascensão das exposições caninas (1859), a fundação do Kennel Club (1873) e a redação de inumeráveis poemas sobre cães com olhos humanos. (Ibidem, p. 153)

O uso dos cães variou para além das conhecidas funções de companhia e guarda. Já no século XVII, Thomas (2010) aponta para o uso de cães de faro para “*seguir o rastro de criminosos*” (THOMAS, 2010, p. 144), como também para o trabalho no campo, de pastoreio e como força de tração. O autor afirma que tropeiros e açougueiros também faziam uso do trabalho de cães em suas atividades. Mas não apenas estas categorias possuíam cães, e não apenas para trabalho<sup>100</sup>.

A polivalência da espécie canina permitiu que seus representantes se espalhassem por todas as regiões e sociedades, se adaptando a realizar também diversas funções. Nenhuma outra espécie conseguiu acompanhá-la com tamanho sucesso na integração da sociedade humana. Não que a relação entre humanos e cães possa ser considerada, de alguma maneira, melhor ou mais profunda que outras relações interespecíficas. Mas os cães evoluíram em uma diversidade enorme de raças, com portes e aptidões muito distintas umas das outras.

Porém, se no início de sua história compartilhada humanos e cães se relacionavam majoritariamente em contextos de trabalho, a partir da Modernidade estas formas de

---

<sup>100</sup> Por essa época dizia-se que é “raro o aldeão que não tenha seu cachorro”; e a população canina total era estimada em cerca de um milhão, dos quais a maioria era mantida mais para o prazer que por necessidade prática. [...] Na verdade, a posse de cães era generalizada: como salientou depois Adam Smith, as famílias mais pobres comumente podiam criá-los sem qualquer despesa extra. (THOMAS, 2010, p.148)

relação perdem espaço. Os animais de trabalho e de produção são deslocados para longe dos centros urbanos, e o fenômeno da criação de animais de estimação ganha força (LIMA, 2016; Thomas, 2010). Daí em diante, é plausível sugerir que a representação do cão como *pet* se torna a preponderante no senso comum. No discurso dos entrevistados, essa predominância aparece em dois momentos.

Em primeiro lugar, os *cachorreiros* relatam que a maior parte das pessoas enxerga os cães policiais como *pets* e, neste sentido, tende a tratá-los como tal:

Inclusive quando a gente leva os cães pra demonstração, assim, as pessoas vem sempre pegando assim: “Ah, que lindo, que fofinho”, que é o que todo mundo *né*, que é o conhecimento geral, age como se fosse *pet*. (*Cachorreiro 7 - bombeiro*)

Em segundo lugar, relatam que a maior parte dos policiais e bombeiros que demonstra interesse em trabalhar nos canis é motivada pela ideia de que gostam de cães de estimação e que por isso gostariam de trabalhar com cães policiais. Pelo espaço que ocupam na sociedade atual os animais de estimação, as representações sobre eles extrapolam seu próprio contexto de produção e circulação. Quando avançam sobre os cães policiais, possivelmente orientam condutas consideradas erradas, negativas, prejudiciais ao trabalho deles e de seus *cachorreiros*:

Eu vou te dar o meu exemplo. Eu chegava aqui, dava liberdade pro meu cão, e já saia pra caminha, pra exercitar um pouco. Mas aí eu vi que ele não ficava daquele jeito sabe, animado, com o drive alto. Então hoje, eu chego, levo pro *besoin*, e já embarco na viatura pra treinar. Sem brincadeira, sem conversa, sem ladainha, diferente de um cão *pet*. (*Cachorreiro 16 - policial*)

Pra ter efeito, *pro* cão ter um efeito, ele tem que ser tratado como um cão. O cão de trabalho é um caçador, é um caçador, pronto. Agora, se eu vejo ele como um *pet*, é o que? É: Ai, ele é meu melhor amigo, eu não vou por meu amigo pra fazer isso, ele tem que andar só comigo, ele vai fazer isso aqui só quando eu puder (risada). (*Cachorreiro 21 - policial*)

Os comportamentos considerados inadequados para a relação *cachorreiro*-cão policial são, em sua maioria, oriundos daqueles considerados antropomorfizados, ou, no termo mais utilizados pelos entrevistados, humanizados. Aqui surge outra representação oriunda do senso comum: cães de estimação são humanizados, ou seja, tratados como se fossem humanos. Em sua monografia de especialização, Nogueira, um *cachorreiro*, assim define a questão sobre comportamentos humanizados para com os cães:

Este tipo de tratamento mais humanizado acaba acarretando uma maior dependência do cão ao homem e diminui a potencialidade de seus instintos, fatores que são essenciais em um cão de trabalho ou um cão policial. Muitas pessoas esquecem que o cão é um animal e tentam humanizá-lo. O cão de trabalho é visto de outra forma, procurando-se ao máximo deixar “cã ser cão” e dessa forma utilizar os atributos e aperfeiçoamentos que a própria natureza deu para ele como o olfato apurado, seu instinto de caça e a energia natural do animal. O que o treinamento faz é exatamente elevar essas características para que o cão melhor atenda às necessidades da polícia. (NOGUEIRA, 2015, p. 20)

Aqui o conceito de domesticação de Digard (2012) é útil para avançarmos na análise das representações. Segundo o autor, a domesticação é um processo contínuo que exige ação cotidiana, sob o risco de os animais retornarem ao seu estado selvagem/natural – ou a parte dele. No caso dos *pets*, são diversas as estratégias dos tutores para evitar aquilo que Vianna (2015) chama de *animalidade animal*, ou seja, comportamentos relacionados à própria condição de seres vivos deles, como os comportamentos agressivos e de excreção. Estes comportamentos são controlados pelos humanos a partir de adestramentos, da alimentação, de procedimentos veterinários, e são então, em alguma medida, suprimidos. Isso é parte dos custos dos processos de antropomorfização presentes na relação humano-*pet* (GAEDTKE, 2017; SEGATA, 2012). O controle dessa animalidade é a domesticação diária da qual fala Digard. Segundo Baptistella:

Assim, ser um animal estimado é uma condição privilegiada na relação entre humanos e não-humanos. Mas se os *pets* vão dominar o mundo não será sem concessões – dos dois lados. Se os seres humanos sacrificam suas contas bancárias e mudam hábitos em nome desse amor, os bichos entregam muito mais. O preço de ser um filho humano envolve abandonar a própria natureza – deixando que outros controlem até mesmo suas necessidades mais básicas como o ato de defecar ou praticar sexo. (BAPTISTELLA, 2015, p. 114)

No caso dos cães policiais, eles são treinados para performances específicas, nas quais também ocorrem algumas formas de controle de sua animalidade animal. Porém, o principal em sua domesticação diária é que mantenha a eficiência no trabalho. Isso exige que treinamentos de manutenção sejam realizados cotidianamente, sob o risco de o cão desaprender as performances que lhes foram ensinadas e perder sua capacidade operacional. É por isso que, segundo Nogueira: “*Considera-se, portanto, imprescindível a constância no treinamento do animal e a busca incessante por especialização,*

*conhecimentos e atualizações por parte dos policiais militares envolvidos na atividade.”*  
(NOGUEIRA, 2015, p. 20)

Para os *cachorreiros*, não apenas deixar de treinar os cães prejudica seu trabalho, mas também tratá-los, em aspectos específicos, como se trata um cão *pet*:

É porque assim, a gente, eu, por exemplo, eu amo cachorro *né*. E assim, você vê o cachorro mais como um bichinho de estimação, uma companhia, e você tem todo aquele carinho, e ficar abraçando, pegando nele *né*. E aqui, por exemplo, o carinho e essa retribuição afetiva assim, tipo de toque, é mais assim uma recompensa. Não é uma coisa diária. Você tem que fazer com que o cachorro ficar feliz com você *né*, pra ele mostrar que ele tá acertando. Então você vai, toca nele, acaricia e tal, assim, no sentido de “você fez algo certo”, entendeu? E em casa isso é muito recorrente, porque você tá com o cachorrinho, ele senta em cima do sofá, ele não tem tanto assim obediência *né*. Então assim, e aqui não, o cachorro de trabalho ele tem que entender que existe momento pra tudo. Existe o momento da brincadeira, existe o momento em que você vai ser legal, e existe o momento em que ele vai trabalhar, entendeu? Que ele tem que responder àquilo ali. E é diferente, pra mim assim, é diferente. (*Cachorroiro 7 - bombeiro*)

A fala dos entrevistados dá destaque para a censura de alguns comportamentos específicos, como, por exemplo, tratar o animal como uma criança/bebê. Segundo Osório (2019) e Segata (2012), os *pets* habitam uma zona intermediária entre o animal e humano, oscilando circunstancialmente entre estes polos. Nesta oscilação, surge o que Osório (2019) chama de *infantilização*, e que outros autores chamam de filhotização (LEWGOY; SORDI; PINTO, 2015; PASTORI, 2012). Para a autora, a infantilização está relacionada tanto à antropomorfização quanto ao seu pertencimento enquanto membro da família. Ainda que não seja um comportamento comum a todos os *cachorreiros*, muitos representam seus *K9* como membros de suas famílias. Mas a antropomorfização é um comportamento interdito, inclusive a infantilização, que, segundo Osório, faz com que o cão seja representado como uma “*criança inocente e capaz de amor incondicional*” (OSÓRIO, 2019, p. 58) e, conseqüentemente, seja tratado com tal, como mimos, carinhos, comunicação com voz infantilizada e termos no diminutivo.

A materialização desse comportamento é facilmente identificada em ambientes públicos utilizados por tutores e seus *pets*: “*Nas praças, áreas de lazer e ruas é evidente que os cães são bebês com patas e pelos. De maneira automática, via as pessoas chamando os pets de “bebezinho”, “filhinho”, “neném da mamãe”*” (BAPTISTELLA, 2015, p. 106)

O que cabe neste momento é destacar essa interdição como elemento constitutivo da representação de cão policial, apontando para uma disciplina dos afetos na relação *cachorro-cão*. Além disso, não apenas tratar os cães como crianças é proibido, mas também fornecer-lhes carinho pelo toque. Se, subjetivamente, os *cachorritos* não podem representar seus animais como *pets*, objetivamente não podem manter com eles as mesmas práticas que mantêm com animais de estimação. Isso inclui tanto o afeto na forma de toque, quanto o afeto na forma de interação, que seria as brincadeiras.

Essa interdição dos afetos para com animais de trabalho não é um fenômeno recente da relação, pelo contrário. Tratando da Inglaterra no início da Modernidade, Thomas afirma:

Com frequência havia uma ligação estreita entre cão e dono, especialmente no caso de cães pastores, cujas maravilhosas habilidades eram compreensivelmente admiradas. Mas, em geral, esses trabalhadores parecem ter sido considerados sem maiores sentimentos; e normalmente eram enforcados ou afogados quando deixavam de ter utilidade. [...] Não eram os animais necessários, mas os desnecessários, sabujos e cãezinhos de estimação em particular, que mereciam real afeto e condição mais elevada. (Thomas, 2010, p.144)

A disciplina dos afetos entre *cachorritos* e cães não inviabiliza a construção de vínculos afetivos. O que essa disciplina dos afetos faz é traçar uma fronteira sobre o que é “tratar como animal de trabalho” e “tratar um animal como *pet*”, dada sua posição de ferramenta – que precisa ser eficiente e atender as demandas recebidas. É uma disciplina racionalizada a partir da função que tem o cão como cão policial:

Porque a ideia é ficar o máximo de tempo possível calmo, dentro do *box*, descansando, pra quando for a trabalho você poder canalizar o máximo de energia dele pro trabalho. Aí ele mesmo aprende, pó, quando eu sair daqui é hora de eu extravasar, de eu gastar, de eu correr. Mas aí o quê que a gente faz, nós direcionamos essa energia *pro* trabalho. Então o cão de trabalho é isso. Não é um cão que você vai soltar, passar a mão e deixar correr na brincadeira o tempo todo. Eles têm esse momento? Têm. Mas a maior parte é o que? Pra poder canalizar o trabalho e a energia dele naquilo que a gente quer. E como aquilo ali é praticamente a única coisa que ele vai fazer, não vai ficar correndo, pulando, brincando, ou dormindo em cima de tapete confortável como um cão *pet*, aquilo vai ser a coisa mais agradável pra ele, porque vai ser o momento dele extravasar energia. Aí aprende o que? Aprende que aquilo é a forma dele gastar energia, e nós canalizamos, e ali ele detecta. Diferente de cão *pet*. Cão *pet* ele solta, sobe, come quando quer, deita quando quer, brinca quando quer, ou vai lá e chama o dono pra brincar, o dono leva ele pra passear. Não, aqui o cão aprende que quando você chega na porta do *box* ele: opa, eu vou brincar. Brincar pra ele, trabalhar pra nós. (*Cachorro 14 - bombeiro*)

Surge então outra ambiguidade na relação *cachorro-cão*, de interesse para a análise sociológica. Aos cães policiais não é proibido ser *pet* o tempo todo. Mas são definidos momentos específicos nos quais os *K9* podem receber tratamento de cão *pet*. Estes momentos são reservados para a premiação dos cães durante os treinos e atuações em missões reais. A premiação ocorre quando o performance do cão atende às expectativas dos *cachorreiros*. Em outras palavras, ocorre quando os cães de detecção localizam as substâncias procuradas, ou quando um cão de busca e captura morde da forma correta seu alvo, ou quando um cão de busca e salvamento localiza o corpo ou pessoa procurada, tudo isso tanto em situações reais como em situações de treinamento.

Se o tratamento típico dos *pets* é utilizado pelos *cachorreiros* como uma premiação, o que fica no campo do não dito é que esse tratamento é melhor do que o recebido pelos cães de trabalho. De fato, “*ser um animal estimado é uma condição privilegiada na relação entre humanos e não-humanos.*” (BAPTISTELLA, 2015, p. 114). Porém, cabe destacar, essa atribuição de privilégio integra os processos de antropomorfização, já que é baseada naquilo que os humanos entendem que é privilégio ou não para os cães. Essa instrumentalização do tratamento de *pet* como forma de recompensa entra em contradição com o próprio discurso dos *cachorreiros* que, opondo o cão de trabalho ao de estimação, valoriza sua condição de animal, a partir das categorias de instinto principalmente. O que nos interessa é que o cão de trabalho não deve ser tratado como cão de estimação sempre, mas sim nos momentos considerados adequados.

Quando ele [K9] é premiado, aí sim, a gente brinca, faz toda festa né, mas não antes. Pra que, pra que ele entre concentrado naquilo. Então diferente de um cão *pet*, a gente explica isso pras pessoas, o cão *pet* ele tem carinho o dia todo, o mês e o ano todo. E não to falando que seja errado, aqui a gente tem um cão de trabalho, um cão doméstico [*pet*] é uma outra realidade. ” (*Cachorro 2 - policial*)

Avançando sobre dados coletados, o momento em que o *cachorro* aprende quando e como deve tratar seu cão é nos cursos de formação. Como uma forma de sociabilidade, é nesse momento que os humanos devem desconstruir formas naturalizadas de pensar e agir em relação aos cães e substituí-las por outras, adequadas ao trabalho de *cachorro*.

O curso a gente vê aqui como uma coisa de suma importância. Porque uma coisa é a pessoa que tem um cão em casa, que a gente fala que é o *pet*. Ele vai, tem um

tratamento com aquele cão totalmente diferente do tratamento que o nosso policial tem com o nosso cão, que o nosso cão já não é *pet*, é um animal de trabalho. Então, é, algumas manias, alguns vícios e costumes que as pessoas tem costume de fazer com o cão em casa, nós aqui já não fazemos [...]. E hoje no batalhão nós trabalhamos, basicamente, três cursos específicos e distintos. O primeiro, Cinotecnia. [...] é aquele curso que vai tirar a pessoa que gosta de cão, que tem um pouco de conhecimento de cão, que nós vamos especializá-lo e prepará-lo, dar um conhecimento do que é o trabalho de um cão de polícia, do que é o trabalho *dum* cinotécnico. Então é a base. Terminado esse curso, aí sim o nosso policial vai poder se especializar. Então a gente, a gente costuma até brincar que nós temos aqui no batalhão um curso de graduação e a pós-graduação. O que seria essa pós-graduação? Seria a área que o policial mais se adaptar, ou que ele *ver* que tem maior aptidão. Então ele fez o [curso] cinotecnia, ele é um cinotécnico, ele é um policial especializado no trabalho com cão, ele vai poder escolher se ele vai pra área de faro, seja ela droga, explosivo, armas, munições, ou se ele vai para a parte de captura, que apesar de utilizar faro, mas também tá voltado mais pra parte de proteção. Então são cães que já vão partir para o ataque, um ataque controlado, sob comando, mas, duas áreas distintas que nós utilizamos aqui no batalhão. (*Cachorroiro* 18 - policial)

Os cursos são formas de socialização secundária (DUBAR, 2005) nas quais representações oriundas da socialização primária ou de outras socializações secundárias são modificadas, quando não interdidas. No campo das representações o cão de trabalho e o cão de estimação são diametralmente diferentes, oriundos de “*universos completamente diferentes*”, como disse um dos entrevistados, já no campo das práticas os cães policiais transitam entre esses dois universos, a partir de regras determinadas pelo grupo.

Antes de passarmos para as análises sobre as representações sobre o trabalho com cães policiais, considero importante pontuar que não são apenas os *K9* que vivem transitando entre diferentes estatutos animais. Em sua pesquisa com cães de pastoreio, Barreto relata: “*Diversas vezes percebi a coexistência do tratamento tradicional dado aos cães com a maneira mais urbana e contemporânea de tê-los junto ao lar.*” (BARRETO, 2015, p. 45). Em outro trecho de seu trabalho, o autor afirma:

Importante salientar que nem todos os interlocutores vivem exclusivamente no meio rural. Muitos vão constantemente à cidade, ou vivem na cidade e vão constantemente ao campo. É necessário atentar-se às nuances entre visões e procedimentos tradicionais e o ingresso de novos modelos pela proximidade com o meio urbano. Assim, na raça Ovelheiro Gaúcho são previsíveis diversos cruzamentos entre o estatuto do cão trabalhador e o do cão de companhia, variando do sentido estrito às mesclas em diferentes graus. (Ibidem, p. 25)

Nesse sentido, é possível, e os dados coletados atestam isso, que *cachorroiros* não sejam estritamente rígidos com as interdições colocadas nas interações interespecíficas de afeto. Alguns *cachorroiros* tratam seus *K9* como cães de estimação, em diferentes medidas



e formas, o que, obviamente, gera conflitos interpessoais e, às vezes, até institucionais. Por exemplo, um dos *cachorreiros* do BPCães defendia que sua cadela era um cão *pet* de trabalho, ou seja, atendia e era atendida pelos dois estatutos ao mesmo tempo. Também foi relatado, como outro exemplo, que algumas equipes levavam familiares para brincar e interagir com os cães durante os finais de semana, como se fossem então o cão de estimação da família. Em uma das entrevistas me foi dito:

Olha, é o seguinte, meio que parecido *né*. Até mesmo porque o tratamento que eu do pra eles lá [cães *pets*] é o mesmo que eu dou pra esses daqui [K9].  
(*Cachorreiro* 05 - policial)

Por fim, cabe lembrar que a condição do cão policial como ferramenta de trabalho não é vitalícia. Ao se aposentar, e esse processo será abordado no subcapítulo 7.4, os cães ganham o *status* de animal de estimação, de acordo com os *cachorreiros*, como retribuição pelos serviços prestados. Em todos os pontos analisados sobre a representação dos cães como ferramentas, verificamos a presença de ambiguidades na construção das relações interespecie, apresentando as tensões sujeito/objeto, humano/animal e criança/adulto que Osório (2019) identifica na representação dos animais *pet* como membros da família.

## Capítulo 7 – Representações sobre o trabalho com cães

Talvez seja por isso que os seres humanos nunca conseguiram ficar totalmente longe dos outros animais. Mesmo no zoológico, mesmo domesticados, os outros animais lembram-lhe algo que ficou para trás, mas cuja importância é aterradora. Pois Ulisses certamente se sentiria o pior dos homens se nem sequer o cão soubesse quem ele era. Seria uma desterritorialização insuportável não ser reconhecido sequer pelo cão. Talvez não seja por outra razão que Freud, doente e aquebrantado ao final de sua vida, compreendeu que seu tempo acabara quando até seu cão dele se afastou, graças ao cheiro repulsivo que vinha de seu maxilar. Foi quando o cão lhe virou as costas que a última coisa que ainda lhe fazia suportar a vida desabou. Depois dessa recusa, ele não era mais ninguém. Ele sabia que não tinha mais lugar algum. Foi a partir desse momento que Freud morreu. (SAFATLE, 2011, s.p.)<sup>101</sup>

---

<sup>101</sup> SAFATLE, V. Reconhecido pelo cão. Revista Cult – UOL. Disponível em <<https://revistacult.uol.com.br/home/reconhecido-pelo-cao/>> Acesso em: 11/12/2020

## 7.1- O binômio Humano-Cão

O primeiro passo para a compreensão da realidade social construída por *cachorreiros* e seus cães é compreender o binômio humano-cão<sup>102</sup>, definido pelos entrevistados como a conjunção de humano e animal em uma unidade de trabalho. Isso porque a representação típica do *cachorreiro* é a imagem do binômio, do *cachorreiro* e do cão juntos. O binômio aparece então como elemento central para as formas de identificação *para si* e *para outrem* (DUBAR, 2009) dos pesquisados.

*Para outrem* porque é na condução e no manejo do cão que *paisanos*, policiais não *cachorreiros* e bombeiros não *cachorreiros* identificam os *cachorreiros* enquanto tal. No exercício de outras funções que não sejam em conjunto com os cães, possivelmente os *cachorreiros* são identificados, por aqueles não conscientes de sua função, enquanto policiais e bombeiros comuns.

Tanto policiais quanto bombeiros, principalmente militares, possuem elementos de identificação comuns a suas profissões. São elementos, muitas vezes visuais, que remetem à sua identificação imediata quando na interação com a sociedade. Podemos citar o uniforme, militar ou não, que, no caso dos policiais civis, assume a forma de insígnias penduradas em correntes ou presas no cinto. Podemos citar o armamento, nas formas mais diversas possíveis, de pistolas a metralhadoras, junto a outros equipamentos como colete a prova de balas, algemas e gás de pimenta. Mas, para a representação do *cachorreiro*, todos estes elementos podem estar ausentes, menos o cão.

Em seus brasões a imagem canina está sempre presente. Além disso, nos perfis de Instagram dos canis pesquisados, são quase inexistentes publicações sem a presença do cão. Tomadas as devidas proporções, o cão está para a representação do *cachorreiro* assim como o cavalo está para a representação do cavaleiro<sup>103</sup>. Um não existe sem o outro. Dessa forma, cabe destacar, o *K9* é imprescindível para a identidade do *cachorreiro*, mas não o contrário. Sozinho, um *K9* pode ser identificado enquanto tal, pelos símbolos que carrega,

---

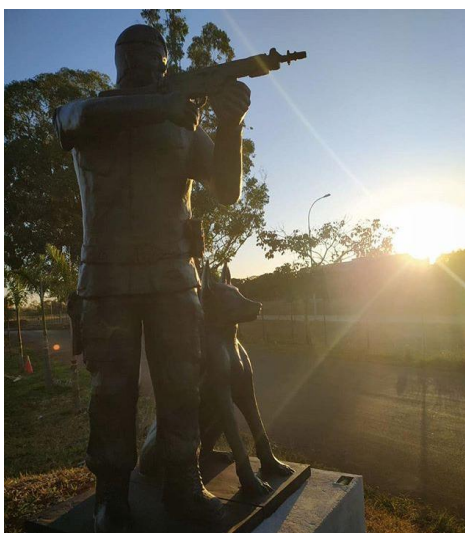
<sup>102</sup> O termo mais recorrente entre os *cachorreiros* (e acredito que também entre a população em geral) utiliza a palavra homem para o polo humano. A opção por usar a palavra humano, em “binômio humano-cão” é minha, e tem por objetivo escapar ao universal masculino no fazer sociológico. Apesar de humano ainda estar no gênero masculino, entendo ser cientificamente mais adequado do que o termo homem- cão.

<sup>103</sup> Existe volumosa produção acadêmica sobre a categoria do centauro, algo como um binômio humano-cavalo, a qual provavelmente é ainda mais antiga que o binômio humano-cão. Alguns exemplos são Adelman (2011; 2020), Boscatti e Adelman (2020), Kosby (2017) e Velasquez (2014).

desde a raça, até uniformes e outros equipamentos que permitem que o animal seja identificado enquanto um cão policial. Já o policial ou bombeiro, sem o cão ao lado, não assume totalmente a identidade de *cachorro*. Falta algo. Brasões, insígnias e brevês não são o suficiente para que a sociedade em geral identifique o *cachorro* enquanto tal. Sem a presença do cão, a imagem que prevalece é a de policial ou bombeiro.

*Para si*, para os outros *cachorros*, porque é a capacidade de formar binômios que define que aquele policial e aquele bombeiro específico são *cachorros*. O reconhecimento de sua identidade pelos pares se dá a partir da comprovação prática de sua competência em formar binômios, ou seja, de seu domínio dos saberes e técnicas envolvidos no trabalho com cães, que aqui chamarei de saber *K9*, como uma forma específica de saber policial<sup>104</sup>.

O pátio de entrada do BPCães possui a escultura de um policial com seu cão ao lado, representando o binômio humano-cão. Essa escultura marca a área do canil, como uma área própria e diferente das áreas ocupadas pelas outras unidades que compõem o complexo do antigo Bopão. É uma marcação e uma demarcação. Marca a identidade dos que estão ali, e demarca seus limites, suas diferenças em relação aos que estão em volta.



**Figura 8 - Escultura representando o binômio policial-cão, que fica no pátio do BPCães.**  
Fonte: Instagram<sup>105</sup>

---

<sup>104</sup> Ao tratar de saber policial incluo também os saberes envolvidos nas atividades dos bombeiros. Sem querer confundi-los, essa simplificação parte da realidade institucional diversa dessas corporações que, em alguns casos, incluem bombeiros e policiais como integrantes de uma mesma corporação. Apesar de não ser esse o caso do CBMDF, separado e com comando geral diferente daquele da PMDF, incluir os saberes dos bombeiros no termo saberes policiais favorece a escrita e a compreensão do texto.

<sup>105</sup> Disponível em < <https://www.instagram.com/p/CENWdutj1xN/>> Acesso em 22/08/2020

Ser *cachorro* não é apenas estar lotado em uma unidade canina. Assumir essa identidade significa ser capaz de operar com cães policiais, ou seja, dominar as técnicas necessárias para realizar tal trabalho. Como foi dito há pouco, pelo discurso dos entrevistados, o elemento definidor do *cachorro* é sua capacidade de formar um binômio. Formar binômio, então, é resultado da apropriação de um conhecimento e de sua aplicação prática, é um aprendizado que se dá a partir dos processos de sociabilidades internas aos canis e ao mundo dos *cachorros*.

O *cachorro* não é o policial que gosta de cão, ou que veio aqui e fez o curso. Porque os meninos entram com essa cabeça né, gostar de cão. É o cara que vive o trabalho do canil, que sabe conduzir e manter o cão apto. Esse é o *cachorro*. Eu não sei por que chama *cachorro*, mas é assim que a gente chama aqui. Aqui e em todo canil da polícia que você for ver. (*Cachorro 2* - policial)

Tem muito policial que entra aqui e fala: ah, eu quero ser *cachorro*, eu vou fazer o cinotécnico pra ser *cachorro*. E aí eu falo: amigo, então tem que trabalhar, mas é muito. Porque tem uns aí, você já viu isso comigo aquele dia lá naquela instrução que você veio. Tem uns que não sabem conduzir cão. Fizeram o curso, são macaco velho já, mas, se deixar, perde é cão na mão deles, como já perderam muitos aqui. Tem um mesmo, já te falei dele, que tenho é raiva de ver ele botar a mão num cão. Não sabe nada, nada, nada, nada. (*Cachorro 21* - policial)

O saber *K9*, enquanto um saber/fazer, ou seja, enquanto uma forma de conhecimento que não é apenas teórica, mas também prática, é o que define a identidade profissional dos *cachorros*. É o elemento que não só distingue o *cachorro* dos outros policiais e bombeiros, como também *paisanos*, mas que também é o indicador da competência do indivíduo para ser reconhecido enquanto *cachorro*.

Esse saber *K9* é composto por conhecimentos de diversos campos científicos. Mesmo dentro do campo do adestramento, são diversas correntes teóricas que fornecem diferentes técnicas de trabalho com os cães. Não existe um manual, um saber unificado, padronizado, que sirva para todos os humanos e não humanos se formarem enquanto *cachorros* e *K9s*. Assim, o saber *K9* é como uma caixa de ferramentas, composta por diferentes ferramentas que possuem diferentes funções. Cabe ao *cachorro* dominar essas ferramentas para utilizá-las na medida em que se mostrem úteis.

O que une as diferentes teorias e práticas que compõem o saber *K9* é o objetivo de formar binômios. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que o binômio é representado como uma unidade, na qual o cão se torna uma extensão do corpo do humano. Esta unidade se dá

a partir de dois fatores: (1) o controle do cão pelo condutor e (2) a comunicação interespecie. O controle do cão por seu condutor é resultado da apreensão das técnicas de adestramento e condução, de controle do corpo do animal. Nesse sentido, é um aprendizado dialógico, no qual os *cachorreiros*, na medida em que disciplinam os corpos caninos, aprendem suas singularidades comportamentais e, sobre essas, buscam modelar seus comportamentos de forma a atingir o padrão esperado.

As técnicas de adestramento são aquelas relacionadas ao controle comportamental do cão, principalmente. São técnicas sobre os comandos de sentar-se, ficar, parar, fazer ou não fazer algo. São utilizadas principalmente quando os cães não estão ativados para o trabalho em si, e envolvem seu comportamento em relação ao público e ao ambiente. São técnicas de obediência, passadas nos cursos de formação dos dois canis pesquisados.

O cinotecnia [curso de formação básico do BPCães] é muito adestramento *né*. O pessoal lá aprende aquele básico do adestramento, que não tem muito a ver com o cão policial mesmo *né*. Pra apresentação, tem... prá desfile, formatura, esses eventos que a gente tem aí sempre *né*, que a corporação precisa da nossa presença *né*, ajuda sim. Mas pra gente da detecção de explosivos mesmo, não ajuda tanto. Mas é até engraçado viu, vou te dizer aqui pra você, que a gente bate na tecla com a moçada que cão policial não é cão *pet*. Mas o cara ele vem, faz o curso [cinotecnia], e às vezes ele vai embora, que não se adaptou ao trabalho, que num sei o que. E quando a gente vai saber ele tá usando o que ele aprendeu no curso pra treinar cachorro dos outros aí fora, cachorro *pet*. Igual o pessoal daqui mesmo faz *né*. (*Cachorro 14 - policial*)

Apesar de não serem diretamente úteis para as atividades fim que envolvem o faro dos cães, as técnicas de adestramento são úteis para os trabalhos de ronda e contenção de distúrbios, além das apresentações ao público. Segundo o discurso dos *cachorreiros*, as técnicas de adestramento são aplicáveis a todos os cães, não apenas aos de trabalho.

As técnicas de condução dizem respeito à forma de conduzir os cães de faro em sua atividade fim. Evolvem a ativação e desativação desses animais para o trabalho, como também seu manejo durante a atividade fim, seja pela condução com guia, com indicação ativa (*cachorro* indicando com a mão os locais a serem farejados pelo cão), seja pela condução sem guia (cão solto).

Conduzir corretamente o animal, segundo o discurso dos *cachorreiros*, implica tanto em uma maior eficiência na atividade fim, quanto evita problemas com o desempenho do animal. Cabe lembrar que a condução errada dos cães pode implicar na diminuição de eficiência do animal ou até em sua inutilização para o trabalho.

Já a comunicação entre *cachorro* e cães, que trato como comunicação interespecie, é uma comunicação que não busca a conversação, como ocorre normalmente nas relações entre tutores e *pets*, mas a compreensão mútua que permita a atuação em unidade, como um binômio. Assim, o faro canino se integra ao humano, a partir da comunicação pela linguagem corporal cão. O desenvolvimento dessa comunicação, segundo o discurso dos *cachorros*, vem da prática e do convívio regular e entre condutor e cão associadas às teorias aprendidas nos cursos.

É na comunicação interespecie que a dimensão zoológica se apresenta com maior destaque. Não basta ao *cachorro* ter aprendido a teoria sobre a linguagem corporal do animal. É preciso que ele tenha experiências práticas de trabalho e convívio com o cão específico com o qual vai trabalhar, para apreender as singularidades de sua linguagem corporal. Ou seja, é atribuída aos cães a condição da singularidade comportamental, algo próximo ao que os tutores de *pets* representam como personalidade. No estabelecimento do binômio, o cão é um agente ativo, e não apenas objeto. Em suma, na relação *cachorro-cão*, o humano ensina ao animal o que ele deve fazer enquanto cão policial, ao mesmo tempo em que o cão ensina ao humano como ele deve ser ensinado a ser cão policial.

Ainda que com singularidades, o saber *K9* é um saber policial. É um saber voltado para os objetivos da atividade policial e da atividade dos bombeiros. Nesse sentido, é um saber que se orienta, em última instância, para a resolução dos problemas e questões que surgem a partir de suas competências profissionais. Por isso, a perspectiva teórica utilizada para sua compreensão sociológica é a dos saberes policiais, estudados por diferentes estudiosos do tema, tanto em âmbito internacional (MONJARDET, 2012), quanto nacional (PONCIONI, 2004; PORTO, 2017).

### *Doutrinas sobre o binômio*

Como foi dito, não existem doutrinas formalmente consolidadas sobre o saber *K9*. Porém, o discurso dos pesquisados apresentou uma divergência referente a como deve ser estabelecido o binômio, apontando o que trato aqui como duas diferentes doutrinas dessa forma de saber/fazer. De um lado, alguns entendem que os *cachorros* devem trabalhar apenas com um cão, com o qual formará um binômio. Nesta doutrina, cada *cachorro* possui seu cão específico e trabalha apenas com ele. Os defensores dessa posição entendem

que, dessa forma, humano e animal passariam mais tempo juntos e que isso resultaria na afinação da comunicação entre eles. Denomino esta corrente de *doutrina do binômio fixo*.

De outro lado estão aqueles que entendem que os *cachorreiros* devem conduzir diversos cães do plantel do canil, ter uma rotina de treinamentos e operações com a condução de diversos *K9s*, e não apenas um. Nessa corrente, que denomino *doutrina do binômio variável*, o menor tempo de contato entre um *cachorreiro* específico e um cão específico é compensado pela padronização das técnicas empregadas. Essa doutrina se baseia na ideia de que, se todos os humanos trabalham, interagem e se relacionam com os cães seguindo um padrão estabelecido, todos os *cachorreiros* conseguem formar binômios com todos os cães.

O que é consensual entre todos os *cachorreiros* com os quais conversei é que o tempo de convivência com os cães é essencial para a formação de binômios. Tanto na formação dos *K9*, quanto nas rotinas de treinamento, denominadas pelos *cachorreiros* como trabalho de manutenção, o tempo de interação humano-cão é apresentado como essencial para o aperfeiçoamento do trabalho do condutor e para a formação do binômio.

Consensual também é a existência de afinidades específicas entre cães e humanos. Mesmo os seguidores da doutrina do binômio fixo não se furtavam em demonstrar sua preferência por este ou por aquele animal. Além disso, na maior parte das vezes, os cães eram identificados como o cão do/da *cachorreiro/a* X ou Y. Normalmente o cão é vinculado ao *cachorreiro* que o formou, que o conduz ou com o qual passou a maior parte de seu tempo de atividade.

No canil do BBS os bombeiros foram unânimes em defender a doutrina do binômio variável. Aqueles com mais tempo de canil apontaram que no passado a doutrina vigente era do binômio fixo. A mudança de doutrina ocorreu a partir da representação de que o binômio fixo apresentava algumas incompatibilidades com a logística de trabalho de uma unidade de bombeiros militares.

No BPCães a questão do binômio não é consensual. Como já apontei em trabalho anterior (OLIVEIRA NETO, 2016), nesse canil existem conflitos em relação às formas de trabalho, em seus diferentes níveis. Ou seja, trabalham juntos *cachorreiros* que defendem a doutrina do binômio fixo e que defendem a doutrina do binômio variável.

Surgem então duas questões que merecem atenção. A primeira delas, na comparação entre os canis do BBS/CBMDF e do BPCães, consiste na constatação de que



há consenso em relação à doutrina em um e conflito no outro. A segunda questão refere-se ao conflito doutrinário dentro do próprio BPCães. O que está em jogo é uma disputa de legitimidade de saberes policiais, de conhecimentos e técnicas típicos da atividade policial, ou seja, de um saber/fazer que não deixa de ser um saber/poder. A análise dessas duas questões pode, então, contribuir para o avanço da compreensão do mundo dos *cachorreiros*.

Os saberes policiais, os conhecimentos, procedimentos, diretrizes da atividade policial há muito são objeto de estudo dentro dos Estudos Policiais. No caso da atividade analisada nesta tese, o que dá seus contornos singulares é a presença do cão. Assim, veterinária, comportamento animal, psicologia canina e outras formas de saber adquirem a forma de saber policial e passam a compor o conjunto de técnicas e instrumentos teóricos a serem instrumentalizados pelos *cachorreiros* no desenvolvimento de suas atividades.

### *Saber Policial, Competência e Autoridade*

A construção da autoridade entre os *cachorreiros* está relacionada com tempo de serviço/experiência, participação em eventos relevantes de formação e atuação, e formação de cães que se tornam referências. Os depoimentos dos *cachorreiros* apontam que a autoridade do *cachorreiro* está relacionada a seu conhecimento sobre o trabalho com cães, adquirido na experiência vivida de trabalho, aliada à qualificação, que fornece os subsídios para a construção de um *know how*. Segundo Monjardet (2012) este *know how* da atividade policial pode ser entendido como competência policial, e, como tal, possui duas representações.

A primeira, majoritária entre os policiais franceses estudados por Monjardet (Idem), é aquela na qual a competência é resultado do “*encontro de certas qualidades pessoais do indivíduo e de um leque tão grande quanto possível de experiências.*” (Ibidem, p. 123). Segundo o autor:

Ela [competência policial] é, assim, essencialmente subjetiva – ligada à pessoa e a seus traços de caráter próprios – e empírica, acumulada ao longo das ocorrências que igualmente constituem precedentes cuja avaliação (fracasso/êxito – tentativas/erros) permite a elaboração progressiva de um saber operacional eficaz. (MONJARDET, 2012, p.123)

A segunda representação da competência policial, minoritária entre seus pesquisados e, segundo o autor, típicas de novíços recém-formados, é, de certa forma, inversa à primeira:

A competência – e seria mais pertinente falar aqui em qualificação – é fundada primeiramente nos conhecimentos formais, cujo domínio permite minimizar a influência das qualidades pessoais e minorar a desigualdade de experiências. Neste sentido, ela é objetiva, (independente em larga medida das idiossincrasias, e teórica; não se trata de extrapolação a partir de experiências que por definição são singulares, mas, ao contrário, de um quadro definido de maneira geral e que se trata de aplicar (de adaptar) às ocorrências singulares. (Ibidem, p. 125)

No caso dos canis pesquisados, as duas representações de competência policial descritas por Monjardet estão presentes. Elementos das duas representações coexistem no discurso dos *cachorreiros*, independentemente da sua posição doutrinária de binômio. Experiência, domínio de técnicas específicas e atributos individuais são elementos da competência de um *cachorreiro*, sendo esta última a mais controversa e, por isso, será tratada em tópico específico.

No caso do saber *K9*, prática e teoria são consideradas elementos centrais e isso parece consensual. A competência dos *cachorreiros*, à semelhança do conceito de competência policial de Monjardet (2012), é atestada uns pelos outros, em um reconhecimento mútuo, e é formada pela comunhão de elementos das duas representações da competência policial descrita pelo autor. A teoria, adquirida principalmente em cursos, por si só, não se transforma em competência, da mesma maneira que a experiência e o tempo de serviço, por si só, também não se transformam em competência, nem em autoridade real. O depoimento dos *cachorreiros* sugere que é a integração destes dois fatores que define, essencialmente, sua competência. Voltando à discussão apresentada por Monjardet, o saber *cachorreiro* não se define como arte, exclusivamente, nem como ciência, mas por uma mistura entre os dois.

Quando tratamos em termos de técnicas de adestramento e condução, genética animal, comportamento animal, dentre outros campos de conhecimento correlatos, o trabalho policial com cães apresenta sua dimensão de profunda especialização. Esse elevado grau de especialização implica na necessidade dos conhecimentos teóricos acima citados. Por mais que o saber *K9* seja construído a partir do trabalho com cães, a formação teórica é apresentada como indispensável para que o *cachorreiro* se guie em suas

experiências de trabalho. Por isso, os cursos de formação são impositivos para aqueles que querem servir nas unidades especializadas, e não apenas nas de trabalho com cães. É fato que, por diversos motivos, alguns policiais e bombeiros são lotados nos canis sem que tenham participado e sido aprovados nos cursos. Porém, esses se ocupam de tarefas auxiliares, e não conduzem os animais em operações de rua. É a aprovação nos cursos que torna o policial ou bombeiro apto a iniciar sua experiência enquanto *cachorro*.

Eu, assim, foi desde que eu consegui vir pra cá, que eu fiquei na expectativa de fazer o curso. Me falaram que se tivesse no canil do exército, que iam tentar me incluir lá. Eu disse que fazia em qualquer canil, onde tivesse eu ia. Porque o meu objetivo né, um sonho mesmo, desde o concurso, foi entrar no canil. (*Cachorro 4 - policial*)

Quando nos referimos ao que os *cachorros* chamam de *desenvolver uma afinidade e estabelecer vínculo* com os cães – representados como necessários para a formação do binômio eficiente – tocamos na dimensão de arte (MONJARDET, 2012) da competência de um *cachorro*. É a sua dimensão do fazer. Mesmo nos casos em que cão e humano apresentam uma afinidade espontânea, essas expressões se referem à capacidade de estabelecer uma interação eficiente com o cão, principalmente no que diz respeito à comunicação, que depende tanto de fatores ativos do animal, como da capacidade humana de leitura da linguagem corporal do animal. E para isso, os entrevistados foram enfáticos, é preciso experiência. É preciso que o *cachorro* “gaste tempo com seu cão” em diversas frentes, seja nas práticas de cuidado, em treinamentos técnicos, ou na prática de exercícios. É a prática que coloca o conhecimento teórico à prova e expõe a capacidade do *cachorro* de aplicar a teoria geral aos casos particulares, ou seja, a cada cão com suas peculiaridades comportamentais.

Se as doutrinas do binômio fixo e do binômio variável convergem ao entender que o saber *cachorro* é construído na associação entre teoria e prática, enquanto um saber/fazer, e que o binômio fixo possibilitaria maior contato e interação entre *cachorro* e cão, o que sustenta a diferença entre as duas doutrinas? A resposta para essa pergunta extrapola as questões específicas da relação humano-animal, que, em grande parte, dão os contornos do saber *cachorro*. São fatores específicos da atividade policial que explicam as divergências entre as duas doutrinas.

Um primeiro fator é a escala de trabalho das corporações estudadas. Por suas competências, polícia militar e corpo de bombeiros militares atuam vinte e quatro horas

por dia, o que exige escalas que contemplem os períodos diurnos e noturnos. Por isso, os *cachorreiros* trabalham em duas escalas de trabalho. Os que se ocupam das tarefas administrativas trabalham em escala de oito horas por dia, normalmente em horário comercial. Já os que atuam com as atividades fim são divididos em escalas de 24/72 horas, ou seja, trabalham por vinte e quatro horas corridas e folgam por setenta e duas horas corridas. São esses os *cachorreiros* que trabalham com os cães.

Os defensores do binômio variável justificam que, por causa da escala de 24/72, se um *cachorreiro* trabalha com apenas um cão específico, as atividades daquele cão ficam restritas pelos dias que seu condutor trabalha. Nesta escala, cada *cachorreiro* trabalha aproximadamente dois dias por semana, o que poderia significar cinco dias sem atividades para seu cão, ou mesmo cinco dias por semana sem sair da baia. E aqui temos uma expressão que implica negativamente na identidade dos *cachorreiros*, que é a do “*cão largado na baia*”.

Além da escala, as possíveis licenças, como exemplo, por questão de saúde, as férias, e outros momentos de ausência em longo prazo dos *cachorreiros*, implicariam o não uso regular dos cães. Longos períodos sem atividades de manutenção implicam perda de eficiência dos cães, ou até pior, implicam a própria “*perda do cão*”, ou seja, em sua inutilização completa enquanto K9. Pelo discurso dos *cachorreiros*, essa é uma das piores consequências possíveis da doutrina do binômio fixo.

Pelos dados coletados, a mudança da doutrina vigente de binômio fixo para binômio variável (totalmente vigente no canil dos bombeiros e parcialmente vigente no canil da PMDF) se deu a partir da constatação prática de incompatibilidades com as rotinas de trabalho dos humanos.

A gente sabe que, pelas condições atuais, até pelas novas formas de se trabalhar, nós temos que seguir uma doutrina né. Então é interessante que o cão não fique preso a uma pessoa, porque aquela pessoa ela vai entrar de férias, vai tirar um recesso, vai tirar um abono, mas o cão não, outra pessoa tem que continuar o trabalho com ele. Então você padronizando uma forma de se trabalhar, de se conduzir o cão, o cão vai conseguir trabalhar, mesmo com outro policial, de uma forma aceitável. (*Cachorreiro 17 - policial*)

Se a aplicação do binômio variável sana os problemas referidos acima, a afinidade, o vínculo que pode ser formado com os cães, encontra menos tempo para ser desenvolvida. Essa perda, segundo o discurso dos *cachorreiros*, seria então minimizada pela

padronização técnica. Seguindo um padrão de treinamento de humanos e de cães, bem como de condução, tanto cães quanto humanos estariam mais aptos a trabalharem uns com os outros.

Nesse caminho, a doutrina do binômio variável apresenta afinidade com a representação da competência enquanto qualificação, enquanto *domínio de técnicas objetiváveis* (MONJARDET, 2012). Porém, para sua completa realização, a doutrina do binômio variável depende da existência e vigência prática desses padrões de atuação, seja por meio de manuais consolidados, seja por meio da unificação das técnicas passadas nos cursos. Depende também da legitimidade de estabelecer diretrizes e padrões por um grupo com autoridade.

Já a doutrina do binômio fixo valoriza principalmente o fazer prático como elemento formador de saber e de competência. O que produz o saber policial *K9* e, conseqüentemente, o reconhecimento de sua competência é o trabalho em contato com o cão, a soma do aprendizado das situações práticas, em treinamentos ou em operações de rua, em que o *cachorroiro*, faz escolhas e analisa seus resultados. Dessa forma, essa doutrina apresenta afinidade com a representação da competência policial enquanto experiência, medida pelo tempo de serviço e pelo histórico de atuação. Ela não deixa de valorizar a qualificação teórica, mas é centrada na empiria.

#### *O binômio variável no canil do BBS*

Por ser um canil com menor número de integrantes, humanos e caninos, a padronização da forma como os *cachorroiros* trabalham é mais fácil de ser estabelecida no canil do BBS do que no do BPCães, que possui um número muito maior de integrantes. Não apenas os números absolutos de recursos humanos e caninos, mas a relação entre eles também constitui fator relevante para o estabelecimento de uma única doutrina. O menor número de humanos implica maior possibilidade de padronizar as atividades, treinos e técnicas empregadas. O controle sobre como trabalham os *cachorroiros*, ali, também é mais simples e, possivelmente, mais eficiente.

O menor número de integrantes humanos também favorece o estabelecimento de consenso sobre quem tem direito ao discurso, ou seja, quem define a forma como se trabalha, quem possui autoridade (MONJARDET, 2012) de definir as normas e

procedimentos de trabalho. Por ser um canil jovem, que iniciou seus trabalhos na década de 1990, os dois precursores desse trabalho ainda estão ali lotados. Esses bombeiros foram os primeiros da corporação a se especializarem no trabalho com cães. Tiveram longas experiências de treinamento em outras instituições, dentro e fora do Brasil, e a partir do conhecimento apreendido nesses cursos desenvolveram as técnicas atualmente utilizadas. Além desses precursores, um terceiro *cachorreiro* é identificado por todos como sendo autoridade do assunto, tendo participado ativamente do desenvolvimento da técnica e dos equipamentos de treinamento para busca de corpos submersos. Por último, um quarto bombeiro, que possui formação em veterinária, também é apontado como referência de competência.

Estes quatro *cachorreiros* formam um núcleo de autoridade em relação ao trabalho ali desenvolvido, e essa autoridade é consensual entre os entrevistados. Foi frequente, por exemplo, que quando perguntados sobre técnicas e procedimentos específicos, me fosse dito que um destes quatro poderia falar melhor sobre o assunto.

O menor número de cães também facilita a aplicação da doutrina do binômio variável. Mesmo com a variação dos parceiros caninos, por serem poucos, o contato dos *cachorreiros* com eles é maior do que seria caso o canil tivesse mais cães. Além disso, esse pequeno número de *K9s* possibilita maior contato entre bombeiro e o cão com o qual possui maior afinidade, aquele que é considerado, por ele e pelos outros, como seu. Isso porque, mesmo entre os defensores do binômio variável, é legítimo que exista a preferência por cães específicos, principalmente a partir de uma história de trabalho:

Aqui a gente tem a cultura de não ter isso né, de não ter o, eles chamam de binômio né, que é o cão com o guia, e você tem, aquele é o seu cachorro. Acho que você deve saber dessas questões, então assim, a gente procura não ter isso, mas com certeza tem. Tem um cachorro que você gosta mais porque ele tem uma certa característica né, ele é mais rápido, ou mais ágil, ou porque ele é mais lento, e mais, combina mais com você, mas tem sim, existe sim. (*Cachorreiro 7 - bombeiro*)

Os processos de construção da afinidade, ou seja, de relações afetivas interespecies, serão mais bem discutidos no próximo capítulo. O que cabe pontuar aqui é que, por diversos motivos, os *cachorreiros* possuem preferências em trabalhar com cães específicos. Esse fato, por si só, destaca a singularidade dos cães enquanto ferramentas

animadas, vivas, com certo grau de individualidade, de características singulares, as quais são construídas pelos *cachorreiros* enquanto traços da personalidade dos cães.

De certo modo, a doutrina do binômio variável impõe dificuldades no estabelecimento da relação de afinidade com um cão específico, o que parece ser uma vontade geral entre os *cachorreiros*. Se assim for, o sentimento de realização profissional se ampara não apenas na eficiência prática do trabalho, como apreensão de entorpecentes, captura de fugitivos, ou em outras atividades típicas dos canis, mas igualmente na construção de uma relação de afinidade com seu cão.

O tamanho do canil do BBS, em termos de quantitativo canino e humano, se destaca como fator decisivo para a vigência consensual da doutrina do binômio variável. Nesse caminho, o canil dos bombeiros se assemelha a outras unidades policiais caninas do Distrito Federal, como o GOC/PRF e o canil da Aeronáutica, que possuem quantitativos humanos e caninos próximos. Nesse contexto, a possibilidade de dissenso em relação à doutrina de trabalho a ser adotada é menor, como também parecem ser menores as disputas por autoridade. Além disso, os *cachorreiros* não se sentem impedidos a construir uma relação de afinidade mais profunda, íntima e afetiva com um cão específico.

E assim, termina que você..., aqui o pessoal, todo mundo, eu não porque eu entrei agora aqui, tem pouco tempo, mas todo mundo aqui já teve um, dois, três cachorros que treinou desde a, tipo da maternidade lá. Que pegou o cachorro no início, participou de todo o treinamento, o cachorro cresceu e ele continuou com esse cachorro. Então acaba sendo o cachorro do fulano, o cachorro do (*cachorreiro*), cachorro num sei quem, que é tipo assim, é o cachorro que a pessoa viu ele nascer e conviveu, entendeu? Então assim, todos os cães aqui a gente faz essa cultura de não ter esse vínculo, porque os cães eles têm que trabalhar com todas as pessoas. Por conta da escala de serviço, por conta de que a gente não tem quantidade suficiente de militares né, e pra ter cada um ter seu próprio cachorro. E ele tem que ser um cachorro que trabalha com todo mundo, porque ele é do bombeiro [corporação] né, não é da pessoa. Mas existe sim, assim, se você for olhar pelo lado bem pessoal sempre tem algum cachorro que você gosta mais. Isso é natural eu acho. (*Cachorreiro 7 - bombeiro*)

#### *A convivência de duas doutrinas no BPCães*

No BPCães, como apontei na dissertação de mestrado (OLIVEIRA NETO, 2016), existe um conflito entre os dois grupos: aqueles que defendem o binômio fixo e aqueles que defendem o binômio variável. Nas entrevistas, alguns policiais eram enfáticos em

afirmar que o trabalho ali era feito com binômio fixo, enquanto outros argumentavam que a estrutura de trabalho se baseava na doutrina do binômio variável.

O jeito que a gente prefere trabalhar é cada policial com seu cão, certinho *né*, pra ter aquele vínculo um pra um, sabe? Mas eu mesmo, eu gosto que os meninos conduzam meu cão sempre que podem. (*Cachorroiro 2* - policial)

Cada policial da equipe tem seu cão, cuida dele em tudo que ele precisa. Treino, alimentação, banho, cada um cuida do seu. Aí vai criando aquela intimidade, que precisa *pro* binômio. (*Cachorroiro 12* - policial)

Deu muito problema pra gente, principalmente pros cães, isso de o policial ter um cão e trabalhar só com ele *né*. Foi complicado pros cães, deles ficarem às vezes dias trancados na baia. Então hoje o canil trabalha de outro jeito, e os policiais trabalham com diversos cães, não só aquele preferido, o queridinho, o que recebeu no curso. (*Cachorroiro 10* - policial)

É essa minha luta aqui, você lembra disso. Daquela vez a gente já falava disso, dessas dificuldades. E até hoje tem policial aqui, cabeça dura, cabeça dura mesmo, que insiste no binômio [fixo]. Isso precisava acabar, mas tem muita cabeça dura, gente que não quer e não vai mudar. Mas antes eu pensava assim: olha, esse pessoal uma hora vai sair, vai pra reserva, e a meninada que entra, eles são mais abertos pra mudança. Mas nada viu. Tem muito menino novo aí, que fez o curso comigo, ouviu tudo q eu já te disse, e hoje trabalha só com o cão dele. É muito difícil. (*Cachorroiro 21* - policial)

Acaba que fomenta até aquela paixão de *pet*, egoísta, possessiva. E sem essa coisa de cada um trabalhar só seu cão, ficou melhor pra gente dar a manutenção correta. Ficou pra trás essa ideia do binômio exclusivo com aquele cachorro, ou com esse aqui, e que só eu pego e ninguém mexe. Melhorou bastante o trabalho. (*Cachorroiro 16* - bombeiro)

Ao contrário do canil do BBS, o BPCães é uma unidade com grande quantidade de recursos humanos e caninos. São mais de cem policiais ali lotados, e um quantitativo canino que fica próximo de cinquenta animais. Além disso, suas demandas são praticamente diárias. Enquanto os *cachorroiros* bombeiros relatam passar a maior parte dos dias do ano sem demandas para suas atividades fim, os *cachorroiros* policiais militares atendem chamados praticamente todos os dias.

Além do que as competências atribuídas aos *cachorroiros* policiais militares implicam uma maior diversidade de demandas a serem atendidas, desde o policiamento ostensivo até a captura de fugitivos, além das buscas por explosivos e entorpecentes e do apoio em operações de outras instituições. A maior carga de demandas da polícia militar exige um maior e mais diversificado contingente humano e não humano.



O BPCães é um batalhão cujas equipes diárias são formadas por pelotões, o que lhes confere maior autonomia do que a concedida aos integrantes do canil do BBS. Cada pelotão possui um líder, normalmente um oficial de baixa ou média patente. Cada pelotão possui também um referencial técnico, uma autoridade sobre as questões técnicas e teóricas do trabalho com os cães. Durante a observação do trabalho no BPCães, percebi que algumas equipes trabalham com o binômio fixo, enquanto algumas trabalhavam com o binômio variável.

O tamanho da unidade, expressa no número de integrantes humanos e caninos, bem como a maior autonomia das equipes compostas por pelotões são os fatores que permitem a existência de práticas divergentes no que diz respeito ao binômio e ao trabalho do canil. Em outras palavras, o conflito entre as duas doutrinas revela como o contexto estrutural, de recursos materiais, humanos e animais, de cada canil pesquisado, reflete em suas estruturas de organização e de hierarquia.

O conflito de doutrinas também aponta para a condição transitória do cão como ferramenta – objeto -, e como elemento formador do binômio – sujeito. A doutrina do binômio fixo destaca tanto a necessidade de estabelecer relações intersubjetivas para uma maior eficiência do trabalho, quanto que cada cão é dotado de qualidades e preferências particulares. A doutrina do binômio variável valoriza a eficiência prática através da padronização/homogeneização das relações e das interações entre humanos e cães, reforçando a condição do cão como ferramenta.

## 7.2 – Gostar de cão é diferente de gostar de trabalhar com cão

### *Motivação emocional para o trabalho com cães*

O trabalho dos *cachorreiros* é centrado na interação com esses animais. Por isso, é de se supor que aqueles que ali trabalham estejam no grupo dos que gostam de animais, mais especificamente, das pessoas que gostam de cães. Isso porque, logicamente, existem na sociedade pessoas que não simpatizam com a presença canina, além daqueles que possuem grande temor ou até ojeriza. Poderíamos supor então que os *cachorreiros* buscaram sua profissão motivados pela vontade de trabalhar com cães. De fato, a maior parte dos *cachorreiros* relata gostar de cães. Em seu estudo sobre canis policiais, Sanders constata: “*Most of the officers/trainees were “dog people” in that they had been raised in households that include at least one dog and currently lived with house dogs in addition to their patrol dogs*” (SANDERS, 2007, p. 13).

Porém, a partir das entrevistas e também do que ouvia nas conversas informais, esta afirmação se mostra problemática, por dois motivos principalmente. Primeiro, porque nem todos os *cachorreiros* escolheram trabalhar naquela unidade, e isso implica na possibilidade de pessoas que não gostassem de cães fossem lotadas naquelas unidades. Segundo, porque o *gostar de cães* é uma representação plural, que engloba uma série de crenças e práticas. É uma representação que faz do cão seu objeto, principalmente o cão *pet*, e, por isso, traz alguns conflitos com o contexto de trabalho.

De acordo com as entrevistas, é comum os policiais e bombeiros que buscam os canis para trabalhar alegarem que são motivados por sua afeição a animais, especialmente ao cão. É o que Kendra Coulter chama de motivação emocional:

People’s feelings about animals can influence their decision to pursue interspecies work and occupations. In fact, workers doing different types of animal work say that their “love” for animals inspired their employment choices, illustrating the concept of emotional motivation [...]. (COULTER, 2016, p. 36)

A maior parte dos entrevistados e dos *cachorreiros* com quem conversei declararam ter entrado no canil por vontade própria e por diferentes motivos, dentre os quais a motivação emocional foi o mais recorrente.

Então quando as pessoas vêm trabalhar aqui geralmente é aquele que gosta de cão, é de *pet*, porque o Brasil não tem cultura de cão de trabalho, é de cão *pet*. E a gente tem mudado muito essa, essa visão, por causa desse curso que o X<sup>106</sup> fez lá com o Y, que ele realmente usa o cão, ou trabalha com o cão, como o cão é. Respeita a natureza do cão e usa esse cão pra benefício de toda a humanidade né, que é buscar pessoas em áreas colapsadas. (*Cachorro 20 - policial*)

Eu sempre cuidei de cães desde a minha adolescência, sempre. Hoje eu tenho um labrador que tá com doze anos. Então sempre gostei dessa área específica. (*Cachorro 05 - bombeiro*)

Desde que eu decidi fazer o concurso da PMDF, eu só fiz porque tinha canil. Eu tinha um amigo que era caveira e ele viu que eu estava estudando para concurso, e ele falou: X, você sabia que lá na PM tem canil? E eu falei: não, não sabia. Aí ele me mostrou como que era, me explicou, e aí no mesmo dia eu tranquei o cursinho que eu estava fazendo e transferei pro da PM. Era tudo que eu queria, trabalhar com cachorro. (*Cachorro 4 - policial*)

Ainda nesta direção, parte dos *cachorreiros* entende que gostar de animais é um requisito essencial para ser *cachorro*. Esta condição faria parte daquelas qualidades pessoais sem as quais não se produz a competência policial (MONJARDET, 2012):

Nesse tipo de trabalho não adianta você só querer, você tem que ter o perfil. Esse perfil específico de trabalho com cães. Não é um perfil simples, é um pouco complicado. Você se abdica de muita coisa. Aquele que acha que só precisa gostar de cães, esse normalmente quebra a cara. (*Cachorro 9 - bombeiro*)

Eu sempre tive uma vontade de trabalhar, de desenvolver um trabalho com cães. Desde pequeno eu sempre me dei muito bem com cães, eu sempre gostei de cães, sempre tive cães em casa. Eu vim a trabalhar no canil através de um convite do nosso comandante, o sargento X, que somos do mesmo concurso. E aí quando eu vi o trabalho sendo desenvolvido por ele, um trabalho bonito e interessante, eu aceitei o convite. (*Cachorro 3 - bombeiro*)

O nosso curso, ele é longo, são três meses. Tem que ter afinidade, tem que gostar. E a maioria da galera que vem, vem por livre espontânea vontade, porque gosta de trabalhar com cães, gosta de trabalhar com animais. O bombeiro ele tem que gostar de cachorro. Uma das características que a gente mais prima, a pessoa gostar, gostar de animal. Aí o resto a gente vai moldando aqui mesmo, nós vamos moldando a pessoa. E com o tempo de experiência, de convivência, ele vai adquirindo a experiência. Mas o principal, o básico, é gostar de animais, porque se você pega uma pessoa que não tem afinidade, não tem aquele apego com o animal, com o manejo, aí não adianta. (*Cachorro 1 - bombeiro*)

Por outro lado, parte dos *cachorreiros* é lotada no canil após terminarem seus cursos de formação. São aqueles que entram nos canis ainda novinhos, sem experiência

---

<sup>106</sup> Por questão de sigilo, os nomes mencionados nas entrevistas foram substituídos pelas letras X e Y.

prévia em outras unidades de policiamento. Por ser uma entrada alheia à sua escolha, foi neste grupo que encontrei tanto aqueles que tinham por motivação inicial o trabalho no canil, quanto aqueles que diziam não possuir interesse prévio tipo de trabalho.

Dentre os que foram lotados alheios à sua vontade havia aqueles que se mostravam neutros em relação aos animais, ou seja, não diziam que gostavam, mas demonstravam ter problemas em lidar com eles, e havia outros que, ao contrário, falaram que não gostavam do contato com estes animais.

Em 2008 eu vim trabalhar aqui. Me apresentei na companhia de PATAMO, aí o comandante determinou que eu viesse aqui, pra companhia de cães na época né. Eu realmente não, era um lugar que eu não gostava, nunca nem tinha imaginado trabalhar. Não gostava de cão, tinha muito receio, assim, de animal. Acabou que quando eu me apresentei aqui, ia iniciar o curso de cinotecnia, quinze dias logo, quando eu cheguei aqui. Aí acabei que eu me matriculei no curso, e fui aprendendo a gostar de cão. No final do curso já tinha me ambientado. Mas, o curso, foi bem difícil assim, pra mim. Até pensei muitas vezes em voltar lá pra Taguatinga. É um curso grande né, tem muito contato com o cão, e era uma coisa que eu não gostava. Mas acabei gostando. (*Cachorroiro 17 - policial*)

Bem, antigamente aqui era só um complexo, era o chamado BOPE. Eu vim aqui por ordem depois que acabou meu curso de soldado. Terminei meu curso de soldado, de formação de soldado, éramos duzentos e cinquenta policiais novos pra compor uma nova companhia, aí mandaram por ordem, eu não tive escolha. Aqui vários... Os outros integrantes escolheram pra onde foram, as unidades, de acordo com a possibilidade de vagas que tinham disponível lá, e a gente não. Eles pegaram duzentos e cinquenta no meio da tropa, nós éramos mil trezentos e alguma coisa de policiais recém-formados e mandaram pra cá, por ordem. (*Cachorroiro 14 - policial*)

Os dados coletados apontam que tanto o *gostar de cães* não é um requisito essencial para que um policial ou bombeiro se torne *cachorroiro*, quanto que é possível aprender a *gostar de cães* – que na verdade, como veremos adiante, é um *gostar de trabalhar com cães*. Aqueles que não se adaptam ao contato direto com os animais buscam funções onde este contato não seja necessário, como, por exemplo, as funções administrativas.

O pessoal aqui a maioria gosta de rua né, do serviço de rua, e com cachorro. Não gostam de administrativo não. Mas eu procurei servir no administrativo, assim, porque eu me identifico mais né, e porque não tem o cão ali com você toda hora. Não tem a responsabilidade de ter o cão, e tudo que vem junto. Então assim, o administrativo é bom pra mim. Mas a maioria do pessoal aí não gosta não. Pode ver. (*Cachorroiro 17 - policial*)

Porém outros relatam ter aprendido a gostar de cães, um aprendizado já em contexto de trabalho e diferenciado do contexto de cão de estimação. Juntam-se a esses os *cachorreiros* que relataram que entraram no canil por gostar de cães, no sentido comum, e que ali aprenderam uma nova forma de gostar, que é a relativa a trabalho.

De fato, pessoas podem trabalhar com animais, ou em locais de trabalho animal, sem fazer parte do grupo de pessoas que gostam de animais. Porém, em um grupo em que gostar de animais é um de seus principais valores, o não gostar pode gerar conflitos pessoais e interpessoais, os quais deverão ser contornados com alguma estratégia, como, por exemplo, optar pelo trabalho administrativo. Em sua pesquisa de campo, Segata relata a tensão envolvida quando revela a uma de suas interlocutoras que não possuía nenhum animal. A tensão é quebrada, pelo pesquisador, com a afirmação de que não possui, porém *gosta de animais*. A leitura deste trecho, na íntegra, revela a importância deste valor para os integrantes das redes sociais dos *pets*.

Enquanto Paula me mostrava a loja, eu ouvia atento as suas explicações e seguia ela com um gravador na mão. Ela apenas pararia, quando minha resposta a uma de suas perguntas foi negativa.

– Você cria que tipo de animal?

– Na verdade, eu não tenho nenhum. Depois de uma pequena pausa acrescentei, “mas gosto”.

Como ela continuava parada, eu continuei.

– Já tive mais de um cachorro, mas faz algum tempo e também já tive gatos. Na verdade, houve um tempo em que meus pais foram acolhendo os gatos que apareciam lá em casa - eles moram em um sítio e há lá um grande rancho, com estábulos para as vacas, um depósito de milho, madeiras e outras coisas. Os gatos ficavam por lá caçando os possíveis ratos. Como recompensa, pela manhã e pela noite, minha mãe deixava em uma gamela um pouco do leite que tirava das vacas. Daí eles foram chegando e ficando.

Paula riu e eu fiquei mais aliviado - de início, pensei que isso pudesse ser um novo impeditivo para o meu trabalho. Mas depois ela me perguntou se eles ainda continuavam lá. Então eu expliquei a ela que teve um dia em que achamos que alguém na vizinhança havia envenenado carne ou que eles haviam comido algum rato morto por veneno - pois muitos deles morreram em uma mesma semana, outros adoeceram bastante - mas que no fim das contas outros ainda continuam por lá. Havia sido triste, eu contei, mas como eu vivia na correria da faculdade e do trabalho, nem acompanhei a coisa toda, só sabia à noite ou no dia seguinte, quando minha mãe ou meu pai me diziam “morreu mais um, morreu mais dois”.

– Não sei como pode ter gente que faz isso - por aqui aparece muito bichinho envenenado assim. E isso é bem comum. Alguns dá para salvar, terminou ela.

– Mas eu pensei que você criava bichos, sentenciou então, rompendo aquele pequeno silêncio que tinha se formado enquanto ambos seguíamos pelo corredor. (SEGATA, 2012, p. 84-85)

Durante meu trabalho de campo, recorrentemente fui questionado se possuía cães de estimação. Passado certo tempo de contato com os interlocutores da pesquisa, a maioria

deles já sabia sobre minhas cadelas, e as perguntas sobre eu gostar ou não de animais foram cessando. Dentro de algumas relações sociais, não gostar de animais pode ser tomado como um elemento moral negativo. “*Não se deve confiar em quem não gosta de animais*”, me disse certa vez um *cachorroiro* quando tratava da reação dos abordados em fiscalizações na rodoviária.

Mas não é a dimensão moral de não gostar de animais que é visto como problemático para se formar *cachorroiro*. Cabe lembrar que cães de trabalho não são cães *pet*. Assim, uma pessoa que gosta de cães de estimação, que tem um histórico de convívio com esses animais em casa e na família e que gosta de interagir com eles, não necessariamente possui os pré-requisitos necessários para o trabalho com cães policiais. De fato, a familiaridade com os animais normalmente traz consigo um menor medo e insegurança na interação humano-cão, além de conhecimentos práticos que podem ser úteis ao trabalho. Mas pode trazer também elementos indesejados para os *cachorroiros*.

A relação desenvolvida entre humanos e seus *pets* é construída a partir de elementos de sua socialização primária (DUBAR, 2005), e também a partir de sociabilidades fora dela. Como apresentado anteriormente, muitas das práticas e representações típicas da relação entre tutores e *pets* não encontram espaço no trabalho dos *cachorroiros*, trazendo à tona as diferenças entre o cão de estimação e o cão de trabalho.

Como ferramenta da atividade policial, os cães policiais não podem ser individualizados da mesma maneira que são os cães de estimação. Como precisam atender a expectativas de performance, seus comportamentos devem ser semelhantes uns dos outros si. Essa forma diferente de tratar os cães de trabalho dialoga com as representações sobre ele e com a relação afetiva que vão construir. Segundo Baptistella, “[...] *o vínculo emocional determina o comportamento diante deste ou daquele animal, mesmo que eles sejam da mesma espécie.*” (BAPTISTELLA, 2015, p. 137). Em caminho inverso, e plausível, as exigências de comportamento perante um animal determinam o vínculo emocional a ser estabelecido. No caso do cão de trabalho, sua condição de ferramenta impõe um tipo de comportamento a ser direcionado a ele por seus condutores, fomentando vínculos emocionais diferentes dos fomentados em outros contextos.

Existe uma relação dialógica entre a representação do cão como ferramenta e o discurso do gostar de trabalhar com cão. O *cachorroiro* precisa aprender como se maneja

um cão de trabalho para então gostar de trabalhar com cão. Isso, levando-se em conta que é tratando o cão como animal de trabalho que ele vai sendo formado como tal:

É importante sempre a postura que você tem que ter com o animal, de maneira que você seja, vamos dizer assim, um líder pra ele. Porque o cão ele precisa ter essa visão de seguidor. Então se você não souber se portar, que é uma coisa que a gente aprende durante o curso, se você não souber se portar diante do cão e a forma como você vai trabalhar, você acaba fazendo com que o cão tenha, vamos dizer assim, um domínio sobre você. Isso a gente viu na prática [durante o curso], realmente. No início, quando você ainda tem um certo receio, um certo medo de trabalhar com o cão, você vê que ele começa a crescer um pouco pra cima de você, e se tornar um pouco mais desobediente. Aí depois que você vai pegando toda a técnica, toda a forma de conduta, de trabalho, você vai vendo como o comportamento dele vai melhorando. (*Cachorro 10 - policial*)

Nesse sentido, o gostar de trabalhar com cães revela a intersubjetividade presente na atividade dos *cachorreiros*. Mesmo na posição de ferramentas, são os cães que dão o retorno sobre a conduta do *cachorro*. Se o *cachorro* o trata da maneira correta, seu desempenho é otimizado. Se o trata da maneira incorreta, seu desempenho é reduzido. Porém, e aí a intersubjetividade se destaca, o cão não é um objeto dependente da ação humana. O cão reage e age sobre o humano. Diferentes cães respondem de diferentes maneiras aos estímulos, e cabe aos *cachorreiros* coordenarem ações e reações para que o animal desempenhe as performances desejadas. Se o cão desobedece a um comando, o *cachorro* deve encontrar uma maneira de fazê-lo obedecer, e, assim, se tornar cada vez mais ferramenta.

Sendo assim, daqui em diante, uso o termo *gostar de animais* para me referir ao sentimento de satisfação individual em estabelecer relações e interações com animais de estimação, e todas as representações e práticas nelas envolvidas. Da mesma maneira, utilizo o termo *gostar de trabalhar com cães* para me referir à satisfação individual em realizar o trabalho com animais e estabelecer interações interespecíficas compatíveis com o contexto de trabalho.

#### *Aprendendo a gostar de trabalhar com cães*

Se os policiais e bombeiros que optam por trabalhar nos canis o fazem por uma motivação emocional baseada em expectativas que diferem do real contexto de trabalho, são os processos de seleção e formação que precisam dar conta dessa questão. O discurso

dos *cachorreiros* aponta para a importância dos cursos para a desconstrução das expectativas dos novatos relativas ao trabalho com cães ser semelhante à interação com cães de estimação.

O curso é uma coisa muito... Tem o edital, aí vem as provas lá de, de seleção. Então o cara lá “*ah, gosto de cachorro*”, o cara pensa assim né, aí vai, vê o edital, “quero fazer esse curso”. Aí ele faz lá, passa pelo todo o processo seletivo, e aí ele faz o curso, chega no final do curso ele é aprovado. Muitas vezes aquele aprovado não, nem quer vim trabalhar aqui. E às vezes nem tem o perfil pra trabalhar aqui, quer só o conhecimento, pra de repente trabalhar na folga, fazer outra atividade. (*Cachorroiro 11 - bombeiro*)

Eu acho que é uma ferramenta essencial [os cursos] pra formar o *cachorroiro*. Eu acho que pra ele lidar com os cães ele tem que, ele tem que passar por essa etapa. Seja pra quebrar alguns paradigmas, *né*, e alguns medos que você tem, seja pra você aprender mesmo a lidar com a questão comportamental, a forma como você vai conduzi o cão. [...] Nesses quatro meses de curso eu fui aprendendo e vivenciando e conhecendo a realidade tanto do batalhão quanto a realidade *pra* trabalhar com os cães. Porque, embora eu sempre gostei de animal, de..., principalmente de cachorro *né*, de cão, sempre o pessoal falava que o trabalho, que você trabalhar com o cão é diferente de gostar de cão, *né*, de cachorro. Porque são trabalho, são coisas que apesar de bem parecidas, são diferentes. E isso eu vi na prática, realmente tem alguns pontos bem diferenciadores que fazem *que* a realidade do cão de trabalho seja totalmente diferente do cão *pet*. Então durante o curso eu fui aprendendo como lidar com isso, a forma como trabalha, e fui gostando ainda mais. Já gostava, e fui pegando ainda mais prazer nesse trabalho com os cães. (*Cachorroiro 10 - policial*)

Ao desconstruir expectativas prévias, consolidar novas formas de pensar e de sentir os cães, os cursos não apenas disciplinam os corpos humanos e animais em cima das performances que *cachorroiro* e *K9* precisam desempenhar como também apresentam novas representações sociais aos alunos. São novas formas de pensar o próprio animal, seu comportamento, suas necessidades, e que vão impactar tanto na forma prática da interação humano-cão, quanto na representação de satisfação profissional.

A representação dos cães *pet* é uma representação plural, que orienta a conduta dos indivíduos em diversos níveis de antropomorfização de seus animais. Em outras palavras, os tutores de *pets* humanizam seus animais de maneiras e níveis diferentes. Quais seriam então as formas de humanização recorrentes em animais de estimação que são prejudiciais para o trabalho com cães policiais, sobre as quais os cursos precisam atuar?

Um primeiro aspecto diz respeito à noção de posse e de individualidade. Enquanto ferramentas, os cães policiais não são propriedade de seus condutores, mas sim das corporações. Teoricamente são ferramentas à disposição para o uso de quem precisar, o



que nem sempre ocorre na prática, pois cada condutor acaba por ter um cão considerado seu. Mas esse cão não pode ser adestrado a se comportar a revelia dos padrões do canil:

Muitos vêm trabalhar aqui porque dizem que amam cão né, e continuam Quando chega uma turma nova pro curso, pergunta: ah, porque você quer vir trabalhar no canil? Ah, porque eu amo cão, eu gosto de cão. E a gente sempre tem falado, olha, há diferença entre gostar de cão e gostar de trabalhar com cão. Porque muitas pessoas misturam o amar né, um amar possessivo, paixão, e muda a vida do cão pra se adaptar a dela. É o que têm feito hoje, o pessoal tem feito hoje é humanizar os cães. É que ama o cão? Não. Eu gosto de ter a companhia do cão, mas do meu jeito, cheirosinho, que não solta pelo, (risadas), que não morde, morde quando eu quero. É complicado (risada). (*Cachorroiro 20 - policial*)

São as práticas fomentadas dentro do trabalho com cães que definem os parâmetros da experiência de relação interespecie, tanto para humanos quanto para cães. De acordo com Sanders:

Occupational expectations, common work situations, and the defined characteristics which lead to some dogs being selected and others rejected shape the service relationships and the emotional experience of both the humans and the non-humans involved. (SANDERS, 2007, p. 32)

Alem da condição de ferramenta do cão policial, outros elementos característicos do trabalho dos canis fogem à expectativa oriunda da motivação emocional de gostar de cães. Dentre elas, merece destaque a presença do que Kendra Coulter (2016) chama de *trabalho sujo*, e que representa aquelas tarefas de cuidados básicos, que poderíamos também chamar de trabalho bruto/duro. São tarefas como dar banho, rasquear, eliminar excreções e fazer a limpeza das baias. Quanto maior o plantel animal do canil, maior o volume desse trabalho.

Interspecies work is a visceral, embodied experience, and when dealing with animals directly, physical interactions means bodies are involved in the fullest sense. As a result, dirty work is also involved. Dirty work refers to work that is deemed degrading and/or undesirable. It often refers to work that is physically unpleasant, involves dealing with bodily fluids, excrement, and the like. (COULTER, 2016, p. 32)

As pessoas que dizem gostar de animais, até mesmo aquelas que não só dizem, mas que possuem animais de estimação, nem sempre gostam de realizar essas tarefas. Talvez, possamos dizer que grande parte dos tutores de animais não gosta desse trabalho, e o contornam de diferentes maneiras. Por exemplo, as rações são utilizadas tornar os

excrementos do animal mais sólidos e menos fétidos (LEWGOY; SORDI, 2012; MAZON; MOURA, 2017; OSÓRIO, 2019), enquanto os banhos regados a condicionadores e perfumes controlam os pelos e odores do corpo do animal (SEGATA, 2012). Grande parte do mercado *pet* está direcionada para o controle da *animalidade animal* (VIANNA, 2015), a qual muitas vezes está relacionada com esse *trabalho sujo* (COULTER, 2016). São os serviços de pet shop citados acima, mas também serviços veterinários (SEGATA, 2012), serviços de adestramento (BAPTISTELLA, 2015), além de produtos como fraldas e coletores de excrementos. Esse é o custo da humanização dos *pets*<sup>107</sup>.

No caso do trabalho com cães policiais, as estratégias dos tutores de *pets* para contornar o *trabalho sujo* (COULTER, 2016) e as *animalidades animais* (VIANNA, 2015) nem sempre são opções viáveis. Por exemplo, por mais que o condutor tenha levado seu animal para o *besoin* antes de entrar na viatura, e por mais que o alimento com ração adequada, pode ocorrer de o animal defecar dentro da viatura, ou em locais públicos, o que exigiria do *cachorro* recolher o excremento e limpar o que ficou sujo. Por isso, todos os *cachorritos* devem ser aptos a realizar esse tipo de trabalho:

Acaba que as pessoas que estão dentro de um batalhão operacional [...] reúnem características semelhantes. Então um ou outro vão dezoar um pouco daquela homogeneidade. [...] Primeiro tem que gostar de cachorro, então só fica aqui quem gosta de cachorro, porque muitas vezes ele vai te sujar, que é o que acontece. As vezes ele vai te sujar de terra, mas as vezes ele te suja de coco. Então precisa gostar de cão[...]. (*Cachorro 4 - policial*)

Nesse caminho os cursos apresentam aos novatos uma realidade que, provavelmente, não fazia parte da motivação emocional que os levou até ali. Durante os cursos os alunos são direcionados para realizar um grande volume de trabalho sujo. É um processo no qual as expectativas de trabalhar com grandes apreensões de drogas, com a perseguição de suspeitos ou com a localização de artefatos explosivos, se encontram com a parte invisível do trabalho, com os bastidores dos canis, distante das suas representações mais célebres.

---

<sup>107</sup> Se de uma maneira geral sobressai ordinariamente a ideia de que esses animais em especial são tratados como humanos, eu começava a perceber que essa humanidade e a sua manutenção tinha um custo - refiro-me ao tempo despendido, aos cuidados, os investimentos tecnológicos, às disputas de mercado, e é claro, às implicações financeiras. (SEGATA, 2012, p. 78)

## *O trabalho sujo dos cachorreiros*

Em primeiro lugar, cabe destacar que o termo trabalho sujo aqui se refere ao definido por Coulter (2016), e não possui relação com outra forma de trabalho sujo que será tratado no capítulo 8, que é o trabalho sujo da polícia (MATTOS, 2012). O trabalho sujo dos *cachorreiros* conteúdo presente na representação de gostar de trabalhar com cães, e refere-se a tarefas indesejadas. Para avançar na compreensão dessa representação, cabe definir quais são essas tarefas, quando ocorrem, como ocorrem e quem as realiza.

A primeira, mais evidente e já citada acima, é o trabalho de cuidado. Existem diferenças importantes na condução desse trabalho pelos dois canis pesquisados. No canil do BBS, com menor estrutura e plantel canino e humano, são os *cachorreiros* que realizam todas as tarefas de cuidado. Desde a alimentação até cuidados veterinários básicos, são as equipes que estão de serviço que cumprem, diariamente, essas tarefas:

A partir das 17 horas a gente faz a manutenção do local *né*, a faxina, e lá pras 19 horas a gente dá a alimentação, isso num expediente normal. (*Cachorreiro 1 - bombeiro*)

O cara que é especialista em busca e resgate com cães, ele tem que fazer a faxina do *box* do cachorro. Ele tem que ser veterinário, ser entre aspas, porque ele não tem a formação de veterinário e o corpo de bombeiros não dá essa formação *pro* cara. (*Cachorreiro 3 - bombeiro*)

Aqui a gente reveza *né*, então a ala que tá hoje comigo pegaria três cães, e daria banho em três cães. Isso na parte de banho *né*, banho e rasquear, a limpeza individual de cada cão. Aí a outra ala pegaria mais três cães e daria banho nesses três cães. Agora a limpeza [das baias], quem tá de serviço faz a limpeza, saindo do serviço. E também alimenta os cães, duas vezes por dia. (*Cachorreiro 3 - bombeiro*)

O trabalho de cuidado é uma demanda essencial que, se não cumprida, pode comprometer não apenas o trabalho do canil como a própria saúde dos cães. Além disso, por ser dividida entre todos os *cachorreiros*, a não realização de alguma dessas tarefas seria percebida pelos integrantes da escala seguinte, criando um sistema de controle dessas tarefas. Nesse sentido, gostar de trabalhar com cães implica em realizar, sem resistência, o trabalho de cuidados básicos. E não sejamos ingênuos, apesar de serem tarefas de baixa complexidade, em sua maioria, as tarefas do cuidado exigem tempo e esforço, e ocupam parte substancial da rotina de trabalho dos *cachorreiros* bombeiros.

No caso do BPCães, parte das tarefas de cuidado são realizadas por equipes específicas, compostas por praças que não possuem os cursos de formação, e por alguns que não possuem interesse em realizar tais cursos e se tornar *cachorreiros*. Também existe um serviço terceirizado de limpeza que, regularmente, higieniza as baias dos cães, como também toda a estrutura do canil. Ainda assim, o discurso é de que o cuidado básico dos cães é responsabilidade dos condutores:

O cuidado do cão é todo do policial né. Assim, a preocupação que a veterinária tem, que a gente tem, é ver com a limpeza do box né, com o ambiente do cão, e com o aspecto do cão. O policial ele tem que fazer toda a limpeza do cão, rasqueamento, limpeza de limpar a orelha, verificar o cão se ele apresenta alguma coisa errada. Aí o cão geralmente é responsabilidade do policial. (*Cachorroiro 06 - policial*)

A organização do trabalho em escalas de 24 por 72 horas implica que policiais e bombeiros não estão todos os dias no canil. Dessa forma, seria impossível que cada *cachorroiro* cumprisse com todas as tarefas de cuidado básico de seu animal, retomando as dificuldades da manutenção de treinos dos cães na doutrina do binômio fixo, tratados no subcapítulo 7.1. Por isso existem equipes específicas para alimentação e limpeza no BPCães, por exemplo. O que se espera então é que os *cachorreiros* policiais assumam as tarefas de cuidado específicas de seus cães nos dias que estiverem de serviço:

É como se aqui eles [*cachorreiros*] tivessem que trabalhar além do que o policial de outras unidades trabalham, mas aqueles policiais que realmente gostam do cão. É aquele que tá na hora de ir embora, mas ele não vai embora. Por quê? Porque tem que dar a liberdade do cão, ele vai rasquear o cão, vai cuidar da baia dele antes de ir embora, vai deixar limpo. Isso aí que é o extra, e que realmente fala: *ah* pra trabalhar naquela unidade você realmente tem que gostar muito. Porque o outro não, ele terminou o serviço, entregou a arma, ele pode ir embora. Aqui não, mas aquele que de fato gosta. Aí que você vai ver a diferença do policial que fala assim: *ah*, eu gosto de cão. Ou gosto, mas não gosto. Porque se você gosta, você vai tratar bem, vai deixar arrumadinho né. (*Cachorroiro 21 - policial*)

Neste sentido, o trabalho sujo é elemento de diferenciação entre o trabalho realizado pelos *cachorreiros* e o trabalho realizado pelos policiais e bombeiros não *cachorreiros*:

É muito diferente, porque aqui a gente pensa muito no cão. [...] Então a gente tem que ver se o cão tá bem. Primeira coisa é olhar *pro* cão e ver se ele tá bem, se ele tá alimentado. Depois você vai ter que se preocupar se a vasilha de água

dele tá dentro da viatura. Se tem a água pra ele, pra quando ele ficar com sede. Você tem que saber quando você chega no local, se você pode soltar ele, se é seguro. Se tem pessoas que podem ser mordidas, se tem outros cães. [...]. Então é muito diferente, mesmo. Quando você não tem o cão, num outro batalhão, você vai lá, faz a sua abordagem, leva pra delegacia, pronto, resolveu. A gente não. Aí depois a gente vai pegar ele [cão], vai trazer pra cá [canil], vai montar um ponto se for necessário. E geralmente é necessário montar uma pista pra ele achar a substância ou a arma. Vai passear com ele pra ele fazer as necessidades dele. Então é toda uma rotina, antes de sair, durante e depois, totalmente diferente. (Cachorroiro 6 - policial)

Ao diferenciar o trabalho de *cachorroiros* daquele dos não *cachorroiros*, o trabalho de cuidado assume a forma de um trabalho extra, em dois sentidos. No primeiro porque, a depender das ordens de serviço, as equipes da escala têm a maior parte de seu tempo preenchido com atividades que não são de cuidado, levando o *cachorroiro* a estender seu tempo de trabalho –sem remuneração – para conseguir dar cabo de tais tarefas. No segundo, como uma forma de trabalho que extrapola os limites do que é trabalho de polícia-bombeiro. No capítulo 8 tratarei com mais detalhes sobre a representação do policial verdadeiro, e das situações em que ele é forjado (PORTO, 2017). Cabe adiantar aqui, resumidamente, que o que essa representação privilegia como trabalho de polícia e, *mutatis mutandis* também o de bombeiros, são aquelas situações de ação-adrenalina-risco (CHADUD, 2013; NATIVIDADE, 2009; PORTO, 2017;). Essa representação também está presente entre as motivações dos *cachorroiros* para sua escolha profissional, ou seja, também faz parte de suas representações sociais:

Particularmente por se tratar de trabalhar com o cão, e nunca tinha trabalhado com cão. E, por exemplo, eu trabalhei na cavalaria, mas eu não gosto de cavalo. E aí quando eu vim pra cá, você passa, praticamente, você passa uma semana nos pelotões. Aí fui trabalhar no especial, no terceiro pelotão, que depois eu até passei lá um período, antes de vir fazer o curso. Por sinal trabalhei com o X, e a gente, num trabalho na rua, eu falei: Posso te acompanhar? Ele falou: Não, pode, vamos. Aí quando foi lá no meio do mato, o cão foi e encontrou maconha. Caramba, eu fiquei assim, caramba, o cara encontrou a droga. E eu na hora pensei, cara, eu quero isso aqui pra mim. Eu quero isso aqui. Aí comecei a me dedicar né, fui me envolvendo, e agregou mais ainda né, daquilo que eu queria. Um lugar que eu já queria trabalhar, e quando eu vi aquilo, era mais ainda. Então assim, profissionalmente eu me realizo aqui no BPCães. Tanto que era pra eu já tá na curva né, pra baixo, me aposentar. Mas to apontado pra cima. (Cachorroiro 02 - policial)

O trabalho em si é algo fantástico. Por exemplo, o meu pelotão, a gente tá saindo de manhã, à tarde e à noite. Eu gosto de rua né, eu gosto dessa dinâmica. Mas ano que vem eu vou precisar desacelerar né, porque ano que vem eu vou me aposentar, então eu preciso diminuir esse ritmo. Mas o trabalho ele é fantástico né, o meu pelotão né, nós tiramos das ruas, nesses últimos três meses,

aproximadamente 300 quilos de droga. Pra polícia militar, isso aí é muita coisa. (*Cachorroiro 15* - policial)

O trabalho é difícil, que eu mesmo, quando eu saio de manhã daqui, ei saio moído, eu saio moído. Mas eu saio realizado, com sentimento de dever cumprido, de que você retirou drogas das ruas, salvou vidas sabe. (*Cachorroiro 06* - policial)

Surge então outra ambiguidade relevante sociologicamente para a compreensão do trabalho dos *cachorroiros* e de sua relação com os cães: o trabalho de cuidado, como um trabalho sujo, assume duas posições. A primeira é de componente da identidade dos *cachorroiros*, integrando o pacote simbólico do *gostar de trabalhar com cães*. Os dados coletados atestam que é preciso gostar de trabalhar com cães para trabalhar nos canis, e uma dimensão fundamental dessa forma de gostar é arcar com o trabalho sujo. Ao mesmo tempo, o trabalho de cuidado, que integra o trabalho sujo – indesejado – é considerado um trabalho que extrapola o tempo de serviço e a competência dos policiais. Essa situação é semelhante àquela descrita por Coulter (2016) sobre o trabalho de cuidado dos cavalos de corrida, o qual não é considerado um trabalho do rol de competências dos corredores, cabendo a outros profissionais sua realização.

Essa ambiguidade sobre o trabalho de cuidado dos cães expõe o conflito entre duas representações sociais. Por um lado, a representação do que é o verdadeiro trabalho policial, que, no caso dos *cachorroiros*, envolve as atividades fim de detecção, busca e captura, rondas, controle de distúrbios, buscas por pessoas perdidas, buscas por cadáveres, busca por afogados. Por outro, a representação de que o bom *cachorroiro* é aquele que arca com o trabalho sujo de seu cão, ou dos cães pelos quais está responsável.

Para completar essa ambiguidade, existe outra tarefa que também é relatada como indesejada, que é a necessidade de treinamentos de exercícios físicos. Como uma ferramenta, não apenas por sua eficiência, mas por ser, assim como o *cachorroiro*, um representante de sua corporação, é demandado do cão que seu desempenho e porte físico atendam aos padrões esperados. Um cão gordo é, de certa maneira, incompatível com a imagem militar.

Assim como cães gordos são representados pelos meios de comunicação em massa ao lado de donos da classe trabalhadora (KULICK, 2009), os *K9* são representados esguios e altivos, correspondendo ao *ethos* guerreiro dos policiais e bombeiros ao seu lado. Nesse sentido, assim como o animal gordo está relacionado com a inferioridade da classe

trabalhadora ou ao desleixo das classes abastadas como efeito da abundância (KULICK, 2009), o cão policial gordo está relacionado a um *cachorro* desleixado, preguiçoso, ineficiente, ou seja, a um mal *cachorro*. Encontrei cães com sobrepeso em todos os canis que visitei durante as pesquisas de mestrado e doutorado. Porém apenas nos canis militares percebia um controle rígido do porte físico dos animais, acompanhado de fortes cobranças sobre o *cachorro* responsável, e de seu reconhecimento como um *cachorro* inferior.

Para além da imagem de desleixo ou de despreparo, a obesidade animal reflete uma inoperância objetiva de seu condutor. Se seu cão está engordando, é porque o *cachorro* não está trabalhando como deveria. Isso porque se espera que a rotina de trabalho dos animais seja intensa, gerando esforço físico e gasto calórico dos animais – e humanos:

De uns anos pra cá a gente não tem problema mais com a alimentação dos cães. E é uma alimentação até de qualidade. Por quê? Porque os cães são exigidos muito fisicamente. Com essa exigência o desgaste é grande e você tem que ter uma contrapartida de uma alimentação também que dê esse retorno.  
(*Cachorro* 09 - bombeiro)

Tomando como exemplo a realidade dos haras de cavalos de corrida, descrito por Coulter (2016), é possível que o trabalho de cuidado seja realizado por outros profissionais que não os *cachorros*. Isso ocorre nos canis da PRF e da PF, nos quais são profissionais terceirizados que realizam todo o trabalho de cuidado dos cães. Na PF, são adestradores terceirizados que realizam também os treinamentos físicos e parte dos treinamentos de manutenção dos cães, deixando os condutores livres para ocupar seu tempo com outras atividades. No BPCães, parte do trabalho de cuidado também é realizado por outros que não os condutores. Então o que explicaria a representação de que é preciso gostar de realizar o trabalho sujo para ser um bom *cachorro*?

A partir da análise das representações sociais envolvidas na ambiguidade em questão, são duas as possíveis respostas a essa pergunta. A primeira seria a produção subjetiva de satisfação emocional como forma de remuneração para um trabalho que não é financeiramente recompensado:

Na verdade, pra mim posso dizer que nunca foi difícil [o trabalho sujo], nunca teve nenhum obstáculo justamente por isso, por eu já ter uma adaptação desde criança com o cão. E trabalhar com eles pra mim sempre foi uma forma de diversão né, de descontração. Nunca levei *pro* lado assim, é um trabalho, não,

pra mim é sempre uma diversão estar com eles realizando o nosso trabalho.  
(*Cachorroiro 3 - bombeiro*)

A socialização secundária pela qual passam os alunos nos cursos os ensina mais do que as técnicas necessárias para o trabalho, mas também a sentir satisfação mesmo na parcela indesejada, como também na parcela não remunerada do trabalho. Como resultado disso: “*Some may suggest that the chance to work with animals is payment enough*” (COULTER, 2016, p.26). Assim o cão se torna mediador da sensação de satisfação e realização profissional. Bryant já havia alertado para essa questão:

In a study of employee morale in a poultry processing plant (Bryant and King), what ostensibly appeared to be relatively unpleasant or distasteful work, was well tolerated, and even enjoyed, by most of the workers, and one ameliorative consideration here appeared to be the fact that the workers were working with poultry. As one worker put it, "I like to work with chickens." (BRYANT, 1979, p. 410)

Ao aprender a gostar de trabalhar com cães, os *cachorroiros* não apenas interditam práticas e representações típicas dos animais de estimação, mas desenvolvem uma representação de satisfação profissional pelo trabalho com os cães que remunera, em termos de afetividade e reconhecimento, tanto os trabalhos mais indesejados, quanto jornadas extras e não remuneradas:

Acho que quem tá aqui é reconhecido porque gosta da atividade né. Eu, por exemplo, eu trabalho a quarenta quilômetros de casa. Do lado da minha casa tem um quartel, se eu pular a cerca, eu to dentro do quartel, mas eu trabalho a quarenta quilômetros, oitenta quilômetros pra ir e voltar. Tem muita gente, só do Gama somos três. Aí tem o outro que mora em Alexânia, né, então assim... então assim, quem tá aqui realmente, quem gosta da atividade, ama o serviço né.  
(*Cachorroiro 11 - bombeiro*)

Mas aqui é importante ressaltar que, dentro do campo dos trabalhos com animais, aquelas profissões que possuem melhores condições, tanto para humanos quanto para os animais, são as do setor público (COULTER, 2016), como é o caso dos canis de policiais e bombeiros.

O trabalho de Kendra Coulter traz uma pista para a segunda explicação sociológica para a ambiguidade em questão: “[...] *daily care work can be interwoven with broader approach to caring, wich takes into consideration animal’s individuality, sentience, emotions, desires and needs.*” (Ibidem, p. 34). Ou seja, o trabalho de cuidado é uma forma



de interação que permite ao humano acessar a dimensão senciente do animal. O cão policial é representado como uma ferramenta, assumindo um estatuto de objeto, mas que não anula sua condição enquanto ser vivo e, principalmente, senciente.

### *Construindo afinidades interespecíficas*

O discurso sobre a construção da afinidade entre *cachorro* e cães é relacionado com o elemento empírico de sua competência profissional (MONJARDET, 2012). Segundo os *cachorreiros*, é a partir do acúmulo de experiências de interação e observação do seu cão que se constrói a chamada *afinidade*, tomando-a como conceito para o vínculo entre humano e cão, por ser o termo nativo mais recorrente. A representação de afinidade entre *cachorro* e cão se materializa na comunicação interespecie. É a capacidade de comandar os cães, mas, principalmente, a capacidade de ler o corpo do cão e compreender sua linguagem corporal, tornando-o extensão de seu corpo. É o que Sanders (2006b) define como “*dog sense*”:

Most important, the ideal handler has “dog sense.” He is able to understand his dog’s perspective and respond appropriately. Having this level of rapport with his dog is key to effectively training the animal, thereby building and maintaining a viable working partnership. (Ibidem, p. 156)

Se a formação do binômio passa por uma relação de afinidade construída pela interação e marcada por uma comunicação eficiente, o cão transita de uma relação utilitarista para uma relação afetiva. Assim, os *cachorreiros* representam seus cães como dotados de características individuais, mensuradas em tendências comportamentais e em formas de linguagem distintas para cada caso. Além disso, os representam como possuindo preferências de interação, reagindo melhor à condução de alguns *cachorreiros* do que de outros:

É justamente o trabalho *né*, é o cão se identificar com o condutor. Tem cães que se identificam com qualquer condutor. Você pega lá, bota ele lá, ele sabe o que ele vai fazer. Mas isso vem de uma rotina de treino. É claro que, isso aí é fato, eu tenho visto que tem cães que se identificam com o adestrador, e eles trabalham melhor com o adestrador. Tem cão assim. Eu creio nessa possibilidade *né*, do cachorro que trabalha melhor com o outro, pela condução, pela forma, porque tudo isso o cão ele entende *né*. O jeito que eu falo com o cão, o jeito que a outra pessoa fala. Então assim, ele vê a diferença. Eu sei que ele vai responder de

acordo com o... com que ele sente que vem de lá pra cá. Eu já tive cão aqui que eu peguei filhote e trabalhei, e chegou num certo momento que esse cão não tava respondendo. Outra pessoa pegou esse cão, e o cão respondeu. É porque eu sou um mal profissional? Não, é porque o cão se adaptou melhor àquele comando. O cão também ele tem as particularidades dele. Às vezes o jeito que eu tava falando, podia ser um jeito muito ríspido, ou um jeito muito fraco e o cão quer um pouco mais de, sei lá, de força na voz. (*Cachorroiro 12 - policial*)

Você vai estabelecendo primeiramente, você vai estabelecendo amizade com o cão. O policial ele se aproxima, estabelece aquele laço de amizade com ele, e de liderança. Então a partir do momento que o cão, vamos dizer assim, esse laço de, não sei se chega a ser um afeto, mas esse, realmente é um apego né. Você estabelece um link entre os dois [*cachorroiro* e cão] que faz com que esse trabalho seja otimizado. A partir daí tem outras atividades que você faz, né. Além da amizade tem exercício, disciplina, e tudo vai ajudando a fortalecer essa projeção do que você quer e o que o cão vai fazer. Então é a partir daí que vai formando né, o cão ele vai ser um reflexo do condutor. A partir de tudo isso que você vem trabalhando nele. Seja um trabalho mais ativo, seja mais intenso. Então o binômio ele reflete bem a sua personalidade no que o cão vai ser. Não adianta você pensar uma coisa e fazer outra, e querer que o cão seja aquilo que você está imaginando. (*Cachorroiro 10 - policial*)

Em sua etnografia com cães policiais, Sanders aponta para a mesma representação entre seus pesquisados:

Despite this dominant focus on traditional techniques of behavioral shaping to mold an appropriately aggressive and reliably obedient police dog, training officers also at times cast the dog as a thoughtful individual [...] whose adequate performance on the job was dependent on the closeness of the bond established between the dog and the handler. [...] Because they recognize that dogs have unique personalities, potentials, and weaknesses, the training process stresses the central importance of the handler's learning to "read" the dog [...] and, through continued close interaction, develop a working partnership based on mutual understanding and affection. (SANDERS, 2006b, p. 158-161)

Em outro artigo, o autor retoma a importância, para a relação *cahorreiro*-cão, de o humano captar os traços de individualidade de seu parceiro canino:

Gauging the dog's distinctive temperament and demeanor was important since the success of the person-dog team was seen as dependent on the correspondence between the owner's and animal's personalities – a central element of what dog users saw as the characteristic of the ideal dog for them. (SANDERS, 2007, p. 22)

Coulter (2016) afirma que o trabalho de cuidado dos cavalos de corrida é um espaço propício para que humano observe o comportamento do animal e, a partir daí,

construa sua personalidade. É com esse mesmo propósito que a representação do bom *cachorro* se refere àquele que assume o máximo de tarefas relacionadas a seu cão e busca estar em interação com ele o máximo de tempo possível, construindo um vínculo afetivo que se materializa em resultados práticos. Por diversas vezes ouvi histórias dos *cachorritos* sobre situações em que, mesmo desativados para o trabalho, seus cães apontaram para a presença de drogas ou explosivos. Por exemplo, durante meu trabalho de campo do mestrado, um agente da polícia federal que estava no aeroporto esperando seu avião reparou no comportamento de seu cão e entendeu que ele estava identificando algo suspeito. A partir daí, ativou o animal para uma busca nas proximidades e apreendeu um usuário com pequena porção de maconha na mochila. Esse agente me relatou posteriormente o caso e salientou que outro agente, em seu lugar, provavelmente ele não teria percebido a indicação do cão.

A ambiguidade relativa à realização do trabalho sujo dos canis ser representada como externa ao que seria o verdadeiro trabalho de policiais e bombeiros, ao mesmo tempo em que é representada como característica dos bons *cachorritos*, é justificada pela dupla condição do cão como objeto e ser senciente:

Se eu fosse uma condutora daquele cão, eu faria questão de cuidar pessoalmente daquele cão. Porque é a gratidão. O vínculo é justamente isso. Então se eu trato bem esse cão, deixo ele sempre limpo, rasqueado, dou exercício pra ele, porque ele fica preso. To indo embora, mas dou uma última liberdade, entre aspas, deixo ele ser cão. Deixei o *Box* limpo, porque tem uns que ficam um lodo, bem sujo. Mas aquele que tá brilhando você pode saber, aquele ali de fato gosta do cão, porque ele não foi embora antes do *box* ficar limpo e o cão ficar em boas condições. Mas não são todos. (*Cachorro 20* - policial)

A partir do momento que o homem, que o policial, passa a conviver com aquele animal, ele começa a entender melhor aquele cão, ele consegue fazer uma leitura melhora daquele animal. Como posso citar, por exemplo, um cão de detecção que, um binômio, um homem-cão de detecção de entorpecentes. Muitas vezes aquele cão tá detectando, e a forma dele de indicar, sinalizar que encontrou algo, só aquele policial vai conseguir identificar *né*. E às vezes você pegar um cão que você não tem uma afinidade, não teve essa relação, não formou essa relação, algumas coisas podem ser passadas. Algumas coisas podem não ser observadas pelo policial. (*Cachorro 17* - policial)

Se os *cachorritos* constroem a personalidade de seus cães e se adaptam a elas na construção de sua relação enquanto binômio, podemos dizer que ambos se domesticam continuamente (DIGARD, 2012), configurando diferentes formas de interação. Nesse

sentido, a relação com os cães de trabalho converge para a relação entre humanos e *pets*, na qual, segundo Gaedtke:

[...] isso se dá de muitas formas: pelas configurações sociais de afeto e de responsabilidade que dizem como o animal deve ser cuidado; pelas mudanças no estilo de vida e na rotina que a vinda de um animal à família promove; pelas transformações e novos aprendizados que os processos de adoecimento e envelhecimento do animal exigem (aprender a aplicar injeções, fazer curativos, dar comida na boca, carregar no colo); e pela convivência, pura e simplesmente: “A gente levava ele lá pra cima e ele ficava lá tranquilo. Aí quando ele cansava, latia, e a gente descia ele de novo. Era tudo do jeito que ele queria – ele domesticou a gente perfeitamente. Eu não consegui ensinar nada prá ele! [risos]” (Responsável pelo Godofredo, 2015).” (GAEDTKE, 2019, p. 88)

No caso dos cães policiais, é a partir da personalidade dos cães que é escolhido, por exemplo, qual perfil ideal para seu condutor, quais as técnicas de treinamento serão mais eficientes, qual a forma de conduzi-lo, e, principalmente, quais são suas formas de comunicação. É essa interação intersubjetiva que forma o vínculo de afinidade que os *cachorreiros* tanto buscam, consolidando uma relação cooperativa, comunicativa e recíproca (SANDERS, 2000), a qual permite que o binômio seja formado.

Se a representação dos cães policiais como ferramentas orienta os humanos em interações nas quais o animal está objetificado, a própria interação contínua e íntima entre os dois traz à tona a condição de ser vivo do cão, e com ela os afetos passíveis de serem construídos e estabelecidos. Essa ambiguidade reflete a tensão contínua entre processos de objetificação e processos intersubjetivos inerentes ao trabalho com cães.

A identidade do *cachorreiro* enquanto binômio com seu cão é então resultado desse processo de domesticação mútua.

Classic examples include Clinton Sanders's (1999) research with dog owners, Janet and Steven Alger's (2003) book on a cat shelter, and Leslie Irvine's (2007) and Nicola Taylor's (2007) studies on animal shelters. These writers have examined the intersubjectivity that has emerged when people have routinely interacted with animals; the process by which people have constructed an understanding of the individuality, mindedness, emotionality, and identity of animal others; and, in turn, how association with animals has shaped the identities of human actors. (SANDERS; GREENEBAUM, 2015, p. 2)

### 7.3 – Dois momentos da carreira dos cães policiais

#### *Nomes e nomeação*

Como já foi dito em capítulos anteriores, a atribuição de um nome é uma das características dos animais de estimação, essencial para o processo de individualização do animal e para construção de uma relação de afeto com os humanos. Dar um nome individual é um primeiro passo para a construção de uma relação singular, específica para aquele animal. Nas diversas formas de relação interespecie, seja na relação de estimação, de criação ou de trabalho, a identificação individual é necessária. Segundo Sá:

Distinguir os macacos de uma população representa um primeiro passo para sua individualização e, simultaneamente, um grande salto na pesquisa de campo de um primatólogo [...]. A nomeação possibilita ao primatólogo avaliar as formas peculiares de como se comportam e interagem os macacos dentro do grupo e, ao individualizá-los, se consegue observar mudanças de comportamento de um mesmo animal com o passar do tempo, isolando fatores causais e suas consequências em nível grupal. (SÁ, 2013, p. 122)

De certa maneira o trabalho dos *cachorreiros* se assemelha ao dos primatólogos, ao estudarem o comportamento de seus animais em comunidade, compondo então coletivos humanos-animais (SÁ, 2013). Enquanto os primatólogos estudam o comportamento dos mono-carvoeiros em seus grupos, vivendo nas matas e interagindo com outros animais silvestres, com fazendeiros, caçadores e biólogos; os *cachorreiros* estudam e analisam o comportamento de seus cães interagindo entre si, com os *cachorreiros* e com os usuários e alvos de seu serviço. A identificação individual dos cães permite aos condutores avaliar os comportamentos individuais e, a partir disso, categorizar sua personalidade. Assim os cães são categorizados como *calmos*, *agressivos*, *ansiosos*, *brigões*, etc. A identificação individual também permite a análise dos instintos básicos e do chamado *drive*, que, em suma, seria a motivação, a vontade do cão em trabalhar. O *drive* é mensurado a partir de impulsos comportamentais de cada cão, e pode ser modulado pelo adestramento. Um cão com *um drive lá no alto*, como me foi dito, é um cão com muita energia e disposição para o trabalho.

Cabe destacar que a nomeação de animais não é uma prática recente. Há tempos vem sendo utilizada nas relações interespecie, embora não sob a mesma forma. Enquanto

um fenômeno social, a relação humano-animal sofre mudanças ao longo de sua história compartilhada<sup>108</sup>. De acordo com Thomas (2010), antes do século XVII, nomear animais com nomes cristãos causava estranhamento e era considerado socialmente inadequado. Isso porque a diferença entre nomes de humanos e nomes de animais possuía um limite precisamente estabelecido pela etiqueta: não era de bom gosto conceder certos nomes a animais. A eles eram reservados nomes específicos<sup>109</sup>. Sobre a identificação dos monos, Sá diz:

Uma das partes mais interessantes do treinamento – e certamente a que mais me interessa explorar – trata justamente dos ensinamentos sobre como identificar os indivíduos muriquis já nomeados. O processo de aprendizagem dos nomes e memorização das características de cada primata segue alguns padrões já estabelecidos, mas ao mesmo tempo deixa aberta a possibilidade de novas sensibilidades perceptivas individuais. (SÁ, 2013, p. 121)

No BPCães me foi dito que, em tempos passados, os comandantes dos batalhões escolhiam a maior parte dos nomes dos integrantes caninos. Em algumas poucas ocasiões era permitido aos condutores nomear seus cães. Aqui a hierarquia militar vigora enquanto legitimadora da competência de nomear.

Atualmente o cenário é diferente. A preferência para nomeação dos animais é de seus respectivos condutores, principalmente quando esses são responsáveis pela formação do animal. Cães comprados já possuem nomes, os quais são mantidos. Mas o comandante segue com a prerrogativa hierárquica de nomear os animais e, quando isso ocorre, é permitido ao condutor colocar um apelido no cão. Esse fato sugere que a nomeação possui significado para o *cachorro*, pois nega a hipótese nula (BECKER, 2008), que seria a hipótese de que a nomeação não possui nenhum significado, ou seja, seria aleatória e não haveria disputas por sua prerrogativa.

---

<sup>108</sup> Os cães, cavalos e outros animais domésticos subordinados à sociedade humana (humanos metonímicos, como os denomina Claude Lévi-Strauss), também recebiam nomes próprios desde muito tempo. Mas tais nomes eram somente semi-humanos, enfatizando seu lugar socialmente inferior. (THOMAS, 2010, p. 160-161)

<sup>109</sup> Ovelhas e porcos não costumavam receber nomes individualizados, mas, as vacas sempre os tinham; não nomes humanos, pois a distância havia de ser preservada. Mas nomes de flores, como Cravo ou Lírio, ou epítetos descritivos, que, com frequência, denunciavam afeto por parte do proprietário. Em Essex, na época Tudor, havia vacas com o nome de Bondosa, Nariz Castanho, Cabelos Brancos, Botão e Graciosa. Em Yorkshire, graciosa, outra vez, e Maternal, Flocos Dourados, Noiva, Atraente e Bem-Vinda. Os bois tinham nomes menos lisonjeiros e emotivos, embora alguns fossem chamados de Bem-amado e Soberbo. (THOMAS, 2010, p.134)

No canil do BBS os cães recebidos de doação mantiveram seus nomes originais, e não foram renomeados. Os filhotes que foram formados no canil foram nomeados por seus condutores e formadores. Não me foi dito sobre a imposição de nomes por parte do comando. Por ser uma seção dentro de um batalhão e por promover um trabalho especializado, o canil aparenta um maior distanciamento do comando do BBS que as outras seções. A própria localização da estrutura do canil dentro do complexo do BBS aponta para um distanciamento do restante do batalhão. Aqui não falo em termos de integração do trabalho ou de interação entre humanos. Falo da submissão dentro da hierarquia militar. É como se ao canil fosse concedida certa autonomia. E como o responsável pelo canil é um de seus *cachorreiros*, não existe a distância entre aqueles que trabalham com cães e seu superior direto, como foi relatado pelos policiais do BPCães.

A gente sempre teve uma liberdade pra trabalhar aqui com o canil, até porque, acho que todo comando que chega aqui vê o esforço. (...) A gente passou por muitas dificuldades e, apesar das dificuldades, a gente nunca deixou a peteca cair, a gente sempre, é, se adequou ao trabalho né. E aí acho que isso reflete nas pessoas que estão de fora, e aí evitam, não tem muita ingerência aqui dentro. A gente sempre... As decisões que a gente toma, lógico que a gente sempre passa *pro* comando, mas em grande parte sempre são... eles: não,não, vocês que tão lá, vocês que decidem. (*Cachorreiro 11 - bombeiro*)

Meu primeiro contato com a nomeação de *K9s* foi durante a pesquisa de mestrado, quando acompanhei o desenvolvimento de uma ninhada a partir da qual seriam selecionados aqueles aptos ao trabalho. Os que não fossem considerados aptos seriam doados. Nesse momento, os *cachorreiros* se utilizaram da estratégia de atribuir cores aos filhotes, colocando em seus pescoços, laços com as respectivas cores. Isto permitia sua identificação, importante para a avaliação de desempenho e de potencial, mas sem nomeá-los oficialmente.

Segundo Thomas (2010) já no século XVI, os criadores de cães de caça mantinham essa mesma prática. Segundo o autor, o objetivo era o mesmo, identificar cada um dos filhotes, sem nomeá-los. Como alguns desses possivelmente seriam doados ou vendidos, podiam assim ser nomeados por seus futuros donos. Por uma perspectiva sociológica podemos dizer que os criadores não nomeavam seus cães porque, nomeados, são mais sujeitos do que objetos, gerando contradições objetivas e subjetivas com seu *status* de mercadorias. Ao mesmo tempo, atribuir-lhes cores ou números aleatórios, aproxima-os dessa condição.

Quando a maior parte dos cães utilizados pelo BPCães era de ninhadas produzidas internamente, os *cachorreiros* nomeavam os cães de uma mesma geração a partir de letras iniciais em comum. Assim, a primeira geração nascida depois do início dessa prática foi nomeada com nomes que começam com a letra B. Para cães comprados, trocados ou recebidos por doação, essa lógica não fazia sentido. O objetivo dessa estratégia é permitir a identificação rápida da origem genética dos K9. Assemelha-se ao que Sá encontrou na nomeação dos muriquis, onde as crias eram nomeadas com palavras que possuíam a mesma letra inicial do nome da mãe (SÁ, 2013), o que permitia observar no indivíduo sua ascendência genealógica<sup>110</sup>.

Para seguir com a análise sobre os nomes dos K9, apresento, em duas tabelas, os nomes dos cães dos canis estudados. Na tabela de cães do BPCães estão todos aqueles que integravam o canil em fevereiro de 2020, incluídas suas datas de nascimento:

**Tabela 1 - Quadro Geral dos K9 do BPCães, com seus nomes, raça e data de nascimento.**

Nº	NOME	RAÇA	NASCIMENTO
1	MAIA	PASTOR BELGA MALINOIS	02/12/2019
2	TRÓIA	PASTOR BELGA MALINOIS	23/10/2019
3	ORÁCULO	PASTOR BELGA MALINOIS	03/01/2020
4	ARROCK	PASTOR BELGA MALINOIS	30/11/2019
5	DARWIN	PASTOR BELGA MALINOIS	30/11/2019
6	SAFIRA	PASTOR BELGA MALINOIS	30/11/2019
7	STEVE III	PASTOR BELGA MALINOIS	03/12/2019
8	MATILDA	PASTOR BELGA MALINOIS	25/07/2019
9	BALDUR	PASTOR BELGA MALINOIS	30/08/2019
10	KONAN	PASTOR BELGA MALINOIS	30/08/2019
11	LYON	LABRADOR	25/09/2019
12	SCOTT	PASTOR BELGA MALINOIS	14/09/2019
14	BARNEY	PASTOR BELGA MALINOIS	26/04/2013
15	BEN-HUR	PASTOR BELGA MALINOIS	26/04/2013
16	BRUNO	PASTOR BELGA MALINOIS	01/04/2016
18	BUD	PASTOR BELGA MALINOIS	26/04/2013

<sup>110</sup> A marcação genealógica dos cães, com intuito principalmente na reprodução, é um processo de antropomorfização no qual os cães são inseridos em um sistema tipicamente humano, o da genealogia.



19	CALEESI	PASTOR MESTIÇO ALEMAO COM MALINOIS	29/09/2014
20	CHARLOTE	PASTOR MESTIÇO ALEMAO COM MALINOIS	29/09/2014
21	CHAYENE	PASTOR MESTIÇO ALEMAO COM MALINOIS	29/09/2014
22	CHERRY	PASTOR MESTIÇO ALEMAO COM MALINOIS	29/09/2014
23	COBOLT	PASTOR MESTIÇO ALEMAO COM MALINOIS	29/09/2014
24	COCA	PASTOR MESTIÇO ALEMAO COM MALINOIS	29/09/2014
25	COLT	PASTOR MESTIÇO ALEMAO COM MALINOIS	29/09/2014
26	CORAGGIO	PASTOR MESTIÇO ALEMAO COM MALINOIS	29/09/2014
27	CP CHICO	PASTOR BELGA MALINOIS	06/09/2017
28	CZAR	PASTOR MESTIÇO ALEMAO COM MALINOIS	29/09/2014
29	DART	PASTOR MESTIÇO ALEMAO COM MALINOIS	27/11/2016
30	DEXTER	PASTOR BELGA MALINOIS	11/05/2016
31	DIANA	PASTOR MESTIÇO ALEMAO COM MALINOIS	27/11/2016
32	DÓRIS	PASTOR MESTIÇO ALEMAO COM MALINOIS	27/11/2016
33	DRAGO	PASTOR MESTIÇO ALEMAO COM MALINOIS	27/11/2016
34	EDDY (PROERD)	PASTOR BELGA MALINOIS	06/09/2017
35	FÚRIA	PASTOR BELGA MALINOIS	06/09/2017
37	HELOISA	PASTOR BELGA MALINOIS	18/07/2016
38	HEROS	PASTOR BELGA MALINOIS	06/09/2017
39	HUNTER	PASTOR BELGA MALINOIS	23/11/2014
40	LINCE	LABRADOR	18/09/2014
41	LYNCO	PASTOR BELGA MALINOIS	19/08/2016
42	RAMON	PASTOR BELGA MALINOIS	21/12/2015
43	SHADOW II	PASTOR MESTIÇO ALEMAO E MALINOIS	27/11/2016
44	SOLA	PASTOR BELGA MALINOIS	25/10/2015
45	TANUS TITAN	ROTWEILLER	21/07/2019
46	VENTARA	LABRADOR	18/09/2014
47	YOSSEF	PASTOR BELGA MALINOIS	14/07/2016
48	ZARNO	PASTOR ALEMÃO	29/04/2018
49	ZULU	LABRADOR	02/04/2015

Fonte: acervo administrativo do BPCães.

Já na tabela de cães do canil do BBS, estão incluídos alguns cães que já se aposentaram, assim como dois filhotes que chegaram ao canil no início de 2020, para ampliar o escopo de dados:

**Tabela 2 - Tabela de nomes de cães do canil do BBS/CBMDF.**

<b>Nº</b>	<b>NOME</b>	<b>RAÇA</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
1	BACCO	PASTOR BELGA MALINOIS	EM ATIVIDADE
2	NIKKI	PASTOR BELGA MALINOIS	EM ATIVIDADE
3	APPLE	PASTOR BELGA MALINOIS	EM ATIVIDADE
4	THOR	LABRADOR	APOSENTADO
5	ZEKA	LABRADOR	APOSENTADO
6	SHEIK	PASTOR BELGA MALINOIS	EM ATIVIDADE
7	AGNES	PASTOR ALEMÃO	EM ATIVIDADE
8	PLUTO	LABRADOR	APOSENTADO
9	ATHENA	LABRADOR	FILHOTE
10	BOLT	LABRADOR	FILHOTE

**Fonte: Elaboração própria**

No caso de animais de criação, assim como também nos grupos de cães de caça, parte da nomeação dos indivíduos é feita em relação a características físicas próprias que facilitam sua identificação. Por exemplo, é comum que cães que possuem mancha escura ao redor de algum dos olhos sejam nomeados de “Pirata”. No caso dos muriquis, Sá aponta:

Cada muriqui da reserva pode ser identificado por possuir marcadores individuais de acordo com o sexo, o tamanho do corpo [...], a cor da pelagem, o formato da cabeça, o tipo de pigmentação na face e mesmo algumas características físicas e temperamentos peculiares. Cutlip, também conhecido por Leporino – um macho de pelagem clara e sem pigmentação no nariz -, foi nomeado assim em função de um traço particular que os distinguia dos demais: um corte no lábio inferior. (SÁ, 2013, p. 121-122)

Esse tipo de nomeação não aparece nos cães policiais com a frequência que aparece em animais de estimação e de criação, como também nos monos citados por Sá. A população de *K9s* nos canis não é tão grande de dificultar a diferenciação de seus indivíduos e, talvez por isso, não sejam necessários nomes que auxiliem essa identificação. Além disso, os cães mais utilizados para o trabalho policial (Pastores Alemães, Pastores Belga de Malinois e Labradores) possuem pouca diferenciação fenotípica entre seus indivíduos, diferentemente do que ocorre com bovinos, caprinos e alguns suínos. Bovinos da raça Girolando, por exemplo, possuem grande variação na coloração da pelagem. Já os pastores Belga de Malinois, por exemplo, são muito parecidos entre si, o que não permite a presença de características singulares relevantes.

Podemos agrupar os nomes dos *K9* estudados em alguns conjuntos para melhor analisá-los. Um primeiro conjunto seria daqueles nomes que são também utilizados em humanos: Darwin, Matilda, Steve (III), Ben-Hur, Konan, Barney, Bruno, Charlotte, Scott, Chayene, Chico, Dexter, Diana, Dóris, Eddy, Heloísa, Heros, Ramon, Youssef, Zulu, Zeca, Agnes, Athena.. Aqui cabe destacar o que disse Levi-Strauss:

Estes [os cães] não apenas formam uma sociedade independente mas, como animais “domésticos”, fazem parte da sociedade humana, aí ocupando um lugar tão humilde, que nós não sonharíamos, seguindo o exemplo de alguns australianos e ameríndios, chamá-los como humanos, quer se tratassem de nomes próprios ou de termos de parentesco. Muito ao contrário destinamos-lhes uma série especial: Azor, Médor, Sultão, Fido, Diana (este último, sem dúvida prenome humano mas primeiro conhecido como mitológico), etc, que são quase todos nomes de teatro formando uma série paralela em relação àqueles que usamos na vida corrente, vale dizer, nomes metafóricos. (Lévi-Strauss, 2006, p. 230)

Dentre os nomes humanos utilizados nos *K9*, podemos enquadrar a maior parte nesses nomes metafóricos citados por Strauss. Apesar de serem nomes humanos, se referem diretamente a personagens de filmes e séries (Dart, Agnes, Matilda, Dóris, Dexter, Scott, Tanos, Caleesi), a personagens mitológicos (Athena, Ben-Hur, Heros, Konan), a personagens históricos (Diana, Zulu, Darwin) e, até mesmo a personalidades políticas (Youssef, doleiro envolvido no caso do Mensalão). Percebe-se que são nomes que remetem a personagens, a símbolos culturais específicos, e não à identificação enquanto humanos.

Os nomes mitológicos possuem destaque. Não apenas nomes dos panteões grego, egípcio e nórdico, mas também referências a elementos culturais, como os nomes Tróia e Oráculo. Mas os nomes de deuses parecem ser os preferidos. Thor, Zeus, Athena, Baldur, Bacco, Heros. Quando em campo pela pesquisa de mestrado, no canil do GOC/PRF, havia dois cães chamados Zeus, que então foram denominados Zeus 1 e Zeus 2.

Dentre os nomes não humanos estão os títulos de poder, com os nomes Sheik e Czar, os que se referem a objetos: Safira, Colt, Apple, Coca, Arrow. Por fim, os epítetos Fúria e Coraggio, que remetem a elementos masculinos e de agressividade, comuns também nos cães de caça do estudo de Thomas (2010).

Nas relações humano-*pet* os nomes são centrais. Atribuir um nome individual aos animais de estimação é mais que uma forma de identificá-los ou marcá-los, é também uma expressão de afeto e de individualização. Nas relações em que os *pets* integram a estrutura familiar, os nomes dados a eles são, muitas vezes, equivalentes aos nomes que “*dariam aos*

*filhos, como também podem ser registrados em cartório com o sobrenome da família.”*  
(GAEDTKE, 2017, p. 73).

Segundo Osório:

Nesse processo de humanização, ter um nome, segundo Belk (1996), é fundamental. O nome, eu sugeriria, não é apenas um processo de humanização, mas também de individualização. Alguns proprietários podem conversar com seus animais, afirma ele, utilizando uma forma de fala característica de interações com bebês humanos, como também apontou Oliveira (2006), o que evidencia uma tendência a infantilizar os animais de estimação. Assim, tais animais podem ser explicitamente vistos como filhos ou netos. O adestramento do animal se torna então, diz Belk (1996), um processo de adaptação de um novo membro da família, que deve adotar certas condutas da rotina doméstica e passa a ser incluído nesta. (OSORIO, 2019, p. 59)

Existem, no mercado *pet*, serviços para batismo de animais domésticos, como apontados por Toma (2017) na cidade de São Paulo, e por Gaedtke (2017) em um cartório em Roraima. Nesse sentido, adicionar o sobrenome da família ao nome do animal é uma maneira de afirmar e reforçar seu status dentro daquela unidade familiar, de efetivá-lo como membro da família (OLIVEIRA, 2006). Essa também não é uma prática recente, e Thomas aponta:

Na época elisabetana, por exemplo, os ursos empregados no esporte do açulamento muitas vezes recebiam nomes indistinguíveis dos de seres humanos, como “Harry Nacos”, “Jorge Bola”, “Pequena Bete de Bromley” e “Edu de Catembury”. Parece que seus nomes derivavam do de seus proprietários. Certos cavalos eram igualmente associados a seus donos. Junto à gentry do período Tudor havia a praxe de dar ao animal o sobrenome da família da qual tinha sido adquirido. (THOMAS, 2010, p. 162)

Porém, nos dias atuais, nomes humanos em animais já são tão comuns que parecem insuficientes para a antropomorfização típica da cultura *pet*. Nesse caminho, Baptistella aponta que, no processo de civilização em que estão inclusos esses animais, são utilizados atributos a seus nomes, como “*Duques, Lordes, Príncipes, e suas variantes femininas*” (BAPTISTELLA, 2016, p. 19), reforçando sua condição especial. A utilização de nomes humanos, reforçados por atributos também humanos, sugere uma intensificação da relação entre humanos e *pets*. Segundo Thomas (2010), na Inglaterra do século XVII, já era perceptível “*uma tendência constante, que se acentuou – e muito – no século XVIII, de atribuir aos animais de estimação nomes humanos; e tal atitude indicava um vínculo mais estreito entre animal e dono*” (p. 162-163).

No caso da nomeação de animais de estimação, lembra Samantha Oliveira (2006), os nomes dados permitem, em alguns casos, acessar parte da individualidade daqueles que os nomearam, “*percebendo algumas de suas preferências e o modo como o animal é tratado*” (OLIVEIRA, 2006, p. 29). Por exemplo, nomes de personagens de filmes e séries apontam pra o gosto particular de seus condutores. São os casos dos nomes Caleesi, que se refere à personagem principal da série *Game of Thrones*, e Tanos, nome do vilão da série de filmes dos Vingadores. Além deles, Dexter é personagem principal de uma série sobre um *serial killer*; Scott é o nome do *X-man* Ciclope; Dóris é o nome da personagem do filme Procurando Nemo. Em todos esses casos, o nome do cão se refere a um gosto particular de seu condutor, à afinidade com algum personagem fictício ou não.

Dar nome aos cães é uma ação que não ocorre sem significado para seu ator. É uma ação orientada pelas representações sociais sobre o objeto a ser nomeado, no caso, os animais de estimação. São representações criadas e reproduzidas no contexto de estimação, de companhia, diferentes daquelas criadas e reproduzidas no contexto de trabalho, especificamente de trabalho policial. Disso é possível depreender duas suposições.

A primeira, de que os nomes dos *K9* seriam diferentes daqueles dados aos cães *pet*, visto que reproduzem valores e crenças diferentes sobre o cão, e que remetem a diferentes posições dentro da relação com o humano. Porém, e esta é a segunda suposição, não seria prudente imaginar que nomes de *pets* não se misturam aos nomes de cães de trabalho. Os nomes apresentados nas tabelas e detalhados em seguida atestam essas duas suposições.

A identidade do *K9* é construída em oposição à do cão *pet*. Dessa forma seria contraditório que os cães policiais tivessem nomes recorrentes em cães *pets*. Assim, nomes tipicamente caninos, consagrados para cães de caça, cães de guarda, cães de proteção, cães pastores, dentre outros cães de trabalho, são considerados mais apropriados.

Enquanto a nomeação de cães *pet* com nomes humanos sugere uma suposta horizontalidade (que não existe) na relação com seus tutores, a nomeação dos cães policiais com nomes tipicamente caninos sugere uma verticalidade na relação, a subordinação do cão ao humano. Isso não quer dizer que os nomes dos *K9* não pudessem, em alguns casos, refletir características singulares do animal em questão. Porém, na maior parte dos casos, os nomes dos *K9* informam mais sobre seus condutores do que sobre si mesmos.

Os nomes que se referem a deuses e deusas dos diversos panteões também dizem mais sobre aqueles que nomearam do que sobre os nomeados. Quando perguntei para

alguns condutores o porquê dos nomes, estes recorrentemente falavam sobre a história dos deuses em questão, sem relacioná-los diretamente com alguma característica do cão em si. Não era algum comportamento ou característica anatômica do cão que justificava a nomeação, mas as características dos deuses em si. Era uma projeção das características dos deuses sobre os cães.

Além disso, a existência de cães com os mesmos nomes, que são então numerados, como o caso dos cães Zeus 1 e Zeus 2, apontam duas questões. A primeira, de que, como apontou Lévi-Strauss (2006), existe uma *série especial* de nomes para os cães policiais. Nesta série estão os nomes de deuses e entidades mitológicas, de personagens históricos e fictícios e de títulos e condecorações humanas. A existência de um conjunto apropriado leva à delimitação dos nomes mais utilizados, permitindo então a repetição mais frequente desses nomes. E a numeração dos animais que possuem nomes repetidos retoma sua representação enquanto ferramenta de trabalho, na medida em que o objetiva.

Esta *série especial* de nomes aponta uma predominância simbólica do masculino, da virilidade e agressividade, como Zeus, Thor, Fúria, Sheik, Czar, Baldur, Coragio, Bem-Hur, Dart e Konan. Mesmo os nomes das cadelas são relacionados à força e poder, como Athena, Caleesi e Maia. São nomes que possuem afinidade com elementos da cultura policial (MONJARDET, 2012) e com as representações militares (SUASSUNA, 2017) presentes nela.

Apesar da coleta de dados desta pesquisa não envolver cães *pets*, os diversos trabalhos acadêmicos sobre o tema podem fornecer um conjunto de nomes atualmente recorrentes nesses animais. No trabalho de Segata (2012), encontramos nomes como “Meg”, “Pink”, “Fred”, “Rambo”, “Mel”, “Pepper” e “Belinha”. No trabalho de Baptistella (2015) temos “Scooby”, “Ozzy”, “Duda”, “Epaminondas”, “Lola”, “Lilly”, “Mellow”, “Pretinho”, “Júnior”, “Alex”, “Alfredo”, “Maggie” e “Noturno”. Já na tese de Gaedtke (2017) temos “Godofredo”, “Chuck”, “Sofia”, “Tininha”, “Marley” e “Bud”. No trabalho de Toma (2017) encontramos “Lili”, “Cherry”, “Linda” e “Tuca”. Também no campo *pet* encontramos os nomes tipicamente caninos, o que é óbvio. Porém, percebemos uma maior presença de nomes tipicamente humanos, além de nomes derivados de apelidos de nomes humanos, como Tuca, Lili e Belinha.

Na sua experiência etnográfica em uma clínica veterinária, Segata (2012) aponta para padrões diferentes na forma como homens e mulheres tratavam seus *pets* que, mais do

que preconceito ou estereotipagem, eram reforçados e reproduzidos por outros atores do campo *pet*:

Dali também, às vezes, eu observava com desconfiança e até preconceito, parte da movimentação na loja - parecia haver padrões: os balbucios de “mamãezinha”, “nenezinho”, “da da da” entre mulheres ou crianças e cães pequenos ou fêmeas (geralmente da raça poodle, yorkshire terrier ou shin tzu), e “garotão”, “lutador”, “pegador” entre homens e seus “amigões” (geralmente cães de porte maior, da raça pit bull, rottweiler, ou pastor alemão ou belga). (SEGATA, 2012, p. 81)

Se pensarmos a partir da separação comum entre cães de homem e cães de mulher, as raças que predominam no campo dos *K9* são, majoritariamente, cães de homem. Além disso, a posição dada a esses animais de trabalho é o de companheiro, amigo, parceiro, assim como os clientes homens observados por Segata (2012).

Além dos próprios nomes em si, a forma como os *K9* são chamados pelos *cachorreiros* traz elementos relevantes para a análise da relação entre os dois. Enquanto os nomes humanos utilizados em *pets* são recorrentemente usados no diminutivo<sup>111</sup> por seus tutores (BAPTISTELLA, 2015; GAEDTKE, 2017, SEGATA, 2016), os cães policiais eram chamados por seus nomes, quando não apenas por assovios ou outros sinais vocais. O tom de voz utilizado para a interação *cachorreiro*-cão era sempre firme. Fazer uma voz infantilizada para a comunicação com o cão, seja para dizer seu nome ou para passar algum comando, é reprovada pelos *cachorreiros* em geral. Apenas nos momentos de premiação é que são admitidos esses comportamentos, típicos para a interação com *pets*. Nesses momentos, como os clientes homens observados por Segata, os termos mais utilizados eram “*amigão*”, “*campeão*”, “*fera*”, “*monstro*”, dentre outros.

Apesar dessa normatização contrária à forma infantilizada de chamar ou conversar com os *K9*, pude observar esse comportamento em muitos momentos que seriam considerados inadequados. Porém, ocorriam em meio ao coletivo, e sem nenhuma manifestação de desaprovação e nenhuma repreensão. Não era comum, e não observei isso ocorrer com muita frequência, mas me parecia que esta regra de não conversar com o cão com uma voz infantilizada, ou chamando-o pelo diminutivo de seu nome, não era seguida com rigidez.

---

<sup>111</sup>Os diminutivos, decididamente, estão presentes nas relações com os *pets* e seus responsáveis. (GAEDTKE, 2017, p. 95)

Ao destinar aos cães policiais nomes que são tradicionalmente caninos, e não humanos, os *cachorreiros* reforçam sua condição específica como cão de trabalho, como ferramenta que, muitas vezes, vai ser colocada em situações de risco ou perigo, de esforço ou sofrimento, incompatíveis com a condição familiar dos cães *pets*. Por mais que comportamentos afetivos, e também comportamentos típicos da relação com *pets*, fossem considerados negativos, em certa medida são permitidos e até naturalizados. Porém, os limites dessa aceitação, por vezes, se mostram claros, como é o caso dos nomes. Belinha, Tininha, Lilly e Pink parecem não encontrar lugar entre os cães de trabalho.

De um modo geral, os nomes dos *K9* parecem se referir à subjetividade dos *cachorreiro*, trazendo, como já foi dito, símbolos de suas preferências, gostos e afetos. Essa forma de nomeação poderia ser considerada apenas mais uma forma de antropomorfização ou humanização dos animais, uma “*projeção*”, uma “*sobreposição de traços humanos em não humanos*” (SÁ, 2013, p. 128). É fato que apenas nomear os animais com nomes que poderiam ser usados em humanos não significa tomá-los também enquanto humanos<sup>112</sup>.

Sá (2013) atenta para os nomes humanos que se referem a personalidades da academia, especialmente dos campos da antropologia e da primatologia que, como o autor destaca, são referências diretas à formação profissional dos primatólogos. São referências que remetem à sua filiação institucional e teórica dentro de seu campo, à sua experiência de vida e aos símbolos que mobilizam para dar sentido a ela. O mesmo ocorre com os nomes dos *K9*, que, mais do que a projeção de gostos pessoais sobre os cães, apontam para um compartilhamento de afetos, de experiências de vida, de subjetividade.

Atribuir a macacos nomes humanos, repletos de afecções e experiências para o nomeador, vai além do simples ato de subjetivar um objeto, atribui-se a ele um sentido, que é pleno no primatólogo, e potencializado em sua relação com o outro, seu sujeito-objeto, o macaco. Nestes casos, a nomeação do objeto pode servir como afirmação clânica do pesquisador. Feito isso, sujeito e objeto passam a pertencer à mesma ordem, à mesma linhagem, compartilhando em seus próprios corpos as mesmas experiências de vida. (SÁ, 2013, p. 129)

---

<sup>112</sup> O simples ato de nomear os primatas com nomes humanos agrega em si um tipo de subjetivação do objeto. Contudo, não lhes atribui, de imediato, agência sobre o humano. Longe de qualquer desacordo, poderíamos sugerir que chamar um macaco de Nilo, Daniel, Jairo, Bruna ou Brigitte, nada mais é que uma projeção humana sobre os animais: mais um exemplo de antropomorfismo analógico. Todavia, o problema não se esgota aqui. (SÁ, 2013, p. 129)



No caso dos muriquis com nomes de primatólogos, destaca o autor, seus nomes são uma metonímia simbólica, pois “(...) *não se trata de qualquer Irv, ou qualquer Leakey, mas de Irv DeVore e Louis Leakey, e todo o conjunto que seus nomes representam*” (Ibidem, p. 130). Da mesma forma, no caso dos nomes dos cães policiais com nomes humanos, não se trata de qualquer Ben-Hur ou de qualquer Youssef, mas dos personagens consagrados por esses nomes, e todo o universo simbólico que trazem consigo. Também os nomes não humanos, mas que se referem a personagens de filmes, séries e livros. A metonímia aqui se refere à obra da qual faz parte. Tanos não se refere apenas ao vilão em si, mas ao universo simbólico que envolve não só o universo dos filmes, como também o universo daqueles que gostam desses filmes. Mais do que representar uma preferência pessoal, esses nomes localizam cão e humano em seus respectivos mundos.

Porém, algumas diferenças se destacam quando pensamos nos nomes de *pets* e de cães policiais. A possibilidade de nomear um *pet* com qualquer nome, seja um nome humano, um substantivo ou adjetivo, ou um apelido qualquer, sugere a construção de individualidades animais que permitem aos animais de estimação a atribuição de personalidades sem restrições. Em outras palavras, a livre nomeação dos animais de estimação se relaciona com um elevado nível de individualização projetada por seus tutores. Em seu trabalho, Oliveira traz o relato de tutores que mostra como a construção da projeção de personalidade de seus cães, a qual Sanders (2000; 2006; 2007) chama de personalidade virtual, permite um alto nível de individualização:

Pra mim os cães são como personagens do *South Park*, eles falam palavrão, não têm pudores. Já para o Joel eles são como crianças inglesas super calmas e educadas. Nesse ponto a gente diverge um pouco, mas numa coisa a gente concorda: eles são quase gente. Só faltam falar. E é por isso que eu faço as vozes deles. Imagino o que eles diriam diante de uma situação e falo. Cada um tem a sua voz e eles também conversam entre si. (OLIVEIRA, 2006, 29)

Já no caso dos cães policiais, cujos nomes são, em sua maioria, oriundos da série especial a eles destinada, aponta para uma individualidade mais restrita. Os cães de trabalho de polícias e bombeiros não podem ter qualquer tipo de personalidade ou de características comportamentais. Precisam ter personalidades compatíveis com sua condição de animal de trabalho. Além disso, precisam ser personalidades consensuais entre os *cachorreiros* que lidam com ele.

Nesse caminho, a análise dos nomes e da nomeação de cães policiais traz novamente contradições inatas ao mundo dos *cachorreiros*. Ao mesmo tempo em que revelam uma relação de intersubjetividades, nas quais humanos e cães compartilham símbolos e experiência, apontam para uma objetificação dos mesmos enquanto ferramentas de trabalho. O afeto está presente, mas nos contornos típicos da relação de trabalho, e não na relação de companhia, com prevalência de aspectos objetificantes sobre os individualizantes. Ainda assim, o cão transita entre a passividade do objeto, e a agência do sujeito.

### *Luto*

Tratar dos processos de luto, e dos variados sentimentos neles mobilizados, é tratar da morte e de toda sua pluralidade simbólica. Entendo o luto como “*um conjunto de respostas físicas, emocionais e comportamentais diante de uma perda significativa para o indivíduo.*” (VIEIRA, 2019, p. 242), como um processo que ocorre nos âmbitos individual e coletivo, e que envolve significados que são, antes de tudo, sociais, compartilhados.

A análise dos processos de luto pela perda de cães policiais permite avançar na compreensão de mais aspectos da relação *cachorreiro-cão*, de maneira semelhante ao avanço derivado de estudos sobre o luto nas relações humano-*pet*.<sup>113</sup> Para os objetivos sociológicos dessa tese, o luto pela morte de cães policiais será analisado em diálogo com o luto dos tutores pela morte de seus *pets*. Essa escolha metodológica deriva tanto da dicotomia estabelecida entre cães de trabalho e cães *pets*, quanto volume significativo de material acadêmico sobre o luto na relação entre humanos e animais de estimação.

Norbert Elias (1994) chama a atenção para uma mudança no *status* da morte dentro do processo civilizador. Essa mudança levou a um afastamento da morte e das formas violentas de morte dos olhares do público em geral e, principalmente, dos centros urbanos. A morte perde seu *status* positivo, característico das sociedades medievais, e passa a ser tratada como negativa, digna de ser censurada, não dita, afastada, junto com os signos que a representam. Esta argumentação se aplicaria também ao contexto da morte de animais. Por isso o trincar da carne deixa de ser feito à mesa e passa a ser feito na cozinha, levando aos olhos dos que esperam a ceia apenas pedaços de carne que não remetam à imagem do

---

<sup>113</sup> Pensar a maneira como se lida com a morte desses [*pets*] que são tão mortais quanto nós, mostrou-se uma das chaves para compreender a relação entre humanos e animais de estimação. (GAEDTKE, 2019, p. 91)

animal morto (Idem). Por isso o sacrifício, se é que podemos usar esse termo, dos animais de rua passa a ser feito nas zoonoses, e não em locais públicos (LIMA, 2016).

Kênia Gaedtke (2017; 2019) lembra que a forma de lidar com a morte varia de acordo com o tipo de animal ao qual a reflexão se aplica. Varia também de acordo com suas supostas funções de cada animal<sup>114</sup>. A morte dos animais de criação, em abate para consumo, é tratada de maneira diferente da morte dos animais *pets*. Da mesma forma, a morte de animais de trabalho é tratada de maneira diferente da morte de animais silvestres.

O cão que morde uma criança é objeto da representação social dos cães perigosos (BEVILAQUA, 2019). Esses cães compõem o grupo dos animais não apenas matáveis, mas sobre os quais recai uma orientação moral de que sejam mortos. Devem ser exterminados por, supostamente, apresentarem risco à sociedade e aos seus indivíduos. Aqui, a morte surge como um fim em si mesmo, como a resolução de uma questão não apenas individual, mas que vem a significar um perigo ao grupo como um todo. Ela encerra um ciclo de racionalidade no qual o objetivo é a pacificação, a civilização do meio em prol da vida humana. Pragas devem ser exterminadas para evitar a escassez de alimentos. Cães de rua devem ser eliminados por representarem riscos à saúde humana, como vetores de zoonoses ou como potenciais agressores. Representam uma natureza descontrolada (BEVILAQUA, 2019), não civilizada (GAEDTKE, 2017; LIMA, 2016), violenta, incompatível com a vida em sociedade.

Por outro lado, existem animais cujas mortes são algo a ser evitado. A morte não significa o fim de uma racionalização específica, mas o início de um processo, que pode ser individual ou coletivo, de luto. Entre esses animais, temos os *pets*, que, segundo Gaedtke, geram diferentes reações:

Há aqueles humanos que irão tratar a perda de uma forma mais prática e logo a superam. Mas essa morte pode também ser motivo de traumas (por exemplo, nos relatos de pessoas que decidiram não ter mais animais de estimação depois de sofrer com a morte de um deles) ou até mesmo de depressão que demande psicoterapia [...]. Claro está que há cães e gatos e há os *pets*: nem toda morte será experienciada da mesma forma. O luto dar-se-á pela morte do meu cachorro – e

---

<sup>114</sup> No caso das relações interespecíficas, muitos autores (ADAMS, 2012; FRANCIONE, 2013; JOY, 2014) demonstram como a emoção, a sensibilidade e o luto variam, por exemplo, entre animais que se ama e animais que se come – “o porco é um animal que nasceu pra morrer” é uma frase que já ouvi muitas vezes, em diferentes contextos; há também os animais que precisam morrer, considerados pragas, como baratas ou camundongos. Há aqueles que merecem morrer, como um cão que machuca uma criança ou uma cobra que pica alguém. (GAEDTKE, 2019, p. 92)

não tanto do cachorro que morreu atropelado em frente à minha casa, por exemplo. (GAEDTKE, 2019, p. 92)

A morte, assim como o luto, não é categoria estanque que seja indexada a determinadas espécies de maneira totalizante, generalizada. Não são todos os cães que devem ser eliminados ou cuja morte não seja lamentada, mas alguns deles, dentre eles os citados *cães perigosos* (BEVILAQUA, 2019). A morte do gado destinado ao consumo humano é representada de maneira diversa da morte da mini vaca criada como animal de estimação. Da mesma forma, a morte de galinhas destinadas ao consumo difere da morte da galinha Rafinha, citada por Baptistella (2015), criada como *pet*. Buscando compreender os processos afetivos envolvidos no luto animal, Vieira entende que: “*Para entender o processo de luto pela perda de animais de estimação, é fundamental compreender como as pessoas entrevistadas percebiam seus animais e como se relacionavam com eles.*” (VIEIRA, 2019, p. 245).

O luto pela perda de *pets* desponta, então, enquanto fenômeno relevante para a compreensão da relação afetiva que se estabelece entre tutor e seu animal, o que sugere que o luto pela perda de cães policiais seja também relevante para compreender a relação humano-animal ali estabelecida. Cabe destacar, nessa comparação entre *pets* e *K9s*, que a morte dos *pets* tomou formas diretamente relacionadas com seu *status* enquanto animal *humanizado*, marcadas por questões não naturais<sup>115</sup>, como obesidade e altos índices de colesterol, reflexos de alimentação desregulada e sedentarismo (SEGATA, 2012). De acordo com Segata, ao serem tratados enquanto membros da família, a perda desses animais é representada de maneira semelhante à perda de humanos<sup>116</sup>.

Se a morte de um *pet* é representada como a morte de um parente, possivelmente as ações dos enlutados se orientam também de maneira semelhante, não apenas nas ações premeditadas, mas nas reações e sensações apresentadas como naturais ou adequadas para

---

<sup>115</sup> Certamente era nostalgia e falta de informação, mas eu ainda pensava que os cães e gatos morriam de velhos, senão atropelados ou envenenados por algum vizinho descontente - uma ideia de “morte natural” que vinha a corroborar com aquele imaginário de uma natureza harmônica, poética. Contudo, na rotina da loja, animais obesos, cardiopatas, diabéticos ou mais comumente os gatos com seus problemas renais, e os cães com os digestivos, especialmente os constipados, e o uso indiscriminado de Diazepan era a rotina. (SEGATA, 2012, 105-106)

<sup>116</sup> Por darem aos seus cães e gatos tratamento próprio de um membro da família, era comum observá-las se descrevendo em luto - “é como perder um filho”, dizia uma jovem senhora, que perdera sua cadela boxer. Igualmente, a perda desses animais era acompanhada de ritualizações, que incluíam o choro, a rememoração dos bons momentos de convivência e a despedida - muito disso ali mesmo, na sala de esperas ou na sala de Marcos. (SEGATA, 2012, p. 171)

tal situação. Isso porque a morte do animal significa o fim de uma relação que, assim como as outras relações estabelecidas pelos indivíduos, cria e recria constantemente a realidade social dos sujeitos. Essa ruptura exige, por parte do humano, “*uma atitude de enfrentamento a fim de que se reorganize psiquicamente e elabore sua perda.*” (VIEIRA, 2019, p. 244). Toma (2017) relata a dificuldade de alguns tutores em construir relação afetiva com novos animais após a perda de companheiros *pets*<sup>117</sup>:

No caso da família de dona Fátima, abordada anteriormente, os humanos estabeleceram uma relação tão forte com a primeira cachorra que era emocionalmente complexo conviver após sua morte com outra cachorra sem gerar uma espécie de culpa, decorrente da fidelidade para com a primeira. Contudo, no decorrer da convivência, Cherry rompeu as barreiras que encontrara e passou a ser querida por toda a família - não com a mesma intensidade por todos, é verdade. Foi preciso tempo e conhecimento do outro para que a relação pudesse se tornar afetiva e ser fortalecida. (TOMA, 2017, p. 69)

O sentimento de luto não remete apenas à subjetividade da perda daquele animal, de sua companhia e da convivência com ele. Enquanto afeto que perpassa a realidade de vida de todos os seres, o luto remete também à própria condição humana. Em alguns grupos, como no caso dos idosos, esta questão é mais presente que em outros<sup>118</sup>.

Se a relação tutor-*pet* e suas condicionantes sociais, como o mercado,<sup>119</sup> (TOMA, 2017, OSORIO, 2019) dão os contornos dos processos de luto dela desencadeados pela morte do animal,<sup>120</sup> é plausível supor que, por suas características próprias, a relação

---

<sup>117</sup> Encontrei ao longo da pesquisa algumas pessoas que não conseguiram manter relacionamentos com cães após o falecimento dos seus cães amados. Nesses casos o amor é tanto que a recusa de ter um novo animal da mesma espécie deriva de duas prerrogativas - ou amaram tanto o animal falecido que não conseguem se imaginar com outro, em uma espécie de fidelidade humana pós-morte canina, ou sofreram tanto com a morte do cão que não querem passar por essa situação novamente. [...], elas optaram por não ter mais animais de estimação ou adquirir outras espécies animais, como gatos, peixes e pássaros. (TOMA, 2017, p. 69)

<sup>118</sup> A experiência das idosas, nas situações de morte do animal de estimação, remete-as à consciência de sua própria finitude, mesmo quando se trata de um ser não humano. Em função disso, identifica-se, nas verbalizações, significativos estados depressivos marcados pelo sentimento de tristeza devido à perda e ao luto. (CHAVES, 2006, p. 116)

<sup>119</sup> “Atualmente, as emoções e cuidados de humanos com os seus animais demonstram-se relacionadas com as perspectivas mais amplas (e talvez aparentemente distantes) dos investimentos da indústria farmacêutica e de rações, da carreira médico-veterinária e da expansão do mercado de crematórios e cemitérios, dos deputados e vereadores defensores dos direitos animais e dos planos de saúde para cães e gatos. Diante disso, o afeto pelos animais vai sendo redesenhado, numa espécie de modelo a ser seguido sobre cuidados e consumos e ganhando novos traços de como amar, o que, definitivamente, passa longe de ser uma decisão exclusivamente individual.” (GAEDTKE, 2019, p. 97)

<sup>120</sup> Os serviços funerários, crescentes no mercado brasileiro, estendem aos cães os tratamentos dados aos humanos após a morte e permitem também a manutenção do vínculo com o animal mesmo depois de sua vida, pois os donos recebem as cinzas dos cães, as quais podem receber diferentes destinos, ou podem visitá-los nos cemitérios. Esses serviços, entretanto, são para o conforto dos humanos. (TOMA, 2017, p. 138)

humano-animal de trabalho, especificamente a relação *cachorro-cão*, também condicione os processos de luto em relação aos cães policiais. Como foi tratado anteriormente, a relação entre humanos e animais de trabalho possui contornos objetivos e subjetivos diferentes, mas não isolados da relação humano-*pet*.

O luto ou a morte dos cães policiais não foi tema específico de nenhuma questão do roteiro das entrevistas realizadas. Também na observação da rotina do canil, a temática da morte não se fazia presente. Pelo contrário, não encontrei, em nenhum canil que visitei, locais destinados à morte, seja cemitério ou relicário para cinzas, como encontramos para cães de estimação. Além disso, nas entrevistas coletadas, a morte dos cães foi muito pouco presente. Nas coletadas no canil dos bombeiros, apenas um episódio de morte canina foi citado. Já no canil do BPCães, foram dois episódios citados.

O episódio de morte citado pelos *cachorreiros* bombeiros e um dos citados pelos *cachorreiros* policiais convergem por terem ocorrido enquanto os cães eram ativos profissionalmente. O segundo episódio relatado nas entrevistas feitas no BPCães trata de um cão que já estava aposentado, e sobre esse caso trataremos mais a fundo logo adiante.

A forma como a morte de cães surgiu na pesquisa de campo indica que o canil não é um lugar para a morte de cães. Sua ocorrência ali representa ou um erro, ou uma fatalidade, pois não é esperado que ela ocorresse. As duas formas legítimas de saída de cães policiais de seus canis, segundo o discurso dos entrevistados, é por aposentadoria ou por inaptidão constatada durante a formação.

Para avançarmos na compreensão do luto pela perda de cães policiais, cabe trazer o episódio da morte do cão Cigano. Esse animal, que já estava aposentado, foi um dos cães de maior destaque no canil do BPCães enquanto esteve ativo. Era o *K9* treinado e conduzido por um policial que repetidamente relatava seu afeto pelo animal. Era um cão multifuncional, capaz de atuar na detecção de armas, drogas e explosivos, em rondas, na busca e captura e em apresentações sem contato com o público. Também era treinado para condução de suspeitos apreendidos. Fazia isso andando embaixo e entre as pernas do suspeito conduzido que, se tentasse empreender fuga, era mordido imediatamente. O *cachorro* que treinou e conduzia Cigano não se furtava em se vangloriar das habilidades de seu animal, afinal, ele refletia sua superioridade técnica em adestrar cães policiais.

Cigano morreu em 2018 e, no mesmo dia, fui informado do ocorrido por alguns *cachorreiros*. Nas mensagens que recebi relatando sua morte, foram comuns frases como

“*Ele está acabado*”, “*Ele está arrasado*”, ao se referirem seu ex-condutor. Ficava ainda mais clara a posição de amigo-companheiro que Cigano ocupava na vida de seu condutor, para além daquela de companheiro de trabalho. No mesmo dia vi publicações, em diversos perfis policiais no Instagram, sobre a morte do animal. No perfil do BPCães, a postagem era a seguinte:

Estamos em luto! Cigano nosso Policial K9, já aposentado a alguns anos, nos deixou! Todos os nossos polícias K9 merecem o nosso eterno respeito pelo trabalho realizado! Se não fosse por cães como Cigano o BPCães não prestaria o trabalho de excelência na defesa da sociedade do Distrito Federal! Esteja nos braços do criador. Compartilhe nosso IG com os amigos!<sup>121</sup>

Entre essas postagens, algumas continham um vídeo de seu enterro, dentro de um caixão de madeira e em área de mata fechada. O condutor desse cão dizia que, assim como ele, Cigano era apaixonado por *entrar no mato* e que esse era o lugar preferido deles, por isso foi escolhido como local de seu enterro. Pelo vídeo, diversos policiais estavam presentes nesse momento e a composição das imagens apontava semelhanças com o rito de enterro humano.

A fala do condutor de Cigano sobre o motivo de enterrá-lo no mato aponta para um processo de luto no qual afetos, histórias e identidades estão presentes. Enterrar *no mato* tem significado para o condutor por ele entender que teria significado para o cão, refletindo uma relação intersubjetiva. Ao mesmo tempo, expressa uma espécie de obrigação moral para com o cão, enquanto um sujeito dotado de história de vida, de preferências, de individualidade. O significado do enterro de Cigano para seu condutor é fruto de uma relação afetiva construída pela convivência e pela forma na qual se estruturou a relação entre os dois.

Somo ao relato da morte de Cigano duas publicações dos perfis de Instagram dos canis estudados: um sobre o cão Pluto, dos bombeiros, e outra sobre o cão Heros, da polícia militar:

Hoje foi um dia triste para o BPCães e estamos em luto. Um dos nossos Policiais K9 foi para o paraíso dos cães. Obrigado amigo Heros. Você foi um herói. Combateu o bom combate. Condutor: SGT X. Junto a nós vive o cão fiel amigo. BPCães 52 anos de tradição! K9 (Texto de instagram<sup>122</sup>)

---

<sup>121</sup> Disponível em <<https://www.instagram.com/p/BsJOaNTB8MI/>> Acesso: 09/09/2020

<sup>122</sup> Disponível em <[https://www.instagram.com/p/CG\\_YcziDG1w/](https://www.instagram.com/p/CG_YcziDG1w/)> Acesso: 30/10/2020

Perder um amigo é sempre muito difícil. O Pluto se foi, mas deixou a certeza da missão cumprida. Com 14 anos, ele já era um cão aposentado, e vivia com seu treinador Sgt X, esposa e dois filhos. Foi amado e cuidado até o seu último dia. Em vida, ajudou a salvar pessoas em diversas situações: desabamentos, buscas, até mesmo em operações fora do DF (Morro do Bumba – Teresópolis, RJ), seu legado e valor são imensuráveis!!! Deixou saudade e será lembrado com honras eternamente por todos nós. Soldado combateu o bom combate, cumpriu a sua missão. Estará sempre em nossos corações, Pluto! Obrigado por cada ensinamento, pelo carisma, amizade e parceria. Cães de Resgate companheiro para uma vida! Descanse em paz Vida por vidas! Cães!!!! (<sup>123</sup> Texto de postagem sobre a morte do cão Pluto)

No caso dos cães Cigano, Heros e Pluto, estes animais já estavam aposentados e viviam na casa de *cachorreiros* enquanto cães *pet*. Esse é um marco importante para o luto animal dos cães policiais. Os cães se aposentam após terem concluído seus anos de serviço, ou por questões que o tenham tornado inapto ao trabalho, por exemplo, a displasia coxofemoral em Pastores Alemães:

O objetivo da polícia militar, os nossos cães aqui eles integram o plantel dentro da sua atividade. Digamos, eles têm que ser um cachorro que produza serviço. Quando o cão ele não atende à demanda da polícia militar, ou por desvios de comportamento, nós efetivamos todo o processo de descarga, e então descarregamos esse cão. Então ele [descarga do cão] pode ser por idade, *né*, pode ser por problema físico ou problema médico, digamos, não é médico, é veterinário, ou por desvio de comportamento. Pode ser por ter adquirido a síndrome do medo, então ele deixa de ter coragem pra atuar como cão policial. (*Cachorro 11 - policial*)

O cão ele tem uma média de oito anos de trabalho. Por que a gente coloca oito anos? Porque a gente tem que dar uma sobrevida pra esse cachorro depois, ele tem que ser cachorro normal. Não adianta a gente só sugar, sugar, sugar, sugar, sugar, sugar, e depois... Beleza, completou esses oito anos o cachorro é doado. Por quê? Porque os cães nossos eles são todos tombados, eles têm números, é patrimônio. É como eu, ou o X aqui, ou as viaturas, todos nós somos números dentro do bombeiro. Os cães são também assim. Quando chega aos oito anos é feito um termo pra destombamento, a gente chama, e esses cães são doados tá. De que forma? A prioridade são os guias, os militares que trabalham. A gente que trabalha esses oito anos com ele aí, nada melhor do que levar pra casa. Aí você leva, vai tornar cachorro normal em casa, vai ser um cão normal [*pet*]. Sem trabalhar. Vai ser um cão normal. (*Cachorro 9 - bombeiro*)

O discurso é claro: enquanto ferramentas de trabalho, os cães que não são mais úteis não possuem espaço no canil. Mantê-los teria um custo que não seria coberto por seu trabalho. Nesse sentido, fica evidente sua posição enquanto objeto. Porém, ao mesmo

---

<sup>123</sup> Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CENECjVneuz/>> Acesso em: 01/10/2020



tempo em que a aposentadoria expõe a objetificação animal dentro da burocracia institucional das corporações, a aposentadoria garante ao cão o estatuto dos cães de estimação, representada como a vida *normal* do cão. Mas, o que pode ser apresentado como uma gratificação para o cão pelo tempo dedicado ao trabalho, o estatuto de cão *pet* e o direito a uma vida *normal* também pode representar o abandono semelhante ao descarte realizado com ferramentas inanimadas:

Aí o quê que acontece, os aposentados aqui geralmente um de nós que fica com o cachorro, entendeu? Aí é feito o termo de doação, ele leva pra casa, ele tá aposentado. Que é outra coisa que eu acharia que devia ser feito melhor. Essa aposentadoria aí é levar pra casa o cachorro, mas se nós tivéssemos convênio (com clínicas veterinárias) ele ia continuar no plantel do convênio. Porque, o cachorro ele num prestou um serviço pra sociedade? Agora eu vou me aposentar eu vou continuar com meu aposento, vai reduzir o meu salário, mas eu vou tá lá remunerado, não é isso? Todos nós! E por que não o cachorro? Agora, quando um cachorro sai, se nenhum colega nosso, ou uma doação pra uma pessoa responsável, ele não tem assistência nenhuma. E se você for ver, ele prestou um serviço, não é verdade? E eu já penso assim, deveria ele continuar no plantel, receber inclusive ração, medicação e assistência médica. Só que ele não ia mais trabalhar no efetivo. Poderia muito bem, por exemplo, ir no Bombeiro nas Quadras, ele podia participar. Ele poderia ir participar no dia que tivesse um evento, no dia que tivesse uma formatura, olha, esse é um guerreiro que se aposentou. É o correto né? (*Cachorro 13 - bombeiro*)

Diferentemente do que ocorre com uma ferramenta material, cujo destombamento e doação/descarte significam o fim do objeto, a aposentadoria dos cães marca o início de um novo ciclo de vida do animal, que envolve diferentes custos e diversas formas de cuidado. Dessa forma, seu destombamento e doação significam um abandono por parte da corporação, sendo que os custos de manutenção daquele animal passam então para os que o acolheram.

Enquanto ferramentas de trabalho, ao serem descartadas, novas ferramentas devem estar preparadas para substituí-las, de forma que a realização do trabalho não seja impactada. No caso dos *K9*, sua substituição é feita não após sua morte, mas próxima de sua aposentadoria. Dessa forma, o condutor passa a trabalhar com um novo cão antes de passar por um processo de luto, e os outros *cachorreiros* não vivenciam com proximidade o posterior falecimento desse animal. Apenas aquele que leva um *K9* aposentado para casa está em um contexto que possibilite a experiência do luto do cão como *pet*. Para os demais, será a morte de um cão de trabalho aposentado, evitando a eles, por exemplo, uma experiência de *fidelidade humana pós-morte canina* (TOMA, 2017, p. 69).

Retirar o luto da atividade profissional e do local de trabalho, deslocando-o para a esfera íntima de algum dos *cachorreiros*, é uma racionalidade voltada para a eficiência prática do policiamento com cães. Outras formas de trabalho com animais também possuem estratégias que permitem aos humanos substituírem cães, no momento oportuno, por outros que assumirão o trabalho, sem que ocorram lacunas temporais em que o trabalho não possa ser realizado pela ausência dos animais<sup>124</sup>.

Voltando ao descarte institucional operado pelas corporações ao aposentar seus animais não humanos, soma-se a esse contexto o fato de que, quando aposentados, esses cães são ou idosos, ou debilitados fisicamente. São *cães especiais*, na medida em que necessitam de cuidados específicos e, por isso, demandam *sacrifício* (GAEDTKE, 2017; 2019):

A ideia do animal especial, que requer cuidados para além de um animal comum, carrega em si a noção do sacrifício: “A gente pensava que ele era mimado porque ele era especial, né? Porque ele tinha tudo quanto era problema, a gente brinca que ele era especial, tadinho” (Responsável por Godofredo, 2015). (...) Os animais doentes, moribundos, são os que mais incitam as falas de sacrifício. Mais que mera auto piedade ou sentimento altruísta, o sacrifício pelo outro mostra-se aqui enleado no paradoxal petshismo apresentado por Digard (1999), que vê a relação com os pets como um fetiche das sociedades urbanas contemporâneas, supervalorizada e ao mesmo tempo coisificada, permeada de consumo. Uma fonte inesgotável de amor verdadeiro, mas ao mesmo tempo uma responsabilidade do doar-se. (GAEDTKE, 2019, p. 89)

A ideia de sacrifício é cara à identidade profissional de policiais e bombeiros. Para os primeiros, sua atividade envolve arriscar a própria vida cotidianamente. Participar da *guerra urbana diária* (SUASSUNA, 2017) é aceitar o sacrifício enquanto uma possibilidade inerente a sua atividade. Para os bombeiros, o risco a que se expõem não é o do combate, mas o de serem técnicos do risco (CHADUD, 2013), de estarem em contato com situações nas quais precisam performar em níveis elevados de perigo e que exigem habilidades específicas para sua superação. É a base da representação comum dos bombeiros enquanto heróis: eles farão de tudo, por mais arriscado que seja, para salvar

---

<sup>124</sup> No caso dos criadores de cães de raça, Oliveira destaca: Só de pensar que em breve – pois a vida de um cão em pista é breve, durando em média somente três ou quatro anos – o proprietário poderá ficar sem um cão para frequentar a Exposição, ele automaticamente aciona um mecanismo que lhe confere uma estratégia a fim de continuar participando mesmo que seja somente para marcar pontos. Pois o cão em questão já teria todos os títulos que poderiam lhe ser conferidos. Para que isso não ocorra, antes mesmo que um cão obtenha todos os títulos que lhe são possíveis, os criadores já estão preparando algum filhote para substituir seu antecessor, fazendo com que o criador fique longos anos atuante em seu grupo (OLIVEIRA, 2006, p. 117-118)

aqueles que precisam (Idem). Assim, assumir os custos – financeiros, físicos, emocionais – pelo cuidado do cão que foi seu *canga*<sup>125</sup> após a aposentadoria do animal, é representado como um último sacrifício, em termos típicos da cultura militar.

No caso da aposentadoria dos cães, tomar para si a responsabilidade de fornecer os cuidados especiais de que precisam os animais e de arcar com os custos de sua manutenção são um sacrifício que significa, dentre outras coisas, a relação afetiva construída com entre cão e condutor. Esse sacrifício permanece no campo do não-dito quando se fala da aposentadoria dos cães.

Quando o cão completa seu período de vida trabalhando aqui, que é aproximadamente em torno de sete anos e meio, oito anos, que ele aposenta, então esse cão ele é feito um processo de doação para aqueles policiais, normalmente os policiais que trabalharam com ele durante esse período tem o desejo de permanecer com esse cão até o término da vida dele. (*Cachorroiro 11-bombeiro*)

Após 9 anos de honrarias e trabalho árduo no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Thor e Zeca – heroicos Labradores Retrievers – se aposentaram. Thor e Zeca dedicaram uma vida inteira ao bom combate, atuaram em diversas missões no DF e também fora desta Unidade Federativa, como na Operação Brumadinho em 2019. Propiciaram o conforto de inúmeras famílias e honraram nosso Lema: “Vidas alheias e riquezas a salvar” todos os dias durante esses mais de 9 anos. Companheiros para uma vida toda, estes dois cães heróis poderão usufruir a merecida “reserva” em seus novos lares, com os cinotécnicos com os quais eles já trabalhavam. O Grupamento de Busca e Salvamento e a Seção de Salvamento com Cães agradecem ao Sr. SGT RRm X, ex treinador do cão Zeca, e ao Sr. Y, ex bombeiro militar e ex treinador do cão Thor, por propiciarem um novo lar aos nossos heróis!<sup>126</sup>

Sempre nos perguntam se nos apegamos aos cães. “Sim, nos tornamos uma família!” Vemos ele chegar ao canil ainda filhote; ele crescendo e evoluindo nos treinamentos; e depois qual único ele se torna para os bombeiros e para servir a população. Um canga, um amigo de trabalho. Hoje, o Zeca foi para um novo Lar. Aposentado, foi morar com o Sgt Isac, seu ex-condutor. Ficamos com o coração apertado, mas agradecidos! Que seja muito feliz nessa nova fase! Fará muita falta e estará para sempre em nossos corações! ♥ □ Boa aposentadoria, Zeca! Obrigada por cada ensinamento e auxílio ao longo desses 10 anos. Cão de resgate companheiro para uma vida.<sup>127</sup>

Além disso, o luto também permanece no campo do não-dito no discurso da aposentadoria canina, pois, ao adotarem os cães aposentados, os *cachorroiros* assumem para si também o processo de luto individual pela morte daquele cão. Por mais que venha a

---

<sup>125</sup> Canga é um termo militar que denomina um companheiro de equipe.

<sup>126</sup> Disponível em <[https://www.instagram.com/p/B\\_IM888nZP1/](https://www.instagram.com/p/B_IM888nZP1/)> Acesso em: 29/09/2020

<sup>127</sup> Disponível em <<https://www.instagram.com/p/B9WZc5CnJZA/>> Acesso em 30/09/2020

compartilhar o processo de luto com seu grupo, o *cachorro* é o único que passa a se relacionar com aquele animal enquanto cão de estimação, e não mais enquanto animal de trabalho. Dessa forma, o fim da relação de trabalho com os cães é a sua aposentadoria, ou seja, a morte do animal não integra o ciclo estabelecido para essa relação.

Retomando o caso da morte de Cigano, seu condutor estava em um momento difícil de sua vida. O cão era seu único companheiro em casa e, provavelmente, aquele com quem ele mais compartilhava seus momentos de solidão, pois, ao adentrar o convívio íntimo, os animais de estimação se tornam “*companheiros incondicionais nos momentos de tristeza, estresse, dor e isolamento social*” (VIEIRA, 2019, p.241 ).

A preocupação dos amigos do condutor de Cigano remete tanto à perda do animal tido como melhor amigo, quanto à condição de vulnerabilidade em que se encontrava o policial. Este ponto nos leva à questão do processo individual de luto que esse policial toma para si ao adotar seu cão<sup>128</sup>.

O enterro de Cigano, com semelhanças a um enterro humano, também destaca a efetividade da relação afetiva construída entre os dois. Thomas (2010) afirma que, até meados do século XX, os animais de trabalho que se tornavam inúteis eram abandonados a sua própria sorte, quando não sacrificados de maneira indiferente<sup>129</sup>. A inutilidade decreta o fim de uma relação estritamente utilitária, e o descarte do objeto inútil ocorria da maneira que fosse menos custosa. O que é o contrário de um enterro feito em região de mata, utilizando um caixão de madeira e muita força de trabalho. A significação do ritual de morte, como aponta Gaedtke (2019), ressalta, mais uma vez, a dimensão afetiva da relação entre humano e animal:

E independente da morte ter sido decidida ou apresentar-se inesperadamente, a questão do luto é corriqueira: se o animal faz parte da família, é considerado um filho, a sua perda irá gerar um sofrimento semelhante à perda de um familiar, e os cuidados com o corpo (e com a alma) do defunto recebem cada vez mais

---

<sup>128</sup> Apesar de ser uma manifestação universal, o luto pela perda de um ser amado é processo singular para cada sujeito que o experimenta [...]. Os entrevistados lidaram de diferentes maneiras com a morte de seus cães e apresentaram as seguintes reações: choque, transtorno e desespero, distúrbios do apetite, uso de substâncias químicas e álcool, isolamento, espera pelo retorno do animal, dor, impotência e alívio, raiva, culpa e autocensura, tristeza, vazio, solidão e saudade. (VIEIRA, 2019, p. 248)

<sup>129</sup> [...] em geral esses cães trabalhadores parecem ter sido considerados sem maiores sentimentos; e normalmente eram enforcados ou afogados quando deixavam de ter utilidade. “Meu velho cão Quon foi morto”, escreveu um agricultor de Dorset em 1608, “e o cozinhamos para fazer banha, que rendeu cinco quilos”. Não eram esses animais necessários, mas os desnecessários, sabujos [farejadores/caçadores] e cãezinhos de estimação em particular, que mereciam real afeto e condição mais elevada (THOMAS, 2010:144).

atenção (SEGATA, 2014). Além disso, o próprio uso do termo defunto poderia ser um problema, pois a questão da linguagem vem tendo cada vez mais importância nesse contexto: ainda segundo Segata, há uma preocupação com as terminologias – fala-se em cremação, e não incineração; em eutanásia, e não sacrifício. (GAEDTKE, 2019, p. 94)

No caso do luto pela perda de animais de estimação, alguns autores apontam para uma situação de não reconhecimento por parte da sociedade em geral (GAEDTKE, 2019; GONÇALVES, 2019; VIEIRA, 2019). Esse não reconhecimento reflete uma dificuldade por parte dos que perderam seus animais em expressar seus sentimentos, manifestar seu luto. Ou seja, o luto pelo animal de estimação fica interdito<sup>130</sup>.

O interdito sobre o luto do animal de estimação é construído a partir de representações de que a manifestação desse tipo de sentimento é um sinônimo de fraqueza (VIEIRA, 2019), e que não encontra lugar no ambiente público. Por isso, os rituais de morte dos *pets* são restritos temporal e espacialmente, ou seja, são rituais rápidos e que ocorrem fora das vistas da sociedade (Idem):

Para a maior parte dos entrevistados, a expressão de sentimentos foi a tarefa mais árdua, devido ao fato de que não obtiveram reconhecimento da perda de seus cães como perdas significativas. Assim, não puderam chorar e lamentar publicamente e, como consequência, não obtiveram apoio, conforto e solidariedade, tão fundamentais nesse momento. Dessa maneira, vivenciaram o luto não autorizado [...]. (VIEIRA, 2019, p. 255)

No caso da morte de cães policiais, os sentimentos de luto do coletivo, ou seja, do grupo de *cachorreiros*, é expresso e manifesto a partir das publicações nas redes sociais. Como foi visto nas publicações sobre o tema citadas acima, a morte desses animais, e os sentimentos dela derivados, são levados ao público através da interação digital. O cão não é apresentado, nessas publicações, como um parente, mas como um companheiro de trabalho, quase um companheiro de farda e, efetivamente, como um companheiro de missão. Nessas publicações, são variadas as formas de identificar o cão como um membro da corporação, ou seja, como se fosse um policial ou um bombeiro.

Nessas posições o cão tem seu ritual de morte à simetria do funeral militar. A ele são concedidas honrarias e homenagens pelos feitos em vida de forma pública, pois é ao

---

<sup>130</sup> “Para com isso, é animal, joga pra prefeitura!”, foram as palavras pronunciadas pela chefe de Natália nos dias seguintes à sua perda. Assim, a jovem se queixa pela incompreensão das pessoas ao seu redor diante de seu luto, tido como “incompatível” com o estado que se apresentava por se tratar da perda de um cão. (GONÇALVES, 2019, p. 113)

público que ele atendeu durante seu período de atividade. Em troca, recebe o reconhecimento pelo sentimento de perda. Dessa forma, seja para o *cachorro* que cuidava do cão aposentado, seja para os *cachorritos* do canil que também mantinham uma relação afetiva com o animal, a expectativa de reconhecimento pelo luto é positiva. Sua manifestação não é interdita, pelo contrário, é celebrada, como, novamente, a morte de uma celebridade (BAUMAN, 2017).

Quando a justificativa para o enterro de Cigano é realizar aquilo que seria sua vontade caso estivesse em vida, fica clara a representação de que esses animais eram sujeitos dotados de individualidade, capazes não apenas de possuir, mas de manifestar vontades e preferências. Nesse sentido, o ritual em questão representa a “*visibilização (por parte dos tutores) do cumprimento da “vontade expressa” pelo animal*” (GONÇALVES, 2019, p. 112). E, como sabemos, *vontade expressa* é uma característica de sujeitos, e não de objetos, marcando a condição transitória do cão entre objeto e sujeito dentro das relações interespecie, apontada também em outros pontos desta tese.

## Capítulo 8 – Representações sobre *cachorreiros*

O homem defronta-se com a maior crise de identidade da sua história. Ele alcançou um conhecimento excepcional da sua biologia no contexto de uma representação enferma daquilo que é, de quem é. Uma forma de repensar a identidade humana consiste em repensar as relações do homem com o animal e, por conseguinte, em repensar este último. (LESTEL, 2001, p. 273).

## 8.1 – Dimensões identitárias dos *cachorreiros*

A Sociologia, assim como outras ciências do social, possui longa tradição na apropriação analítica da categoria de identidade. Cabe lembrar que, sociologicamente, identidade está relacionada a outra categoria, a da diferença (PORTO, 2010). Para Dubar (2009) dois processos são formadores das identidades, a diferenciação e a generalização. O processo de diferenciação de que fala o sociólogo francês é o que define, delimita, descreve a singularidade de algo em relação aos outros, diferenciando-o destes últimos. Os conjuntos de elementos diferenciados buscam então pontos em comum que os agreguem, no processo de generalização. Assim, as partes - identidades -passam a ser reconhecidas pelo todo –sociedade. Por isso identidade e diferença são “*como duas faces de uma mesma moeda*” (PORTO, 2010: 62). Trazem em si o que. Dubar (2009) chama de paradigma da identidade: “*o que há de único é o que é partilhado*” (DUBAR, 2009:).

Identidade e diferença são categorias que se complementam, ao mesmo tempo em que estabelecem paradoxos entre si. Ou seja, na medida em que as identidades se referem a “*pertencimentos comuns*” (Ibidem, p. 13), ela toma forma na relação com um outro, diferente. Segundo Porto:

Diferença/Identidade são categorias analíticas, ligadas desde sempre ao rol dos conceitos básicos do pensamento social e/ou da teoria sociológica; nessa condição cumprem trajetória plural, podendo ser abordadas a partir de dimensões filosóficas, políticas, econômicas, sociais ou culturais, dentre outras. (PORTO, 2010, p. 62)

A tradição sociológica que trata da identidade refletiu sobre ela a partir de uma pluralidade de correntes teóricas e de perspectivas de abordagem possíveis. Entre elas, a do interacionismo simbólico figura dentre as que mais se dedicaram a trabalhar essa categoria. Diversos autores dessa corrente se empenharam em avançar na compreensão sociológica das relações humano-animais (IRVINE, 2012; SHAPIRO; DEMELO; 2010). Estes autores abordaram os impactos da interação interespecie na construção de identidades tanto humanas, quanto animais.

Alguns trabalhos do interacionismo simbólico contribuíram para avançar na compreensão de identidades de coletivos animais, como são os canis policiais, e de identidades híbridas, compostas a partir da relação entre humanos e outros animais. É o caso dos estudos de Sanders (2000;) sobre a identidade de cegos que utilizam cães guias,



na qual o cão assume posição central, na medida em que se torna tanto uma extensão do corpo de seu condutor, ampliando as possibilidades de vivência, de sociabilidade e de interação com outros humanos, quanto de sua própria identidade social. Também são relevantes para as discussões desse capítulo os trabalhos do autor sobre unidades de policiamento policial (SANDRES, 2006; 2007), além dos trabalhos de Leslie Irvine (2007; 2012) sobre as questões que envolvem o *self* animal.

Já dentro dos Estudos Policiais a abordagem por meio da categoria da identidade possui, no cenário brasileiro, vasta produção acadêmica. De acordo com revisão bibliográfica feita por Muniz, Caruso e Freitas (2018), o tema identidades profissionais está entre os mais tratados pelo campo. Freitas, em sua tese (2020), aponta 100 trabalhos, em um universo de 373, dentro da categoria “*Práticas policiais, representações sociais e identidade profissional*” (Ibidem, p. 46). Cabe ressaltar que, dentro da categoria elaborada por Freitas, os estudos sobre as representações sociais dos policiais somam 43 trabalhos, reforçando o caráter positivo da escolha metodológica da TRS para o estudo da identidade policial.

Abordar a identidade pelo viés das representações sociais significa colocar como objeto de análise os “*sentidos empíricos, permeados por julgamentos de valor e efeitos de hierarquização*” que a ela estão relacionados (PORTO, 2010, p. 63).

As revisões bibliográficas acima citadas atestam então a existência de numerosos trabalhos sobre a temática da identidade policial, desde os primórdios do campo, como os trabalhos de Silva (1997), Muniz (1998) e Poncioni (2004), até os mais recentes, como os de Nascimento (2014), Alcântara (2017) e Porto (2017), para citar apenas alguns. Especificamente sobre a identidade profissional em unidades de policiamento especializado, podemos citar os trabalhos de Storani (2008) e Castro (2011). Esse volume de produções acadêmicas sobre o tema, menos do que apontar para uma saturação, demonstra a fertilidade deste tipo de abordagem para a análise sociológica e, conseqüentemente, para o avanço na compreensão dos fenômenos sociais derivados ou relacionados com a prática policial.

Além disso, não existem ainda trabalhos sobre a identidade policial daqueles que trabalham especificamente com cães. Em realidade, a identidade profissional das categorias socioprofissionais que envolvem o uso de animais de trabalho é pouco ou quase nada abordada pelas ciências sociais no Brasil. Além desta tese, o trabalho de Barreto

(2015), que trata da relação entre o ovelheiro gaúcho, cão de trabalho pastoril, com a identidade do gaúcho, e o trabalho de Lima (2015) sobre *domadores* de cavalos, estão entre os poucos que tratam dessa temática.

A perspectiva teórica aqui adotada é a de Claude Dubar, apresentada em seu livro de 2009, “A crise das identidades”. Apesar de sua perspectiva partir da realidade francesa da virada do século XX para o XXI, a qual difere da brasileira, em suas dimensões objetivas e subjetivas, suas preocupações apontam questões e categorias que contribuem para a compreensão do objeto deste capítulo, que é a identidade dos *cachorreiros*.

Uma dessas questões é o contexto de crise dos modos de identificação que, segundo Dubar, “*não deixa de ter ligação com a teorização da crise econômica que o mundo ocidental acaba de atravessar*” (DUBAR, 2009, p. 20). Essa crise acaba por gerar uma instabilidade nas formas e padrões relacionados à identificação, nas formas de “*categorizar os outros e a si mesmo*” (Idem). Para além dos fatores apontados pelo autor, surgiram no decorrer novas tecnologias digitais que levaram milhões de indivíduos a vivenciarem uma realidade virtual, principalmente a partir das redes sociais. Também no início do século XXI, já era discutida uma crise nas identidades das polícias no Brasil (MUNIZ, 2001).

O crescente viés individualista da sociedade líquida (BAUMAN, 2001; 2017) sugere que a crise dos modos de identificação apontada por Dubar não se encerrou, e que provavelmente tomou novos contornos com a submersão dos indivíduos nos ambientes virtuais. As redes sociais apresentam-se como plataformas para novas formas de identidade e de identificação. Indivíduos e coletivos encontram nelas novos ambientes de sociabilidade, com novos elementos e estratégias de construção de identidades.

O objetivo aqui não é apresentar uma forma identitária (DUBAR, 2009) dos *cachorreiros*, enquanto um tipo ideal weberiano, nem como uma identidade generalizável. Categorias e dimensões da identidade profissional dos *cachorreiros* são analisadas a partir das representações sobre sua(s) identidade(s) enquanto tal, sobre a forma como se representam enquanto *cachorreiros*, o que implica na sua relação de trabalho com cães.

A presença do cão é o elemento zoológico do trabalho de policiais e bombeiros, o qual Bryant apontava como objeto sociológico com potencial para avançar na compreensão de algumas profissões, como, por exemplo, a da medicina veterinária<sup>131</sup>.

---

<sup>131</sup>The animal oriented component of work does have implications for the dynamics of work performance and the development of occupational identity, and some of the studies of such occupations have revealed some

São duas as dimensões da identidade profissional dos *cachorreiros* de que trato neste capítulo. A primeira delas, que chamo de dimensão coletiva (SANDERS, 2000) da identidade de *cachorreiro*, diz respeito à identidade enquanto grupo, enquanto um coletivo humano-animal. Nessa dimensão, o *outro* é a sociedade em geral. É uma identidade aos moldes da balança eu/eles (PORTO, 2017), em que este outro assume uma alteridade de não pertencimento. Como não faz parte do escopo empírico deste trabalho o discurso deste *outro*, da população de não *cachorreiros*, os elementos apreendidos para análise são oriundos do discurso dos entrevistados sobre como eles são representados, se são valorizados e reconhecidos pela população em geral, e sobre como se apresentam para a sociedade.

Nesse sentido, é uma dimensão da identidade relacionada com o reconhecimento recebido por sua atuação profissional, com a representação de valorização pela atividade realizada. Existe uma diferença central na forma como essa forma de identidade é vivida por *cachorreiros* policiais e por *cachorreiros* bombeiros. Bombeiros são, geralmente, bem-vistos pela sociedade, como o discurso obtido nas entrevistas atesta. Os policiais, por outro lado, vivem uma identidade historicamente deteriorada, que traz consigo estigmas e, consequentemente, não se sentem reconhecidos como os bombeiros.

A identidade coletiva dos *cachorreiros* se constrói tanto em uma relação de alteridade com outros policiais da corporação, policiais não *cachorreiros*, quanto também em relação a outros canis. São formas de identificação aos moldes de uma balança eu-nós nos termos elisianos, perspectiva também abordada por Dubar (2009). É uma identidade coletiva, uma relação de pertencimento, que se constrói por contraste e/ou oposição a outro coletivo. Os *cachorreiros* são policiais/bombeiros que se definem como diferentes em relação aos policiais/bombeiros não *cachorreiros*.

---

interesting causal connections in this regard. In one study of veterinary medicine (Snizek and Bryant), for example, it was learned that there is a decided trend in the profession to elect or effect a small animal practice mode as opposed to a large animal or mixed practice mode. This decision is contrary to the original career plans of entering veterinary students and apparently results from a change in professional ideological orientation which occurs in the course of their training. This decision does not appear to be based so much on financial considerations, as on concerns bearing on the characteristics of the animal patient populations involved in the various practice modes, and the characteristics of the owners of the animals. It has been pointed out (Bryant and Snizek), that large animal veterinary practice is considerably less "medicalized" than small animal practice. A small animal practice mode permits a more effective, convincing and thus satisfying, dramaturgical performance of the professional role, and the owners of small companion animals are a more responsive and appreciative audience for such a performance. Thus, in the case of veterinary medicine, it is the animal connection that dictates professional role playing. (BRYANT, 1979, p. 409)

A outra dimensão da identidade analisada é a que chamo de dimensão profissional individual. É a identidade do *cachorreiro* enquanto indivíduo dentro do grupo dos *cachorreiros*, principalmente em seu próprio canil. Nessa identidade os *outros* são também *cachorreiros*, já socializados e reconhecidos como tal. É uma identidade composta por humanos e cães, em direta interação, atuando como uma unidade, pois, como destaca Irvine: “*When appearing together, other people consider the human and the dog as a unit. They assign an identity to the person based on the identity they attribute to the dog, [...], beginning with breed characteristics*” (2012, p. 129).

Na identidade profissional individual o cão toma a forma de extensão do corpo do humano que o conduz na medida em que ações, comportamentos e características dos *K9* são relacionadas diretamente com ações, comportamentos e características de seus condutores (SANDERS, 2000; 2006b;2007). Nessa medida, o cão é fruto do trabalho do *cachorreiro*, é reflexo direto do profissional que o treina e conduz e, por isso, aponta para a valorização moral do trabalho deste *cachorreiro* enquanto tal.

Os cães integram estas duas dimensões da identidade profissional dos *cachorreiros*, na medida em que esses últimos só existem (nesta condição) a partir da relação com seus animais. Entretanto, não existem somente enquanto elementos simbólicos, como fardas, armas, canções e gritos de guerra. Integram a relação enquanto agentes, ativos do social, não simplesmente por sua condição biológica senciente, mas principalmente porque são construídos socialmente enquanto tal. É deste conteúdo que tratam os tópicos deste capítulo, iniciando a análise pelas dimensões coletivas da identidade dos *cachorreiros*. para, em um segundo momento, chegar ao individual.

## 8.2- Identidade profissional e reconhecimento social

Tratar da identidade coletiva dos grupos de *cachorreiros* pesquisados é um debate que se insere em outro já bastante tratado nos Estudos Policiais, o da relação entre polícia e sociedade civil. A interação direta com a sociedade civil é parte significativa do trabalho das polícias militares. Além disso, a interação direta, muitas vezes face-a-face, impacta diretamente na forma como a sociedade civil reconhece o trabalho policial. Dessa forma, compreender a identidade dos canis implica analisar categorias como reconhecimento, confiança e legitimidade.

Enquanto instituições democráticas, a polícia e o corpo de bombeiros se constituem em objeto de análise acerca da questão da legitimidade, tema abordado por diversos autores (ZANETIC, 2017). Essa legitimidade está relacionada às crenças dos indivíduos sobre essas instituições, seus atores e sua atuação. São representações sobre a polícia e sobre o corpo de bombeiros, sobre policiais e sobre bombeiros e suas formas de atuação. Essas representações, por serem sociais, podem orientar ações da instituição policial e da população quando na interação com os atores do sistema de segurança pública. Essas ações impactam no reconhecimento que policiais e bombeiros sentem em seu trabalho. Enquanto os *cachorreiros* policiais relataram se sentirem mal vistos pela população quando reconhecidos apenas como policiais, os *cachorreiros* bombeiros relataram se sentirem bem- vistos tanto quando identificados como *cachorreiros* quanto quando são identificados apenas enquanto bombeiros.

Essa diferença na representação do reconhecimento entre policiais e bombeiros tem reflexos, igualmente, na forma como a confiança nas instituições é analisada. Legitimidade, confiança e reconhecimento se entrelaçam enquanto elementos constituintes e relevantes da relação entre polícia, corpo de bombeiros e sociedade. Os estudos sobre a temática apontam também para a relação entre essas categorias e o outro lado do sistema de segurança pública, que é o mundo do crime.

Ainda que em pequena monta até aqui, o tema da legitimidade tem motivado também estudiosos das dinâmicas criminais, tendo como foco a investigação da conexão entre fatores como os diversos aspectos vinculados às práticas de crimes e violências (incluindo o medo e a sensação de insegurança) e as ações institucionais colocadas em prática pelos agentes públicos. Com diferentes formulações da legitimidade e da confiança nas instituições, autores como Nivette e Eisner (2013), Roth (2009), Fagan e Piquero (2007), Sunshine e Tyler (2003), Eisner (2001), La-Free (1998), Sampson e Bartusch's (1998), entre

outros têm mostrado importantes conexões empíricas entre legitimidade política e institucional, confiança, cometimento de crimes, obediência às leis e cooperação com a polícia em diferentes contextos internacionais. Entre as questões centrais que sustentam essa produção estão alguns temas tradicionais do campo das ciências sociais, como os fatores determinantes da obediência e do reconhecimento das leis e das esferas da autoridade. (ZANETIC, 2017, p. 2)

Até aqui, policiais e bombeiros foram tratados integrando o mesmo grupo, dos *cachorreiros*. Porém, sobre a identidade destes, em relação à sua corporação de origem, surgem questões que precisariam ser mencionadas, antes de tratarmos da identidade profissional dos *cachorreiros*.

Segundo Dubar, existem duas formas gerais de identificação, as comunitárias e as societárias. As primeiras estão relacionadas ao pertencimento do indivíduo dentro de sua comunidade. Segundo o autor, essas formas “*supõem a crença na existência de agrupamentos chamados ‘comunidades’, consideradas como sistemas de lugares e nomes pré-atribuídos aos indivíduos e que se reproduzem de modo idêntico através das gerações*” (DUBAR, 2009, p. 15). Estão relacionadas também com o pertencimento dos indivíduos em “*culturas*”, “*nações*”, “*etnias*”, “*corporações*” (Idem). Apesar das problemáticas teóricas acerca dos termos comunitário e societário, a utilização do termo nos conceitos de Dubar contribui para a compreensão da identidade dos *cachorreiros*, a partir de sua identidade enquanto policiais e enquanto bombeiros. E aqui temos uma diferença contundente entre as duas formas de reconhecimento, ou pelo menos de representação desse reconhecimento por parte dos policiais e bombeiros, em relação à sociedade.

A identidade de *cachorreiro* é construída sobre duas identidades que poderíamos tratar como comunitárias (DUBAR, 2009), que são as identidades de policial e de bombeiro. São identidades adquiridas pelo pertencimento a duas corporações, construídas historicamente a partir da relação entre elas, de um lado, e entre os indivíduos e os grupos da sociedade em geral, de outro. Enquanto identidades *para si* (Idem) são construídas no decorrer de sua carreira, em diversos moldes. Mas enquanto identidades *para outrem*, no caso, para a sociedade em geral, as identidades de policial e de bombeiro são estabelecidas a partir de representações sociais de diferentes grupos que recaem sobre os integrantes das corporações quando estão no exercício de suas funções, independentemente do tempo de serviço ou da identidade construída *para si*.

As representações identitárias dessas profissões são marcadas por significativas diferenças quanto à representação de valorização e reconhecimento pela sociedade. Essas

diferenças são marcadas, dentre outros fatores, pelos contornos práticos das formas de interação entre os indivíduos e os policiais e bombeiros. Nesta tese, os dados coletados se referem apenas à representação dos *cachorreiros* sobre seu reconhecimento e sua valorização profissional por parte da sociedade em geral. São as representações que constroem sobre si mesmos, sobre como são vistos e representados pela sociedade que sustentam as análises seguintes.

### *Bombeiros – Heróis da sociedade*

Começando pelos *cachorreiros* bombeiros, as entrevistas apontaram para uma representação de valorização e de reconhecimento de seu trabalho perante a sociedade civil. Em nenhuma das entrevistas sua identidade enquanto bombeiros militares foi apresentada enquanto negativa.

A sociedade ela ama o bombeiro, ela sabe que pode contar com ele, então ela vê como um herói, recebe a gente como herói. (*Cachorreiro* 03 - bombeiro)

Ah é sempre muito bom, somos sempre bem-vistos, porque as pessoas elas sabem né que na hora do problema o bombeiro vem pra ajudar. É só você ver aí, jornal, internet, tem sempre notícia dum bombeiro salvando uma criança engasgada, um infartado, fazendo um parto na rua. Então só temos a agradecer viu, que somos sempre bem tratados. (*Cachorreiro* 09 - bombeiro)

Tem um respeito muito grande. As pessoas sabem, não tem... Todo mundo sabe que o bombeiro ele trabalha pra salvar, e ele dá a vida por isso. Aí vem esse respeito, esse apreço das pessoas pelo bombeiro. [...] Então, já por questões de ser bombeiro, a nossa relação já é ótima com a população. (*Cachorreiro* 15 - bombeiro)

As competências constitucional e legalmente delimitadas dos corpos de bombeiros são bastante distintas daquelas atribuídas aos policiais em geral. No contato direto com a população, os bombeiros atuam em situações que os colocam na posição de salvadores. Talvez essa seja sua principal representação, enquanto salvadores de vidas, seja em acidentes de carro, incêndios, desastres ambientais, etc. A representação dos *cachorreiros* bombeiros é de que são vistos enquanto heróis, o que implica na forma como são valorizados.

O discurso aponta, então, para uma identidade comunitária (DUBAR, 2009) valorizada pela sociedade em geral. Isso significa não apenas o reconhecimento individual de cada bombeiro, de atuações específicas, mas sugere o reconhecimento institucional. De acordo com a série histórica do Índice de Confiança Social (ICS), elaborado desde 2009 pelo IBOPE, o corpo de bombeiros é a instituição que figura no topo da lista das instituições em que a população mais confia, desde o início de sua realização. O ICS vai de 00 (nenhuma confiança) até 100 (muita confiança). O quadro abaixo mostra a diferença entre a confiança atribuída ao corpo de bombeiros em relação a algumas outras instituições que integram o ICS:

**Tabela 3 - Série histórica do ICS para algumas instituições que integram o índice. Elaboração própria.**

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corpo de Bombeiros	88	85	86	83	77	73	81	83	86	82	88
Polícia Federal	---	---	---	---	---	---	---	66	70	65	72
Forças Armadas	71	69	72	71	64	62	63	65	68	62	69
Polícia	52	52	55	54	48	48	50	52	57	53	63
Poder Judiciário/ Justiça	52	53	49	53	46	48	46	46	48	43	55

Fonte: Site IBOPE Inteligência<sup>132</sup>.

A partir do quadro, fica claro que, em relação à confiança recebida pela população, os bombeiros se destacam dentre os atores do sistema de segurança pública, como as polícias e a Justiça. Cabe retomar novamente a diferença entre as competências dos bombeiros e das polícias. As competências dos bombeiros, relacionados também à defesa civil, refletem situações de interação com a sociedade em que o uso da força e da coerção de indivíduos não é tão necessário nem tão frequente quanto nas ações policiais. Por outro

<sup>132</sup>

Disponível

em:

<[https://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB%2019\\_0844\\_ICS\\_INDICE\\_CONFIANCA\\_SOCIAL\\_2019%20-%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20\(final\).pdf](https://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB%2019_0844_ICS_INDICE_CONFIANCA_SOCIAL_2019%20-%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20(final).pdf)> Acesso em: 01/11/2020



ângulo, a ação dos bombeiros tende a atender às demandas dos indivíduos, enquanto a ação policial tende a confrontá-los, com fiscalizações, abordagens, ou mesmo o confronto físico.

A representação que os bombeiros entrevistados possuem, sobre serem são tratados como heróis, está associada a como supõem que a sociedade os representa. . Simbolicamente, a representação dos bombeiros enquanto heróis sugere um reconhecimento tácito de seu trabalho. Na prática, as interações face a face se tornam receptivas, harmônicas, positivas.

Em sua dissertação de mestrado, Reycilane Chadud (2013) busca compreender o reconhecimento social acerca do trabalho de um grupo especializado de bombeiros, os socorristas. A autora chega a resultados um pouco diferentes deste mostrados acima: ela parte da hipótese de que a forma como a sociedade civil representa o bombeiro enquanto herói difere da forma como os próprios bombeiros se representam. Chadud entende que o risco é uma categoria central no trabalho dos bombeiros, e a utiliza para abordar a temática. Para tanto, apoia-se na teoria da sociedade do risco, de Ulrich Beck. Considerando esta teoria, a autora defende que o trabalho dos bombeiros se enquadra como uma atividade que busca combater e minimizar os riscos, ao mesmo tempo em que se insere em situações de risco, destacando uma representação de altruísmo, um pouco distante desta ideia de heroísmo.

Em sua abordagem, a autora toma os bombeiros enquanto técnicos de risco, nos termos de Beck (2010). O trabalho dos socorristas estudados por Chadud difere, em diversos pontos, do trabalho realizado pelos *cachorreiros*. Enquanto os socorristas atuam em acidentes dos mais diversos tipos, que necessitam de resolução urgente, imediata, os *cachorreiros* atuam nas suas especialidades pontuais, mas também em operações de média e longa duração. Cabe destacar também que, enquanto os socorristas atendem à maior carga de demandas recebidas pela corporação (CHADUD, 2013), os *cachorreiros* respondem a demandas minoritárias, que não ocorrem com tanta frequência. É o caso das tragédias ambientais, como deslizamentos de terra ou rompimento de barragens, mas também é o caso de afogamentos e de pessoas perdidas. São riscos bem menos frequentes do que aqueles atendidos pelos socorristas.

Ao mesmo tempo, as demandas atendidas pelos *cachorreiros* possuem grande repercussão midiática e, algumas vezes, são acompanhadas de comoção coletiva. Porém, o

que une *cachorreiros* e socorristas é a posição de salvadores. São eles que entram em cena quando os riscos se materializam:

As ações de bombeiros de resgate mundialmente são o que garante com certeza, sua identidade social e a visão positiva e respeitosa das populações com relação à atuação destes profissionais. São esses trabalhadores que passam à sociedade, em qualquer lugar onde atuem a ideia de segurança e em meio aos riscos e adversidades. Define-se assim, nas suas atitudes o reconhecimento social de “técnicos de risco” que pela divisão do trabalho e sua intensa diferenciação, implica a pouca presença de outros profissionais para a execução de atividades como as definidas aos bombeiros mundialmente e aos bombeiros de resgate de forma particular. A cumplicidade geral da sociedade em não assumir relações de risco e sistematicamente direcioná-las aos bombeiros facilita elencar a profissão comum símbolo de “heroísmo”, “confiança” e “competência” quando comparada a outras esferas de trabalho, seja na área de saúde, seja na própria área de segurança pública. (CHADUD, 2013, p. 41)

Dessa forma, prossegue a autora, a identidade dos bombeiros é resultado da consciência da relação entre realidade e risco (CHADUD, 2013) Em outras palavras, a identidade social dos bombeiros é relacionada diretamente com o papel que eles cumprem para a sociedade. E os riscos, objeto de trabalho dos bombeiros, se colocam, mesmo que em diferentes medidas, sobre todos os indivíduos da sociedade.

O elevado índice de confiança nas corporações de bombeiros militares sugere que a representação de sua atividade como uma forma de heroísmo atravessa os diferentes grupos sociais, sejam eles classes, gêneros ou gerações. Chadud entende que a atuação dos bombeiros não difere em relação à classe social dos que são por eles atendidos. Isso porque as sociedades de risco não são prioritariamente definidas como sociedades de classe, pois riscos não se limitam a classes sociais específicas<sup>133</sup>.

A afirmação de que a atividade laboral dos bombeiros se desenvolve sem vieses sociais, por exemplo, o de classe, é difícil de ser sustentado em sua totalidade. Porém, alguns apontamentos parecem possíveis. Como realçado na citação acima, no caso dos bombeiros os indivíduos atendidos são, na maior parte das vezes, vítimas, pessoas que estão em risco e que precisam de alguma ajuda. No caso da polícia, os indivíduos

---

<sup>133</sup> Como exemplo disso temos a atividade de resgate dos bombeiros, em que o atendimento nas ocorrências sem diferenciações de classe promoveu uma visão respeitosa acerca da identidade social e profissional dos bombeiros em poucos anos, como também o atendimento aos mais necessitados, àqueles sem condições de deslocamento a um hospital, sem condições mesmo de movimentar-se para uma busca por socorro especializado, fazendo da atividade de bombeiro um símbolo de heroísmo. Sua identidade profissional foi favorecida ainda pelo caminho contrário que efetua: sai do ambiente de individualização tão exacerbado da sociedade moderna e abarca suas relações no altruísmo e no senso de comunidade, com a ajuda ao próximo e desconhecido. (CHADUD, 2013, p. 42)

atendidos por seu trabalho muitas vezes são colocados na posição de suspeitos, quando não de criminosos ou bandidos, antes mesmo de qualquer flagrante ou prova material.

### *Policiais – Os responsáveis pelo trabalho sujo*

Dizem que só quem gosta de polícia é a família, a esposa, criança, cachorro e bêbado. [Trecho de entrevista citada no livro *Violência, Democracia e Segurança Cidadã: O caso das polícias do Distrito Federal* (2017)]

Sobre a polícia militar, que integra a categoria polícia no ICS, a série histórica do índice mostra que a confiança em seu trabalho flutua próxima da média de 50. Enquanto uma das formas comunitárias de identificação (DUBAR, 2009), a identidade policial está atrelada a estigmas sobre sua atuação. Como exemplo desses estigmas, podemos citar aqueles relacionados às formas violentas de abordagem (SÁ; SANTIAGO NETO, 2011), à corrupção (NASCIMENTO, 2011; 2014), à ideia de um trabalho sujo (MATTOS, 2012; PORTO, 2017), à letalidade (ZACCONE, 2015), ao abuso do uso da força (ALBERNAZ, RIBEIRO; LUZ, 2009), à letalidade em relação a jovens negros (AMPARO-ALVES, 2010; BARROS, 2008), dentre outros.

Os reflexos desses estigmas se materializam no que Beato Filho e Ribeiro (2016, p. 177) tratam como “*a ausência de credibilidade de que padecem os policiais em nossa sociedade*”. Segundo os autores, “*apenas 18% da população confia nos policiais militares e 17% nos policiais civis [...]. Mais temidos do que confiáveis, eles são profissionais vistos como ineficazes, incapazes de controlar o delito e, muitas vezes, responsáveis por seu cometimento.*” (Idem).

Em resumo podemos dizer que o trabalho dos policiais não é reconhecido como é o trabalho dos bombeiros. O discurso dos policiais entrevistados apontou esta diferença:

Sabemos que é difícil também pra sociedade, porque a polícia militar é o braço armado do estado, que tem o objetivo de preservar a ordem pública. E muitas vezes essa preservação da ordem pública vai um pouco contra né, aos anseios que a sociedade deseja. Ela quer o direito de se expressar, que é um direito constitucional e tudo, e nós tentamos fazer uma linha tênue entre *aonde* o Estado quer desenvolver, e o que que a sociedade também quer, manter seus direitos preservados e buscar mais melhorias sociais. (*Cachorro 11 - policial*)

É diferente no corpo de bombeiro da polícia. O corpo de bombeiro é amado, porque vai lá e salva vidas. A polícia salva, mas tem que prender o outro. As vezes atirar, porque tem uma vida em risco. Então ele não é muito amado como o

corpo de bombeiros, mas ele quer ser amado né, a polícia quer ser amada.  
(*Cachorro 20* - policial)

A missão dos bombeiros é ajudar a sociedade ajudando indivíduos. E essa é uma representação que converge tanto na representação que a sociedade tem dos bombeiros, quanto na representação dos bombeiros sobre seu próprio trabalho (CHADUD, 2013). Esta missão é diferente, em suas várias dimensões, daquela que os policiais entendem que devem cumprir. E, aqui, cabe entender quais representações os policiais, *cachorritos* ou não, possuem sobre seu trabalho, sobre sua missão.

Uma primeira dimensão da representação dos policiais militares sobre seu trabalho é a visão de mundo subjacente a ela, a representação do cenário no qual atuam. Essa visão de mundo remete à própria gênese da instituição policial moderna. Um dos requisitos para a existência das polícias é o trabalho de pacificação interna, enquanto função destes atores (SUASSUNA, 2017). Ou seja, existem questões internas aos Estados que precisam da atuação policial como forma de manter sua pacificação, operando por meio do monopólio legítimo da violência. No discurso dos *cachorritos*, a representação da atuação em uma guerra diária esteve presente:

E eu acho muito interessante divulgar a PMDF porque é um serviço feito pro cidadão, e é o cidadão que tá contra a gente. Então a guerra, a luta que a gente tem que enfrentar é contra o bandido, e isso acaba se perdendo no meio do caminho por diversos fatores, que não cabe nem adentrar o mérito, porque são muitos. (*Cachorro 4* - policial)

A representação do cenário de atuação policial é a do cenário de guerra, no qual os policiais são os responsáveis pela resolução de seus conflitos a partir do uso discricionário da força, teoricamente legítimo. Mas não é uma guerra como aquela disputada pelos exércitos, localizada espacial e temporalmente, derivada de disputas entre Estados. Segundo Suassuna:

Na transição do Exército para a PMDF, a guerra muda de aspecto, tornando-se “constante e diária”, em vez de ser apenas uma possibilidade, como era no caso do Exército. O “inimigo” também se altera: antes bem definido como uma ameaça ao país, ele passa a ser de mais difícil identificação. Apesar disso, o inimigo continua existindo na figura do “marginal”, estereótipo que, aqui e ali, continua designando um inimigo da pátria. (SUASSUNA, 2017, p. 79)

Como representações e práticas coexistem em relação dialógica, a representação policial dessa guerra diária está relacionada com as atividades realizadas pelos policiais em sua rotina: atividades de enfrentamento, de abordagem, de contato face a face com a criminalidade e com os indivíduos suspeitos; diferentemente dos policiais civis, por exemplo<sup>134</sup>.

A representação policial da sociedade em “*contexto de uma guerra urbana constante*” (PORTO, 2017a, p. 82) reflete a necessidade da nomeação dos polos nós-eles, dos que devem ser defendidos e dos que devem ser combatidos. Assim, os integrantes são divididos entre os que são bandidos, marginais, criminosos, em suma, os que representam um risco para a sociedade como um todo, e aqueles que podemos chamar de *cidadãos de bem*, que contribuem para a sociedade e que devem ser protegidos e defendidos dos outros, os bandidos, representação presente no senso comum do cenário político atual.

Essa divisão nos remete a outra dimensão da representação policial sobre seu trabalho, que é a representação sobre os não-policiais, sobre aqueles outros, de fora de sua corporação, dentre os quais estão aqueles sobre os quais se deve agir. Esses outros não policiais são geralmente denominados pelos integrantes da PMDF como *paisanos* ou também como civis, destacando sua posição externa ao militarismo.

Se, por um lado, a sociedade civil abrange aqueles indivíduos sobre os quais deve incidir a ação policial, por intermédio da força muitas vezes, por outro ela abrange também aqueles indivíduos que a polícia deve proteger e representar. Esses últimos são também um *outro*, mas não em uma balança eu-nós, mas em uma balança nós-eles. Em outras palavras, são também os *paisanos* que compõem o polo não policial de sua identidade, aqueles que reconhecem ou não seu trabalho, seu papel, sua identidade. É uma das ambiguidades presentes no trabalho policial: tanto os alvos quanto os usuários de seus serviços fazem parte desta sociedade que a polícia deve proteger (SUASSUNA, 2013). Soma-se aqui a representação policial de que a sociedade, através de seu ordenamento jurídico, protege aqueles que descumprem as leis<sup>135</sup>.

---

<sup>134</sup>Para a PM a identificação de sua atuação como significando participar de uma guerra diária é uma representação bem mais contundente do que para a PC, e isto se intensifica para as patentes situadas nos níveis mais baixos da hierarquia, ou seja, as que de fato estão nas ruas [...]. (PORTO, 2017a, p. 53)

<sup>135</sup> Outra questão que merece reflexão, a partir de representações presentes nos grupos focais, é o fato de que, para o policial, a lei sempre atrapalha ou protege o criminoso; o não dito, o implícito, é que a forma possível de se trabalhar seria agindo fora da lei, o que quase sempre se faz no e pelo uso de violência, compatível com a representação acima da atividade como semelhante à participação em uma guerra diária, trazendo para o centro da reflexão a ideia de enfrentamento, combate. (PORTO, 2017a, p. 56)

Não apenas a polícia trabalha com a *sujeira* da sociedade, com seu lado *mau*, obscuro, pantanoso, mas também atua por meios ilegais, pelo abuso da força, pela imposição violenta da autoridade. Já os bombeiros atuam ajudando, salvando, socorrendo, policiais atuam combatendo, reprimindo, enfrentando. Enquanto o trabalho dos bombeiros remete ao sagrado, o trabalho policial remete ao profano:

Assim, destrinchando a representação policial que assimila sua prática ao chamado trabalho sujo, ou à obrigação de sujar as mãos, decorrente da atividade nas ruas, é possível sugerir que o policial, de modo mais inconsciente do que consciente, acaba por igualar sujeito e objeto: por lidar com o lixo da sociedade, se autotransforma, ele próprio, em algo desprezível, numa paradoxal ambivalência; apesar de considerar sua relevância social, tem que conviver com a ausência de reconhecimento (interno e externo) agravada por essa incômoda proximidade com o lixo da sociedade (PORTO, 2017a, p. 47-48)

Tudo isso remete a uma ausência de reconhecimento. É uma balança nós-eles (PORTO, 2017), que difere largamente da alteridade estabelecida entre bombeiros e sociedade, no que se refere à representação de pertencimento, de reconhecimento e de valorização. Diversos estudos na área apontam para a presença da representação policial de não reconhecimento e não valorização de seu trabalho e de suas funções pela sociedade:

Ao lado destas representações, fica sugerido nos vários instrumentos de coleta de dados, que a recorrente representação do não-reconhecimento reverbera na questão identitária, atingindo de forma mais contundente a PM e, sobretudo, as patentes situadas no nível mais baixo da hierarquia[...] Por exemplo, dentre os respondentes da PM, 87% acredita que a polícia propicie garantias e proteção para a sociedade. No entanto, apenas 60% acredita que a sociedade os enxergue da mesma forma. Além disso, afirmam os participantes dos Grupos Focais e das entrevistas, agindo dentro ou fora da lei o policial é sempre visto como violento. Ou seja, “o policial militar conviveria com um alter, a sociedade, em seus diferentes tipos de paisano, que em sua representação não reconhece de forma positiva a atuação policial.” (PORTO, 2017a, p.53).

A representação de não-reconhecimento do policial foi uma constante no discurso dos *cachorreiros* da PMDF. Na maior parte das vezes, o não-reconhecimento foi atrelado às atuações, às interações derivadas de sua atividade fim, principalmente das situações de fiscalização e de policiamento.

Abordagem é sempre complicado né, porque assim, pra gente, o indivíduo em situação de abordagem ele é um suspeito. Ele é cidadão, ele tem direitos e tal, mas ele tá ali como suspeito. E como que eu vou atuar com um suspeito? Com

gentileza, carinho? Não né, tem que ser com autoridade, e às vezes pra isso precisa do uso da força. E o cidadão ele não gosta, sabe, de estar ali como suspeito. Ele se sente desrespeitado por isso, como se fosse tratado como bandido. Então a gente sabe que a população ela normalmente não entende o nosso trabalho, que é fazer isso né, identificar os suspeitos e averiguar. Se estiver tudo ok, ok, segue em frente. Mas nós precisamos averiguar. (*Cachorroiro 10 - policial*)

As pessoas têm medo do policial, e a mídia ajuda muito nisso. Se você vir o jornal de hoje, o que tem lá de polícia é só pra cima da gente. É só o erro, só o policial errado que aparece, e o cidadão ele vai acreditando nisso. Aí na hora do nosso trabalho, aonde a gente chega, o povo faz é cara feia, como se a gente estivesse ali pra causar problema pra eles. Então só quem tá com a gente é a gente mesmo, é a corporação. (*Cachorroiro 2 - policial*)

Apesar dos discursos acima, no caso específico dos *cachorroiros*, constata-se também o fato de que o não-reconhecimento do trabalho policial é apontado como minimizado pela presença do cão. Neste caso, há uma representação de reconhecimento de seu trabalho com cães, de valorização por parte da sociedade, que supera aquela recebida por bombeiros e policiais não *cachorroiros*. De modo geral, os *cachorroiros* relatam se sentir mais próximos e mais aceitos pela sociedade, até mesmo em abordagens, em comparação a quando não trabalhavam com cães.

Isso aponta para uma participação do cão na relação dos policiais e bombeiros com a sociedade, o que está relacionado com a identidade social destas categorias. O cão é o elemento novo, externo ao mundo militar, e que, de acordo com o discurso dos interlocutores da pesquisa, interfere nas formas de identificação *para si* e *para outrem* (DUBAR, 2009) dos *cachorroiros*. É sobre isso que tratamos no próximo tópico

### 8.3 – Identidade social e relação com a sociedade

A singularidade do objeto de estudo dessa tese é a presença/uso do cão na atividade profissional de policiais e bombeiros. De que forma essa presença interfere nas diferentes representações acerca do trabalho realizado pelos *cachorreiros*? Como a presença do cão modifica as bases subjetivas e objetivas sobre as quais a interação entre esses agentes públicos e os cidadãos se desenvolve? O que policiais e bombeiros fazem para usar seus cães como intermediadores com a sociedade em geral? São essas as questões que busco compreender, sociologicamente, neste subcapítulo.

#### *Com e sem o cão – Diferentes representações de reconhecimento*

Se, por um lado, representações de valorização e reconhecimento dos bombeiros e de desvalorização e não reconhecimento dos policiais foram consensuais nas entrevistas, indicando que essa talvez seja uma representação coletiva, como os estudos citados acima atestam, de outro lado, outra representação consensual foi a de que a presença do cão melhora a interação com a população.

Essa representação precisa ser esmiuçada para avançar na análise sociológica. Podemos começar por quem fala desta forma. A maior parte dos entrevistados já havia trabalhado fora do canil em outros momentos, o que lhes permitia comparar os sentimentos de valorização e de reconhecimento quando vivendo as identidades de policial/bombeiro e de *cachorreiro*. Aqueles que trabalhavam nos canis desde sua entrada na corporação faziam essa comparação a partir de situações de atuação sem o uso dos cães. Porém, foi no discurso dos policiais que já atuaram nas chamadas unidades de área que a de diferença na forma como eram vistos e tratados pela sociedade foi mais presente.

Desde que eu comecei a trabalhar com os cães, eu vi que a recepção realmente é bem maior, da sociedade. Eu vejo que, talvez por se tratar de um animal, e como toda a sociedade, toda a população tem um certo carinho por animais, e gosta um pouco de animais, eles recebem um pouco melhor né. Sempre que a gente chega num determinado setor o pessoal já aborda, já pergunta como é trabalhar com cão, já pede prá olhar. As vezes pede prá conhecer o batalhão. Se for uma pessoa que já tem animal, as vezes ela pergunta se existe a possibilidade de a própria polícia treinar o cão dele né. Então eles são bem mais receptivos. Eu acredito que, por esse trabalho, principalmente de detecção, você retirar muita droga das ruas, acredito que eles vêm como um fato bastante positivo. Diferente um pouco



da unidade de área né, que eles têm ainda um pouco a imagem daquele policial truculento, bruto, agressivo. Então o que eu já trabalhei nas duas áreas, tanto na unidade de área, quanto na especializada com cães, eu vi bastante diferença, seja no trato, seja na, vamos dizer assim, na forma como ele vê o trabalho. Parece que são duas polícias distintas. Eles reconhecem muito mais e acham muito mais bonito o trabalho da especializada com os cães, do que o trabalho feito pelas unidades de área, apesar de tudo convergir pra um mesmo sentido, pra um mesmo objetivo. Mas o fato de trabalhar com animal ajuda bastante a sociedade enxergar a gente de uma maneira comunitária. O cão aproxima a gente mais, o policial da sociedade. (*Cachorro 10 - policial*)

Ao dizer que *parece que são duas polícias distintas*, o entrevistado aponta para uma questão importante. A diferença na representação de reconhecimento reforça uma identidade profissional própria dos *cachorritos*, que os diferencia dos outros policiais e bombeiros. A comparação da receptividade do trabalho do canil com o trabalho de área destaca essa última como aquela na qual a representação de não reconhecimento é mais forte. A principal atividade das unidades de área, além do atendimento das demandas espontâneas, é o policiamento de suas respectivas regiões. Esse policiamento envolve rondas e abordagens, em que a interação com os indivíduos ocorre de maneira direta.

Pensando a partir da TRS, a identidade policial pode ser impactada, segundo o discurso dos policiais, principalmente pelas situações de abordagem, nas quais a experiência de interação com os policiais pode reforçar representações vigentes, ou também contestá-las. E aqui cabe lembrar que a atuação policial não possui um padrão invariável, muito pelo contrário. O que se sabe é que a atuação policial ocorre de maneiras distintas em lugares distintos e com indivíduos distintos. No caso do Distrito Federal, não é preciso um nível elevado de abstração para afirmar que a forma de atuação da polícia com os moradores do Plano Piloto é distinta daquela com os moradores das regiões do Entorno. É a objetivação produzida por meio de representações sociais, como aquela relacionada à da guerra urbana cotidiana que entra em jogo. Objetivar é dar forma, nomear, tornar material o que estava no plano das representações e, assim, orientar condutas:

O ato de nomear aponta a direção da ação: o policial se sente legitimado a dar baculejo, abordar, prender, ser duro pois, afinal, está, com certeza, tratando com bandido, fazendo, como afirmam, o trabalho sujo. Nomeia-se o suspeito – o peba, portador do kit-peba – e o espaço social onde ele habita, a Ceilândia, (ou outras cidades administrativas do DF), representada(s) como violenta(s) ou regiões de marginalidade Um pouco à semelhança do que se faz na cidade do Rio de Janeiro em relação às favelas, aqui Ceilândia é tomada como a imagem concretizada do que seria o espaço ou território da bandidagem, da criminalidade; representação com grande eficácia simbólica: lugar para se evitar, se a representação for elaborada por certos segmentos da sociedade; território

para invadir, prender, limpar, se formulada por determinados agentes da segurança pública, mesmo se é aí que moram alguns. (PORTO, 2017a, p. 45-46)

Tudo leva a crer que a representação de não reconhecimento e de não aceitação por parte dos policiais é mais forte, mais recorrente, quando atuam nos lugares representados como perigosos e quando interagem com aqueles indivíduos representados como suspeitos, ou seja, nas atuações em áreas periféricas e com populações vulnerabilizadas socialmente. É nessas áreas e com essas pessoas que a interação polícia-sociedade se desenvolve de maneira mais violenta, bruta, ríspida, e com maior frequência. Pesquisadores do tema entendem que categorias socioeconômicas, como idade, classe, escolaridade e raça, no que dizem respeito à visão sobre a polícia, na verdade, são reflexos da variável “*contato com a polícia*”. (ZILLI; COUTO, 2017, p. 685). O discurso dos *cachorreiros* policiais coincide com as afirmações acima:

Quando a gente chega, que a gente não tem o cão, dependendo da cidade, se o índice de criminalidade for muito alto, as pessoas geralmente têm algumas reações padrões assim. Ou elas saem correndo, porque elas acham que vai ter troca de tiro, ou elas falam que a gente não tá trabalhando, que a gente tá abordando pessoa de bem e que o bandido tá solto e a gente tá ali abordando uma pessoa de bem. A gente não é bem-visto, a gente chega a gente geralmente não é bem-visto. Principalmente em algumas cidades que tem uma cultura de tráfico, daquela, daquela historinha de filme do traficante cuidar da sua população. Porque acaba que ele é um cara querido ali, então ele tem muito amigos. A gente chega pra fazer uma abordagem, é, são milhões de celulares filmando, esperando a gente errar. Alguns até provocando, xingando, falando né, coisas indesejáveis pra tentar tirar a gente do sério. (*Cachorroiro 4 - policial*)

Outro ponto recorrente na fala dos entrevistados foi a questão do tratamento recebido durante atuação nas atividades-fim. Alguns apontaram a abordagem a ônibus coletivos como uma situação em que a diferença de tratamento com o uso do cão e sem o uso do cão é mais perceptível.

Quando você trabalha com o cão, eu te falo de Brasília, as pessoas gostam de cão. Por exemplo, você tá indo pra casa, ônibus lotado, caramba, aquele ônibus lotado, meu deus. Você tá indo pra casa, aí eu vou te parar bem ali na estrutural. Gente, vou fazer uma abordagem, vai descer todo mundo, e tal. Se for uma abordagem comum, sem ninguém [se referindo a uma abordagem sem cães], então sabe [expressão de desgosto, incômodo], é aquela coisa. Mas meu amigo, quando eu faço esse trabalho com o cão, ix, o humor das pessoas muda. Você tá entendendo? Não fica aquela coisa chata. Ela [pessoa abordada] vê o cão e: caramba, um cachorro! [seguido de uma expressão de deslumbre] (*Cachorroiro 2 - policial*)

Essa situação é bem interessante. Eu vou citar um exemplo de abordagem a ônibus coletivos, a abordagem a ônibus coletivos. É, quando você aborda sem o cão, e muitas vezes as pessoas ali tão no transporte voltando para o trabalho, ou indo, então você acaba interferindo um pouco ali na vida das pessoas ali, pra fazer uma abordagem né, que tem que ser feita. Então você faz uma abordagem, você para o ônibus, as pessoas desembarcam, você vistoria, e geralmente não é muito bem- visto pela população. Mas quando você faz essa abordagem com o cão, é totalmente diferente. O cão, ele traz uma energia diferente pra abordagem. As pessoas até compreendem, acham interessante né, ver o cão trabalhando, e acabam aceitando mais elas serem abordadas. (*Cachorroiro 17 - policial*)

Até por exemplo na vistoria, na abordagem de ônibus, com cães, ou de locais, as pessoas sentem confiança, não se sentem ameaçadas com o cão que tá ali pra fazer a parte, principalmente, de detecção. Já é diferente um pouco de quando você emprega o cão com atividade de controle de distúrbio, ou policiamento, que você sabe que é um cão que já tá com o perfil de fazer uma busca [busca e captura], de fazer um confronto. (*Cachorroiro 19 - policial*)

A presença do cão é representada como minimizadora de conflitos durante procedimentos típicos da atividade policial. Sua presença atrai a atenção da população em volta, como se fosse uma celebridade, gerando uma quebra no clima de tensão típico de uma abordagem policial. Nos trabalhos acadêmicos produzidos por *cachorroiros* sobre sua atividade, essa função de *relações públicas* é apontada como uma das possíveis no trabalho com cães<sup>136</sup>.

O uso do cão em abordagens e fiscalizações traz consigo uma quebra de expectativa (SUASSUNA, 2013) por parte dos abordados. Todo aquele processo que os indivíduos já esperam passar quando se encontram nessa situação é modificado pela presença do cão. Para os suspeitos que não estão *devendo nada*, o constrangimento e o desgosto de serem abordados são substituídos pela curiosidade no trabalho do cão. Monta-se ali um espetáculo no qual os abordados assistem a algo que gera interesse e fascínio:

Pra quem gosta de cão, como eu, a gente, as pessoas que viam, ficavam encantadas né. Aí queria chegar perto, queria passar a mão, queria perguntar como era. Mas quem não gosta de cão não tem muito isso. Tem mais o lado profissional, de admiração, assim: nossa, aquele cachorro ali, consegue achar droga. Como é que ele consegue? Como será que é o treinamento? (*Cachorroiro 4 - policial*)

---

<sup>136</sup> Sabemos que o cão é um importante instrumento de caráter psicológico no combate à violência e também ao uso e tráfico de drogas. Empregamos o canino, entre outras coisas, em virtude de seus sentidos, de sua capacidade psicológica. Temos também a aceitabilidade pública desses animais que, além de ajudar no combate, fazem um trabalho social, um trabalho de relações públicas durante a atividade de que participam. (NOGUEIRA, 2015, p. 23)

Essa curiosidade e fascínio pelo cão policial são derivados das representações sociais sobre cães, sobre sua relação com os humanos e sobre suas habilidades, como uma parte do fascínio pela própria espécie canina. Além disso, o cão de trabalho é diferente de um cão *pet*, com o qual as pessoas estão mais acostumadas a se deparar. As representações sobre cão *pet* possuem uma dimensão lúdica que se torna, em certa medida, indissociável desses animais.

Ao mudar os contornos em que se dão as interações entre polícia e sociedade, os cães impactam no reconhecimento e na identidade social de seus condutores. Essa foi uma questão recorrente nas entrevistas:

Quando a gente chega com o cão, ou a pessoa tem medo e já nem se aproxima, ou a pessoa tem muita admiração por aqueles cães e quer chegar perto, quer perguntar, quer passar a mão. Então é outra coisa, totalmente diferente. Eu nunca passei nenhuma situação semelhante do que eu já passei em outro batalhão, nesse sentido de você saber que não é benquisto. Me sinto quase uma bombeira, porque o bombeiro onde ele chega ele é herói né, me sinto quase uma bombeira.” (Cachorroiro 4 - policial)

A população ela ama o serviço com cães na verdade, porque você tira a impressão de que o militar é aquele cara seco né, que tem sentimentos. E aí quando você tem essa ferramenta que é o cão, ela te aproxima mais da população.” (Cachorroiro 3 - bombeiro)

No caso dos bombeiros, que já relatam se sentir benquistos, valorizados e reconhecidos, o elemento estigmatizante de sua identidade é seu caráter militar. Para eles, a rotina de trabalho não traz repetidas experiências de não reconhecimento, como para os *cachorroiros* policiais, para os quais a diferença no tratamento recebido no trabalho com cães, em relação ao trabalho sem cães, se destaca nas representações que esses possuem sobre seu trabalho. Enquanto *cachorroiros*, eles não deixam de ser policiais e de serem vistos como policiais. Porém, policiais diferentes:

A população ela é curiosa. A população ela, ela vê um cão ela se admira com o cão, ela acha até interessante. Mas quando ela vê que atrás do cão tem um policial, aí ela fica... porque infelizmente a PM ela tem que, ainda, quebrar essa, como que é, num sei se é um ranço, se é um estigma da, do, de ser sempre a parte ruim. Todo mundo fala assim quando vê um PM: *vix*, PM, e tal. Aí vê o cão: *oh*, um cão, o cão é tão... Aí fica naquela né, aceita o cão, mas aquele cara fardado ali, se fosse um policial, é, se a polícia civil... mas é porque tem o nome de polícia. Se fosse uma outra coisa que não tivesse nome de polícia fazendo o trabalho que o canil faz hoje, creio que seria algo mais, muito mais bem aceito pela sociedade. Porém, o canil, ele é muito bem aceito. Ele é mais bem aceito, digamos, que uma viatura da área. Mas a população é, eu não quero me

contradizer né, dizer que é aceito mas, não é aceito. Mas fica aquele ranço né, que o pessoal olha e fala: *Ix*, polícia. Mas é mais com a nossa polícia. É contra o militar, farda, essas coisas. Já remete à ditadura militar. Eu não fui da ditadura militar, mas o preconceito dura até hoje. (*Cachorroiro 12 - policial*)

### *A representação do reconhecimento pela eficiência*

Parte do discurso policial acerca do reconhecimento da população sobre seu trabalho, especificamente o trabalho com cães de detecção, é baseada na sua suposta eficiência prática e instrumental. Em outras palavras, o reconhecimento estaria atrelado aos resultados, mensurados em quilos de drogas apreendidas, em números de ônibus ou veículos de passeio fiscalizados, dentre outras medidas:

Acho que a população gosta do nosso trabalho porque ela vê o resultado. São quilos de drogas, é toda semana. Aí tem... eu quero dizer, vez ou outra tem uma reportagem. Não sei tudo que a gente faz aqui, aqui tem apreensão quase todo dia. Mas essas, volumosas, sempre *sai*. E aí o pessoal vê o resultado né. Então temos esse reconhecimento por tirar drogas das ruas. (*Cachorroiro 12 - policial*)

Antigamente o foco nosso era pequena coisa, pedacinho que os peba ficam vendendo na rua. Então era mais o pequeno traficante, o usuário né. E aí de um tempo pra cá isso mudou muito. Eu mesmo gosto de levar minha equipe na rodoviária ali do lado, bater nas linhas que a gente sabe que sempre tem né, essas aí pro nordeste, pro norte. E eu vou te falar viu, é certo, porque o cão ele não escapa uma, não escapa uma dele. E normalmente é mula, então sempre tem muita quantidade. E as pessoas elas vêm o trabalho do cão e aplaudem, gostam do trabalho dele. Porque assim elas se sentem seguras. (*Cachorroiro 19 - policial*)

No perfil do BPCães no Instagram, são comuns fotos de apreensões em que o material ilícito apreendido é organizado e montado como um prêmio. Uma publicação trazia um compilado das apreensões de 2018, com a seguinte legenda: “*O ano de 2018 foi histórico para o BPCães. O fardo apurado de nossos cães e o trabalho incansável de nossos policiais foram responsáveis pela apreensão de mais de 3 toneladas de drogas! Representando cerca de 60% de toda a droga apreendida pela PMDF em 2018.*” A legenda acompanhava a foto abaixo:



**Figura 9 - Publicação apresentando algumas apreensões de drogas realizadas pelo BPCães/PMDF em 2018. Fonte: Instagram.**

Se apenas com as informações quantitativas sobre apreensão de drogas não podemos mensurar a suposta maior eficiência do policiamento com cães em relação ao policiamento sem cães, podemos, por outro lado, apontar a existência de disputas por espaço entre os dois grupos dentro da corporação policial. O discurso de superioridade do uso do cão para o enfrentamento do tráfico de drogas encontra espaço no conflito entre grupos de policiais por posições de poder, pela posição de destaque em determinada área e em determinada competência.

A representação do trabalho de detecção com cães como mais eficiente do que aquele realizado apenas por humanos, mesmo humanos amparados por recursos tecnológicos, está relacionada com outra representação, típica da cultura policial no Brasil (ZANETIC, 2017), de que o papel da polícia é tornar o crime mais custoso e, dessa forma, torná-lo menos atrativo enquanto escolha racionalizada por atores. Esse aumento do custo do crime pode ocorrer por diversas formas, dentre elas o aumento do “*grau de dificuldade da efetivação dos crimes*” (Ibidem, p. 2).

Tomando o crime como resultado de uma escolha racional(izada) dos sujeitos, essas “*teorias dissuasórias*”<sup>137</sup> (Idem) se mostram limitadas para compreender a motivação

---

<sup>137</sup> Segundo a teoria, cada indivíduo realiza escolhas, pautadas exclusivamente pelo cálculo de custo-benefício instrumental diante das opções existentes no mercado ilegal, dos riscos relativos à chance de ser preso, das punições existentes e das próprias opções do mercado legal que também apresenta oportunidades (Ehrlich, 1996; Becker, 1968). A estratégia se efetivaria à medida que o cálculo racional desses riscos

individual no cometimento de crimes por abordá-la por apenas uma de suas possíveis dimensões. Além disso, uma atividade policial guiada por essas teorias tende a focar seus esforços em práticas repressivas e, não raro, tende ao abuso delas:

A eficiência canina em localizar drogas escondidas seria o fator central desse tipo de representação da eficiência da atividade policial. O uso dos cães farejadores seria, então, instrumento de persuasão, na medida em que geraria perdas consideráveis aos traficantes. Segundo os *cachorreiros*, em uma fiscalização sem a presença de cães, os traficantes acreditam que possuem boas chances de não serem identificados. Isso, principalmente, por acreditar que as drogas escondidas não seriam encontradas. Porém, na presença dos cães, muitas vezes os traficantes tentam fugir antes mesmo de serem abordados, entendendo que seria certo que os cães localizariam as drogas escondidas.

A eficiência canina em localizar drogas e armas e em reprimir, com sua presença, a ocorrência de crimes, em particular o de tráfico de drogas, ampara a representação dos *cachorreiros* de que seu trabalho é mais eficiente do que o dos policiais comuns. Essa eficiência superior seria uma das bases do maior reconhecimento e prestígio que relatam receber.

A partir do discurso dos entrevistados, depreende-se que a eficiência do cão em farejar drogas não se relaciona apenas com sua instrumentalidade enquanto ato, mas também enquanto potência. O cão não trabalha apenas farejando, mas sua presença nos locais gera medo nos criminosos e sensação de segurança na população. A própria presença de *K9s* impacta tanto sobre os usuários de seus serviços, quanto sobre os alvos de seu serviço. Sobre os usuários, passa a sensação de segurança em razão da certeza de que, se ali houvesse alguém que representasse perigo, como um traficante ou usuário de drogas, certamente seria localizado pelo cão e abordado pelos policiais. Sobre os alvos, impõe a percepção de que, independente da quantidade e da estratégia de disfarce, as drogas seriam encontradas.

O discurso da eficiência canina como fonte de reconhecimento social implica na afirmação de que bons resultados obtidos nas atividades-fim de enfrentamento à criminalidade seriam suficientes para a manutenção da confiança da população no trabalho

---

dissuadissem potenciais autores de crimes de levar à cabo suas ações criminosas. Na prática, o que se vê no Brasil é uma exacerbação do que é descrito pelas teorias dissuasórias, com a ação policial sendo marcada não apenas pelo uso dos instrumentos legais de repressão, mas também, e frequentemente, pela arbitrariedade e pelo abuso da violência. (ZANETIC, 2017, p. 2)

da polícia. Os estudos sobre a atividade policial apresentam argumentos que contestam essa afirmação:

De modo geral, os resultados obtidos pela presente pesquisa apontam basicamente na mesma direção de grande parte dos estudos já produzidos sobre o tema no exterior: a de que a avaliação que a população brasileira faz da qualidade do trabalho das Polícias Militares orienta-se muito mais por questões relacionadas ao controle da própria atividade policial e aos modos de relacionamento das corporações com suas comunidades e com segmentos populacionais específicos do que propriamente por sua efetividade na redução dos índices de vitimização criminal. (ZILLI; COUTO, 2017, p. 696)

Aqui é importante destacar que, apesar de ser comum, tanto dentro quanto fora das polícias, a representação de que o trabalho policial consiste no combate ao crime, “[...] muitas das demandas dirigidas à polícia pelos usuários são de natureza não criminal” (SUASSUNA, 2013, p. 46).

Contrariando o conteúdo da *representação do reconhecimento pela eficiência*, trabalhos do campo dos Estudos Policiais apontam para outros fatores como mais relevantes para um reconhecimento positivo por parte dos usuários desse serviço público do que os resultados práticos da ação policial. Segundo Zilli e Couto (2017) e Suassuna (2013), são principalmente os fatores oriundos das relações face a face que impactam na confiança e na reciprocidade da população civil na relação com a polícia.

Importante destacar que a representação de eficiência do trabalho policial por parte da população civil não depende apenas dos números obtidos em sua realização, mas também da legitimação da forma como esse trabalho se realiza. Segundo Porto (2010), após o período de redemocratização, muitas das práticas policiais de violência passam a perder legitimidade. A ocorrência de práticas consideradas excessivas e abusivas se reflete na representação de ineficiência do trabalho policial. Dessa forma, são fatores de ordem interna à atividade policial aqueles que mais impactam na forma como a sociedade os percebe<sup>138</sup>.

Frequentemente existem divergências entre a *representação do reconhecimento pela eficiência*, presente no discurso dos *cachorreiros*, e os fatores apontados pelos trabalhos acadêmicos sobre o tema como relevantes para a confiança social e

---

<sup>138</sup> Características como imparcialidade, lisura e presteza seriam, nesse sentido, aspectos significativos na forma como os cidadãos irão avaliar as instituições. Torna-se claro, neste enquadramento, o papel que o desempenho institucional pode ter para o fortalecimento da legitimidade das instituições e para sua eficiência quanto ao cumprimento das obrigações. (ZANETIC, 2017, p.7)



reconhecimento da atividade policial mostrando, portanto, que as representações sociais são o ponto de partida para a análise sociológica e não o resultado desta.

Quando dizem que o reconhecimento de seu trabalho pela sociedade decorre dos resultados de suas apreensões e do sucesso em localizar e capturar suspeitos e fugitivos, o que fica no campo do não dito é que os próprios *cachorreiros* encontram satisfação pessoal com os resultados objetivos de seu trabalho. Ao dizer que, por causa dos resultados práticos, a sociedade respalda seu trabalho e os meios utilizados, independentemente de quais sejam, os *cachorreiros* expressam seu autorreconhecimento profissional. Isso porque as situações de apreensão de drogas ou de captura de indivíduos são situações de ação policial presentes na representação social comum sobre o que é o trabalho policial. Possivelmente essa representação é tanto interna quanto externa à polícia, pois, assim como a representação de que o bombeiro é um herói é presente entre os bombeiros novíços (CHADUD, 2013), também está presente entre os novíços da PMDF a representação de que seu trabalho será o enfrentamento do crime (MATTOS, 2012; SILVA, 2009). Segundo Porto (2017):

[...] essa questão do verdadeiro policial aponta de modo velado que este policial apenas se realiza de fato com/na adrenalina, portanto, prefere, apesar dos riscos e estresses, estar justo nas regiões ditas por ele violentas: ali onde mora o perigo se fabrica o verdadeiro policial no sentido do aprendizado das ruas e ali ele se sente útil, cumprindo sua função. (PORTO, 2017a, p. 51)

Os estudos já citados acima sugerem que a maior eficiência nas atividades de enfrentamento ao crime, em suas diversas formas e contextos, não é um fator que tenha impacto relevante sobre o reconhecimento e sobre a confiança da população civil acerca das corporações policiais. Assim, a *representação do reconhecimento pela eficiência* está relacionada com a afetividade individual da satisfação profissional. Ao vivenciar uma situação de *adrenalina*, semelhante àquelas típicas de filmes de ação com temática policial, os *cachorreiros* se sentem *verdadeiros policiais* em um ritual de atualização e reafirmação de uma forma de identificação *para si* (DUBAR, 2009) que encontra também espaço nas formas de identificação *para outrem* (Idem). Porém, por mais que a população civil celebre as grandes apreensões de drogas e reconheça também ali a verdadeira atividade policial – ou aquilo que ela deveria ser –, esse reconhecimento, não minimiza ou retira seus estigmas.

O discurso dos *cachorreiros* sobre a eficiência de seu trabalho dialoga com a pretensão identitária de herói. No conceito de Bauman (2017), o herói é aquele indivíduo

que, através de sua trajetória de vida ou de seus feitos, simboliza e defende valores coletivos, arcando com os riscos envolvidos, mas sempre em uma ação pensada e racionalizada da qual o herói sai como vitorioso. Os heróis encontraram espaço nas sociedades modernas sólidas, como baluartes vivos das instituições e, por isso, recebem fama, um reconhecimento perene, duradouro.

Mas os *cachorreiros*, mesmo aqueles que participaram das apreensões de maior volume, não se tornam famosos. Quando muito, se tornam referências em seu meio. Os nomes dos policiais e dos cães que realizaram as apreensões não são lembrados, pela sociedade em geral, para além das manchetes de reportagens. Às vezes, podem culminar em premiações e condecorações, mas que, novamente, são celebradas com volatilidade. Não possuem então a fama, característica de heróis. Mas recebem o que Bauman diz ser característico de um dos elementos que encontra lugar nas sociedades modernas líquidas, as celebridades, que é a notoriedade:

Diferentemente da fama, a notoriedade é tão episódica quanto a própria vida num ambiente líquido-moderno. A cavalgada das celebridades, cada qual aparecendo do nada só para cair rapidamente no esquecimento, é eminentemente adequada à marcante sucessão de episódios das existências fatiadas. (BAUMAN, 2017, p. 68)

As já citadas postagens de fotos em redes sociais com o resultado das apreensões fomentam a condição de celebridade dos cães policiais e de seus parceiros humanos, mas também materializam a satisfação profissional desses últimos, como uma prova do cumprimento de seu dever e como reforço de sua identidade profissional. É a forma de mostrar ao público que sua missão está sendo cumprida, ao mesmo tempo em que significa um pedido de reconhecimento.



**Figura 10 - Foto de apreensão de drogas acompanhada da seguinte legenda: “PMDF frustra plano de traficante que levava droga de São Paulo à Bahia”. Fonte: Instagram**

Da mesma forma, o binômio de sucesso de ontem, que foi capa de jornais policiaiscos, é substituído pelo binômio de sucesso de hoje, sem que, individualmente, adquira fama externa ao grupo dos *cachorreiros*. A notoriedade se restringe ao cão policial, não individualmente, mas enquanto totalidade, enquanto representação social dos animais de trabalho utilizados pela polícia. A condição de celebridade (BAUMAN, 2017) desses animais e de seus condutores nos leva a analisar, no conjunto de atividades realizadas pelos canis pesquisados, aquelas voltadas especificamente para a função de relações públicas, que são as atividades de demonstração.

#### *Cães de relações públicas – Controvérsias sobre demonstrações*

Assim como seus condutores policiais e bombeiros militares, os cães estudados nessa pesquisa ficam aquartelados durante o período ativo de sua carreira. Mesmo nas instituições policiais não militares que pesquisei durante o mestrado (PF e PRF) os cães policiais residiam nos canis. Apenas na PCDF, cujo trabalho com cães começou em 2018, os cães policiais residem com seus condutores. Não coletei dados diretamente nessa unidade policial, mas conheci um de seus *cachorreiros*, de quem obtive algumas informações. Seu cão de trabalho, o qual havia ficado alguns dias perdido e foi encontrado pouco antes de nos conhecermos, morava com ele e sua família. De acordo com Sanders

(2006b; 2007), entre os policiais que estudou, o padrão também era que os cães morassem com seus condutores, convivendo rotineiramente com a dupla condição de *pet* e de *K9*.

Para compreender o discurso dos *cachorreiros* de que a presença do cão os faz serem mais bem tratados na interação com a população, é preciso pontuar em quais momentos e de que forma ocorrem as interações entre eles, seus cães policiais e a sociedade. Quando os cães vivem junto a seus donos, como ocorre na PCDF<sup>139</sup>, suas interações com a sociedade também ocorrem a partir de eventos relacionados à vida pessoal de seu condutor, seja em passeios no parque, seja recebendo amigos em casa. O convívio com pessoas e situações não relacionadas com o trabalho é parte da rotina desses animais, o que demanda que esses sejam capazes de agir como *pets*.

No caso de cães que vivem aquartelados, como é o caso dos estudados aqui, o contato com a sociedade ocorre apenas em situações mediadas pela atividade policial, ou seja, apenas em situações de trabalho, orientadas pelos *cachorreiros*. O contato cão-sociedade ocorre em treinamentos, em atuações nas atividades fim, em apresentações e participações em eventos internos e externos à corporação militar. Dessa forma, o cão policial deve ser apto a trabalhar em situações de agressividade, mas também em situações de sociabilidade:

In sum, the ideal patrol dog trainee is intelligent, readily trainable, and physical fit. He is expected to be able to handle the stress of training and eventual police work. The dog has to display a significant degree of aggressiveness or prey drive. Optimally however, he must not be so aggressive that he might prove to be dangerous to his handler, the handler's family, or innocent members of the public. This is especially important since (...) the dogs whose training and work I observed lived with their families and because patrol dogs were routinely taken to school classrooms or involved in other public relations related activities. (SANDERS, 2007, p. 27-28)

Em vários momentos, os *cachorreiros* apontam uma função de relações públicas dos cães, seja diretamente, como nas apresentações públicas, seja indiretamente, quando estão trabalhando, atraindo a curiosidade e interesse dos *paisanos*. Começamos, então, pelas primeiras, as funções referidas como exclusivamente de relações públicas.

No caso do canil do BBS, seu surgimento está atrelado diretamente à função de relações públicas, já que o único trabalho demandado pela corporação era esse. O relato

---

<sup>139</sup> Cabe lembrar que o trabalho com cães da PCDF não é objeto desta tese. As poucas informações e referências a ele são oriundas de conversas informais com *cachorreiros* de outras corporações.

dos bombeiros que atuavam nos primeiros anos do canil aponta para uma representação de que essa função era incompatível com suas competências profissionais:

O canil existe acho que desde 91, 92, mas sem, nessa época sem cunho operacional né, era mais cães de demonstração. Aí com a minha chegada aqui no canil, eu e o X desenvolvemos um trabalho efetivo dentro da operacionalidade do bombeiro. (*Cachorro 5 - bombeiro*)

Em 92, quando a gente começou o canil, implantou o canil, era lá embaixo, a gente só trabalhava com demonstração, aquela coisa toda ali. [...] Naquela época era mais difícil né, complicado, então assim, só tinha curso na PM e no exército. E aí quando a gente chegava e pedia curso, os colegas falavam não, o quê que bombeiro quer com cachorro? Bombeiro tem que apagar fogo. E aí diante dessa dificuldade de fazer uma formação específica na nossa especialidade de bombeiro, tinha um tenente aqui à época, [...] ele conhecia o Y, que era o diretor lá do canil da polícia federal [...]. E aí conversou com o Y: não, vamos fazer um estágio com os meninos aqui. E aí era pra gente passar três meses, ficamos três anos lá. E aí a gente começou realmente a fazer a parte de bombeiro. A gente tinha a técnica do faro de drogas, da polícia federal, e adaptou pro serviço nosso de busca de cadáver. E a polícia federal à época doou os dois primeiros cães nossos. (*Cachorro 11 - bombeiro*)

No começo, assim, era muito limitado aqui o nosso trabalho, no quesito bombeiro né, do trabalho nosso. Tá, que não tinha essa estrutura ainda, não tinha condição de fazer o que a gente faz hoje, mas é que só colocavam a gente pra participar de apresentação, de formatura. Então nossos cães eram treinados prá isso só. Não era um trabalho de bombeiro, de busca, não. Era prá ter cães adestrados. (*Cachorro 9 - bombeiro*)

Os bombeiros explicaram que, após fazerem estágio em outros canis policiais, dois dos bombeiros retornaram ao canil e desenvolveram técnicas de treinamento e atuação com cães de busca e salvamento, alinhando sua atividade à competência dos bombeiros e à especialidade do batalhão que integram. Nesse processo, os cães de demonstração perderam espaço para os cães de busca e salvamento. Restou aos primeiros se adaptarem a realizar as funções dos segundos junto à suas funções de relações públicas, que nunca cessaram.

No BPCães, as atividades de demonstração pública também foram apontadas como mais recorrentes em um período inicial da história do canil, embora dure até os dias de hoje, como em todos os outros canis policiais que conheci:

Quando eu fiz o curso, até tempos recentes, era muito mais teoria e muito mais voltado prá parte de guarda, de vigia, e também de demonstração. Ligado não ao serviço essencialmente policial. Hoje não, hoje nós já temos a parte policial. Então a gente faz a parte de técnicas verticais, a parte de tiro com o cão,

patrulhamento, abordagem. Tudo relacionado com o serviço de polícia, juntamente com o emprego, com o emprego canino. (*Cachorroiro* 18 - policial)

Tem também alguns setores..., antigamente, eu acredito que não estão mais com tanto afinco nessa atividade, que era de demonstração, que eram cães treinados pra obediência, pra apresentação mesmo. E atualmente eu não tenho visto muito este tipo de trabalho. O pilar do trabalho aqui são os cães de detecção e os cães de busca e captura. Quando precisa tem alguns deles que a gente sabe, que eles já são acostumados com algumas demonstrações, essas coisas que o público gosta. (*Cachorroiro* 10 - policial)

A participação em eventos militares sempre esteve presente na rotina dos antecessores dos cães policiais, os cães de guerra (GORRELL, 2003). E eram cães de guerra os que ocuparam os canis durante a formação das polícias militares, como os que existem hoje, oriundos do canil da Polícia do Exército.

O canil da PMDF surgiu antes do período de redemocratização. Durante o período do governo militar, suas funções eram apenas de policiamento ostensivo e controle de distúrbios. Nessas duas atividades a agressividade dos animais era o principal comportamento modulado e mobilizado. O canil era *mais fechado*, como relatou um *cachorroiro*. Os cães policiais dessa época não precisavam ser sociáveis, ou seja, aptos a interações sem agressividade, pois deles não eram demandados contatos com usuários do serviço policial, mas apenas com seus alvos.

Nesse período as atividades de demonstração se restringiam aos eventos militares, como formaturas de turmas, posse de comandos, desfiles militares, etc. Nestes eventos a interação com a população em geral era apenas à distância, sem contato direto com os animais. Sua função era reproduzir simbolicamente representações típicas de sua cultura, como a disciplina comportamental e corporal, a obediência e o respeito à hierarquia. De certa maneira, seu trabalho era representar elementos simbólicos do militarismo (SUASSUNA, 2017), encenar o *ethos* militar.

Em certa medida, essa ainda é a função dos cães policiais de hoje, quando colocados para participar dos mesmos eventos, mas também nas demonstrações para um público diferente, o público não militar. Além da diferença no público, a forma da interação mudou. Se o cão de guerra faz suas demonstrações à distância de sua plateia, que apenas o observa, o cão da polícia de hoje faz suas demonstrações também fora do âmbito militar. São apresentações em escolas, em exposições de animais, em eventos públicos, dentre outros. Nesses casos, em sua maioria, parte da atividade de demonstração inclui o

contato direto com as pessoas. Como os próprios *cachorreiros* relatam, o público não-*cachorreiro*, em sua maioria, *não sabe o que é um cão de trabalho*. Com isso, eles querem dizer que as pessoas comuns tendem a interagir com os cães policiais aos moldes das interações com cães *pet*.

Quando o comando pede cães prá demonstração, ele quer um modelo né, um cão pra desfilarmos, pra ficar bonito na foto e tal. Tem que ter pose de cão policial, mas não precisa ser um cão policial, porque não tem jeito. Como que eu levo um cão de choque, treinado pro controle de distúrbios, pra uma farofada de gente? É complicado. Não é todo cão que se adapta a essas situações. Mas tem muito essa demanda, ainda tem muito. (*Cachorreiro 14 - policial*)

Essa situação de contato direto com pessoas, principalmente quando se trata de crianças, coloca sobre os *cachorreiros* uma maior pressão sobre a confiança e segurança no comportamento de seus cães. É indispensável que os animais estejam sob controle, evitando ações e reações de agressividade, pois a quebra da expectativa sobre o comportamento do cão, principalmente em público, tem potencial para degradar a identidade de seu condutor, atribuindo a ele a responsabilidade pelos danos causados (SANDERS, 2006b; 2007).

The understanding of the dog as having the potential to enhance (or decrease) favorable impressions of the police held by members of the public was consistently noted during the training. Officers were advised to demonstrate object searches or other nonaggressive activities when visiting schools or when participating in public events. Demonstrating “bite work” was strongly discouraged because it potentially gave the “wrong impression” and “some kid doesn’t need to be shredded by a German shepherd.” (SANDERS, 2006b, p. 166)

A partir das demandas por cães que pudessem ser utilizados em interações amistosas com os usuários dos serviços policiais e de bombeiros, os treinamentos de socialização passam a integrar a rotina de treino dos cães e a sociabilidade passa a integrar os quesitos utilizados na seleção dos animais. Sobre essa forma de treinamento, o trecho abaixo, retirado de uma publicação do perfil do canil do BBS no Instagram diz:

Hoje 14/11, foi feito um trabalho de socialização com os cães na rodoviária. A socialização do cachorro é o processo pelo qual o seu condutor o habituará a reagir de uma forma adequada (sem medo nem agressividade) perante diferentes

ambientes, pessoas, outros cachorros e outros animais. A população, em geral, fica curiosa e contente em ver, tão de perto, os cães do CBMDF<sup>140</sup>.

Convergindo com o que Sanders (2006b) encontrou em sua pesquisa de campo, as demonstrações que acompanhei durante a pesquisa de campo do mestrado, assim como as duas exposições de cães (Capital Pet) das quais participei, não traziam elementos de agressividade, como situações de mordida ou de latidos. Em sua maioria, as demonstrações tratavam do poder de faro dos cães, além de exibições de adestramento básico.

Apesar das complicações que podem surgir da interação com o público em geral, que traz consigo um elevado grau de aleatoriedade dos estímulos que os cães podem receber, o discurso dos *cachorreiros* aponta para uma sensação de satisfação profissional associada ao reconhecimento, à valorização e à receptividade nas interações resultantes desse trabalho de relações públicas.

Ah, não tem melhor. Aonde a gente chega, é, é bem recebido né. Inclusive agora, ultimamente tem, o bombeiros vem fazendo um evento que chama Bombeiro nas Quadras, então a gente sempre vai nesse Bombeiro nas Quadras. E aí o cachorro chegou, acaba tudo né. É o xodó né. Então assim, a população ela, ela, ela sempre abraçou nosso trabalho. (*Cachorreiro 11 - bombeiro*)

Tem o “bombeiros nas quadras” né, um projeto da corporação. O último que eu fui foi em Águas Claras. A interação [com a população] graças a deus é sempre boa. Com a criançada então, quando vê os animais ficam doido né, é foto direto, foto, foto, foto, foto. Nós somos muito bem-vindos, é, muito bem-vistos pela sociedade. (*Cachorreiro 1 - bombeiro*)

O BPCães, por ele ter cães no serviço, a população gosta muito de ver. Tem estudos realizados nos Estados Unidos que comprovam que quando existem animais, principalmente os cães, dentro das instituições, isso humaniza, então a população acaba se identificando. E como a gente tem um, a gente carrega um título de ser truculenta, agressiva, e etc, quando as pessoas, quando a população vê um cão, ela muda a ideia dela. Ela vê o lado afetivo do policial ainda que ele não esteja lá fazendo carinho, premiando o cão, eles vêm uma parceria, porque o serviço do cão com o condutor é uma parceria. Eles estão ali juntos, é como se fosse um corpo só. Mas quando a gente publica isso nas redes sociais e aproxima o cidadão, eu acho que ele se sente mais parte, consegue ter mais transparência do que acontece, porque você tá dentro de um batalhão cheio de muro, ninguém sabe o que acontece aqui dentro. (*Cachorreiro 4 - policial*)

Se, como dito no subcapítulo 8.2, os policiais relatam o desejo de serem reconhecidos enquanto *heróis* – que é a representação da sociedade sobre os bombeiros

---

<sup>140</sup> Disponível em <<https://www.instagram.com/p/B43QHRBn9i7/>> Acesso em: 11/10/2020



(CHADUD, 2013) –, a posição com a qual se deparam no reconhecimento encontrado nas atividades de demonstração é a de *celebridades* (BAUMAN, 2017). São momentos específicos de interação positiva, em que os policiais se sentem valorizados, em que percebem não emanar repulsa, mas interesse e curiosidade. E o consenso é que o cão é uma ferramenta eficiente para o trabalho de relações públicas. É ele que afasta, mesmo que momentaneamente, os estigmas negativos da identidade profissional dos policiais. É sobre ele e seu trabalho que recaem o interesse das pessoas. É ele que torna a presença do policial bem-vinda.

Diversos estudos sobre animais de companhia apontam que, quando ao lado de seus animais, os *pets* se tornam mediadores de interações que, de outra maneira, não ocorreriam (CHAVES, 2006; IRVINE, 2008; FLYNN, 2001, LOPES. SILVA, 2012, SANDERS; GREENEBAUM, 2015). É o que ocorre quando uma pessoa desconhecida aborda outra em um parque para perguntar sobre seu cão. Os *pets* se tornam então mais do que companhias para pessoas que se sintam solitárias (BRYANT, 1979; IRVINE, 2012), mas fomentadores de interações sociais que podem inserir seu tutor humano em novas redes de relações sociais. Em outras palavras, “*animais de estimação podem funcionar como um ‘lubrificante social’, pois sua presença acaba funcionando como estímulo à conversa com outras pessoas*” (CHAVES, 2006, p. 30).

Essa parece ser a função do cão policial nas atividades de demonstração: um *lubrificante social* entre as engrenagens das instituições de segurança pública e as engrenagens da sociedade em geral, dentre as quais algumas estão mais enferrujadas e desgastadas que outras. Acompanhados de seus *lubrificantes sociais* caninos, os *cachorritos* são aclamados pelo espetáculo que oferecem nas atividades de demonstração.

Em seu trabalho de campo, Baptistella (2015) se deparou com um evento no qual participaram *cachorritos* e forneceu uma pista sobre o que essas demonstrações representam para o público. Segundo seu relato, a presença dos cães policiais foi apresentada como *a grande atração do evento*:

Em uma tarde de sábado, fui convidada por um informante para participar de um dog day, um encontro para reunir pessoas e cães no condomínio de classe média em que ele morava. O homem me avisou que a grande atração do evento seriam os cães farejadores da Polícia Civil e que haveria também algumas palestras sobre cuidados com animais. (BAPTISTELLA, 2015, p. 110)

A representação de *grande atração do evento* destaca a notoriedade do espetáculo e de seus atores. E para Bauman (2017), o fator decisivo do papel da celebridade na sociedade moderna líquida “*é a notoriedade, a abundância de suas imagens e a frequência com que seus nomes são mencionados nas transmissões públicas de rádio e TV e nas conversas privadas que estas se seguem*” (Ibidem, p. 68). O autor prossegue: “*As celebridades estão na boca de todos: são nomes familiares em todas as famílias.*” (Idem).

Acredito ser esse o caso do cão policial e, conseqüentemente, de seu par *cachorroiro*, o que se confirma pela sua presença massiva nos diferentes campos da cultura, seja no cinema, na música, ou nos desenhos animados, como foi detalhado no início desta tese. Atualmente, exemplos relevantes da presença do cão policial na boca de todos são o também já citado desenho animado *Patrulha Canina* e a novela *A Força do Querer*, cuja personagem principal trabalha em um canil policial.

Em suma, as atividades de demonstração se configuram como atividades que permitem uma interação positiva entre *cachorroiros*, cães e cidadãos, uma representação de valorização e um melhor reconhecimento do que quando desenvolvem suas atividades diárias. Seriam necessárias pesquisas específicas para analisar se tais atividades possuem algum efeito sobre a identidade social das polícias com potencial de recuperar sua identidade estigmatizada, mudando seus contornos e trazendo a legitimidade e a confiança social desejadas. Porém, como analisado até aqui, é possível afirmar que essa função de relações públicas dos cães não chega a produzir tal efeito sobre a identidade social das polícias. E um dos elementos que corroboram essa afirmação é a controvérsia sobre sua representação como verdadeiro trabalho policial.

A maior parte dos entrevistados relatou dificuldades em congregar as atividades de relações públicas às outras formas de emprego dos cães policiais. E alguns relataram ser contrários à realização dessas atividades, vistas como imposições hierárquicas cujas premissas não estavam amparadas pelo que seriam as verdadeiras competências do canil:

Foge um pouco do que é a nossa competência aqui, da função do canil, que é polícia né, que tem que fazer o trabalho da polícia. A polícia vai em escola? Ela vai. Vai em exposição, em festa? Ela vai. Mas tem as unidades que vão fazer isso, tem o Proerd que você conhece, tem o Lobo Guará lá com o pessoal da ambiental. Então assim, tem unidades que realizam esse trabalho, mais lúdico, do contato mesmo, da brincadeira. O que não deveria ser o nosso caso aqui com a gente né, mas tem ainda. (*Cachorroiro 8 - policial*)

Se fosse determinação minha né, se eu pudesse, se fosse eu que tivesse lá no comando todo, eu acabava com demonstração, porque atrapalha o nosso serviço, que é de retirar drogas das ruas, botar o cão prá trabalhar, pra servir a sociedade no que ele pode fazer de melhor. Pode ser pegar o homicida que empreendeu fuga prá região de mata também. Proteger um dos nossos no chamado. Isso é o trabalho do policial, do cão policial nosso. (*Cachorro 21 - policial*)

Eu ainda vejo assim, que o comando da polícia ainda quer usar muito o cão prá aparecer. Tipo assim, ah mostrar que o cão tá na rua, vamos dizer, protegendo, mas não é bem isso que o cão vai fazer. O cão é tipo um trabalho invisível né. Ele vai lá, buscou, encontrou, pronto, deu retorno. Não é prá ficar aparecendo pra mídia, tirando foto, buscando em aeroporto. É pra ir lá e resolver o problema. É pessoa que fugiu, roubou num sei o que? Vai lá, prendeu. Não é prá ficar tirando foto. Ele é meio que invisível. E o comando ainda quer ver o cão andando na rua né, aparecendo lá em cima da Esplanada, todo mundo vendo. (*Cachorro 20 - policial*)

Ao excluir a demonstração do rol de atividades inseridas nas competências de sua profissão, parte de seu sentido se perde. Participar de desfiles, fazer apresentações em escolas e marcar presença em exposições de animais de estimação não são atividades compatíveis com aquelas representadas como formadoras dos *verdadeiros policiais* (PORTO, 2017a), como aquelas que envolvem risco, perigo, adrenalina (CHADUD, 2013; NATIVIDADE, 2009; PORTO, 2017a) e como aquelas a partir das quais surge o sentimento de realização profissional, de autorreconhecimento e de reforço de uma identidade *para si* (DUBAR, 2009).

E quando a gente desenvolve um trabalho onde tem uma ferramenta que é um cão. Inclusive eu estive em 2010 no Haiti, após o terremoto. Não tivemos a possibilidade de levar os nossos cães aqui, por problemas burocráticos. Mas lá eu operei um cão do Chile, e esse cão achou sim um pai e uma criança que já estavam falecidos. E tinha um grupo lá, do México, que dizia que ouvia vozes deles pedindo socorro. E aí o cão, que eu peguei e comandi, ele achou os cadáveres. Então é muito gratificante. (*Cachorro 3 - bombeiro*)

Mais que a incompatibilidade com as funções de polícia e de bombeiros, os *cachorros* relatam que a realização das atividades de demonstração por cães que atuam *na linha de frente* traz problemas para sua eficiência de trabalho:

A gente aqui do canil, nessa parte de exposições, feiras, essas coisas, a gente vai pouco tá. Por quê? A gente preserva muito os nossos cães. Então assim, o que é preservar? É estressante, é cansativo do cão pelo simples fato de você botar ele numa viatura, tá, porque ele vai numa gaiola fechada. Tudo bem que vai com ar, com ar-condicionado, vai com umidificador, vai com luz lá dentro, mas ele tá num lugar confinado, fechado. Você levar ele prá um local só pra exposição, e depois botar o cachorro de novo e trazer. E se daqui a pouco eu pegar ele, ele vai

ter que trabalhar numa operação real, normal. Mas a gente preserva muito os nossos cães por causa disso tá. Hoje em dia a gente tem, tem exposições que a gente vai finais de semana, que aqui nos bombeiros se chama “Bombeiro nas quadras”, que são, são exposição do corpo de bombeiros em interação com a comunidade, aí a gente vai. Mas a gente, o máximo que a gente fica é uma hora. Porque, nessa uma hora, tem contato com a população, mas a partir dessa uma hora, foi constatado que você já começa a estressar o cão, já começa a cansar o cão. Então a gente coloca na viatura, e retorna de novo. (*Cachorro 9 - bombeiro*)

Geralmente quando é um evento grande a gente leva uma televisão, passa nossos vídeos institucionais ali, aí tem os treinamentos. É porque tem a pista de treinamento de escombros aqui, tem treinamentos que a gente faz no lago e na mata. A gente num leva um cachorro [inaudível] prá fazer demonstração de obediência não, a gente não faz isso. A gente só vai ali prá fazer aquela presença ali, e aí os cães tão fazendo aquela socialização. Mas se precisar mostrar o trabalho, geralmente a gente leva um vídeo, leva alguma coisa, entendeu? (*Cachorro 11 - bombeiro*)

A equação dada é a seguinte: o comando demanda ações de relações públicas com os cães policiais, ações essas que demandam recursos – que são escassos – e que impactam na eficiência dos cães naquelas que seriam suas verdadeiras funções. A resolução parcial encontrada é utilizar para essa tarefa cães que não se mostraram aptos para o trabalho de K9. Esses cães são aqueles que foram reprovados nos cursos e seleções internos dos canis, mas que se mostraram sociáveis, confiáveis e obedientes:

Tem dois ou três aqui que são só prá apresentação, não vingaram na detecção nem nada. Quando ele [cão] reprova no curso, assim, não é apto, não tem as características que precisa o cão policial, ou a gente dispensa, ou vai prá apresentação. Aí faz aquele adestramento básico, do senta, deita, rola, pula, essas coisas todas. Aí tudo bem também, porque aí não atrapalha o pessoal da rua. Então ficam já esses aí prá gente levar nas escolas, que o pessoal sempre chama né, pede pra gente fazer uma apresentação numa festa deles, qualquer coisa assim. E são cães muito sociáveis, gostam muito de criança, de gente. (*Cachorro 12 - policial*)

Como uma resolução parcial para o conflito apresentado, a manutenção de cães exclusivos para atividades de relações públicas também não é consensual:

O comando ele tem uma necessidade muito de aproximação, de aceitação da comunidade né. Aí a polícia, assim, ela tem uma necessidade de ser aceita pela sociedade, e como é, se a sociedade gosta de ficar de cão, e abraçar cão, usa o cão prá esse serviço. Só que não é bem esse o serviço da polícia né, é defender. Pode usar o cão prá isso? Pode, mas aí ele vai ter que montar uma equipe, ter um local prá isso, e tem que desvincular [dos cães para atividade fim do canil], e é caro. Muito caro. E isso que a sociedade e os governantes tinham que avaliar, que ela que tá pagando *pro* cão ficar aqui. Prá ela ficar passando a mão? Tirando foto? Ou é aquele cão que vai lá, defende né. (*Cachorro 20 - policial*)

Apesar do dissenso que envolve a manutenção de cães exclusivos para demonstrações nos plantéis dos canis, sua própria condição reforça a representação de que essa forma de emprego do cão de trabalho não é parte do trabalho verdadeiramente policial ou de bombeiro. O cão rejeitado para o trabalho policial é o cão destinado à função de relações públicas, à função em que o cão deve ser aquilo que o cão policial não deve ser: um cão *pet*.

Mesmo não participando da temática central desta tese, a análise sociológica das questões que envolvem o uso de cães policiais em funções de relações públicas se mostrou profícua e contribuiu para o avanço da compreensão do mundo dos *cachorreiros*. Segundo Sanders (2006b): “*Public interactions and the impact of being with an animal on a person’s interactional experience and identity have also become important issues in the sociology of human-animal relationships.*” (SANDERS, 2006b, p. 5).

A participação dos *cachorreiros* em eventos públicos com objetivo de utilizar o cão como *lubrificante social*, enquanto mediador da relação polícia/bombeiros-sociedade, se revela como espaço de produção de solidariedade entre *cachorreiros* e usuários de seus serviços, de interação harmônica e de valorização das identidades profissionais, mesmo a estigmatizada identidade policial. Porém, tais reconhecimento e valorização são momentâneos, localizados no tempo e no espaço em que ocorrem as demonstrações. Não são ações com potencial para resolver as questões que degeneram a relação polícia-sociedade, mas não deixam de compor esforços nesse sentido. Uma das formas de melhorar a avaliação do trabalho das polícias é “[...] o desenvolvimento de melhores estratégias de aproximação e de relacionamento com segmentos populacionais específicos, historicamente mais vitimizados pela violência institucional nos grandes centros urbanos e [...] pelas próprias organizações.” (ZILLI; COUTO, p. 697).

Também o status de celebridade, nos termos de Bauman (2017), que os policiais assumem nas atividades de demonstração, não é menos relevante do que seria o status desejado pelos policiais, de herói<sup>141</sup>.

---

<sup>141</sup> Tal como os mártires e heróis, [as celebridades] fornecem uma espécie de cola que aproxima e mantém juntos grupos de pessoas que sem elas seriam difusos e dispersos. Poderíamos ser tentados a dizer que hoje em dia elas são os principais fatores geradores de comunidades, caso as comunidades em questão fossem não apenas imaginadas, como na sociedade da era sólido-moderna, mas também imaginárias, à maneira de aparições; e acima de tudo frouxamente unidas, frágeis, voláteis e reconhecidas como efêmeras. É

### *Relações Institucionais – As redes de relações entre cachorreiros*

O trabalho com cães em instituições de segurança pública possui as mais diversas formas e funções, como já foi dito. Mas todas essas atividades convergem para o cão, e isto independe de ser um cão de detecção de drogas ou de divisas, um cão de ronda ou de contenção de distúrbios, ou mesmo um cão de demonstração; são todos cães de trabalho e o conhecimento acerca de seu emprego, as formas de treinamento, as características animais privilegiadas, dialogam entre si.

Assim como outras ferramentas, cada corporação adapta o trabalho canino às suas competências. Mas todos os policiais e bombeiros que trabalham com cães se identificam enquanto *cachorreiros*. Isso implica em uma relação específica entre eles, uma relação entre *cachorreiros*, o que reflete traços de uma identidade comum. O discurso dos entrevistados destaca a proximidade entre as diferentes formas de trabalho com cães policiais e como isso aproxima também os atores humanos e caninos envolvidos:

Nós temos um contato muito próximo, muito próximo, entendeu? Porque assim, porque a gente já vem de vários anos trabalhando em conjunto. Porque na verdade a base do treinamento, tanto prá drogas quanto prá explosivos, prá busca de pessoas, a base, o início do treinamento, é o mesmo, entendeu? Então fica tudo muito junto. (*Cachorreiro 9 - bombeiro*)

Os dados coletados nas observações e nas entrevistas apontam para três principais formas de interação entre *cachorreiros* de diferentes corporações, que são os cursos de formação, as ações em conjunto e as trocas de cães. Cada uma dessas formas de interação entre atores de diferentes instituições, ou seja, que possuem identidades profissionais diferentes, competências diferentes e representações diferentes sobre si e sobre seu trabalho, surge como lócus de solidariedade, aproximação e reconhecimento.

Das formas de integração apresentadas acima, a principal é, possivelmente, a participação em cursos de formação. Nem todas as instituições que utilizam cães de trabalho para tarefas de segurança pública possuem estrutura e recursos suficientes para realizar cursos de formação para essa atividade. Além disso, pelo alto custo de tempo e

---

principalmente por essa razão que as celebridades se sentem tão à vontade no ambiente líquido-moderno: a modernidade líquida é seu nicho ecológico natural. (BAUMAN, 2017, P. 68).

recursos, os cursos não são frequentes. Por isso é comum que, quando algum canil realiza curso de formação para o trabalho com cães, sejam abertas vagas para participantes de fora de sua corporação.

Quando a gente abre o curso, vários estados têm interesse né, de fazer, demonstram o interesse. Antes mesmo de abrir curso o pessoal já pergunta se vai abrir ou não. Mas o que a gente tem mais contato é com Goiás né, que eles tão sempre vindo, visitando a gente, tem sempre contato. E sempre que tem curso eles têm vontade de mandar policial. Eles pedem policial prá ir lá fazer curso lá pra eles né. Então nosso maior contato é realmente com Goiás né. Mas realmente com os outros estados, assim, sempre tão pedindo informação e trocando ideia né. Tem um grupo também de oficiais cinotécnicos, que é troca de informação né, de vários estados. (*Cachorro 6 - policial*)

A gente já foi pra Uberlândia, né, a gente fez a parte de medicina veterinária. O X é veterinário, só que a gente fez a parte prá como atuar aqui no caso de primeiros socorros dos cães, aí a gente fez em Uberlândia, não nos bombeiros, na própria faculdade, a UFU, aí a gente consegue fazer esse manejo aqui, de urgência em primeiros socorros. [...] No caso, quando a gente dá curso aqui, nós convidamos as forças... abrimos vagas prá fora. Aí geralmente costumam vir fuzileiros navais, vem da PM, vem de fora, de outros estados. Minas Gerais mesmo já teve, Goiânia, direto vem militares pra cá. (*Cachorro 1 - bombeiro*)

Segundo os interlocutores, a partir dos cursos são criados contatos pessoais entre *cachorreiros* de diferentes corporações e regiões do país. Em um cenário de escassez de recursos, o conhecimento sobre as técnicas de trabalho com cão surge como elemento de troca a partir dos cursos de formação. Essa troca consolida relações positivas entre unidades caninas, formando *contatos*, *redes*, como os próprios *cachorreiros* relatam.

Aqui em Brasília é bem proveitoso isso aí, até porque, por exemplo, em 2009, eu e o X fomos instrutores do primeiro curso de faro de drogas da PM aqui, BPCães. Então a gente tem uma ligação muito forte com eles ali do BPCães, de trocar ideia, de sempre quando tem seminário ou curso a gente vai pra lá, convida eles aqui também. Polícia Federal a mesma coisa. No exército a gente ficou mais ou menos uns seis ou oito anos, todo ano mandava bombeiro fazer curso lá, aí depois parou um pouco, que a gente se afastou um pouco do exército. Fuzileiro naval, último CEBRESC que teve, o nosso curso, eles vieram, mandaram militares deles fazer aqui com a gente o curso. [...] Inclusive esse próximo agora, ano que vem tem o nosso curso né, CEBRESC, tem colegas da PM querendo vim fazer, E aí vamos ver se a gente consegue, porque a demanda é grande, também tem colegas de outros estados aí querendo fazer, tem bombeiros né. [...] Hoje nós procuramos manter um relacionamento estreito com as outras corporações, na forma de auxiliar as outras corporações, as polícias militares principalmente, a formar seus plantéis, seus canis, com capacidade de operar. Assim, nosso principal objetivo quando entramos nessa área de ensino, digamos assim, de troca de experiências, nosso objetivo é repassar essa informação que nós temos, de forma que essas unidades sejam autossuficientes

de produzir seus cães, e também produzirem segurança pública dentro de suas áreas de atuação, dentre de seus estados. (*Cachorroiro* 11 - bombeiro)

O GBS tem uma boa relação com o BOPE, com as outras instituições, tanto aqui do Distrito Federal, com a PE, com os Fuzileiros, pessoal da Aeronáutica. Tanto é que quando tem curso a gente participa lá ministrando alguma matéria, ou eles também participam aqui com a gente, então tem uma interação legal aí. Cada uma na sua área de atuação, mas a gente troca muita informação.” (*Cachorroiro* 13 - bombeiro)

Em um contexto de escassez de recursos tanto materiais (recursos humanos e não humanos utilizados nos cursos), quanto imateriais (conhecimento técnico sobre o trabalho com cães), as vagas abertas para agentes de outras corporações toma a forma de dádiva, na medida em que essa escassez não impede a abertura dessas vagas. O discurso do *compartilhar informações* deriva da consciência de que agentes de outras corporações são atores *especiais* e que merecem um *tratamento especial* (BAUMAN; MAY, 2002, p.130). Nesse momento, as disputas e conflitos entre (algumas) instituições são colocadas de lado e a identidade compartilhada de *cachorroiro* gera solidariedade entre atores que, muitas vezes, ainda nem se conhecem pessoalmente. Mas, por serem *cachorroiros*, imagina-se que sofram das mesmas necessidades já enfrentadas por aqueles que hoje oferecem o curso.

A gente é muito carente, não só na nossa polícia, como em outras unidades caninas, muito, são muito carentes de investimentos, de estruturas adequadas para o trabalho com os animais, de materiais adequados, de viaturas adequadas para condução dos animais, de conhecimento técnico. Então a gente ainda carece muito nesse sentido. (*Cachorroiro* 17 - policial)

Fornecer vagas dos cursos para agentes de outras corporações tem, para os *cachorroiros*, um sentido de *altruísmo*, típico da dádiva<sup>142</sup>. Esse altruísmo ocorre em duas dimensões simbólicas. Uma seria o altruísmo relativo à outra corporação, ao contribuir para o desenvolvimento do trabalho realizado nos outros canis. A outra seria um altruísmo em relação à sociedade em geral, ao contribuir para a disseminação de uma prática que melhoraria a prestação de serviço dessas corporações aos usuários de seus serviços.

---

<sup>142</sup> Como se observa, dádivas oferecem ao doador aquela ilusória, embora profundamente gratificante, recompensa de satisfação moral, sendo o ato de ofertar também uma doação de algo a si mesmo: a experiência de altruísmo, de auto-sacrifício, para o bem de outro ser humano. (BAUMAN; MAY, 2002, p.130)



Como efeito da troca estabelecida nos cursos, o discurso dos *cachorreiros* aponta para a criação de laços *pessoais* (BAUMAN; MAY, 2002, p.131), em contraste com o caráter inicialmente *impessoal* (Idem) da interação. Antes, muitas vezes desconhecidos entre si, os alunos externos adentram as redes de contatos entre *cachorreiros*, formam amizades e passam a ter um elo mais *pessoal* que *impessoal* entre si.

Tem o contato oficial, mas tem em âmbito pessoal também, assim, amigos, que trabalham lá, tipo em Minas Gerais, Uberlândia. Temos uns três bombeiros de lá que fizeram o curso aqui e a gente sempre tá em contato via *whatsapp*. Eles vieram fazer o curso aqui e ficou o elo. (*Cachorreiro 1 - bombeiro*)

A história dos canis pesquisados é permeada por mudanças decorrentes da participação de alguns de seus integrantes em cursos de outras corporações. No caso do canil do BBS, por exemplo, os pioneiros no trabalho de busca e salvamento com cães desenvolveram suas técnicas de trabalho após participarem de cursos de formação e passarem períodos de estágio nos canis da Polícia do Exército e da Polícia Federal. No BPCães, um dos exemplos foi o desenvolvimento do trabalho de busca e captura a partir da participação de curso dessa especialidade na Polícia Militar de Minas Gerais:

Foram dois policiais daqui prá Minas Gerais fazerem o curso de busca e captura lá em Minas Gerais, em Belo Horizonte, no canil central se eu me lembro bem. Dois soldados, [...] foram e fizeram o curso, trouxeram a técnica, e logo depois que chegaram aqui montaram o curso. Dezesseis inscritos, e eu era um deles, e fizemos o curso de busca e captura que atuava principalmente em busca de meliante que fugia no mato. (*Cachorreiro 14 - policial*)

O advento do *whatsapp* né, hoje, ele permite uma comunicação entre as pessoas muito rápida né. Então existem os grupos de *cachorreiros*, então tem, existem grupos que têm policiais de todas as unidades caninas do país, de vários estados. E as pessoas estão sempre conversando, montando seminários, marcando encontros, trocando experiências, marcando competições entre cães policiais, que acaba que faz com que cresça né, a unidade, trazendo novos conhecimentos, e sabendo o que que as pessoas estão fazendo com cães. Um exemplo, [...] a gente percebeu que em Belo Horizonte tinha o trabalho de busca e captura com cães, [...] então policiais nossos foram até lá, fizeram o curso, trouxeram o conhecimento prá cá. Então esse é só um exemplo dessa integração entre as unidades caninas. (*Cachorreiro 17 - policial*)

As novas tecnologias de comunicação digital, principalmente os aplicativos de mensagens, como *Whatsapp* e *Telegram*, e as redes sociais, como *Facebook* e *Instagram*, surgem no discurso dos interlocutores como facilitadores da formação das redes de contato.

Além da consolidação das redes de relações sociais que compõem o mundo dos *cachorreiros*, outro efeito da oferta de vagas nos cursos de formação é a troca de cães. O padrão é que os alunos externos dos cursos levem seus próprios cães para participarem juntos do processo de formação. Assim, cão e humano são formados conjuntamente. Ao término dos cursos, ambos são avaliados separadamente, podendo ser aprovados ou não. Dessa forma, o aluno *de fora* retorna a seu canil de origem não apenas com conhecimento técnico, mas também com um cão formado na nova especialidade.

Porém é comum também que esses alunos retornem a seus canis com cães doados pela unidade que ministrou o curso ou que recebam doações posteriores. Também é uma prática que façam doação de cães para as unidades que lhes concederam a vaga no curso:

Tem um pastor ali que o pessoal foi buscar lá em Uberaba, que era do X, da ninhada do canil dos bombeiros lá, que eles doaram prá gente né, filhote. Ele [X] foi aluno do último curso nosso, então teve essa reciprocidade aí. (*Cachorreiro 5* - bombeiro)

Inclusive a troca de cães já teve situações já. [inaudível]. Nós temos uma cachorrinha aí que a Polícia Federal falou olha, a gente não vai usar aqui, será que vocês conseguem usar aí? Não, traz que a gente tenta. Então a gente tem essa interação entre as polícias e corpos de bombeiros, de outros estados, então é bom. (*Cachorreiro 13* - bombeiro)

Não apenas doações de cães resultam do contato feito nos cursos de formação, mas também cruzas combinadas entre cães dos dois canis. A reprodução interna de cães é uma prática comum em todos os canis policiais que estudei, sendo mais comum nos canis maiores, que possuem maior número de cães e, conseqüentemente, de combinações possíveis de casais.

Os dados sugerem que é principalmente a partir dos cursos que se formam redes de contatos entre os *cachorreiros*. A partir desses contatos firmados, surgem outras formas de interação colaborativa, como as ações em conjunto. Essas ações em conjunto se dão principalmente por meio de treinos em conjunto e de cooperações institucionais em atividades-fim de alguma das corporações.

Os treinamentos em conjunto são comuns entre *cachorreiros* que trabalham em corporações diferentes, mas realizando funções semelhantes, como, por exemplo, a detecção de drogas e de armamentos, realizada por todas as polícias do Distrito Federal, incluindo o recente canil da PCDF, e a recente Polícia Penitenciária, além das Forças

Armadas. Dessa forma, os treinamentos em conjunto surgem também como forma de troca de informações, nas quais, novamente, laços de solidariedade são formados, deslocando a relações entre esses *cachorreiros* na direção da *pessoalidade* (BAUMAN; MAY, 2002).

Eles [polícia federal] tão aqui no quartel direto, vem fazer treinamento com a gente, a gente vai no canil deles lá no setor policial, faz treinamento com a polícia militar também. A interação com a gente é bem amigável e bem duradoura já. (*Cachorreiro 9 - bombeiro*)

A gente faz bastante treino com o pessoal da federal [polícia], são parceiros nossos de longa data. (*Cachorreiro 15 - bombeiro*)

É muito produtivo pro nosso trabalho treinar junto com outras unidades. Essa troca de informação né, ela ajuda muito a gente a desenvolver o nosso trabalho. Então assim, você vê... Não tem como a gente aqui ter contato com outras experiências, se não treinar junto, não dialogar com *cachorreiros* de fora. (*Cachorreiro 2 - policial*)

Além dos treinos em conjunto, as redes de contatos propiciam também a cooperação entre corporações em operações específicas nas quais podem se unir em uma mesma função, por exemplo, somando esforços na detecção de explosivos em eventos de grande porte. Podem também se complementar, com uma corporação fornecendo à outra uma função que essa última não realiza, como, por exemplo, a colaboração dos cães de busca de cadáveres dos bombeiros na localização de restos mortais em investigações da Polícia Civil.

A gente tem feito também algumas operações junto à Polícia Rodoviária Federal, apoio a outras instituições. Mas a Polícia Rodoviária Federal também é uma parceira nossa, tem nos auxiliado muito, tanto na formação dos nossos homens, e no intercâmbio de informações e auxílio. (*Cachorreiro 11 - bombeiro*)

Hoje a gente atua muito com a polícia civil, ocultação de cadáver, e tipo assim, nessa época mesmo de chuva, de muita chuva, aí dá muito assim, tromba d'água, aí nos atuamos também né. As pessoas vão nadar, na beira do rio, tudinho, aí a tromba d'água vem e leva, aí a gente atua, a gente é chamado prá atuar. A demanda pega mais nessa época de chuva e final de ano, e temporada de férias, aí a gente é muito acionado. (*Cachorreiro 1 - bombeiro*)

A gente faz muito apoio também à polícia civil, ocultação de cadáver tá. [...] Polícia civil, polícia federal, pedem muito o apoio da gente com isso aí. Porque dentro das, porque isso é uma função específica de defesa civil, do corpo de bombeiros. Então, por exemplo, a gente aqui a gente não pode ter cães detectores de drogas e explosivos, porque é uma área específica de polícia. Não tá dentro da nossa competência, então, como tem área pra todo mundo, estando dentro da

nossa competência, eles pedem e a gente vai lá e realiza, porque essa é a nossa missão. (*Cachorroiro* 9 - bombeiro)

As operações em conjunto nas quais as diferentes unidades caninas se complementam levam, muitas das vezes, ao rompimento das fronteiras de competências definidas constitucional e legalmente entre as diferentes instituições de segurança pública. Colocam os bombeiros, por exemplo, para atuar em investigações, atividade da polícia judiciária, bastante diferente daquelas típicas dos bombeiros.

Já as operações em que as unidades caninas se somam em uma mesma função, para juntas formarem um maior contingente operacional, retomam as discussões sobre as limitações práticas impostas pela já citada separação de competências. Inerente à diferenciação de competências, que modifica a forma dos trabalhos realizados pelas polícias e bombeiros, está a diferenciação de suas identidades profissionais. Logo, disputas por espaço, por poder, por legitimidade e por reconhecimento (PORTO, 2017a).

Nessa produção de relações e interações com unidades caninas e não caninas de outras corporações, há um não dito: é que existem essas citadas disputas de espaço e poder, materializadas em conflitos de todos os tipos entre as diferentes polícias e outras instituições. O que é dito pelos entrevistados é que existem as relações entre as diferentes unidades caninas, em âmbito oficial, que é o âmbito institucional, mas que são as relações diretas entre os *cachorroiros* que compõem a rede de contatos:

Infelizmente ainda não é uma coisa muito forte [no nível] institucional. Mas nós temos [contato com outros canis], assim, mais por questão de conhecimento e de contato. Então eu conheço gente do canil do Rio Grande do Norte, gente do canil do Rio, gente do canil de São Paulo, Paraná, de outros estados. Então a gente tem esse contato. E hoje com a tecnologia então a gente tem aí *whatsapp*, *facebook*, que tem grupos de policiais que trabalham com cães, ou dentro de canis, ou que já passaram por canis, que a gente mantém sempre esse contato, mantém essas trocas de informações. (*Cachorroiro* 18 - policial)

Como foi tratado nos subcapítulos anteriores, a identidade de *cachorroiro* é construída em relação com a identidade profissional correlata a cada corporação. Nesse sentido, conflitos derivados da alteridade implícita nos processos de construção de identidade de diferentes policiais são parte do mundo dos *cachorroiros*. Porém, a identidade de *cachorroiro* permite a configuração de uma nova alteridade, em que aqueles *outros*, das outras corporações, são também um *nós*. O discurso dos entrevistados aponta para esses conflitos interinstitucionais:

Muito, muito, uma parte dessa situação é a própria característica da corporação né. Então por exemplo, cada polícia tem a sua competência né, e cada polícia tem a sua área de atuação. Então, a gente, por exemplo, se acontecer uma ocorrência agora aqui, que necessite de emprego de cães na rodoviária interestadual nossa, a competência é da polícia militar de atuar lá. Já no aeroporto é competência da polícia federal. Já numa rodovia federal, competência da polícia rodoviária federal. Então a gente ainda tá muito preso a essas, a essas delimitações. Acaba que as instituições elas não abrem mão que naquele seu espaço seja trabalhado um outro tipo de cão. Então acho que necessita de uma maior integração entre as instituições, que um diálogo seja feito, que acordos sejam feitos, realizados, e que acho que aumentaria mais essa integração. (*Cachorro 17 - policial*)

As disputas por espaço, reconhecimento, poder, ficam evidentes no discurso de ser/se tornar *referência*.

É lógico que cada um tem as suas vaidades, isso você vai encontrar até aqui né, aquele que diz não, eu sou referência, Brasília é referência. Num é eu que tenho que dizer que sou referência, os outros é que vão dizer. Eles vão falar: poxa, visitei o canil de Brasília, vi o trabalho deles, gostei, vou copiar isso aqui, vou testar isso aqui, vou ver se serve pra gente, e vou empregar. Então assim, não é eu que tenho que dizer eu sou referência. Essas são as nossas vaidades (*Cachorro 20 - policial*)

Inclusive as outras forças, por saber que nosso curso é um dos melhores do Brasil, eles enviam muitos militares pra gente, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiânia. (*Cachorro 1- bombeiro*)

Neste se tornar um *canil referência* fica implícito a busca por ocupar espaços de poder, disputados com outros canis e outras corporações. São diversos os espaços disputados: na mídia, nas redes sociais, nas ações de segurança pública, na formação de *cachorros*, nas competições de cães de trabalho, na genética das raças, dentre outros. É, sobretudo, uma disputa por identidades. Tratando da identidade profissional de policiais militares e policiais civis do Distrito Federal, Porto aponta:

Em ambos os contextos predominam atributos que são sinônimos de desqualificação; se a identidade é um processo relacional, quando está em jogo, a corporação oposta, o outro de cada corporação é definido, medido, pela inferiorização. Na verdade, existe uma luta por produção de sentido em que as representações apontam para um processo de construção identitária que se realiza mais pela desqualificação do outro, por sua quase degradação, do que pela afirmação de uma identidade profissional construída a partir de conteúdos positivos. O espaço dessa construção é um campo de batalha – verbal – com desdobramentos que apontam para uma incompatibilidade nem sempre explicitada, mantida no domínio do não-dito, mas nem por isso menos eficaz em termos simbólicos. Para bom entendedor meia palavra basta: as duas corporações disputam espaço, disputam poder, disputam atribuições, disputam

reconhecimento profissional, social e interno ao campo e é possível que não exagere ao afirmar que estas corporações se acreditam em posições sociais e profissionais opostas. (PORTO, 2017a, p. 59-60)

A análise dessas três formas de interação entre canis de corporações diferentes, que são os cursos de formação, as ações em conjunto e a troca de cães, permite algumas reflexões.

Os relatos apontam para questões há tempo conhecidas e discutidas pelos estudos de sociologia da violência e pelos Estudos Policiais, derivadas da divisão de competências das instituições de segurança pública, principalmente as policiais. A delimitação de competências, que faz parte da própria essência das instituições, significa que estão em jogo questões relativas às identidades profissionais e às ações cotidianas de seus agentes, gerando o que Beato Filho e Ribeiro (2016) chamam de fratura horizontal, na qual *“instituições que deveriam colaborar umas com as outras para impedir a ocorrência de delitos competem por recursos e visibilidade, deixando de lado a identificação de crimes e suspeitos”* (Ibidem, p.175). Em sua tese, Suassuna (2013) aponta como as delimitações de competências se relacionam com a auto degradação:

Como afirma Weber [...], as organizações burocráticas modernas caracterizam-se pela fixidez na divisão do trabalho interno, pois, nelas: “Rege o princípio das competências oficiais fixas, ordenadas, de forma geral, mediante regras: leis ou regulamentos administrativos”. Ou seja, as burocracias caracterizam-se pela existência de normas formais estabelecendo as fronteiras entre as diferentes competências exercidas por cada um dos funcionários burocráticos. O conformismo a esta estrutura normativa formal, característico das organizações burocráticas, faz com que Hannah Arendt [...] refira-se à burocracia como “o governo de ninguém”: nas organizações desse tipo, cada um responde apenas por suas atribuições, eximindo-se de responsabilidades políticas. [...]. Quando o delegado assegura que nada pode fazer, isso pode ser entendido como “não posso fazer nada quanto a isso, pois isso não está definido como parte de minhas competências”. Uma vez que o delegado não justificou mais longamente sua evasiva, é difícil saber o que orientou seu descompromisso com a interação. Entretanto, é possível afirmar que se trata de algo externo à interação com os visitantes, o que, por definição, é de natureza institucional. (SUASSUNA, 2013, p. 116)

A segmentação de competências, ao afetar negativamente identidades profissionais e relações institucionais, limitando e tornando conflituosas situações da vida real, se mostra um obstáculo ao atendimento das demandas dos cidadãos<sup>143</sup>.

---

<sup>143</sup> Por exemplo, a incumbência do policiamento ostensivo a pé em áreas centrais da cidade é uma questão que suscita inúmeros debates entre policiais militares e guardas municipais. O resultado dessa disjunção é,

Nesse contexto de conflitos e disputas institucionais e profissionais, o trabalho com cães se apresenta como um espaço de integração e diálogo entre atores de diferentes corporações, permitindo a sublimação temporária e parcial dos conflitos e fomentando ações de cooperação.

A relação entre os *cachorreiros*, que a gente se denomina *cachorreiros*, ela é muito boa. Um sempre vai tá precisando do outro prá tá trocando experiências né, de treinamentos e de operações. Junto com a Polícia Militar eu ainda não trabalhei, nesse tempo que eu tô de canil, mas já trabalhei junto com a Polícia Federal e junto com a Polícia Civil. Federal na grande maioria é treinamentos, não é operação, e na Polícia Civil é busca de possíveis ossadas. (*Cachorreiro 3 - bombeiro*)

Embora a divisão de competências acabe por gerar conflitos institucionais e por reforçar diferenças identitárias, é importante destacar que existe uma cultura policial que ultrapassa limites institucionais e até nacionais (BRETAS, 1997). Além disso, experiências de trabalho comuns a policiais de diferentes corporações refletem em convergências nas suas visões de mundo (Idem). As diferentes formas de interação entre *cachorreiros* de diferentes corporações que foram tratadas nesse tópico são tanto um reflexo de semelhanças entre as situações vivenciadas pelos policiais, como são experiências compartilhadas que produzem e reproduzem uma visão de mundo comum a eles.

Em artigo sobre o uso de cães pelo empreendimento colonial, Felipe Vander Velden (2018) afirma que o uso de cães como armas dos colonizadores começa na América espanhola, aparecendo depois na colonização da América do Norte, do Haiti, e de outras regiões. O autor defende que houve uma cooperação transcolonial que teria facilitado a circulação de cães, de técnicas de adestramento e de estratégias de uso desses animais como instrumentos de tortura, repressão e controle de povos nativos. Ou seja, o sucesso do uso de cães nos projetos coloniais espanhóis deu início à circulação de pessoas, saberes e animais, compondo uma rede de contatos entre atores do sistema colonial europeu que disseminou essa prática.

Guardadas as devidas proporções, os cursos de formação de *cachorreiros* e as redes de contatos produzidas e reproduzidas por eles também levam à circulação de pessoas, saberes e animais, configurando uma cooperação interinstitucional e internacional. As

---

muitas vezes, a não realização desta tarefa, que tem a potencialidade de prevenção do delito, pela via da dissuasão. Neste mesmo sentido, encontra-se a discussão a respeito da competência para a realização das rondas Maria da Penha, que são visitas da Polícia Militar ou Guarda Municipal a mulheres que foram vítimas de violência doméstica com o objetivo de impedir a revitimização. Enquanto as instituições se digladiam, mulheres são violentadas novamente por seus parceiros íntimos. (BEATO FILHO; RIBEIRO, 2016, p. 180)

relações sociais derivadas das redes de contato dos *cachorreiros* facilitam a circulação de cães, de técnicas de adestramento e de formas de uso dos cães nas atividades de segurança. Caso dos exemplos já citados do desenvolvimento do trabalho de busca e salvamento feito pelos *cachorreiros* do canil do BBS e do desenvolvimento do trabalho de busca e captura no BPCães .

Assim como nas funções de demonstração, na interação com as pessoas em apresentações e eventos também nas relações institucionais os cães funcionam como *lubrificante social*. Os treinamentos e atuações em conjunto constroem espaços de interação e solidariedade que não só rompem parte das fronteiras de competências das corporações como também constroem redes de cooperação.

À primeira vista, a tendência é explicar essas teias sociais pelo valor instrumental do cão, pela sua eficiência prática em realizar as tarefas em questão, pelo seu valor de uso enquanto objeto. Sendo um animal de trabalho, essas questões são fundamentais, é claro. Mas não devem ser tomadas como a única dimensão do trabalho policial com cães. Por exemplo, essa dimensão não dá conta das questões identitárias apresentadas, dos afetos que envolvem humanos e animais, das relações pessoais que se formam superando conflitos institucionais pré-estabelecidos, nem das redes de relações sociais que constroem os *cachorreiros* enquanto grupo social. Segundo Vander Velden (2008):

É certo que o cachorro (re)conquistou a América; entretanto, parece tê-lo feito não apenas *manu militari* como também por sua capacidade de estabelecer laços com seres humanos e, em certo sentido, de fomentar vínculos entre grupos humanos. E isso não como simples objeto de dádiva, comércio ou troca, mas sim como um agente cuja capacidade crucial sempre esteve no sucesso de sua incorporação à esfera doméstica e ao convívio social humano. (VANDER VELDEN, 2018, p. 3)

É a relação humano-cão, em todas as suas dimensões sociais, o componente que garante a continuidade dessas práticas e saberes e das teias sociais que as envolvem. Nessa relação social, o cão transita entre diversas posições dicotômicas que compõem a sociedade. Transita entre a posição de objeto e de sujeito, entre a agência ativa e a agência passiva, entre ser ferramenta e ser pessoa, entre representação e prática, entre o simbólico e o material, entre o ato e a potência. Daí sua persistência enquanto elemento constitutivo de uma sociedade que é reivindicada na modernidade como apenas humana, o que nunca se concretizou.



#### 8.4 - Violência em questão – Raças e funções

O uso da força talvez seja a questão predominante nas discussões acadêmicas sobre atividade policial. Para Bittner (2003) a polícia moderna se constitui enquanto um mecanismo de distribuição da coerção, através do uso da força, a qual deve ser distribuída de acordo com a compreensão de cada situação em si. A manipulação da violência, do uso comedido da força, é, nessa concepção, a própria essência da atividade policial.

Desta definição de Bittner aproxima-se aquela defendida por Muniz e Proença Júnior (2013), na qual a função da polícia moderna é produzir obediências consentidas a partir da distribuição do uso da força:

Polícia existe para coagir. Coage pelo uso de força em ato ou em potência. Em ato, quando sujeita fisicamente, quando faz uso do cassetete, quando dispara uma pistola, um fuzil. Em potência, quando assinala presença e disposição para agir por um gesto; quando sopesa o cassetete, saca a pistola ou assesta o fuzil. Quando apenas se apresenta, armada e pronta, ou se sabe que pode se apresentar armada e pronta. Quando sopra um apito, pisca um farol ou aciona uma sirene; ou cumprimenta na rua. O uso de força policial é uma ação política da polis para impor a alguns o que destes se deseja que façam. (Ibidem, p. 120)

Nesse caminho, o uso da força não poderia deixar de integrar a atividade dos *cachorreiros*. Em suas criações, os cães policiais possuíam enquanto funções a atuação em rondas, a contenção de distúrbios e a participação em eventos, desfiles e apresentações. Como já mencionado, no caso específico do canil do BBS sua primeira função era exclusivamente de relações públicas. É fato que atividade dos bombeiros não é centrada na instrumentalidade da violência enquanto recurso laboral, como é o caso das polícias. Mesmo atualmente, nenhuma das competências dos *cachorreiros* bombeiros envolve o uso violento do cão. Por isso a discussão de parte desse subcapítulo é direcionada apenas ao trabalho de policiamento com cães desenvolvido pelo BPCães.

Por volta da década de 1970, as formas de emprego dos cães policiais eram menos numerosas que as encontradas atualmente. Em ambos os cães pesquisados os cães de demonstração estavam entre os pioneiros da atividade, juntos aos cães de policiamento, utilizados tanto no policiamento ostensivo, nas rondas, quanto na contenção de distúrbios. Já em meados da virada do século XX para o XXI surgem novas formas de emprego dos cães policiais, na detecção de substâncias e na busca e captura de suspeitos.

Apesar de grande parte do trabalho de detecção ser invisível, de ocorrer nos bastidores, onde as lentes da mídia e da sociedade civil não costumam alcançar, são os cães empregados nas atividades fim os que estão em maior contato com a população, nas situações de policiamento principalmente. São os cães de ronda, de contenção de distúrbios, de detecção e, em menor medida, os cães de busca e captura, aqueles que a população vê em ação dentro da atividade policial típica.

Podemos separar dois grupos de funções dos cães policiais de acordo com o uso da força contida nelas. Um primeiro grupo seria o daquelas funções em que o cão é instrumento direto do uso da força, seja pela imposição do medo com latidos e rosnados, seja pela sua simples presença em situações de abordagem, como os cães de ronda e de contenção de distúrbios, seja pela mordida. São cães instrumentalizados enquanto potencial de utilização da força, de forma simbólica ou prática, por si só.

Dentro das celas fazemos os dois trabalhos. Com o cão de defesa, que é o fator psicológico pra intimidar os detentos a querer fazer algo, alguma tentativa lá contra um agente público né. Que sempre o preso ali dentro, ele fica vinte e quatro horas matutando como conseguir fugir ou conseguir pegar alguém como refém né. Então o cão de defesa faz esse trabalho psicológico ali. Só a presença do cão latindo ali já inibe a ação. E além da revista das celas também, com os cães detectores de entorpecentes. [...] Isso tanto nos presídios como no, como nas ações de manifestações, de controle de distúrbio civil, o cão de policiamento ele causa um impacto psicológico muito grande. O manifestante ele pensa duas vezes antes de se aproximar de uma tropa de choque vendo o cão lá do que sem o cão, porque a gente sabe que o cão vai morder né, então só a presença ali já inibe, o fator presença ali né. (*Cachorro 8 - polícia*)

Ah tem, o efeito psicológico do cachorro é muito grande. Ele impõe respeito né, medo mesmo. O cidadão abordado ele pensa é duas, três vezes, antes de tentar fugir, que o cão tá ali, vidrado nele. Então ele sabe, se correr o bicho pega [risada]. (*Cachorro 2 - policial*)

O cão de busca e captura ele é treinado pra morder e segurar. Não solta de jeito nenhum. Tem uns aqui que... Você viu o Cigano, que aquele ali, mordeu, não tem quem faz soltar, gruda que gruda mesmo. É a função dele, segurar o indivíduo até a guarnição chegar. E pra gente é uma segurança também, porque a chance do cara reagir na nossa chegada é muito menor né. O cara não fica na mutuca, esperando calado. Ele fica é gritando, pedindo ajuda pra gente, pra tirar o cão: solta, solta. Então a situação já está quase controlada quando a gente chega. (*Cachorro 10 - policial*)

A esse conjunto de funções denomino *funções de violência declarada*, nas quais as atribuições de agressividade dos cães são instrumentalizadas diretamente para o uso da força. São cães pra latir e para morder. Não servem para atrair as pessoas, mas para afastá-

las, amedrontá-las. Nesse sentido, são cães que mantêm proximidade com os cães de guarda. São treinados para amedrontar e para morder, caso necessário. É a mordida, e não o faro, a capacidade canina valorizada nessas funções. Nestas funções a instrumentalização do cão está atrelada à representação de que ele causa medo nas pessoas, uma representação oposta àquela dos cães enquanto *lubrificantes sociais*. São duas representações diferentes, ambíguas, sobre o mesmo animal, o cão.

Um segundo grupo são aqueles cães empregados em *funções de violência comedida*, conforme expressão de Muniz e Proença Júnior (2013). Segundo os autores, em sua função coercitiva, a polícia moderna faz uso de uma violência comedida, na medida em que deve se restringir aos parâmetros legais de suas competências, e de dever optar pela forma adequada de uso da força. Essa adequação deve levar em conta as singularidades de cada situação, bem como a capacidade de resolver os problemas colocados.

Obviamente o policiamento com cães de ronda, e o uso de cães no controle de distúrbio são, a partir do conceito de Muniz e Proença Júnior (2013), formas de violência comedida. Minha apropriação do termo para a formulação das funções de violência comedida se dá a partir da justificativa, presente no discurso dos entrevistados, de que o policiamento com cães de faro é menos violento que o policiamento sem cães. Segundo os policiais que trabalham com detecção de substâncias, essa especialidade do trabalho policial se apresenta como um avanço em relação às funções de violência direta:

É uma evolução né, do nosso trabalho todo aqui. O cão não serve pra morder só, pra latir, fazer cara feia. Serve pra isso, fazem muito bem, mas ele pode fazer muito mais. Olha o que um cão de detecção de droga, o tanto de droga que ele tira das ruas. Um cão de detecção de explosivos, quantas vidas que ele salva. Então é uma evolução nossa do uso do cão. Aprimoramos sempre. (*Cachorroiro 17 - policial*)

Quando eu uso o cão pra vistoriar um ônibus, pra passar numa fila de passageiros, eu não demoro nem um minuto. É pá pum. E nisso o pessoal todo vidrado no cão, a maioria achando interessante aquilo tudo. Se fosse sem ele, aí você pensa, abordar um por um, passar o pente fino, que o cidadão ele sempre vê como um baculejo né. Pegou nele é baculejo. Aí tem aquele desgaste, aquele desconforto. Mas com o cão não, você passa em minutos e tudo pronto. Se tiver alguma coisa, ele acha, qualquer tanto que for. (*Cachorroiro 10 - policial*)

O cão de contenção de distúrbio ele já tá passando o tempo dele, tá ficando obsoleto né. Porque tem outras formas de fazer a contenção do flanco, que a gente diz né. Eu posso usar o gás, posso usar a bomba de gás. Se a coisa aperta, eu tenho a cavalaria né. Então pra que que eu vou soltar um cachorro? Acaba que faz cena pra mídia botar na capa. Então eu uso esses meios mais eficientes. O

cão bota medo, ele bota. Mas é isso. Uma hora ou outra a gente não precisa mais dele, então tem que partir pra uma evolução desse trabalho. (*Cachorroiro* 8 - policial)

Os cães de funções de violência comedida são apresentados como ferramentas que permitem aos policiais realizar algumas de suas tarefas com um menor grau de violência. Evitam, muitas vezes, o contato direto dos policiais com os suspeitos. Outras vezes, minimizam esse contato. Dessa forma, intermediam a atividade de policiamento com mais eficiência e menos emprego de força. É por isso que coloco a busca e captura como uma função de violência comedida, ao lado da detecção. Os caçadores, como se denominam os *cachorroiros* que atuam com busca e captura, defendem que lançar o cão para farejar, rastrear, encontrar e morder os suspeitos é uma forma de atuação menos violenta do que seria essa busca sem o cão. Segundo os caçadores, o emprego do cão nessas situações protege o policial ao tornar a situação de encontro mais controlada, assim como minimiza o potencial de violência de atuação do próprio policial, ao evitar situações de confronto e enfrentamento armado, as quais poderiam resultar em mortes para os dois lados.

No discurso dos *cachorroiros*, e na observação de seu trabalho, fica claro um destaque dos cães de funções de violência comedida em relação aos cães de funções de violência direta. O sugerido deslocamento das principais atividades do canil do BPCães das funções de violência direta para as funções de violência comedida pode ser abordado por diferentes aspectos. Por um lado, possivelmente reflete mudanças nas demandas recebidas pelos canis. Em um contexto político teoricamente pacificado, o controle de manifestações civis carece de contornos mais apropriados à democracia e ao respeito a direitos individuais e civis. O enfrentamento ao tráfico de drogas passa a dar maior atenção ao atacado desse mercado, demandando instrumentos de detecção de entorpecentes escondidos. Com a realização de eventos esportivos de grande porte, aumenta também a demanda por formas de detecção de explosivos.

### *Uma espécie dividida em raças*

Saindo brevemente do mundo dos cães policiais para o mundo dos cães *pet* (e esse é um trânsito comparativo que perpassa toda a tese), uma pergunta frequente que tutores de cães escutam é sobre a raça de seu animal. Normalmente é uma das primeiras que surge da

curiosidade de outros sobre o cão de alguém. As representações que carregamos sobre esses animais estão fortemente ligadas à ideia de que determinadas raças possuem determinados tipos de comportamento, tendências, preferências e interesses. Elas indicam com quais cães podemos interagir sem receio, com quais devemos interagir com cautela e quais devemos temer e evitar. Estas representações vão além da categorização por raça, envolvendo porte físico, trejeitos e outras características.<sup>144</sup> De todo modo, as raças representam as primeiras impressões dos indivíduos sobre cães.

Existem centenas de raças pelo mundo, muitas reconhecidas por organizações de cinofilia, e outras centenas ainda não reconhecidas. Essas raças estiveram agrupadas, historicamente, nos moldes da zoologia moderna, definidos por semelhanças de usos para os humanos<sup>145</sup>. Essa maneira de classificar as raças de cães de acordo com suas características e funcionalidades em relação aos humanos se desenvolveu até os dias de hoje.

A centralidade da raça para o mundo dos cães é percebida pelo grau de institucionalização que ela atinge. Por todo o mundo os chamados *kennel clubs* são criados como órgão de regulamentação e certificação dos cães de raça pura, os cães com *pedigree*. São instituições que normatizam regionalmente os criadores desses cães, que entendem sua atividade enquanto uma forma de arte (OLIVEIRA, 2006) que buscam desenvolver a pureza genética das raças, confrontando exemplares caninos em exposições e competições. É o *pedigree* que separa os cães em dois tipos: os que o possuem são os puros, os de raça, enquanto os que não o possuem são considerados de procedência genética duvidosa, possivelmente impuros (mesmo quando possuidores das principais características fenotípicas de sua suposta raça), mestiços, dentre os quais encontramos os famigerados vira-latas, hoje denominados pela sigla S.R.D., que significa sem raça definida.

---

<sup>144</sup> Esta discussão está desenvolvida com maior profundidade no capítulo 5.

<sup>145</sup> [...] o Dr. John Caius, em seu livro *Of english dogs* [Dos cães ingleses], [...] divide os cães em três categorias: um tipo “generoso”, usado na caça ou por damas elegantes; um tipo “rústico”, empregado em tarefas necessárias; e um tipo “degenerado”, vil, que servia para animal de cozinha ou a outros propósitos subalternos” O cão de caça era então subdividido conforme se sobressaísse no cheirar ou no espreitar, na velocidade ou na sutileza; e conforme fosse melhor contra bichos ou aves e, no caso destas, se contra aves aquáticas ou terrestres. O tipo rústico era subdividido em cães pastores, cães de guarda etc., sendo estes posteriormente subdivididos por latirem ou morderem, ou, se fizessem ambas as coisas, por ladrarem antes de morder ou por morderem antes de ladrar. (Thomas, 2010, p. 77)

A Sociedade Brasileira de Cinofilia (Sobraci), uma das instituições reguladoras de *pedigree* no Brasil, apresenta, em seu site<sup>146</sup>, 220 raças, divididas em seis grupos, que são: Cães pastores, Cães de trabalho e utilidade, Cães Terrier, Cães de caça, Cães de companhia e, por fim, Raças em processo de reconhecimento. No grupo dos “Cães pastores” estão elencadas 30 raças. Nele estão o Pastor Alemão, o Pastor Alemão de pelo longo e o Pastor Belga de Malinois, raças frequentemente utilizadas por polícias e bombeiros, além do Pastor holandês e do Pastor Belga Tervueren, também utilizados, mas em menor quantidade. No grupo dos “Cães de trabalho e utilidade” estão elencadas 31 raças, dentre as quais estão o Dobermann e o Rottweiler, que já foram utilizadas em larga escala pela atividade policial com cães, e que ainda persistem nos canis, mas em menor número. No grupo dos “Cães Terrier” estão listadas 33 raças. Destas, algumas têm aparecido nos canis policiais, como o American Pit Bull Terrier e o American Staffordshire Terrier, principalmente pela sua força e pela imagem de imponência. No grupo dos “Cães de caça” estão listadas 55 raças, entre as quais encontramos o Beagle, as duas variações de Cocker spaniel e as variações de Tekker. Essas raças, de pequeno e médio porte, também são utilizadas para faro, por polícias e bombeiros. Nele também está o Labrador retriever, possivelmente o preferido por bombeiros e para trabalhos de faro que envolve contato com pessoas. No grupo dos “Cães de Companhia” estão elencadas 43 raças, estando aqui as braquicefálicas<sup>147</sup> e as de menor porte, como o Spitz alemão. Por fim o grupo “Raças em processo de reconhecimento” possui 28 integrantes.

Já no site<sup>148</sup> da Confederação Brasileira de Cinofilia (CBKC), outra instituição de certificação de *pedigree*, as raças estão divididas em um número maior de grupos, no total de 11. O primeiro grupo é intitulado “Pastores e Boiadeiros, exceto os suíços”, e contém 35 raças. Nele estão o Pastor alemão e o Pastor Belga de malinois. No segundo grupo, intitulado “Pinscher, Shnauzer, Molossos e Boiadeiros Suíços”, estão 54 raças, presentes o Rottweiler e o Dobermann. O terceiro grupo, “Terries”, possui 31 raças, enquanto o quarto grupo, “Dachshounds”, possui 12 raças. O quinto grupo, dos “Spitz e Tipo Primitivo”, contém 47 raças. O sexto grupo, “Sabujos e Rastreadores”, é composto por 15 raças, dentre as quais está o Beagle. O sétimo grupo é intitulado “Cães de aponte” e possui 23 raças. Já o

---

<sup>146</sup> Disponível em <<https://www.sobraci.com.br/racas>> Acesso em: 03/04/2020

<sup>147</sup> São aquelas caracterizadas pela braquicefalia, que é o focinho achatado, com por exemplo os Pugs e os Shi-Tzu.

<sup>148</sup> Disponível em <<https://cbkc.org/>> Acesso em: 15/10/2020

oitavo grupo, “Retrievers, Levantadores e de Água”, engloba 15 raças, por exemplo o Labrador Retriever e o Golden Retriever. O nono grupo, dos “Cães de Companhia”, possui 32 raças, enquanto o décimo grupo, chamado “Galgos e lebreiros”, possui 10. Por último, no grupo das raças “Não Reconhecidas pela FCI<sup>149</sup>”, estão listadas 11 raças, dentre elas, o Dogue Brasileiro e o Ovelheiro Gaúcho, raças brasileiras.

Segundo Rodero e Herrera (2000), uma abordagem epistemológica do conceito de raça na zoologia aponta que sua definição está mais relacionada com a cultura do que com fatores biológicos, fenotípicos ou genotípicos. Isso porque, biologicamente, raças não existem, apenas apontam diferentes padrões fenotípicos de uma mesma espécie, no caso, a dos *Canis lupus familiaris*. É a necessidade cultural de classificar esses diferentes padrões de uma mesma espécie que gera, então, o conceito de raça. Os autores defendem que são essenciais ao conceito de raça a presença de características tomadas como referência bem como de usos atribuídos a cães em razão dessas características, portanto, servindo de base para a seleção reprodutiva dos indivíduos.

Além disso, de acordo com os autores, são três os processos que estabelecem a formação de raças: a domesticação da espécie, a intervenção técnico-científica humana e a gestão e reconhecimento das raças (RODERO; HERRERA, 2000). É nessa gestão das raças que entram as instituições acima citadas.

As fichas técnicas para árbitros de competições oficiais das instituições de cinofilia trazem uma lista de características, tanto físicas quanto comportamentais, que servem de base para a definição de cada raça. Essa definição ocorre de maneira objetiva, que permite aos árbitros avaliarem indivíduos quanto à presença ou não de tais características, demonstrando a intensidade da interferência humana na seleção genética e reprodutiva desses animais.

O debate sobre o uso da categoria raça para os humanos é, obviamente, ainda mais vasto. Kabengele Munanga (2004) destaca que esse uso está carregado de ideologia e reflete estruturas de poder e de dominação, principalmente nas crenças populares e no senso comum. Essa é uma discussão que não cabe aqui, e que possui vasta tradição acadêmica. Mas, de certa maneira, é um debate que se relaciona com aquele no campo das relações humano-animais.

---

<sup>149</sup> Federação Internacional de Cinofilia.

Tudo isso leva a crer que, tanto objetiva quanto subjetivamente, a categoria de raça é relevante para se pensar sociologicamente as relações com cães, seus valores simbólicos, e suas representações sociais. Em seus trabalhos de campo, diferentes estudiosos do tema se depararam com essa categoria, e com a importância de sua compreensão para subsequente compreensão da realidade social estudada:

Percebi que poucas coisas são tão humanas como uma raça de animal doméstico. A seleção de determinadas características, atendendo aos interesses estéticos e funcionais das pessoas, a identificação decorrente, a ruptura simbólica com o selvagem – animal doméstico é, por definição, diferente do selvagem. (Barreto, 2015, p. 14)

No que tange ao trabalho realizado pelos canis estudados –e aqui volto a incluir o canil dos bombeiros por motivos que ficarão claros no decorrer da discussão –a questão das raças utilizadas se apresenta em dois momentos. No primeiro período de existência desses canis, havia o predomínio de certas raças consagradas como aptas para funções específicas desejadas. Num segundo momento, mais recente, nos deparamos com uma mudança significativa das raças utilizadas, com a predominância dos Pastores Belgas de malinois. As mudanças ocorridas na passagem do primeiro para um segundo momento merecem atenção, e serão agora analisadas.

#### *Mudando as raças utilizadas – Da truculência à versatilidade*

O discurso dos *cachorritos* do BPCães aponta para uma predominância de três raças durante os primeiros períodos do canil. Essas raças são o Rotweiller, o Dobermann e o Pastor alemão. Sendo esse último, talvez, aquele que tenha maior presença nas representações da sociedade sobre cães policiais. Aqui cabe lembrar as personagens caninas que fizeram sucesso, Rim-Tin-Tin, nas primeiras décadas do século XX, e Jerry Lee, cão detector de entorpecentes do filme “*K9 – Um policial bom pra cachorro*”, de 1989. Esses personagens possuem lugar de destaque na cultura pop e, possivelmente, são responsáveis por parte significativa da posição de celebridade (BAUMAN, 2017) atingida pelos cães policiais na sociedade atual.

Fato é que, quando o trabalho com cães ainda era considerado insipiente e realizava poucas funções dentro das competências policiais, eram essas as raças que predominavam,



convivendo com outras menos utilizadas. Seu emprego se destinava a funções de policiamento ostensivo, acompanhando rondas rotineiras e oferecendo amparo a abordagens, além do controle de distúrbios civis e segurança de eventos públicos:

Em 2011 o canil virou batalhão, teve a sua independência, mas isso daí foi apenas, assim um ato administrativo, porque o canil sempre teve um trabalho diferenciado das outras companhias. Não tinha propriamente dito uma identidade como a gente falava, uma identidade própria. A gente seguia o PATAMO, apoiava o PATAMO, apoiava o CHOQUE, principalmente na época nesse período anterior a 2010, pra baixo aí, a gente usava muito cão de policiamento e cão de contenção em linha de choque, de distúrbio civil, era o que mais se usava, tanto que a especialidade que mais tinha era isso, era cão de policiamento e linha de choque. Cães de faro eram bem poucos, e a gente tinha também um pouco de cão de busca e captura. (*Cachorro 14 - policial*)

Pela própria essência de seu uso, a característica que os *cachorros* que trabalham com rondas e controles de distúrbios mais salientam é o impacto da imagem desses animais na população. São cães que impõem medo, que passam imagens de agressividade, as quais compõem as representações sociais sobre as diferentes raças, conforme relatado nas entrevistas.

É o cão que bota medo mesmo. Se tem ele na linha de frente, quem é que encara? Porque assim, aquela turba, ela pode tá enfurecida mesmo. É pedra, pedaço de pau, galho, tudo em cima da gente. Mas se tem uma linha de Rotweiller, de Dobermann, ninguém encara. Você vai pra cima de um cachorro de cinquenta, às vezes sessenta quilos? Você não vai. É puro músculo aquilo *alí*. (*Cachorro 14 - policial*)

Eu posso te falar assim, da minha experiência né, que aqui cada um tem a sua, tem gente que nunca pegou num desses, chegaram agora e tal, não pegaram uma máquina que é um Rotweiller na sua mão. Eu gosto. Eu sempre tive em casa e tal. E no meio da criançada, de visita. Mas assim, é excelente cão de trabalho. Ele bota o terror. Você vê aquele monstro ali, grande, grande mesmo, rosnando, babando, é uma coisa de louco. É a maior segurança que o policial pode ter. (*Cachorro 2 - policial*)

O melhor que eu conduzi, e isso tem tempo viu, era um Dobermann. Eu te falo, essa raça é incrível ela, o poder que ela tem. São cães muito inteligentes, que amam trabalhar. Mas ele não é sociável igual esses de hoje que tem aqui. Ele é pra morder, pra botar peba pra correr. (*Cachorro 10 - policial*)

Os motivos apresentados para o abandono da maior parte do uso dessas raças foram variados. Em relação ao Pastor alemão, os *cachorros* quase sempre apontavam a questão da displasia coxofemoral como o principal motivo para a redução de seu uso. A displasia

afeta diretamente a utilidade do cão, restringindo sua mobilidade e sua capacidade de trabalho de forma a reduzir seu tempo de carreira. Isso significava perda de tempo e outros recursos investidos na formação daquele cão. Cabe lembrar que, pouco mais que uma década atrás, os Pastores alemães eram representados como alguns dos mais aptos para as atividades policiais, como apontou Sanders em sua etnografia:

All of the dogs in the K-9 program I observed were German shepherds ranging from one to three years in age. German shepherds were seen as having the most physical ability, as being adaptable to a variety of situations, and the most easily trained for the required tasks. (SANDERS, 2007, p. 25)

Em relação ao Rotweiller, seu tamanho que era característica antes valorizada, foi apresentado como empecilho ao trabalho, na medida em que limita seu tempo de atuação, bem como sua baixa resistência às atividades sob sol forte. Além do que, por possuir massa muscular volumosa, os Rotweillers se cansam mais rapidamente e precisam de hidratação mais frequente do que as raças menos corpulentas.

A mordedura do Rotweiller é muito forte *né*. Só que assim, o uso do Rotweiller era muito restrito, era pra controle de distúrbio civil, pra policiamento e controle de distúrbio civil. É um cão pesado, molossóide, a cintura dele, certo, então ele é um cão que, teoricamente, tem uma resistência menor que um cão pastor Alemão, Malinois, Belga. Então a característica do próprio Rotweiller ele é mais pesado, então ele cansaria mais. E tinha aquela coisa do embate, então você olha um Rotweiller de quarenta quilos e você tenta fazer uma agressão, poxa, um Rotweiller de quarenta quilos, então a estrutura dele é bem mais assustadora, latindo e rosnando, do que um Malinois de trinta, trinta e poucos quilos, que é o que um Malinois pesa. A gente tem pouco, tem um Malinois aqui que pesa mais, que é grande. A maior parte do Malinois o peso médio dele, da fêmea, é de vinte e seis quilos, e do macho uns trinta e três, trinta e quatro quilos. (*Cachorroiro* 14 - policial)

Para o Dobermann e para o Pastor alemão, o motivo que esteve mais presente no discurso dos entrevistados foi o de que são raças menos sociáveis, o que as tornava menos aptas à forma como o trabalho do canil era realizado atualmente. A menor sociabilidade dos Pastores Alemães, Rottweillers, Dobermanns, e de outras raças de grande porte, é explicada pelos *cachorroiros* por dois fatores. O primeiro fator, menos presente nas entrevistas, seria uma tendência comportamental típica dessas raças, que as tornariam mais propensas a reações violentas, tanto com civis, abordados ou não, quanto com seus próprios condutores. O segundo fator, preponderante nas justificativas, seria o suposto medo que a população em geral teria dessas raças. São os *cachorroiros* que trabalham

com rondas e com o controle de distúrbios civis que representam positivamente os cães que geram medo nas pessoas. Ao mesmo tempo em que essas atividades perdem espaço para outras, como veremos à frente, essa representação positiva do cão agressivo e amedrontador perde espaço também, para uma representação negativa desses cães. Entra em cena a representação dos cães violentos e amedrontadores como incompatíveis com o trabalho policial, implicando também em novas representações sobre cães adequados, compatíveis, e talvez até ideais, para o trabalho de *K9*.

Para avançar na compreensão do medo das pessoas sobre cães de raças específicas, a noção de cães perigosos (BEVILAQUA, 2014) se mostra útil. Em primeiro lugar, cabe pontuar que a representação de raças perigosas traz consigo uma noção totalizante da categoria de raça. Para considerar uma raça enquanto perigosa é preciso aceitar que a categoria raça serve como determinante comportamental para todos os indivíduos dela integrantes o que, como se sabe, não possui comprovação científica, é uma representação social<sup>150</sup>.

Representar uma raça como perigosa significa assumir que a violência, que comportamentos agressivos, ou até mesmo a deslealdade, sejam elementos próprios da natureza desses animais. Esse mesmo tipo de representação é apontado por Bevilaqua (2014), ao tratar da representação de *cães perigosos* a partir da análise documental de projetos de lei que transitaram no Congresso Nacional. Segundo a autora:

A existência de raças caninas como conjuntos “reais”, definíveis de forma não-problemática, é outra premissa de todos os projetos. As referências a raças remetem ocasionalmente a atributos físicos dos animais, mas, de modo muito mais frequente, a disposições comportamentais compreendidas como parte da própria identificação da raça e, portanto, comuns a todos os indivíduos a ela pertencentes. O caso mais evidente, mencionado por dez das proposições, é o da raça pit bull, cujos exemplares são descritos, com pequenas variações, como animais “naturalmente” ou “espontaneamente agressivos” e, por essa razão, “extremamente perigosos” (PL 159, PL 331, PL 136). (BEVILAQUA, 2014, p. 207)

---

<sup>150</sup> No debate parlamentar, a noção de raça parece fornecer um ponto de apoio. Se é possível afirmar, com base em saberes técnicos legítimos, que esta ou aquela raça canina, por seus atributos intrínsecos, é agressiva e imprevisível, isto permite justamente alguma previsibilidade e, portanto, garante o lugar da norma jurídica. Dito de outro modo, se a instabilidade de uma raça perigosa é, enquanto tal, estável, torna-se possível distinguir cães inofensivos e ferozes e elaborar prescrições destinadas apenas a estes últimos. (BEVILAQUA, 2014, p. 220)

Tomar as raças caninas enquanto parâmetros para elementos fenotípicos dos cães é o que faz a cinofilia, principalmente com os cães de estimação e companhia que não são também animais para trabalho. É, principalmente, a aparência dos cães que faz o conceito de raça ser útil para identificação de uns em relação a outros, que os identifica dentro do grupo daqueles com as mesmas características físicas, como porte, coloração do pelo, etc. O problema em relação a isso são questões típicas das instituições de cinofilia, presentes nas exposições e competições de cães de raça, como os estudados por Oliveira (2006).

Porém, quando se trata de generalizar questões comportamentais a partir das raças, surgem problemas que não os relacionados à estética animal. Isso porque, outra representação sobre a violência canina – e essa foi preponderante no discurso dos *cachorreiros* – assume o comportamento agressivo como resultado da relação humano-animal, principalmente. Mesmo tomando a agressividade enquanto parte do comportamento natural dos cães, esse deve ser controlado, manipulado, modulado pelo seu tutor/condutor. Essa representação também foi encontrada por Bevilaqua:

No entanto, a percepção de que a violência desmedida de determinadas raças de cães é ‘anti-natural’ também está presente nas justificativas de outros projetos. Argumenta-se, por exemplo, que ela provém de técnicas perversas de adestramento, ou ainda que resulta de “inúmeros graus de mestiçagem, que [tornam] a ferocidade um fator geneticamente fora de controle”. (BEVILAQUA, 2014, p. 219)

A diferença é que, como foi dito, os *cachorreiros* entendem que a agressividade faz parte dos impulsos naturais dos cães e que, nesse sentido, deve ser controlada por meio dos treinamentos. Dessa forma, a agressividade se torna controlada. Para tarefas como a contenção de distúrbios, a agressividade canina deve ser passível de ser ativada e desativada além de direcionada a alvos específicos. Não seria funcional um cão com agressividade permanente ou que a direcionasse a qualquer um, inclusive a seu condutor. O que se espera da agressividade dos cães policiais é que seja controlada, permitindo sua previsibilidade, assim como sua instrumentalidade.

The officer/patrol dog work life involves both situations in which aggression and violence are required of the dog and those in which calm and tractable demeanor is necessary. This mixture of work situations (...) means that officers can be expected to, and commonly do, feel higher levels of ambiguity via-avis their dogs than do guide dog users. This lends an edginess and ambivalence to the canine-human relationship. (SANDERS, 2007, p. 31)

A análise sociológica da agressividade canina expõe mais uma ambiguidade presente no trabalho dos *cachorreiros*. Para algumas de suas funções, a agressividade é desejada e valorizada positivamente. São as atividades em que o comportamento valorizado no cão é a mordida, as quais Sanders denomina como *bite works* (SANDERS, 2006b; 2007).

Nesse sentido, os cães de função de violência declarada se aproximam dos cães de guarda, ainda bastante utilizados para proteção de residências e de outras áreas, na medida em que devem ser instrumento de violência quando requisitados, seja como potência (gerando medo), seja como ato (mordendo). Ao mesmo tempo, não se espera de um cão de guarda que seja pacífico com todas as pessoas, precisa ser agressivo com estranhos. Também não pode ser agressivo com todos, deve manter interações pacíficas com os moradores da casa e, talvez, com visitantes costumeiros, mas devem ser agressivos com invasores. Dessa forma, cães policiais de função de violência declarada e cães de guarda servem para morder, não a todos, mas a quase todos. Isso significa que ele precisa ter alguma medida de agressividade em seu comportamento.

Nos projetos de lei estudados por Bevilaqua (2014), o controle da agressividade canina também surge como questão:

Nas justificativas que acompanham os projetos de lei, a agressividade canina é percebida como particularmente preocupante quando parece não corresponder a padrões estáveis, previsíveis e, por assim dizer, razoáveis. O ataque de cães pit Bull a pessoas humanas, afirma-se, “beira a insanidade mental de tão injustificado e imotivado” (PL 171). Também se enfatiza a “instabilidade” dos cães pit bull e rottweiler, descritos como “cachorros assassinos” (PL 184). São mencionados, ainda, ataques de cães “a pessoas da própria família que os cria” (PL 326). (BEVILAQUA, 2014, p. 219)

Em dois dos quatro canis que estudei, constatei durante o trabalho de campo para a elaboração da dissertação de mestrado e da tese de doutorado, que havia cães considerados violentos, cuja agressividade era problemática. Nos dois casos, esses cães eram conhecidos e citados por terem mordido seus condutores, o que fazia com que poucos policiais os manuseassem. Em um desses casos, o cão em questão ficava em um *box* isolado, ao fundo, como se estivesse escondido ou fosse a última opção, quase uma não opção. Mais do que a mordida, a imprevisibilidade do comportamento agressivo era apontada como principal motivo para serem considerados perigosos. Ou seja, mais do que violentos, eram considerados traiçoeiros, desleais, imprevisíveis.

O que chama a atenção é que, aos olhos de um *outsider*, todos aqueles cães pareciam agressivos. Essa foi, muitas vezes, minha primeira impressão, acompanhando treinamentos de cães de busca e captura. Quando ativado, o cão usava de toda sua agressividade para morder. Quando desativado, muitas vezes ficava brincando com seus treinadores da mesma forma que fazem cães *pet*. O que estava em jogo, então, eram o controle e direcionamento da violência canina.

No âmbito jurídico do controle dos riscos oferecidos à sociedade pelos *cães perigosos*, Bevilaqua (2014) aponta que nem todas as formas de agressividade canina são problemáticas os olhos da justiça:

Em síntese, a agressividade canina é percebida como não-problemática quando parece compatível com uma racionalidade humana. Desse modo, não são previstas punições quando a agressão ocorre em legítima defesa de si mesmo e dos seus; quando constitui revide a uma provocação; ou ainda quando se trata de uma violência exercida no âmbito do monopólio legítimo do Estado. (BEVILAQUA, 2014, p. 220)

De acordo com o discurso dos *cachorreiros*, esses cães, cujas imagens geram medo a partir de representações de violência sobre sua raça, passaram por um processo de obsolescência e caíram em desuso. Para isso, apresentam diversos motivos. Um desses é relacionado diretamente à sua agressividade. Seriam cães considerados inaptos ao contato social por não serem considerados sociáveis.

A gente tinha cachorros ótimos, com o drive lá em cima, porém o cachorro não era sociável. Aí como é que você vai levar esse cachorro pra uma busca, onde vai ter uma criança, um adulto, um idoso, que acha que, por num passado próximo ter tido contato com os cães nossos, achar que aquele cão é dócil também. (*Cachorroiro 3 - bombeiro*)

Eu não posso levar um Pastor alemão desses, que não é sociável igual os outros, pra uma missão em local público, ali na rodoviária estadual, por exemplo. Teve o caso do Gama lá, você já deve ter ouvido, que o cão mordeu o cidadão. A gente sabe que não foi assim também, que o cidadão estava alcoolizado. Mas o cão mordeu, e aí você imagina o boró. (*Cachorroiro 21 - policial*)

Como foi pontuado há pouco, mas não analisado, em determinado período, pelo próprio contexto de trabalho e de funções demandadas, prevalecia entre os *cachorreiros* a representação positiva sobre cães representados assim. Porém, com as mudanças nas atividades realizadas pelos *cachorreiros*, essa representação positiva do cão perigoso perde

espaço para uma representação negativa do mesmo cão. Essa mudança de representações faz parte do processo de obsolescência, para a atividade policial, pelo qual passaram as raças consideradas perigosas. Pelas raças citadas no artigo de Bevilaqua (2014), é possível que o Rotweiller e o Dobermann sejam considerados perigosos. São essas duas raças que primeiro caíram em desuso, sendo que Pastores alemães ainda são encontrados em número significativo nos canis policiais. Sua queda é seguida da ascensão de outra raça, o Pastor Belga de malinois. Com físico esguio, seu potencial de violência, medido pelo dano causado pela mordida, é provavelmente bem menor.

Os três cães, as três raças principais de cães que sempre trabalharam aqui seria o Rotweiller, o Dobermann e o Pastor alemão. Mas com o passar do tempo hoje aqui nós já não temos nem Rotweiller nem Dobermann. Nós temos Pastor alemão. E o Labrador também que sempre existiu, que era pra cães de drogas. Mas hoje nós evoluímos igual, igualmente acompanhando a evolução das polícias do mundo inteiro, a gente adquiriu esses cães hoje da raça Malinois né, o Belga de Malinois, que é uma tendência mundial, que é um excelente cão. É um cão que, digamos assim, dá menos problema de saúde que o Pastor Alemão, e tem o mesmo vigor físico, ou até melhor, porque o Pastor Alemão ele tem problema de displasia. (*Cachorroiro 8 - policial*)

À época em que eram utilizados, Rotweillers e Dobermanns não eram treinados para serem sociáveis, ou seja, a interação pacífica com a população civil não era uma das preocupações dos *cachorroiros* ao selecionar, formar e treinar seus cães. Até meados do início do século XXI, o controle de distúrbios e o policiamento ostensivo, bem como as situações de abordagem que dele derivam, eram as únicas tarefas dos cães policiais. Nelas, o controle de agressividade que interessava era a confiança de que ela não seria direcionada ao condutor. Além disso, o cão deveria parecer violento, para exercer a *força enquanto potência* (MUNIZ; PROENÇA JUNIOR, 2013). Também deveria estar apto a ser violento e exercer a *força enquanto ato* (Idem). Em conjunto, isso o tornaria apto para todas as atividades que lhe fossem demandadas.

Com o surgimento de novas formas de uso do cão na atividade policial, especificamente as atividades de detecção e de busca e captura, mudanças aconteceram no campo do trabalho dos *cachorroiros*.

Quando eu cheguei o pessoal ainda usava o cão mais pra distúrbio civil. Então era o que? Papuda vivia em rebelião... Ainda tinha um certo resquício do regime militar, mas, certo, que eu não peguei. Mas o cão era o quê? Pra ficar do lado do policial e morder. O cão só tinha que, entre aspas, o cão, chamava o cão pra morder, aquele que se aproximasse, morde. Hoje não, você tem que fazer com

que o cão busque aquilo que você precisa encontrar. Então é uma droga? Ele tem que buscar aquela droga. É uma pessoa que fugiu, é um bandido? Então tem que buscar aquela pessoa. É papel moeda, como eles usam lá fora? Aqui no Brasil a gente ainda não usa *né*. Então onde é que tá? Encontra e indica. Nós não usamos, mas o Ministério da Agricultura tá querendo usar pra pesquisa de produtos orgânicos. Então hoje o pessoal tá querendo usar o cão pra tudo, pra detecção de doenças *né*, em pessoas, então já tá usando o cão pra buscar, buscar aquela substância *né*. (*Cachorro 20* - policial)

Não são apenas novas formas de treinar e conduzir os cães, mas também novas situações de contato com a população civil. Além disso, as demandas recebidas incluem atividades em espaços antes não frequentados pelos cães policiais, como embaixadas, aeroportos ou rodoviárias. Nestes espaços, o uso da força tanto como potência quanto como ato não pode, segundo os policiais, ocorrer da mesma maneira que em uma abordagem em uma região administrativa outra que não o plano piloto, a Ceilândia, por exemplo, ou em um cumprimento de mandado de reintegração de posse.

Então é um papel difícil para a polícia militar, mas nós estamos buscando, e esse trabalho com o cão nos auxilia a manter uma proximidade junto com a população. Até por exemplo na vistoria, na abordagem de ônibus com cães, ou de locais, as pessoas sentem confiança, não se sentem ameaçadas com o cão que tá ali pra fazer a parte principalmente de detecção. Já é diferente um pouco de quando você emprega o cão com atividade de controle de distúrbio, ou policiamento, que você sabe que é um cão que já tá com o perfil de fazer um confronto. (*Cachorro 11* - bombeiro)

O que muda primeiro, então, são as formas e situações de uso dos cães. É a partir delas que surgem as incompatibilidades de determinadas raças para a atividade policial. O discurso dos *cachorritos* justifica a substituição das raças antes utilizadas pelas de Pastor Belga de Malinois, basicamente, em termos de eficiência:

Antes nós tínhamos aqui Pastor Alemão, Dobermann, Rotweiller e Labrador, essas raças predominavam aqui. Nós já tivemos Cocker Spaniel, pequeninho, Spring Spaniel, é, Stanfordshire, também trabalhamos com Stanfordshire. Só que Malinois ele tomou de conta da polícia no mundo. Então não é só uma exclusividade brasileira, no mundo inteiro se adotou o Malinois. Então assim, inclusive aqui, nós temos aquele pastor cinza *né*, temos o pastor cinza aqui. Mas, em termos de trabalho, o Malinois ele é excepcional. É um cão que não cansa, é um cão que gosta de trabalho, tem uma gana pelo trabalho muito forte *né*. Então assim, eu creio que o Malinois ele vai ficar por muito tempo. Até chegar um outro cão com mais vontade de trabalhar que o Malinois, tá difícil. Então essa é uma vantagem *né*, desse cão. De nós termos abolido os outros cães. Não que os outros não funcionasse, não. É porque a gente conseguiu encontrar um cão ideal. (*Cachorro 12* - policial)



Dobermann tá praticamente extinto. Você não houve falar: vê um Dobermann aí. São poucos. Aqui no canil temos um policial que cria Dobermann. É o único que tem Dobermann aqui, que eu conheço em Brasília que ainda tem, que gosta. Mas ele cuida desde [estralo com dedos]. Quando eu entrei no canil ele já tava, ele já tinha Dobermann. Então assim, é um cara que já há muito tempo cuida desse tipo de raça. E essa raça sumiu, você não vê mais por aí. Todo mundo tinha aquela mística: o dobermann vai inchar o cérebro, vai morder todo mundo. É conversa [risada], é lenda. Aí os outros cães foram engolidos pelo Malinois. Malinois ele veio assim mesmo como um tsunami né. Tanto pra faro de droga, que precisa de um cão mais controlado, quanto pra busca e captura, que tem que chegar lá no objetivo, um cão pra realmente morder.” (*Cachorroiro* 12 - policial)

A primeira impressão é de que a mudança das raças predominantes da atividade policial com cães se deu por questões meramente práticas, de eficiência, de otimização da relação custo-benefício, assim como de adaptabilidade prática às novas situações de trabalho. Porém, reduzir essa mudança à sua dimensão prática é abdicar de seu conteúdo simbólico<sup>151</sup>.

Para se afirmar as possíveis relações entre a escolha de cães de determinadas raças e as categorias sociológicas, como as socioeconômicas tradicionais, é preciso realizar estudos específicos. Porém, no campo do senso comum, é plausível defender a existência de uma crença de que a raça do cão tem muito a dizer sobre seu dono. Nos diversos estudos sobre a relação entre humanos e *pets*, pesquisadores se depararam com essa crença, tanto por parte dos sujeitos de suas pesquisas, quanto por parte de si mesmos:

Ouvi de um criador de Afghan Hound – cão reconhecido por seu andar elegante apesar de seu enorme tamanho – que ele sabe exatamente como uma pessoa é pela raça que cria. Ele disse isso ao fazer menção aos criadores de Labrador que, segundo ele, “são pessoas com espírito de pobre” e com quem, portanto, ele não se “mistura”. Esse comentário foi devido ao fato de, na final de uma Exposição em que um Labrador concorria ao Best in Show, os criadores da raça (que até então era um grupo de amigos, que, mais tarde, separam-se por causa de disputas internas pela autoridade sobre a raça) gritavam, aplaudiam, assoviavam para chamar a atenção do juiz para o cão da preferência deles e, por conseguinte, desconcentrando os demais animais em competição. Os criadores de Rottweiler, por exemplo, são sempre mais sérios, se vestem com roupas mais despojadas e são vistos como "encenqueiros" pelos cinófilos. Mais de uma vez, presenciei brigas dentro da pista de Rottweiler com ameaças verbais, que se estenderam para a área de pré-pista. (OLIVEIRA, 2006, p. 120)

---

<sup>151</sup> O valor dos bens depende mais do seu valor cultural (de signo) do que do seu valor de uso ou de troca [...]. O que vale também para os cães. Quando se escolhe determinada raça em detrimento de outras, o consumidor está, além de definir a utilidade desse cão (caça, companhia, guarda/ proteção), em busca de um signo que o satisfaça/represente socialmente, mesmo que na maioria das vezes este ato seja realizado de forma inconsciente [...]. Tudo porque, na realidade, a simbolização e o uso dos cães como bens materiais são estrategicamente “comunicadores, ou seja, mediadores simbólicos e sociais e não apenas utilidades”. [...] (OLIVEIRA, 2006, p. 11)

Se tomarmos, então, como existente essa representação social sobre humanos com cães, na qual as características atribuídas aos cães são também remetidas ao seu dono (IRVINE, 2012), direta ou indiretamente, a mudança das raças utilizadas pelos *cachorreiros* pode ter uma dimensão simbólica desatrelada de sua dimensão prática. Nesse ponto cabe destacar que, em trecho citado acima, o *cachorreiro* entrevistado diz que praticamente não se vê mais Dobermanns, como também criadores dessa raça. De certa forma, todas as três raças que perderam espaço nos canis policiais para o Pastor Belga de Malinois, também perderam espaço na sociedade em geral para outras raças.

Mudanças de preferência por raças, nas mais diversas formas de relação humano-cão, ocorreram no decorrer de nossa história conjunta. Algumas dessas mudanças estão relacionadas com o que Oliveira (2006) aponta como modas de raças, ou raças da moda. As raças da moda são aquelas que, por motivos diversos, se encontram na posição de preferência pelos compradores, como foi o *Poodle* no Brasil da década de 1990, e como é hoje o *Shi-tzu*.

Retomando o fenômeno social da criação de cães de estimação na Inglaterra, Thomas (2010) destaca como mudanças na sociedade, principalmente nos padrões de comportamentos e nas atividades praticadas pelos indivíduos refletiram na vida dos cães, antes predominantemente companheiros de caça e esportes dos homens, e de reclusão doméstica das mulheres. Nesse processo, algumas raças de grande porte passaram a integrar o convívio familiar. Nos lares, encontram também a função de guarda, na qual Rotweillers, Dobermanns e Pastores Alemães foram largamente utilizados no Brasil até pouco tempo<sup>152</sup>. Sobre a existência dos cães de guarda enquanto diferentes dos cães de companhia também criados nas residências familiares, Lima afirma:

É possível perceber uma distinção entre animais “propriedade da família” (cães de guarda e alerta e gatos para caçar ratos), mantidos exclusivamente ou preferencialmente nas áreas externas, e os animais que se tornavam “membros da família”, quase sempre cães de raças de pequeno porte, que tinham acesso livre aos espaços íntimos das casas civilizadas. (LIMA, 2016, p. 59)

Em sua tese sobre mudanças nas sensibilidades de humanos para com animais não humanos, Maria Helena Lima traz, adaptados na forma de quadros, dados relativos às raças

---

<sup>152</sup> Até o final do século XX, as raças valorizadas no Brasil eram aquelas voltadas para guarda, como dobermann, rotweiller, pastor alemão e fila brasileiro. Tanto no ambiente rural quanto no urbano, o padrão era manter os animais nas áreas externas da casa e alimentá-los com restos de refeições. (LIMA, 2016, p. 58)

mais criadas no Brasil em quatro momentos, espaçados entre si em dez anos, obtidos do artigo de Godinho (2010).

O primeiro desses quadros, referente ao ano de 1978, aponta que as quatro raças mais criadas no Brasil, com seus respectivos quantitativos populacionais registrados, eram o Dobermann (1342), o Cocker Spaniel (1325), o Boxer (1151) e o Fila Brasileiro (1029). Já em 1988, essa lista era composta pelo Poodle (7402), Pastor Alemão (6072), Fila Brasileiro (4787) e Dobermann (4310). Dez anos depois, novamente a lista sofre alterações, e passa a ser encabeçada pelos Rotweillers (21400), seguidos pelo Poodle (12700), Yorkshire Terrier (7092) e Cocker Spaniel Inglês (5560). Por fim, a lista dos cães mais criados em 2009 tem como primeiro colocado o Shi-tzu (14500), seguido do Yorkshire Terrier, do Maltês (6473) em terceiro lugar e, em quarto, do Golden Retriever (4683).

Os dados trazidos por Lima (2016) oferecem possibilidades de análises sociológicas sobre a relação entre humanos e cães, em especial, no que diz respeito à sua função. Nos anos de 1978 e 1988, três das quatro raças mais criadas são de cães de grande porte, tradicionalmente utilizados como cães de guarda. Apenas uma das quatro raças mais criadas, em cada um desses anos, era de uma raça tradicionalmente utilizada enquanto animal de companhia e de pequeno porte. Esses números sugerem que a principal posição dos cães nos domicílios brasileiros era de cães de guarda.

Já nos anos de 1998 e 2009, as raças de pequeno porte invertem o jogo e assumem três das quatro posições. Em 1998, a raça de grande porte que permaneceu entre as mais populosas foi a dos Rotweillers. Porém, em 2009, são os Golden Retrievers os cães de grande porte que figuram na lista. Apesar de tamanho e pesos semelhantes, Golden Retrievers e Rotweillers possuem diferenças na forma como são utilizados e representados. Enquanto os últimos figuram entre as raças perigosas, os primeiros são tidos como animais amigáveis, frequentemente presentes nos lares enquanto animais de companhia. Possivelmente estão entre as raças que mais aparecem em comerciais de televisão como componente canino de famílias tradicionais. São gigantes gentis, e não gigantes bravios, como são representados os Rotweillers.

É possível que as mudanças nas raças mais criadas sejam reflexo de mudanças na sensibilidade das pessoas para algumas formas de violência, como, no caso, a violência perpetrada por cães e outros animais. Não que essa nova sensibilidade esteja atrelada à

uma representação de que a polícia seja menos violenta, afinal a violência policial tem produzido números cada vez mais altos. Mas que a violência produzida por animais passa a ter uma conotação cada vez mais negativa e se torna indesejada, um risco a ser eliminado, como por exemplo, através do direito (BEVILAQUA, 2014).

No caso dos cães policiais parece haver uma ambiguidade: enquanto a atividade policial, em geral, tem se tornado mais e mais violenta, o policiamento com cães assume contextos menos violentos, provavelmente em função da diversificação das funções que o policiamento com cão tem tomado. Seria possível supor -e isto ainda carece de mais pesquisas- que a consequência não prevista desta mudança seria que, contrariamente ao conjunto da atuação policial, o policiamento com cães caminhará para uma redução da violência. O que poderia, em última instância e também como consequência não prevista, contribuir para alterar a relação polícia- sociedade. Senão no geral, ao menos no tocante ao policiamento com cães. Este é um achado desta tese que talvez valha a pena investigar mais a fundo

É possível também que a preferência por algumas raças, menores e representadas como amigáveis e afetivas, seja reflexo do crescente individualismo e da volatilidade das relações afetivas típicos das sociedades modernas líquidas (BAUMAN, 2001; 2017), o qual leva as pessoas a buscarem nos *pets* companhias que atendam às suas demandas individuais, afetivas, íntimas, e sociais, como a distinção ou o pertencimento. Nesse caminho, as mudanças das raças preferidas estão atreladas também ao contexto de crise das identidades (DUBAR, 2009), nas quais o cão assume as posições de produtor e resultado das identidades para si e para outrem.

Um ponto chama a atenção nos números compilados por Lima (2016): o crescimento da população geral dos cães. Em 1998, o total populacional registrado era de 57800 cães, enquanto em 2009 esse contingente era de 96100. Somado ao aumento populacional, a composição das raças mais criadas em 2009 aponta para um contexto de domínio das raças de pequeno porte em comparação às raças de grande porte destinadas à guarda e segurança. Esse novo contexto, salienta a autora, indica também um contexto de crescimento do mercado *pet*, o qual atende, em sua maioria, cães de companhia.

Por fim na lista de 1978, a população das quatro raças listadas era bastante próxima. Na lista seguinte, de 1988, a raça mais criada, dos Poodles, começa a se distanciar das que ficaram abaixo dela. Em 1998, primeiro e segundo lugar, Rottweiler e Poodle, aumentam

ainda mais a diferença entre suas respectivas populações e as demais, o que se repete na lista de 2009, mas com as raças Shi-tzu e Yorkshire. Isso aponta, possivelmente, o que Oliveira (2006) chamou de raças da moda. Por estarem em maior evidência na sociedade, nos meios de comunicação, no ambiente urbano e no ambiente de convivência privada dos indivíduos, por diversos motivos, tornam-se mais desejadas, o que faz com que represente um campo fértil para a compreensão sociológica.

Oliveira (2006) defende que o consumo de animais de estimação – sendo o *pet* a mercadoria consumida – é uma relação de troca em que o valor de uso do animal é menos decisivo que seu valor simbólico. Já foi dito algumas vezes, no decorrer desta tese, que o animal de companhia, e as representações sobre ele – como as sobre sua raça – impactam na identidade de seu tutor (IRVINE, 2012). Nesse caminho, uma das dimensões sociológicas do consumo de cães é sua dimensão de distinção social (BOURDIEU, 1983). Outra dimensão é a do consumo como forma de identificação (DUBAR, 2009), onde a escolha do cão se relaciona com o esforço em construir uma identidade. Daí temos as representações, muitas vezes estereotipadas, de cães de mulher e cães de homem, cães de marombeiros e cães de família, cães de crianças e cães de idosos, dentre outros.

A passagem do cão de guarda para o interior da casa, como cão de companhia, também impacta em esferas macrossociais, como no mercado e na indústria *pet*. Osório (2019) aponta que representações sociais, do cão como eterna criança ou como fonte de um amor incondicional, orientam o comportamento de consumo dos seus tutores. O crescimento do número de animais na condição de membros da família, algumas vezes com privilégios singulares, mudou a forma do mercado e dos produtos oferecidos, como aponta Segata (2012), transformando lojas agropecuárias em *pet shops*.

As duas raças que estão na frente da lista de 2009 são ainda raças que podemos considerar como *na moda*. Dificilmente, ao caminhar pelos espaços urbanos públicos, frequentados por tutores e seus cães, não nos deparamos com representantes dessas raças, principalmente Shi-tzus. Em um momento de reflexão individual, cada pessoa que se lembre dos cães de pessoas próximas e conhecidas, ao listar tais animais, provavelmente vai constatar que a maior parte deles é constituída por raças pequenas, peludas e fofinhas, como Shi-tzus, enquanto a menor parte é de cães de grande porte.

Sobre a redução do uso de cães de guarda, é possível supor que estejam também relacionadas questões do campo da segurança. Da virada do século até os dias atuais, o

campo da segurança privada passou por diversas mudanças em suas estratégias e nos equipamentos colocados à disposição dos consumidores. Os sistemas de câmeras, sensores de movimentos e alarmes passam a ser cada vez mais presentes nas residências das classes médias e altas. Serviços de vigilância de bairros e ruas com possibilidade de monitoramento à distância também passam a figurar enquanto produtos disponíveis para proteção em resposta ao medo da violência urbana.

Enquanto tecnologia de segurança residencial, os cães de guarda se tornam cada vez mais obsoletos e sua função passa a ser cumprida por outras tecnologias. Longe de acabar, o espaço para os cães de guarda diminui. À revolução digital, soma-se a verticalização dos espaços urbanos. Em apartamentos, cães de guarda não são necessários. Também nas expansões urbanas horizontais, a partir de condomínios fechados, a necessidade desses guardiões caninos é menor do que nas residências fora deles.

Nesse sentido, é possível supor que os cães dessas raças perdem capital social, perdem capital simbólico ligado à vida humana e, assim, perdem espaço na realidade social. Essa perda de capital simbólico é acompanhada da perda de lugar na sociedade, e nas representações sociais que a compõem. Por exemplo, o Rottweiler já foi representado como um cão de homem, que trazia consigo símbolos de virilidade, o que fazia com que fosse preferido grupos nos quais é presente a exaltação da masculinidade. Atualmente, quando observamos as raças mais buscadas por esses mesmos grupos, encontramos cães das raças American Staffordshire e Pit Bull, possivelmente os novos portadores de signos da masculinidade. No caso dos cães de guarda, é o valor simbólico de garantidores da segurança que acompanha o declínio de sua criação por canis voltados para o mercado.

Da mesma maneira, a perda desse capital simbólico ocorre no campo do policiamento com cães. Os símbolos emanados por cães dessas raças perdem seu valor para a atividade policial que, com suas novas formas de atuar com cães, precisam de novos elementos simbólicos. O cão que impunha medo, antes valorizado exatamente por isso, agora é, pelo mesmo motivo, desvalorizado. Impor medo e morder não são mais consideradas as principais funções do cão policial – da mesma maneira que o controle de distúrbios civis também não figura mais entre as principais atividades dos *cachorreiros* - embora ainda integre seu rol de atuação.

Ao apontar a obsolescência de algumas raças e a prevalência de outras por questões de eficiência prática, o que fica no campo do não-dito é a própria obsolescência de um tipo

de atuação policial centrada na repressão e no uso da força em favor das vontades do Estado e de seus governantes, em oposição a uma atuação policial de contornos democráticos. A opção por incluir treinamentos de sociabilidade na rotina dos cães, como a inclusão do controle total da agressividade entre os requisitos básicos dos cães policiais, reflete demandas oriundas das novas formas de interação entre polícia-sociedade que deveriam compor a rotina de trabalho dos *cachorreiros* nos dias de hoje. Se há algum tempo as unidades especializadas saíam de seus quartéis quase que apenas para reprimir protestos e outras ações e movimentos sociais, atualmente saem, quase diariamente, também para outros tipos de operações em locais públicos, como a fiscalização de ônibus em rodoviárias, onde ocorrem diversas interações entre *cachorreiros*, cães e população em geral, como atestam os depoimentos abaixo.

O aumento das formas de uso do cão reflete um aumento das demandas recebidas pelos canis policiais. Se antes essas unidades eram responsáveis por demandas já citadas de ronda ostensiva e contenção de distúrbios, com o acréscimo dos cães de detecção e de busca e captura, o leque de chamados e de competências específicas aumenta em número e diversidade. Num contexto de excesso de demandas e escassez de recursos caninos e humanos, a versatilidade surge como categorial relevante na avaliação de aptidão do cão ao trabalho. Nesse ponto, o Pastor Belga de Malinois é apontado como um cão mais versátil que os outros, permitindo que sejam treinados para dupla aptidão, ou seja, para emprego em mais de uma das funções acima citadas:

Então o que que a gente, hoje, busca no batalhão? Raças que tem, no mínimo, dupla aptidão. Principalmente, hoje, noventa por cento do nosso plantel canino tá entre o Pastor Alemão e o Pastor Belga de Malinois. Porque são raças mais versáteis, são raças que podem ser empregadas nesse trabalho de dupla aptidão. Então, o que seria essa dupla aptidão? Eu posso fazer tanto o faro de drogas, ou explosivos, e fazer mais a parte de captura, ou de proteção. Diferentemente de outras raças que nós trabalhávamos. Então já trabalhamos com Rottweiler, já trabalhamos com Labrador. Mas são raças que vai ter uma destinação específica. O Labrador eu vou trabalhar a parte de faro, mas eu não tenho como fazer um cão de proteção. O Rottweiler eu já vou fazer um cão de proteção, mas, pra fazer a parte de faro já fica um pouco mais restrito. Então hoje nós trabalhamos basicamente Pastor Alemão e Pastor Belga de Malinois. Mas nada impede que nós trabalhemos com outras raças. (*Cachorreiro* 18 - policial)

Especificamente sobre a versatilidade enquanto categoria norteadora da seleção dos cães policiais, trato no próximo tópico. Aqui, cabe destacar as mudanças do trabalho dos *cachorreiros* e, conseqüentemente, das formas de interação com a população em geral.

Ainda entendendo a polícia como definiu Bittner (2003), como um dispositivo de distribuição de coerção, as mudanças nas raças de cães utilizadas pela polícia, e nas funções por eles exercidas, possivelmente fazem parte da seleção dos “*meios e modos que expressam tudo que ela passa a ser capaz de fazer*” (MUNIZ; PROENÇA JUNIOR, 2013, p. 121):

A decisão do governo de autorizar determinados armamentos e de alguns de seus modos de uso corresponde à sua proposta do que julga adequado ter como capacidade coercitiva da polícia; expressa um projeto de força para a polícia como instrumento da política de Direitos Humanos e segurança; faz estabelecer a polícia que melhor instrumentaliza de força a administração estatal para permitir uma distribuição consentida e seletiva de coercitividades que produza escassez de violências; concebe tal polícia em todos os detalhes relevantes, circunscrevendo os meios e modos que expressam tudo o que ela passa a ser capaz de fazer. (Idem)

Nesse caminho, os Pastores Belga de Malinois possuem grande eficiência e versatilidade para atuar nas diferentes funções, sejam as tradicionais, de violência direta, sejam as mais recentes, de violência comedida. As mudanças nas atividades realizadas pelos *cachorreiros* policiais tratadas neste tópico, estão relacionadas com determinadas mudanças nas formas de interação polícia-sociedade, seja em atividades de relações públicas, seja nas atividades representadas como verdadeiro trabalho policial. Elas refletem mudanças sobre que formas de ação policial – e, principalmente, de violência policial - são consideradas legítimas ou ilegítimas<sup>153</sup>.

Se os dados coletados para esta pesquisa, analisados juntamente com dados de outras pesquisas, não permitem afirmar que as mudanças de raças e de formas de uso dos cães resultam inequivocamente, em uma tendência à pacificação das atividades policiais,<sup>154</sup>, eles permitem apontar para o surgimento de novas formas de interação entre policiais e

---

<sup>153</sup> As expectativas de restrição do uso da força policial aparecem e ganham força em correlação com uma ordem política de monopólio estatal da força coercitiva: a violência difusa, privatizada, torna-se cada vez menos legítima. [...] Dentre as expectativas que constituem a confiança na polícia em contextos democráticos, a noção de que os policiais devem se utilizar da força de forma restrita, “mínima”, é uma das propriedades mais evidentes das interações observadas neste estudo. Nessas expectativas de restrição do uso da força policial, pode-se perceber o resultado do empoderamento do cidadão face à organização estatal e seus representantes, podendo a pacificação ser tida como um dos processos sociais descentralizadores da modernidade. (SUASSUNA, 2013, p. 42)

<sup>154</sup> Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, houve um crescimento de 6% no número de vítimas de intervenções policiais e um aumento de 7,1% no número de policiais assassinados em relação aos dados do ano anterior. Cabe destacar que esses são apenas alguns dos indicadores da violência na atividade policial.



paisanos nas quais o uso da força, mediada pelo cão, é sentida pelos policiais participantes da interação como menos intensa.

### *A representação da raça ideal*

Nos canis policiais que conheci, e nesse caso falo especificamente de corporações policiais, os Pastores Belga de malinois eram, certamente, os predominantes, considerados então a raça mais adequada para as atividades de policiamento. Porém, no canil do BBS, os cães dessa raça encontram um forte concorrente, o Labrador, esse sim apresentado como a raça ideal para o trabalho de busca e salvamento. Para tratar da representação dos *cães ideais*, começemos por esse último. O nome de sua raça é Labrador Retriever, o que indica sua função original, auxiliar caçadores de aves aquáticas buscando e recolhendo os corpos daquelas abatidas no ar. Para isso, esses cães foram treinados como excelentes nadadores, adaptados para locomoverem-se em terrenos pantanosos e irregulares.

Apesar de sua origem estar relacionada à caça, atividade que de certa forma remete à agressividade ou à violência, os animais dessa raça são representados como amistosos, sociáveis, brincalhões. São recorrentemente indicados para compor famílias com crianças (LIMA, 2016). Sua simpatia é reconhecida amplamente. Há alguns anos, um *meme* que circulava nas redes sociais apontava o tenista Guga como um labrador-humano, como referência à sua simpatia, afabilidade e carisma. Segundo reportagem da Revista Veja, de 12 de agosto de 2016:

As transmissões dos Jogos Olímpicos pela Globo se tornaram mais alegres neste ano, com o convite da emissora a Gustavo Kuerten, o Guga, para ser comentarista das disputas. Carismático, o tenista aposentado é só alegria em todos os jogos, exibindo um sorriso no rosto quase sempre que é filmado. Os usuários das redes sociais, claro, não poderiam deixar passar esse fato em branco e já deram um apelido carinhoso a Guga: labrador humano. Nesta sexta-feira, o comentarista acabou descobrindo que é chamado assim na internet e respondeu... com mais alegria [...]. (Fonte: Site Revista Veja<sup>155</sup>)

No discurso dos *cachorreiros* bombeiros, o Labrador ocupa sempre um lugar de destaque enquanto cão de trabalho:

---

<sup>155</sup> Disponível em <<https://veja.abril.com.br/cultura/guga-descobre-apelido-de-labrador-humano-e-comemora/>> Acesso: 30/11/2020

Nós gostamos de trabalhar com Labrador aqui porque é um cão que se adapta muito fácil à água, adora o mato e escombro ele se adapta muito fácil também. E é um cão que é visto pela sociedade como um cão pacífico né, então isso também reflete em outras operações que nós temos aqui que é de cunho social né. Imagine a gente indo *prum* evento cheio de criança e com um Pastor Alemão, que é tido como um cão de guarda e proteção ali, então requer um certo cuidado né, não porque seja ruim, mas porque o estereótipo dela já assusta né. Então a gente opta por trabalhar mais com Labradores aqui, apesar de termos Pastores [Alemães] e Pastores Belga de Malinois. (*Cachorro 5 - bombeiro*)

A gente usa, já desde quando nós começamos e até hoje a gente tem, que é o labrador, o retriever do labrador, tá. Por que o retriever do labrador? Uma que é um cão muito rústico, muito forte. Ele tem uma pelagem curta. Porque aqui no centro-oeste, principalmente aqui no DF, a gente tem períodos de muita seca e períodos de muita chuva. Se eu pegar um cão no período de muita chuva, um cão com a pelagem longa, por exemplo, e molhar essa pelagem, o pelo seca, mas a pele do cão ela demora em torno de setenta e duas horas pra secar. Quer dizer, dá aparecimento de bactérias, fungos, feridas. A gente já perde esse cão né, porque ele vai ter que parar pra tratar. Então essa é uma das características primordiais que a gente tem no labrador. Rusticidade, pelagem, docilidade, ele é um cão muito dócil e é um cão que gosta muito da brincadeira, e o nosso trabalho ele é todo voltado pra brincadeira. Não tem nada de petisco não, tudo na base da brincadeira. E também uma coisa superimportante que a gente se preocupa muito é a visão da população em relação aos cães. Por exemplo, como nós vamos trabalhar com pessoas, nós vamos resgatar pessoas, a visão que a pessoa vai ter quando vir um Labrador é de que é um cão tranquilo. A própria vítima vai se tornar mais tranquila. Diferente dela chegar e ver o Rotweiller. Nada contra essas raças, mas são raças específicas pra guarda, são raças específicas de proteção. Que não seja pra esse trabalho nosso, podem também, se bem treinados, desempenhar o mesmo trabalho, mas a visão daquela pessoa já vai ser um pouco diferente. A gente faz socialização em rodoviárias, em *shopping center*, pra ter essa aproximação com os cães. A gente usa também o Pastor Alemão tá. O Pastor Alemão também é outra raça que a população olha e vê... é um cão de guarda, é, mas também é um cão mais dócil, é um cão que aceita muito toque, aceita muito isso. (*Cachorro 9 - bombeiro*)

Os cães aqui, não sei se você chegou a ver os cães, eles são dóceis pra caramba. Reagem muito bem ao contato com a população. São dóceis, o labrador né, são meigos, muito meigos, e aí a criança cai matando [risada longa] A comunidade nos recebe muito bem, de braços abertos. (*Cachorro 1 - bombeiro*)

Novamente, para além das questões práticas de desempenho dos cães, são os elementos simbólicos que envolvem os Labradores que são acionados pelos *cachorros* para justificar seu uso em suas atividades. Não que questões objetivas como a pelagem curta, a mobilidade estável em terrenos irregulares e a adaptação ao meio aquático não sejam importantes para sua escolha enquanto ferramenta de trabalho dos bombeiros, obviamente o são. Mas, ao lado dessas características, os bombeiros destacam características que estamos aqui considerando como o valor simbólico desses animais para

a sociedade em geral, ou seja, a forma como eles supõem que esta normalmente os representam:

Labrador é Labrador né, Labrador é Labrador, onde ele chega... Agora o Pastor já gera [medo], só quem conhece mesmo que chega, passa a mão. Então às vezes as pessoas, gera um pouco de receio. Eu digo isso até pela questão do cão guia né, eu trabalhei um tempo lá no cão guia, e gente tinha problema às vezes, com o cão no metrô, por exemplo. Se tem gente que ficava com medo de labrador, imagina entrar com um pastor no meio do metrô. (*Cachorroiro 11 - bombeiro*)

Enquanto símbolo mediador da relação bombeiro- sociedade, o cão da raça Labrador converge para a forma de identificação *para outrem* (DUBAR, 2009) dos bombeiros e, possivelmente, também para a forma de identificação *para si* (Idem), reafirmando os valores que os bombeiros entendem ser próprios de sua profissão (CHADUD, 2013). No senso comum existem representações do heroísmo canino que, historicamente, se relacionam com sua representação enquanto *melhor amigo do humano* (MAZON, 2020). Segundo Baptistella:

Durante a pesquisa ouvi inúmeros casos de altruísmo, bondade e solidariedade de animais de estimação. Eram pets que protegeram suas famílias de ladrões, que acompanharam seus tutores fielmente durante duros problemas de saúde, que abriram mão do próprio alimento para beneficiar outro animal. (BAPTISTELLA, 2015, p. 102)

No caso dos *cachorroiros* policiais, a raça considerada como mais adequada ao trabalho policial é a do Pastor Belga de Malinois. Os animais dessa raça são descritos como máquinas – aqui no sentido figurado de excelência de desempenho -, como cães que possuem muita energia e muita motivação/vontade para o trabalho. Pouco foi falado sobre o que os policiais consideravam como representações prévias, oriundas da sociedade, sobre essa raça, já que seu uso é mais recente que a dos cães de raças tradicionalmente utilizadas.

O Pastor Belga de Malinois é definido como um cão versátil por ser apto para realizar todas as funções desempenhadas pelo canil. São cães que podem ser treinados para latir e morder, como também para farejar. Além disso, podem se tornar cães de *dupla aptidão*, adequando-se ao contexto de escassez de recursos humanos, caninos e materiais:

O Malinois foi considerado, assim, a Ferrari dos... da vida canina pra atividade policial, porque ele é multiuso. Ele serve tanto pra faro, tanto pra demonstração, tanto, entendeu, então pela característica dele, da personalidade dele, o modelo, o padrão dele de personalidade, você pode fazer várias coisas com uma raça só.

Porque você vê, Rotweiller pra policiamento, Golden pra demonstração, Labrador pra faro de narcótico, outro pra faro de explosivo. Não, peraí, dá pra fazer tudo com o que, Malinois, *fap*. Então é mais fácil... Ração, come bem menos do que um Rotweiller. Menos pesado, então significa que a medicação usada é menos também. A gente pensa, é pensado nisso. O custo-benefício é bem maior do que ter várias raças. (*Cachorroiro* 14 - policial)

O discurso sobre a eficiência do Pastor Belga de Malinois encobre uma realidade de déficit de recursos para a atividade policial. Como já foi tratado em tópico do subcapítulo 8.3, os canis estudados sofrem com falta de recursos materiais, tanto no que tange suas estruturas físicas, quanto na prestação de assistência e cuidados básicos aos cães. Sofrem também com falta de recursos humanos e caninos. O discurso dos entrevistados foi consensual em apontar um excedente de demandas em relação à capacidade operacional do canil em atendê-las. Assim, ao destacar os pontos em que o Pastor Belga Malinois superou outras raças, principalmente nas tarefas de detecção, fica no campo do não-dito a incapacidade da instituição policial em responder às demandas a que deveria, principalmente, no enfrentamento ao tráfico de drogas. Ou seja, na falta de outros recursos, a polícia apela para um cão multiuso.

Além disso, a representação da *guerra urbana diária* (SUASSUNA, 2017) traz consigo implicações de cunho instrumental, como a necessidade de superar desigualdades e privilégios dos inimigos, pois, os quais, além de não estarem sob as amarras da lei, possuem mais recursos disponíveis. Assim, a representação do Malinois enquanto um cão mais eficiente dialoga com a representação de atuação em contexto de guerra.

Ao mesmo tempo, o Pastor Belga de Malinois não carrega consigo o estigma do *cão perigoso*. Dessa forma, pode ser empregado nas funções de violência comedida sem gerar o medo e o temor característico do encontro com Rotweillers ou Dobermanns.

Pensando a partir das representações sociais, é plausível supor que, pelo discurso dos *cachorroiros*, ainda não existem representações sociais sobre o Pastor Belga de Malinois que o coloquem enquanto um animal agressivo ou traiçoeiro. Por ser uma raça com menor histórico de presença na realidade social brasileira, não integrou processos de objetificação de representações de violência.

As duas raças representadas como raças ideais são o Labrador, para os bombeiros, e o Pastor Belga de Malinois, para os policiais. Deixando de lado as questões objetivas, como pelagem e adaptação a diferentes ambientes, as questões de cunho mais subjetivo se apresentam como mais relevantes para avançarmos na compreensão sociológica. O

Labrador, enquanto uma raça reconhecidamente carismática e benquista, reforça a identidade valorizada dos bombeiros, representados como heróis da sociedade (CHADUD, 2013). Já o Malinois, enquanto uma raça ainda mais desconhecida por parte da sociedade, embora não possa ainda contribuir para reforçar uma representação positiva sobre o *cachorro* parece não chegar a agregar componentes negativos à identidade profissional, já deteriorada, da polícia com mais estigmas de violência, como ocorre com os cães de raças tidas como *perigosas*.

A mudança das raças utilizadas pelos *cachorros*, e a consequente escolha daquelas que seriam ideais, não ocorre enquanto um processo exclusivamente técnico e isolado dentro das corporações, mas em um suposto diálogo com a realidade social na qual se inserem essas corporações e seu trabalho. Em outras palavras, mudanças nas estruturas sociais, e no surgimento de novas demandas colocam polícia e sociedade em formas inéditas de interação. Grosso modo podemos resumir essas mudanças em: agora as pessoas podem e querem passar a mão nos cães policiais e tirar fotos com eles.

Em seu artigo seminal, Clifton Bryant (1979) apontava como o componente zoológico do trabalho poderia afetar, e aqui o termo derivado de afeto é o mais cabível, a forma como o humano sente, vivencia e realiza seu trabalho:

Animals may contribute to, or detract from, the relative occupational prestige of particular vocations, depending on the public context. The animal dimension may even be a significant factor in the degree of work satisfaction or disaffection which people experience on the job. (BRYANT, 1979, p. 410)

Pelo que foi discutido nesta tese até aqui, neste capítulo e nos demais, fica evidente que o cão é um elemento significativo para as vivências individuais e relações sociais dos *cachorros*, seja na dimensão do trabalho em si, seja na relação com os alvos e com os clientes de seus serviços, ou nas interações entre *cachorros*. Mais do que ferramentas que otimizam os procedimentos e práticas da rotina de trabalho, são agentes de intermediação social entre os *cachorros* e diferentes grupos, como também companheiros de trabalho. Apesar de não receberem a mesma individualização que recebem os cães *pet*, são elementos intrínsecos da identidade de seus condutores.

## Considerações Finais

Esta tese foi construída tendo como objeto de pesquisa a relação entre *cachorreiros* e cães, como uma forma específica da relação humano-cão. O objetivo geral foi avançar na compreensão sociológica da polícia, de seus agentes e de sua relação com a sociedade. Durante o percurso da pesquisa, outras questões se revelaram, e tanto o cão de trabalho como o trabalho animal ganharam espaço nas análises. Nesse ponto, a opção pela observação *in loco* do trabalho dos canis, junto com as entrevistas semiestruturadas, permitiu que a interação com os pesquisados contribuísse para os direcionamentos da pesquisa. Em grande parte, foram os *cachorreiros* que chamaram minha atenção para questões que contribuíram para a construção de conhecimento sociológico sobre eles, sobre seu trabalho e sobre sua relação com os cães.

Até o momento, parte da sociologia ainda trata as relações interespecie como um objeto marginal, como objeto de uma sociologia de boutique, como diz Arluke (2003). Isso, apesar da enorme presença dos animais nas diversas esferas sociais, como a religiosa, a econômica e a erótica. Segundo Kruse: “*Human action is embedded in a world populated by many species. By any measure, the role that animals play in human society is enormous. If they truly were as far removed from our lives as they have tended to be from sociology, it would be a bland existence indeed.*” (KRUSE, 2002, p. 377).

Entretanto, a partir do final do século XIX, alguns sociólogos começaram a atentar para a relação humano-animal, acompanhando um movimento já adiantado em outras ciências humanas, principalmente na antropologia, na história e na literatura (GAEDTKE, 2017). Nas décadas seguintes à virada do século, o campo multidisciplinar dos Estudos Animais ganhou fôlego e iniciou sua institucionalização principalmente em países da América do Norte e da Europa (SHAPIRO; DEMELLO, 2010). No mesmo período, a população de animais de estimação e de animais de produção cresce vertiginosamente, e os ecólogos denunciam a redução da biodiversidade, tanto silvestre quanto doméstica, como resultado de ações empreendidas pelos humanos (DIGARD, 2012). Enfim, inicia-se o Antropoceno, que, segundo Zalasiewicz *et. al.*(2010, p. 2231), “*represents a new phase in the history of both humankind and of the Earth, when natural forces and human forces became intertwined, so that the fate of one determines the fate of the other*”. A partir deste contexto, considerar a relação humano-natureza como fenômeno social – e

consequentemente objeto sociológico legítimo – passa cada vez mais a se apresentar como uma escolha de indagação e de pesquisa para a Sociologia.

Neste sentido, as discussões desta tese buscaram construir pontes entre campos de saber como forma de pavimentar um caminho possível para uma chamada sociologia das relações interespecie, não como um campo isolado, mas como um empreendimento científico que vise a avançar na compreensão das relações interespecie como forma de avançar no conhecimento da sociedade<sup>156</sup>.

Além do diálogo com o campo da Antropologia e da História, que em muito contribuíram para esta pesquisa, o diálogo com os campos dos Estudos Animais e dos Estudos Policiais amparou as análises das representações sociais dos *cachorreiros*.

A análise da representação do cão como ferramenta de trabalho revelou a versatilidade deste animal para integrar a sociedade humana atendendo às mais diversas demandas, seja como instrumento de força, seja como mediador de relações, seja como produtor de afetos. As análises efetuadas apontam que a representação do animal de trabalho, centrada na dimensão utilitária, tem sido construída em oposição à representação do cão *pet*, centrada na dimensão afetiva. Porém as representações sociais dos *cachorreiros* revelam que o cão policial oscila, transita, de acordo com a situação e com as expectativas de seus parceiros humanos, entre a posição de objeto e de sujeito, trazendo à tona a principal ambiguidade que marca a relação entre humanos e animais (ARLUKE, 2003; COULTER, 2016; SANDERS, 2000; 2006b; 2007), e que esteve presente em toda a história por eles compartilhada (BARATAY, 2016; THOMAS, 2010).

Vários autores têm, nas últimas décadas, se dedicado a reconstituir a “agência histórica” dos animais, ou seja, a presença e a participação ativa e decisiva de diferentes animais na história das sociedades humanas, incluindo seus mais marcantes eventos como guerras e revoluções [...]. É mais do que sugerir que os animais têm uma história [...], é dizer que as histórias humanas e as histórias dos animais se entrelaçam, se constituem e se desenvolvem mútua e paralelamente, e não podem ser contadas separadamente [...]. (VANDER VELDEN, 2018, p. 10)

Na condição de ferramenta, elementos da representação dos animais como máquinas seguem presentes. A alimentação dos cães é deslocada para o campo da nutrição,

---

<sup>156</sup> [...] toda a observação do mundo da natureza envolve a utilização de categorias mentais com que nós, os observadores, classificamos e ordenamos a massa de fenômenos ao nosso redor, a qual de outra forma permaneceria incompreensível; é sabido que, uma vez aprendidas essas categorias, passa a ser bastante difícil ver o mundo de outra maneira. O sistema de classificação dominante toma posse de nós, moldando nossa percepção e, desse modo, nosso comportamento. (Thomas, 2010 p.71-72)

como se fossem *zoomáquinas* a serem abastecidas (LEWGOY, SORDI, 2012). Sua reprodução é controlada como forma de não apenas replicar o animal, mas também de melhorar as características úteis dos descendentes. Mas a condição de ferramenta não é totalizante do *K9*. A ele são permitidos momentos em que é tratado como *pet*. Durante sua carreira, esses momentos são as premiações, o que é uma contradição em relação ao discurso recorrente de que tratar cães como *pets* não atende à natureza do cão, que seria o trabalho. Ao encerrar sua carreira, o cão aposentado ganha o direito de ser *pet*, residindo, normalmente, com o *cachorroiro* que o conduzia em atividade. Desse momento em diante, sua recompensa pelos trabalhos servidos é viver como animal e estimação.

Sob a representação de uma aposentadoria humanizada, o que se revela novamente é a predominância de sua condição enquanto objeto. Sendo uma ferramenta do trabalho policial, a aposentadoria do cão é um processo de descarte. Ao perder sua utilidade, passa ao *status* de cão inútil, como aqueles das donzelas da aristocracia inglesa setecentista (THOMAS, 2010), e o que lhe resta então é ser um cão de estimação. Para além do processo de baixa enquanto patrimônio da corporação e subsequente doação, o *cachorroiro* que o adota passa a arcar com todos os custos de sua manutenção.

Sobre as representações sobre o trabalho com cães, o binômio humano-cão foi a categoria central para análise. A partir das duas doutrinas sobre o binômio, representações sobre como o trabalho dos canis deveria ser desenvolvido, ficou evidente que, assim como todos os outros campos da sociedade, o grupo dos *cachorroiros* é um espaço de disputas por capital e poder (BOURDIEU, 1986). Diferentes atores buscam reconhecimento interno, direito ao discurso e ao domínio dos regimes de verdades, tanto sobre humanos quanto sobre animais. A competência dos *cachorroiros* é construída nos moldes da competência policial (MONJARDET, 2012), conjugando características pessoais – que podem ser desenvolvidas nos processos de sociabilidade entre *cachorroiros* – e experiência acumulada. O que as difere, principalmente, é que a experiência acumulada deve consistir, em grande parte, de relações intersubjetivas entre humano e cão.

A representação sobre gostar de trabalhar com cães trouxe à tona outras ambiguidades: policiais e bombeiros são motivados a trabalhar nos canis por fatores emocionais – gostar de animais – e pela expectativa de atuação em grandes apreensões de drogas, na perseguição de suspeitos ou/e em outras atividades que envolvem risco, ação e adrenalina. Há também o fato de que alguns não tiveram outro interesse inicial do que a



possibilidade de fazer bico- ganhar um dinheiro extra- ou cumprirem ordens superiores. Para muitos destes o “gostar de animais” veio depois. De todos os modos, a primeira motivação, emocional, logo entra em conflito com a realidade do trabalho com animais: é um contexto muito diferente daquele em que se desenrolam as interações entre humanos e *pets*, afinal, os cães de trabalho são colocados em oposição a eles.

A segunda, de caráter empírico, está relacionada com a busca pelas situações que formariam o verdadeiro policial. Porém, o que a análise das representações sociais revela é que é nas tarefas consideradas como trabalho sujo – tarefas indesejadas, como higienização dos animais, treinamentos físicos e limpeza das baias – que se forma o verdadeiro *cachorro*. Por demandarem muito tempo de interação *cachorro*-cão, o trabalho sujo é espaço para a criação de vínculos afetivos e para o reconhecimento de qualidades individuais que os humanos utilizam para construir a personalidade de seus animais. Aqui, cabe ressaltar, não uma personalidade real, em igualdade à personalidade humana, mas uma personalidade construída a partir das categorias humanas preestabelecidas, como temperamento, disposição e vontade, resultando em uma personalidade virtual do animal.

Analisando os nomes e as formas de nomeação dos cães, ficou claro que as relações interespecíficas construídas são orientadas para a instrumentalização do cão e para a funcionalidade do trabalho do canil, interditando os processos de individualização dos animais por seus condutores. Mas tal ausência de individualização nunca é total: se, por um lado a nomeação dos cães não é livre, pois, em teoria, está sujeita à hierarquia militar, por outro, os *cachorros* normalmente nomeiam seus parceiros caninos. Verdade que nem todos os nomes são permitidos. Apesar de não haver regra explícita, os nomes característicos de *pets*, nomes humanos e que normalmente são proferidos no diminutivo, não aparecem. São nomes de categorias específicas, principalmente relativos a entidades mitológicas e a personagens da cultura popular, seja de filmes, livros ou gibis.

Ao definir um grupo especial de nomes para os *K9*, estabelecem características que os definem como diferentes dos animais de estimação, delineando as fronteiras entre eles. Quando extrapolam esse grupo de nomes especiais, os *cachorros* utilizam nomes que são significativos de sua experiência de vida e que remetem à sua subjetividade. Ao nomear seu cão com seu personagem favorito, a subjetividade humana é compartilhada não apenas com e pelo cão, mas passa a fazer parte do coletivo humano-animal.

Se a repetição de nomes de personagens mitológicos, algumas vezes diferenciados por números que seguem a seus nomes, como Zeus 1 e Zeus, destaca a condição de objeto-ferramenta-máquina do cão policial, os nomes e personagens que remontam a preferências pessoais dos humanos sugerem uma relação de afeto (GAEDTKE, 2017).

Partindo para o momento oposto à nomeação dos cães, que é a sua morte, novamente a diferenciação do cão de trabalho em oposição ao cão *pet* apresenta ambiguidades relevantes. A morte do animal é afastada do canil. Enquanto ferramenta, o cão é substituível, e essa substituição é decorrente da perda de eficiência. O processo de luto pela morte dos *K9* se desenvolve basicamente por seus condutores. Recebem homenagens públicas, em cerimônias ou em publicações em redes sociais, e às vezes também condecorações e honrarias pelo trabalho prestado. Assim, é um processo coletivo, que recebe reconhecimento social, como um ritual de reforço dos valores militares.

Nesse ponto o luto pelos cães policiais se diferencia do luto pelos cães *pets*, que, muitas das vezes, não são reconhecidos socialmente, deslegitimando a experiência afetiva dos tutores que perderam animais representados como parentes ou como melhores amigos.

A análise do luto, através da história do cão Cigano, revela como a trajetória de trabalho conjunto entre *cachorro* e cão, contrariando a condição preponderante de objeto do animal nessa relação, permite a construção de relações afetivas intensas. São relações nas quais os animais às vezes fornecem trabalho emocional (COULTER, 2016) a seus donos, servindo como companhia nos momentos de solidão e como amparo nos momentos de sofrimento emocional (GAEDTKE, 2017; 2019).

Nas diferentes dimensões identitárias dos *cachorros* –coletiva, profissional e individual –, o cão está integrado. Assim como ocorre com tutores e seus *pets*, *cachorros* e cães compõem uma identidade híbrida e cooperativa (IRVINE, 2012). As performances dos cães impactam sobre seus condutores, da mesma forma como a performance dos humanos impactam nas dos cães (SANDERS, 2000; 2006b; 2007). Tomando a forma de uma extensão do corpo do condutor, o cão assume a condição de mediador da experiência de trabalho, integrando sua apreensão subjetiva da realidade.

A identidade dos *cachorros* é representada como mais reconhecida pela sociedade em geral, representação derivada das interações positivas com a sociedade, nas quais policiais e bombeiros relatam se sentirem mais bem tratados, em certa medida, mais humanizados. Aqui o cão é agente mediador do reconhecimento social e das interações

dela decorrentes para os *cachorreiros*, minimizando estigmas relacionados a suas identidades comunitárias, referentes a suas corporações (DUBAR, 2009). É um mediador simbólico, ao agregar atributos que geram empatia e receptividade, possivelmente alterando a representação que o público tem dos seus condutores.

O campo das identidades comunitárias de policial e bombeiro é também um campo de disputas. Os policiais representam a si mesmos como malquistos pela sociedade, ao mesmo tempo em que relatam o desejo de serem reconhecidos como heróis, como seriam os bombeiros. Alguns estudos mostram que a principal representação do senso comum sobre os bombeiros é que são heróis da sociedade, ao arriscarem suas vidas para salvar aqueles que precisam de ajuda (CHADUD, 2013). Mas mesmo os bombeiros relataram se sentir mais bem reconhecidos quando identificados como *cachorreiros*.

A condição de ferramenta do *K9* traz consigo a representação de que o reconhecimento social que recebe é derivado de sua eficiência prática. Já a análise das representações sociais revela que a representação do reconhecimento pela eficiência é oriunda da representação social sobre o verdadeiro trabalho policial, aquele que forma o verdadeiro policial (PORTO, 2017a). Estudos como os de Suassuna (2017) e de Monteiro (2013) Stela (2017), apontam que parte da crise de identidade presente nas representações policiais decorre do fato de que a maior parte do trabalho do policial militar não se refere a isto que é por eles considerado o verdadeiro trabalho policial, ou seja, prisões, apreensão de drogas dentre outros. Tais formas de atuação não chegam a ocupar um terço do trabalho policial; muito do que ele faz pouco tem a ver com a repressão ao crime.

Se, por um lado, o discurso dos *cachorreiros* sobre si, sobre suas atividades e sobre seus cães, refletiu, em grande parte, representações que são típicas da cultura policial – e dos bombeiros -, como a representação de atuar em uma guerra urbana diária (SUASSUNA, 2017), por outro, revelou uma diversidade de representações singulares a seu grupo, compartilhadas com *cachorreiros* de fora de suas corporações e com a sociedade em geral. A análise sociológica das representações, por sua vez, revelou processos de sociabilidade que, em interação entre si, configuram a identidade dos *cachorreiros* e dos canis (DUBAR, 2005), ao mesmo tempo em que dialogam com a identidade de suas corporações, construindo a realidade social daqueles envolvidos nessa teia de relações sociais, tanto humanos quanto animais.

Dando foco para as funções dos cães, a controversa função de relações públicas materializa a luta por reconhecimento das corporações em questão. O discurso dos entrevistados relata a demanda por parte de seus comandos gerais para demonstrações e participação em eventos. Mas essa função é representada como fora das competências de policiais e bombeiros, apontando para possíveis conflitos e tensões entre *cachorreiros* e seus superiores. Se, no passado, ela representava a principal atividade dos canis, atualmente a função de demonstração é indesejada, e para ela destinam cães que não foram considerados aptos para a atividade fim dos canis. Para uma função que não é de polícia nem de bombeiro, cães que não servem para o trabalho de *K9*.

Novamente surgem ambiguidades: apesar das controvérsias e reclamações sobre a função de relações públicas, é nela que os *cachorreiros* e cães vivenciam seu reconhecimento como celebridades. O público principal para os espetáculos com cães são as crianças. Entre elas, a notoriedade dos *cachorreiros* e cães policiais é fomentada pela repetição de suas representações na sociedade, por exemplo, em filmes e desenhos infantis.

Tratando das funções consideradas dentro das competências de policiais e bombeiros, elas são divididas em dois grupos. O primeiro é o das funções de violência declarada, aquelas nas quais o cão é instrumento de violência direta, seja como ato – mordendo ou capturando –, seja como potência – causando medo e inibindo comportamentos. São as funções de ronda e contenção de distúrbios, principalmente. Nelas, o medo da população de certos cães, a representação de que determinadas raças são perigosas (BEVILAQUA, 2014), é vista como positiva. Assim, cães das raças Rotweiller, Dobermann e Pastor Alemão estão entre as preferidas para tais funções, e a mordida é a característica mais valorizada e trabalhada pelos *cachorreiros*.

No segundo grupo, das funções de violência comedida, estão as funções nas quais o cão é instrumentalizado como forma de evitar ou minimizar o uso da força em situações específicas. São as funções de detecção e de busca e captura, além das funções de busca e salvamento. Nelas, o faro é a característica mais valorizada nos cães. Por serem atividades realizadas em contato com cidadãos que não são alvos nem suspeitos, os cães dessas funções precisam ser sociáveis e, mais que isso, precisam não gerar medo nas pessoas. Assim, as raças representadas como perigosas pelo senso comum perdem espaço. Não tendo sido diretamente tratado nesta tese, é importante lembrar que a associação entre o faro canino e o faro policial, ou seja, para o policial, ter faro, é ser capaz de detectar quem

é o criminoso o delinquente e quem é o cidadão de bem ou do bem. Em outras palavras, está-se falando da construção social do suspeito. Aqui no DF um exemplo por excelência deste faro policial é o chamado Kit Peba (Porto, 2017).

Na medida em que as funções de violência comedida são cada vez mais demandadas, ocorre um processo de desprestígio das funções de violência declarada, que reflete na obsolescência de algumas raças em prol de outras.

A mudança das raças utilizadas pelos *cachorreiros* não é um processo isolado dentro de seu grupo. As representações sobre raças revelam relação com mudanças nas representações sociais e na estrutura da sociedade (LIMA, 2016; OLIVEIRA, 2006). A redução do uso de cães perigosos para a atividade policial acompanha a redução da criação de cães de guarda, os quais também eram, preferencialmente, de raças perigosas. Isso sugere uma mudança de sensibilidade da sociedade, que passa a deslegitimar a violência causada através do cão. Não foram realizadas entrevistas com membros da sociedade, esta conclusão está amparada nas representações dos *cachorreiros*.

Essas mudanças nos trazem outra ambiguidade: enquanto a atividade policial, em geral, tem se tornado mais e mais violenta, o policiamento com cães assume contextos menos violentos. Neste caminho, seria possível supor – e, novamente, isto ainda carece de mais pesquisas - que a consequência não prevista das mudanças citadas acima seria que, contrariamente ao conjunto da atuação policial, o policiamento com cães caminharia para um comedimento da violência no uso da força (MUNIZ, PROENÇA JUNIOR, 2013).

Atuando como mediador de interações entre *cachorreiros* e civis, entre polícia/bombeiros e sociedade, os cães funcionam como *lubrificantes sociais*. Apesar de serem animais, os *cachorreiros* os representam como agentes humanizadores de suas identidades - no caso da polícia, uma identidade deteriorada. Atraem a atenção e a curiosidade dos clientes de seus serviços, e tornam mais receptíveis as situações de abordagem. Por outro lado, os KI9 expõem a fragilidade da relação entre polícia e sociedade, dada a forma como sua presença impacta na identidade de seus condutores, atribuindo-lhes características consideradas positivas (IRVINE, 2012), opostas àquelas atribuídas à suas identidades comunitárias (DUBAR, 2009).

O conjunto de análises das diferentes representações que os *cachorreiros* elaboram, e que são singulares a seu grupo, trouxe à tona diversas ambiguidades. Na posição de animal de trabalho, construída na e pela relação interespecífica, os cães são

fundamentalmente ferramenta. Porém, por sua condição enquanto seres sencientes, a relação com o cão ferramenta também se constrói como relação afetiva, intersubjetiva, no que os *cachorreiros* definem como a afinidade que consolida a formação do binômio.

A constante interação com seus cães traz à tona demandas que contrastam com sua representação enquanto ferramentas, e essa ambiguidade é resolvida pela constante oscilação da consideração do cão entre os polos de sujeito de e objeto. Essa oscilação aproxima animais de trabalho, de produção e de estimação. Ao mesmo tempo em que devem obedecer a padrões de performance à semelhança de ferramentas, a eles é concedida a construção de uma individualidade, restrita, se comparada com a concedida aos cães *pet*.

Na medida em que os cães são representados como diferentes entre si e portadores de individualidades, a construção do vínculo afetivo é um processo de domesticação contínuo e recíproco (DIGARD, 2012) – o cão “*domestica*” seu condutor, o qual domestica seu cão. É nessa dinâmica de domesticação retroativa que o trabalho dos *cachorreiros* se desenvolve. Assim, apesar de representados como ferramentas, como objetos passivos do manuseio humano, os cães policiais são agentes ativos na construção das relações com os humanos e, conseqüentemente, de sua realidade social (SANDERS, 2000; 2007).

Cães não são agentes comparados aos agentes humanos, mas dotados de certas formas de agência que se materializam em sua função enquanto mediadores de relações institucionais e interpessoais, em sua participação na construção da identidade profissional individual de seus condutores, e nas relações afetivas que ajudam a construir. A análise sociológica do cão como agente social acompanha o que defende Baratay:

É preciso procurar essa veia que atribui mais ao animal e que permite ver além, pensando nele e o aceitando como um ator por inteiro, diferente é claro, mas capaz. Deve-se, portanto, estudar direta e precisamente esse ator para, por sua vez, melhor compreender as interações com os homens e as reações com os mesmos. (BARATAY, 2016, p. 521)

Os processos de antropomorfização presentes nas relações interespecíficas não são impeditivos para a análise sociológica dessas relações, mas sim dados relevantes para avançar na compreensão da sociedade como um todo. Neste sentido, tomar a relação *cachorro*-cão como objeto de pesquisa permitiu construir conhecimento sobre questões estritamente humanas, como a relação entre polícia e sociedade, a construção de identidades profissionais, a disputa pelo domínio de regimes de verdades e a construção de afetos. Guardadas as devidas proporções, os cães participam da construção social da

realidade, na medida em que integram processos de sociabilidades dos quais resultam as identidades (DUBAR, 2005) e as representações sociais (PORTO, 2010).

A condição de animal de trabalho coloca o cão em contexto bastante diferente daquele em que estão os cães de estimação. Na relação de trabalho, as fronteiras entre humanos e animais são colocadas de maneira diferente de como são nas relações *pet*.

Segundo Baptistella:

As fronteiras entre homens e animais na sociedade se movem, então, conforme os limites do que é considerado interessante ou confortável para os seres humanos em geral. Já no âmbito particular, no cotidiano de cada um, essa mobilidade é mais ampla. São episódios individuais, experiências específicas que fazem com que as fronteiras se redefinam a cada dia. (BAPTISTELLA, 2015, p. 143)

As análises realizadas no decorrer da tese corroboram as afirmações da autora. A representação social do cão de trabalho como ferramenta é limitadora da oscilação do cão entre as posições de objeto e sujeito. Porém, como o trabalho se constitui como uma série de *episódios individuais e experiências específicas*, essas fronteiras são negociadas circunstancialmente entre humano e cão (SEGATA, 2012).

Por fim, apesar das críticas direcionadas por alguns autores à abordagem simbólica dos animais como sendo antropocêntrica (BARATAY, 2016; YORK; LONGO, 2017), a abordagem pela Teoria das Representações Sociais não tomou o cão apenas pela sua condição de objeto da ação humana. Pelo contrário, ao dar atenção para as representações que orientam as ações e o trabalho dos *cachorreiros*, foi possível compreender os papéis desempenhados pelos cães nas diferentes situações. Talvez o sucesso de sua espécie em integrar a sociedade não esteja relacionado apenas com sua versatilidade instrumental para atender demandas humanas, mas também com sua capacidade de estabelecer relações intersubjetivas, compartilhando identidades, criando e mediando vínculos e interações sociais, participando de diferentes formas de sociabilidade e, conseqüentemente, contribuindo para a construção social da realidade. Neste sentido, afirma Vander Velden:

E a história dos vínculos humano-caninos é uma história de associação voluntária entre duas espécies, muito mais do que de ação de uma (humana/sujeito) sobre outra (canina/objeto): é uma história multiespecífica de “coconstituição” ou de “cotransformação. (VANDER VELDEN, 2018, p. 3)

## Bibliografia

- ADAMS, C. *A política sexual da carne*. São Paulo: Alaúde, 2012.
- ADELMAN, M.. *O desafio das amazonas: a construção da identidade de mulheres como atletas e amazonas do hipismo clássico (salto) brasileiro*. In: Antônio Carlos Simões; Jorge Dorfman Knijnik. (Org.). *O Mundo Psicossocial da Mulher no Esporte: Comportamento, Gênero, Desempenho*. 01ed.São Paulo: Aleph, v. 01, p. 277-304, 2004.
- ADELMAN, M.. *As mulheres nos esportes equestres: forjando corporalidades e subjetividades 'diferentes'*. *Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)*, v. 19, p. 931-953, 2011.
- ADELMAN, M.. *Animal de trabalho, animal de lazer: o que os esportes e culturas equestres podem nos dizer sobre nós?*. In: Spaggiari, E.; Machado, G.M.C.; Giglio, S.S., (Org.). *Entre jogos e copas: reflexões de uma década esportiva*. 1ed.São Paulo: Intermeios, v. 1, p. 213-238, 2016.
- ADELMAN, M.. *Mulheres, cavalos, vidas cruzadas: domadxs, domesticadxs, selvagens*. In: Ileana Wenez; Pedro Athayde; Larissa Lara. (Org.). *Gênero e sexualidade no esporte e na educação física (Ciências do esporte, educação física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE - v. 6)*. 1ed.Natal: EDUF RN, v. 6, p. 123-139, 2020.
- ALBERNAZ, E. *“Deus e o Diabo na terra do sol” : visões de espaço público, ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 2009.
- ALBERNAZ, E.; RIBEIRO, L.; LUZ, D. *Uso progressivo da força: dilemas e desafios*. In: STORANI, P. (Org.). *Uso progressivo da força: um protocolo de atendimento*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, p. 12-15. 2009.
- ALCÂNTARA, D. *“Muito mais que segurança” : identidade profissional de policiais militares do Distrito Federal a partir de suas representações sociais*. 2017. xvii, 247 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- ALEXANDRE, R. R. *Normatização e emprego do cão policial de captura como instrumento menos letal*. Monografia, FESMPDFT, Brasília, 2015.
- ALMEIDA, J. L. *Companhia de Operações com Cães da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso: A empregabilidade de cães na atividade policial militar*. Monografia



apresentada no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Academia de Polícia Militar Costa Verde, 2004.

AMPARO-ALVES, J. *À sombra da morte: juventude negra e violência letal em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador*. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 20, n. 2, p. 563-578, 2010.

ARLUKE, A. *A Sociology of Sociological Animal Studies*. Society & Animals, v. 10:4. Koninklijke Brill NV, Leiden, 2002.

ARLUKE, A. *Ethnozoology and the future of Sociology*. The International Journal of Sociology and Social Policy, V. 23, n. 3, 2003.

BAPTISTELLA, E. *Animais e fronteiras: entre espécies, ciências e cotidiano*. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Cuiabá, 2015.

BARATAY, E. *Os sócio-antropólogos e os animais. Reflexões de um historiador para uma reaproximação das ciências*. Iluminuras, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 516-526, ago/dez, 2016

BARRETO, E. *Por dez vacas com cria eu não troco meu cachorro: as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris do pampa brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

BARROS, G. S. *Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito*. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 134-155, 2008.

BATISTA DA SILVA, J. *A violência policial militar e o contexto da formação profissional: um estudo sobre a relação entre violência e educação no espaço da Polícia Militar do Rio Grande do Norte*. Tese de Doutorado, UFRN, 2009.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. *Vida líquida*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2017

BAUMAN, Z.; MAY, T. *Aprendendo a Pensar com a Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BAYLEY, D. H. *Padrões de policiamento*. São Paulo: Fundação Ford, 2002.

BEATO FILHO, C. C.; RIBEIRO, L. *Discutindo a reforma das polícias no Brasil*. Civitas, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 56-68, 2016.

- BECKER, H. S. *Segredos e truques de pesquisa*. Tradução, Maria Luiza X. de A. Borges, revisão técnica, Karina Kuschnir. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BECKER, H. S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.
- BEVILAQUA, C. *Normas jurídicas e agências não-humanas: o caso dos cães 'perigosos'*. *Ava*, v. 19, p. 199-225, 2013.
- BEVILAQUA, C. *Pessoas não-humanas: Sandra, Cecília e a emergência de novas formas de existência jurídica*. *MANA (UFRJ. IMPRESSO)*, v. 25, p. 38-71, 2019.
- BIONDI, K. *Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. UFSCAR 2014.
- BITTNER, E. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: EdUSP, 2003.
- BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do mundo*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2008.
- BOSCATTI, A. P.; ADELMAN, M. *De cavalos e homens: história, poder, estratégias e representações*. *Estudos de Sociologia*, v. 25, p. 221-242, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. *Gosto de classe e estilos de vida*. In: Pierre Bourdieu: sociologia. Org. Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.
- BRETAS, M. L. *Observações sobre a falência dos modelos policiais*. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 1997.
- BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. *A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas*. *Topoi (Rio J.)*, vol.14, no.26, p.162-173, 2013.
- Bryant, C. D. *The zoological connection: Animal-related human behavior*. *Social Forces*, 58, 399-421, 1979.
- BURCHFIELD, K. *The Sociology of Animal Crime: An examination of incidents and arrests in Chicago*. *Deviant Behaviour*, 2016.
- BUZATO, M. *O Pós-Humano é agora: Uma Apresentação*. *Trab. linguist. apl.*, Campinas, v. 58, n. 2, p. 478-495, 2019.
- CASTRO, A. B. *Autômatos: A mecânica como imitação da vida*. In CHAUD, E e SANT'ANNA, T. F. (Orgs.). *Anais do VII Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual*, Goiânia-GO: UFG, FAV, 2014.

- CASTRO, P. A. L. *Os convencionais e os especiais: um estudo sobre a construção da identidade dos integrantes do Batalhão de Operações Especiais da PMDF*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- CARUSO, H. *Entre ruas, becos e esquinas – a construção da ordem na Lapa Carioca*. Brasília, Editora UnB, 2016.
- CARVALHO, R. *A urbanização do médico veterinário: uma análise preliminar*. Estudos Sociedade e Agricultura, 3, nov/1994.
- CATTON, W.R.; DUNLAP, R.E. 'Environmental Sociology: A New Paradigm', The American Sociologist 13(1): 41–9. 1978.
- CHADUD, R. C.O *Trabalho dos Socorristas Bombeiros Militares: A experiência do reconhecimento social e da necessidade*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia,- 2013.
- CHAVES, E. *Animais de estimação: uma abordagem psicosociológica da concepção dos idosos*. Dissertação de mestrado, 2006.
- COSTA, F. *Utilização de cães de faro em operações de barreira policial na repressão ao tráfico de drogas*. Monografia - Bacharelado em Segurança Pública. UNIVALI, 2008.
- COULTER, K. *Animals, Work, and the promise of interspecies solidarity*. Palgrave Mcmillan, 2016.
- DARWIN, C. *A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DIAMOND, J. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Tradução de Nota Assessoria, Silvia de Souza Costa – 13 edição – Rio de Janeiro: Record, 2010.
- DIGARD, J. *A biodiversidade doméstica. Uma dimensão desconhecida da biodiversidade animal*. Anuário Antropológico, n. II, p. 205-223, 2012.
- DUBAR, C. *A socialização construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo, Martins Fontes 2005.
- DUBAR, C. *A crise das identidades – A interpretação de uma mutação*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- DURÃO, S. *Carreiras subjetivas entre agentes da Polícia de Segurança Pública em Portugal*. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 3 - no 8 - ABR/MAI/JUN 2010.

- DURKHEIM, É. *Sociologia e filosofia*. São Paulo, Ed. Forense, 1970.
- DURKHEIM, É. *Representações individuais e representações sociais*. In: *Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Ícone, 1994.
- DURKHEIM, É. *Da divisão do trabalho social*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.
- DURKHEIM, É. *Regras do Método Sociológico*. Tradução de Paulo Neves. 2º Edição, São Paulo, Martins Fontes, 1999b.
- DURKHEIM, E. *Suicídio: estudo de sociologia / Émile Durkheim ; tradução. Monica Stahel*. - São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- DURKHEIM, E. *As Formas Elementares das Vida Religiosa*. São Paulo: Paulus – 3ª edição, 2008.
- ELIAS, N. *O processo civilizador – volume I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FARACO, C. B. *Interação Humano-cão: O social constituído pela relação interespécie*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, PUCRS. Porto Alegre, 2008.
- FARR, R. M. *Representações Sociais: a teoria e sua história*. In: *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- FERRY, L. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.
- FIORONE, F. *Enciclopédia Canina: O Cão e o Seu Mundo*. 2 volumes. Milan: Rizzoli, 1970.
- FLYNN, C. *Acknowledging the "Zoological Connection": A Sociological Analysis of Animal Cruelty*. *Society and Animals* 9(1):71-87, 2001.
- FOUCAULT, M. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FRANÇA, F. *Desvio, moralidade e militarismo: um olhar sobre a formação policial militar na Para*. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 36, pp. 803-818, Dezembro de 2013.
- FRASER, N. *What should socialism mean in the twenty-first century?* *Socialist Register*, 56, pp.282-294, 2019.
- GAEDTKE, K. *Relações entre humanos e animais de estimação: pela defesa de um olhar sociológico*. In: *Anais do 38º Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) (online)*. Caxambu: ANPOCS, 2014.

- GAEDTKE, K. *'Quem não tem filho caça com cão': animais de estimação e as configurações sociais de cuidado e afeto*. 2017 Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- GAEDTKE, K. *Afeto e Cuidado nas Relações Entre Humanos e seus Animais de Estimação*. *MEDIAÇÕES, LONDRINA*, V. 24 N. 3, P. 84-99, SET.-DEZ. 2019.
- GAUDAD, L. *Mulas, Olheiras, Chefas & outros tipos: Heterogeneidade nas dinâmicas de inserção e permanência de mulheres no tráfico de drogas em Brasília-DF e na Cidade do México*. Tese de Doutorado em Sociologia, UnB, 2015.
- GODINHO, P. R. "Pedigree" brasileiro. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, v. no 60, 2010.
- GOLDSTEIN, H. *Policiando uma sociedade livre*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- GONÇALVES, Í. V. *Agindo sobre a morte e o morrer: considerações sobre as categorias emocionais presentes em uma etnografia relativa à morte de animais de estimação*. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 18, n. 53, p. 103- 117, agosto de 2019
- GORRELL, G. *Working like a dog: the story of working dogs through history*. Canadá, Tundra Books, 2003.
- GUARESCHI, P. *Sem dinheiro não há salvação! A ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais*. In: *Textos em representações Sociais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- HARA, S. *Managing the dyad between independence and dependence: case studies of the american elderly and their lives with pets*. *Internacional Journal of Japanese Sociology*, v. 16, n. 1, 2007.
- HARAWAY, D. *Manifesto ciborgue – ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*. In: TADEU, Tomaz (org.) *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- HOLLOWAY, T. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- INGOLD, Tim. *What is an animal?* New York: Routledge, 1994.
- INGOLD, T. *Humanidade e animalidade*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 10, 1995.

- INGOLD, T. *Beyond biology and culture: The meaning of evolution in a relational world*. *Social Anthropology*, 12(2), 209-221, 2004.
- IPB. *Mercado pet estima faturar R\$ 36,2 bilhões em 2019, alta de 5,4%*. 2019. Disponível em: <<http://institutopetbrasil.com/sem-categoria/mercado-pet-estima-2019/>> Acessado em: 15/12/2019
- IRVINE, L. *Animals and Sociology*. *Sociology Compass*, Blackwell Publishing Ltda, Colorado, v. 2, n.6, 2008
- IRVINE, L. 'Sociology and Anthrozoology: Symbolic Interactionist Contributions', *Anthrozoos* 25: S123–S137, 2012.
- JODELET, D. *Representações sociais: um domínio em expansão*. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2001.
- JODELET, D. *O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais*. *Soc. estado, Brasília*, v. 24, n. 3, p. 679-712, Dec. 2009
- JOVCHELOVITCH, S.; GUARESCHI, P. (orgs.) – *Textos em representações Sociais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- KOSBY, M. F.; LIMA, D. V.; RIETH, F. M. *Centauros de motocicleta: o cavalo como testemunha do “processo domesticatório” do gaúcho*. *Horizontes Antropológicos*, 48, pp. 197-223, 2017.
- KULICK, D. *Animais gordos e a dissolução da fronteira entre as espécies*. *Mana*, v. 15, n. 2, p. 481–508, 2009.
- KRUSE, C. *Social Animals: Animal Studies and Sociology*. *Society & Animals*. Koninklijke Brill NV, Leiden, 2002
- LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo, Editora 34, 2005.
- LEIRNER, P. *A etnografia como extensão da guerra por outros meios: notas sobre a pesquisa com militares*. *Mana [online]*, vol.15, 2009.
- LESTEL, D. *As origens animais da cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Papyrus, 2006.
- LEWGOY, B.; SORDI, C. *Devorando a carcaça: contracozinhas e dietas alternativas na alimentação animal*. *Anuário Antropológico*, v. 2, p. 159-175, 2012.

- LEWGOY, B.; MASTRANGELO, A.; BECK, L. *Tanatopolítica e biossegurança: dois regimes de governo da vida para a leishmaniose visceral canina no Brasil*. HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS (UFRGS. IMPRESSO), v. 26, p. 145-176, 2020.
- LEWGOY, B.; SORDI, C.; PINTO, L.O. *Domesticando o Humano: para uma antropologia moral da proteção animal*. Ilha Revista de Antropologia, v. 17, n. 2, p. 075-100, 2015.
- LIMA, M. H. *Animais de estimação e civilidade : a sensibilidade de empatia interespecie nas relações com cães e gatos*. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2016
- LIMA, J. *Novas Formas Relacionais, Valores Ambientais e Reestruturação do Conjunto da Vida: os indivíduos e seus bichos na cidade de Brasília*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará, 2002.
- LOIOLA, G. *O canil da PMES: 40 anos depois da criação*. REVISTA PRELEÇÃO – Publicação Institucional da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo – Assuntos de Segurança Pública – ano IV n. 7, abr. 2010.
- LOPES, K. SILVA, A. Considerations on the importance of domestic dog (*Canis lupus familiaris*) in human society. *Acta Veterinaria Brasilica*, v.6, n.3, p.177-185, 2012.
- LOSANO, Mario G. *História de autômatos: da Grécia antiga à Belle Époque*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- MACIEL, M. A. J. *O emprego de cães nas atividades de polícia ostensiva*. Monografia – Curso Avançado de Administração Policial Militar. Brigada Militar, Porto Alegre, 1999.
- MACIEL, M. E. (org.). *Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.
- MAPA. *Cães de Detecção*. 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/vigilancia-agropecuaria/caes-de-deteccao/caes-de-deteccao>> Acesso em 02/11/2019
- MARTINEAU, H. “Dogs: Unauthorized, Unclaimed, and Vagabond.” In: *Sociological Origins* 3(1):7–9, 2003.
- MATTOS, M. J. S. *Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF*. 2012. 189 f., il. Dissertação (Mestrado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012
- MAZON, M. *O melhor amigo do homem: afetos e cachorros no Brasil em perspectiva sociológica*. *Estud. sociol. Araraquara*, v.25 n.49 p.57-77 jul.-dez. 2020.

- MAZON, M. S. & MOURA, W. G. *Cachorros e humanos: Mercado de rações pet em perspectiva sociológica*. Civitas, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 138-158, jan.-abr. 2017.
- MENEZES, P. *Entre o “Fogo Cruzado” e o “Campo Minado”*: Uma Etnografia do Processo de “Pacificação” de Favelas Cariocas. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.
- MIGUEL, L. *Harriet Martineau: A contribuição esquecida da primeira socióloga*. In: Dossiê Especial Cadernos de Estudos Sociais e Políticos: Clássicas, V.6, n.11. Rio de Janeiro, 2017.
- MINAYO, M. C. de S., *O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica*. In: JOVCHELOVITCH, S. & GUARESCHI, P. (orgs.), *Textos em representações sociais*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- MONJARDET, D. *O que faz a polícia: Sociologia da Força Pública*. São Paulo: EdUSP, 2012
- MONTEIRO, C. D. *O atendimento público no balcão de uma delegacia: Um estudo sobre o serviço da Polícia Civil do Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado, UnB, 2013.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais - investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MUNANGA, K. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. In: Brandão, A. A. P. (org.) *Cadernos Penesb (5)*. Niterói: Ed. UFF. p. 15-34. 2004.
- MUNIZ, J. *A crise das identidades das PMs brasileiras: Dilemas e paradoxos da Formação Educacional*. *Security and Defense Studies Review*, v.1, pp. 177-189, 2001.
- MUNIZ, J. *Ser Policial é, sobretudo, uma Razão de Ser: Cultura e Cotidiano da PMERJ*. Tese de Doutorado em Ciência Política. IUPERJ/UCAM, Rio de Janeiro, 1999.
- MUNIZ, J. *A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional*. *Security and Defense Studies Review*, Washington, DC, v. 10, n. 1, p. 177-198, 2001.
- MUNIZ, J.; PAES-MACHADO, E. *Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento*. Caderno CRH, Salvador, v.23, n. 60, 2010.
- MUNIZ, J.; PROENÇA JUNIOR, D. *Armamento é Direitos Humanos: nossos fins, os meios e seus modos*. *Soc. estado*, Brasília, v. 28, n. 1, p. 119-141, abr. 2013.
- MUNIZ, J.; CARUSO, H.; FREITAS, F. *Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000*. *REVISTA BRASILEIRA DE*



INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - BIB, v. 2, p. 148-187, 2018.

NASCIMENTO, A. A. *A corrupção policial e seus aspectos morais no contexto do Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 16-30, 2011.

NASCIMENTO, A. *Quando um homem da lei se torna um sem lei: os caminhos da corrupção policial*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

NATIVIDADE, M. R. *Vidas em risco: a identidade profissional dos bombeiros militares*. Psicologia & Sociedade; 21 (3): 411-420, 2009.

NOGUEIRA, A. H. *Aplicação dos cães de detecção de substâncias e sua importância para a Polícia Militar do Distrito Federal. Monografia*. Brasília: UnB, 2015.

OLIVEIRA, M. de. *O conceito de representações coletivas: Uma trajetória da Divisão Social do Trabalho às Forma Elementares*. Debates do NER, Porto Alegre, ano 13, n. 22 p. 67-94, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, S. B. *Sobre Homens e Cães: Um Estudo antropológico sobre afetividade, consumo e distinção*. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). IFCS/ PPGSA, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA NETO, E. *Os cães ladram mas a caravana não para: Estudo Etnográfico sobre o policiamento com cães no Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado, UnB, 2016.

OSORIO, A. *Alguns aspectos simbólicos acerca do gato*. Ilha. Revista de Antropologia (Florianópolis), v. 12, p. 231-259, 2011.

OSORIO, A. *Compaixão, moral e sofrimento animal entre protetores de gatos de rua*. Revista Iluminuras, v. 17, p. 51-82, 2016.

OSORIO, A. *Conversões e predisposições à proteção de animais de rua: vocações, sensibilidades e moralidades.. HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS (UFRGS. IMPRESSO)*, v. 23, p. 253-274, 2017.

OSORIO, A. *Guloseimas para Animais de Estimação: Comensalidade, Afeto e Antropomorfismo*. Dossiê Humanimalia: espaço, agência e não-humanos. Mediações, Londrina, v. 24 N. 3, P. 57-71, 2019.

- PAGNOTTA, M.; RESENDE, B. *A controvérsia em torno da atribuição de cultura a animais não humanos: uma revisão crítica*. Estudos de Psicologia, 18(4), outubro-dezembro/2013, 569-577, 2013.
- PASTOREAU, M. *Os animais célebres*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- PASTORI, E. O. *Perto e Longe do Coração Selvagem: um estudo antropológico sobre animais de estimação em Porto Alegre, Rio Grande do Sul*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, IFCH, UFRGS, Porto Alegre, 2012.
- PEGGS, K. *Animals and Sociology*. Palgrave Macmillan. 2012
- PERROTA, A. P. *Humanidade estendida: a construção dos animais como sujeitos de direitos*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.
- PERROTA, A. P.. *'Quem' ou 'o que' são os animais? Um estudo sobre como os defensores dos animais (re)definem sua natureza*. Iluminuras (Porto Alegre), v. 17, p. 17-50, 2016.
- PERROTA, A. P.. *Ciência e política no ativismo em favor dos animais*. VIVÊNCIA: REVISTA DE ANTROPOLOGIA, v. 1, p. 13-33, 2017.
- PERROTA, A. P. *A Reivindicação dos 'direito dos animais' e sua relação com a justiça e a política*. DESIGUALDADE & DIVERSIDADE (PUCRJ), v. 17, p. 25, 2019.
- PERROTA, A. P.. *As Leituras Elementares da Vida Acadêmica ? Estudos sobre a Relação entre Humanos e Animais*. (Blog do Laboratório de estudos de teoria e mudança social (Labemus)), 2020.
- PONCIONI, Paula Ferreira; ABREU, Sérgio França Adorno de. *Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no estado do Rio de Janeiro*. 2004. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- PORTO, M. S. G. *Sociologia da Violência*. Brasília, Verbena Editora, 2010.
- PORTO, M. S. G. *Pensando com representações sociais: uma metodologia*. In. *Violência, Democracia e Segurança Cidadã: o caso das polícias no Distrito Federal / organizado por Maria Stela Grossi Porto*. Brasília, Verbena, 2017.
- PORTO, M. S. G. *Identidades Profissionais e Práticas Policiais*. In. *Violência, Democracia e Segurança Cidadã: o caso das polícias no Distrito Federal / organizado por Maria Stela Grossi Porto*. Brasília, Verbena, 2017a.
- REINER, R. *A Política da Polícia*. São Paulo, Edusp – Série Polícia e Sociedade 11, 2004.
- ROCHA, E. *Animais, homens e sensações segundo Descartes*. Kriterion, Belo Horizonte, v. 45, n. 110, p. 350-364, Dec. 2004.

- RODERO, E.; HERRERA, M. *El concepto de raza. Um enfoque epistemológico*. Arch. Zootec., v. 49, p. 5-16, 2000.
- RODRIGUES, R. S. *Entre a caserna e a rua: o dilema do "pato". Uma análise antropológica da identidade policial militar, a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFF, 2009.
- ROSA, L. *O emprego de cães de faro nas operações de fiscalização de drogas ilícitas realizadas nos postos do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária de Santa Catarina*. Monografia – Curso de Segurança Pública da Universidade do Vale do Itajaí, 2009.
- RUI, T. C. *Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de Doutorado em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, 2012.
- SÁ, L.; SANTIAGO NETO, J. P. *Entre tapas e chutes: um estudo antropológico do baculejo como exercício do poder policial no cotidiano da cidade*. O público e o privado, Fortaleza, n. 18, p. 147-163, 2011.
- SÁ, G. J. S. *No mesmo Galho: Ciência, Natureza e Cultura nas Relações entre Primatólogos e Primatas*. 247 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.
- SÁ, G. J. S. *No mesmo galho: antropologia de coletivos humanos e animais*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- SAFLATE, V. *Reconhecido pelo cão*. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2011/03/reconhecido-pelo-cao/>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- SAKATA, M. V. A. *O emprego do cão farejador no cumprimento de mandatos de busca e apreensão pela Polícia Militar de Mato Grosso*. RHM - Homens do Mato - Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública. Vol 14 nº 1 – Jan/Jun 2015.
- SANDERS, C. R. *The animal "other:" Self-definition, social identity, and companion animals*. In *Advances in Consumer Research*, Vol. 17, 662–668, ed. M. E. Goldberg, G. Gorn and R. W. Pollay. Provo, UT: Association for Consumer Research, 1991.
- SANDERS, C. R. *Understanding dogs: Caretakers' attributions of mindedness in canine-human relationships*. *Journal of Contemporary Ethnography* 22: 205–226, 1993.
- SANDERS, C. R.. *Understanding Dogs: Living and Working with Canine Companions*. Philadelphia: Temple University Press, 1999.

- SANDERS, C. R.. *The impact of guide dogs on the identity of people with visual impairments*. Anthrozoös 13: 131–139, 2000.
- SANDERS, C. R. *Actions speak louder than words: Close relationships between humans and nonhuman animals*. Symbolic Interaction 26: 405–426, 2003.
- SANDERS, C. R. *The Sociology of Nonhuman: Animals and Society*. In: CLIFTON, D. Bryant & DENNIS L. Peck (ed.). 21st Century Sociology: A Reference Handbook (vol. 2). London: Sage, 2006a.
- SANDERS, C. *"The Dog You Deserve": Ambivalence in the K-9 Officer/Patrol Dog Relationship*. Journal of Contemporary Ethnography 2006b
- SANDERS, C. *Trust your Dog: Expectations, Functions, and Ambivalence in the Relationships between K-9 Officers and Guide dog Handlers and their Dogs*. Journal of Social and Ecological Boundaries (2.2), p. 11-33, 2007.
- SANDERS, C., GREENEBAUM, J. *Human Non-Human Interaction*. In Blackwell Encyclopedia of Sociology (online), Publisher: Blackwell/Wiley, Editors: George Ritzer, pp.npl, 2015.
- SANTANA, M. *"Sou Policial, mas sou Mulher": Gênero e Representações Sociais na Polícia Militar de São Paulo*. Tese de Doutorado em Sociologia, 2015.
- SEGATA, J. *Nós e os outros humanos, os animais de estimação* [tese de doutorado]. Florianópolis: PPGAS/UFSC. 2012.
- SHAPIRO, K.; DEMELLO, M. *The State of Human-Animal Studies*. Society and Animals, n.18, p. 307-318, 2010.
- SILVA, G. G. *A lógica da Polícia Militar do Distrito Federal na Construção do Suspeito*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UnB, 2009.
- SINGER, P. *Libertação Animal*. Tradução Marly Winckler. Porto Alegre, São Paulo: Lugano, 2004.
- SIQUEIRA, W. N. *O emprego do cão farejador na localização de substâncias entorpecente ilícitas RHM - Homens do Mato - Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública - Vol 6 - Jan/Jun 2010*.
- SOARES, L. E. *A política nacional de segurança pública; histórico, dilemas, e perspectivas*. Revista preleção, v. 1, p. 47-74, 2007.
- SORDI, C. *Mobilização e predação: a guerra contra espécies invasoras sob duas perspectivas*. Horizontes Antropológicos (online), v. 26, p. 207-237, 2020.

- STORANI, P. *“Vitória sobre a morte: a Glória Prometida”*. O “rito de passagem” na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE/PMERJ. Rio de Janeiro: UFF, 2008, 170 p. Dissertação (Mestrado) O Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.
- SUASSUNA, Rodrigo Figueiredo. *Confiança e reciprocidade entre policiais e cidadãos: a polícia democrática nas interações*. 2013. 230 f. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- SUASSUNA, R. *A Identidade Militar das Organizações Policiais*. In. *Violência, Democracia e Segurança Cidadã: o caso das polícias no Distrito Federal* / organizado por Maria Stela Grossi Porto. Brasília, Verbena, 2017.
- SUSSUARANA, J. M. C. *Polícia – Origem da palavra – métodos, evolução e histórico da Polícia Militar do Distrito Federal*. Biblioteca Nacional, Ministério da Cultura, s. d.
- TEIXEIRA, J. L. *Pastoreio, Governo e os limites do entendimento: sobre a condição ética dos cães no sertão cearense*. MANA 26(3): 1-28, 2020 – <http://doi.org/10.1590/1678-49442020v26n3a203>
- THOMAS, K. *O homem e o mundo natural – mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Toma, R. *Amor canino: emoção, mercado e subjetividades entre seres humanos e cães de estimação na cidade de São Paulo*. / Renata Harumi Cortez Toma ; orientador Silvana de Souza Nascimento. São Paulo, 2017.
- VALLE, V. B.. *O uso de cães como ferramenta na resolução de ocorrências críticas*. Série Práticas e Saberes policiais, n. 1, ano I, abril de 2009.
- VELASQUEZ, R. *Homens, Cavalos & Centauros: virilidade e sociabilidade nas apostas em corridas de cavalos*. In: 29a Reunião Brasileira de Antropologia, 2014, Natal. Cadernos de Resumos 29a Reunião Brasileira de Antropologia, 2014.
- VELDEN, F. *Os Primeiros Cachorros: Encontros interétnicos e multiespecíficos no sudoeste da Amazônia*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 33, p. 1-23, 2018.
- VIANNA, J. *Entre donos de pets, primatólogos, caçadores e xamãs baniwa: algumas comparações acerca do humano e não humano*. Revista de Antropologia da UFSCAR. São Carlos: UFSCAR, vol.7, n. 1, 2015.
- VIEIRA, M. N. *Quando morre o animal de estimação: Um estudo sobre o luto*. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 239-257, jan. 2019.

- VILÁ, C. *The Long History of Man-Dog Coexistence*. World Small Animal Veterinary Association World Congress Proceedings, 2005. Disponível em: <https://www.vin.com/apputil/content/defaultadv1.aspx?id=3854295&pid=11196&print=1>  
> Acesso em: 03/04/2020
- WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- YORK, R.; LONGO, S. *Animals in the world: a materialist approach to sociological animal studies*. Journal of Sociology. Vol. 53(1) 32-46, 2017.
- ZACCONE, O. *Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.
- ZALASIEWICZ, J. ET. AL. *The New World of the Anthropocene*. Environmental Science & Technology. Vol. 44, n. 7, 2010.
- ZANETIC, A. *Ação institucional, confiança na polícia e legitimidade em São Paulo*. Rev. bras. Ci. Soc., 2017.
- ZILLI, L.; COUTO, V. *Servir e proteger: determinantes da avaliação pública sobre a qualidade do trabalho das Polícias Militares no Brasil*. Soc. estado., Dez 2017, vol.32, no.3, p.681-700.